

HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

SOCIÉTÉ

Albert Soboul

AMIS DE LA LIBERTÉ ET DE L'ÉGALITÉ,

SÉANTE AUX CLDEVANT JACOBINS, SAINT-

HONORÉ, A PARIS,

TERCEIRA EDIÇÃO

DÉCLARATION

DES DROITS DE L'HOMME

ET DU CITOYEN,

PRÉSENTÉE

PAR MAXIMILIEN ROBESPIERRE.

ZAHAR



EDITORES

LES REPRÉSENTANTS du Peuple Français,

HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

3ª edição

Embora a Revolução Francesa deva ser considerada como o coroamento de uma longa evolução econômica que instalou no domínio do Estado a classe que estava efetivamente madura para o exercício do poder — a burguesia — é inegável que também com ela nasciam as idéias libertárias de uma ordem social nova, que não seria a ordem burguesa.

Nesse aspecto é que ela diverge profundamente das revoluções que a precederam, a americana e a inglesa, “estritamente burguesas e conservadoras”, enquanto a francesa foi “largamente burguesa e democrática”, conforme a classificou Jean Jaurès, o grande líder socialista francês assassinado às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Tal caráter largamente democrático é devido ao fato de não haver sido a Revolução Francesa obra exclusiva ou mesmo predominante de uma classe: ao contrário, ela é fruto de um complexo histórico-revolucionário do qual participou todo o povo francês, especialmente o camponês, cujo interesse naquele momento coincidia com o da burguesia: a liquidação do modo feudal de produção, historicamente superado e opressor.

Nascido do entusiasmo, a Revolução Francesa inflama a imaginação dos homens pela recordação das lutas pela liberdade e pela independência, bem como pelo seu sonho de igualdade fraternal. Filha das luzes, ela seduz a inteligência pelo seu imenso esforço no sentido de organizar a sociedade sobre fundamentos racionais e por isso mais humanos. A república igualitária permaneceu no terreno maravilhoso

(continua na 2ª aba)

(continuação da 1ª aba)

— ou melancólico — das utopias, Ícaro jamais alcançado, mas infatigavelmente perseguido. A Grande Revolução, sempre admirada ou sempre temida, permanece viva na consciência dos homens.



ALBERT SOBOUL, Professor na Sorbonne, procura neste livro explicar a Revolução Francesa pela contradição existente entre as relações da produção e o caráter das forças produtoras, realizando assim uma análise dialética da revolução que se situa no próprio coração da história do mundo contemporâneo, na encruzilhada das diversas correntes sociais e políticas que dividiram e infelizmente ainda dividem as nações.

ZAHAR EDITORES

a cultura a serviço do progresso social
RIO DE JANEIRO

Livros de interesse relacionado

HISTÓRIA DAS CRUZADAS

PAUL ROUSSET

Um vasto painel que situa as cruzadas em sua verdadeira significação. O autor define a cruzada em termos precisos, estudando-a nas suas origens e na sua primeira manifestação: a expedição incentivada em 1095 por Urbano II. A cruzada popular de 1096, o reino de Jerusalém, os Estados latinos, a civilização franco-muçulmana, as ordens militares, a quarta cruzada são alguns dos assuntos analisados por Paul Rousset com magistral clareza.

A EVOLUÇÃO DO ESTADO MODERNO

Uma introdução sociológica

G. POGGI

Trata-se de uma descrição analítica da história do Estado moderno, com ênfase na evolução de suas características institucionais. Valendo-se de extensa bibliografia histórica, jurídica e sociológica, o autor ocupa-se de três questões principais: a natureza e sentido das modificações seculares mais importantes nas disposições internas básicas do Estado, a relação entre essas mudanças e o oscilante equilíbrio de forças entre classes e agrupamentos sociais, e a significação da tendência tradicional para uma separação entre o Estado e a sociedade no Ocidente, com sua manifesta inversão nos últimos anos. A argumentação é sempre ilustrada por situações históricas específicas.



ZAHAR EDITORES

a cultura a serviço do progresso social

BIBLIOTECA DE CULTURA HISTÓRICA

Albert Soboul

HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Tradução de
Hélio Pólvora

Terceira edição

Rosemary Dore Soares

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

Título original:
Précis d'Histoire de la Révolution Française
Publicado pelas Éditions Sociales, Paris

Traduzido da edição francesa, publicada em 1962,
pelas Éditions Sociales, Paris

Copyright © 1962 by Éditions Sociales, Paris

Direitos reservados.

A reprodução não autorizada
desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação do copyright. (Lei 5.988)

A primeira edição brasileira deste livro foi publicada em 1964, nesta
mesma coleção, sob o título A REVOLUÇÃO FRANCESA; segunda
edição brasileira publicada em 1974

Capa:
Érico

1981

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por
ZAHAR EDITORES
Caixa Postal 207 (ZC-00) Rio
que se reservam a propriedade desta versão

Impresso no Brasil

ÍNDICE

Prefácio	9
----------------	---

INTRODUÇÃO

A CRISE DO VELHO REGIME

1. — <i>A Crise da Sociedade</i>	21
I. Decadência da Aristocracia Feudal	22
1. A Nobreza: Declínio e Reação: 23. —	
O Clero Dividido: 26.	
II. Impulso e Dificuldades do Terceiro Estado	30
1. Pujança e Diversidade da Burguesia: 32.	
— 2. As Classes Populares Urbanas: o Pão	
Cotidiano: 39. — 3. Os Camponeses: Unidade	
Real, Antagonismos Latentes: 45.	
III. A Filosofia da Burguesia	53
2. — <i>A Crise das Instituições</i>	61
I. A Monarquia de Direito Divino	61
1. Absolutismo: Pretensões e Limites: 61. —	
2. A Máquina Governamental: 66.	
II. Centralização e Autonomias	68
1. Os Agentes do Absolutismo: 69. — 2. Sobre-	
vivência das Autonomias Locais: 71.	
III. A Justiça do Rei	71
IV. Política Fiscal do Rei	75
1. O Imposto Direto: Igualdade Impossível: 75.	
2. O Imposto Indireto e a Fazenda Geral: 77.	
3. — <i>Prefácio à Revolução Burguesa: a Revolta da Aris-</i>	
<i>tocracia (1787-1788)</i>	80
I. Crise Final da Monarquia	80
1. A Impotência Financeira: 81. — 2. A Inca-	
pacidade Política: 83.	

- II. Os Paramentos Contra o Absolutismo (1788) . . . 87
 1. A Agitação Parlamentar e a Assembléa de Vizille: 87. — 2. A Capitulação da Realeza: 90.

PRIMEIRA PARTE

"A NAÇÃO, O REI, A LEI" REVOLUÇÃO BURGUESA E MOVIMENTO POPULAR (1789-1792)

1. — *A Revolução Burguesa e a Queda do Velho Regime (1789)* 101
 - I. A Revolução Jurídica (fim de 1788-junho de 1789) 101
 1. A Reunião dos Estados-Gerais (fim de 1788-maio de 1789): 102. — 2. O Conflito Jurídico (maio-junho de 1789): 110.
 - II. A Revolução Popular (julho de 1789) 115
 1. A Revolta de Paris: o 14 de Julho e a Queda da Bastilha: 117. — 2. A Revolta das Cidades (julho de 1789): 120. — 3. A Revolta dos Campos: o Grande Medo (fim de julho de 1789): 122.
 - III. Consequências da Revolução Popular (agosto-outubro de 1789) 125
 1. A Noite de 4 de Agosto e a Declaração dos Direitos: 125. — 2. A Crise de Setembro: Malôgro da "Revolução dos Notáveis": 129. — 3. As Jornadas de Outubro de 1789: 133.
2. — *A Assembléa Constituinte. Malogro do Compromisso (1790)* 136
 - I. A Assembléa, o Rei e a Nação 136
 1. A Política Fayetteista de Conciliação: 137. — 2. Organização da Vida Política: 140.
 - II. Os Grandes Problemas Políticos 143
 1. O Problema Financeiro: 143. — 2. O Problema Religioso: 145.
 - III. Apogeu e Ruína da Política de Conciliação 146
 1. A Federação Nacional de 14 de Julho de 1790: 146. — 2. A Decomposição do Exército e a Questão de Nancy (agosto de 1790): 148.
3. — *A Burguesia Constituinte e a Reconstrução da França (1789-1791)* 151
 - I. Os Princípios de 89 151
 1. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: 152. — 2. Os Princípios Transgredidos: 155.

II. O Liberalismo Burguês	158
1. A Liberdade Política: a Constituição de 1791: 158. — 2. A Liberdade Econômica: "laisser faire, laisser passer": 161.	
III. A Racionalização das Instituições	167
1. A Descentralização Administrativa: 168. — 2. A Reforma Judiciária: 170. — 3. A Nação e a Igreja: 172. — 4. A Reforma Fiscal: 175.	
IV. Rumo a um Novo Equilíbrio Social: <i>Assignats</i> e Bens Nacionais	177
1. O <i>Assignat</i> e a Inflação: 177. — 2. Os Bens Nacionais e o Reforço da Propriedade Burguesa: 179.	
4. — A <i>Assemblée Constituante</i> e a Fuga do Rei (1791)	182
I. Contra-Revolução e Arranco Popular	182
1. A Contra-Revolução: Aristocratas, Emigrados e Refratários: 183. — 2. A Arremetida Popular: Crise Social e Reivindicações Políticas: 184. — 3. Burguesia Constituinte e Consolidação Social: 185.	
II. A Revolução e a Europa	186
1. Contágio Revolucionário e Reação Aristocrática: 187. — 2. Luís XVI, a Constituinte e a Europa: 189.	
III. Varennes: o Desmentido Real à Revolução (junho de 1791)	192
1. A Fuga do Rei (21 de junho de 1791): 192. — 2. Consequências Internas de Varennes: a Fuzilada do Campo de Marte (17 de julho de 1791): 193. — 3. Consequências Externas de Varennes: a Declaração de Pillnitz (27 de agosto de 1791): 195.	
5. — A <i>Assemblée Legislativa</i> . A Guerra e a Derrubada do Trono (outubro de 1791-agosto de 1792)	197
I. A Marcha para a Guerra (outubro de 1791-abril de 1792)	198
1. Fueldenses e Girondinos: 198. — 2. O Primeiro Conflito entre o Rei e a <i>Assemblée</i> (fim de 1791): 200. — 3. A Guerra ou a Paz (inverno de 1791-1792): 203. — 4. A Declaração de Guerra (20 de abril de 1792): 206.	
II. A Queda do Trono (abril-agosto de 1792)	208
1. Os Reveses Militares (primavera de 1792): 208. — 2. O Segundo Conflito entre o Rei e a <i>Assemblée</i> (junho de 1792): 209. — 3. O Perigo Exterior e a Incapacidade Girondina (julho de 1792): 212. — 4. A Insurreição de 10 de Agosto de 1792: 214.	

SEGUNDA PARTE

"O DESPOTISMO DA LIBERDADE"
GOVERNO REVOLUCIONARIO E MOVIMENTO POPULAR
(1792-1795)

1. — <i>O Fim da Assembléia Legislativa. Impulso Revolucionário e Defesa Nacional (agosto-setembro de 1792)</i>	223
I. O Primeiro Terror	223
1. A Comuna de 10 de Agosto e a Assembléia Legislativa: 223. — 2. Os Massacres de Setembro: 226.	
II. A Invasão Sustada: Valmy (20 de setembro de 1792)	230
2. — <i>A Convenção Girondina. A Falência da Burguesia Liberal (setembro de 1792-junho de 1793)</i>	233
I. A Luta dos Partidos e o Processo do Rei (setembro de 1792-janeiro de 1793)	234
1. Girondinos e Montanhese: 235. — 2. O Processo de Luís XVI (novembro de 1792-janeiro de 1793): 242.	
II. A Guerra e a Primeira Coalizão (setembro de 1792-março de 1793)	246
1. Da Propaganda à Anexação (setembro de 1792-janeiro de 1793): 246. — 2. A Formação da Primeira Coalizão (fevereiro-março de 1793): 250.	
III. A Crise da Revolução (março de 1793)	251
1. Vida Cara e Reação Popular: 251. — 2. A Derrota e a Traição de Dumouriez: 255. — 3. A Vendéia: 258.	
IV. O Fim da Gironda (março-junho de 1793)	262
1. As Primeiras Medidas de Salvação Pública: 262. — 2. As Jornadas de 31 de Maio-2 de Junho de 1793: 265.	
3. — <i>A Convenção Montanhese. Movimento Popular e Dita- dura de Salvação Pública (junho-dezembro de 1793)</i>	271
I. Montanhese, Moderados e Sans-Culottes (junho-julho de 1793)	272
1. As Medidas Montanhese de Conciliação: 272. — 2. O Assalto da Contra-Revolução: 275. — 3. A Resposta Revolucionária: 279.	
II. O Comitê de Salvação Pública e o Impulso Popular (agosto-outubro de 1793)	284
1. O Alistamento em Massa (23 de agosto de 1793): 285. — 2. As Jornadas de 4 e 5 de Setembro de 1793: 287. — 3. Sucessos Populares	

e Consolidação Governamental (setembro-outubro de 1793):	292.
III. A Organização da Ditadura Jacobina de Salvação Pública (outubro-dezembro de 1793)	297
1. O Terror: 297. — 2. A Descristianização e o Culto dos Mártires da Liberdade: 300. — 3. As Primeiras Vitórias (setembro-dezembro de 1793): 306. — 4. O Decreto de 14 de Frimário do Ano II (4 de dezembro de 1793): 310.	
4. — <i>Vitória e Queda do Governo Revolucionário (dezembro de 1793-julho de 1794)</i>	313
I. A Luta das Facções e o Triunfo do Comitê de Salvação Pública (dezembro de 1793-abril de 1794)	314
1. A "Conspiração do Estrangeiro" e o Caso da Companhia das Índias (outubro-dezembro de 1793): 314. — 2. A Ofensiva dos Indulgentes (dezembro de 1793-janeiro de 1794): 317. — 3. A Contra-Ofensiva dos Exagerados (fevereiro de 1794): 321. — 4. A Crise do Ventoso e a Queda das Facções (março-abril de 1794): 324.	
II. A Ditadura Jacobina de Salvação Pública	330
1. O Governo Revolucionário: 331. — 2. A "Força Coativa" e o Terror: 336. — 3. A Direção da Economia: 340. — 4. A Democracia Social: 344. — 5. A Moral Republicana: 347. — 6. O Exército Nacional: 350.	
III. O 9 de Termidor do Ano II (27 de julho de 1794)	353
1. A Vitória da Revolução (maio-julho de 1794): 354. — 2. A Crise Política: a Impossível Conciliação (julho de 1794): 356. — 3. O Desenlace: a Impossível Insurreição: 359.	
5. — <i>A Convenção Termidoriana. A Reação Burguesa e o Fim do Movimento Popular (julho de 1794-maio de 1795)</i>	365
I. Os Progressos da Reação Termidoriana	366
1. A Desarticulação do Governo Revolucionário e o Fim do Terror (verão de 1794): 366. — 2. Moderados, Jacobinos e <i>Sans-Culottes</i> (agosto-outubro de 1794): 368. — 3. A Proscrição dos Jacobinos e dos <i>Sans-Culottes</i> (outubro de 1794-março de 1795): 372. — 4. Antigos e Novos-Ricos, Maravilhosas e Incríveis: 376. — 5. A Reação Religiosa e a Anistia aos Vendeanos: 378.	
II. A Crise Econômica e a Catástrofe Monetária ...	380
1. O Retorno à Liberdade Econômica (agosto-dezembro de 1794): 380. — 2. O Desmornamento do <i>Assignat</i> e suas Consequências: 383.	

III. As Últimas Insurreições Populares (germinal e prairial do ano III)	386
1. O Aumento da Oposição Popular Parisiense (inverno de 1794-1795): 386. — 2. As Jornadas do Germinal do Ano III (abril de 1795): 387. — 3. O Prairial do Ano III (maio de 1795): 389.	

TERCEIRA PARTE

"UM PAÍS GOVERNADO PELOS PROPRIETARIOS" REPÚBLICA BURGUESA E CONSOLIDAÇÃO SOCIAL (1795-1799)

1. — <i>O Fim da Convenção Termidoriana. Os Tratados de 1795 e a Constituição do Ano III</i>	403
1. Os Dias Seguintes ao Prairial. O Terror Branco e Quiberon (maio-julho de 1795)	404
II. A Paz Conquistada (1795)	407
1. A Diplomacia Termidoriana e a Coalizão: 408. — 2. Os Tratados de 1795: 409. — 3. O Exército e a Guerra no Ano III: 411.	
III. A Organização do Poder da Burguesia	413
1. A Constituição do Ano III: 413. — 2. A Largada do Novo Regime: 417.	
2. — <i>O Primeiro Diretório. O Fracasso da Estabilização Liberal (1795-1797)</i>	422
I. A Impossível Estabilização Interna (1795-1797)	423
1. Diretoriais, Jacobinos e Monarquistas: 424. — 2. O Fim do Papel-Moeda Revolucionário (1796): 428. — 3. Babeuf e a Conjuração dos Iguais (1795-1796): 432. — A Reação Monarquista: 437.	
II. A Guerra de Conquista (1796-1797)	441
1. O Exército no Primeiro Diretório: 441. — 2. Bonaparte na Itália (1796-1797): 443.	
III. Frutidor e Campofórmio (1797)	449
1. As Eleições do Ano V e a Reação: 449. — 2. O Golpe de Estado de 18 de Frutidor do Ano V (4 de setembro de 1797): 451. — 3. O Tratado de Campofórmio (18 de outubro de 1797): 453.	
3. — <i>O Segundo Diretório. O Fim da República Burguesa (1797-1799)</i>	456
I. Repressão e Reformas (1797-1798)	456
1. A Política de Exceção: 457. — 2. O 22 de Floreal do Ano VI (11 de maio de 1798) e	

	a Repressão Antijacobina: 459. — 3. A Obra Reformadora do Segundo Diretório: 461.	
II.	O Segundo Diretório e a Europa (1797-1798)	465
	1. A Luta Contra a Inglaterra: 466. — 2. Grande Nação e Repúblicas Irmãs: 467. — 3. A Aventura Egípcia (1798): 470. — 4. A Segunda Coalizão (1798-1799): 472.	
III.	A Última Crise Revolucionária (1799)	473
	1. O Exército no Ano VII e a Campanha da Primavera de 1799: 473. — 2. A Jornada de 30 de Prairial do Ano VII (18 de junho de 1799): 476. — 3. Impulso Neojacobino e Reação Moderada: 478. — 4. A Campanha do Verão de 1799: 482.	
IV.	O 18 de Brumário do Ano VIII (9 de novembro de 1799)	483
	1. Medo Social e Revisionismo: 484. — 2. O Golpe de Estado: 487.	

CONCLUSÃO

A REVOLUÇÃO E A FRANÇA CONTEMPORÂNEA

1. — A	<i>Sociedade Nova</i>	495
	1. A Ruína da Aristocracia Feudal: 495. — 2. A Liberdade Econômica e a Sorte das Classes Populares: 498. — 3. A Dissociação dos Camponeses: 500. — 4. Antiga e Nova Burguesia: 502. — 5. O Conflito Ideológico: Progresso e Tradição, Razão e Sentimento: 505.	
2. — O	<i>Estado Burguês</i>	517
	1. Soberania Nacional e Organização Censitária: 517. — 2. Laicização e Separação da Igreja e do Estado: 521. — 3. Os Serviços do Estado: 523.	
3. —	<i>Unidade Nacional e Igualdade de Direitos</i>	528
	1. Os Progressos da Unificação: 529. — 2. Igualdade de Direitos e Realidades Sociais: 534. — 3. Os Direitos Sociais: Assistência e Ensino: 537. — 4. Adesão da Aristocracia à Nação Proprietária: 544.	
4. — A	<i>Herança Revolucionária</i>	546



PREFÁCIO

A REVOLUÇÃO FRANCESA constitui, com as revoluções inglesas do século XVII, o coroamento de uma longa evolução econômica e social que fez da burguesia a senhora do mundo.

Essa verdade, que pode passar hoje em dia por comum, os mais conscientes doutrinários da burguesia já a tinham proclamado desde o século XIX. Querendo justificar a Constituição pela história, Guizot demonstrou que a originalidade da sociedade francesa, como da sociedade inglesa, consistia essencialmente na existência, entre o povo e a aristocracia, de uma poderosa classe burguesa que havia, lentamente, fixado a ideologia e criado os quadros de uma sociedade nova cuja consagração ocorreu em 1789. Tocqueville, depois de Guizot, e em seguida Taine sustentaram essa mesma opinião. Tocqueville falou com "uma espécie de terror religioso", "dessa revolução irresistível que marcha, após tantos séculos, através de todos os obstáculos, e que é vista, ainda hoje, avançar no meio das ruínas que produziu". Taine esboçou a lenta ascensão da burguesia na escala social, em cujo termo a desigualdade se lhe tornou insuportável. Mas, se estivessem seguros de que o nascimento e o progresso da burguesia tinham como causa primeira o aparecimento e o desenvolvimento da riqueza móvel, das empresas comerciais, depois industriais, esses historiadores não resistiriam decerto a um estudo preciso das origens econômicas da Revolução ou das classes sociais que a geraram.

Sobretudo, malgrado sua clarividência, esses historiadores da burguesia não puderam esclarecer o essencial: que a Revolução se explica, em última análise, por uma contradição entre as relações da produção e o caráter das forças produtivas. Marx e Engels, os primeiros, sublinharam com vigor, no Ma-

nifesto do Partido Comunista, que os meios de produção, sobre cuja base se assentou o poderio da burguesia, foram criados e se desenvolveram no próprio seio da "sociedade feudal". No fim do século XVIII, o regime da propriedade, a organização da agricultura e da manufatura já não correspondiam às forças produtivas em pleno impulso e constituíam mesmo entraves à produção. "Era preciso suprimir essas dependências — escrevem os autores do Manifesto. — Elas foram suprimidas".

Inspirando-se numa certa medida do materialismo histórico (apenas numa certa medida: não escreveu ele, com efeito, em sua *Introduction générale*, que sua interpretação da História será "ao mesmo tempo materialista, com Marx, e mística, com Michelet"?), Jaurès, na *Histoire socialiste*, restituiu à Revolução sua subestrutura econômica e social, num vasto afresco banhado pela eloquência e que perdura ainda como um monumento válido. "Sabemos — escreve ele — que as condições econômicas, a forma da produção e da propriedade constituem o próprio fundo da História". Se pôde avançar na historiografia da Revolução, Jaurès o deve, sem dúvida, também ao impulso do movimento operário no início do século XX. Se a exprimiu sem nitidez, Albert Mathiez, ao prefaciá-la, em 1922, uma nova edição da *Histoire socialiste*, a sentiu, ao escrever que Jaurès aplicou no estudo dos documentos do passado "o mesmo senso agudo, a mesma perspicácia" que o guiaram nas lutas políticas: "Metido na vida febril das assembleias e dos partidos, estava mais apto do que um professor, do que um homem de gabinete, a reviver as emoções, os pensamentos claros ou obscuros dos revolucionários". Talvez a obra de Jaurès peque, no entanto, pela esquematização. A Revolução se desenvolve, nela, de maneira toda uniforme: sua causa reside no poder econômico e intelectual da burguesia ao atingir a maturidade; seu resultado foi consagrar esse poder na lei.

Sagnac e Mathiez, avançando mais, precisaram o que foi, no século XVIII, a reação aristocrática que culminou, em 1787-1788, no que Mathiez designa pela expressão ambígua de "revolta da nobreza": essa oposição exaltada da nobreza a qualquer tentativa de reforma, mais ainda, esse domínio de todas as funções do Estado pela minoria privilegiada, essa recusa obstinada em repartir a preeminência com a alta burguesia. Assim estava explicado o caráter violento da Revolução Francesa, e que o advento da burguesia resultou não de uma evolução progressiva, mas de uma brusca transformação qualitativa.

Mas a Revolução não foi obra única da burguesia. Mathiez, depois de Jaurès, insistindo sobre a desagregação rápida do Terceiro Estado e sobre os antagonismos que não tardaram a se manifestar entre as diversas frações da burguesia e as classes populares, dá-se conta da complexidade da história revolucionária e da progressão de suas etapas sucessivas. Afastando os olhos da cena parisiense e das grandes cidades que tinham, até então, seduzido a atenção dos historiadores, Georges Lefebvre (tendo em vista que a França do fim do século XVIII é ainda essencialmente rural) fixou-se no estudo da massa camponesa. Até esse ponto, a ação camponesa fora considerada como uma repercussão dos movimentos citadinos, essencialmente dirigida, segundo a burguesia, contra o feudalismo e o poder monárquico; dessa forma, estavam conservados à Revolução seu aspecto homogêneo e a majestade do seu curso. Georges Lefebvre, partindo de análises sociais precisas, demonstrou que no quadro da revolução burguesa desenvolveu-se uma corrente camponesa, possuindo autonomia própria quanto à sua origem, métodos, crises e tendências. Torna-se necessário, contudo, assinalar claramente que o objetivo fundamental do movimento camponês coincidiu com as metas da revolução burguesa: a destruição dos meios feudais de produção. A Revolução suprimiu nos campos o regime antigo da propriedade; acelerou a ruína da organização tradicional da agricultura.

A obra de Georges Lefebvre vale como demonstração e como exemplo. Pondo-se à parte o campo que ele desvendou, a história social da Revolução resta a ser escrita. Ela sozinha permitirá o progresso do conhecimento. Não é senão partindo de análises minuciosas da riqueza predial e mobiliária, da pujança econômica das diversas classes sociais e dos grupos que as compõem, que se perceberá o jogo dos antagonismos e da luta de classes, que se há de precisar as vicissitudes e os progressos do movimento revolucionário, que se fará, enfim, um balanço exato da Revolução.

Fato significativo, quando a burguesia reina, sem contestação, depois de mais de um século e meio: não possuímos qualquer história da burguesia francesa sob a Revolução. À parte alguns ensaios que se referem mais ao estudo da mentalidade do que da pujança econômica, algumas monografias também consagradas a uma região ou a uma cidade, a uma família ou uma categoria, monografias preciosas no que toca à pres-

quisa documental e mostrando o caminho a seguir, força é constatar o atraso nesse domínio dos estudos revolucionários. Sem dúvida não faltam descrições da sociedade — da boa, entenda-se, as classes dominantes; essas monografias encerram muito pouco além das memórias ou das correspondências, pintura de costumes ou esboço de idéias — quando se faz necessário precisar relatórios de produção, lucros e efetivos. Muito menos temos uma história da nobreza através da Revolução; a história das classes populares urbanas começa, com esforço, a tomar forma. O primeiro alvo de uma séria pesquisa histórica seria o estabelecimento de monografias locais ou regionais, fundadas, na medida da documentação, sobre os dados estatísticos que fornecem os documentos econômicos e fiscais. Então seriam possíveis os trabalhos de síntese sobre as diversas classes e categorias sociais, que permitirão fixar-se os antagonismos e acompanhar-se a luta de classes na complexidade de seu movimento dialético. Se, por exemplo, a exploração das Ilhas produtoras de açúcar e o grande comércio marítimo daí originado têm sido descritos muitas vezes, não dispomos, porém, de uma obra aprofundada sobre a burguesia bordelesa: todas as considerações a respeito da Gironda permanecem vãs, tanto que não foram medidos a fortuna e o poder e traçados os limites do grupo social que ela representava.

Seria fácil multiplicar exemplos: constataríamos que um campo imenso resta ser cultivado, e que muitas peripécias da Revolução permanecem obscuras, à falta de um conhecimento exato das forças sociais da época.

INTRODUÇÃO

A CRISE DO VELHO REGIME



EM 1789, a França vivia nos quadros do que mais tarde se denominou *Velho Regime*.

A sociedade revelava-se essencialmente aristocrática; tinha por fundamentos o privilégio da estirpe e a riqueza imobiliária. Mas essa estrutura tradicional se achava minada pela evolução da economia, que aumentava a importância da riqueza mobiliária e o poder da burguesia. Ao mesmo tempo, os progressos do conhecimento positivo e o impulso que deflagrou a filosofia dos Luminaires solapavam os fundamentos ideológicos da ordem estabelecida. Se a França continuava ainda, no fim do século XVIII, essencialmente rural e artesanal, a economia tradicional se transformava pelo desenvolvimento do grande comércio e com o aparecimento da grande indústria. Os progressos do capitalismo, a reivindicação da liberdade econômica, suscitavam, sem dúvida, uma viva resistência da parte das categorias sociais presas à ordem econômica tradicional; não se afiguravam menos necessários aos olhos da burguesia, para a qual os filósofos e economistas haviam elaborado uma doutrina conforme seus interesses sociais e políticos. A nobreza podia bem conservar o primeiro lugar na hierarquia oficial; não estava ainda em declínio no seu poderio econômico e em seu papel social.

Sobre as classes populares, sobretudo os camponeses, pesavam todos os fardos do Velho Regime e os que subsistiam do feudalismo. Essas classes eram ainda incapazes de conceber quais os seus direitos e quanto eram poderosas; a burguesia se lhes afigurava, com sua forte armadura econômica e seu esplendor intelectual, como o único guia. A burguesia francesa do século XVIII elaborara uma filosofia que correspondia a seu passado, a seu papel, a seus interesses — mas com uma tal largueza de vistas e se apoiando tão solidamente sobre a

razão, que esta filosofia, que criticava o Velho Regime e contribuiu para a ruína do mesmo, revestindo-se assim de valor universal, se dirigia a todos os franceses e a todos os homens.

A filosofia dos Luminaires opôs à concepção tradicional da vida e da sociedade um ideal de felicidade social fundado sobre a crença no progresso indefinido do espírito humano e do conhecimento científico. O homem recuperava sua dignidade. A liberdade em todos os domínios, tanto econômica quanto política, devia estimular-lhe a atividade: os filósofos lhe davam como meta o conhecimento da Natureza para melhor dominá-la e o argumento da riqueza geral. Assim, as sociedades humanas poderiam desabrochar plenamente.

Face a este ideal novo, o Velho Regime reduziu-se à defensiva. A monarquia permanecia sempre de direito divino; o rei da França era tido como o representante de Deus sobre a Terra; desfrutava a fé em um poder absoluto. Mas faltava vontade a este regime absolutista. Luís XVI abdicara finalmente de seu poder absoluto entre as mãos da aristocracia. O que se chamou de *revolução aristocrática* (mas que constitui sobretudo uma *reação nobiliária*, ou melhor, uma *reação aristocrática* não recuando ante a violência e a revolta) precedeu, desde 1787, a revolução burguesa de 1789. Malgrado um pessoal administrativo muitas vezes notável, as tentativas de reformas estruturais de Machault, de Maupeou, de Turgot, encalhavam ante a resistência obstinada dos Parlamentos e dos Estados Provinciais, bastiões da aristocracia. Tanto que a organização administrativa não melhorou quase nada e o Velho Regime continuou inacabado.

As instituições monárquicas, de modo geral, tinham recebido sua forma derradeira sob Luís XIV; Luís XVI governou com os mesmos ministérios e os mesmos conselhos que o seu avô. Mas se Luís XIV levava o sistema monárquico a um ponto de autoridade jamais atingido, não fizera uma construção lógica e coerente. A unidade nacional progredira bastante no século XVIII — progresso favorecido pelo desenvolvimento das comunicações e das relações econômicas, pela difusão da cultura clássica graças ao ensinamento dos colégios, pelas idéias filosóficas, graças à leitura, pelos salões, pelas sociedades de pensamento. Essa unidade nacional não se apresentava menos incompleta. Cidades e províncias guardavam

seus privilégios; o Norte conservava seus costumes, enquanto o Sul observava o Direito Romano. A multiplicidade dos pesos e medidas, do pedágio e das aduanas internas impedia a unificação econômica da nação e tornava, às vezes, os franceses estrangeiros em seu próprio país. A confusão e a desordem perduravam como traço característico da organização administrativa: as circunscrições judiciárias, financeiras, militares, religiosas, cavalgavam juntas, invadiam terreno alheio.

Enquanto as estruturas do velho regime se mantinham na sociedade e no Estado, uma "verdadeira revolução da conjuntura" (para retomar a expressão de Ernest Labrousse) multiplicava as tensões sociais; o crescimento demográfico e a alta dos preços, combinados seus efeitos, agravavam a crise.

O crescimento demográfico da França, no século XVIII, notável sobretudo após 1740, afigurou-se um tanto mais considerável que o crescimento posterior a um período de estagnação. Em realidade, ele foi modesto. A população do reino podia ser avaliada em 19 milhões de habitantes, pelos fins do século XVII, e em 25 milhões à véspera da Revolução. Necker, em sua *Administration des finances de la France* (1784), avança a cifra de 24,7 milhões, que parece um pouco falha. Considerando-se a cifra de 25 milhões, o crescimento teria sido de 6 milhões de habitantes, ou seja, tendo-se em conta as variações regionais, de 30 a 40%. A Inglaterra não contava, à mesma época, mais de 9 milhões de habitantes (crescimento de 80% ao curso do século), e a Espanha, 10,5 milhões. A natalidade francesa continuava elevada, sua taxa chegando a 40%; uma certa tendência à redução dos nascimentos se manifestava, porém, sobretudo nas famílias aristocráticas. A taxa de mortalidade, que variava fortemente de um ano a outro, cairia a 33%, em 1778. A expectativa de vida, ao nascimento, se elevava a mais ou menos 29 anos, na véspera da Revolução. Esse impulso demográfico marca essencialmente a segunda metade do século XVIII, conseqüência, em grande parte, do desaparecimento das grandes crises por que passara o século anterior, devidas à subalimentação, à fome e às epidemias (como o "grande inverno" de 1709). Depois de 1741-1742, essas crises do tipo "fome" tendem a desaparecer; a natalidade ultrapassa o índice de mortalidade e multiplica os homens, particularmente nas classes populares e nas cidades. O impulso

demográfico parece, com efeito, ter-se caracterizado mais nas cidades do que nos campos. Contava-se, em 1789, cerca de sessenta cidades com mais de 10 mil habitantes. Incluindo-se na categoria urbana os aglomerados de mais de 2 mil habitantes, a população das cidades podia ser avaliada em cerca de 16%. Esse desenvolvimento demográfico aumenta a procura de produtos agrícolas, contribuindo para a alta dos preços.

O movimento dos preços e dos lucros na França, no século XVIII, se caracteriza por uma alta secular que vai de 1733 a 1817: uma fase A, para retomar a terminologia de Simiand, sucedendo-se a uma fase B de depressão que, no século XVII, estendeu-se até 1730. O movimento de longa duração começou por volta de 1733 (a libra foi estabilizada em 1726, não havendo qualquer mutação monetária até à Revolução). O impulso, lento até 1758, se fez violento de 1758 a 1770 (a "idade de ouro" de Luís XV); a alta estabilizou-se em seguida, para recobrar fôlego à véspera da Revolução. Os cálculos de Ernest Labrousse, feitos sobre 24 mantimentos ou mercadorias, e o índice 100 afeto ao ciclo 1726-1741, a média da alta de longa duração é de 45% para o período 1771-1789; a alta se elevou a 65% nos anos de 1785 a 1789. O aumento é muito desigual, conforme os produtos, sendo mais acentuado para os gêneros alimentícios do que para os artigos fabricados, mais para os cereais do que para a carne — aspectos que caracterizam uma economia assentada sobre bases essencialmente agrícolas. Os cereais ocupavam, então, grande espaço no orçamento popular, sua produção aumentava pouco, enquanto a população crescia rapidamente e a concorrência dos cereais estrangeiros não era permitida. No período 1785-1789, a alta dos preços é de 66% para o frumento, 71% para o centeio, 67% para a carne; a lenha para queimar bate todos os recordes: 91%. O caso do vinho é particular: 14%; a queda do lucro vitícola é um tanto mais grave, tendo-se em conta que os vinhateiros não produziam cereais e deviam comprar pão. Os produtos têxteis (29% para os tecidos de lã) e o ferro (30%) mantinham-se abaixo da média.

As variações cíclicas (ciclos 1726-1741, 1742-1757, 1758-1770, 1771-1789) e as variações das safras se superpunham ao movimento de longa duração e acentuavam a alta. Em 1789, o cíclico máximo leva a alta do trigo a 127%, a do centeio a 136%. No que concerne aos cereais, as variações

próprias das estações, insensíveis ou quase em período de abundância, aumentam nos anos maus; do outono ao verão, os preços podem aumentar de 50 a 100% ou mais. Em 1789, a safra máxima coincidiu com a primeira quinzena de julho, elevando a alta do frumento a 150%, a do centeio a 165%. A conjuntura não manifesta, portanto, essencialmente pelo custo de vida; daí medem-se facilmente as consequências sociais.

As causas dessas flutuações econômicas são diversas. Em relação às flutuações cíclicas e de safras, e devido às crises, as causas têm de ser procuradas nas condições gerais da produção e no estado das comunicações. Cada região vivendo para si mesma, a importância da colheita regula o custo de vida. A indústria, de estrutura essencialmente artesanal e exportando pouco, está subordinada ao consumo interno e depende estreitamente das flutuações agrícolas. Quanto à alta de longa duração, origina-se da multiplicação dos meios de pagamento: a produção de metais preciosos aumentou consideravelmente no século XVIII, em particular a do ouro brasileiro e da prata mexicana — embora possa dizer-se que, pelo lado da inflação monetária e da alta dos preços, a Revolução estava, em certa medida, preparada no fundo das minas do México. O crescimento demográfico contribuiu, também, para a elevação dos preços, ao multiplicar a procura.

Dessa forma, caracterizava-se por múltiplos aspectos econômicos, sociais e políticos, a crise do Velho Regime. O estudioso volta a traçar um quadro das causas profundas e ocasionais da Revolução e a marcar, como por antecipação, aquilo que lhe dá significação original na história da França contemporânea.

The first part of the paper discusses the importance of the study of the history of the United States. It is argued that a knowledge of the past is essential for a proper understanding of the present. The author then proceeds to a detailed examination of the various factors which have shaped the development of the United States, including the influence of the British, the Spanish, and the French. The paper concludes by emphasizing the need for a continued study of the past in order to better understand the challenges of the future.

A CRISE DA SOCIEDADE

NA SOCIEDADE aristocrática do velho regime, o Direito tradicional distinguia três ordens ou estados: o Clero, a Nobreza — ordens privilegiadas — e o Terceiro Estado, que compreendia a imensa maioria da nação.

A origem das ordens remontava à Idade Média, onde se afirmara a distinção entre os que oravam, os que combatiam e os que trabalhavam para que os outros pudessem viver. A ordem do clero era a mais antiga; desde sua origem, teve uma condição particular regida pelo Direito Canônico. Mais tarde, configurou-se, entre os leigos, o grupo social da nobreza. Os que não eram nem clérigos nem nobres constituíam a categoria de “laboradores” que deu origem ao Terceiro Estado. Mas a formação dessa terceira ordem foi lenta. Sozinhos, figuraram nela, de início, os burgueses, isto é, os homens livres das cidades dotados de uma carta de franquias. Os plebeus do campo penetraram no Terceiro Estado ao participarem pela primeira vez, em 1484, da eleição de deputados daquela ordem. As ordens se consolidaram pouco a pouco e se impuseram à monarquia, de tal modo que a distinção entre elas resultou em lei fundamental do reino, consagrada pelo costume. Voltaire, em seu *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations* (1756), qualifica as ordens de legais e as define como “nações dentro da nação”.

As ordens não constituíam classes sociais; cada uma delas se dividia em grupos mais ou menos antagônicos. Sobretudo a

velha estrutura social fundada sobre o sistema feudal, sobre o desdém pelas atividades manuais e pelas ocupações práticas, já não estava em harmonia com a realidade.

A estrutura social da França do velho regime conservou o caráter de sua origem, da época em que a França começara a tomar forma, por volta dos séculos X e XI. A terra constituía então a única fonte de riqueza; os que a possuíam eram os senhores dos que a trabalhavam, e estes, seus servos. Desde então, numerosas transformações transtornaram essa ordem primitiva; o rei arrebatara dos senhores de terras seus direitos realengos, mas lhes deixara os privilégios sociais e econômicos, conservando-os, assim, no primeiro lugar da hierarquia social. O renascimento do comércio, a partir do século XI, e o desenvolvimento da produção artesanal haviam criado, no entanto, uma nova forma de riqueza, a riqueza mobiliária, e ao mesmo tempo uma nova classe social, a burguesia.

No fim do século XVIII, essa última estava à frente da produção; fornecia os quadros da administração monárquica e também os capitais necessários à marcha do Estado. A nobreza não desempenha senão um papel parasitário. A estrutura legal da sociedade não coincidia com as realidades sociais e econômicas.

I

Decadência da Aristocracia Feudal

A aristocracia constituía a classe privilegiada da sociedade do velho regime, compreendendo a nobreza e o alto clero.

Se em 1789 a nobreza existia na qualidade de *ordem*, perdera, no entanto, após longo período, os atributos do poder público que detinha na Idade Média. Ao custo de um longo esforço, a monarquia capetiana recuperara o exercício dos direitos realengos: cobrar imposto, recrutar soldados, cunhar moeda, fazer justiça. Após a Fronda, a nobreza vencida e em parte arruinada foi domesticada. Os nobres conservavam, contudo, o primeiro lugar na hierarquia social desde 1789; a nobreza constituía, depois do clero, a segunda *ordem* do Estado

A aristocracia não se confundia exatamente com os privilegiados: os curas e os religiosos de origem plebéia não contavam. A aristocracia constituía essencialmente a nobreza. O clero constituía uma ordem privilegiada, dividida em dois ramos pela barreira social; segundo Sieyes, era, aliás, menos uma ordem do que uma profissão. Com efeito, o alto clero pertencia à aristocracia: bispos, abades, a maior parte dos cônegos, enquanto o baixo clero, isto é, os curas e vigários, quase todos plebeus, identificavam-se socialmente com o Terceiro Estado.

1. A Nobreza: Declínio e Reação.

Os efetivos da nobreza podem ser avaliados em cerca de 350 mil pessoas, ou seja, 1,5% da população do país. Necessário ter em conta, ainda, as nuances regionais: de acordo com os objetivos da tributação, ou com o número de eleitores nobres que participaram de operações eleitorais em 1789, a proporção dos nobres nas cidades variava de mais de 2% a menos de 1%: Evreux + 2%; Albi — 1,5%; Grenoble — 1%; Marselha — 1%.

A nobreza formava a segunda ordem da monarquia, sendo, porém, a classe dominante da sociedade. Este termo mascarou-se, aliás, no fim do século XVIII, de elementos disparatados, de verdadeiras castas às vezes hostis umas às outras. Todos os nobres possuíam privilégios honoríficos, econômicos e fiscais: porte de espada, banco reservado na igreja, degolamento em caso de condenação à morte e não o enforcamento; sobretudo, isenção da *taille*, da corvéia nas estradas, do alojamento de guerreiros: direito de caça, monopólio de acesso aos graus superiores do exército, às dignidades da Igreja e aos altos cargos da magistratura. Além disso, os nobres que possuíam feudo exerciam sobre os camponeses os direitos feudais (podia-se, aliás, ser nobre sem possuir feudo, ou ser plebeu e possuir um feudo nobre: toda conexão desaparecera entre nobreza e sistema feudal). A propriedade predial nobre variava segundo as regiões. Era particularmente forte nas províncias do Norte (22%), na Picardia, no Artois (32%), no Oeste (60% em Mauges), na Borgonha (35%), menos importante no Centro, no Sul (15% na diocese de Montpellier), no Sudeste. No total, a nobreza detinha cerca de um quinto das terras do reino.

Unida apenas pelos seus privilégios, a nobreza limitava diversas categorias aos interesses muitas vezes opostos.

A nobreza palaciana compreendia os nobres apresentados à Corte, cerca de 4 mil pessoas que viviam em Versalhes, na roda social do rei. Tinha alto trem de vida, sustentada pelas pensões que lhe servia a prodigalidade real, os soldos militares, os lucros dos encargos do Palácio, as abadias *em comenda*, isto é, aquelas em que um eclesiástico secular ou um laico nomeado pelo rei recebia o terço do lucro, sem qualquer obrigação — isto sem falar nos recursos que tirava de seus vastos domínios. A alta nobreza não estava em parte menos arruinada; seus lucros mais evidentes lhe permitiam manter a posição social; a numerosa criadagem de que se cercava, o luxo do vestuário, o jogo, as recepções, as festas, os espetáculos, as caçadas exigiam sempre mais dinheiro. A alta nobreza se endividava, os casamentos com ricas herdeiras plebéias já não bastavam para tirá-la dos embaraços. A vida mundana, com efeito, aproximava, mais e mais, uma fração dessa nobreza, da alta finança rendida às idéias filosóficas; assim era no salão de Mme d'Epinay. Por seus costumes, por suas idéias liberais, uma parte da alta nobreza começava a se desclassificar — e isso numa época em que a hierarquia social se afigurava a mais rígida. Esse grupo da nobreza liberal, cioso de seus privilégios sociais, era levado para o lado da alta burguesia com quem partilhava certos interesses econômicos.

A nobreza provincial tinha uma sorte menos brilhante. Os fidalgotes viviam com seus camponeses, quase sempre a mesma vida difícil. Seu principal recurso — depois que fora proibida aos nobres, sob pena de derrogação, a prática de uma ocupação manual, até mesmo o cultivo de sua própria terra além de um certo número de jeiras — consistia na percepção dos direitos feudais, aos quais eram submetidos os camponeses. Esses direitos, quando eram recebidos em dinheiro, a tarifa tendo sido fixada após vários séculos, não constituíam senão magro rendimento, em virtude da diminuição constante do poder aquisitivo do dinheiro e do aumento contínuo do custo de vida. Ademais, muitos nobres da província vegetavam em suas mansões arruinadas, cada vez mais detestados pelos camponeses a quem insuflavam azedume com a exigência do pagamento dos direitos

feudais. Assim se formou, segundo a expressão de Albert Mathiez, uma *verdadeira plebe nobiliária* que vivia curvada sobre sua miséria, odiada pelas camponeses, desprezada pelos grandes senhores, detestando, em troca, os nobres da Corte pelos lucros múltiplos que lhes tiravam do tesouro real, e a burguesia urbana pelas riquezas que suas atividades produtivas lhe permitiam acumular.

A nobreza judiciária constituiu-se depois que a monarquia desenvolvera seu aparelho administrativo e judiciário. Procedente do século XVI, da alta burguesia, essa nobreza burocrática ocupava ainda, no século XVII, uma posição intermediária entre a burguesia e a nobreza de espada; no século XVIII, tendia a se confundir com ela. As grandes famílias parlamentares alimentavam a intenção de controlar o governo monárquico e participar da administração do Estado. Inarredáveis (havia comprado seus cargos), transmitiam as funções de pai a filho; os parlamentares representavam uma grande força, muitas vezes em conflito com a realeza, mas profundamente vinculados aos privilégios de sua casta e hostis a toda reforma que os atingisse. Também foram violentamente atacados pelos filósofos.

A aristocracia feudal afigurava-se em decadência no fim do século XVIII. Não cessava de empobrecer, a nobreza da Corte se arruinando em Versalhes, a nobreza provincial vegetando sobre suas terras. Por conseguinte, exigia, cada vez com maior azedume, a aplicação de seus direitos tradicionais, à medida que se aproximava da ruína. Os últimos anos do Velho Regime foram marcados por uma violenta *reação* aristocrática. Politicamente, a aristocracia pretendia monopolizar todos os altos cargos do Estado, da Igreja, do exército; em 1781, um edito do rei reservou os postos do exército apenas aos que fizessem prova de quatro quartos de nobreza. Economicamente, a aristocracia agravava o sistema senhorial. Pelos editos de *triagem*, os senhores se atribuíram o terço dos bens pertencentes às comunidades camponesas. Pelas restaurações dos bens tombados — registros que incluíam a enumeração de seus direitos — eles restauraram antigos direitos caídos em desuso e exigiram exatamente o que lhes era devido. Por outra parte, começaram os nobres a se interessar pelas empresas da burguesia, a empregar capitais nas

indústrias novas, em particular nas empresas metalúrgicas. Alguns aplicaram em suas terras as novas técnicas agrícolas. Nessa corrida ao dinheiro, uma fração da alta nobreza aproximou-se da burguesia, com quem partilhava, em certa medida, as aspirações políticas. Mas a massa da nobreza provincial e da nobreza da Corte não tinha em vista senão a afirmação mais nítida de seus privilégios. Hostil às idéias novas, não reclamava dos Estados-Gerais senão o tributo à sua primazia política e à sanção de seus privilégios.

Com efeito, a nobreza não constituía uma classe social homogênea, verdadeiramente consciente de seus interesses coletivos. A monarquia era alvo da oposição tenaz da nobreza parlamentar, das críticas dos grandes senhores liberais, dos ataques dos fidalgotes de província à margem das funções políticas ou administrativas e que sonhavam com um retorno à antiga Constituição do reino que não sabiam bem determinar. A nobreza da província, francamente reacionária, opunha-se ao absolutismo; a nobreza da Corte, esclarecida, tirava proveito dos abusos do regime, do qual reclamava a reorganização, sem ver que a abolição do mesmo lhe desfeceria o golpe de misericórdia. A classe dominante do Velho Regime não era mais unânime em defender o sistema que lhe garantia a preeminência. Contra ela, todo o Terceiro Estado: os camponeses que se exasperavam ante o regime feudal, os burgueses aborrecidos com os privilégios fiscais e honoríficos, enfim, todo o Terceiro Estado unido em sua hostilidade comum ao privilégio aristocrático.

2. *O Clero Dividido.*

O clero, cerca de 120 mil pessoas, se proclamava “o primeiro corpo do reino”. Sendo a primeira das ordens do Estado, possuía importantes privilégios, políticos, judiciários e fiscais. Sua pujança econômica repousava na percepção do dízimo e na propriedade imóvel.

A propriedade imóvel do clero era ao mesmo tempo urbana e rural. Possuía ele numerosos imóveis nas cidades, dos quais recebia aluguéis que dobraram no curso do século. Para o clero regular, a propriedade urbana se afigurava mais importante que a propriedade rural; em cidades como Rennes e Rouen, os conventos possuíam numerosos terrenos e outros imóveis. A propriedade rural eclesiástica era mais importante

ainda, tornando-se difícil calculá-la em todo o país. Voltaire avaliou o lucro que o clero tirava de suas terras em 90 milhões de libras, Necker em 130 — avaliação sem dúvida mais próxima da realidade, embora, na época, houvesse a tendência de se superestimar os lucros imobiliários do clero. A propriedade eclesiástica estava naturalmente fragmentada, compondo-se de fazendas isoladas, com rendimento medíocre, muitas vezes em consequência da má administração e do controle remoto exercido pelos beneficiários. Tentando-se, através de estudos locais e regionais, avaliar mais precisamente a propriedade imóvel eclesiástica, constata-se que ela variava de uma região a outra, diminuindo em direção ao Oeste (5% nos Mauges) e no Sul (6% na diocese de Montpellier). A percentagem atingia às vezes 20% (Norte, Artois, Brie), mas descia abaixo de 1%; pode-se avaliá-la, em média, em 10% — proporção importante tendo-se em conta a fraqueza numérica da ordem.

O dízimo constituía a porção dos frutos da terra ou dos rebanhos que os magistrados de 779 e 794 haviam obrigado os proprietários da terra a dar aos beneficiários do décimo. O dízimo era universal e pesava sobre as terras da nobreza, sobre as propriedades pessoais dos clérigos, tanto quanto sobre as terras dos plebeus. Variava segundo as regiões e as colheitas. O *dízimo grosso* incidia sobre os quatro cereais mais importantes (trigo, centeio, cevada e aveia); o *dízimo fino*, sobre as outras colheitas. A taxa do dízimo parecia sempre inferior a 10%; a taxa média para os cereais, em todo o país, dava a impressão de situar-se ao redor de 13%. É difícil estimar o lucro total que o clero tirava do dízimo; pode-se, no entanto, fixar uma avaliação de 100-120 milhões de libras, a esta juntando-se os lucros da propriedade imóvel, cuja receita era mais ou menos idêntica.

Pelo dízimo e por suas terras, o clero dispunha, então, de uma parte considerável da colheita, que ele revendia. Lucrava, assim, com a alta dos preços e com a alta dos arrendamentos; o valor do dízimo parece haver ultrapassado o dobro no curso do século XVIII. Fardo cada vez mais insuportável para os camponeses, uma vez que os dízimos desviavam-se muitas vezes de suas metas primitivas, atingindo mesmo à dos laicos, sob o nome de *dízimos enfeudados*.

Só o clero constituía verdadeiramente uma ordem, provida de uma administração (*agentes gerais do clero e câmaras*

diocesanas) e possuindo seus tribunais (as *provedorias*). De cinco em cinco anos, reunia-se a Assembléia do clero para tratar de assuntos da religião e dos interesses da ordem. Votava uma contribuição voluntária para prover as funções do Estado, a *dáviva gratuita*, que constituía, com os décimos, a única imposição do clero, em média 3.500.000 libras por ano, cifra mínima em relação aos lucros da ordem. É verdade que o clero tinha o encargo do estado civil (registros de batismo, casamentos e óbitos), da assistência e do ensino. A sociedade laica dependia ainda estreitamente do poder eclesiástico.

O clero regular (de 20 a 25 mil religiosos e cerca de 40 mil religiosas), se floresceu no século XVII, conheceu, no fim do século seguinte, uma decadência moral profunda e uma grande desordem. Em vão a *Comissão dos Regulares*, instituída em 1766, tentara uma reforma. Em 1789, havia 625 abadias de homens em comenda e 115 regulares; 253 abadias de mulheres, reputadas regulares; em verdade, as abadias regulares dependiam quase todas de nomeação real. O descrédito do clero regular derivava, por uma parte, da importância de suas propriedades consideráveis, cujos lucros iam para os conventos despovoados e mais ainda para os *abades comendatários* ausentes. Os próprios prelados mostravam-se severos para com o clero regular; segundo o arcebispo de Tours, em 1778: “A linhagem franciscana (os *Cordeliers*, ordem de São Francisco de Assis), no interior, está à beira do aviltamento. Os bispos se queixam da conduta crapulosa e desordenada desses religiosos”.

O relaxamento da disciplina persistia, com efeito. Muitos frades, atraídos pelas idéias novas, liam os filósofos. Eles deviam fornecer uma parte do clero constitucional, uma parte mesmo do pessoal revolucionário. A decadência era menos sensível nas comunidades de mulheres, em particular aquelas que se ocupavam do ensino ou da assistência — precisamente as que eram mais pobres, pois as mais antigas abadias desfrutavam muitas vezes lucros consideráveis. Grande número de abadias era concedido pelo rei, que, na maioria das vezes, não entregava os rendimentos dessas abadias aos próprios monges, e, sim, dava-as, *em comenda*, a beneficiários, eclesiásticos seculares ou mesmo laicos, que não exerciam a função, mas percebiam o terço da renda.

O clero secular era vítima, ele também, de uma verdadeira crise. A vocação religiosa não repousava mais, como no passado, sobre o fundamento único da fé; a propaganda filosófica havia abalado a fé, após longa pregação.

Em realidade, o clero, mesmo constituindo uma ordem e possuindo unidade espiritual, não formava um conjunto socialmente homogêneo. Em seus quadros, como no conjunto da sociedade do velho regime, se hostilizavam nobres e plebeus, baixo clero e alto clero, aristocracia e burguesia.

O alto clero — bispos, abades e cônegos — era recrutado, de quando em quando, exclusivamente na nobreza; pretendia defender seus privilégios dos quais o baixo clero era geralmente excluído. Não havia um só dos 139 bispos que não fosse nobre, em 1789. A maior parte das rendas da ordem ia para os prelatos; o fausto e a magnificência dos príncipes da Igreja igualavam os dos grandes senhores laicos: a maior parte residia na Corte e não se ocupava com outra coisa a não ser o bispado; o de Estrasburgo, cujo titular era príncipe e landgrave, rendia 400 mil libras.

O baixo clero (50 mil curas e vigários) conhecia, portanto, algumas dificuldades reais. Curas e vigários, quase todos oriundos da classe plebéia, não recebiam senão a *porção mínima* (750 libras para os curas, 300 para os vigários, depois de 1786), que lhes deixavam os beneficiários do décimo, os eclesiásticos e às vezes os laicos, os quais recebiam as rendas da paróquia sem exercer as funções. Assim, curas e vigários constituíam às vezes uma verdadeira plebe eclesiástica, nascida do povo, vivendo com ele, compartilhando o seu espírito e suas aspirações. O exemplo do baixo clero delfiniano é, a esse respeito, particularmente significativo. Mais do que em qualquer outra província, no Dauphiné apareceu, muito cedo, a *insurreição dos curas*, que provocou a ruptura da ordem nas primeiras sessões dos Estados-Gerais. Esse espírito reivindicativo se explicava pelo número elevado dos sacerdotes mantidos à margem pelo alto clero, e pelo apoio que eles receberam, posteriormente, dos parlamentares. As dificuldades materiais em que se debatiam curas e vigários os levaram a formular reivindicações temporais que resvalaram, logo, no domínio teológico. Desde 1776, o futuro bispo constitucional de Grenoble, Henri Reymond, publicou um livro, inspirado pelo *richérisme*,

que fundamentava os direitos dos curas na história dos primeiros séculos da Igreja, a tradição dos Concílios, a doutrina dos Padres. Em 1789, o caderno dos curas do Dauphiné, todos conservando um tom respeitoso em relação aos bispos, passou dessas idéias a conclusões extremas e ligou a sorte do baixo clero à do Terceiro Estado.

Entretanto, malgrado essa atitude do baixo clero, não se pode esquecer que na sociedade do antigo regime a Igreja ligara seu destino ao da aristocracia. Ou esta última cessara, ao curso do século XVIII, de se fechar, à medida que se agravavam suas condições de existência. Face à burguesia, ela se transformou em casta: nobreza de espada, nobreza judiciária, a alta Igreja se reservando o monopólio dos cargos militares, judiciários ou eclesiásticos, dos quais estavam excluídos os plebeus. E isso, no momento exato em que essa aristocracia tornada puramente parasitária não justificava mais, pelos serviços prestados ao Estado ou à Igreja, as honras e os privilégios que haviam constituído, por um momento, uma contrapartida legítima. A aristocracia prejudicava, dessa forma, a nação pela sua inutilidade, pelas suas pretensões, pela sua recusa obstinada de ter em vista o bem geral.

II

Impulso e Dificuldades do Terceiro Estado

A terceira *ordem* fora designada, depois do fim do século XV, pelo nome de *Terceiro Estado*. Representava a imensa maioria da nação, ou seja, mais de 24 milhões de habitantes, no fim do Velho Regime. O clero e a nobreza se haviam constituído muito antes dele; entretanto, a importância social do Terceiro Estado aumentou rapidamente em consequência da conduta de seus membros na nação e no Estado. Desde o início do século XVII, Loyseau constatou que o Terceiro Estado

“atualmente, goza de muito maior poder e autoridade do que possuía antes, porque os oficiais de justiça e das finanças são quase todos seus representantes, depois que a nobreza desprezou as letras e abraçou a ociosidade.”

Sieyes assinalou bem a importância do Terceiro Estado no fim do Velho Regime, em sua brochura famosa, de 1789, *Qu'est-ce que le Tiers Etat?* A esta pergunta, respondeu: *Tudo*. Demonstra ele, no primeiro capítulo, que o Terceiro Estado é uma nação completa:

“Quem ousaria dizer que o Terceiro Estado não possui tudo quanto necessita para formar uma nação completa? Trata-se de um homem forte e robusto, mas com um dos braços acorrentado. Omitindo-se a ordem privilegiada, a nação não seria qualquer coisa de menos, mas qualquer coisa de mais. Assim, que é o Terceiro Estado? Tudo — mas um todo entravado e oprimido. Que seria ele sem a ordem privilegiada? Tudo, mas um todo livre e florescente. Nada se pode fazer sem ele, tudo se fará infinitamente melhor sem os outros.”

Sieyes conclui:

“O Terceiro Estado abarca, assim, tudo o que pertence à nação; e tudo o que não é do Terceiro Estado não se pode considerar como sendo da nação.”

O Terceiro Estado compreendia as classes populares do campo e das cidades. Posteriormente, sem que seja possível traçar-se um limite nítido entre essas diversas categorias sociais, a pequena e média burguesia, essencialmente artesanais e comerciantes. A essas camadas médias se unem os membros das profissões liberais: magistrados não-nobilitados, advogados, notários, professores, médicos e cirurgiões... Da alta burguesia, destacam-se os representantes da finança e do grande comércio: em primeiro lugar, os armadores e os financistas, os fazendeiros em geral e os banqueiros. Eles levavam vantagem sobre a nobreza pela fortuna, mas tinham a ambição de nela penetrar através da aquisição de títulos nobiliárquicos. O que, além dessa diversidade social, constituía a unidade do Terceiro Estado era a oposição aos privilégios e a reivindicação da igualdade civil. Uma vez adquirida esta última, a solidariedade das diversas categorias sociais do Terceiro Estado desapareceu; daí, o desenvolvimento das lutas de classes sob a Revolução. O Terceiro Estado, que reunia todos os plebeus, formava, assim, uma ordem, mas não uma classe; era uma espécie de entidade de que não se pode fazer idéia precisa sem decompor-lhe os diversos elementos sociais.

1. *Pujança e Diversidade da Burguesia.*

A burguesia constituía a classe preponderante do Terceiro Estado; dirigiu a Revolução e dela tirou proveito. Ocupava, por sua riqueza e cultura, o primeiro lugar na sociedade, posição em contradição com a existência oficial das ordens privilegiadas. Tendo-se em vista seu lugar na sociedade, e seu primeiro lugar na vida económica, pode-se distinguir diversos grupos: o dos *burgueses* propriamente ditos, burguesia passiva de *rentiers* vivendo do lucro capitalizado ou das rendas da propriedade imóvel; o grupo das profissões liberais, dos serventuários da justiça, dos oficiais, categoria complexa e muito diversificada; o grupo artesanal e lojista, pequena ou média burguesia vinculada ao sistema tradicional de produção e de trocas; o grupo da grande burguesia dos negócios, categoria ativa vivendo diretamente do lucro, ala avançada da burguesia. No que concerne ao conjunto do Terceiro Estado, a burguesia não constituía naturalmente senão uma minoria, mesmo incluindo em seus quadros os artífices. A França, no fim do século XVIII, continuava essencialmente agrícola e, quanto à produção industrial, um país de artesãos; o crédito era pouco difundido, havia pouco numerário em circulação. Tais características repercutiram sobre a composição social da burguesia.

A burguesia dos *rentiers* formava um grupo economicamente passivo, saído da burguesia do comércio ou dos negócios, e vivendo do lucro capitalizado. Com o enriquecimento da burguesia no curso do século, o número dos *rentiers* parou de crescer. Assim, em Grenoble, onde a categoria dos *rentiers* (e das viúvas) não cessava de aumentar: em 1773, os *rentiers* representavam 21,9% do efetivo burguês, os serventuários de justiça, 13,8%, os comerciantes, 17,6%; em 1789, a proporção dos mercadores se reduzira a 11%, enquanto a dos *rentiers* se elevara a 28%. Em Toulouse, essa burguesia de *rentiers* compunha cerca de 10% do conjunto da categoria. Em Albi, a proporção reduzia-se a 2 ou 3%. O grupo dos *rentiers* parecia haver englobado cerca de 10% de toda a burguesia. Havia, portanto, uma extrema diversidade quanto à qualidade de *rentier*. No Havre, um historiador assinalou “uma burguesia aviltada, de pequenos e minúsculos *rentiers*”. Em Rennes, encontravam-se *rentiers* no cume ou no mais baixo padrão da escala social. *Rentier* significava certo gênero de vida (*viver*

burguesmente), que comportava múltiplos níveis correspondentes à extrema diversidade das fortunas. De modo idêntico, variava a origem dessas rendas, que podiam provir, em parte, das empresas comerciais, de rendas da Câmara Municipal (serviço de empréstimos), de aluguéis urbanos, de arrendamentos rurais. A propriedade imóvel da burguesia (entendido que se trata aqui da burguesia em sua totalidade, e não apenas da burguesia dos *rentiers*) pode ser avaliada de 12 a 45% das terras, segundo as regiões: 16% no Norte, 9% no Artois, 20% na Borgonha, mais de 15% nos Mauges, 20% na diocese de Montpellier. Ela se fortalecia ao redor das cidades, a compra de bens imóveis próximos à sua residência urbana tendo constituído sempre a localização favorita de numerosos burgueses enriquecidos no comércio.

A burguesia das profissões liberais formava um grupo bastante diversificado, onde o Terceiro Estado encontrou seus principais intérpretes. Aqui, mais uma vez, a ascendência era muitas vezes marcante, e o capital inicial provinha do lucro. Os titulares de ofícios que não pertenciam à nobreza incluíam-se nessa categoria: oficiais de justiça ou oficiais de finança, dignidade acompanhada de uma função pública; os oficiais eram proprietários do cargo que haviam comprado. Figuravam no primeiro lugar das profissões liberais propriamente ditas, as profissões jurídicas, muito numerosas: procuradores, contínuos, notários, advogados das várias jurisdições do Velho Regime. As outras profissões liberais não faziam tão brilhante figura. Os médicos eram raros e não gozavam de grande consideração, salvo alguns que chegaram à celebridade (Tronchin, Guillotin...). Nas pequenas cidades, conhecia-se, sobretudo, o boticário ou o cirurgião que, durante algum tempo, era simultaneamente barbeiro. Os professores tinham ainda menos importância, à exceção de alguns que ensinavam no Colégio de França ou nas faculdades de Direito ou de Medicina. Eram, aliás, pouco numerosos, a Igreja tendo o monopólio do ensino. A maior parte dos laicos que ensinavam eram mestres-escolas ou preceptores. Por fim, as pessoas letradas ou *noticiaristas* (jornalistas), relativamente numerosas em Paris (Brissot...) Em Grenoble, onde a existência de um Parlamento possibilitava a presença de numerosos jurisconsultos, advogados e procuradores, os serventuários da justiça constituíam 13,8% do efetivo burguês. Em Toulouse, cidade ainda de Parlamento e administrações

provinciais, os oficiais titulares de ofícios de judicatura e de finança não se contavam entre a nobreza, e os membros das profissões liberais formavam 10 a 20% do grupo. Em Pau, entre 9 mil habitantes, 200 exerciam as profissões judiciárias ou liberais. Em todo o país podia-se estimar o grupo das profissões liberais entre 10 a 20% dos efetivos da burguesia. As condições, também aqui, ainda eram muito diversas, como o eram os honorários ou os vencimentos. Alguns se aproximavam da aristocracia, outros permaneciam em sua condição média. Possuindo, em geral, um trem de vida muito simples, uma cultura intelectual induzida, adepta entusiasta das idéias filosóficas, esta fração da burguesia, os serventuários da justiça em primeiro lugar, desempenhou, em 1789, o primeiro papel: forneceu grande parte do contingente revolucionário.

A pequena burguesia artesanal e lojista, bem como, abaixo dela, a burguesia dos negócios, vivia do lucro; essas categorias detinham os meios de produção, constituindo cerca de dois terços dos efetivos da burguesia. De baixo para cima, nessa classificação, a diferenciação social se fazia pela diminuição do papel do trabalho e pelo aumento do papel do capital. Para o artesanato e a loja, à medida que se descia na escala social, a parte do capital era gradativamente menos importante, o lucro sendo originado, gradativamente, pelo trabalho pessoal. Passava-se, assim, insensivelmente, às classes populares propriamente ditas. Essa categoria social estava vinculada às formas tradicionais da economia, ao pequeno comércio e ao artesanato, caracterizados pela dispersão dos capitais tanto quanto pela mão-de-obra dispersa nas pequenas oficinas. A técnica, aí, era rotineira, as ferramentas, mediocres. Contudo, a produção artesanal tinha ainda grande importância. As transformações das técnicas de produção e de permuta desfecharam uma crise nas formas tradicionais da economia. Ao regime corporativo se opunham as concepções do liberalismo econômico e da livre concorrência. No fim do século XVIII, o descontentamento reinava entre a maior parte dos artífices. Uns sentiam sua condição agravar-se e temiam ser reduzidos a assalariados; outros acreditavam que os concorrentes os arruinariam. Os artífices eram, de modo geral, hostis à organização capitalista da produção; eram adeptos não da liberdade econômica, como a burguesia dos negócios, mas da regulamentação. Para bem julgar seu estado de espírito, torna-se necessário uma vez mais

recorrer às variações de seu lucro: elas se diferenciavam segundo a parte do trabalho e a do capital. Para os negociantes-artífices, a alta da renda correspondia à alta dos preços: no século XVIII, muitos filhos de taverneiros tiveram acesso, via tribunal (escriturários, secretários-escreventes), às profissões liberais. Os artífices-negociantes, que produziam para a clientela, lucravam também com a alta dos preços: seus produtos aumentavam. Quanto aos artífices que trabalhavam em artesanato dependente, viviam essencialmente de um salário (*a tarifa*), eram vítimas do salto crescente entre a curva dos preços e a dos salários; mesmo se o salário nominal aumentava, seu poder aquisitivo diminuía. Os artífices dependentes sofreram, então, a baixa geral da renda que caracterizou as classes populares urbanas no fim do Velho Regime. A crise mobilizou os diversos grupos do artesanato que fornecia os quadros dos revolucionários (*sans-culottes*) da cidade. Mas a diversidade de interesses o impediu de formular um programa social coerente. Daí, certas peripécias da história da Revolução, particularmente no ano II.

A grande burguesia de negócios era uma burguesia ativa, vivendo diretamente da renda: classe de empresários, no sentido lato do termo, classe dos "chefes de empresas", segundo Adam Smith. Compreendia também, conforme suas atividades, diversas categorias que diversificavam ainda os fatores geográficos e o passado histórico.

A burguesia das finanças ocupava o primeiro lugar. Os arrendatários gerais do imposto, que todos os seis anos, se associavam para tirar do imposto indireto a sua parcela, os banqueiros, os fornecedores do exército, os funcionários das finanças, todos constituíam uma verdadeira aristocracia burguesa. muitas vezes ligada, por nascimento, à aristocracia. Seu papel social era imenso; faziam figura de mecenas, protegiam os filósofos. Construíram imensas fortunas graças à percepção de impostos indiretos, aos empréstimos do Estado, ao aparecimento das primeiras sociedades por ações. A dureza dos impostos fixados lhes rendeu impopularidade: em 1793, os arrendatários gerais do imposto* foram todos enviados ao cadafalso.

A burguesia comerciante era particularmente florescente nos portos marítimos. Bordéus, Nantes, La Rochelle, se enri-

* No original: *fermiers généraux*. (N. da E.)

queceram pelo comércio com as Ilhas, as Antilhas — sobretudo São Domingos. De lá chegavam açúcar, café, anil, algodão; o tráfico da *madeira de ébano* lhes forneceu escravos negros, cujo comércio era uma fonte de grandes receitas. Em 1768, o comércio de Bordéus se declarava em condições de fornecer às ilhas da América um quarto da importação de negros fornecidos pelos traficantes franceses. Esse mesmo porto, em 1771, importou 112 milhões de libras de café, 21 milhões de anil, 19 milhões de açúcar branco e, por fim, 9 milhões de libras de açúcar bruto. Marselha era especializada no comércio com o Levante, no qual a França ocupava o primeiro lugar. De 1716 a 1789, o comércio quadruplicou. Assim se construíram, nos portos e nas cidades comerciais, tão grandes fortunas; lá se recrutaram os chefes do partido vinculados à primazia da burguesia, monarquistas constitucionais, depois girondinos. Essas riquezas acumuladas serviam para a burguesia adquirir terras — sinal de superioridade social naquela sociedade ainda feudal — e também para financiar a grande indústria recém-nascida. O impulso comercial precedeu o desenvolvimento industrial.

A burguesia manufatureira se desembaraçou com esforço do negócio. Por muito tempo, a indústria (dizia-se a *fábrica* ou a *manufatura*) não fora senão um complemento do negócio: o negociante fornecia aos artesãos, que trabalhavam a domicílio, a matéria-prima, recebendo o produto fabricado. A indústria rural, muito desenvolvida no século XVIII, revestiu-se dessa característica: milhares de camponeses trabalhavam dessa forma para os negociantes das cidades. A grande produção capitalista apareceu nas indústrias novas exigindo maquinaria dispendiosa. A concentração industrial se esboçava. Na indústria metalúrgica, grandes empresas se constituíam em Lorraine, em Creusot (1787). O Creusot, sociedade por ações, possuía um equipamento aperfeiçoado: *máquinas a fogo*, caminho de ferro a cavalos, quatro altos fornos, duas grossas forjas. A *forerie* era o mais importante de todos os estabelecimentos similares na Europa. Dietrich, o rei do ferro da época, estava à testa do grupo industrial mais poderoso da França; suas usinas de Niederbronn empregavam mais de 800 operários. Possuía ele empresas em Rothau, Jaegerthal, Reischoffen. Os privilegiados detinham ainda uma parte importante da produção siderúrgica, os gentis-homens não se inclinavam a ser donos de

forjas. Assim os de Wendel à Charleville, Hombourg, Hayange. A indústria hulheira também se renovava. Sociedades por ações se formaram, permitindo uma exploração mais racional e a concentração de numerosos operários; a Companhia das Minas de Anzin, fundada em 1757, empregava 4 mil operários. Desde o término do Velho Regime se esboçavam certos traços da grande indústria capitalista.

O ritmo do desenvolvimento industrial, estudado por Pierre Léon no período 1730-1830, "o século XVIII industrial", difere segundo as regiões e mais ainda segundo os setores de produção.

Setores de crescimento lento: as indústrias de base, os têxteis tradicionais, tapeçarias e tecidos de linho e de cânhamo. O crescimento da produção em toda a França, no curso do século, teria sido relativamente fraco: 61%. A ter em conta as nuances regionais, o Languedoc teria visto sua produção crescer em 143%, de 1703 a 1789, Montauban e Bordéus em 109%, no mesmo período. A Champagne acusaria um impulso de 127%, de 1692 a 1789, o Berry de 81%, Orléanais, de 45%, a Normandia, de 12%, apenas no já citado período cronológico. O Auvergne e o Poitou teriam ficado estacionários; certas províncias teriam mesmo declinado, como o Limousin (—18%) e a Provence (—36%).

Setores de crescimento rápido: as indústrias "novas", vivificadas por uma técnica em progresso e por investimentos importantes, a indústria do carvão, a metalurgia, os têxteis novos. Para a indústria carvoeira, e tendo em conta o caráter aproximativo das estatísticas, Pierre Léon estima o aumento da produção de 7 a 800%. Em Anzin, onde se dispõe de séries contínuas, o coeficiente do crescimento da produção monta, entre 1744 e 1789, a 681%. Para a metalurgia, o aumento foi modesto até à Revolução, quando ela se acelerou, mas declinou depois de 1815; assim, a produção de ferro fundido acusa um crescimento de 72%, entre 1738 e 1789, e de mais de 1100%, de 1738 a 1811. Quanto aos tecidos de algodão e aos panos estampados, indústrias novas, se as cifras globais fazem falta, a região de Rouen apresenta, para os primeiros, um aumento de 107%, de 1732 a 1766, enquanto a cifra de negócios de chitas de Mulhouse aumenta de 738%, de 1758 a 1786. Indústria antiga, mas lucrando com a prosperidade geral, a indústria da seda surge como indústria nova: em Lyon, o número

de teares aumentou em 185%, de 1720 a 1788; no Dauphiné, a produção de sedas subiu 400% (em peso), de 1730 a 1767.

Por mais considerável que tenha sido a força de expansão da indústria francesa, a influência do crescimento industrial sobre o progresso econômico geral do país parece ter sido relativamente modesta. No que concerne à agricultura, ela parece ter agido sobre o desenvolvimento da mesma pela elevação da renda imobiliária, o crescimento da renda agrícola arrastando importantes investimentos para as empresas industriais. Quanto ao comércio, o desenvolvimento industrial não deixou de influir sobre sua estrutura. De 1716 a 1787, o crescimento das exportações de produtos fabricados foi de 221% (aumento global das exportações francesas: 298%). Abstração feita ao comércio colonial, a parte das matérias-primas industriais nas importações passou, entre essas mesmas datas, de 12 para 42%.

O espetáculo dessa atividade econômica deu aos homens da burguesia consciência de sua classe e lhes fez compreender que ela se opunha irremediavelmente à aristocracia. Sieyes, em sua brochura, definiu o Terceiro Estado pelos trabalhos particulares e as funções públicas que ele assume: o Terceiro Estado é toda a nação. A nobreza não faria parte da nação, não entra na organização social: continua imóvel no meio do movimento geral, devorando "a melhor parte do bocado, sem ter concorrido em nada para produzi-lo... Uma tal classe é seguramente estrangeira à nação, pela sua indolência."

Barnave se revela mais penetrante. Fora educado, é verdade, em meio a essa atividade industrial que, a crermos no que o inspetor das manufaturas, Roland, escreveu em 1785, fizera do Dauphiné, pela variedade e densidade das empresas, e pela importância da produção, a primeira província do reino. Em sua *Introduction à la Révolution française*, escrita após a dissolução da Assembléia Constituinte, Barnave, tendo ajuizado o princípio de que a propriedade *influi* nas instituições, constata que as que criaram a aristocracia imobiliária contrariam e retardam o advento da era industrial:

"Desde que as artes e o comércio conseguem penetrar no povo e criar um novo meio de riqueza em benefício da classe laboriosa, prepara-se uma revolução nas leis políticas; uma nova distribuição da riqueza produz uma

nova distribuição do poder. Da mesma forma que o domínio das terras elevou a aristocracia, a propriedade industrial eleva o poder do povo."

Barnave escreve *povo* onde entendemos *burguesia*. Esta se identificava com a nação. A propriedade industrial, ou mais amplamente, mobiliária, deflagra, então, o advento político da classe que a detém. Barnave afirmou com nitidez o antagonismo da propriedade imobiliária e da propriedade mobiliária, bem como das classes que nelas se apoiavam. A burguesia comerciante e industrial tinha um senso penetrante da evolução social e da pujança econômica que representava. Ela conduziu, com uma consciência segura de seus interesses, a Revolução a seu termo.

2. As Classes Populares Urbanas: o Pão Quotidiano.

Estreitamente unidas à burguesia revolucionária pelo ódio à aristocracia e ao Velho Regime dos quais suportavam toda a carga, nem por isso as classes populares urbanas estavam menos divididas em diversas categorias, cujo comportamento não se revelou uniforme, no curso da Revolução. Se todas se levantaram com a mesma finalidade contra a aristocracia, as atitudes variaram com relação às frações sucessivas da burguesia que assumiram o comando do movimento revolucionário.

A massa que trabalhava com a força do seu braço e que produzia era designada pelos proprietários, aristocratas ou grandes burgueses, sob o termo um tanto desdenhoso de *povo*. Em realidade, da *meia burguesia*, para empregar a terminologia atual, ao proletariado, as nuances eram numerosas, bem como os antagonismos. Cita-se, com insistência, a opinião da mulher do convencional Lebas, filha do *marceneiro* Duplay (entenda-se "empresário em marcenaria"), hóspede de Robespierre, segundo a qual seu pai, cioso de sua dignidade burguesa, jamais admitiu à mesa um dos seus *servidores*, isto é, seus operários. Mede-se, assim, a distância que separava jacobinos e *sans-culottes*, a pequena ou média burguesia das classes populares propriamente ditas.

Onde terminavam os limites entre elas? Torna-se difícil, se não impossível, precisar. Nessa sociedade de preponderância aristocrática, as categorias sociais englobadas sob o termo geral de Terceiro Estado não estavam nitidamente talhadas; a evolução capitalista se encarregou de fixar os antagonismos. A

produção artesanal que dominava ainda e o sistema lojista de permutas realizaram transições insensíveis do povo à burguesia.

O *artesanato dependente* situava-se no limite das classes populares e da pequena burguesia: artesãos do tipo *operário da sêda lionês*, remunerados em sua mão-de-obra pelo negociante-capitalista que fornecia a matéria-prima e comercializava o produto fabricado. O artesão trabalhava em casa, fora da fiscalização do negociante; algumas vezes contratava companheiros e fazia, assim, figura de pequeno patrão. Mas, em realidade, e do ponto de vista econômico, esse artesão não era senão um assalariado sob o guante do capitalismo mercante. Essa estrutura social e a dependência dos artesãos, no que toca à *tarifa* fixada pelos negociantes, dão conta dos distúrbios de Lyon, no século XVIII, em particular a sublevação dos operários em 1744, que obrigou o intendente a pedir o auxílio do exército.

Necessário se torna, por outro lado, distinguir os operários dos teares (produção artesanal) dos operários das manufaturas e da grande indústria nascente, bem menos numerosos.

Os operários e os aprendizes agrupados nas corporações continuavam sujeitos à íntima dependência econômica e ideológica dos patrões. Nos ofícios artesanais, a oficina familiar constituía uma célula autônoma da produção: daí, certo tipo de analogias sociais. Sem que isso constituísse regra absoluta, não somente os aprendizes, mas os operários efetivos (um ou dois, habitualmente) viviam sob o teto do patrão — “pão, bilha, leite e casa”. Esse uso estava ainda em vigor em muitos ofícios, à véspera da Revolução. Na medida em que ele tendia a perder-se, acentuava a separação entre patrões e operários, e assim a dissociação do mundo tradicional do trabalho, agravada ainda pelo aumento progressivo do número de operários.

Os operários das manufaturas podiam galgar mais facilmente os diversos escalões da condição proletária; nenhuma aprendizagem regular se exigia deles, mas estavam submetidos à disciplina mais estrita dos regulamentos dos ofícios. Era-lhes difícil abandonar o empregador, sendo necessário, para isso, uma *autorização por escrito*. Em 1781, a obrigação do *livret* foi estabelecida para todo o assalariado. A importância numérica do grupo de assalariados urbanos que anunciava o proletariado do século XIX não deve, portanto, ser exagerada.

O assalariado de clientela constituía o grupo talvez mais importante das classes populares urbanas: diaristas, jardineiros, comissionados, carregadores de água ou de lenha, *biscateiros* que faziam comissões ou trabalhos miúdos. A eles reunia-se o pessoal doméstico da aristocracia ou da burguesia (criados, cozinheiros, cocheiros...), particularmente numerosos em certos bairros de Paris, como o de Saint-Germain. E, na má estação, os camponeses que iam oferecer seus serviços na cidade. Assim em Paris, os *Limousins*, numerosos, do outono à primavera, nos ofícios de construção.

As condições de existência das classes populares urbanas se agravaram no século XVIII. O aumento da população das cidades, assim como a subida dos preços, contribuiu para o desequilíbrio dos salários em relação ao custo de vida. Na segunda metade do século houve tendência à pauperização das categorias assalariadas. Para o artesanato, as condições de vida dos operários efetivos não diferiam essencialmente das dos patrões; eram simplesmente inferiores. A jornada de trabalho ia em geral da aurora à noite. Em Versalhes, em muitas oficinas, o trabalho durava, nas estações propícias, das quatro da manhã às oito da noite. Em Paris, na maior parte dos ofícios, trabalhavam-se dezesseis horas; os encadernadores e impressores, cuja jornada não ultrapassava quatorze horas, eram considerados como privilegiados. O trabalho, é verdade, era menos intenso do que em nossos dias, num ritmo mais lento; as festas religiosas, relativamente numerosas.

O problema essencial da condição popular repousava no salário e em seu poder aquisitivo. As desigualdades da alta dos preços atingiam diferentemente as camadas da população, segundo a constituição de seu orçamento. Os cereais aumentavam mais que o resto, por isso o povo foi o mais duramente atingido, dado o crescimento populacional, sobretudo nas categorias inferiores, e a parte enorme de pão que entrava na alimentação popular. Para se fixar um índice do custo de vida popular é necessário determinar, de maneira aproximada, a proporção das diversas categorias de gastos: para o século XVIII, E. Labrousse atribui ao pão a metade da receita popular (trata-se de um mínimo), 16% para os legumes, toucinho e vinho, 15% para o vestuário, 5% para o aquecimento, 1% para a iluminação. Aplicando os índices de longa duração ao preço de cada um desses diferentes artigos, E. Labrousse concluiu que,

em relação ao período de base 1726-1741, o custo de vida aumentou em 45% no curso do ciclo 1771-1789, e de 62% no curso dos anos 1785-1789. Portanto, as variações das colheitas introduziam efeitos desastrosos. À véspera de 1789, a parte do pão no orçamento popular constituía já 58% em consequência da alta geral; em 1789, atingiu 88%. Não restava, assim, senão 12% da receita para os outros gastos. A alta dos preços poupava as categorias sociais abastadas e abatia os pobres.

Os salários variavam naturalmente segundo os ofícios e as cidades. Os operários especializados das cidades podiam ganhar 40 *sous*. Mas a média não ultrapassava 20 a 25 *sous*, sobretudo nos teares. Pelo fim do reinado de Luís XIV, Vauban estimou o salário médio em 15 *sous*. Os salários continuaram estáveis até cerca da metade do século XVIII. Uma *enquête* de 1777 avaliou o salário médio em 17 *sous*. Pode-se avaliá-lo em 20 *sous*, em 1789. A libra de pão custando 2 *sous* nos anos favoráveis, o poder aquisitivo do operário médio representava, então, pelo fim do Velho Regime, dez libras de pão. O problema está em saber-se se o movimento dos salários reergueu a incidência da alta dos preços sobre o custo da vida popular, ou se a agravou ainda mais. Partindo-se desse período de base 1726-1741, as estatísticas constituídas por E. Labrousse revelam um aumento dos salários em 17% para o período (1771-1789), mas em quase a metade dos casos (trata-se de estatísticas locais) a alta dos salários não chegou a 11%. Em relação aos anos 1785-1789, a alta foi de 22%; ultrapassa 26% em três categorias. A alta dos salários variou segundo as profissões: para a construção, foi de 18% (1771-1789) e de 24% (1785-1789); para o diarista agrícola, 12 e 16%; índice inferior parece verificar-se nos teares. A alta de longa duração foi, dessa forma, bastante inferior à dos preços (48 a 65%): os salários seguiram os preços, sem alcançá-los; suas variações, cíclicas ou provocadas pelas estações do ano, acentuavam a diferença, já que essas variações se faziam sentir em direção inversa à dos preços. Com efeito, no século XVIII, a excessiva carestia provocava o *chômage*, a fraqueza da colheita reduzindo as necessidades dos camponeses. A crise agrícola preparava a crise industrial, a parte considerável do pão no orçamento popular diminuía a dos outros bens, quando seu preço subia.

Comparando-se a alta do *salário nominal* à do custo de vida, constata-se, então, que o *salário real* baixara ao invés de aumentar. E. Labrousse estima que, sobre a base de 1726-1741,

o desvio é de um quarto, a menos, para os anos 1785-1789; considerando-se as altas cíclicas dos preços, o desvio se eleva a mais da metade. Como as condições de vida, naquela época, exigiam que a redução incidisse essencialmente sobre os gêneros alimentícios, o período de alta do século XVIII provocou um aumento da miséria entre as classes populares. As flutuações econômicas tiveram consequências importantes, sociais e econômicas: a fome mobilizou os *sans-culottes*.

A agravação das condições de existência popular não escapou aos observadores e teóricos da época. O primeiro, Turgot (suas *Réflexions sur la formation et la distribution des richesses* datam de 1766) formulou a *lei de bronze* dos salários: em nome da natureza das coisas, o salário do operário não podia estar aquém das suas justas exigências de sua conservação e reprodução.

Malgrado os conflitos sociais entre as massas populares e a burguesia, era contra a aristocracia que se voltavam aquelas. Artesãos, lojistas e operários efetivos tinham queixas graves contra o Velho Regime, odiavam a nobreza. Esse antagonismo essencial era reforçado pelo fato de muitos trabalhadores da cidade terem origem camponesa e conservarem suas raízes campestres. Detestavam o nobre pelos seus privilégios, pela sua riqueza imobiliária, pelos direitos de que gozava. Quanto ao Estado, as classes populares reivindicavam sobretudo a suavização das cargas fiscais, em particular a abolição das taxas indiretas e das barreiras fiscais, de onde as municipalidades tiravam a maior parte de suas receitas — o que, em suma, favorecia os ricos. Sobre as corporações, a opinião dos artesãos e dos operários efetivos estava longe de ser unânime. Politicamente, enfim, tendiam obscuramente para a democracia.

Mas a reivindicação essencial do povo continuava a ser o pão. O que em 1788-1789 tornou as massas populares extremamente sensíveis, no plano político, foi a gravidade da crise econômica que lhes tornava a existência cada vez mais difícil. Na maior parte das cidades, as sublevações de 1789 tiveram por origem a miséria, sendo o seu primeiro efeito a diminuição do preço do pão. As crises na França do velho regime eram essencialmente agrícolas; resultavam, de ordinário, de uma sucessão de colheitas medíocres ou nitidamente deficitárias; os cereais experimentavam, então, uma alta considerável; muitos dos camponeses, pequenos produtores ou não, tinham de comprar cereais — o que lhes diminuía o poder aquisitivo; a crise

agrícola repercutia, assim, sobre a produção industrial. Em 1788, a crise agrícola foi a mais violenta de todo o século; no inverno, apareceu a fome; a mendicância devida ao *chômage* se multiplicou; esses desempregados famintos constituíram um dos elementos das turbas revolucionárias.

Certas categorias sociais lucravam, entretanto, com a alta dos cereais: o proprietário pago com produtos agrícolas, o beneficiário do décimo, o senhor, o negociante, todos pertencentes precisamente à aristocracia, ao clero ou à burguesia, isto é, às classes dirigentes. Os antagonismos sociais foram reforçados, bem como a oposição popular às autoridades e ao governo; esta foi a origem da lenda do *pacto da fome*. A suspeita se dirigia contra os responsáveis pelo abastecimento das cidades, municipalidades e governo. O próprio Necker devia ser acusado de favorecer os mongeiros.

Dessa miséria e dessa mentalidade coletiva nasceram as emoções e as revoltas. A 28 de abril de 1789, em Paris, estourou uma primeira sublevação contra um manufatureiro de papéis coloridos, Réveillon, e um manufatureiro de salitre, Hanriot, acusados de haver feito, numa assembléia eleitoral, propostas imprudentes acerca da miséria do povo. Réveillon teria dito que um operário podia muito bem viver com 15 *sous* por dia. Houve manifestação no dia 27; no dia seguinte, os dois estabelecimentos foram saqueados. O tenente da polícia mobilizou a tropa, os revoltosos reagiram e houve mortos. Para essa primeira jornada revolucionária, os motivos econômicos e sociais são evidentes; não se trata, aqui, de revolta política. As massas populares não possuíam opiniões precisas acerca dos acontecimentos políticos. Foram, portanto, móveis econômicos e sociais que as puseram em ação. Mas essas revoltas populares tinham, por sua vez, consequências políticas, pelo menos as de abalar o poder.

Para resolver o problema da fome e da carestia, o povo julgava que o mais simples era recorrer à regulamentação e aplicá-la com rigor, sem recuar ante a requisição e o tabelamento. Suas reivindicações em matéria econômica se opunham, então, às da burguesia que, nesse domínio como em outros, reclamava liberdade. Essas reivindicações explicam, em última análise, a irrupção do povo no cenário político, em julho de 1789, enquanto as contradições no seio do Terceiro Estado justificavam certas peripécias, particularmente da tentativa democrática do ano II.

3. Os Camponeses: *Unidade Real, Antagonismos Latentes.*

A França, no fim do Velho Regime, continuava essencialmente rural; a produção agrícola dominava a vida econômica. Daí, a importância da questão camponesa no curso da Revolução.

Importância que vem desde o surgimento da comunidade rural no conjunto da população francesa. Aceitando-se a cifra de 25 milhões de habitantes em 1789, e avaliando-se a população urbana em cerca de 16%, temos que a população rural formava a grande massa, seguramente mais de 20 milhões. Em 1846, data em que os recenseamentos começaram a relacionar a população rural-população urbana, a população rural representava ainda 75% do total.

Importância posterior da massa camponesa na história da Revolução. A Revolução não poderia ser bem sucedida, nem a burguesia orientá-la, se as massas camponesas permanecessem passivas. O motivo essencial da intervenção dos camponeses no curso da Revolução foi a questão dos direitos senhoriais e das sobrevivências do feudalismo; essa intervenção provocou a abolição radical, ainda que gradual, do regime feudal. O Grande Medo foi, em parte considerável, a origem da noite de 4 de agosto. A aquisição dos bens nacionais vinculou irremediavelmente, por outro lado, os camponeses proprietários à nova ordem.

No fim do Velho Regime, os camponeses franceses possuíam terras. Por isso, se opunham aos servos das corvéias da Europa central e oriental e aos diaristas ingleses, livres, mas reduzidos a viver do seu salário, depois que os camponeses ingleses foram expropriados, quando do movimento dos *enclausurados*. Novamente trata de saber-se, aqui, que proporção de terra possuíam os camponeses; para toda a França não há outro recurso senão formular aproximações. Necessário considerar-se também a questão da exploração: propriedade imóvel e exploração rural constituem dois problemas distintos, mas ligados, o regime da exploração podendo, em certa medida, corrigir, para os camponeses, os inconvenientes decorrentes da repartição da propriedade agrícola.

A propriedade camponesa variava segundo as regiões, indo de 22 a 70% do solo francês. Nas ricas terras para cultivo do trigo ou para pecuária, do Norte, Nordeste e Oeste era fraca

30% ao Norte, 18% nos Mauges, 22% nas planícies da diocese de Montpellier. A parte dos camponeses era, em compensação, importante nas regiões primitivamente cobertas de bosques ou florestas e nas montanhas, onde o arroteamento fora abandonado à iniciativa individual. Era mínima, ao contrário, nas regiões em que o corte do solo (o dessecamento, por exemplo) exigia importantes modificações, ou nos arredores das cidades, onde os privilegiados e os burgueses haviam monopolizado as terras. Se a proporção total da propriedade camponesa parecia assaz importante (cerca de 35%), a parte que tocava a cada um deles era ínfima, tendo-se em vista a importância numérica da população rural; considerando-se o número de camponeses, essa parte resultava nula. O camponês francês do velho regime era, de modo geral, um proprietário parcelar; os camponeses sem terra, mais numerosos ainda, constituíam um proletariado rural.

A condição camponesa afigurava-se, dessa forma, muito variável, os dois grandes fatores de diversidade constituindo, de um lado, a condição jurídica das pessoas e, do outro, a repartição da propriedade e da exploração agrárias.

Do primeiro ponto de vista, distinguíam-se servos e camponeses livres. Se a grande maioria dos camponeses estava livre, e isso depois de longo tempo de escravização, os servos permaneciam numerosos, cerca de um milhão, no Franche-Comté, no Nivernais. Sobre os servos pesava a *mão morta*: os filhos não podiam herdar sequer os bens móveis dos pais, salvo para pagar ao senhor os direitos importantes. Em 1779, Necker abolira a *mão morta* na propriedade monárquica, e em todo o reino o *direito de seguimento*, que permitia ao senhor reivindicar seus direitos sobre os servos fugitivos.

Entre os camponeses livres, os *manobreiros* ou *braçais*, diaristas agrícolas, formavam um proletariado rural cada vez mais numeroso. A proletarianização das camadas inferiores da população camponesa se acentuou no fim do século XVIII, em consequência da reação senhorial e do agravamento das cargas feudais e monárquicas; na zona rural dijonesa, na Bretanha, o número dos *manobreiros* dobrou em um século, em detrimento dos pequenos proprietários. Malgrado a alta dos salários nominais, as condições de existência desses proletários rurais se agravaram por motivo da alta mais importante ainda dos preços.

Bem próximo desses proletários rurais, um grande número de pequenos camponeses só tinha, para tirar seu sustento, uma terra insuficiente, seja em propriedade, seja em locação; deviam, em conseqüência, procurar recursos complementares no trabalho assalariado ou na indústria rural. Os proprietários eclesiásticos, nobres ou burgueses, que raramente exploravam eles mesmos suas terras, davam-na como arrendamento, ou mais comumente em regime de meias, isto é, à parte os frutos. As parcelas sendo muitas vezes dispersas, eram arrendadas isoladamente, de sorte que os diaristas conseguiam obter um quinhão e os pequenos proprietários arredondar sua exploração. Os meeiros constituíam, entre os camponeses parcelares, o grupo sem dúvida mais numeroso: dois terços ou três quartos da França eram cultivados de meia. Esse regime dominava no sul do Loire, notadamente nas regiões do Centro (Sologne, Berry, Limousin, Auvergne...), no Oeste (afetava cerca da metade das terras arrendadas na Bretanha), no Sudoeste. Mais raro ao norte do Loire, era encontrado, em particular, na Lorraine. A meia era o modo de locação das regiões mais pobres, onde os camponeses não tinham gado nem adiantamento.

Nas províncias de grande cultura, as ricas planícies cobertas de cereais, por exemplo, do Bassin parisiense, os grandes fazendeiros açambarcavam, na maior parte das vezes em detrimento dos diaristas e dos pequenos camponeses, todas as terras em locação; verdadeira "burguesia rural", eles incitavam contra si o ódio e a cólera da massa camponesa para cuja proletarianização contribuíam. Tratava-se de um grupo social homogêneo, pouco numeroso, localizado nas províncias de grande cultura, economicamente importante, iniciador, nos campos de cultivo de cereais, da transformação capitalista da agricultura. O grande fazendeiro tomava por arrendamento uma exploração importante, geralmente de nove anos, que exigia um capital de exploração, em conseqüência. O arrendamento de fazendas, bem menos freqüente que o arrendamento à meia, era praticado, sobretudo, nas regiões de rica agricultura de cereais, nas planícies do Limousin, onde vicejava o trigo, e onde a propriedade camponesa era fraca: Picardia, Normandia Oriental, Brie, Beauce...

Os *lavradores* eram camponeses proprietários abastados e mesmo ricos. Possuíam bastante terra para viver independentes. Na massa de camponeses, não constituem senão um grupo pouco numeroso, mas sua influência social era grande: eram os notáveis das comunidades camponeses, os *galos da aldeia*, uma

espécie de "burguesia rural". Seu papel econômico era menor; sem dúvida, comercializavam parte de suas colheitas, que não formava, porém, senão uma porcentagem fraca do total da produção agrícola. Nos anos favoráveis, os lavradores escoavam os excedentes de cereais; em muitas regiões vendiam essencialmente vinho cujo preço se caracterizou, até 1777-1778, por uma forte alta (cerca de 70%). Os proprietários camponeses abastados beneficiaram-se com a alta dos preços agrícolas até os primeiros anos do reinado de Luís XVI.

Assim, a sociedade rural comportava tantas nuances e antagonismos quanto a sociedade urbana: grandes fazendeiros e lavradores; fazendeiros, meeiros e pequenos camponeses proprietários; por fim, a massa dos diaristas, depois os que possuíam casa e horta e arrendavam porções de terra, até os que nada possuíam a não ser os braços.

A exploração tradicional do solo permitia, em certa medida, aos camponeses pobres, compensar sua falta de terra. As comunidades aldeãs continuavam muito vivazes. Providas de uma organização política e administrativa (assembléias, síndicos), cumpriam ainda, na maioria das vezes, uma função econômica: tendiam à conservação, ali onde dominavam os camponeses pobres, dos direitos coletivos. No Norte e no Leste, o torrão da aldeia estava dividido em longas parcelas, estreitas e abertas, agrupadas em *tfês empórios* e onde se alternavam as culturas (trigo de inverno e cereais da primavera). Um empório permanecia sempre em *alqueive*, a fim de deixar a terra em repouso. No Sul, distinguiam-se apenas dois empórios. As terras em *alqueive*, ou seja, a metade ou o terço de solo cultivável, bem como os campos despojados das colheitas, eram considerados *comuns*; o mesmo acontecia pouco depois do primeiro corte do feno (*direito de segunda erva*). Uns e outras eram submetidos ao *direito de livre pastagem*: cada camponês podia enviar para ali seu gado; também os campos e campinas ficavam abertos. Os *bens comunais* (pastagens, florestas) e os *direitos de uso* nele implícitos ofereciam outros recursos aos camponeses; de modo idêntico, os *direitos de respiga e restolho*. Se os camponeses ricos eram hostis a esses direitos coletivos que lhes restringiam a liberdade de exploração e o direito de propriedade, os pobres, em compensação, a eles se agarravam, por causa deles subsistiam. Todos os seus esforços tendiam a limitar o direito da propriedade individual, para defender os

direitos coletivos; opunham-se, assim, ao progresso do *individualismo agrário* marcado, em particular, pelos *editos de cerca*, e à transformação da agricultura na acepção capitalista. A exploração camponesa afigurava-se, desse modo, em seu conjunto, de natureza ainda pré-capitalista no fim do século XVIII. O pequeno camponês não tinha a mesma concepção da propriedade agrícola nobre ou burguesa, ou do fazendeiro das províncias de cultura florescente. Sua concepção da propriedade coletiva ia de encontro — e assim o faria durante uma boa parte do século XIX — à noção burguesa do direito absoluto do proprietário em relação ao seu bem.

Os encargos dos camponeses eram tanto mais pesados quanto mais arcaica fosse a economia rural. Contra esses fardos impostos pela monarquia e pela aristocracia, se realizava a unidade dos camponeses.

A princípio, ônus reais: o camponês era mais ou menos o único a pagar a *taille*, contribuindo também para a capitação e os vigésimos; sozinho, estava sujeito à corvéia nas estradas, aos transportes militares, à milícia; por fim, os impostos indiretos, a gabela sobretudo, eram particularmente pesados. Os ônus reais não cessaram de aumentar no século XVIII: na Flandre valona, o imposto direto, sob o reinado de Luís XVI, aumentou 28%.

Ônus eclesiásticos: o dízimo era devido ao clero, a uma taxa variável, aliás, quase sempre inferior ao décimo, sobre os quatro grandes cereais — trigo, centeio, aveia e cevada — (*dízimo grande*), sobre as outras colheitas (*dízimo reduzido*), sobre a pecuária, enfim. O dízimo era tão insuportável ao camponês que, frequentemente enfeudado aos bispos, aos cabidos, aos abades, mesmo aos senhores, raramente bastava para a manutenção do culto e o alívio dos pobres da paróquia.

Por fim, os ônus senhoriais, de longe os mais pesados e impopulares. O regime feudal pesava sobre todas as terras plebéias e facultava a percepção de direitos. O senhor possuía sobre suas terras a justiça, alta e baixa, símbolo de sua superioridade social; a *baixa justiça*, arma econômica para exigir o pagamento dos direitos, era um instrumento indispensável de exploração senhorial. Os direitos propriamente senhoriais compreendiam os direitos exclusivos de caça e pesca, de pombal, o pedágio, a percepção de direitos sobre os mercados, as corvéias pessoais ao serviço do senhor, o direito de pregão que se exprimia por verdadeiros monopólios econômicos (utilização do

moinho, da prensa, do forno). Os *direitos reais* recaíam sobre as terras, não sobre as pessoas. O senhor conservava com efeito a *propriedade eminente* (a *direta*) das terras (*dependências*) cultivadas pelos camponeses (que não possuíam senão a *propriedade útil*) e pelas quais pagavam taxas anuais (rendas e *cômputos* geralmente em dinheiro, *porcentagem* sobre as colheitas) ou *casuais* (*direitos de herança e venda*) em caso de transferência por venda ou por herança. Esse regime variava de intensidade segundo as regiões: muito pesado na Bretanha, acerbo na Lorraine, mais suave em outros lugares. Para apreciar-lhe o uso conviria ter em conta não somente os ônus, mas ainda os vexames e os múltiplos abusos que ele proporcionava.

A *reação senhorial*, que marcou o século XVIII, tornou o regime feudal ainda mais pesado. As justiças senhoriais, em caso de contestação, abatiam os camponeses. Os senhores atacavam os direitos coletivos, os direitos de uso dos bens comunais, dos quais reclamavam a *propriedade eminente* e cujos *editos de triagem* lhes concedia muitas vezes o terço. Em certas regiões, a reação senhorial foi particularmente dura. Assim, no Maine, onde, no curso do século XVIII, uma concentração da propriedade feudal parecia administrada por uma reunião de vários senhores; o direito de primogenitura, fortalecido pelo costume, contribuiu para a conservação dos feudos; os comunais eram monopolizados pelos senhores. No Franche-Comté, onde subsistia, em todo o seu rigor, o direito de alienação sobre os servos e as *mãos mortas*, direito quase caído em desuso, aliás, o edito real de 1779, que o aboliu, teve de ser inscrito *militarmente* nos registros do Parlamento somente em 1788, após uma sessão de trinta e oito horas.

A reação senhorial foi ainda agravada pela alta dos preços que caracterizou todo o século e que deu um valor maior ao direito de porcentagem nas colheitas e ao dízimo que o senhor e o beneficiário do dízimo percebiam em natureza. Preso entre o aumento dos ônus fiscais e, de outro lado, pela alta dos preços e pelo crescimento demográfico, o camponês tinha cada vez menos dinheiro; daí, também, a estagnação das técnicas agrícolas. Durante as crises, a pressão do dízimo e dos direitos senhoriais se agravava ainda mais, como aconteceu em 1788-1789. Como no período normal o camponês médio vivia do que cultivava, em períodos de crise, o dízimo e os direitos senhoriais elevados, tinha ele muitas vezes de comprar os

cereais a alto preço; assim em 1788-1789. O que explica que o ódio dos camponeses em relação ao poder senhorial fosse inexprimível.

A situação da agricultura condizia com esse estado social. O sistema de exploração tradicional não era, evidentemente, favorável aos progressos técnicos. A exploração agrícola rendia pouco, os processos eram ainda primitivos, os rendimentos fracos. O afolhamento bienal ou trienal, através do alqueive, tornava o solo improdutivo durante um ano em cada dois ou três anos, e aumentava, para os camponeses, a penúria das terras. O agrônomo inglês Arthur Young, que viajou pela França na véspera da Revolução, constata esse aspecto atrasado dos campos e a rotina todo-poderosa que neles prevalecia. Pela metade do século XVIII, a propaganda dos fisiocratas fizera nascer uma corrente de opinião em favor de uma transformação da agricultura na acepção capitalista; a *agromania* divulgou-se, alguns grandes senhores de terras deram o exemplo. Com efeito, os privilegiados não buscavam outra coisa que não aumentar seus lucros, sem se preocupar em resolver o problema agrário; as doutrinas dos economistas lhes forneciam, algumas vezes, argumentos necessários para mascarar, a título do bem público, as atividades da reação senhorial. O estado rotineiro da técnica e da produção agrícola era, em larga medida, consequência direta da estrutura social da economia rural. Todo progresso técnico, toda modernização fundamental da agricultura tradicional, implicava a destruição das sobrevivências feudais, mas também o desaparecimento dos direitos coletivos, com o agravamento da situação dos camponeses pobres — contradição em que deveria debater-se a pequena massa camponesa, até à segunda metade do século XIX.

Num país onde a população agrária formava a maior parte, onde a produção agrícola suplantava todas as outras, as reivindicações camponesas adquiriram naturalmente uma importância singular. Apresentavam elas um duplo aspecto: a questão dos direitos feudais e a questão da terra.

Quanto aos direitos feudais, os camponeses eram unânimes. As crônicas históricas lhes manifestaram solidariedade em face dos senhores e dos privilegiados. De todos os ônus que pesavam sobre os camponeses, os direitos feudais e o dízimo eram os mais detestados: por serem pesados e vexatórios, e porque aos

camponeses não se lhes explicava a origem de tais direitos, e a eles, em consequência, pareciam injustos. Para o *cahier* de uma paróquia do Norte, os direitos feudais “nasceram à sombra de um mistério repreensível”; se alguns desses direitos eram propriedade legítima, carecia provar; nesse caso, os direitos seriam declarados resgatáveis. A maior parte dos *cahiers* de paróquias, e mesmo os *cahiers* da justiça exercida em nome do rei ou do senhor, manifestaram-se formalmente a respeito dessa reivindicação, essencialmente revolucionária, da verificação da origem da propriedade dos direitos feudais. Os camponeses pediam que o dízimo e a porcentagem sobre as colheitas fossem recebidos em dinheiro, não em bens; em sua opinião, tais direitos acabariam por tornar-se ilusórios, em consequência da queda do poder aquisitivo do dinheiro. Que os dízimos revertissem, portanto, à sua destinação primitiva. Que os privilegiados pagassem imposto. A esse respeito, a burguesia concordava com os camponeses. A unidade do Terceiro Estado reforça-se, nesse ponto.

Quanto à terra, os camponeses se dividiam. Muitos deles não a possuíam, grande parte se dava conta de que jamais se tornaria proprietária. Raros eram, portanto, os *cahiers* de queixas e ofensas que ousavam pedir a alienação dos bens do clero; limitavam-se, geralmente, a propor que se empregasse parte do seu lucro para saldar a dívida e atender ao *deficit*. A propriedade privada se afigurava intangível à maior parte, mesmo a propriedade pertencente a uma ordem. Bastava aos camponeses o poder de arrendar as terras: os *cahiers* eram muito menos tímidos sobre o problema da exploração; muitos deles reclamavam o desmembramento de grandes fazendas. Assim, desde 1789, surgiu, a propósito do problema da terra, o antagonismo que se afirmou no seio dos camponeses, uma vez abolidos os direitos feudais. Havia, a partir de então, incompatibilidade entre os interesses dos grandes exploradores do solo e a massa de camponeses em regime de parceria ou proletários. Enquanto os primeiros se esforçavam para criar uma agricultura tecnicamente avançada, e produzir para o mercado, os segundos se contentavam com viver em regime de economia fechada ou quase. Sobre o problema das reformas tentadas pelo Velho Regime (cerca nos campos, liberdade do comércio de cereais...), sobre o dos direitos comunitários, sobre o da exploração, os camponeses divergiam. Desde 1789, os camponeses

proprietários adquiriram consciência do perigo que constituía para seus interesses a massa rural. Certos *cahiers*, na região do Norte, reivindicavam o estabelecimento de um censo a fim de excluir da vida política os que não pagavam imposto e os assistidos, "único meio de impedir que as assembléias da província se tornem por demais tumultuadas". Além da necessária abolição do regime feudal, os camponeses proprietários pareciam já ciosos de manter sua autoridade social.

Assim se esboçavam, desde o fim do Velho Regime, os futuros antagonismos dos camponeses franceses. Sua unidade residia apenas na oposição aos privilégios, no ódio à aristocracia. Ao abolir os direitos feudais, o dizimo, os privilégios, a revolução incluiu os camponeses proprietários no partido da ordem. Quanto à terra, se ela multiplicou o número de pequenos proprietários pela venda dos bens nacionais, manteve a grande propriedade agrícola assim como a grande exploração, com todas as suas conseqüências sociais. A própria estrutura da massa camponesa, no fim do Velho Regime, dava-se conta do caráter moderado da obra agrária da Revolução, que foi, segundo a expressão de Georges Lefebvre, "uma espécie de transação entre a burguesia e a democracia rural".

III

A Filosofia da Burguesia

O fundamento econômico da sociedade se modificava; as ideologias transformavam-se ao mesmo tempo. As origens intelectuais da Revolução devem ser procuradas na filosofia que a burguesia elaborou depois do século XVII. Herdeiros do pensamento de Descartes, que revelou a possibilidade de dominar-se a Natureza pela ciência, os filósofos do século XVIII expuseram com clareza os princípios de uma ordem nova. Em oposição ao ideal autoritário e ascético da Igreja e do Estado no século XVII, o movimento filosófico exerceu sobre a inteligência francesa uma ação profunda, ao despertar e depois desenvolver-lhe o espírito crítico, fornecendo-lhe idéias novas. Os Luminaires opuseram em todos os domínios o princípio da razão ao da autoridade e da tradição, quer se trate de ciência, crença, moral ou organização política e social.

“Filosofar — declara Mme de Lambert (1647-1733) — é restituir à razão toda sua dignidade e fazê-la re-cobrar seus direitos; é restituir cada coisa aos seus princípios próprios e sacudir o jugo da opinião pública e da autoridade.”

Segundo Diderot, no verbete *ecletismo*, da *Enciclopédia*:

“O ecletismo é uma filosofia que, calcando aos pés os preconceitos, a tradição, a velharia, o consenso universal, a autoridade, em suma, tudo o que subjugava o espírito, ousa pensar por si mesma, remontar aos princípios gerais mais claros, nada admitindo que não tenha passado pelo filtro dos sentidos e da razão.”

“O verdadeiro filósofo — escreveu Voltaire em 1765 — desbrava os campos incultos, aumenta o número das charruas e, em consequência, dos habitantes, ocupa-se do pobre e o enriquece, encoraja os casamentos, assiste o órfão, não investe contra os impostos necessários e põe o agricultor em estado de pagá-los com alegria. Não recebe nada dos homens e lhes faz todo o bem de que é capaz.”

Depois de 1748, sucederam-se as maiores obras do século, desde *L'Esprit des lois*, de Montesquieu (1748), ao *L'Emile* e ao *Contrat social*, de Rousseau (1762), passando pela *Histoire naturelle*, de Buffon (o primeiro volume apareceu em 1749), o *Traité des sensations*, de Condillac (1754), o *Discours sur l'origine de l'inégalité parmi les hommes*, de Rousseau, em 1755, e, no mesmo ano, do Abade Morelly o *Code de la nature*, em 1756 o *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*, de Voltaire, em 1758 o *De l'esprit*, de Helvétius. O ano de 1751 viu o aparecimento do primeiro volume da *Enciclopédia*, sob o impulso de Diderot, do *Siècle de Louis XIV*, de Voltaire, e do primeiro tomo do *Journal économique*, que se tornou o jornal dos fisiocratas. Voltaire, Rousseau, Diderot e os enciclopedistas, e os economistas, concorreram, em graus diversos, para o impulso da Filosofia.

Na primeira metade do século XVIII, duas grandes correntes de pensamento se desenvolviam: uma de inspiração feudal, ilustrada pelo *L'Esprit des lois*, de Montesquieu, na qual os Paramentos e os privilegiados fundamentaram seus argumentos contra o despotismo; a outra, hostil ao clero, algumas

Voltaire → alto burgueses
Rousseau → pequena burguesia

vezes à própria religião, mas conservadora em política. Na segunda metade do século, se essas duas correntes subsistiam, idéias novas apareceram, mais democráticas, mais igualitárias. Do problema político do governo, os filósofos passavam agora ao problema social da propriedade. Os fisiocratas, não obstante um espírito conservador, contribuíram para essa nova orientação do pensamento do século, ao abordar a questão econômica. Se Voltaire, chefe incontestado do movimento filosófico depois de 1750 e até à sua morte, entendia proceder a reformas nos quadros da monarquia absoluta e dar o governo à burguesia endinheirada, Rousseau, saído do povo, exprimia o ideal político e social da pequena burguesia e do artesanato.

Para os fisiocratas, o Estado era constituído para garantir o direito de propriedade; as leis são verdades naturais, independentes do monarca, e que se impõem a ele: "O poder legislativo não pode ser o de criar, mas o de declarar as leis" (Dupont de Nemours). "Todo golpe desfechado pela lei à propriedade constitui a própria derrocada da sociedade." Os fisiocratas exigiam um governo forte, mas no qual a força estivesse subordinada à defesa da propriedade; o Estado não devia ter outra função que não a repressiva. O movimento fisiocrático rematava, assim, uma política de classe, em benefício dos proprietários agrícolas.

Voltaire reservou, ele também, os direitos políticos aos ricos, mas não unicamente aos proprietários agrícolas, a terra não constituindo, para ele, a única fonte de riqueza. Entretanto, "os que não possuem terrenos nem casa nessa sociedade, devem ter voz?" (*Carta do R. P. Polycarpe*). E no verbete *igualdade*, de seu *Dictionnaire philosophique* (1764): "O gênero humano é de tal ordem que não pode subsistir, a menos que haja uma grande infinidade de homens úteis que não possuam nada." E ainda, no mesmo verbete: "A igualdade é, portanto, ao mesmo tempo, a coisa mais natural e a mais quimérica." Voltaire queria rebaixar os grandes, mas não pretendia de modo algum elevar o povo.

Alma plebéia, Rousseau bravejou contra a corrente do século. Em seu primeiro discurso (*Se o Restabelecimento das Ciências e as Artes Contribuiu para Apurar os Costumes*, 1750), critica a civilização de seu tempo e clama pelos deserdados: "O luxo sustenta cem pobres nas cidades e faz perecer cem mil nos campos." Em seu décimo discurso (*Sobre os Fundamentos e a Origem da Desigualdade entre os Homens*, 1755),

investe contra a propriedade. No *Contrato Social* (1762), desenvolve a teoria da soberania popular. Enquanto Montesquieu reservava o poder à aristocracia, e Voltaire à alta burguesia, Rousseau alforriava os humildes e dava o poder a todo o povo. Apontou como papel do Estado reprimir os abusos da propriedade individual, manter o equilíbrio social pela legislação sobre a herança e pelo imposto progressivo. Essa tese igualitária, tanto no domínio social quanto no político, era coisa nova no século XVIII, e opunha irremediavelmente Rousseau a Voltaire bem como aos enciclopedistas.

Essas diversas correntes de pensamento se desenvolveram, desde o início, quase em liberdade completa. Mme de Pompadour, favorita depois de 1745 e que possuía o apoio da finança, entrou em choque com o círculo devoto da rainha e do Delfim, que apoiavam o episcopado e os Parlametos: protegeu os filósofos de quem aqueles eram inimigos. De 1745 a 1757, Machault d'Arnouville tentou, pela criação do vigésimo, abolir os privilégios fiscais e estabelecer a igualdade diante do imposto: apoiou-se nos filósofos, que partilhavam dessa reivindicação. Assim, se fez a aliança dos ministros esclarecidos e dos filósofos, enquanto se desenvolvia o ataque aos privilégios, à própria religião. De 1750 a 1763, o governo não interviu. Malesherbes estava à frente da Biblioteca. Filósofo, não acreditava na utilidade dos serviços de censura que dirigia; graças a ele, a *Enciclopédia* não foi confiscada desde os primeiros volumes.

Encorajado por essa neutralidade, o movimento filosófico se ampliou, em seguida arrebatou todas as resistências, quando mudava a seu respeito a atitude das autoridades. Depois de 1770, a propaganda filosófica triunfou. Se os maiores escritores agora permaneciam calados e desapareciam pouco a pouco (Rousseau e Voltaire em 1778), escritores menores vulgarizavam as idéias novas que repercutiam em todas as camadas da burguesia e na França inteira. Obra capital na história do pensamento, a *Enciclopédia* foi concluída em 1772; moderada no domínio social e político, ela afirmava sua crença no progresso indefinido das ciências, elevava um monumento grandioso à razão. Mably, Raynal, Condorcet continuaram a obra dos chefes do movimento. Se a produção filosófica afrouxou sob o reinado de Luís XVI, formou-se, no entanto, uma espécie de síntese dos diversos sistemas: assim surgiu a doutrina revolucionária. Em sua *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*,

em cuja elaboração Diderot teve grande participação, e que conheceu mais de vinte edições, de 1770 a 1780, o Abade Raynal repete todos os temas da propaganda filosófica: ódio ao despotismo, desconfiança em relação à Igreja, que deveria estar intimamente submetida ao Estado laicizado, elogio ao liberalismo econômico e político.

O livro, a brochura espalhavam essas idéias em todos os meios:

“Em um século onde cada cidadão pode falar à nação inteira pela voz da impressão — declara Malesherbes em seu discurso de recepção na Academia Francesa, em 1775 — os que têm o talento de instruir os homens ou o dom de os comover, os homens de letras, em suma, estão no meio do povo disperso, como estiveram os oradores de Roma e de Atenas no meio do povo reunido.”

A propaganda oral ampliou os limites da palavra impressa. Os salões, os cafés se multiplicavam, sociedades se criaram, cada vez mais numerosas, sociedades de agricultura, associações filantrópicas, academias provinciais, gabinetes de leitura. Já não havia cidade ou burgo que não estivesse “isento do contágio da impiedade” — constata desde 1770 a Assembléia do clero.

As lojas maçônicas contribuíram para a difusão das idéias filosóficas. Importada da Inglaterra depois de 1715, a franco-maçonaria favoreceu sem contestação a propaganda filosófica; o ideal de ambos correspondia em muitos pontos: igualdade civil, tolerância religiosa. Mas esse papel não deve ser exagerado. Lugar de encontro da aristocracia e da burguesia rica, cuja fusão elas preparavam, as lojas maçônicas não constituíam senão uma categoria dessas múltiplas sociedades para as quais se divulgava o pensamento filosófico.

As autoridades tradicionais reagiram, contudo. A Assembléia do clero, desde 1770, receava que com a fé não se viessem a “extinguir os sentimentos de amor e de fidelidade à pessoa do soberano”. Os ataques contra a Igreja contribuíram para solapar os fundamentos da monarquia de direito divino, bem como as críticas contra os privilégios da sociedade do Velho Regime. De 1775 a 1789, o Parlamento de Paris condenou sessenta e cinco escritos. A propósito do livro de Boncerf sobre *Les inconvénients des droits féodaux*, aparecido em 1776, ele declarou:

“Os escritores tratam, doravante, de tudo combater, de tudo destruir, de tudo reverter. Se o espírito sistemático que conduziu a pena desse escritor pudesse, desgraçadamente, apossar-se da multidão, ver-se-ia logo a constituição da monarquia completa e inteiramente abalada, os vassallos não tardariam a se sublevar contra os senhores e o povo contra seu soberano.”

Entre os principais temas da propaganda filosófica, afirmava-se de início a primazia da razão: o século XVIII viu o triunfo do racionalismo, que não deixa terreno algum fora do seu alcance. A crença no progresso contínuo, a razão espalhando suas luzes de porta em porta.

“Enfim, todas as sombras se dissiparam — e que luz brilha em todas as partes! Que multidão de grandes homens em todos os gêneros! Que perfeição da razão humana!” (Turgot: *Tableau philosophique des progrès de l'esprit humain*, 1750).

A liberdade é reivindicada em todos os domínios, das liberdades individuais à liberdade econômica; todas as grandes obras do século XVIII são consagradas aos problemas da liberdade. Um dos aspectos essenciais da ação dos filósofos, Voltaire em particular, foi a luta pela tolerância e pela liberdade dos cultos. O problema da igualdade foi mais controvertido. A maior parte dos filósofos não reclamava senão a igualdade civil perante a lei. Voltaire, no *Dictionnaire philosophique*, encara a desigualdade como eterna e fatal. Diderot distingue os privilégios justos, fundados sobre os serviços reais, dos privilégios injustos. Mas Rousseau introduziu no pensamento do século as idéias igualitárias: reclama igualdade política para todos os cidadãos, assinala como papel do Estado o de manter um certo equilíbrio social.

Em qual medida essas idéias, que constituíam o fundo comum do pensamento filosófico, impregnaram as diversas camadas da burguesia? A união de todas repousava na oposição à aristocracia. No século XVIII, os nobres queriam mais e mais reservar-se os privilégios e os benefícios a que a nobreza dava direito. Ora, com o progresso da riqueza e da cultura, as

ambições da burguesia cresceram: no mesmo instante, ela vira tôdas as portas se fecharem diante de si. Não podia participar das grandes funções administrativas que se sentia mais apta a preencher do que os membros da nobreza. Era, muitas vezes, ferida em seu orgulho ou no seu amor-próprio. Todas essas mágoas da burguesia foram fortemente expressas por um gentil-homem, o Marquês de Bouillé, em suas *Mémoires*, ou ainda por Mme Roland, que sentia nitidamente a superioridade de seu talento e de sua dignidade burguesa sobre as mulheres nobres.

Dois problemas se apresentavam essencialmente à burguesia: o problema político e o econômico.

O problema político consistia na partilha do poder. Após a metade do século, sobretudo depois de 1770, a opinião pública encarava com atenção redobrada os problemas políticos e sociais. Os temas da propaganda burguesa eram, evidentemente, os do movimento filosófico: crítica à monarquia de direito divino, ódio ao governo despótico, ataques contra a nobreza, contra seus privilégios, reivindicações de igualdade civil e de igualdade fiscal, admissão de todos em todos os empregos, conforme o talento.

O problema econômico não interessava menos à burguesia. A alta burguesia tinha consciência de que o desenvolvimento do capitalismo exigia a transformação do Estado. O dizimo, a servidão, os direitos feudais, a má repartição de impostos, prejudicavam a agricultura e em consequência toda a atividade econômica. A supressão do direito de primogenitura é dos bens da mão morta poria bens em circulação. A burguesia de negócios desejava ainda a liberdade do trabalho e a liberdade de empresa. Os costumes jurídicos múltiplos, as aduanas interiores, a diversidade dos pesos e medidas atornentavam o comércio e impediam a criação de um mercado nacional. O Estado devia ser organizado segundo os mesmos princípios de ordem, de clareza, de unidade que a burguesia aplicava na gestão de seus próprios negócios. Por fim, o espírito de empresa do capitalismo exigia ainda a liberdade da procura no domínio científico: a burguesia reivindicava que o trabalho científico bem como a especulação filosófica fossem retirados da censura da Igreja e do Estado.

Não era unicamente o interesse que guiava a burguesia. Sem dúvida sua consciência de classe fora reforçada pelo exclu-

sivismo da nobreza e pelo contraste entre sua ascensão econômica e intelectual e sua regressão civil. Mas, consciente de sua pujança e de seu valor, tendo recebido dos filósofos uma certa concepção do mundo e uma cultura desinteressada, a burguesia não apenas julgava de seu interesse transformar o Velho Regime, como também achava justo fazê-lo. Estava persuadida de haver acordo entre seus interesses e a razão.

Sem dúvida devemos matizar essas afirmações. A burguesia era diversa, não constituía uma classe homogênea. Muitos burgueses não foram atingidos pela propaganda filosófica. Outros eram hostis à transformação, por piedade ou por tradicionalismo (entre as vítimas do Terror, a maioria era pessoas do Terceiro Estado). Se ela desejava mudanças e reformas, não tinha a menor idéia de uma revolução. O Terceiro Estado, todo ele, prestava grande veneração ao rei, um sentimento quase de caráter religioso, como testemunha Marmont em suas *Mémoires*: o rei representava a idéia nacional e ninguém pensava em derrubar a monarquia. A burguesia pensava menos em destruir a aristocracia do que em se fundir com ela, em particular a alta burguesia: seu entusiasmo por La Fayette foi significativo a esse respeito. Enfim, a burguesia estava longe de ser democrática. Precisava, em essência, de conservar uma hierarquia social, de se distinguir das classes que lhe eram inferiores. "Nada era mais evidente — segundo Cournot, em seus *Souvenirs* — do que a subordinação de lugares naquela sociedade burguesa. A mulher do procurador ou do notário, tratava-se de *Mademoiselle*; a do conselheiro era *Madame*, sem contestação."

Desprezo da nobreza pelos plebeus, desprezo da burguesia pelas classes populares. Este preconceito de classe explica a cólera e o medo da burguesia, quando, tendo feito apelo às classes populares contra a aristocracia, ela as viu, no ano II, pretender o poder.

2

A CRISE DAS INSTITUIÇÕES

As instituições monárquicas, que se aperfeiçoaram sem cessar depois da Idade Média, receberam sua derradeira forma, sobretudo política, sob Luís XIV. Este rei melhorara o sistema governamental, levava-o a um grau de autoridade ainda não atingido, mas sem fazer disso uma construção lógica e coerente. Pode-se dizer que depois dele "o despotismo estava em toda parte e o déspota em nenhuma". Com efeito, a monarquia criara sempre sem jamais destruir. O divórcio acentuava-se, assim, entre a sociedade e o Estado político, entre o espírito público e as instituições. A desordem e a confusão continuavam como traço característico da organização administrativa. A França, segundo Mirabeau, era apenas um "agregado disforme de povos desunidos".

I

A Monarquia de Direito Divino

1. Absolutismo: Pretensões e Limites.

A monarquia absoluta e administrativa se afirmou a partir do reinado de Henrique IV, expandiu-se durante o de Luís XIV

e sustentou-se durante todo o século XVIII. As forças independentes que se manifestavam no curso do período precedente perderam seu poder, mas se mantiveram, em sua maior parte. Se os Estados-Gerais, reunidos pela última vez em 1614, caíram em desuso e as municipalidades em tutela, no século XVIII, os Estados provinciais, os Parlamentos, as Assembléias do clero se mantiveram e continuaram a funcionar, sob o controle, é bem verdade, da autoridade monárquica. Ao mesmo tempo, a organização administrativa da monarquia se regularizou e aperfeiçoou-se com a instituição dos conselhos do rei e dos intendentés para a administração local. Teóricos revestiram essa monarquia do caráter de direito divino, que se foi acentuando. Sob Henrique IV, Loyseau considerava ainda o rei como o representante do povo ao mesmo tempo que o representante de Deus. Sob o reinado de Luís XIII, Lebrét foi mais explícito:

“De onde se pode inferir que nossos monarcas só receberam o cetro de Deus, não estando obrigados a render submissão a qualquer poder na terra, e gozando de todos os direitos que se atribuem à soberania perfeita e absoluta, porque eles são plenamente soberanos em seu reino.”

Bossuet seria o teórico definitivo da monarquia católica de direito divino, em *La politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*, obra composta para o Delfim e publicada somente em 1709.

Representante de Deus, o rei se proclama, em todas as suas cartas patentes, “pela graça de Deus, rei da França e de Navarra”. A sagração confere-lhe o caráter divino. Ela se verifica normalmente na Catedral de Reims, onde o rei, cercado pelos seus pares, presta, de início, juramento à Igreja e a seu povo. Em seguida é sagrado, ou seja, ungido com óleo da Santa Ampola, enquanto o arcebispo pronuncia a fórmula: “Sejas bendito e constituído rei nesse reino que Deus te deu para reger.” Revestido das insígnias da função real, ele é, então, apresentado ao povo. No dia seguinte à sagração, o rei procede à cerimônia de tocar os escrofulosos, dizendo a cada doente: “O rei te toca, Deus te cura.” Por esse cerimonial se caracteriza o caráter divino da monarquia, contribuindo a sagração para envolver o rei numa espécie de veneração religiosa.

O poder absoluto do rei deriva de seu caráter divino:

“Aquele que deu reis aos homens exigiu que fossem respeitados como seus representantes” (*Mémoires de Louis XIV*).

Impossível pretender controlar-se um poder que tira sua origem de Deus mesmo. O caráter divino da monarquia lhe assegura uma autoridade absoluta em todos os domínios. O rei, se é absoluto, não é, contudo, um déspota. Exercendo sua autoridade como representante de Deus, deve respeitar a lei divina, deve ser rei *segundo Deus*, como disse o presidente de Thou a Carlos IX, em 1572. O rei é responsável diante de Deus pelo exercício de sua autoridade. Deve, ainda, respeitar as *leis fundamentais* do reino (devolução da coroa, estatuto jurídico da propriedade): elas exprimem as condições pelas quais a coroa e suas prerrogativas lhe foram confiadas e à sua estirpe. O rei, enfim, pelo juramento de sagração, está comprometido a manter o povo em união com a Igreja, a propiciar, em todos os julgamentos, equidade e misericórdia. Não é, por conseguinte, um tirano. Mas, representando o interesse comum, acima das ordens e das instituições, dispõe de meios de ação ilimitados e não está submetido a nenhum controle. A monarquia se caracteriza pelo absolutismo.

A autoridade do rei é una, não pode ser dividida nem alienada. Sem dúvida ele é assessorado por corporações e assembleias: Conselhos, Cortes soberanas, Estados provinciais. Trata-se, porém, de órgãos de consulta, que não podem restringir a prerrogativa real:

“Temos um rei, quer dizer, estamos submetidos à vontade de uma só pessoa; essa vontade não deve ser arbitrária, e sim suprema: o poder que dela resulta deve ser despótico, contudo é uno e indivisível; e se é possível abrandar-lhe a ação para esclarecê-la, não se pode suspendê-la para obstruí-la ou restringi-la” (Guyot, *Traité des offices*, 1786).

Monarca absoluto, o rei tem todos os poderes — e esses poderes são ilimitados.

O rei é fonte de toda justiça. Comprometeu-se, na sagração, a dar boa justiça a seu povo. Segundo o Chanceler Michel de L'Hospital (1507-1573), perante os Estados de Orléans:

“Os soberanos foram eleitos, primeiramente, para fazer justiça. Nas armas da França não se imprime o rei armado e a cavalo, mas sentado em seu trono, fazendo justiça.” Responsável pela justiça, o rei pode impedir ou consentir que qualquer consideração intervenha no processo: é a *justiça moderada*. Mais comumente, o rei confia o exercício da justiça aos tribunais: é a *justiça delegada* (delegação, mas não alienação).

O rei é fonte de toda legislação. É a lei viva, *Lex Rex*. O rei não tem compromisso com as leis de seus predecessores, embora evite, de ordinário, romper bruscamente com elas: “Não recebemos nossa coroa senão de Deus — declara Luís XV ao Parlamento, em dezembro de 1770. — O direito de fazer leis pelas quais nossos vassallos devem ser orientados e governados só a nós pertence, sem dependência nem partilha.” O rei legisla através de ordens e editos, decisões com um caráter de generalidade e de permanência; os mandamentos, diplomas, cartas ou arrestos constituem medidas individuais. O rei não pode, contudo, ir de encontro à lei divina nem à moral natural; deve ainda respeitar as leis fundamentais do reino.

O rei é fonte de toda autoridade administrativa. Tem o governo dos negócios do reino. “Vossa Majestade tem o direito de tudo decidir por si mesmo ou por seus mandatários. Atende-se às vossas ordens especiais para contribuir ao bem público, para respeitar os direitos de outrem; algumas vezes, mesmo, para usar dos seus direitos” (*Memória* de Turgot a Luís XVI). O rei provia os cargos e os ofícios. As necessidades da administração e do governo faziam-no delegar uma parte de sua autoridade a agentes: simples delegação, pois tais agentes continuavam sob o controle do rei. Conforme as necessidades do Estado, o rei eleva os impostos e subsídios, sem consulta; o costume data do século XVI, apesar de algumas restrições da ordem do clero e dos *pays d'Etats*. Senhor absoluto para elevar os impostos, o rei é também o único juiz das despesas: é todo-poderoso na *distribuição* de suas finanças.

O rei, por fim, é fonte da guerra e da paz. Um dos seus mais antigos deveres consiste no serviço da defesa, *tuitio regni*, a proteção do reino contra o inimigo externo, o que veio a ser, no século XVIII, “a defesa do Estado”. O rei, por conseguinte, tem a direção da política estrangeira; comanda o exército.

“Em minha pessoa, apenas — declara Luís XV ao Parlamento, a 3 de março de 1766 — reside o poder

soberano. A mim, só, cabe todo o poder legislativo, sem dependência nem partilha. A ordem pública emana de mim, e os direitos e interesses da nação vinculam-se necessariamente aos meus e não repousam senão em minhas mãos."

Mas a realidade estava longe de responder a essas pretensões. Em matéria legislativa, em particular, se desde o século XIV, juristas reconheceram ao rei poder legislativo sem restrição, certas sobrevivências, com efeito, o limitavam ainda no século XVIII.

Os Estados-Gerais foram impostos aos monarcas desde o século XIV, em período de crise financeira. A monarquia absoluta, sem os abolir, abstinha-se, porém, de os convocar desde 1614. As atribuições dos Estados-Gerais eram puramente consultivas; o rei lhes atribuía a votação de impostos, que podia estabelecer sem eles, e de lhe dar conselhos, que estava livre para não seguir. Os Estados-Gerais afiguravam-se expediente supremo do poder real em período de crise. A convocação de 1789 constituiu-se verdadeiramente na ressurreição de uma instituição desaparecida.

Os direitos políticos dos Parlamentos e Cortes soberanas eram mais perigosos para o poder real. Declarando-se guardiães das leis fundamentais do reino, os Parlamentos, sobretudo o Parlamento de Paris, utilizaram-se do *direito de registro* para desempenhar papel político: as leis emanadas da vontade soberana não eram executadas até que o Parlamento as houvesse *registrado*. Nessa ocasião, a lei era *examinada*, discutida. Quando o registro era recusado, o Parlamento, em virtude de seu *direito de advertência*, expunha suas razões. Os Parlamentos pretendiam ser aquele um direito histórico; a realza explicava tratar-se apenas de uma concessão do poder real, mais tácita que formal. Em realidade, esses direitos eram formados pelo costume e por via de usurpação, com a tolerância do poder real. Não constituíam uma limitação dos poderes do rei, que devia impor o registro das leis recusadas, em assembléias solenes ou *leitos de justiça* *... Os direitos de registro e de admoestações

(*) A princípio, o assento que o monarca tomava, no Parlamento; em seguida, e por extensão, a própria assembléia (N. do T.).

foram, no século XVIII, em mão dos Paramentos, uma arma eficaz contra a monarquia absoluta. Não serviam para outra coisa, em verdade, senão para defender os privilégios da aristocracia parlamentar, face às tentativas de reforma, particularmente fiscal. Mas, embora os Paramentos parecessem levar alguma vantagem, sua carreira política findava: contra os princípios da monarquia absoluta de direito divino iam afirmar-se em breve não os direitos de um organismo privilegiado, mas o princípio da soberania nacional.

2. A Máquina Governamental.

Os séculos XVII e XVIII assistiram ao fim da centralização monárquica; as autonomias locais debilitaram-se ou desapareceram. Tudo se decidia em Versalhes, ou pelos agentes locais do poder central.

Na derradeira forma da monarquia absoluta, o governo, sob a autoridade do rei, era formado por um ministério que compreendia o Chanceler, os quatro Secretários de Estado, um Controlador-Geral das Finanças. Esse ministério não possuía um *premier*: tratava-se de uma reunião de funcionários superiores, na maioria das vezes independentes entre si. Cada ministro possuía repartições dirigidas por *primeiros-amanuenses*. A unidade de direção, no governo, era assegurada pelo rei e pelos conselhos. Cada semana, no dia que lhe tocava, o ministro ia trabalhar com o rei, expor seus assuntos; o rei decidia, o ministro aplicava as decisões através de suas repartições. Sendo o assunto importante, era deliberado nos conselhos do rei, que constituíam o verdadeiro regulador do governo.

Os Ministros e Secretários de Estado dirigiam os diversos serviços administrativos. O *Chanceler* era o chefe da magistratura, o inspirador da legislação real; cabia-lhe a guarda dos selos, e era irremovível. Quando se desagradava dele, o rei o substituíam por uma *guarda de selos*. Os *Secretários de Estado*, criados no século XVI, por Henrique II, foram agentes eficazes do poder absoluto; suas atribuições, por muito tempo variáveis, acabaram por se fixar. Distinguiu-se o Secretário (de Estado) da Guerra, que reunia a suas atribuições militares a administração das províncias limítrofes; o Secretário (de Estado) da Marinha, que se ocupava também das colônias; o Secretário (de Estado) dos Negócios Estrangeiros; o Secretário (de Es-

tado) da Casa do Rei, que tinha atribuições diversas (clero, assuntos protestantes, cidade de Paris). A administração interna era dividida entre os quatro Secretários de Estado. O rei, ao efetuar, cada ano, a *jurisdição* dos Secretários de Estado, lhes confiava um lote de províncias; cada Secretário de Estado era o intermediário entre o rei e as províncias, cidades, órgãos e ordens de seu departamento administrativo. Além disso, e conforme o espírito de sua instituição, os Secretários de Estado eram secretários pessoais do rei, servindo ao pé do mesmo, em sistema de rodízio; cada um deles expedia, exclusivamente durante três meses, as cartas de doações, outorgas e benefícios concedidos pelo rei. Os Secretários de Estado constituíam pessoas jurídicas, sendo recrutados, de ordinário, entre os conselheiros de Estado; depois de 1750, os nobres de espada não desdenharam tal encargo. Enfim, o *Controlador-Geral das Finanças*, verdadeiro primeiro-ministro em consequência da extensão de suas atribuições: administração interna, agricultura, indústria, comércio, pontes e calçadas...

Os Conselhos, verdadeiros reguladores do governo, lhe davam unidade de direção. Eram formados pelos desmembramentos sucessivos da antiga Corte do rei, e pela especialização em semelhante ramo administrativo. A instituição do sistema governamental dos conselhos foi obra de Luís XIV. Por um trabalho assíduo, pela orientação regular dos diversos conselhos de governo, Luís XIV deu unidade ao sistema, coordenou a ação geral. Depois dele, Luís XV, e em seguida Luís XVI, não apresentaram essas qualidades. O bom funcionamento do sistema repousava na ação pessoal do rei; quando lhe faltou a autoridade ou autoridade, o sistema faliu. O *Conselho de Cúpula* ou *Conselho de Estado* ocupava-se da alta política, isto é, "a paz, a guerra, as negociações com as potências". O rei convocava especialmente, para tal assembléia, cinco ou seis grandes personagens que tinham o título de *Ministros de Estado*. Nenhum chefe de departamento ministerial era membro de direito, salvo o Secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros, que nela desempenhava a função de relator. Os Ministros de Estado conservavam o título, mesmo quando cessavam suas funções, ou seja, a participação no Conselho de Cúpula. O conselho se reunia geralmente três vezes por semana. O *Conselho dos Despachos* dava unidade à administração interna. O *Conselho das Finanças* administrava as finanças e as rendas do Estado, repartia

a *taille* entre as generalidades. O *Conselho Privado* ou *das Partes*, presidido pelo Chanceler, era o Supremo Tribunal do Velho Regime, mas também um tribunal de contencioso administrativo. Essa forte armadura e as repartições a ela vinculadas mascaravam as imperfeições e, longe de fortificar a monarquia, paralisavam-lhe muitas vezes a ação.

II

Centralização e Autonomias

A monarquia também não concluiu sua obra de unificação no domínio provincial e local. Por toda parte, desordem e confusão. As circunscrições administrativas refletiam a formação histórica do reino, mas já não se harmonizavam às necessidades do século. As fronteiras estavam imprecisas: onde findava a França, ou onde ela começava, não se sabia ao certo. A Navarra formava sempre um reino distinto; na Bretanha, o rei era duque, e conde na Provença. As circunscrições antigas jamais haviam sido abolidas, e a elas foram superpostas novas circunscrições. As circunscrições eclesiásticas (*dioceses*) remontavam ao Império Romano, as velhas circunscrições judiciárias (*bailiados* ao Norte, *senescalias* ao Sul), ao século XIII; as circunscrições militares (governos) haviam sido criadas no século XVI, e no século seguinte, as financeiras ou comunidades, que serviam também de quadro à administração dos intendentes. Um disparate total em que a própria administração real às vezes não se reconhecia.

A França era tradicionalmente dividida em *províncias* ou *países*: regiões mais ou menos vastas, que, por haverem vivido longo tempo sob a unidade política de uma dinastia feudal, estavam habituadas a um certo regime jurídico. Os costumes, às vezes a língua, bem como a tradição histórica, perpetuavam essas velhas divisões provinciais: no fim do século XVIII, a *nação bretã*, a *nação provençal* eram ainda realidades bem vivas, com suas leis, seus costumes, seus dialetos. A Normandia, o Languedoc, o Dauphiné, a Bretanha... figuravam entre as maiores províncias; outras eram bem menores, como, por exemplo, o Aunis. Mas a província não era uma divisão administrativa: a administração monárquica ignorava as províncias, mesmo se o rei, por motivos políticos mais que constitucionais, dava-se conta

dos particularismos provinciais. A estrutura administrativa da velha França repousava sobre os *governos* e sobretudo sobre as *intendências*.

1. *Os Agentes do Absolutismo.*

Sob a monarquia feudal, os representantes e agentes do rei foram os *bailios* e os *senescais*, a circunscrição essencial sendo, então, o *bailiado* e a *senescalia*; mas no século XVI aplicou-se a venalidade a essas funções, que se tornaram ofícios; a partir daquela época, os bailios não tiveram outras atribuições que não as militares (convocação do *ban* e do *arrière-ban* *), e a prerrogativa de convocar os deputados das três ordens de sua jurisdição.

Sob a monarquia temperada, no século XVI, o *governador* era o representante do rei, e o governo a circunscrição essencial. Na monarquia absolutista dos séculos XVII e XVIII, o *intendente*, no quadro da comunidade, dirigia a administração local. No fim do século XVIII, as três categorias subsistiam, mas só o intendente detinha a realidade do poder.

Os governadores, em número de 39, segundo a ordenança de 1776, recrutados na alta nobreza, não possuíam mais, no século XVIII, senão autoridade nominal. Titulares de um cargo puramente honorífico, residiam habitualmente em Versalhes, não podendo, após uma ordenança de 1750, voltar ao seu governo sem autorização expressa do rei. Eram substituídos por representantes-gerais.

Os intendent *de justiça, de polícia e de finanças* foram os mais ativos da unidade e da centralização. Em comunicação constante com os Secretários de Estado, com o Controlador-Geral, com o Conselho de Despachos, eles uniam a administração local ao governo central. Sua origem remontava ao século XVI, “às cavalgadas dos referendários” na província — mas a instituição só se generalizou na segunda metade do século XVII. Utilizava-se para eles a circunscrição superior em matéria de impostos, a comunidade, sem que houvesse, aliás, correspondência exata entre intendências e comunidades (contava-se, em 1789, 32

(*) Convocação dos vassallos diretos e dos últimos vassallos do soberano (N. do T.).

intendências para 33 comunidades, as de Toulouse e Montpellier formando a intendência do Languedoc). Sob as ordens do intendente, os *subdelegados*, à testa das *eleições*, só dependiam dele: o intendente podia, à sua vontade, suprimir os subdelegados, modificar seus *departamentos*.

“Sabei — teria dito o financista Law ao Marquês d’Argenson — que este reino de França é governado por trinta intendentes. Vós não tendes nem Paramentos, nem Estados, nem governadores. São trinta referendários, lotados nas províncias, de quem depende a desgraça ou a felicidade dessas províncias, sua prosperidade ou esterilidade.”

Julgamento sem dúvida exagerado, pois os intendentes tiveram de adaptar-se, no curso do século XVIII, à conjuntura política e ao contexto local, sua liberdade de ação sendo, por outro lado, progressivamente restringida pelo controle do poder central.

Agentes diretos do rei, escolhidos entre os referendários do Conselho privado, isto é, nos quadros da alta burguesia, e por isso detestados pela nobreza, os intendentes tinham competência múltipla. Intendentes de justiça, podiam ter assento em todas as cortes e tribunais (salvo nos Paramentos) e presidi-los; fiscalizavam todos os magistrados; julgavam em última instância os crimes contra a segurança do Estado e as sedições. Intendentes de polícia, dirigiam a administração geral, controlavam as municipalidades, fiscalizavam o comércio, a agricultura, a indústria. ocupavam-se da corvêia real, presidiam o alistamento das milícias; em *pays d’Etats* *, esses poderes eram um tanto restritos. Intendentes de finanças, tinham como atribuições a repartição e o contencioso dos impostos; sua competência era exclusiva para os impostos estabelecidos nos séculos XVII e XVIII (capitação, vigésimos); para os impostos antigos (*taille*), possuíam direito de controle. Esse poder, malgrado os benefícios reais de sua administração, provocou contra os intendentes a unanimidade das oposições: os *cahiers* de ofensas reclamavam sua supressão.

(*) Províncias que tinham a faculdade de fixar a soma das contribuições fiscais e de reparti-la entre os habitantes (N. do T.).

2. *Sobrevivência das Autonomias Locais.*

Face aos agentes do absolutismo real, as antigas instituições locais foram pouco a pouco despojadas de seus poderes.

Os *Estados Provinciais* formaram-se da reunião de três ordens de uma província, em assembléia regularmente constituída, convocada periodicamente e possuindo certas atribuições políticas e administrativas, das quais a principal era a votação do imposto. Depois do século XVI, a realeza esforçou-se para destruir os Estados Provinciais e transformar os *pays d'Etats* em *pays d'Elections* *. No século XVIII, subsistiam apenas os Estados das províncias apartadas ou tardiamente anexadas: Bretanha, Languedoc, Provença, Borgonha, Dauphiné... Com efeito, os Estados Provinciais eram instituições oligárquicas, onde o Terceiro Estado só era representado pela burguesia urbana, e onde as deliberações eram tomadas pela ordem, e não individualmente.

As municipalidades viram, elas também, a redução de suas liberdades pelos progressos da monarquia absoluta. Os oficiais municipais cessaram de ser eleitos, as cidades caíram sob a tutela dos intendentés. A zona rural não possuía municipalidades, no bom sentido, pelo menos até 1787; a assembléia geral da comunidade, em cada aldeia, se ocupava, sob a autoridade do senhor, da administração dos bens comunais.

No fim do Velho Regime, a realeza acabara de suprimir toda a vida política local. Em reação, a Revolução estabeleceu a descentralização.

III

A Justiça do Rei

Sendo a realeza fonte de toda justiça, o rei podia intervir em todos os processos. Não tendo jamais alienado seu direito de justiça, podia exercê-lo, quando bem o entendesse, dividindo suas delegações habituais nesse caso, seja por evocação em seu

(*) Províncias em que o imposto era repartido por delegados do rei, designados pelo nome de eleitos (N. do T.).

conselho, seja pelos comissários extraordinários. Grande justicheiro do reino, o rei intervinha ainda nesse domínio pelas *cartas de perdão* (abolição, remissão ou comutação da pena), e pelas *cartas de lacre* (internamento arbitrário numa prisão do Estado). Mas, de ordinário, o rei delegava seus direitos de justiça aos tribunais.

A justiça real, para se impor, teve de lutar contra as justiças senhoriais. A teoria dos *casos reais* (os processos que interessavam aos direitos da coroa não dispensavam a justiça real) e a teoria da *prevenção* (o autor da demanda podia escolher a justiça real de preferência à senhorial) contribuíram para rebaixar progressivamente as justiças senhoriais, que já no fim do século XVIII, entre as mãos dos senhores, não era senão um meio de dominação econômica.

Os tribunais dos prebostes, primeira instância das causas civis dos plebeus, haviam desaparecido, em sua maior parte, no século XVIII. Os tribunais dos bailios e dos senescais, estabelecidos no século XIII, julgavam sem apelação as causas em que os valores em contestação não ultrapassavam 40 libras. Os *presídios*, instituídos no século XVI por Henrique II, para julgar causas, sem apelação, até 250 libras, estavam em plena decadência no século XVIII.

Os *Parlamentos* constituíam cortes soberanas estabelecidas para fazer justiça em nome do rei, em última instância. Tirando sua origem de uma divisão da antiga Corte do rei em seções especializadas, os Parlamentos pretenderam, nos séculos XVII e XVIII, uma competência ilimitada e universal, fundamentando-se nos seus direitos de registro e de advertência. O Parlamento de Paris compreendia, em 1789, a *alta câmara*, onde se demandava, três *câmaras de inquérito*, a *câmara dos referendários*, reservada aos privilegiados; a *Câmara da Tournelle* julgava os processos criminais. A extensão do reino e o aumento constante do número de negócios deflagraram, a partir do século XV, a criação de doze Parlamentos Provinciais (Toulouse, Grenoble, Bordéus, Dijon, Ruão, Aix, Rennes, Pau, Metz, Besançon, Douai, Nancy), cuja organização era idêntica à do Parlamento de Paris, e de quatro Conselhos soberanos (Roussillon, Alsácia, Artois, Córsega).

A venalidade e a hereditariedade dos ofícios presidiam o recrutamento dos magistrados. O sistema se estabeleceu de

início para os bailios, a *resignação* praticada já pelos benefícios eclesiásticos: o ofício de judicatura foi assimilado a um benefício eclesiástico e pôde ser resignado *in favorem aliqujus*. Tendo a realza, por outra parte, concedido ao Parlamento, no século XIV, o direito de apresentação aos cargos vacantes, depois, no século XV, o direito de eleição, tomou por hábito designar, para o lugar dos conselheiros demissionários, as pessoas em cujo benefício eles haviam *resignado*; em caso de falecimento, suprimia o herdeiro. Francisco I transformou essa prática em sistema legal: para satisfazer as necessidades do tesouro real, conferiu preços e vendeu os ofícios reais vacantes ou recém-criados. Em 1522, estabeleceu, a esse respeito, uma administração especial, a *Repartição dos Cargos Precários*. A medida aplicou-se aos oficiais de finanças, depois aos oficiais de judicatura. A prática das renúncias existia sempre e expunha o Tesouro ao risco de privar-se da venda dos cargos resignados: Carlos IX legalizou a resignação mediante o pagamento de um direito ao Tesouro. O sistema da venalidade estava, assim, completo: os ofícios de judicatura eram vendidos pelos oficiais em função, ou pelo poder real.

Com a morte do titular, o rei dispunha ainda livremente do cargo. Mas em consequência da venalidade, o cargo tendia a tornar-se hereditário. A prática da hereditariedade se estabeleceu a princípio por medidas individuais: a *sobrevivência* do ofício era concedida pelo rei a tal oficial, em benefício de tal pessoa. Assim aconteceu durante todo o século XVI. Às vezes o rei revogava todas as sobrevivências concedidas: o Tesouro percebia, então, novos direitos. A hereditariedade foi estabelecida em 1604 em caráter geral, proposta por um secretário do rei, Charles Paulet — daí o nome de *Paulette* dado ao sistema. Uma decisão do conselho estipulou que o pagamento, todos os anos, de um direito equivalente à sexagésima parte do preço do cargo, conferia ao titular do mesmo duas vantagens: se ele resignava ao cargo enquanto vivo, o direito era reduzido à metade; se morresse na função, o direito de renúncia fazia parte de sua sucessão, e seus herdeiros podiam exercer o cargo. O rei perdera, assim, o direito de escolher seus magistrados. Contudo, garantias de idade e de capacidade eram exigidas: 25 anos, licenciamento ou doutoramento em Direito. Em realidade, concediam-se dispensas quanto à idade, e os exames eram pouco sérios.

Da venalidade dos ofícios de judicatura originou-se a inamovibilidade da magistratura: o rei não podia revogar um magistrado que tivesse vendido o cargo, sem lhe restituir o dinheiro. A inamovibilidade era consequência jurídica da venda, e incidia, no Velho Regime, sobre todos os cargos venais. Da venalidade originou-se, por outro lado, o sistema dos *condimentos*. Os solicitantes que, segundo os antigos costumes judiciários, iam pedir justiça, remetiam aos juizes dádivas culinárias, os *condimentos* (na origem: drágeas, doces de frutas, alimentos orientais). Desde o século XV, as dádivas haviam-se transformado em taxa obrigatória, pagável em dinheiro. Com a venalidade, os condimentos aumentaram: os honorários dos magistrados não correspondendo proporcionalmente ao preço do cargo, eles tendiam a aumentar o mais possível os condimentos. A justiça gratuita desapareceu.

As consequências sociais e políticas da venalidade foram muito importantes. Uma classe nova se formou, intermediária entre a burguesia e a aristocracia. Os magistrados (*Cavaleiros do Parlamento*) eram pessoas jurídicas, mas suas funções lhes conferiam a nobreza transmissível. Seu recrutamento escapou ao rei, passou a ser feito por cooptação. Assim, a magistratura tornou-se plenamente soberana, e no século XVIII se voltou contra a monarquia. No fim do século, o exclusivismo parlamentar aumentou, a magistratura fechou-se: os Parlamentos de Rennes, Aix e Grenoble não admitiram mais candidatos plebeus. Os *cahiers* de 1789 foram unânimes em reclamar a abolição da venalidade e da hereditariedade dos ofícios.

No fim do século XVIII, a justiça real se afigurava um conjunto complicado de instituições. A multiplicidade dos tribunais provocava conflitos de competência; a multiplicidade das apelações eternizava os processos. As custas eram excessivas: honorários de advogados e de procuradores, presentes aos juizes. A venalidade constituía o vício principal do sistema. Mas como reparar o mal sem atacar uma classe social ciumenta de suas prerrogativas e na qual os cargos e ofícios constituíam uma parte importante da fortuna? Isso equivaleria a arrebatá-la a propriedade privada.

IV

Política Fiscal do Rei

A medida que os poderes reais se afirmavam, o direito de elevar os impostos era arrebatado dos senhores. Sob Luís XIV, estabeleceu-se a prática de o rei sujeitar os contribuintes à sua vontade. A organização fiscal caracterizava-se pela desigualdade entre os contribuintes e a diversidade entre as províncias; nenhum imposto era geral, nem comum a todo o reino.

A administração financeira central era dirigida pelo Controlador-Geral, que assistia o Conselho real das finanças. O Tribunal de Contas de Paris, antiga seção financeira da Corte do rei, e onze Tribunais de Contas nas províncias, controlavam as finanças. Treze Cortes suplementares relevavam o contencioso em matéria de imposições. Em cada comunidade, uma repartição de finanças, formada dos Tesoureiros-Gerais da França, administrava a *taille*, enquanto a capitação e o vigésimo eram regidos pelo intendente. No fim do Velho Regime, o sistema de imposto monárquico afigurava-se de extrema complicação. A *taille*, imposto estabelecido pela monarquia temperada e que caracterizava as exceções e as isenções, se superpunham os impostos da monarquia absoluta, teoricamente mais racionais; em realidade, o imposto variava segundo as províncias, permanecendo desigual entre os contribuintes. A monarquia devia perecer, sobretudo, devido aos vícios de seu sistema fiscal.

1. O Imposto Direto: Igualdade Impossível.

A *taille* só pesava sobre os plebeus. *Taille* pessoal, no Norte do país, era um imposto sobre os rendimentos totais; *taille* real, ao Sul, um imposto sobre o rendimento dos bens imóveis. A *taille* era um imposto de repartição e não de quotas-parte: o rei fixava o que devia ser pago não pelo contribuinte à razão de certa porcentagem de seus rendimentos, mas por tal coletividade ou tal paróquia solidariamente responsável pela soma total, que tinha de repartir entre os habitantes. Cada ano o governo estabelecia o *brevet* da *taille*, isto é, o total a receber em todo o país. O Conselho das Finanças o repartia, em se-

guida, entre as *généralités* e as *élections*; em cada *élection*, um Conselho de eleitos fixava a *taille* das paróquias; em cada paróquia, por fim, repartidores, eleitos pelos contribuintes, a dividiam entre os mesmos. A percepção era assegurada pelos coletores, na paróquia, por um tesoureiro particular, na *élection*, por um recebedor geral, na *généralité*. A percepção da *taille* dava lugar a numerosos abusos que Vauban denunciara desde 1707 em sua *Dime royale*.

A *capitação*, instituída definitivamente em 1701, devia, originalmente, incidir sobre todos os franceses. Os contribuintes eram repartidos em 22 classes, pagando cada uma a mesma soma: à frente da primeira, o Delfim foi taxado em 2 mil libras; na última, soldados e diaristas só pagavam uma libra. O clero resgatou, em 1710, 24 milhões; os nobres escaparam do imposto. A *capitação* terminou pesando apenas sobre os plebeus: tornou-se um complemento da *taille*.

O *vigésimo* foi estabelecido, após diversos ensaios, em 1749. Incidia sobre os rendimentos dos imóveis, do comércio, sobre as rendas e mesmo sobre os direitos feudais. Em realidade, a indústria escapou a ele; o clero, pelo voto periódico da *dádiva gratuita*, se resgatou; a nobreza foi muitas vezes isenta; os *pays d'Etats*, abonados. O *vigésimo* constituía um segundo complemento da *taille*.

Dessa forma, o princípio de igualdade teoricamente estabelecido acabou desvirtuado, na prática: o privilégio reapareceu, em benefício do clero e da nobreza. O encargo dos contribuintes plebeus cresceu bastante. Não podendo aumentá-lo ainda mais, a monarquia tentou uma nova forma de estabelecer a igualdade fiscal, único remédio para a crise financeira: em 1787, Calonne propôs substituir o *vigésimo* pela *subvenção territorial*, que incidiria sobre todos. A resistência do Parlamento e a revolta dos privilegiados originaram a crise de onde deveria surgir a Revolução.

A *corvéia dos grandes caminhos* adquiriu importância no século XVIII com a extensão da rede de estradas. Os proprietários à margem da estrada deviam, na proporção de seus braços, cavalos e charretes, transportar aterro e pedras. A *corvéia* real estabeleceu-se pouco a pouco, de 1726 a 1736. Em 1738, foi generalizada e regulamentada por uma Instrução

definitiva: a corvéia estava vinculada à *taille*. Assim concebida, deu lugar a numerosos abusos e suscitou viva oposição. Turgot tentou, em 1776, impô-la a todos os proprietários, em conjunto com o vigésimo: a corvéia tornou-se um anexo do vigésimo, pagável em dinheiro. A reforma repercutiu mal, o edito foi revogado após a queda de Turgot. Em 1787, a corvéia natural foi suprimida e substituída por uma contribuição adicional de um sexto da *taille*. Os gastos de construção e conservação das estradas recaíram sobre os plebeus.

2. O Imposto Indireto e a Fazenda Geral.

Os *aides*, estabelecidos definitivamente no século XV, incidiam sobre certos objetos de consumo, vinhos e álcool, sobretudo. O clero e a nobreza estavam isentos. Eram levantados, os *aides*, na jurisdição das Cortes dos *aides*, em Paris e em Ruão; o resto do reino estava submetido a impostos semelhantes, sob nomes diferentes.

A *gabela*, imposto percebido sobre o sal, variava bastante segundo as regiões. As *províncias redimidas*, como a Guiana, livre de anexação, exigiram que a gabela não fosse estabelecida; as *províncias isentas*, como a Bretanha, não estavam sujeitas a ela; nas *províncias de pequena gabela*, o consumo era livre; nas *províncias de grande gabela*, cada família devia comprar "o sal do dever para o jarro e o saleiro", os estabelecimentos de caridade e os funcionários sendo os únicos isentos. Em realidade, a gabela pesava sobretudo sobre os pobres; dava lugar a um ativo contrabando perseguido pelos guardas alfandegários e pelos *rats-de-cave* *; era unanimemente detestada.

Os *traites* ou alfândegas internas existiam ainda no interior do país, traduzindo a formação histórica do reino. Distinguiam-se três categorias de províncias: as *províncias das cinco grandes fazendas*, unificadas por Colbert, em torno de *Ile-de-France*, onde os direitos pesavam sobre o comércio com o estrangeiro e com o resto do reino; as *províncias reputadas estrangeiras* (Sul da França, Bretanha...), cada uma rodeada

(*) Cobrador de contribuições indiretas que visitava as adegas que continham bebidas alcoólicas (N. do T.).

por uma linha aduaneira; as três províncias *efetivamente estrangeiras* (Trois Evêchés, Lorena, Alsácia), que comerciavam livremente com o estrangeiro. Organização incoerente que prejudicou consideravelmente o desenvolvimento comercial.

Se os impostos diretos eram percebidos pela administração real, para os impostos indiretos o sistema da *fazenda* prevalecia, o mesmo acontecendo com a propriedade e os direitos de propriedade. O sistema era antigo. O termo *traites*, pelo qual se designavam os direitos aduaneiros, traduz bem essa organização; o rei cedia a *caminhantes* o direito de os perceber. O sistema foi aplicado à gabela e aos *aides*. Durante muito tempo, o rei só tratou com fazendeiros particulares, por um certo direito, numa circunscrição restrita. Nos *pays d'Elections*, os eleitos procediam às adjudicações. Havia, portanto, *fazendas locais*. No início do século XVII, o uso levou as adjudicações ao Conselho do rei. Ao mesmo tempo, as circunscrições se espalharam: assim, para os *traites*, a *Extensão das Cinco Grandes Fazendas*. Como a concentração diminuísse as despesas gerais, o rei interessou-se pelo sistema, que prosseguiu sob o reinado de Luís XIV e terminou, em 1726, com uma única adjudicação de todos os direitos, para toda a França, em benefício da *Fazenda Geral*.

O arrendamento da Fazenda Geral era feito por seis anos, em nome de um único adjudicador, testa-de-ferro que entrava com o seu nome e caucionava os *fazendeiros-gerais*, isto é, altos financistas (20, depois 40, por fim 60). A Fazenda criou uma administração anexa para assegurar a cobrança dos impostos indiretos e dos direitos arrendados. Permanecia, contudo, sob a vigilância dos intendentess e sob o controle das Cortes dos *aides*. Essas últimas possuíam, em última instância, o contencioso dos *aides*, da gabela e das taxas aduaneiras, o dos novos impostos indiretos que competiam aos intendentess, não havendo direito de apelação ao Conselho do rei. Os fazendeiros-gerais realizaram imensos benefícios: o sistema era oneroso para o Estado. O governo de Luís XVI controlou diversos direitos até então arrendados; não pôde, no entanto, executar os serviços dos fazendeiros-gerais, devido à falta de finanças sólidas e de crédito suficiente. A Fazenda Geral, responsável, em particular, pela percepção da gabela, concentrou os ódios populares; as desordens revolucionárias começaram, muitas vezes, com o incêndio de suas repartições.

O desamparo financeiro foi a mais importante das causas imediatas da Revolução; dele, os vícios do sistema fiscal, a má percepção dos impostos, a desigualdade tributária, foram os principais responsáveis. Sem dúvida, deve-se acrescentar aí o esbanjamento da Corte, as guerras — e particularmente a Guerra da Independência dos Estados Unidos. A dívida pública aumentara em proporções catastróficas sob o reinado de Luís XVI: o serviço de seus interesses absorvia as receitas do reino. Num país próspero, o Estado achava-se à beira da falência. O egoísmo dos privilegiados, sua recusa em aceitar a igualdade tributária, obrigaram a realeza a ceder: a 8 de agosto de 1788, para resolver a crise financeira, Luís XVI convocou os Estados-Gerais.

*
* *

A velha máquina administrativa do Velho Regime afigurava-se, portanto, bem usada, no fim do século XVIII. Havia uma contradição evidente entre o teórico poder absoluto da monarquia e sua impotência real. A estrutura administrativa era incoerente à força de complicação; as velhas instituições permaneciam, enquanto novas eram superpostas; malgrado o absolutismo e seu esforço de centralização, a unidade nacional estava longe de ser obtida. Sobretudo, a realeza estava atacada de impotência devido aos vícios de seu sistema fiscal; mal repartido e mal percebido, o imposto não rendia: era suportado com impaciência crescente, até que recaía sobre os mais pobres. Nessas condições, o absolutismo real não correspondia mais à realidade. A força de inércia da burocracia, a pachorra do pessoal governamental, a complexidade e às vezes o caos administrativo não permitiram à monarquia resistir eficazmente quando a ordem social do velho regime foi abalada e careceu do apoio de seus defensores tradicionais.

3

PREFÁCIO A REVOLUÇÃO BURGUESA: A REVOLTA DA ARISTOCRACIA (1787-1788)

É POCA de crise social e institucional, os anos que precederam 1789 assistiram ao desenvolvimento de uma grave crise política motivada pela impotência financeira da monarquia e pela sua incapacidade de se reformar. Cada vez que um ministro reformista pretendia modernizar o Estado, a aristocracia se levantava em defesa de seus privilégios. A revolta da aristocracia precedeu a Revolução e contribuiu, desde antes de 1789, para abalar a monarquia.

I

Crise Final da Monarquia

Em maio de 1781, Necker exonerou-se do cargo de diretor-geral das finanças. Desde então, a crise se precipitou. O Rei Luís XVI, um homem volumoso, honesto e bem intencionado, mas omisso, fraco e hesitante, fatigado pelas preocupações do poder, entregava-se mais à caça ou à sua oficina de serralheiro do que às sessões do Conselho. A Rainha Maria Antonieta, filha de Maria Teresa da Áustria, alegre, frívola e imprudente,

contribuiu, com sua atitude de indolência, para o descrédito da realza.

1. *A Impotência Financeira.*

Sob os sucessores imediatos de Necker, Joly de Fleury e Lefebvre d'Ormesson, a realza viveu de expedientes. Calonne, nomeado controlador-geral das finanças, em novembro de 1783, continuou a política que Necker inaugurara por ocasião da guerra da América, recorrendo largamente ao empréstimo, ante a impossibilidade de equilibrar o *deficit* pelo aumento de impostos.

O *deficit*, mal crônico da monarquia e a principal das causas imediatas da Revolução, agravou-se consideravelmente com a guerra da América: o equilíbrio das finanças da monarquia comprometeu-se em definitivo. É difícil fazer-se uma idéia da extensão do *deficit*, pois a realza do velho regime não conhecia a instituição de um orçamento regular; as receitas eram repartidas entre diversas caixas, a contabilidade resultava insuficiente. No entanto, um documento permite o conhecimento da situação financeira às vésperas da Revolução: o *Cálculo do Tesouro em 1788*, "primeiro e último orçamento" da monarquia, ainda que não seja um orçamento no sentido exato do termo, pois o Tesouro real não contabilizava todas as finanças do reino. Após esse cálculo de 1788, as despesas se elevaram a mais de 629 milhões de libras, sendo a receita de apenas 503 milhões; o *deficit* atingia perto de 126 milhões, ou seja, 20% das despesas. O cálculo previa 136 milhões de empréstimos. No conjunto do orçamento, as despesas civis montavam a 145 milhões, ou seja, 23%. Mas, enquanto a instrução pública e a assistência comportavam 12 milhões, cerca de 2%, a Corte e os privilegiados recebiam 36 milhões, isto é, quase 6%, não obstante importantes economias feitas, em 1787, no orçamento palaciano. As despesas militares (Guerra, Marinha, diplomacia) se elevavam a mais de 165 milhões, ou seja, 26% do orçamento, dos quais 46 milhões para o soldo de 12 mil oficiais que, somente eles, custavam mais caros que todos os soldados. A dívida constituía o capítulo mais extenso do orçamento: absorvia 318 milhões, ou seja, mais de 50%. No orçamento de 1789, as receitas por antecipação montavam a 325 milhões de libras, os expedientes representavam 62% das receitas.

O mal tinha causas múltiplas. Os contemporâneos insistiam no esbanjamento da Corte e dos ministros. A grande nobreza custava caro ao país. Em 1780, o rei dera quase 14 milhões de libras ao Conde da Provença, mais ainda ao Conde de Artois que, quando a Revolução estourou, foi obrigado a reconhecer perto de 16 milhões de dívidas exigíveis. Os Polignac sangravam do Tesouro real, em pensões e gratificações, 500 mil libras, depois 700 mil por ano. A compra do castelo de Rambouillet, para o rei, exigiu 10 milhões, e 6 milhões o de Saint-Cloud, para a rainha. Luís XVI, para se avantajear aos nobres, consentira também em trocas ou compras, bastante onerosas, de propriedades; comprara, dessa forma, ao príncipe de Condé, o Clermontois, mediante 600 mil libras de rendimentos e mais de 7 milhões à vista, o que não impedia o príncipe de perceber ainda rendimentos no Clermontois, em 1788.

A dívida esmagava as finanças reais. Avaliaram-se as despesas causadas pela participação da França, na guerra da Independência dos Estados Unidos, em 2 bilhões; Neckér cobriu-os com empréstimos. Finda a guerra, Calonne acrescentou, em três anos, 653 milhões aos empréstimos precedentes. Em 1789, a dívida atingia cerca de 5 bilhões, enquanto o numerário em circulação era estimado em 2 bilhões e meio. A dívida triplicara durante os quinze anos do reinado de Luís XVI.

O *deficit* não podia ser equilibrado pelo aumento dos impostos. O peso dos mesmos já era por demais esmagador para as massas populares, considerando-se ainda que, nos últimos anos do velho regime, os preços aumentaram, em média, no período 1726-1741, 65%, sendo apenas de 22% o aumento dos salários. O poder aquisitivo das classes laboriosas diminuía bastante: os impostos tendo aumentado, em menos de dez anos, cerca de 140 milhões, tornava-se impossível qualquer novo aumento tributário. O único remédio estava na igualdade de todos diante dos tributos. Igualdade, de início entre as províncias, os *pays d'Etats*, como o Languedoc e a Bretanha, sendo poupados em relação aos *pays d'Elections*. Igualdade sobretudo entre os contribuintes, pois o clero e a nobreza gozavam de isenções fiscais. Esse privilégio era ainda mais berrante, tendo-se em vista que os rendimentos dos bens agrários haviam aumentado 98%, enquanto o aumento dos preços não passara de 65%; direitos feudais e dízimos recebidos em

natureza haviam seguido a alta geral. As classes privilegiadas constituíam, por conseguinte, matéria a ser tributada, mas ainda intacta; não se podia encher o Tesouro senão às suas custas. Restava ainda o assentimento dos Paramentos, pouco dispostos a sacrificar seus interesses particulares. Mas que ministro ousaria impor uma tal reforma?

2. *A Incapacidade Política.*

Quando o recurso do empréstimo esgotou-se, Calonne e em seguida seu sucessor Brienne, acossados pela bancarrota, tentaram resolver a crise financeira mediante o estabelecimento da igualdade tributária: o egoísmo dos privilegiados fez a tentativa abortar.

Os projetos de reforma de Calonne foram submetidos ao rei a 20 de agosto de 1786, em seu *Plano de Recuperação das Finanças*, na realidade um vasto programa sob o triplice aspecto fiscal, econômico e administrativo.

As reformas fiscais tendiam a suprimir o *deficit* e a extinguir a dívida. Para equilibrar o *deficit*, Calonne teve em mira extinguir, em todo o reino, o monopólio do tabaco, os direitos de estampilhagem e registro, os direitos de consumo sobre as mercadorias coloniais. Mas o principal projeto visava à supressão do vigésimo dos bens agrícolas e sua substituição pela *subvenção territorial*, imposto de quotas-parte, isto é, proporcional ao rendimento, que não comportaria nem isenções nem distinções; imposto sobre a terra e não imposto pessoal, a subvenção pesaria sobre todos os proprietários agrícolas, eclesiásticos, nobres ou plebeus, classificados em quatro categorias submetidas a uma tarifa regressiva, às melhores terras sendo imposta o vigésimo (5%), o quadragésimo (2,5%) às piores. Para a riqueza mobiliária, Calonne mantinha os vigésimos: *vigésimo da indústria* para os comerciantes e os industriais, *vigésimo dos ofícios* para os cargos venais, *vigésimo dos direitos* para os outros rendimentos mobiliários. A fim de extinguir a dívida, Calonne propunha a alienação, por 25 anos, da propriedade monárquica. Derradeiro aspecto do plano fiscal: a *taille* e a gabela eram aliviadas; se as isenções subsistiam, a tendência à unificação se afirmava, havendo Calonne manifestado o desejo de unificar totalmente as gabelas.

Reformas de ordem econômica tinham por alvo estimular a produção: liberdade do comércio de cereais, *retirada das*

barreiras, isto é, supressão das alfândegas internas e recuo da linha aduaneira à fronteira política, portanto, unificação do mercado nacional — e, por fim, supressão de um certo número de direitos penosos para o produtor (marca sobre os ferros, direitos de corretagem, de ancoradouro...). Calonne respondia assim aos desejos da burguesia comerciante e industrial.

Último aspecto do plano de Calonne: associar os vassallos à administração do reino. Necker criara já as *assembléias provinciais*, em Berry e em Haute-Guyenne, mas elas estavam constituídas pelas ordens; Calonne criava um sistema de eleições censitárias, sobre a base da propriedade agrícola. Seu plano instituiu, assim, *assembléias municipais* eleitas por todos os proprietários com 600 libras de renda; seus delegados formavam as *assembléias distritais*, essas admitindo, por sua vez, um ou vários delegados às *assembléias provinciais*. Tais *assembléias* seriam puramente consultivas, o poder de decisão continuando em mãos dos intendentess.

Esse programa, que reforçava o poder real pelo estabelecimento de um imposto de quotas-parte permanente, respondia, em certa medida, às aspirações do Terceiro Estado, particularmente da burguesia associada à administração, e que podia satisfazer a abolição do privilégio fiscal. Calonne, porém, talvez porque isso lhe traria rudes golpes, não pretendia suprimir a hierarquia social tradicional, julgada indispensável à monarquia: a aristocracia continuava isenta dos impostos pessoais, como a *taille*, a corvéia, o alojamento aos combatentes; ela conservava seus privilégios honoríficos.

Uma *Assembléia dos Notáveis* foi convocada para aprovar a reforma, pois Calonne, em verdade, não podia contar com o registro dos Paramentos. Os Notáveis se reuniram em fevereiro de 1787; eram ao todo 144, prelados, grandes senhores, parlamentares, intendentess e conselheiros de Estado, membros dos Estados Provinciais e das municipalidades. Tendo-os escolhido ele mesmo, Calonne esperava que seriam dóceis; com efeito, a monarquia capitulava já ao buscar a aprovação da aristocracia, em lugar de lhe impor suas vontades. Privilegiados, os Notáveis defenderam seus privilégios: reclamaram o exame das contas do Tesouro, protestaram contra os abusos das pensões, mercadejaram o voto da subvenção para obter concessões políticas. A opinião geral não apoiava Calonne; a burguesia mantinha-se de reserva, o povo continuava indife-

rente. Sob a pressão de sua roda social, Luís XVI acabou por abandonar seu ministro: a 8 de abril de 1787, Calonne foi demitido.

No primeiro lugar entre os adversários da Calonne estava o Arcebispo de Toulouse, Loménie de Brienne. O rei, a instâncias de Maria Antonieta, chamou-o ao ministério. Diversos expedientes (impostos novos, algumas economias, sobretudo um empréstimo de 67 milhões) permitiram evitar-se a bancarrota. Mas o problema financeiro continuava intacto.

Por força das circunstâncias, Brienne viu-se obrigado a retomar os projetos de seu predecessor. A liberdade do comércio de cereais foi estabelecida, a corvêia transformada em uma contribuição em dinheiro; assembléias provinciais foram criadas, e nelas o Terceiro Estado tinha representação igual à das duas outras ordens reunidas (isso, a fim de romper a coalizão da burguesia com os privilegiados); por fim, a nobreza e o clero foram submetidos ao imposto predial da subvenção territorial. Os Notáveis declararam que não dispunham de poder para aprovar o imposto. Não podendo obter-lhes a aprovação, Brienne os despediu (25 de maio de 1787).

Assim terminou essa primeira tentativa: por um revés caracterizado da realza. Calonne tentara apelar aos Notáveis a fim de impor o programa ao resto da aristocracia. Nem Calonne nem Brienne lhes obtiveram a adesão. A urgência das reformas se afirmava mais e mais, e Brienne viu-se forçado a enfrentar o Parlamento.

A resistência dos Parlamentos acompanhou a dos Notáveis. O Parlamento de Paris, seguido da Corte dos *aides* e da Corte das Contas, dirigiu admoestações a respeito de um edito que exigia selagem para as petições, os jornais e os cartazes, repeliu o edito sobre a subvenção territorial, reclamou ao mesmo tempo a convocação dos Estados-Gerais, os únicos em condições de aprovar novos impostos. A 6 de agosto de 1787, um leito de justiça obrigou o Parlamento a registrar os editos. No dia seguinte, o Parlamento anulou, como ilegal, o registro da véspera. Um exílio em Troyes puniu essa rebelião. Entretanto, a agitação ganhou as cortes da província e toda a aristocracia judiciária. Brienne não tardou a capitular: os editos fiscais foram retirados. O Parlamento, reinstalado, registrou, em 4 de setembro de 1787, o restabelecimento dos vigésimos: da subvenção territorial, nem queria saber. Novo revés, mais grave

ainda que o primeiro: a reforma fiscal se afigurava impossível ante a resistência do Parlamento, intérprete de toda a aristocracia.

Para subsistir, Brienne, uma vez mais, recorreu ao empréstimo. Mas não podia realizar a operação sem o assentimento do Parlamento, que só concordou com o registro sob promessa da convocação dos Estados-Gerais. Ainda pouco seguro de sua maioria, o ministro impôs o edito durante uma *assemblée real*, bruscamente transformada em *leito de justiça*, a fim de cortar pela raiz qualquer discussão (19 de novembro de 1787). O Duque de Orléans protestou: “Sire, é ilegal.” — “É legal — replicou Luís XVI — porque eu o quero.” Resposta digna de Luís XIV, se fosse dada com calma e majestade. A querela se eternizou e o debate ampliou-se. A 4 de janeiro de 1788, o Parlamento votou um requisitório contra as cartas de prego e reclamou a liberdade individual como um direito natural. A 3 de maio de 1788, por fim, o Parlamento publicou uma declaração das leis fundamentais do reino, das quais se dizia o guardião: tratava-se da negação do poder absoluto. Proclamava, sobretudo, que a votação dos impostos era da competência dos Estados-Gerais, portanto, da nação; condenava de novo as prisões arbitrárias e as cartas de prego; estipulava, enfim, a necessidade de manter-se os “costumes das províncias” e a inamovibilidade da magistratura. A declaração se caracterizava por uma mistura de princípios liberais e de pretensões aristocráticas; não se pronunciando, *et pour cause*, sobre a igualdade dos direitos e a abolição dos privilégios, ela não apresentava nenhuma característica revolucionária.

A reforma judiciária de Lamoignon tinha por objeto quebrar a resistência do Parlamento. Suas portarias foram cassadas. Mas o governo real não ficou nisso; decidido, enfim, a impor suas vontades, decretou a prisão de dois chefes da oposição parlamentar, Duval d'Eprenesnil e Goislard de Montsabert — prisão que só se verificou após uma dramática sessão, na noite de 4 para 5 de maio de 1788, o Parlamento de Paris tendo declarado que os dois conselheiros refugiados estavam em seu seio “sob a proteção da lei”. A 8 de maio de 1788, o rei impôs o registro de autoridade de seis editos preparados pelo guarda dos selos, Lamoignon, a fim de quebrar a resistência dos magistrados e reformar a justiça. Uma ordenança criminal suprimia a *questão prévia*, isto é, as torturas que precediam a

execução dos criminosos (a questão preparatória que acompanhava a instrução caíra em 1780). Um grande número de jurisdições inferiores ou especiais estava abolido; os presídios tornavam-se tribunais de primeira instância; os Paramentos viram suas atribuições reduzidas, em benefício de 45 *grandes bailiados*, tribunais de apelação. Mas Lamoignon não ousou, por motivos financeiros, suprimir a venalidade e os condimentos. Para registrar esses atos reais, uma Corte plenária, composta de altos funcionários, substituiu o Parlamento; a aristocracia judiciária perdia, assim, o controle da legislação e das finanças reais.

Reforma profunda, mas que chegara demasiado tarde: a aristocracia conseguiu arrastar todos os descontentes contra o governo e ampliar o conflito inicial em escala nacional.

II

Os Paramentos Contra o Absolutismo (1788)

1. *A Agitação Parlamentar e a Assembléia de Vizille.*

Contra a reforma de Lamoignon que despojava a aristocracia parlamentar de seus privilégios políticos, a verdadeira resistência veio não de Paris, mas das províncias, particularmente daquelas onde a aristocracia possuía, fora do Parlamento, um meio de ação, na instituição dos Estados Provinciais. A reforma judiciária chegara no momento em que se desenvolvia a agitação suscitada pelas assembléias provinciais criadas pelo edito de junho de 1787. Para satisfazer a aristocracia, Brienne as havia dotado de poderes extensos, em detrimento dos intendentos, mas concedera ao Terceiro Estado uma representação dupla e o voto individual, não o voto pela ordem — o que descontentava os privilegiados. O Dauphiné, o Franche-Comté, a Provença reclamaram o restabelecimento de seus antigos Estados Provinciais. Os dois motivos de agitação se conjugaram. A aristocracia parlamentar atraiu às suas fileiras a fração liberal da alta nobreza e a grande burguesia. Impedir a instalação dos novos tribunais, fazer a greve da justiça, desencadear a desordem, reivindicar a reunião dos Estados-Gerais — tais foram as palavras de ordem. Paramentos e Estados Provinciais

organizaram a resistência com sua numerosa clientela de serventuários da justiça. As manifestações se sucederam. A nobreza de espada aderiu, depois a nobreza clerical; a Assembléia do clero protestou, em junho de 1788, contra a instituição da Corte plenária.

A agitação se transformou em insurreição. Em Dijon (11 de junho de 1788), em Toulouse, revoltas explodiram por ocasião da instalação dos tribunais de grande bailiado. Em Pau, os montanhese, excitados pelos nobres dos Estados Provinciais, sitiaram o intendente em seu hotel, obrigando-o a reinstalar o Parlamento (19 de junho de 1788). Em Rennes, as desordens tiveram em mira os nobres bretões, defensores do Parlamento, e as tropas monárquicas (maio-junho de 1788).

Mas os acontecimentos mais notáveis, e que constituíram um autêntico prefácio à Revolução, desenrolaram-se no Dauphiné, onde a criação de uma assembléia provincial suscitara grande emoção que a reforma judiciária levava ao máximo. Entretanto — e fato característico — nessa província, cuja atividade industrial e importância da produção figuravam entre as mais desenvolvidas do reino, foi a burguesia que tomou a frente da oposição. O Parlamento de Grenoble protestou quando se viu forçado a registrar os editos de 8 de maio e recebeu ordens de tirar férias. Reuniu-se, contudo, a 20 de maio; o representante-geral da província entregou-lhe, então, as cartas de exílio. A 7 de junho de 1788, dia fixado para a partida, o povo se sublevou, sob a instigação, ao que parece, de auxiliares da justiça exasperados pela ruína do Parlamento que provocava a ruína deles próprios. O populacho ocupou as portas da cidade; colocado nos tetos, apedrejava as patrulhas que percorriam as ruas. Em vão o representante-geral, o velho Duque de Clermont-Tonnerre, se esforçou para diminuir a emoção popular mediante o recolhimento das tropas aos quartéis. Pelo fim da tarde, a revolta, que se assenhoreara da cidade, reinstalou os magistrados no palácio de justiça. Se essa *Jornada dos Telhados* não teve resultados imediatos importantes (os magistrados retiraram-se, finalmente, de Grenoble na noite de 12 para 13 de junho de 1788, obedecendo assim às ordens do rei), não deixou de marcar, também no Dauphiné, o início de uma agitação verdadeiramente revolucionária.

A 14 de junho de 1788 verificava-se, na Câmara Municipal de Grenoble, uma reunião agrupando nove eclesiásticos, cô-

negos e curas da cidade, 33 gentis-homens e 59 membros do Terceiro Estado, notários, procuradores e advogados, entre os quais Mounier e Barnave: a burguesia tomava as rédeas do movimento. Adotou-se uma deliberação, preparada por Mounier, que reivindicava a chamada dos magistrados e sua reintegração na plenitude de suas funções, a convocação dos "Estados particulares da província com representação dos membros do Terceiro Estado em número igual aos dos membros do clero e da nobreza reunidos, através de eleições livres"; por fim, a convocação dos Estados-Gerais do reino, "a fim de remediar os males da nação".

A assembléia de Grenoble, no espírito de seus promotores, não passava de uma reunião preparatória de uma assembléia geral das municipalidades do Dauphiné, finalmente fixada para 21 de julho. Uma ativa propaganda se desenvolveu na província para lhe assegurar o sucesso, que foi ainda favorecido pela carência da autoridade. Um dos magnatas da economia do Dauphiné, Périer, dito Milorde por causa de sua imensa fortuna, cedeu, às portas de Grenoble, seu castelo de Vizille, que acabara de adquirir para nele estabelecer uma manufatura de algodão. Foi ali que se reuniu, a 21 de julho de 1788, a *Assembléia de Vizille*, prefiguração, em escala provincial, dos Estados-Gerais de 1789. Formada de representantes das três ordens, a Assembléia contava 50 eclesiásticos, 165 nobres e 276 representantes do Terceiro Estado — assembléia de notáveis de que estavam excluídas "as últimas classes do povo", segundo a expressão de Mounier, as cidades não tendo enviado senão privilegiados e burgueses, e 194 paróquias, somente estando representadas, das 1.212 que constituíam o Dauphiné. Um comitê, largamente inspirado por Mounier, formulou as resoluções da Assembléia, que reclamou o restabelecimento dos Parlamantos, porém despojados de suas prerrogativas políticas; os Estados-Gerais, cuja convocação foi exigida, eram "os únicos com a força necessária para lutar contra o despotismo dos ministros e pôr termo às depredações do Tesouro".

Os Estados de Dauphiné deviam ser restabelecidos — mas, nos Estados novos, o Terceiro Estado teria representação igual à dos privilegiados. Em seguida, a Assembléia pôs-se acima do particularismo provincial e despertou para o espírito nacional:

"As três ordens do Dauphiné não separarão jamais sua causa da causa das demais províncias, e, sustentando

seus direitos particulares, não abandonarão os direitos da nação."

Dando o exemplo, a Assembléia renunciou para o Dauphiné o privilégio de aprovar o imposto: "As três ordens da província não aprovarão o imposto... até que seus representantes o tenham deliberado nos Estados-Gerais do reino."

→ Ultrapassando o quadro provincial que incluía agitações na Bretanha e no Béarn, a Assembléia proclamou, para criar uma ordem nova, a necessidade da unidade nacional. Quanto a isso, e no que se refere ao Terceiro Estado, as deliberações da Assembléia de Vizille revestiram-se de um caráter revolucionário: o Velho Regime social e político estremecia sobre as bases.

Contudo, essa união do Terceiro Estado e da aristocracia, essa preponderância das opiniões do Terceiro Estado nas deliberações de Vizille, se tiveram uma grande ressonância, não encontraram eco em outras províncias: a Declaração de Vizille foi admirada, não imitada. Na primavera de 1788, foi essencialmente a união da aristocracia judiciária e da aristocracia de espada que pôs em xeque o poder real. Contra a realza e pela manutenção dos seus privilégios, a aristocracia não hesitava em empregar métodos de violência. Nobreza de espada e nobreza judiciária estavam unidas para recusar obediência ao rei, convocavam em sua ajuda a burguesia, que fazia, assim, seu aprendizado revolucionário. Mas se ela reclamava um regime constitucional e a garantia das liberdades essenciais, se exigia a votação do imposto pelos Estados-Gerais e a restauração da administração aos Estados Provinciais eletivos, a aristocracia não cuidava menos de manter nesses diversos organismos sua preponderância política e social. Os *cahiers* de queixas da nobreza foram unânimes em reclamar a manutenção dos direitos feudais e particularmente dos direitos honoríficos. A aristocracia comprometeu-se na luta contra a monarquia absoluta e arrastou o Terceiro Estado, mas com a intenção clara de estabelecer, sobre as ruínas do absolutismo, seu poder político e de manter seus privilégios sociais.

2. A Capitulção da Realeza.

Ante a aliança ameaçadora do Terceiro Estado com os privilegiados, Brienne viu-se reduzido à impotência. O poder

lhe escapou. As assembléias provinciais, que ele criara e compusera à sua feição, revelavam-se pouco dóceis, recusando aumentos de impostos. O exército, comandado por nobres hostis ao ministro e às suas reformas, não inspirava confiança. Sobretudo, o Tesouro estava vazio; qualquer empréstimo não teria possibilidade de ser subscrito pelas circunscrições também agitadas. Brienne capitulou diante da revolta da aristocracia. A 5 de julho de 1788, prometeu reunir os Estados-Gerais; a 8 de agosto, suspendeu a Corte plenária, fixou a abertura dos Estados-Gerais para 1º de maio de 1789. Depois de ter recorrido a todos os expedientes, inclusive aos fundos dos Inválidos e às subscrições para os hospitais, e o Tesouro estando vazio, Brienne se demitiu (24 de agosto de 1788).

O rei reconvocou Necker, que rematou a capitulação da monarquia: a reforma judiciária de Lamoignon, causadora da revolta, foi abolida, os Estados-Gerais convocados para a data fixada por Brienne. O Parlamento apressou-se a indicar em que sentido desejava explorar sua vitória: após seu arresto a 21 de setembro de 1788, os Estados-Gerais seriam convocados da mesma forma que em 1614, em três ordens separadas, dispondo cada uma de uma voz. As ordens privilegiadas levavam vantagem, por conseguinte, sobre o Terceiro Estado.

*
* *

No fim de setembro de 1788, a aristocracia triunfava. Mas se a revolta aristocrática pusera a monarquia em xeque, ela a abalara bastante a ponto de abrir a voz àquela revolução em que a evolução econômica e social preparara o Terceiro Estado. Este tomou a palavra, por sua vez: começava, então, a verdadeira revolução.

No limiar dessa Revolução de 1789, que vai subverter as estruturas tradicionais, convém deter-nos um instante antes de tentarmos aprofundar-nos na complexidade dos fatos e na multiplicidade dos aspectos sociais e políticos relacionados com a estrutura ou a conjuntura — a essência da crise do Velho Regime.

O século XVIII fora, em verdade, um século de prosperidade — mas seu apogeu econômico ocorrera no fim da década de 60 e nos primeiros anos da década de 70. Se o

impulso não foi contestável até à guerra da América, houve um declínio a partir de 1778, "o declínio de Luis XVI". De outro lado, o alcance desse impulso dá margem a reservas: beneficiou mais os privilegiados e a burguesia do que as classes populares que, inversamente, sofreram mais na época do declínio. Depois de 1778, começa um período de contração, seguido de regressão econômica, que vai coroar uma crise cíclica geradora de miséria. Jaurès não nega, sem dúvida, a importância da fome na eclosão da Revolução, reconhecendo-lhe, porém, apenas um papel episódico. A má colheita de 1788 e a crise de 1788-1789, afligindo dolorosamente as massas populares, as teriam mobilizado a serviço da revolução burguesa — mas isso, segundo ele, não passou de um acidente. Em realidade, o mal era mais profundo, atingia a economia francesa em todos os setores. A miséria mobilizou as massas populares no momento exato em que a burguesia, após um progresso sem precedente, era atingida em seus rendimentos e seu lucro. A regressão econômica e a crise cíclica que se desencadearam em 1788 foram sumamente responsáveis, em primeiro lugar, pelos acontecimentos de 1789; o conhecimento da mesma esclarece de maneira nova o problema das origens imediatas da Revolução.

Devido, contudo, às determinações econômicas, que exprimem uma época, entram em jogo antagonismos sociais fundamentais. As causas profundas da Revolução Francesa devem ser procuradas nas contradições assinaladas por Barnave, entre as estruturas e as instituições do Antigo Regime, de um lado, e o movimento econômico e social, de outro. Às vésperas da Revolução, os quadros da sociedade continuavam aristocráticos; o regime da propriedade agrícola era ainda de estrutura feudal; os ônus dos direitos feudais e dos dízimos eclesiásticos tornavam-se intoleráveis para os camponeses. Isso, enquanto se desenvolviam os novos meios de produção e de comércio sobre os quais se edificou o poderio econômico burguês. A organização social e política do Velho Regime, que consagrava os privilégios da aristocracia rural, entravava o desenvolvimento da burguesia.

A Revolução Francesa fôi, segundo a expressão de Jaurès, uma revolução "amplamente burguesa e democrática", e não uma revolução "estritamente burguesa e conservadora", como a respeitável Revolução Inglesa de 1688. Ela se fez graças ao

apoio das massas populares atizadas pelo ódio contra os privilégios e sublevadas pela fome, desejosas de se libertar da carga do feudalismo. Uma das tarefas essenciais da Revolução consistiu na destruição do regime feudal e na libertação dos camponeses e da terra. Dessas características dão conta não só a crise geral da economia, no fim do Velho Regime, mas, de maneira mais profunda ainda, as estruturas e as contradições da velha sociedade. A Revolução Francesa foi, em verdade, uma revolução burguesa, mas com o apoio popular e, sobretudo, da massa rural.

No fim do Velho Regime, os progressos da idéia de *nação* se afirmaram como o impulso da burguesia, mas continuaram freados pela persistência das estruturas feudais na economia, na sociedade e no Estado, bem como pela resistência da aristocracia. A unidade nacional continuava inacabada. O desenvolvimento da economia e a constituição de um mercado nacional eram sempre entravados pelas alfândegas internas e pelos pedágios, pela multiplicidade dos pesos e medidas, pela diversidade e incoerência do sistema fiscal, tanto quanto pela persistência dos direitos feudais e dízimos eclesiásticos. Na sociedade, ocorria a mesma ausência de unidade. A hierarquia social estava fundada no privilégio, não apenas os da nobreza e do clero, mas também os dos múltiplos *órgãos* e comunidades que fracionavam a nação e que possuíam cada um suas *franquias*, suas *liberdades* — em uma palavra, seus privilégios. A desigualdade era regra, a mentalidade *corporativa* acentuava a divisão. Em seu *Tableau de Paris* (1781), Sébastien Mercier consagra um capítulo ao *egoísmo dos órgãos*:

“Os órgãos administrativos tornaram-se opiniáticos, apaixonados, pretendendo isolar-se no conjunto da máquina política; hoje em dia, eles só sentem a injustiça quando praticada contra um de seus associados, e consideram alheia a seus interesses a opressão ao cidadão que não pertence à sua classe.”

A estrutura do Estado, como a da sociedade, constituía uma negação da unidade nacional. A missão histórica dos Capetinos fora dar ao Estado — que eles haviam constituído mediante a reunião, em torno de seu domínio, das províncias francesas — a unidade administrativa, fator favorável ao despertar da consciência nacional bem como ao exercício do poder

monárquico. Em realidade, a nação permanecia separada do Estado, como o próprio monarca testemunhou: “Dentro em pouco — declarou Luís XVI, a 4 de outubro de 1789 — convidaremos a nação a vir em socorro do Estado...” Como a organização do Estado nada melhorara no curso do século XVIII, Luís XVI governava e administrava quase com as mesmas instituições do seu avô Luís XIV. As tentativas de reformas de estrutura haviam ruído ante a resistência da aristocracia solidamente acampada nos Parlamentos, nos Estados Provinciais, nas Assembléias do clero. Como ficou dito, as províncias e as cidades gozavam sempre de liberdades e privilégios — muralhas contra o absolutismo monárquico, mas também fortalezas de um particularismo obstinado.

Em realidade, não se pode dissociar a não-conclusão da unidade nacional pela monarquia absolutista da persistência de uma estrutura social de tipo aristocrático, negação mesma da unidade nacional. Concluir a obra monárquica de unificação nacional equivaleria a considerar a estrutura da sociedade e, por conseguinte, o privilégio. Contradição insolúvel: jamais Luís XVI resolveu-se a abandonar *sua nobreza fiel*. A persistência e mesmo o acentuamento da mentalidade feudal e militar da aristocracia contribuíram ainda para excluir a maior parte dos nobres da nação, para vinculá-los à pessoa do rei. Incapazes de se adaptar, entorpecidos pelos preconceitos, eles se isolaram num exclusivismo estanque, enquanto no quadro das instituições ultrapassadas se afirmava já a ordem nova.

“Se é possível imaginar — escreveu Tocqueville — que essa nobreza, separada das classes médias (entenda-se, a burguesia) que ela repelira do seu seio, e do povo, do qual deixara escapar o coração, estava inteiramente isolada no meio da nação, na aparência à frente de um exército, mas este, em realidade, um quadro de oficiais sem soldados, compreende-se por que, depois de estar mil anos de pé, ela tenha desmoronado no espaço de uma noite.”

A unidade nacional, travada pela reação aristocrática, não deixou, entretanto, de apresentar certos progressos na segunda metade do século XVIII, pelo desenvolvimento da rede de grandes estradas reais e das relações econômicas, pela atração da capital (“A França — segundo Tocqueville — era já, de todos os

países da Europa, aquele cuja capital adquirira maior preponderância sobre as províncias e que absorvia o melhor de todo o império”), pelo progresso intelectual. A difusão da filosofia dos *Luminaires* e a educação dos colégios constituíram meios reais de unificação. Acentuar estes fatos, no entanto, é acentuar a ascensão da burguesia. Ela tornara-se o fator social essencial da unidade da nação, chegando a identificar-se com a nação. “Quem ousaria dizer que o Terceiro Estado não encerra tudo o que se faz necessário para formar uma nação completa?”, escreveu Sieyes. Mas ele frisa, também, que a aristocracia não fazia parte da nação. “Retirando-se a ordem privilegiada, a nação não seria qualquer coisa de menos, mas qualquer coisa de mais.”

Assim se acentua, por contradições múltiplas e pelos antagonismos de classes, a idéia de nação na França do Velho Regime que findava. É na categoria social intelectualmente mais amadurecida e economicamente mais avançada que ela tomava forma e ganhava vida. O espetáculo dessa França ao mesmo tempo una e dividida incitou Tocqueville a escrever dois capítulos opostos: “Que a França era o país onde os homens tornaram-se os mais semelhantes entre si”, “Como esses homens tão semelhantes estavam mais separados do que haviam estado algum dia”... Esses homens “estavam em via de se confundir na mesma massa”, observa, porém, o autor de *L'Ancien Régime et la Révolution*.

A Revolução devia, com efeito, resolver essas contradições. Entretanto, dando os direitos a seus únicos detentores, e identificando pátria e propriedade, ela iria suscitar novas contradições.

PRIMEIRA PARTE

“A NAÇÃO, O REI, A LEI”
REVOLUÇÃO BURGUESA
E MOVIMENTO POPULAR
(1789-1792)

THESE

AND WAGGON IS THE A LIL

REYNOLDS'S PAPER

IS MOVEMENTS PAPER

(1871-1872)

A MONARQUIA francesa, às vésperas da bancarrota, inquieta pela oposição da aristocracia, pensava encontrar um meio de sobrevivência com a convocação dos Estados-Gerais. Entretanto, atacada em seu princípio absolutista, ao mesmo tempo pela aristocracia — que cogitava, através de um retrocesso que acreditava ser a antiga constituição do reino, de participar do governo — e pelos partidários das idéias novas, que desejavam que a nação tivesse direito a vigiar a administração do Estado, a realza não possuía qualquer programa preciso de ação. Ao reboque dos acontecimentos, ao invés de comandá-los, ela resvalou, de concessão em concessão, para a Revolução.

A Revolução de 1789 foi dirigida pela minoria burguesa do Terceiro Estado, sustentada e impulsionada nos períodos de crise pelo imenso povo das cidades e dos campos — êsse que tem sido chamado às vezes de *quarta ordem*. Graças à aliança popular, a burguesia impôs à realza uma Constituição que lhe deu o essencial do poder. Identificando-se com a nação, ela pretendia sujeitar o rei ao reino da lei. *A nação, o rei, a lei*: esse equilíbrio ideal pareceu, por um momento, realizar-se. Da Federação de 14 de julho de 1790, a nação comungou com um verdadeiro fervor monárquico. O juramento solene, então pronunciado, unia “os franceses entre si, e os franceses ao seu rei, para defender a liberdade, a Constituição e a lei”. Mas, em 1790, a nação constituía essencialmente a burguesia; esta só possuía os direitos políticos, bem como o poderio econômico e a primazia intelectual.

A união da nação e do rei sob a égide da lei revelou-se precária. A aristocracia, como a monarquia, procurava a *revanche*. A burguesia no poder foi esquartejada entre o temor de uma restauração aristocrática e o de um levante popular. A fuga do rei, a 21 de junho de 1791, e a fuzilada do Campo

de Marte dividiram a burguesia em duas facções. A facção fueldense, pelo ódio à democracia, acentuou o caráter burguês da Constituição e manteve a instituição monárquica como uma muralha às aspirações populares; a facção girondina, pelo ódio à aristocracia e ao despotismo, atacou a realeza e não hesitou em fazer apelo ao povo, uma vez desfechada a guerra, que devia resolver, segundo seus cálculos, todas as dificuldades.

A burguesia foi rapidamente empolgada pelo povo que entendia agir em seu interesse próprio. A revolução de 10 de agosto de 1792 pôs fim ao regime instaurado pelos Constituintes. Em realidade, a união da nação nova e do rei, defensor natural do Velho Regime e da aristocracia feudal, era impossível.

1

A REVOLUÇÃO BURGUESA E A QUEDA DO VELHO REGIME (1789)

A CRISE financeira e a revolta da aristocracia haviam imposto à monarquia a convocação dos Estados-Gerais. Mas o Terceiro Estado aceitaria com submissão o que a aristocracia, em sua grande maioria, se limitava a oferecer-lhe? Os Estados-Gerais continuariam sendo uma instituição ainda feudal, ou de sua ação resultaria uma ordem nova, segundo a realidade econômica e social? O Terceiro Estado reclamou, alto e bom som, a igualdade dos direitos, e tentou a reorganização social e política do Velho Regime. A realeza ensaiou esmagar a revolta do Terceiro Estado pelos mesmos métodos que usara contra a aristocracia agora sua aliada. Mas em vão: a crise econômica lançou o povo à insurreição e a força pública escapou às mãos do rei. A revolução pacífica e jurídica sucedeu a revolução popular e violenta. O Velho Regime ruiu.

I

A Revolução Jurídica (fim de 1788-junho de 1789)

A 26 de agosto de 1788, Luís XVI nomeou Necker diretor-geral das finanças e ministro de Estado. Sem programa preciso, mais ao reboque dos acontecimentos do que os governando de

fato, Necker não se deu conta da expansão da crise política e social; não prestou atenção suficiente à crise econômica que permitiu à burguesia mobilizar as massas. No terreno da produção agrícola, uma crise vitícola afetava numerosas regiões. A cultura da uva era, então, muito mais espalhada do que hoje; para muitos camponeses o vinho constituía o único produto para venda; pelo seu número e sua concentração, a população das províncias que cultivavam vinhedos, obrigada a adquirir o pão, participava do caráter urbano. Um período de vendas difíceis e de baixa dos preços atirou, de 1778 a 1787, numerosos vinhateiros na miséria. Em 1789-1791, safra insuficientes provocaram nova alta dos preços, mas a produção escassa não permitiu aos vinhateiros se refazerem. Dessa forma, enquanto o preço dos cereais se elevava, em 1788-1789, a população vitícola, sobretudo o vinhateiro-rendeiro e o diarista, desprovidos de qualquer reserva, foram esmagados. A crise vitícola enquadrou-se na crise geral da economia. Ao mesmo tempo, o tratado de livre-câmbio, concluído com a Inglaterra, em 1786, provocou uma redução da atividade industrial. Numa época em que a indústria inglesa buscava a transformação de seus equipamentos e o aumento de sua capacidade produtora, a indústria francesa, que começava, com esforço, a renovar-se, sofria a concorrência inglesa no próprio mercado nacional. Uma crise cambial agravava ainda a situação.

1. *A Reunião dos Estados-Gerais (fim de 1788-maio de 1789).*

A convocação dos Estados-Gerais prometida pelo rei desde 8 de agosto, para o 1.º de maio seguinte, suscitou grande entusiasmo no Terceiro Estado. Até então ele seguira a aristocracia em revolta contra o absolutismo. Mas quando o Parlamento de Paris, a 21 de setembro de 1788, baixou um decreto segundo o qual os Estados-Gerais seriam “regularmente convocados e compostos segundo a forma observada em 1614”, a aliança rompeu-se entre a aristocracia e a burguesia. Esta última concentrou suas esperanças sobre um rei que consentia em fazer apelo a seus vassallos e a escutar-lhes as queixas.

“O debate público mudou de aspecto — segundo Mallet du Pan, em janeiro de 1789; — agora, relaciona-se de maneira secundária ao rei, ao despotismo e à Constituição. Trata-se, em verdade, de uma guerra entre o Terceiro Estado e as outras duas ordens.”

O partido patriota assumiu a liderança da luta contra os privilegiados. Formado de homens saídos da burguesia — juristas, escritores, homens de negócios, banqueiros — viu engrossar suas fileiras o partido dos privilegiados que haviam adotado as idéias novas, grandes senhores (o Duque de la Rochefoucauld-Liancourt, o Marquês de La Fayette), ou parlamentares (Adrien Du Port, Hérault de Séchelles, Lepeletier de Saint-Fargeau). Igualdade civil, judiciária e fiscal, liberdades essenciais, governo representativo — eis as principais reivindicações. A propaganda organizou-se, fazendo render as relações pessoais ou certas sociedades, como a dos *Amigos dos Negros*, que reclamava a abolição da escravatura; *cafés* tornaram-se o centro de agitação, como o célebre Café Procope. Um organismo central parece ter dirigido a agitação do partido patriota, o Comitê dos Trinta, inspirando as brochuras e divulgando vários tipos de *cahiers* de queixas.

A duplicação do Terceiro Estado constituiu-se o ponto essencial sobre que incidiu a propaganda do partido patriota: o Terceiro Estado devia ter tantos deputados quanto a nobreza e o clero reunidos, o que implicava o voto pessoal e não o voto por ordem. Sem política determinada, não desejando outra coisa senão ganhar tempo e conciliar a situação, Necker reuniu, em novembro de 1788, uma segunda Assembléia de Notáveis, pensando que a persuadiria a se pronunciar em favor da duplicação. Os Notáveis, como era de se prever, pronunciaram-se pelas velhas fórmulas. A 12 de dezembro, os príncipes de sangue enviaram ao rei uma súplica, verdadeiro manifesto da aristocracia; esse documento se levanta contra as pretensões do Terceiro Estado e contra seus ataques: “Já se propõe a supressão dos direitos feudais... Vossa Majestade estaria acaso determinado a sacrificar e humilhar sua brava, antiga e respeitável nobreza?”

Mas a resistência dos privilegiados imprimira ao movimento patriota um impulso novo. Já o Parlamento, recuando em sua atitude, aceitava, através de uma decisão de 5 de dezembro de 1788, a duplicação do Terceiro Estado, embora não se pronunciasse sobre a votação nominal — questão assaz importante.

Essa posição foi adotada por Necker, desejoso de lisonjear todos os partidos, em seu relatório ao Conselho do rei, a 27 de dezembro de 1788. Três questões, segundo ele, deviam

ser consideradas; a da proporcionalidade dos deputados e da população, a da duplicação do Terceiro Estado, a da escolha dos deputados, nessa ou naquela ordem. Em 1614, cada bailiado ou senescalía elegia o mesmo número de deputados — o que não se podia repetir agora, em vista das regras da equidade proporcional. Necker se pronunciou pela proporcionalidade. Quanto à duplicação, não se podia agir segundo as mesmas formas de 1614; após essa data, a importância do Terceiro Estado cresceu.

"Este intervalo trouxe grandes transformações. A riqueza mobiliária e os empréstimos do governo associaram o Terceiro Estado à fortuna pública; os conhecimentos e as luzes tornaram-se patrimônio comum... Uma infinidade de negócios públicos dos quais ele agora participa, tais como as transações do comércio interior e exterior, o estado das manufaturas, os meios mais apropriados para encorajá-las, o crédito público, o juro e a circulação do dinheiro, os abusos das percepções, os dos privilégios, e tantas outras partes das quais só ele tem a experiência."

O voto do Terceiro Estado, quando é unânime — concluiu Necker — quando está conforme os princípios gerais de equidade, será sempre o voto nacional; faz-se mister, portanto, um número de deputados do Terceiro Estado igual ao dos deputados das duas outras ordens reunidas. O terceiro problema consistia em saber se cada ordem devia escolher deputados fora dos seus quadros; Necker se pronunciou, nesse ponto, pela mais completa liberdade.

As decisões foram publicadas no *Resultado do Conselho do Rei Reunido em Versalhes*, a 27 de Dezembro de 1788. As cartas de convocação e o regulamento eleitoral apareceram um mes depois, a 24 de janeiro de 1789. A questão do voto nominal ou de bancada não fora ainda resolvida.

A campanha eleitoral se desenvolveu num grande movimento de entusiasmo e de lealdade para com o rei, mas no meio de grave crise social. O *chômage* grassava; a colheita de 1788 fora medíocre; a fome ameaçava. Nos primeiros meses de 1789, as *emoções populares* se multiplicaram, revoltas por falta de víveres estouraram em diversas províncias. O povo das cidades reclamava o tabelamento dos cereais — e às vezes

se insurgia, como os operários da fábrica de papéis pintados Réveillon, em Paris, a 28 de abril de 1789. A agitação social coincidia com a agitação política e a explicava muitas vezes.

“Sua Majestade — proclamava o regulamento eleitoral, lido no sermão dos domingos — deseja que a todo o reino, inclusive as regiões menos conhecidas, seja assegurado o direito de levar ao rei suas reivindicações e reclamações.”

O convite foi tomado ao pé da letra. Os homens do Terceiro Estado dele se utilizaram para agitar a opinião; a literatura política adquiriu grande impulso; a liberdade de imprensa estabeleceu-se mediante acordo tácito; brochuras, panfletos, tratados, obras de serventuários da justiça, de curas, de pessoas da média burguesia, sobretudo, se multiplicaram. Todo o sistema político, econômico e social foi analisado, criticado, rebatido, tanto na província quanto em Paris. Em Arras, o *Appel à la nation artésienne*, de Robespierre; em Ruão, o *Avis aux bons Normands*, de Thouret; em Aix, o *Appel à la nation provençale*, de Mirabeau.

Em Paris, Sieyes, já conhecido pelo seu *Essai sur les privilèges*, publicou em janeiro de 1789 a brochura *Qu'est-ce que le Tiers Etat?* que alcançou imenso sucesso:

“Que é o Terceiro Estado? Tudo. Que tem sido até agora? Nada. Que busca? Tornar-se algo.”

Escritores célebres, publicistas, autores anônimos lançam *Ensaio*, *Cartas*, *Reflexões*, *Conselhos*, *Projetos*. Target escreveu uma *Lettre aux Etats généraux*, Camille Desmoulins *La France Libre*, panfleto veemente em favor de uma França onde não houvesse nem venalidade dos cargos, nem nobreza transmissível, nem privilégios fiscais:

“*Fiat! Fiat!* Sim, tudo isso vai-se realizar; sim, esta Revolução abençoada, esta regeneração, vai-se cumprir; poder algum sobre a terra poderá impedi-la. Sublime efeito da filosofia, da liberdade e do patriotismo! Nós nos tornamos invencíveis.”

Toda essa literatura de propaganda, obra de homens da burguesia, refletia as aspirações da classe endinheirada, que

só pensava em derrubar os privilégios porque eles eram contrários a seus interesses; a sorte das classes laboriosas, dos camponeses, dos pequenos artesãos, a preocupava menos. Alguns, no entanto, se debruçaram sobre as misérias do povo; por exemplo, Dufourny, em seus *Cahiers du Quatrième ordre*. Vozes ainda isoladas, mas que faziam pressentir, desde então, a entrada no cenário político do povo *sans-culotte*, à medida que se afirmava, com a experiência da contra-revolução e da guerra estrangeira, a falência do regime instaurado pela burguesia liberal.

O governo elaborara um *regulamento eleitoral* liberal. O bailiado e a senescalia formavam a circunscrição. Os membros das ordens privilegiadas se reuniram na capital do departamento administrativo para formar a assembleia eleitoral do clero e a assembleia eleitoral da nobreza: os bispos e os abades, todo o cabido, corpos e comunidades eclesiásticas rendosas possuíam benefício ou comendadoria, de uma parte; de outra, todos os nobres proprietários de feudo. Faziam ainda parte da assembleia eleitoral do clero todos os curas de paróquia — o que assegurou importante maioria ao baixo clero. Para o Terceiro Estado, o mecanismo era mais complexo. Tinham direito de voto todos os habitantes que compunham esta ordem, nascidos franceses ou naturalizados, com a idade de 25 anos, domiciliados e compreendidos no papel das imposições. Nas cidades, os eleitores se reuniam, de início, por corporação, ou, se não faziam parte de nenhuma corporação, por bairro, e nomeavam um ou dois delegados por cem votantes; os delegados formavam a assembleia eleitoral do Terceiro Estado na cidade, encarregada de escolher os eleitores da assembleia da ordem no bailiado, que elegia, por sua vez, os deputados aos Estados-Gerais. Nos campos, os habitantes se reuniram em assembleias de paróquia, a fim de nomear, à razão de dois por duzentas famílias, os delegados à assembleia do Terceiro Estado no bailiado. Todas essas assembleias redigiram *cahiers* de queixas.

O regulamento eleitoral de 24 de janeiro de 1789 favorecia a burguesia. Os representantes do Terceiro Estado eram sempre eleitos pelo sufrágio indireto, a dois graus, nos campos, e a três, nas cidades. O voto verificava-se sobretudo em assembleia eleitoral, por chamada nominal, depois que a assembleia deliberara sobre a redação do *cahier* de queixas. Assim, os burgueses mais influentes, os mais afeitos à palavra, em geral

os serventuários da justiça, estavam seguros de dominar os debates e de empolgar os camponeses ou os artifices; a representação do Terceiro Estado só foi composta de burgueses; nenhum camponês, nenhum representante direto das classes populares urbanas teve assento nos Estados-Gerais.

As operações eleitorais se desenvolveram com lentidão. As assembleias se reuniram em calma; as do clero foram um tanto quanto agitadas pelo ardor dos curas que, cónscios de seu número, entenderam impor sua vontade e não eleger senão deputados patriotas. Nas assembleias da nobreza se opuseram duas facções: a dos nobres de província e a de certos grandes senhores de tendência liberal. As assembleias do Terceiro Estado foram plenas de dignidade, algumas vezes de solenidade, em particular as dos camponeses, reunidos, na maioria das vezes, em igrejas.

Cada assembleia redigiu um *cahier* de queixas. O clero e a nobreza, não possuindo senão uma única assembleia por circunscrição, só redigiram um único *cahier*, que os deputados da ordem transmitiram a Versalhes. A assembleia do bailiado do Terceiro Estado compôs um *cahier* onde fundiu o conteúdo dos *cahiers* das paróquias e das cidades (que já incluíam, por seu turno, os *cahiers* de corporação e de bairro). Todos esses *cahiers* estavam longe de ser originais; a maioria dos redatores sofrera a influência das brochuras divulgadas em sua região. Aliás, haviam circulado modelos pelas circunscrições; dessa forma, nos *cahiers* das províncias do Loire traduzia-se a influência das *Instructions* redigidas por Laclos a pedido do Duque de Orléans, um dos chefes do partido patriota. Algumas vezes, o mesmo notável, cura ou escrivão, redigia *cahiers* de várias paróquias vizinhas — ou algum personagem importante: o *cahier* de Vicherey, nos Vosges, composto por François de Neufchâteau, inspirou dezoito redatores.

Resultaram disso perto de 60 mil *cahiers* de queixas, que oferecem um vasto painel da França no fim do Velho Regime. Os *cahiers* saídos diretamente do povo, camponeses e artifices, são os mais espontâneos, os mais originais, se bem que inspirados muitas vezes por um modelo ou registrando longa série de queixas particulares. Os *cahiers* gerais, *cahiers* do bailiado ou da senescalia, oferecem grande interesse; dos 615 que foram redigidos, subsistem 523. Os do Terceiro Estado revelam a opinião não de toda a ordem (os artigos dos *cahiers* da paróquia que não interessavam à burguesia foram

os mais isolados), mas unicamente da burguesia. Os da nobreza e do clero afiguram-se igualmente importantes porque não havia até então *cahiers* de base para essas ordens, salvo alguns, pouco numerosos, redigidos pelos curas ou pelas comunidades eclesiásticas.

A unanimidade dos *cahiers* das três ordens se volta contra o absolutismo. Prelados, nobres e burgueses reclamam uma Constituição que limite os poderes do rei, estabeleça uma representação nacional para votar os impostos e fazer as leis, e deixe a administração local aos Estados Provinciais eletivos. As três ordens estão ainda de acordo na reivindicação de uma reorganização da política fiscal, reforma da justiça e da legislação penal, garantia de liberdade individual e liberdade de imprensa. Mas os *cahiers* do clero fazem silêncio sobre a questão dos privilégios, sobre a liberdade de consciência, quando não a repelem. Os da nobreza defendem, em geral asperamente, o voto por bancada, considerada como a melhor garantia dos privilégios, aceitam a igualdade fiscal, mas repelem, em sua maior parte, a igualdade dos direitos e a admissão de todos os franceses a todos os empregos. O Terceiro Estado reclama, em geral, a igualdade civil integral, a abolição do dízimo, a supressão dos direitos feudais, contentando-se muitos *cahiers* em pedir o resgate dos mesmos.

Ao conflito entre as três ordens, a respeito dos problemas assim importantes, se reúnem os conflitos internos de cada ordem. Os curas se voltam contra os bispos e as ordens religiosas, criticam a multiplicidade de benefícios, observam a insuficiência do mínimo que lhes é dado para viver. A nobreza da província se opõe à nobreza da corte, a quem acusa de monopolizar os altos cargos do Estado e de se julgar superior. Entre os *cahiers* do Terceiro Estado se refletem todas as nuances de interesses e de pensamento dos diferentes grupos. A unanimidade não é total entre os editos suprimindo a pastagem livre e repartindo os bens comunais. No que concerne às corporações, a opinião dos senhores prevaleceu: dos 943 *cahiers*, de corporações redigidos em 31 cidades (dos quais 185 pelas profissões liberais, 138 pelos ourives e negociantes, 618 pelas empresas têxteis), apenas 41 se pronunciam pela supressão das corporações. A oposição à supressão das corporações é sobretudo forte nas cidades importantes, onde se afirmava uma concorrência que os patrões não desejavam. Em troca, os desejos dos

comerciantes e dos industriais, seus protestos contra as consequências nefastas do tratado de comércio com a Inglaterra, a exposição das necessidades de diversos ramos da produção, ocupavam grande espaço.

O resultado das eleições, bem como as reivindicações formuladas nos *cahiers* de queixas, revelavam a força que o partido patriota adquirira em todo o país e em todas as camadas da sociedade.

A deputação do clero, constituída de 291 membros, contava mais de 200 curas seduzidos pelas reformas, padres liberais entre os quais o deputado do bailiado de Nancy, o Abade Grégoire, tornar-se-ia o mais conhecido. Grandes prelados chegavam a Versalhes possuídos de uma firme vontade de reformas; assim, o Monsenhor Boisgelin, arcebispo de Aix, Champion de Cicé, arcebispo de Bordéus, o arcebispo de Autun, Talleyrand-Périgord. Os defensores do Velho Regime se reuniram em torno do Abade Maury, pregador de grande talento, ou do Abade de Montesquiou, defensor hábil dos privilégios de sua ordem.

Entre os 270 deputados da nobreza, dominavam os "aristocratas", fortemente preocupados em manter os privilégios. Os mais reacionários nem sempre eram os mais bem nascidos: o conselheiro do Parlamento, d'Esprémesnil, porta-voz da nobreza judiciária, o oficial de dragões Cazalès, nascido da pequena nobreza meridional. Entre os grandes senhores, figuravam deputados nobres seduzidos pelas idéias liberais. Protetores ou discípulos dos filósofos, voluntários da guerra da Independência dos Estados Unidos, estavam prontos a fazer causa comum com o Terceiro Estado; entre os 90 deputados patriotas, se destacavam, em primeiro lugar, o Marquês de La Fayette, eleito dificilmente em Riom, o Visconde de Noailles, o Conde de Clermont-Tonnerre, o Duque de La Rochefoucauld, o Duque d'Aiguillon.

Quanto ao Terceiro Estado, cerca da metade de sua deputação, constituída de 578 membros, era composta de serventuários da justiça, que haviam desempenhado importante papel no curso da campanha eleitoral. Os advogados eram cerca de 200: em Grenoble, haviam sido eleitos Mounier e Barnave; em Chartres, Pétion; em Rennes, Le Chapelier; em Arras, Robespierre. Também numerosos, cerca de uma centena, os comerciantes, banqueiros ou industriais. A burguesia

rural estava representada por mais de cinquenta ricos proprietários. Enquanto isso, os camponeses e artífices não haviam conseguido eleger nenhum dos seus. A deputação do Terceiro Estado contava ainda os seguintes: o astrônomo Bailly, o escritor Volney, o economista Dupont de Nemours, o pastor protestante Rabaut-Saint-Etienne, eleito em Nîmes. Por fim, o Terceiro Estado escolhera para representá-lo alguns trânsfugas das ordens privilegiadas; em Aix e Marselha, Mirabeau; em Paris, o Abade Sieyes.

As ordens privilegiadas chegaram a Versalhes profundamente desunidas. Hostilidade do clero contra a nobreza, da nobreza provincial contra os grandes senhores liberais: não havia 561 deputados unânimes na defesa dos privilégios das duas primeiras ordens. Em contraste, a burguesia, consciente de seus direitos e interesses, constituía a guarda-avançada de todo o Terceiro Estado; seus deputados eram instruídos, competentes e honestos, profundamente vinculados à sua classe e a seus interesses, que não distinguiam dos interesses de toda a nação. A revolução jurídica resultou, essencialmente, de sua obra coletiva.

2. *O Conflito Jurídico (maio-junho de 1789).*

As eleições haviam afirmado claramente a vontade do país. Entretanto, a realza não podia responder aos desejos do Terceiro Estado sem abdicar, ela própria, e arruinar o edifício social do Velho Regime; sustentáculo natural da aristocracia, ela enveredou rapidamente pelo caminho da resistência.

A 2 de maio, os deputados dos Estados-Gerais foram apresentados ao rei; desde êsse momento, a Corte manifestou sua vontade firme de manter as distinções tradicionais entre as ordens. Enquanto recebia os deputados do clero a portas fechadas em seu gabinete, e os da nobreza a portas abertas, segundo o cerimonial do costume, o rei recebia a representação do Terceiro Estado em seu quarto de dormir, num desfile morno. Os representantes do Terceiro Estado haviam-se coberto, para a cerimônia, com um costume oficial negro, de aparência severa, com mantô de seda, gravata de cambraia de linho; a nobreza apresentou-se de hábito negro, veste e paramentos de ouro, capa de seda, gravata de renda, chapéu de plumas inclinado à maneira de Henrique IV.

A sessão de abertura ocorreu a 5 de maio de 1789. Luís XVI, em tom choroso, advertiu os deputados contra qualquer espírito de inovação. O guardião dos selos, Barentin, hostil às novidades, seguiu-se-lhe com um discurso vazio. Necker ergueu-se, por fim, em meio a um silêncio tenso — mas seu relatório, que durou três horas, limitou-se a questões financeiras; nenhum programa político, nada a respeito da questão do voto, se por bancada (ordem) ou individual. O Terceiro Estado, profundamente decepcionado em seu desejo de reforma, retirou-se em silêncio. À tarde, o conflito entre as ordens privilegiadas e o Terceiro Estado parecia inevitável. A realza concordara com a duplicação, mas não pretendia ir adiante no caminho das concessões. Também não ousou tomar posição franca em favor das ordens privilegiadas. Hesitou, deixando passar a hora favorável em que teria podido ainda, dando satisfação ao Terceiro Estado, isto é, à nação, regenerar-se e manter-se à custa do espírito nacional. Face às hesitações da monarquia, o Terceiro Estado tomou consciência de que só devia contar com ele próprio. A duplicação nada significava se a deliberação e o voto por bancada fossem mantidos. Votar por bancada significava aniquilar o Terceiro Estado, que, a respeito das questões em que estavam em jogo os privilégios, arriscava-se a ver formar-se contra si a coalizão das duas primeiras ordens. Adotando-se, ao contrário, o princípio da deliberação e do voto em comum, o Terceiro Estado, certo de contar com a adesão do baixo clero e da nobreza liberal, obteria vasta maioria. Questão capital, objeto de debates dos Estados-Gerais e da atenção da nação, durante mais de um mês.

Na sessão inaugural, os deputados do Terceiro Estado, oriundos da mesma província, tomaram contato; os deputados bretões, agrupados em torno de Le Chapelier e de Lanjuinais, estiveram particularmente ativos. Uma vontade unânime se manifestou: na deliberação de 6 de maio de 1789, os representantes do Terceiro Estado, adotando o título de *Deputados das Comunas*, recusaram-se a se constituir em câmara particular; o primeiro ato político do Terceiro Estado revestia-se de um caráter revolucionário, as Comunas não reconhecendo mais a tradicional divisão em ordens. Contudo, a nobreza, rejeitando a votação individual, por 141 votos contra 47, começava a verificação de poderes de seus deputados. No seio do clero, 133 votos apenas contra 114 repeliram qualquer concessão.

A questão era de tal importância que não podia dar lugar a concessões recíprocas. Ou a nobreza (pois era a nobreza, sobretudo, que dirigia o jogo das duas primeiras ordens) cedia — e isso era o fim dos privilégios, o início de uma era nova — ou o Terceiro Estado seria vencido — e isso significava a manutenção do Velho Regime, a desilusão após as esperanças nutridas pela convocação dos Estados. Os deputados das Comunas compreenderam, os que pensavam como Mirabeau, ser necessário “permanecerem imóveis para se afigurar formidáveis a seus inimigos”. A opinião pública estava do seu lado; a ordem do clero hesitava, minada pela atitude de uma parte do baixo clero sob a orientação do Abade Grégoire.

A 10 de junho de 1789, as Comunas decidiram, a pedido de Sieyes, uma última providência, convidando seus colegas a proceder, na sala dos Estados, à verificação comum dos poderes. O apelo geral de todos os bailiados convocados se faria no mesmo dia, procedendo-se à verificação “seja na ausência seja na presença dos deputados privilegiados”. Este ultimato foi transmitido ao clero, a 12 de junho, que prometeu examinar as reivindicações do Terceiro Estado “com a maior atenção”. Quanto à nobreza, contentou-se em declarar que deliberaria em sua câmara. À tarde, o Terceiro Estado empreendeu a chamada geral de todos os bailiados convocados, com vista à verificação comum de poderes. O bloco dos privilegiados começou a se desagregar: a 13 de junho, três curas da senescalia de Poitiers responderam à chamada de seu nome; no dia seguinte, seis, entre os quais o Abade Grégoire; no dia 16, dez. → Sentindo a vitória, o Terceiro Estado foi avante.

A 15 de junho, Sieyes pediu aos deputados que “se ocupassem sem delonga da constituição da assembléia”; compreendendo pelo menos 96% da nação, ela pôde começar a obra que o país dela esperava. Sieyes propôs a substituição do título de Estados-Gerais pelo de “Assembléia dos Representantes Conhecidos e Válidos da Nação Francesa”. Mounier, mais legalista, propôs: “Assembléia Legítima dos Representantes da Maior Parte da Nação, Agindo na Ausência da Menor Parte”. Mirabeau defendeu uma fórmula mais direta: *Representantes do Povo Francês*. Finalmente, Sieyes adaptou o título sugerido por Legrand, deputado de Berry: *Assembléia Nacional*. Para sua *Declaração sobre a Constituição da Assembléia*, de

17 de junho de 1789, as Comunas adotaram a moção de Sieyes, por 490 votos contra 90; logo em seguida, votaram um decreto assegurando a percepção dos impostos e o serviço de juros da dívida pública. O Terceiro Estado se constituiu, então, em Assembléia Nacional e se atribuiu o direito de permitir o imposto. É deveras significativo que, depois de ter afirmado que o imposto devia ser aceito pela nação, ameaçando assim, implicitamente, o governo, com uma greve dos contribuintes, a burguesia constituinte houvesse entendido tranquilizar os credores do Estado. A atitude do Terceiro Estado abalou a resistência do clero, que cedeu pela primeira vez. A 19 de junho, por 149 votos contra 137, êle decidiu que a verificação definitiva de seus poderes seria feita em assembléia geral. A nobreza, no mesmo dia, dirigiu um protesto ao rei.

“Se os direitos que defendemos fossem puramente pessoais, se não interessassem senão à ordem da nobreza, nosso zelo em reclamá-los, nossa constância em sustentá-los seriam menos enérgicos. Mas não defendemos apenas nossos interesses, *sire*, mas também os vossos, os do Estado, enfim, os do povo francês.”

Encorajado pela oposição da nobreza, e sob a influência dos príncipes, Luís XVI decidiu resistir. A 19 de junho, o Conselho resolveu cassar as decisões do Terceiro Estado; para isso, haveria uma sessão plenária em que o rei ditaria suas vontades. Nesse sentido, e a fim de impedir o clero de apoiar as Comunas, a sala dos Estados foi fechada por ordem monárquica, a pretexto de reformas indispensáveis.

A 20 de junho, pela manhã, os deputados do Terceiro Estado encontraram fechadas as portas de sua sala dos *Menus*. Seguindo as indicações do deputado Guillotín, transferiram-se, a poucos passos dali, para a sala do Jeu de Paume. Sob a presidência de Bailly, Mounier declarou que

“feridos em seus direitos e em sua dignidade, advertidos da vivacidade da intriga e do furor com que se pretende impor ao rei medidas desastrosas, os representantes da nação devem unir-se em defesa do bem público e dos interesses da pátria, para um juramento solene”.

Em meio a grande entusiasmo, todos os deputados, à exceção de um, prestaram o *Serment du Jeu de Paume*, afirmação categórica da vontade reformadora das Comunas, e se comprometiam

“a jamais se separarem e a se reunirem em qualquer parte onde as circunstâncias o exijam, até que a Constituição seja estabelecida e firmada sobre fundamentos sólidos”.

A sessão real, fixada, em princípio, para 22 de junho, foi adiada no dia seguinte, a fim de permitir a retirada das tribunas destinadas ao público e onde redobravam as manifestações. A trégua beneficiou as Comunas: a 22, o clero, pondo em execução sua decisão do dia 19, se reuniu com o Terceiro Estado na Igreja de Saint-Louis. Dois deputados da nobreza do Dauphiné se apresentaram, sendo recebidos com os mais vivos aplausos. A ordem da nobreza também iria ceder?

A sessão real (23 de junho de 1789) foi um malogro para o rei e a nobreza. Luís XVI ordenou que as três ordens se reunissem em câmaras separadas, cassou as decisões do Terceiro Estado, consentiu na igualdade fiscal mas manteve expressamente “os dízimos, rendas e deveres feudais e senhoriais”. Terminou com uma ameaça:

“Se me abandonais em uma tão bela empresa, eu farei, sozinho, o bem de meus povos. Ordeno que vos separeis imediatamente e que amanhã pela manhã estejais nas salas destinadas às vossas ordens para ali tomar vossas deliberações.”

O Terceiro Estado permaneceu imóvel; a nobreza e uma parte do clero se retiraram. Não levando em conta a ordem do rei, que lhe fora transmitida pelo mestre-de-cerimônias, o Terceiro Estado confirmou suas decisões precedentes e declarou seus membros invioláveis; avançando mais do que o fizera a 20 de junho, pôs-se em rebelião aberta contra a realza. O rei pensou por um momento em empregar a força. Foi dada ordem aos guardas para dispensar os deputados. Os representantes da nobreza unidos ao Terceiro Estado se opuseram, La Fayette e outros puseram a mão na espada. Luís XVI não insistiu. O Terceiro Estado estava senhor da situação.

Desde então, seu triunfo se precipitou. A 24 de junho, a maioria do clero veio a confundir-se com o Terceiro Estado na Assembléia Nacional. No dia seguinte, quarenta e sete deputados da nobreza, sob a chefia do Duque d'Orléans, imitaram esse exemplo. O rei decidiu-se a sancionar o que não pudera impedir. A 27 de junho, escreveu à minoria do clero e à maioria da nobreza, convidando-os a se reunirem à Assembléia Nacional.

A jornada de 23 de junho de 1789 marcou uma etapa importante da Revolução. O próprio Luís XVI, em suas declarações à sessão real, admitira a votação dos impostos pelos Estados-Gerais e consentira em garantir as liberdades individuais e a liberdade de imprensa — o que equivalia a reconhecer os princípios do governo constitucional. Ao ordenar a reunião das três ordens, a realeza, entrou no caminho de novas concessões. Doravante já não havia Estados-Gerais; a autoridade do rei passava para o controle dos representantes da nação. Mas a Assembléia entendeu fazer reconstruções sobre as ruínas do Velho Regime juridicamente destruído: a 7 de julho, criou uma Comissão de Constituição; a 9 de julho de 1789, proclamou-se Assembléia Nacional Constituinte. A revolução jurídica se realizava sem apelo à violência. Entretanto, no momento mesmo em que o rei e a aristocracia pareciam aceitar o fato consumado, decidiram recorrer à força para reconduzir o Terceiro Estado à obediência.

II

A Revolução Popular (julho de 1789)

No início de julho de 1789, a revolução estava preparada. A soberania nacional fora substituída no plano jurídico do absolutismo monárquico graças à aliança dos deputados do Terceiro Estado, dos representantes do baixo clero e da fração liberal da nobreza. O povo ainda não entrara na arena política. Ante as ameaças de reação, sua intervenção permite à revolução burguesa arrebatá-lo definitivamente. O recurso ao exército parecia com efeito, à realeza e à nobreza, a única solução possível. Na véspera do dia em que ordenara às ordens privilegiadas que se reunissem à Assembléia Nacional, Luís XVI

decidiu convocar, em Paris e em Versalhes, 20 mil homens de tropa. A Corte tinha a intenção de dissolver a Assembléia.

A atitude das massas populares após o mes de maio era de vigilância. O país acompanhava os acontecimentos de Versalhes; os deputados informavam regularmente seus eleitores acerca dos fatos políticos. A burguesia, também aqui, orientava o jogo. Em Paris, os 407 eleitores que haviam nomeado os deputados se reuniram a 25 de junho para formar uma espécie de municipalidade oficiosa. Em Ruão, em Lyon, velhas municipalidades desamparadas reuniram eleitores e notáveis. O poder local passava às mãos da burguesia. Quando o golpe de força da Corte foi determinado, uma parte pelo menos da alta burguesia contribuiu para a organização da resistência, mobilizando, para seus fins políticos, a pequena burguesia dos artifícios e dos mercadores, bem numerosa em Paris, e que preencheu, durante todo o período revolucionário, os quadros insurretos; os aprendizes e operários os seguiram. 'A convocação dos Estados-Gerais havia levantado, no seio das massas, uma imensa esperança de regeneração — e eis que os aristocratas impediam a renovação: a oposição da nobreza à duplicação do Terceiro Estado, depois à votação nominal, havia enraizado a idéia de que os nobres defendiam opiniaticamente seus privilégios. Assim formou-se a idéia de um *complô aristocrático*. O povo cuidava agir, naturalmente, contra os inimigos da nação, antes de mais nada.

A crise econômica contribuiu para a mobilização das massas. A colheita de 1788 fora particularmente má. Desde agosto, a alta do preço do pão fez-se sentir. Necker ordenara compras no estrangeiro. Nas regiões produtoras de uvas, os cultivadores eram ainda mais sensíveis à carestia do pão, que depois de 1778 provocara uma crise de vendas ruinosas; o vinho caíra a um preço ínfimo. Má colheita e má venda tinham o mesmo efeito: o poder aquisitivo das massas se reduzia. A crise agrícola repercutia, por sua vez, sobre a produção industrial já atingida pelas conseqüências do tratado de comércio de 1786. O *chômage* se acentuava no momento mesmo em que a vida encarecia. Os operários não podiam obter aumento de salários, a produção jazia estagnada ou estava em regressão. Em 1789, um operário parisiense ganhava de 30 a 40 *sous*: em julho, o pão custava 4 *sous* por libra, e na província, até 8 *sous*. O povo responsabilizava os beneficiários dos décimos e os senhores que percebiam rendas em natureza, os negociantes

que especulavam com os cereais; reclamava a requisição e a taxaço. As desordens devidas à escassez e à carestia, numerosas desde a primavera de 1789, se multiplicaram em julho, quando a crise, às vésperas da colheita, chegou ao máximo.

Complô aristocrático e crise econômica se juntaram no espírito popular: os aristocratas foram acusados de monopolizar os cereais para combalir o Terceiro Estado. As paixões se exaltaram. O povo não tinha dúvidas de que o rei queria dispersar pela força a Assembléia Nacional que constituía suas esperanças. Os patriotas acusaram o governo de querer provocar os parisienses, a fim de pôr em marcha as tropas concentradas nos arredores da capital, sobretudo os regimentos estrangeiros. Marat, a 1º de julho de 1789, lançou um panfleto, *Aviso ao Povo ou Os Ministros Desmascarados*:

“Ó, meus concidadãos! Observai sempre a conduta dos ministros para regular a vossa. O objetivo deles é a dissolução da nossa Assembléia Nacional, seu único recurso é a guerra civil. Os ministros insuflam a sedição! Eles vos cercam com o aparato formidável dos soldados, das baionetas!”

1. *A Revolta de Paris: o 14 de Julho e a Queda da Bastilha.*

A gravidade da situação não podia escapar à Assembléia Nacional. A 8 de julho, e a pedido de Mirabeau, ela decidiu enviar um ofício ao rei pedindo a desmobilização das tropas: “Vejam só! Por que um monarca, adorado por 25 milhões de franceses, chamaria a toda a pressa, ao redor de seu trono, alguns milhares de estrangeiros?” A 11 de julho, o rei respondeu, através do guarda dos selos, que as tropas se destinavam apenas a reprimir ou a prevenir novas desordens. Em seguida, precipitando os acontecimentos, Luís XVI, nesse mesmo dia, demitiu Necker e convocou ao Ministério um contra-revolucionário declarado, o Barão de Breteuil, investindo o Marechal de Broglie na Pasta da Guerra. A intervenção do povo parisiense salvou a Assembléia impotente.

A 12 de julho, a notícia da demissão de Necker espalhou-se em Paris, à tarde, tendo o efeito de uma catástrofe. O povo pressentiu que esse não seria o único passo no caminho da reação. Aos *rentiers* e aos financistas, a saída de Necker afi-

gurou-se uma ameaça de uma próxima bancarrota: os agentes de câmbio se reuniram, decidindo fechar a Bolsa em sinal de protesto. Em um dia, os títulos da Caixa de Desconto perderam 100 libras, passando de 4.265 para 4.165 libras. Salas de espetáculo fecharam-se, improvisaram-se reuniões e manifestações. No Palais-Royal, Camille Desmoulins arengava à multidão. Uma coluna de manifestantes se bateu no Royal-Allemand, do príncipe de Lambesc, nos jardins das Tulherias. A essa notícia, soaram os toques de alarma, as lojas dos armeiros foram pilhadas, começou o armamento do povo.

A 13 de julho, a Assembléia declarou que Necker e os ministros demitidos mereciam “sua estima e sua gratidão”; decretou a responsabilidade dos ministros recém-investidos — mas continuava desarmada ante uma tentativa de golpe de força.

Contudo, um novo poder estava em via de surgir. A 10 de julho, os eleitores do Terceiro Estado reuniam-se novamente na Câmara Municipal, emitindo o voto de “procurar estabelecer o mais cedo possível, na cidade de Paris, uma guarda burguesa”. A 12, à noite, nova reunião durante a qual se adotou uma decisão publicada na manhã do dia 13. O artigo 3 instituiu um *comité permanente*; o artigo 5 previa que “cada distrito formasse um estado nominativo de 200 cidadãos conhecidos e em situação de empunhar armas; os cidadãos serão reunidos em corpo de *milícia parisiense*, a fim de velar pela segurança pública”. Tratava-se, com efeito, de uma *milícia burguesa*, destinada à defesa de todos os proprietários, não apenas contra os excessos do poder real, mas, sobretudo, contra a ameaça das categorias sociais julgadas perigosas. “O estabelecimento da milícia burguesa — declarou na Assembléia Nacional a representação de Paris, a 14 de julho, pela manhã — e as medidas tomadas ontem propiciaram à cidade uma noite tranqüila. Consta que muitos desses particulares que se armaram foram desarmados e reconduzidos à ordem pela milícia burguesa”.

No dia 13, o motim estalou. Grupos percorreram Paris, à procura de armas, ameaçando revistar os hotéis dos aristocratas; cavaram-se trincheiras, levantaram-se barricadas. Ao nascer do dia, operários forjavam piques. Mas faltavam, sobretudo, armas de fogo. A multidão exigiu-as inutilmente do prefeito. Após o meio-dia, os guardas, que haviam recebido ordem de evacuar

Paris, recusaram-se a obedecer e se puseram à disposição da Câmara Municipal.

A 14 de julho, a multidão exigiu armas. No afã de encontrá-las, dirigiu-se aos Inválidos, onde apoderou-se de 32 mil fuzis, e em seguida, à Bastilha. Com suas muralhas de 30 metros de altura, seus fossos cheios de água e com 25 metros de largura, a Bastilha, ainda que defendida somente por 80 inválidos enquadrados por 30 suíços, resistiu ao assalto popular. Os artífices do bairro Saint-Antoine foram reforçados por dois destacamentos de guardas franceses, bem como por um certo número de burgueses da milícia, que conduziram cinco canhões, três dos quais foram postados ante a porta da fortaleza. Essa intervenção decisiva forçou o governador de Launay a capitular: baixou a ponte levadiça e o povo lançou-se ao assalto.

De Versalhes, a Assembléia Nacional acompanhara com ansiedade os acontecimentos em Paris. No dia 14, duas deputações foram enviadas ao rei para solicitar algumas concessões. Em breve chegava a notícia da queda da Bastilha. A que partido Luís XVI iria unir-se? A submissão de Paris exigiria uma cruenta guerra de ruas; os grandes senhores liberais, entre outros o Duque de Liancourt, apressaram o monarca, no interesse mesmo da realaleza, a dispensar as tropas. Luís XVI decidiu temporizar. A 15 de julho, ele chegava à Assembléia para anunciar a dissolução das tropas.

A burguesia parisiense tirou proveito da vitória popular, apoderando-se da administração da capital. O *Comitê Permanente* da Câmara Municipal tornou-se a *Comuna* de Paris, da qual o deputado Bailly foi eleito presidente, enquanto La Fayette era nomeado comandante da milícia burguesa, que logo tomou o nome de *guarda nacional*. O rei, admitindo sua retirada, consentiu não somente na reconvocação de Necker, a 16 de julho, como também em ir a Paris, a 17. Com sua presença na capital, ele sancionava os resultados da insurreição do dia 14. Na Câmara Municipal, foi recebido por Bailly, que lhe apresentou o cocar tricolor, símbolo da "aliança augusta e eterna entre o monarca e o povo". Luís XVI, bastante comovido, pôde com esforço pronunciar estas palavras: "meu povo pode contar sempre com minha afeição".

A facção aristocrática sentiu profundamente a decadência do monarca. Os chefes resolveram emigrar de preferência a permanecer solidários com uma realaleza disposta a tais con-

cessões. O Conde d'Artois partiu na madrugada do dia 17 de julho para a Holanda, com seus filhos e seu séquito habitual; o Príncipe de Condé e toda a família o seguiram em breve; o Duque e a Duquesa de Polignac foram para a Suíça, o Marechal de Broglie, para Luxemburgo. A emigração começava.

Se a realeza partia sucumbida pelas jornadas de julho de 1789, a burguesia parisiense mostrava-se triunfante: conseguia instaurar seu poder na capital, reconhecer sua soberania pelo próprio rei. Vitória autêntica da burguesia, o 14 de julho tornou-se, mais ainda, um símbolo de liberdade. Se essa jornada consagrava a ascensão ao poder de uma nova classe, significava também a desagregação do Velho Regime, na medida em que a Bastilha o encarnava; nesse sentido, ela parecia abrir imensa esperança a todos os povos oprimidos.

2. *A Revolta das Cidades (julho de 1789).*

As províncias, através da correspondência dos deputados, haviam acompanhado com a mesma ansiedade que a capital as lutas do Terceiro Estado contra as ordens privilegiadas. A demissão de Necker suscitou, ali, a mesma emoção que em Paris. A queda da Bastilha divulgou-se, seguida da dispersão das tropas, de 16 a 19 de julho; o fato deflagrou o entusiasmo e acelerou, em certas cidades, um movimento que se afirmava desde os primeiros dias do mês.

A *revolução municipal* durou um mês, do início de julho — em Ruão, logo após as desordens causadas pela falta de víveres — até agosto — em Auch ou em Bourges. Em Dijon, ela estalou com a notícia da demissão de Necker, em Montauban com a notícia da queda da Bastilha.

A revolução municipal foi mais ou menos completa segundo as regiões, sendo seus aspectos os mais variados. Foi total em certas cidades: as antigas municipalidades eliminadas à força, como em Estrasburgo; mantidas em funcionamento, mas reduzidas à minoria no seio de um comitê, como em Dijon ou em Pamiers; poderes municipais reduzidos a uma “polícia ordinária”, as responsabilidades de caráter revolucionária reservadas a um comitê, como em Bordéus, ou não cessando de intervir nos negócios administrativos, como em Angers ou Rennes. Em outras cidades, a revolução municipal foi incompleta, o antigo poder subsistindo ao lado do poder revolucionário: assim, em certas cidades da Normandia, onde se acentuou a preocupação de gerir o futuro. Essa dualidade traduzia, muitas vezes,

uma oposição de elementos diferentes, nenhum dos dois grupos podendo exercer sobre o outro uma vitória decisiva: oposição social, como em Metz e em Nancy, oposição social mesclada de hostilidade religiosa entre católicos e protestantes, como em Montauban e em Nîmes, oposição de pessoas, como em Limoges. Em outras cidades, a revolução municipal foi incompleta porque provisória, a exemplo de Lyon e de Troyes, onde a vitória dos patriotas de julho seguiu-se uma contra-ofensiva das forças do velho regime. Em certo número de cidades, por fim, não houve revolução municipal, seja porque a antiga municipalidade gozasse da confiança dos patriotas, como em Toulouse, seja porque houvesse obtido o apoio do exército e dos tribunaux, como em Aix. Essa diversidade de aspectos deriva da variedade de estruturas municipais do velho regime e do jogo dos antagonismos sociais. Em Flandres, o movimento pôde ampliar-se, as reivindicações burguesas apresentando um caráter político, as reivindicações populares um caráter social, umas e outras sem coincidência cronológica. De maneira geral, a revolução municipal se afirmou, de modo fraco, no Norte e no Sul, regiões com cidades burguesas ou cidades de consulato, possuindo sólidas tradições comunais. Em Tarbes como em Toulouse, o velho organismo municipal representava muito bem as diversas camadas da população: os patriotas não tinham, por conseguinte, nenhum interesse em eliminá-las. Em Bordéus como em Montauban, ao contrário, a monarquia destruíra toda a autonomia comunal: os oficiais do município que nada representavam foram varridos.

A criação de guardas nacionais burgueses seguiu-se à revolução municipal com a mesma variedade de aspectos. A maioria dos novos comitês municipais se apressou, a exemplo dos de Paris, em organizar uma guarda burguesa para manter a ordem. Às vezes a antiga municipalidade criava uma guarda nacional, como em Angers, e esta última, mais patriota, impunha a instituição de um comitê. Em Toulouse, uma guarda nacional foi organizada sem que ali houvesse revolução municipal; em Albi, a guarda não constituiu senão a forma nova das milícias que existiam sob o Velho Regime.

Quaisquer que tivessem sido as formas dessa revolução municipal, os efeitos afiguraram-se geralmente idênticos: o poder real se esvaneceu, a centralização desapareceu, quase todos os intendentess abandonaram os postos, a percepção dos impostos

descentra-
lização

foi suspensa. “Já não há — segundo um contemporâneo — rei, Parlamento, exército, polícia.” As municipalidades novas recolheram a sucessão dos antigos poderes. As autonomias locais, durante longo tempo sufocadas pelo absolutismo, fizeram jogo livre; a vida municipal pululava de novidades. A França estava municipalizada.

O aspecto social da revolução municipal deve ser frisado em muitas regiões. Diz respeito à penúria ou à carestia dos meios de subsistência. O povo das cidades reivindicava a abolição dos impostos indiretos e uma regulamentação severa do comércio de cereais. Em Rennes, a nova municipalidade tratou imediatamente de procurar estoques de trigo. Em Caen, para acalmar o furor popular, oficiais municipais ordenaram uma redução do preço do pão, mas tiveram a precaução de formar uma guarda burguesa. Em Pontoise, a insurreição por causa de cereais foi dominada pela presença de um regimento que procedia de Paris; em Poissy, a revolta popular se deveu a um homem suspeito de açambarcamento de gêneros e que só foi salvo por uma deputação da Assembléia Nacional; em Saint-Germain-en-Laye, um moleiro foi massacrado. Em Flandres, as repartições das alfândegas foram saqueadas. Em Verdun, a 26 de julho, o povo sublevado incendiou as barreiras fiscais e ameaçou diversas casas onde supunha existissem estoques de cereais; o governador convidou a burguesia a formar uma milícia urbana para manter a ordem, mas teve de conceder uma baixa no preço do pão. O Marechal de Broglie, a caminho do exílio, caiu no meio dessa efervescência; com esforço e graças às tropas da guarnição, escapou ao furor popular.

A crença no complô aristocrático adensava, com efeito, a atmosfera provincial. Todo movimento parecia suspeito, os transportes eram fiscalizados, as carruagens revistadas, os grandes personagens, em trânsito para o exílio ou de passagem para suas províncias, retidos. Nas fronteiras, boatos de invasão estrangeira circulavam: os piemonteses se preparavam para invadir o Dauphiné, os ingleses para se apossarem de Brest! Uma expectativa ansiosa pesava sobre todo o país. Em breve estava o Grande Medo.

3. *A Revolta dos Campos: o Grande Medo (fim de julho de 1789).*

Durante o conflito das ordens, a massa rural, que vivera momentos de grande entusiasmo com as eleições, havia aguar-

dado, com alguma impaciência, uma resposta a suas reivindicações. Estando a burguesia, à custa de uma revolta, alçada ao poder, o povo dos campos ia sofrer por mais tempo? Nenhuma de suas reivindicações fora ainda satisfeita; o sistema feudal subsistia. A ideia de um complô aristocrático corria os campos tanto quanto as cidades.

A crise econômica reforçava o descontentamento. A penúria se fazia sentir duramente, muitos camponeses não colhendo o mínimo necessário para sua subsistência. A crise industrial repercutia nas regiões onde a indústria rural se assentava; crescia o chômage. Desemprego e fome multiplicavam os mendigos e vagabundos; na primavera, surgiram salteadores. O medo aos bandidos acentuava a crença num complô aristocrático. A crise econômica, aumentando o número de miseráveis, agravava a insegurança nos campos, ao mesmo tempo que irritava os camponeses e os voltava contra os senhores.

A revolta agrária ameaçava estalar. Durante toda a primavera, desordens haviam eclodido em várias regiões, na Provença, no Cambrésis, na Picardia, nos próprios arredores de Paris e de Versalhes. A jornada de 14 de julho exerceu uma influência decisiva. Quatro insurreições estalaram: no Bocage normando, no Norte até à Scarpe e ao sul da Sambre, no Franche-Comté, em Mâconnais. Essas revoltas agrárias visavam toda a aristocracia; os camponeses cogitavam de obter a abolição dos direitos feudais: o meio mais certo para isso consistia no incêndio dos castelos e dos seus arquivos ao mesmo tempo.

O Grande Medo propriamente dito, no fim de julho de 1789, deu a esse movimento de revolta um impulso irresistível. As notícias que chegavam após o início de julho, de Paris e de Versalhes, deformadas, desmesuradamente aumentadas, adquiriram tintas novas à medida que penetravam de aldeia em aldeia. Revolta agrária, crise econômica, complô aristocrático, bando de salteadores, conjugavam seus esforços para criar uma atmosfera de pânico. Rumores circulavam, propagados por pessoas enlouquecidas; salteadores ceifavam o trigo ainda verde, incendiavam aldeias. Para lutar contra esses perigos imaginários, os camponeses se armavam de foices, de forcados, de espingardas de caça, enquanto o toque de alarme espalhava o pânico de

porta em porta. O pânico crescia à medida que se propagava.

A Assembléia, Paris, a imprensa se emocionavam, por sua vez Mirabeau, no número 21 do *Courrier de Provence*, suspeitou que os inimigos da liberdade contribuíam para preparar esses falsos alarmes, e aconselhou calma e prudência:

“Nada impressiona mais do que a tendência universal a dar crédito, a exagerar as notícias sinistras em épocas de calamidade. Parece que a lógica não consiste em calcular os graus de probabilidade, mas em dar verossimilhança aos rumores mais vagos, sobretudo se anunciam atentados e excitam a imaginação com terrores inquietantes. Parecemos ainda crianças para quem os contos mais espantosos são os que se escutam com maior prazer...”

Seis pânicos originais, no Franche-Comté, em seguida à revolta dos camponeses da região, na Champanha, no Beauvaisis, no Maine, na região de Nantes, na de Ruffec, provocaram outros que se propagaram rapidamente e cobriram a maior parte da França, de 20 de julho a 6 de agosto. Bretanha, Lorena, Alsácia e Hainaut permaneceram indenes.

O Grande Medo reforçou a insurreição camponesa. Em breve, a inutilidade de semelhantes terrores foi reconhecida, mas os camponeses continuaram em armas. Desprezando agora a perseguição aos bandos imaginários de salteadores, avançaram sobre o castelo senhorial, livraram-se, à custa de ameaças, de velhos títulos arquivados onde estavam consignados os detestados direitos, as cartas que legitimaram num passado longínquo a percepção de rendas — e com eles ergueram grandes fogueiras na praça principal das aldeias. Às vezes, os senhores recusavam-se a se desfazer de seus pergaminhos — e os camponeses incendiavam o castelo e enforcavam os seus donos. Muitas vezes, o notário da localidade era requisitado para constatar na forma devida a renúncia aos direitos feudais.

Miséria devida à exploração secular, fome e carestia de vida, receio da fome, vagos rumores ampliados, medo dos *salteadores*, desejo, enfim, de se desembaraçar dos ônus do feudalismo, todos esses elementos concorreram para criar o clima do Grande Medo. As zonas rurais se transformaram; a revolta

agrária e a *jacquerie* derrubaram o regime feudal; comitês camponeses, milícias aldeãs se formaram. Da mesma forma que a burguesia parisiense se armara e se apoderara da administração comunal, de forma idêntica os camponeses se serviam da força e dos poderes locais.

Mas um antagonismo surgiu depressa entre a classe burguesa e a massa camponesa. Tanto quanto a nobreza, a burguesia urbana era proprietária de terras; havia senhores que, nessa condição, percebiam dos camponeses as rendas habituais. Portanto, sentiu-se ameaçada em seus interesses imediatos pela *jacquerie* que se seguiu ao pânico. Em face da carência de poderes públicos e da dissolução de toda a autoridade, ela organizou sua própria defesa. Os comitês permanentes e as guardas nacionais das novas municipalidades se encarregaram de defender nos campos os direitos dos proprietários nobres e dos burgueses. A repressão foi, quase sempre, sangrenta. Houve choques entre bandos de camponeses e as milícias burguesas, como, por exemplo, no Mâconnais. Ante a ameaça de uma revolução social, afirmava-se a aliança das classes abastadas, burguesia e nobreza, contra a massa rural em luta pela posse da terra. Esse aspecto da luta de classes resultou particularmente claro no Dauphiné, onde a burguesia apoiou a nobreza, enquanto as simpatias populares voltavam-se para os camponeses insurretos. Mas essa repressão não poderia restabelecer os resultados essenciais do Grande Medo: o regime feudal não poderia sobreviver à *jacquerie* de julho de 1789.

A Assembléia Nacional acompanhava os acontecimentos, impotente e desamparada; estava composta, em sua maioria, de burgueses proprietários. Poderia acaso legimitar a nova situação nos campos? Iria recusar-se a qualquer concessão, arriscando-se a erguer, assim, um abismo intransponível entre a burguesia e a massa camponesa?

III

Conseqüências da Revolução Popular (agosto-outubro de 1789)

1. A Noite de 4 de Agosto e a Declaração dos Direitos.

Face à insurreição nos campos, a Assembléia Nacional pensou por um momento em organizar a repressão. A 3 de

agosto, a discussão se estabeleceu em torno de um projeto da Comissão de Relatórios:

“A Assembléia Nacional, informada de que o pagamento das rendas, dízimos, impostos, censo, rendas senhoriais, é obstinadamente recusado; que grupos armados praticam violências; que entram nos castelos, apoderam-se de papéis e de todos os títulos e os queimam... declara que razão alguma pode legitimar a suspensão do pagamento do imposto e de qualquer outra renda, até que ela se tenha pronunciado sobre o assunto.”

A Assembléia Nacional se deu conta, porém, do perigo de uma política de repressão. Não tinha interesse algum em confiar o comando das forças repressivas ao governo monárquico, que poderia disso tirar proveito para se entregar a algum atentado contra a representação nacional. Mas se a burguesia constituinte hesitava em organizar a repressão, não podia permitir a expropriação da nobreza sem temer pela sorte dos seus bens. Consentiu, afinal, em duas concessões. Admitiu que os direitos feudais constituíam uma propriedade de tipo especial, frequentemente usurpada ou imposta pela violência, sendo legítimo submeter-se à verificação os títulos que justificavam as rendas tiradas da terra. A habilidade consistiu em confiar-se a operação cuidadosa a um nobre liberal, o Duque d'Aiguillon, um dos maiores proprietários do reino: sua intervenção lançou a desordem entre os privilegiados e despertou o estímulo da nobreza liberal. Os chefes da burguesia revolucionária forçaram, assim, a Assembléia a se desembaraçar de interesses particulares imediatos.

A sessão de 4 de agosto, à tarde, assim preparada, abriu-se com a intervenção do Visconde de Noailles, segundo filho aliás sem fortuna, que propôs a abolição de todos os privilégios fiscais, a supressão das corvéias, mãos-mortas e outras escravizações pessoais, e o resgate dos direitos reais; o Duque d'Aiguillon apoiou-o com calor. Essas propostas foram votadas com um entusiasmo tanto maior quanto o sacrifício exigido era mais aparente que real. Dado, assim, o impulso, todos os privilégios das ordens, das províncias, das cidades, foram sacrificados no altar da pátria. Direito de caça, coelheiras ao ar livre, pombais, justiças senhoriais, venalidade dos ofícios, foram abolidos. Mediante proposta de um nobre, o clero renunciou ao

dízimo. Para encerrar essa abjuração grandiosa, por volta das duas horas da manhã Luís XVI foi proclamado o *restaurador da liberdade francesa*. A unidade administrativa e política do país, que a monarquia absoluta não pudera levar a bom termo, parecia alcançada. O Velho Regime morrera.

Na verdade, os sacrifícios da noite de 4 de agosto constituíam mais uma concessão às exigências do momento do que uma satisfação dada voluntariamente às reivindicações camponesas. Era preciso, antes de tudo, restabelecer a ordem nas províncias e acenar os ânimos. Segundo Mirabeau, no número 26 de seu *Courrier de Provence* (10 de agosto),

"Todos os trabalhos da Assembléia, depois de 4 de agosto, tiveram em mira restabelecer no reino a autoridade da lei, dar ao povo um sinal de felicidade e moderar-lhe a inquietude através de um gozo pronto dos primeiros benefícios da liberdade."

As decisões da noite de 4 de agosto foram tomadas sem entrar no papel. Quando necessitou dar-lhes forma, a Assembléia esforçou-se para atenuar na prática o conjunto de providências adotadas sob o impulso das revoltas populares. Os opositores, levados antes pelo entusiasmo, se contiveram; o clero, em particular, tentou cancelar a supressão do dízimo. "A Assembléia Nacional aboliu inteiramente o regime feudal." Mas restrições singulares foram introduzidas nos decretos definitivos. Os direitos que pesavam sobre pessoas foram abolidos, mas os que oneravam as terras, declarados remíveis — o que equivalia a admitir-se que os direitos feudais eram percebidos em virtude de um contrato passado, há muito tempo, entre os senhores proprietários e os camponeses que arrendavam as terras. O camponês estava livre, mas sua terra, não; ele logo percebeu a singularidade de tais restrições, e que deveria as rendas até sua remissão completa.

Quando a Assembléia Nacional regulou as modalidades do resgate, as restrições se agravaram ainda mais. Ela não exigiu do senhor qualquer prova de seus direitos sobre a terra ou dos contratos que seus ancestrais haviam supostamente celebrado com os camponeses. Nessas condições, o camponês era muito pobre para liberar a terra mediante o resgate dos direitos feudais; mesmo tendo cobertura financeira, as condições impostas eram tais que o resgate se tornava impossível. O sistema feudal, abolido em teoria, subsistia em suas partes

essenciais. A desilusão foi grande entre as massas camponesas. Em mais de uma localidade organizou-se a resistência; por um acordo tácito, o camponês recusou-se a pagar as rendas; as rebeliões recomeçaram. A Assembléia não se revelou menos intransigente em sua posição, mantendo até o fim a legislação de classe. Os camponeses aguardaram os votos da Assembléia Legislativa e da Convenção, na esperança de verem totalmente abolidas as verdadeiras conseqüências da noite de 4 de agosto e o feudalismo.

Malgrado essas reservas, os resultados da noite de 4 de agosto, sancionados pelos decretos dos dias 5 e 11, não foram de menor importância extrema. A Assembléia Nacional destruiu o Velho Regime. As distinções, os privilégios, os particularismos, estavam abolidos. Doravante, todos os franceses possuíam os mesmos direitos e os mesmos deveres, podiam ter acesso a todos os empregos, pagavam os mesmos impostos. O território estava uno, os quadros múltiplos da antiga França, destruídos; os costumes locais, os privilégios das províncias e das cidades haviam desaparecido. A Assembléia fizera tábua rasa de tudo isso. Tratava-se, agora, de reconstruir.

Desde o começo do mes de agosto, a Assembléia se entregara essencialmente a essa tarefa. Na sessão de 9 de julho, em nome da Comissão de Constituição, Mounier desenvolvera os princípios que deviam presidir a nova Constituição, e proclamara a necessidade de se providenciar uma Declaração dos Direitos:

“Para que uma Constituição seja justa, é necessário que esteja fundada nos direitos do homem e que os defenda; é necessário conhecer os direitos que a justiça natural concede a todos os indivíduos, convocar todos os princípios que devem formar a base de qualquer espécie de sociedade, e que cada artigo possa ser a conseqüência de um princípio... Essa declaração deverá ser curta, simples e precisa.”

A 1.º de agosto, a Assembléia retomou o debate. Não havendo acordo geral sobre a necessidade de se redigir uma Declaração dos Direitos, foi sobre esse ponto precisamente que se encarniçaram as discussões. Vários oradores tinham em mira o oportunismo. Os moderados, como Malouet, assustados

com as desordens, a consideravam inútil ou perigosa. Outros, como o Abade Grégoire, desejavam completá-la com uma Declaração dos Deveres. No dia 4, pela manhã, a Assembléia decretou que a Constituição seria precedida de uma Declaração de Direitos. A discussão desenvolveu-se lentamente. Os artigos 16, 17 e 18, relativos à liberdade de opiniões e ao culto público, foram emendados, os membros do clero insistindo para que a Assembléia confirmasse a existência de uma religião do Estado; Mirabeau protestou vigorosamente em favor da liberdade de consciência e de culto. A 26 de agosto de 1789, a Assembléia adotou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Condenação implícita da sociedade aristocrática e dos abusos da monarquia, a Declaração dos Direitos constituía, nesse caso, "o atestado de óbito do Velho Regime". Mas, ao mesmo tempo, inspirando-se na doutrina dos filósofos, exprimia o ideal da burguesia e encerrava os fundamentos de uma ordem social nova que parecia aplicável à humanidade inteira, e não apenas a França.

2. *A Crise de Setembro: Malogro da "Revolução dos Notáveis".*

Em algumas semanas, sancionando os resultados das revoltas populares, a Assembléia Nacional destruiu o Velho Regime pelas decisões da noite de 4 de agosto; pela Declaração dos Direitos, ela começou a obra de reconstrução. A crise de setembro de 1789 demonstrou, porém, que a regeneração da França não se afigurava coisa fácil.

As dificuldades financeiras subsistiam. Necker, que retomara o cargo de Primeiro-Ministro numa atmosfera de triunfo, se mostrou incapaz. Os impostos já não contavam. Um empréstimo de 30 milhões foi lançado, mas, vinte dias depois, apenas 2 milhões e meio haviam sido subscritos. A popularidade de Necker estava arruinada.

As dificuldades políticas se agravaram. O rei opunha à Assembléia uma resistência passiva: capitulara ante a insurreição, porém não se mostrava decidido a sancionar os decretos. "Não consentirei jamais em espoliar meu clero e minha nobreza". Os decretos de 5 e 11 de agosto, a Declaração dos Direitos, não foram sancionados: a reorganização das instituições continuava em suspenso. Nada podia obrigar o rei a dar sua sanção, a não ser um novo movimento popular.

As dificuldades constitucionais encorajaram o rei à resistência. A discussão da Constituição começou logo após a votação da Declaração, da qual formava o preâmbulo. As divisões se acentuaram ou se tornaram irremediáveis. A insurreição popular e suas conseqüências haviam alarmado uma fração do partido patriota, que pretendia, desde então, deter o curso da Revolução e fortificar os poderes do rei e da nobreza. Os relatores da Comissão de Constituição, Mounier e Lally-Tollendal, propuseram a criação, à imitação da Inglaterra, de uma câmara alta a ser designada pelo rei, dotada de hereditriedade — o que fortaleceria os aristocratas. O rei seria provido de um direito de veto absoluto que lhe permitiria anular as decisões do poder legislativo. Os partidários de uma câmara alta e do veto absoluto receberam o nome de *monarquistas* ou *anglómanos*: suas vozes conduziram a uma *revolução dos notáveis*.

Certos deputados patriotas tomaram energicamente posição contra tais proposições. Sieyès se pronunciou contra toda espécie de veto: “A vontade de um só não pode prevalecer sobre a vontade geral; se o rei pudesse impedir a formação da lei, sua vontade particular prevaleceria sobre a vontade geral; a maioria do poder legislativo deve agir independentemente do poder executivo; o veto absoluto ou suspensivo não é nada mais do que uma carta de prego lançada contra a vontade geral.”

Em Paris, a opinião estava alerta. Os freqüentadores habituais do Palais-Royal, após haverem tentado uma marcha sobre Versalhes, a fim de pressionar as decisões da Assembléia, votaram uma moção: “O veto não pertence a um só homem, mas a 25 milhões.” A 31 de agosto, enviaram uma comissão à Câmara Municipal, encarregada de solicitar uma assembléia geral dos distritos, “com o objetivo de decidir que a Assembléia Nacional suspenda sua deliberação sobre o veto, até que os distritos, bem como as províncias, se pronunciem”.

A maioria do partido patriota, de que Barnave, Du Port, Alexandre e Charles de Lameth assumiram, então, os destinos, se opôs à criação de uma câmara alta: a 10 de setembro, o sistema das duas câmaras foi repellido por 849 votos contra 89, a direita abstenendo-se de votar. O partido patriota revelou-se menos intransigente sobre a questão do veto real: Barnave propôs sua concessão, a título suspensivo, durante duas legis-

laturas. A 11 de setembro, o veto suspensivo foi votado por 575 votos contra 325. Por essa concessão, os chefes do partido patriota esperavam levar Luís XVI a sancionar os decretos de agosto. Mas o rei persistiu em sua atitude: os patriotas acabaram por julgar necessária uma nova jornada popular.

As dificuldades econômicas permitiam, na realidade, mobilizar-se novamente o povo de Paris. A emigração não apenas drenara para fora da França grandes quantidades de numerários, pois os que se exilavam levavam consigo todo o dinheiro possível, mas também atingira as indústrias de luxo e o comércio parisiense. O desemprego aumentava, enquanto o pão se tornava mais caro, mais de três *sous* a libra; as bateduras não haviam terminado; filas formaram-se, em setembro, à porta dos padeiros; os operários começavam a fazer manifestações para obter aumentos de salários ou exigir trabalho. Assim, os sapateiros reuniram-se nos Campos Elísios para fixar a tarefa salarial, nomear uma comissão encarregada de velar pelos seus interesses e recolher contribuições a ser empregadas em favor dos que estivessem sem trabalho. A incapacidade da Assembléia Nacional para regulamentar a questão da circulação dos cereais, a incúria da Câmara Municipal de Paris ante o problema dos gêneros e do abastecimento da capital, não haviam feito senão agravar a situação. Marat, no número 2 de *L'Ami du peuple*, salienta a responsabilidade da Comissão de Abastecimento da Câmara Municipal:

1789
“Hoje (quarta-feira, 16 de setembro), os horrores da fome fizeram-se sentir de novo, as padarias estão cercadas, o povo pede pão; e é depois da colheita mais rica, em meio à abundância, que estamos às vésperas de morrer de fome. Pode-se acaso duvidar que não estejamos presos por acordos que visam a consumir nossa ruína? Será que devemos tal calamidade ao furor dos inimigos públicos, à cupidez dos monopolistas, à incapacidade ou à infidelidade dos administradores?”

A agitação política ampliou-se por efeito da crise econômica. Em Paris, as assembléias dos 60 distritos administravam cada bairro e constituíam espécies de clubes populares. O Palais-Royal tornou-se o quartel-general dos militantes políticos. A imprensa patriota se desenvolvia. Depois de julho, apareceram

regularmente *Le Courier de Paris à Versailles*, de Gorsas, *Les Révolutions de Paris*, de Loustalot, *Le Patriote français*, de Brissot; em setembro, Marat lançava *L'Ami du peuple*. Os publicistas patriotas publicavam brochuras e panfletos para esclarecer o povo acerca dos projetos liberticidas dos aristocratas, acerca da necessidade de depurar a Assembléia com a expulsão dos prelados e dos nobres que, representantes de sua ordem sob o Velho Regime, não podiam pretender agora representar a nação. Camille Desmoulins, usando o dom da palavra, sob os candeeiros da Praça de Grève, cuja força de ferro servira em julho para algumas execuções sumárias, lançou *Le Discours de la Lanterne aux Parisiens*. Panfletos anônimos se multiplicavam, traduzindo o descontentamento geral; como exemplo, o significativo folheto intitulado *Les Pourquoi du mois de septembre mil sept cent quatre-vingt-neuf*.

Nesse final de setembro, a Revolução parecia de novo em perigo. O rei recusava sempre sancionar os decretos de agosto. Disponha-se, agora, ao ataque, concentrando de novo as tropas em Versalhes. Pela segunda vez, a intervenção do povo de Paris salvou a Assembléia Nacional e a liberdade nascente. Desde setembro, com efeito, sentindo que um conflito violento entre a Revolução e o Velho Regime era inevitável, os patriotas, deputados da esquerda, jornalistas parisienses, militantes dos distritos, desejando pôr fim à oposição tenaz do rei e dos monarquistas, preparavam uma jornada em que o povo de Paris importaria novamente sua vontade. Marat, no número de 2 de outubro de *L'Ami du peuple*, convidou os parisienses a agir antes que o inverno não viesse sobrecarregar seus sofrimentos. *Le Fouet national*, folha patriótica lançada em setembro, foi mais violenta ainda em seu número 3:

“Parisienses, abri de uma vez os olhos, saí da letargia. Os aristocratas vos cercam por todos os lados, querem meter-vos a ferros — e vós dormis! Se não vos apressais em aniquilá-los, sereis presa fácil da servidão, da miséria, da desolação. Despertai uma vez mais, despertai!”

Um plano adquiriu consistência entre a opinião patriota: se o rei fosse residir no meio do seu bom povo de Paris, cercado de representantes da nação, estaria infenso à influência dos aristocratas — e a Revolução, assegurada. Alertado o povo, bastaria um incidente para deflagrar a revolta.

3. As Jornadas de Outubro de 1789.

As jornadas de outubro, cujas causas profundas devem ser procuradas na crise econômica e na crise política que se identificavam, foram efetivamente deflagradas por um incidente: o banquete da guarda real. A 1.^o de outubro de 1789, os oficiais da guarda do rei ofereceram um banquete aos do regimento de Flandres, no castelo de Versalhes. Ao surgir a família real, a orquestra atacou *O Richard, ô mon roi, l'univers t'abandonne*. Perturbados pelo vinho, os convivas pisotearam o cocar tricolor e puseram o cocar branco ou o negro, que era o da rainha.

A notícia chegou a Paris dois dias depois. O povo indignou-se. No domingo, 4 de outubro, formaram-se agrupamentos; o Palais-Royal, na mais viva fermentação, votava moção sobre moção, enquanto os jornalistas patriotas denunciavam a nova fórmula do complô aristocrático. *Le Fouet national* imprimiu esta nota: “Após a segunda-feira, os bons parisienses fazem todo o esforço do mundo para conseguir pão. Só resta recorrer ao Senhor Candeeiro a fim de encontrar pão, mas eles desprezam os serviços desse bom patriota.” A fome foi, uma vez mais, o fator determinante da ação popular.

A 5 de outubro, grupos de mulheres, procedentes do bairro Saint-Antoine e de Halles, se reuniram diante da Câmara Municipal, reclamando pão. Em seguida, decidiram, em nome de 6 ou 7 mil, ir a Versalhes, sob a direção do oficial de justiça Maillard, um dos chefes dos “Voluntários da Bastilha”, compostos de combatentes do 14 de julho, militarmente organizados. Por volta do meio-dia, o toque soou, os distritos se reuniram, a guarda nacional afluíu à Praça de Greve, aos gritos de *para Versalhes!* La Fayette viu-se forçado a assumir o comando. Pelas 5 horas, cerca de 20 mil homens tomaram, por sua vez, o caminho de Versalhes. À mesma hora, as mulheres de Paris ali chegavam, enviando uma comissão à Assembléia, em seguida ao rei, que prometeram trigo e pão. A guarda nacional chegou depois das 10 horas. O rei, pensando desarmar os adversários, notificou à Assembléia a sanção dos decretos. O movimento popular assegurara o sucesso do partido patriota.

A 6 de outubro de madrugada, uma tropa de manifestantes penetrou no castelo, até à antecâmara dos aposentos da rainha. Explodiu um conflito entre a multidão e os guardas. Os guardas nacionais, sem muita demora, puseram fim ao combate e evacuaram o castelo. O rei, acompanhado da rainha e do Delfim, consentiu em aparecer na sacada, com La Fayette. A multidão, a princípio indecisa, acabou por aclamá-los, mas aos gritos de *a Paris!* Luís XVI cedeu. A Assembléia, consultada, declarou que era inseparável da pessoa do rei. A uma hora, ao som do canhão, os guardas nacionais abriram a marcha, seguidos de carroças de trigo e de farinha, escoltados pelas mulheres, num imenso cortejo. Depois, as tropas; em seguida, o rei em sua carruagem, com a família real, e La Fayette caracolando, à porta da mesma; depois, uma centena de deputados, em viaturas diversas. E, fechando a marcha, a multidão e os guardas nacionais. Às 10 horas da noite, o rei entrou nas Tulherias. Luís XVI estando em Paris, a Assembléia não tardou em segui-lo; no dia 12, ela instalou-se no Arcebispado, enquanto se preparava a sala do *Manège*, que lhe fora reservada.

As jornadas populares de outubro de 1789 mudaram a situação dos partidos. Os monarquistas, partido da resistência após o mes de agosto, foram os grandes vencidos. Compreendendo a situação, retiraram-se da luta, tais como Mounier, Malouet e outros, que foram engrossar o fluxo da segunda emigração. Partidários de uma *revolução dos notáveis*, haviam pretendido deter o movimento revolucionário no momento em que o julgaram perigoso aos interesses das classes abastadas. Tiveram de esperar a estabilização consular para ver instaurado o regime de suas preferências.

Para muitos *patriotas* como Camille Desmoulins no número 1 das *Révolutions de France e de Brabant* ("Paris vai ser a rainha das cidades; o esplendor da capital responderá, em grande medida, à majestade do império francês"), restava, agora, realizar a obra de regeneração do país, na comunhão de todos os cidadãos com o rei. Somente alguns homens clarividentes resistiram a um tão grande otimismo. Marat foi um desses, no número 7 de *L'Ami du peuple*:

"É uma festa, para os bons parisienses, possuir enfim o seu rei: sua presença fará mudar de pronto a fisionomia das coisas; o pobre povo não morrerá mais

de fome. Mas essa felicidade se desvanecerá logo como um sonho se não fixarmos em nosso meio a residência da família real até que a Constituição esteja completamente consagrada. *L'Ami du peuple* participa da alegria de seus caros concidadãos, mas não se entregará ao sono."

Os acontecimentos de julho a outubro de 1789, como o espírito com que a Assembléia Constituinte empreendia a obra de reconstrução do país, legitimavam efetivamente a vigilância dos patriotas.

*
* *

A insurreição popular assegurara o triunfo da burguesia. Graças às jornadas de julho e de outubro, as tentativas de contra-revolução haviam sido cortadas. A Assembléia Nacional, vitoriosa sobre a monarquia, mas graças aos parisienses, e temendo achar-se à mercê do povo, se entregou, dali por diante, mais à democracia do que ao absolutismo. Querendo salvar sua primazia contra qualquer retorno ofensivo da aristocracia, a maioria burguesa se aplicou a enfraquecer o mais possível a instituição monárquica. Temendo convocar as classes populares à vida política e à administração dos negócios públicos, ela se privou de tirar das afirmações solenes da Declaração dos Direitos, as consequências que dela derivavam naturalmente. Com a monarquia debilitada e o povo sob tutela, a Assembléia Constituinte cuidou, no fim daquele ano de 1789, de regenerar as instituições da França em benefício da burguesia.

2

A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE MALOGRO DO COMPROMISSO (1790)

A OBRA de reconstrução da França pela Assembléia Constituinte se desenvolveu por todo o ano de 1790, em meio a grandes perigos. A aristocracia não se desarmou; as massas populares, sob o guante das dificuldades econômicas, continuavam impacientes. Contra esse perigo duplo, a burguesia constituinte, por intermédio da monarquia constitucional, organizou sua supremacia, não sem o desejo de incorporar a seu sistema uma parte da aristocracia: assim, se instauraria um regime de compromisso. Faltava ainda convencer o rei e persuadir a nobreza. O homem dessa política de compromisso foi La Fayette; vaidoso e ingênuo, tentou conciliar os opositores.

I

A Assembléia, o Rei e a Nação

O compromisso político que, à imagem da Revolução Inglesa de 1688, foi instalado, acima das classes populares

subjugadas, a dominação da alta burguesia e da aristocracia, os notáveis do dinheiro, as frações dirigentes da burguesia francesa o aceitaram — mas a aristocracia não o aceitou, tornando assim inevitável, para quebrar-lhe a resistência, o recurso às massas populares. Somente uma minoria, que o nome de La Fayette simboliza, compreendia que, por esse compromisso, ela salvaguardaria seu poder político; o exemplo da Inglaterra era prova.

1. *A Política Fayetteista de Conciliação.*

A aristocracia francesa do século XVIII apresentava, contudo, características bem diversas das da aristocracia inglesa do século precedente. Na Inglaterra, o privilégio fiscal não existia: os nobres pagavam impostos; o caráter militar da nobreza fora bastante atenuado, se não extinto. O nobre não perdia suas prerrogativas de classe por se ocupar de negócios: o impulso marítimo e colonial havia associado a nobreza à burguesia capitalista. A aristocracia participava, por conseguinte, do impulso das novas forças produtivas. Sobretudo, as estruturas feudais tinham sido destruídas, a propriedade e a produção liberadas. As condições particulares da Inglaterra e uma evolução mais adiantada justificavam assim o compromisso de 1688. Na França, a nobreza conservava um caráter essencialmente feudal. Consagrada ao ramo das armas, excluída, sob pena de perder seus direitos — salvo raras exceções —, das frutuosas empresas comerciais e industriais, ela continuava muito mais vinculada às estruturas tradicionais que lhe asseguravam a existência e a preponderância. Seu vínculo obstinado aos privilégios econômicos e sociais, seu exclusivismo excessivo, a mentalidade feudal impermeável aos princípios burgueses, estagnaram a nobreza francesa numa atitude de recusa total.

O compromisso era possível na primavera de 1789? Foi preciso que a monarquia tomasse ousadamente a iniciativa; sua atitude demonstrou, salvo melhor juízo, que ela não passava de instrumento de dominação de uma classe. O apelo ao soldado, ao qual Luís XVI se decidiu nos primeiros dias de julho, parecia significar o fim da revolução burguesa que se esboçava. A força popular a salvou. O compromisso era ainda possível depois do 14 de julho? Alguns assim o julgavam, nas fileiras da burguesia tanto quanto nas da aristocracia, Lafayette tanto quanto Mounier. Mounier achava possível

obter em 1789, como em 1788, em Vizille, no curso da revolução dos notáveis do Dauphiné, o assentimento das três ordens para uma revolução limitada. Seu intento, escreveu ele mais tarde, era

“aproveitar as lições da experiência, opor-se às inovações temerárias e não propor nas formas do governo existente senão modificações necessárias para a garantia da liberdade.”

A nobreza, em sua maioria, e o alto clero aristocrático se recusaram a isso, não aceitando nem a reunião voluntária das três ordens, nem a Declaração dos Direitos do Homem, nem as decisões da noite de 4 de agosto, ou seja, a destruição, mesmo parcial, do feudalismo. Mounier deixou Versalhes a 10 de outubro: sua política de compromisso tendo malogrado, contentava-se ele com o campo da aristocracia e da contra-revolução. A 22 de maio de 1790, emigrou.

Por incompreensão política ou por ambição, La Fayette persistiu mais tempo nesse propósito. Grande senhor, “herói dos dois mundos”, tinha com que seduzir a alta burguesia. Sua política tendia a conciliar, no quadro de uma monarquia constitucional à inglesa, a aristocracia agrária e a burguesia industrial e de negócios. Dominou durante um ano a vida política. Autêntico ídolo da burguesia revolucionária que se admirava em um tal chefe, ele a tranquilizou contra o duplo perigo que a ameaçava: as tentativas aristocráticas, da direita, as arremetidas populares, da esquerda. Jovem, célebre, o Marquês de La Fayette se acreditava destinado a cumprir na Revolução Francesa o papel que seu amigo Washington desempenhara na Revolução Americana. Nos acontecimentos que precederam e se seguiram à reunião dos Estados-Gerais, ele teve papel importante à testa da fracção liberal da nobreza. Comandante da guarda nacional depois da revolução parisiense de julho, tinha a força armada à sua disposição. Luís XVI, que o destestava, tudo lhe facilitava. Mas para reconciliar o rei, a aristocracia e a Revolução, para levar a Assembléia à idéia de um executivo forte, faltava ainda convencer o soberano e reunir na Assembléia uma maioria sólida.

Mirabeau afigurou-se por um momento o homem necessário para realizar tal política: era necessário (Necker perdera todo

o crédito) agrupar em um Ministério os principais chefes do partido patriota. Mirabeau não cessou de fazer intrigas para obter o apoio do Ministério. Mas se ele se impunha à Assembléia pelo seu talento de orador, a escandalizava por sua vida privada e sua venalidade. Para livrar-se dele, ela decretou, a 7 de novembro de 1789, que um deputado não poderia "obter nenhum cargo de ministro durante a sessão atual da Assembléia". Mirabeau se vendeu, então, à Corte. Luís XVI o utilizou para um acordo com La Fayette. Os dois, em maio de 1790, se esforçaram para aumentar os poderes do rei, fazendo-o reconhecer o direito de paz e de guerra. No entanto, e após longo tempo, Mirabeau caíra em desgraça no seio dos patriotas.

"Quanto a Riquetti, o primogênito (Mirabeau), carece de um coração honesto para ser um patriota ilustre — escreve Marat em *L'Ami du peuple* de 10 de agosto de 1790. — Que desgraça que lhe falte alma! Quem, por acaso, já não observou a política versátil de Riquetti? Eu o vi, com assombro, agitar-se furiosamente para entrar nos Estados — e disse a mim mesmo: reduzido à substituição para viver, ele venderá sua consciência ao que oferecer mais. A princípio contra a monarquia, ele se lhe vendeu hoje, e é à sua venalidade que devemos quase todos os decretos funestos, após o decreto do veto e até o da iniciativa da guerra. Que se pode esperar de um homem sem princípios, sem costumes, sem honra? Alma dos gangrenados, dos conjurados e dos conspiradores."

Mirabeau detestava, porém, "*Gilles César*"; sua entente resultara impossível. A política de La Fayette não podia ser bem sucedida, não só em consequência de rivalidades pessoais, mas de suas contradições. A aristocracia se obstinava na resistência. Ademais, as desordens devidas à crise do abastecimento e mais ainda, em muitas regiões, as revoltas agrárias motivadas pela obrigação de resgate dos direitos feudais, confirmado pela lei de 15 de março de 1790, endureceram a resistência da aristocracia, cada vez mais ameaçada. A busca de um compromisso político entre a aristocracia e a alta burguesia era quimérica, sobretudo porque não haviam sido irremediavelmente destruídos os derradeiros vestígios do feudalismo. Alimentando a esperança de ver seus interesses mantidos por um retorno à monarquia

absoluta ou o estabelecimento de um regime de tipo aristocrático, como o sonhara Montesquieu ou Fénelon, a nobreza ofereceu a mais viva resistência ao triunfo da burguesia, isto é, ao triunfo dos meios capitalistas de produção que haviam atingido seus interesses. A fim de vencer essa resistência, a burguesia devia recorrer à aliança das massas populares urbanas e da massa camponesa; para acabar, aceitou muito tarde a ditadura napoleônica. Quando o feudalismo afigurava-se destruído para sempre e toda tentativa de restauração aristocrática para sempre impossível, a aristocracia aceitou enfim o compromisso que, sob a monarquia de Julho, associou-a ao poder com a grande burguesia.

Mas em 1790, a aristocracia estava longe de haver renunciado a seus objetivos próprios. As tramóias dos emigrados, as intrigas das cortes estrangeiras e os ensaios da contra-revolução lhe entretinham as esperanças. Nessas condições, a política de compromisso e de conciliação tentada por La Fayette em 1790 só podia fracassar.

2. Organização da Vida Política.

A Assembléia se organizava, entretanto; seus métodos de trabalho se afirmavam. Estava instalada muito confortavelmente na sala do Manège, nas Tulherias. As deliberações ocorriam pela manhã e à tarde, após as 18 horas, sob a direção de um presidente eleito por quinze dias. O contato com o povo era assegurado pela possibilidade de os peticionários desfilarem pela barra da Assembléia, e pela presença do público das tribunas. O trabalho era preparado por comissões especializadas, em número de 31, das quais um relator expunha à Assembléia as decisões em mira.

Os grupos da Assembléia se esboçavam ao mesmo tempo, sem que se pudesse, contudo, distingui-los dos partidos na acepção atual da palavra. A princípio só houve dois grandes grupos: os aristocratas, partidários do Velho Regime, e os patriotas, defensores da nova ordem. Em seguida, tendências mais sutis apareceram.

Os negros ou aristocratas sentavam-se à direita; possuíam oradores brilhantes, como Cazalès, violentos, como o Abade Maury, ou hábeis, como o Abade de Montesquiou, que travavam um combate encarniçado em defesa de seus privilégios. Suas

opiniões eram defendidas por numerosos jornais, alimentadas pelos fundos da lista civil: *L'Ami du roi*, do Abade Royou; *Les Actes des apôtres*, onde Rivarol ridicularizava o *patrouillisme*. (Seu clube era o Salão Francês.)

Os monarquistas, guiados por Mounier, que abandonou a Assembléia Nacional após as jornadas de outubro, demitindo-se a 15 de novembro, Malouet e o Conde de Clermont-Tonnerre, fizeram-se defensores da prerrogativa real e se aproximaram da direita a fim de travar os progressos da Revolução. Reuniram-se no Clube dos Amigos da Constituição Monárquica.

Os constitucionalistas representavam o grosso do velho partido patriota. Fiéis aos princípios proclamados em 1789, representavam os interesses da burguesia, visando a instaurar seu poder por intermédio de uma monarquia temperada. Era o partido de La Fayette. Agrupava representantes da burguesia e do clero: os arcebispos Champion de Cicé e de Boisgelin, o Abade Sieyes, homens da lei como Camus, Target, Thouret, que desempenharam grande papel na elaboração das novas instituições.

O Triunvirato sentava-se à esquerda, composto de Barnave, Du Port e Alexandre de Lameth, de tendências liberais, que pendeu para a realeza, da qual se tornou o conselheiro, quando declinou, no fim do ano de 1790, a influência de La Fayette. Após a fuga do rei, e alarmado pelos progressos da democracia e da agitação popular, o Triunvirato retomou a política fayetista de conciliação e pretendeu deter o avanço da Revolução.

O grupo democrata, à extrema direita, onde se destacavam Buzot, Pétion e Robespierre, defendia os interesses do povo e reclamava o sufrágio universal.

Os patriotas possuíam organização sólida. Depois de maio de 1789, adquiriram o hábito de se reunir para debater os problemas políticos. Assim, formou-se o clube dos deputados bretões. Após as jornadas de outubro, reuniu-se no convento dos Jacobinos da rua Saint-Honoré, sob o nome de Sociedade dos Amigos da Constituição, que estava franqueada não apenas aos deputados, mas também aos burgueses abastados. O Clube dos Jacobinos mantinha correspondência regular com os clubes que se fundavam nas principais cidades da província; conseguiu, dessa forma, agrupar e doutrinar toda a parte militante da burguesia revolucionária.

"Na propagação do patriotismo, isto é, da filantropia, essa nova religião que há de conquistar o universo — escreve Camille Desmoulins em *Les Révolutions de France et de Brabant*, a 14 de fevereiro de 1791 —, o Clube ou a Igreja dos Jacobinos parece ter obtido a mesma primazia que a Igreja de Roma na divulgação do cristianismo. Já agora todos os clubes ou assembléias ou igrejas de patriotas que se formam por toda parte solicitam logo correspondência, escrevem-lhe em sinal de comunhão... A Sociedade dos Jacobinos é o verdadeiro comitê de pesquisas da nação, menos perigosa aos bons cidadãos do que o da Assembléia Nacional, porque suas denúncias e deliberações são públicas e, portanto, mais ameaçadoras para os maus; porque abraça, em sua correspondência com as sociedades filiadas, todos os cantos e recantos dos 83 departamentos. Não apenas é o grande requisito que amedronta os aristocratas; é ainda o grande requisito que corrige todos os abusos e vai em socorro dos cidadãos. Parece, com efeito, que o clube exerce o ministério público junto à Assembléia Nacional. É em seu seio que se depositam as queixas dos oprimidos, que chegam de todas as partes, antes de serem levadas à augusta assembléia. À sala dos jacobinos afluem sem cessar as comissões, ou para os felicitar, ou para pedir-lhes solidariedade, ou para estimular-lhes a vigilância, ou para a correção do mal."

O Clube dos Fueldenses se desligou do Clube dos Jacobinos quando estes últimos acentuaram, em 1791, após a fuga do rei e os acontecimentos do Campo de Marte, sua evolução democrática, em particular sob a influência de Robespierre. Dirigidos por La Fayette e seus amigos, os fueldenses afastaram, mediante cotização elevada, as pessoas da média burguesia; reuniram a grande burguesia moderada e a nobreza afiliada, igualmente ligadas ao rei e à Constituição.

O Clube dos Cordeliers, ou Sociedade dos Amigos dos Direitos do Homem inaugurou-se em abril de 1790: clube democrático onde se notabilizaram Danton e Marat. Nos bairros, numerosas sociedades fraternais permitiam às classes populares participarem ativamente da vida política; a primeira em data foi a Sociedade Fraternal dos Patriotas de Um e Outro Sexo, fundada em fevereiro de 1790, pelo mestre-escola Dansard.

A política de La Fayette foi defendida por uma boa parte da grande imprensa: *Le Moniteur*, de Panckouke, o jornal melhor informado da época, *Le Journal de Paris*, *l'Ami des patriotes*. A esquerda, numerosos jornais eram influenciados pelo Clube dos Jacobinos: *Le Courier*, de Gorsas, *Les Annales patriotiques*, de Carra, *Le Patriote français*, de Brissot, *Les Révolutions de Paris*, de Prudhomme, no qual se notabilizou Loustalot, e, por fim, *Les Révolutions de France et de Brabant*, de Camille Desmoulins. Marat, em *L'Ami du peuple*, defendia com clareza os direitos das massas populares.

II

Os Grandes Problemas Políticos

A vida política, desde o fim do ano de 1789, foi dominada por dois grandes problemas em torno dos quais se encarnçaram os partidos: o problema financeiro e o problema religioso. As soluções que lhes subministrou a Assembléia Constituinte deviam desenvolver conseqüências incalculáveis para a Revolução.

1. O Problema Financeiro.

O desamparo financeiro só fizera agravar-se após a convocação dos Estados-Gerais. As desordens nas cidades e nos campos haviam sido desastrosas para o tesouro público; os camponeses, então armados, se recusavam a pagar os impostos; na decomposição geral, e à falta de qualquer autoridade, tornava-se difícil contrariá-los. A Assembléia lucrou, a princípio, com essa situação; ela via nas dificuldades financeiras da monarquia um excelente meio de fazer pressão sobre Luís XVI e seus ministros. Dessa forma, Necker teve de recorrer a expedientes a fim de fazer face às exigências do Tesouro. A Assembléia, "informada das necessidades urgentes do Estado", decretou, a 9 de agosto, um empréstimo de 30 milhões, a 4,5%; um novo empréstimo de 80 milhões, a 5%, a 27 de agosto; nem um nem outro foi coberto. O rei enviou sua baixela à Casa da Moeda; a 20 de setembro, um decreto do Conselho de Estado

autorizava os diretores da Casa da Moeda a receber a baixela que os particulares lhes viesse a entregar. Os constituintes se apoderaram dos tesouros das igrejas: o decreto de 29 de setembro dispôs da prataria que não era necessária "à decência do culto". Sobretudo, a 10 de outubro de 1789, o Bispo d'Autun, Talleyrand, propôs colocar-se os bens do clero à disposição do país:

"O clero não é proprietário a exemplo dos outros proprietários. A nação, gozando de um direito bastante amplo sobre os corpos, exerce-os, em realidade, sobre o clero; ela pode destruir as agregações dessa ordem que se afigurem inúteis à sociedade, e necessariamente seus bens se tornariam justa partilha da nação... Por mais santa que possa ser a natureza de um bem possuído legalmente, a lei não pode manter senão o que foi acordado pelos fundadores. Sabemos todos que a parte desses bens, necessária à subsistência dos beneficiários, é a única que lhes pertence; o resto é a propriedade dos templos e dos pobres. Se a nação assegurar essa subsistência, a propriedade dos beneficiários não será atacada. A nação pode, portanto, em primeiro lugar, apropriar-se dos bens das comunidades religiosas, ao invés de suprimi-los, assegurando a subsistência dos indivíduos que as compõem; em segundo lugar, apoderar-se dos benefícios sem função; em terceiro lugar, reduzir a uma porção determinada as rendas atuais dos titulares, encarregando-se das obrigações a que esses bens estão vinculados..."

Um vivo debate colocou, de um lado, Maury e Cazalès, do outro, Sieyes e Mirabeau. Aos primeiros, que sustentavam ser a propriedade um direito inviolável e sagrado, segundo o afirmava a Declaração dos Direitos, os segundos respondiam que a Declaração previa, no mesmo artigo 17, que se pode requisitá-la "quando a necessidade pública, legalmente constatada, assim o exige, e sob a condição de uma justa e prévia indenização"; ademais, o clero não é proprietário, mas somente administrador dos bens, cujos lucros são consagrados às fundações de caridade ou de utilidade pública, hospitais, escolas, serviço divino; desde que o Estado tomasse doravante esses serviços a seu cargo, nada mais legítimo que esses bens

lhe revertessem. Ao termo da discussão, o decreto de 2 de novembro de 1789 foi aprovado pela maioria de 568 votos contra 346. A Assembléia decidiu que todos os bens eclesiásticos estariam à disposição da nação, que se encarregaria, por seu turno, e de maneira conveniente, das despesas do culto, de manter os ministros e a assistência aos pobres; os titulares de uma paróquia deviam receber pelo menos 1.200 libras por ano.

Havia regular-se as modalidades dessa vasta operação financeira. O decreto de 19 de dezembro estabeleceu uma Caixa de Extraordinários, alimentada essencialmente pela venda dos bens da Igreja; esses bens serviam de penhor para a emissão dos títulos, os *assignats*, autênticos bônus do Tesouro, pagando juros de 5% e reembolsáveis não em espécie, mas em bens de raiz; à medida que fossem vendidos os bens da Igreja, até à, que entrassem os *assignats*, estes seriam destruídos de maneira a extinguir-se progressivamente a dívida pública. As propriedades da Coroa seriam postas à venda, salvo florestas e casas reais, das quais o rei poderia gozar o usufruto, bem como uma quantidade de propriedades eclesiásticas, suficiente para formar em conjunto o valor de 400 milhões.

Medida de alcance incalculável. O *assignat* se transformou rapidamente em papel-moeda; sua depreciação causou à Revolução dificuldades econômicas e sociais imensas. De outra parte, a venda dos bens nacionais, que começou em março de 1790, teve como resultado uma vasta transferência de propriedade que ligou irremediavelmente a nova ordem seus beneficiários, burgueses e camponeses abastados.

2. O Problema Religioso.

O problema religioso foi equacionado desde o fim do ano de 1789 com não menor acuidade: a confiscação dos bens do clero criou a necessidade de uma reorganização da Igreja da França. Problema religioso e problema financeiro estavam ligados. Os Constituintes não agiram, de modo algum, nesse domínio, por hostilidade contra o catolicismo; protestaram sempre profundo respeito pela religião tradicional. Entretanto, sendo representantes da nação, consideravam-se qualificados para regular questões de organização e de disciplina eclesiásticas, como o fizera a realeza. Na sociedade do século XVIII, ninguém,

mesmo entre os teóricos mais ousados, concebia um regime fundado na separação da Igreja e do Estado. Sobretudo, a reforma da organização eclesiástica afigurava-se consequência necessária da reestruturação geral de todas as instituições, e, em particular, da colocação dos bens do clero à disposição da nação.

A Assembléia ocupou-se, a princípio, das ordens monásticas, que aboliu a 13 de fevereiro de 1790: os religiosos deviam abandonar o claustro ou recolher-se a um certo número de estabelecimentos designados. A 20 de abril de 1790, a administração dos bens foi retirada à Igreja; começou, em seguida, a discussão do projeto da Comissão Eclesiástica. Boisgelin, arcebispo de Aix, reconhecendo "a longa sucessão de abusos", adverteu a Assembléia sobre os princípios fundamentais da Igreja em matéria de disciplina e de jurisdição eclesiásticas, e observou que o projeto poderia atingir mesmo a constituição da Igreja Católica. A Assembléia fez ouvidos moucos a tais observações e adotou, a 12 de julho de 1790, a *Constituição Civil do Clero*.

III

Apogeu e Ruína da Política de Conciliação

A agitação contra-revolucionária tirou partido das dificuldades advindas com a venda dos bens nacionais e da Constituição Civil do Clero. Os aristocratas desacreditaram o *assignat* e prejudicaram as melhores vendas. Os emigrados começaram a tecer intrigas e prepararam vasta rebelião no Sul. A recusa da Assembléia em reconhecer o catolicismo como religião do Estado, a 13 de abril de 1790, forneceu um argumento decisivo. Em Montauban, a 10 de maio, e em Nîmes, a 13 de junho de 1790, explodiram conflitos entre católicos monarquistas e protestantes patriotas. Um vasto movimento armado constituiu-se em agosto, no campo de Jalès, ao sul do Vivaraix (departamento da Ardèche), sendo dissolvido pela força somente em fevereiro de 1791.

1. A Federação Nacional de 14 de Julho de 1790.

As federações constituíram a resposta dos patriotas e manifestaram a adesão da nação à causa revolucionária. Habitantes

dos campos e das cidades confraternizaram, a princípio, nas federações locais, prometendo assistência mútua. A 29 de novembro de 1789, as guardas nacionais do Dauphiné e do Vivarais se federalizaram em Valence; em Pontivy, constituiu-se a federação bretão-angevina, em fevereiro de 1790; federação de Lyon, a 30 de maio; de Estrasburgo e de Lille, em junho.

A Federação Nacional de 14 de Julho de 1790, onde se afirmou definitivamente a unidade da França, constituiu a realização desse desejo unânime. No Campo de Marte, perante 300 mil espectadores, Talleyrand celebrou sobre o altar da pátria uma missa solene. La Fayette, em nome de todas as federações departamentais, pronunciou o juramento "que uniu os franceses entre si e os franceses a seu rei para defender a liberdade, a Constituição e a lei". O rei prestou, por sua vez, juramento de fidelidade à nação e à lei. O povo, entusiasmado, saudou com imensas aclamações a concórdia reencontrada. La Fayette parecia o triunfador da jornada.

O movimento das federações não poderia, contudo, mascarar a realidade social profunda. As federações ilustravam bem o sentimento unitário dos patriotas e manifestavam a adesão da nação à ordem nova. Merlin de Douai devia afirmá-lo, a 28 de outubro de 1790, quando ele tentou, a propósito do caso dos príncipes proprietários da Alsácia, lançar os princípios de um direito internacional novo, opondo ao Estado dinástico a nação como associação voluntária. Malgrado o entusiasmo popular que explodiu a 14 de julho de 1790, o papel eminente de La Fayette no curso da Federação ressaltava, contudo, o sentido político e social: ídolo da burguesia, mas pretendendo unir a aristocracia à Revolução, era homem de compromisso. A guarda nacional que comandava era a guarda burguesa, da qual os cidadãos passivos estavam excluídos. A 27 de abril de 1791, Robespierre se levantou contra o privilégio burguês de portar arma. "Armar-se para sua defesa pessoal constitui direito de todo homem, indistintamente; armar-se para a defesa da pátria constitui direito de todos os cidadãos. Os que são pobres devem acaso tornar-se marginais, escravos?" Na Federação de 14 de Julho de 1790, o povo, seguramente entusiasta, foi menos ator do que espectador. Se, no ato da federação, a guarda representa a força armada burguesa, é por oposição à tropa, que não é senão a força armada real, e no sentido burguês da ordem nova. A guarda tornou-se

verdadeiramente *nacional* quando o povo nela penetrou à força, após a derrubada do trono e do sistema censitário, a 10 de agosto de 1792.

2. *A Decomposição do Exército e a Questão de Nancy*
(agosto de 1790).

A questão de Nancy arruinou rapidamente o imenso prestígio de La Fayette, provocando o fracasso de sua política de conciliação e de compromisso. Malgrado a aparente harmonia, a aristocracia recusava-se a reconhecer a ordem nova e nela se integrar. Enquanto, no interior, o complô aristocrático se desenvolvia e se preparava a guerra civil, no exterior os emigrados tomavam das armas aguardando uma intervenção militar que o Conde d'Artois, instalado em Turim, solicitava das cortes estrangeiras. Os patriotas, porém, estavam bem alertas. A colheita de 1790 foi excelente e contribuiu para afrouxar a tensão geral, sem, todavia, eliminar completamente as desordens nos mercados e os atentados à livre circulação dos cereais. Sobretudo, persistiam as revoltas agrárias. A *jacquerie* havia explodido, desde janeiro de 1790, no Quercy e no Périgord, em maio no Bourbonnais, ameaçando os interesses imediatos da aristocracia agrária. Em julho de 1790, vagos rumores sobre a invasão de tropas austríacas estacionadas na Bélgica desencadearam as *emoções* populares em Thiérache, na Champagne e na Lorena. Por toda parte, as massas populares estavam prontas a reagir.

O conflito social ganhara o exército, já desorganizado pela emigração. Os oficiais que não haviam emigrado, cada vez mais atingidos pelas reformas da Assembléia Constituinte, tomaram uma atitude hostil e se opuseram aos soldados patriotas, cujo civismo era entretido pela frequência aos clubes. A Assembléia provou ser incapaz de dar ao problema militar uma solução nacional; pressentia que defesa nacional e defesa revolucionária estavam indissoluvelmente ligadas. Mas como livrar o exército monárquico da influência da aristocracia sem nacionalizá-lo, na acepção real do termo? Nacionalizado, o exército sustentaria a revolução — mas os Constituintes, prisioneiros de suas contradições e seus preconceitos sociais, se atinham a meias medidas: aumento do soldo, reformas administrativas e disciplinares.

A solução nacional fora indicada, porém, desde 12 de dezembro de 1789, por Dubois-Crancé, debaixo da assuada da direita e sob o silêncio constrangido da esquerda:

“Faz-se mister uma conscrição verdadeiramente nacional que compreenda a segunda cabeça do império, o último cidadão ativo e todos os cidadãos passivos”,

isto é, toda a nação, salvo o rei. Dubois-Crancé propôs, desde o fim de 1789, o serviço militar universal e obrigatório, e a criação de um exército nacional. Ao curso do debate, o Duque de La Rochefoucauld-Liancourt declarou que preferia cem vezes viver no Marrocos ou em Constantinopla do que num Estado onde leis semelhantes estivessem em vigor. No amálgama de 1793, deviam-se reencontrar muitos traços do sistema nacional proposto por Dubois-Crancé em 1789. A Assembléia Constituinte não estava, então, preparada para seguir esse caminho. As advertências não lhe causavam mocha, mesmo a 10 de junho de 1791, quando Robespierre denunciou o perigo:

“No meio das ruínas de todas as aristocracias, que poder é esse que sozinho eleva ainda uma frente audaz e ameaçadora? Vós destruístes a nobreza, e a nobreza vive ainda à frente do exército.”

Nobre e oficial de carreira, La Fayette não podia hesitar. Como as amotinações se multiplicassem nas cidades de guarnição e nos portos de guerra, ele tomou o partido dos chefes contra a tropa. Quando a guarnição de Nancy se revoltou em agosto de 1790, após a recusa dos oficiais em darem aos soldados o controle das caixas dos regimentos, os Constituintes decretaram, a 16, que “a violação à mão armada, pelas tropas, dos decretos da Assembléia Nacional sancionados pelo rei, era um *crime de lesa-pátria* ao primeiro mandatário”.

O Marquês de Bouillé, que comandava a guarnição de Metz, reprimiu a revolta com sangue, fazendo executar uma vintena de instigadores e enviando às galeras uns quarenta suíços do regimento de Châteaueux. La Fayette apoiou seu primo Bouillé, encorajando, dessa forma, a contra-revolução. Sua popularidade ficou imediatamente arruinada. “Pode-se acaso duvidar ainda — escreveu Marat em *L'Ami du peuple*, a 12 de outubro de 1790 — que o grande general, o herói de

dois mundos, o imortal restaurador da liberdade, não seja o chefe dos contra-revolucionários, a alma de todas as conspirações contra a pátria?"

* *

Ao mesmo tempo, uma parte do clero se insurgia contra a Constituição Civil do Clero votada a 12 de julho de 1790; Luís XVI se preparava para pedir auxílio ao estrangeiro. Era o malogro da política fayettista de compromisso e de conciliação em torno do rei; a Revolução uma vez mais precipitava seu curso.

3

A BURGUESIA CONSTITUINTE E A RECONSTRUÇÃO DA FRANÇA (1789-1791)

EM meio a todas as dificuldades que marcaram o ano de 1790, a Assembléia Constituinte tentou obstinadamente a reconstrução da França. Homens esclarecidos, os Constituintes quiseram racionalizar a sociedade e as instituições, após haver dado um valor universal aos princípios sobre os quais se fundavam. Sendo, porém, representantes da burguesia, alvo de cometimentos da contra-revolução e da ascensão das forças populares, não temeram conduzir a obra no sentido dos interesses de sua classe, mesmo desprezando os princípios solenemente proclamados. Presos a uma realidade instável, eles souberam manobrar e, evitando a abstração, submeter-se ante as circunstâncias. Essa contradição explica sem dúvida a caducidade da obra política da Assembléia Constituinte, arruinada desde 1792, e a ressonância dos princípios proclamados, cujos ecos não são ainda ensurdecedores.

I

Os Princípios de 89

Solenemente proclamados, sempre invocados, por uns com entusiasmo, com ironia por outros, pela imensa maioria com

um profundo respeito, os *princípios* sobre os quais a burguesia constituinte construiu sua obra se acham fundados na razão universal. Encontraram sua expressão ressonante na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em que “a ignorância, a omissão ou o desprezo” constituem, segundo o preâmbulo, “as únicas causas dos infortúnios públicos ou da corrupção dos governos”. Doravante, as “reclamações dos cidadãos, fundadas nos princípios simples e incontestáveis”, possibilitarão “o respeito à Constituição e à felicidade de todos” — crença otimista no poder da razão, conforme o espírito do século das Luzes.

1. *A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.*

Adotada desde 26 de agosto de 1789, a Declaração dos Direitos do Homem constitui o *catecismo* da ordem nova. Sem dúvida, todo o pensamento dos Constituintes não se acha ali; não se trata expressamente da questão da liberdade econômica, que a burguesia considerava acima de tudo. Em seu preâmbulo, que recorda a teoria do direito natural, e em seus dezessete artigos redigidos sem planificação, a Declaração precisa o essencial dos direitos do homem e dos direitos da nação. Ela o faz com uma solicitude pelo universal que ultrapassa singularmente o caráter empírico das liberdades inglesas proclamadas no século XVII; quanto às declarações americanas da Guerra da Independência, reivindicavam o universalismo do direito natural, mas não sem certas restrições que limitavam singularmente o alcance do mesmo.

Os direitos do homem vinculavam-se anteriormente a toda sociedade e a todo Estado: são os direitos *naturais e imprescritíveis*, cuja conservação é a meta de toda *associação política* (artigo 2). “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos” (artigo primeiro da Declaração). Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão (artigo 2). O direito de resistir à opressão legitimava as revoltas passadas mais do que autorizava as insurreições futuras.

A *liberdade* é definida como o direito de “fazer tudo o que não seja nocivo a outrem”; ela só tem limites, portanto, na liberdade dos outros (artigo 4). A liberdade é primordialmente a liberdade da pessoa, a liberdade individual, garantia

contra as acusações e os arrestos arbitrários (artigo 7) e pela presunção de inocência (artigo 9). Donos de suas pessoas, os homens podem falar e escrever, imprimir e publicar, estando fixado que a manifestação das opiniões não pode confundir a ordem estabelecida pela lei (artigo 10), devendo-se responder ao abuso dessa liberdade nos casos determinados (artigo 11). Livres, os homens o são também para adquirir e possuir: a propriedade é um direito natural imprescritível, segundo o artigo 2, inviolável e sagrado, segundo o artigo 17; ninguém pode ser privado dela, a não ser em caso de necessidade pública legalmente constatada e sob a condição de uma justa e prévia indenização (artigo 17) — confirmação implícita do resgate das rendas senhoriais.

A igualdade é intimamente associada pela Declaração à liberdade, tendo sido reclamada asperamente pela burguesia contra a aristocracia, pelos camponeses em face a seus senhores. Trata-se aqui, porém, de igualdade civil. A lei é a mesma para todos; todos os cidadãos são iguais aos olhos da lei; dignidades, cargos e empregos públicos são igualmente acessíveis a todos, sem distinção de nascimento (artigo 6). As distinções sociais não são fundadas senão sobre a utilidade comum (artigo 1.^o), as virtudes e os talentos (artigo 6). O imposto, indispensável, deve ser igualmente repartido entre todos os cidadãos, na medida de suas faculdades (artigo 13).

Os direitos da nação são consagrados por um certo número de artigos. O Estado não constitui um fim em si mesmo; não possui outra meta senão a de conservar aos cidadãos o gozo de seus direitos; se falha, os cidadãos resistirão à opressão (artigo 2). A nação, isto é, o conjunto dos cidadãos, é soberana (artigo 3); a lei é a expressão da vontade geral; todos os cidadãos, seja pessoalmente, seja pelos seus representantes, têm o direito de concorrer à sua formação (artigo 6). Diversos princípios têm por finalidade garantir a soberania nacional. Em primeiro lugar, a separação dos poderes, sem a qual não há Constituição (artigo 16). Em seguida, o direito de controle dos cidadãos, por si mesmos ou pelos seus representantes, sobre as finanças públicas e sobre a administração (artigos 14 e 15).

Obra dos discípulos dos filósofos e dando a impressão de se dirigir a todos os povos, a Declaração não encerra menos a marca da burguesia. Redigida pelos Constituintes, liberais

e proprietários, ela abunda em *restrições, precauções e condições*, que lhe limitam singulamente o alcance. Mirabeau observou isso no número 31 de seu *Courrier de Provence*:

“Uma Declaração clara dos direitos do homem, aplicável a todas as idades, a todos os povos, a todas as latitudes morais e geográficas do globo, era sem dúvida uma grande e bela idéia; mas parece que, antes de pensar tão generosamente no código das outras nações, convencionou-se que as bases do nosso fossem, se não ajuizadas, pelo menos combinadas... A cada passo que a Assembléia dá na exposição dos direitos do homem, vemos os abusos que ela encerra e que o cidadão pode praticar; muitas vezes, a prudência os exagera. Daí as restrições multiplicadas, as precauções minuciosas, as condições laboriosamente aplicadas a todos os artigos — restrições, precauções, condições que substituem, quase por toda parte, os deveres aos direitos; entraves à liberdade que, ultrapassando, em mais de um caso, os detalhes mais penosos da legislação, apresentam o homem atado pelo estado civil, e não o homem livre por natureza.”

Espíritos utilitários, os Constituintes construíram, sobre uma formulação de alcance universal, uma obra de circunstância; legitimando as revoltas passadas contra a autoridade real, tencionavam premunir-se contra qualquer tentativa popular visando à ordem que eles instauraram. Daí, numerosas contradições da Declaração. O artigo 1.º proclama todos os homens iguais, mas subordina a igualdade à *utilidade social*; o artigo 6 só reconhece formalmente a igualdade diante do imposto e da lei; a desigualdade decorrente da riqueza permanece intangível. A propriedade é proclamada, no artigo 2, um direito natural e imprescritível do homem — mas a Assembléia não se preocupa com a imensa massa dos que nada possuem. A liberdade religiosa recebe singulares restrições no artigo 10; os cultos dissidentes só são tolerados à medida que “suas manifestações não infrinjam a ordem estabelecida pela lei”; a religião católica continua a ser a religião oficial do Estado, mantida unicamente por ele, os protestantes e os judeus devendo-se contentar com um culto particular. Todo cidadão pode falar e escrever, imprimir livremente, afirma o artigo 11 — mas há casos determinados em que a lei poderá reprimir “os abusos dessa liber-

dado". Os jornalistas patriotas se levantaram com vigor contra esse atentado à liberdade de imprensa. ←

"Passamos rapidamente da escravatura à liberdade — escreveu Lousstalot no número 8 das *Révolutions de Paris*. — Marchamos mais rapidamente ainda da liberdade para a servidão. O primeiro sinal dos que aspiram a nos escravizar será a restrição da liberdade de imprensa, ou até mesmo a sua extinção; e é desgraçadamente no seio da Assembléia Nacional que nasceu esse princípio adúltero: *que ninguém pode ser condenado pelas suas opiniões, desde que sua manifestação não infrinja a ordem estabelecida pela lei*. Esta condição é como uma correia, que se distende ou aperta à vontade. Em vão a opinião pública a rejeitou; ela não servirá menos ao intrigante que chegar a um alto posto e desejar ali se manter; não se poderá abrir os olhos dos concidadãos acerca do que eles têm sido, do que têm feito, do que desejam fazer, sem que se denuncie que a *ordem pública* está sendo violada..."

2. Os Princípios Transgredidos.

Quando se tornou necessário reformar a realidade social da França, os juristas e os lógicos da Assembléia Constituinte não se preocuparam quase nada com os princípios gerais nem com a razão universal. Realistas, obrigados a contentar uns para conter outros, eles se preocuparam pouco com as contradições que lhe marcaram a obra, persuadidos de que, servindo aos interesses de sua classe, salvaguardavam a Revolução.

Os direitos civis não foram acordados sem hesitação por parte de todos os franceses. Os protestantes só foram admitidos no direito de cidade * a 24 de dezembro de 1789, os judeus do Sul a 28 de janeiro de 1790, os do Leste apenas a 27 de dezembro de 1791. A escravatura, abolida na França a 28 de setembro de 1791, foi mantida nas colônias; sua abolição total prejudicaria os interesses dos grandes plantadores representados na Assembléia, em particular pelos Lameth. Mesmo os homens de cor, livres, viram contestados seus direitos polí-

(*) Aptidão para gozar dos privilégios comuns aos habitantes de uma cidade (N. do T.).

→ ticos: finalmente, a 24 de setembro de 1791, a Assembléia Constituinte decidiu que todos os homens de cor seriam privados dos direitos de cidadania. Aos trabalhadores, a Assembléia Constituinte interditou a associação e a greve: a lei Le Chapelier, votada a 14 de junho de 1791, após uma série de greves nas oficinas parisienses, estabeleceu a liberdade do trabalho e interditou aos operários o direito de se associarem para a defesa de seus interesses.

Os direitos políticos foram reservados a uma minoria. A Declaração proclama que todos os cidadãos têm o direito de concorrer ao estabelecimento da lei. Pois bem: pela lei de 22 de dezembro de 1789, a Constituinte só concedeu o direito de sufrágio aos proprietários. Os cidadãos foram divididos em três categorias:

Cidadãos passivos, que estavam excluídos do direito eleitoral, porquanto excluídos do direito de propriedade. Segundo Sieyes, que inventou essa nomenclatura, eles têm direito “à proteção de sua pessoa, de suas propriedades, de sua liberdade”, mas não “a tomar parte ativa na formação dos poderes públicos”. Cerca de três milhões de franceses foram privados, assim, do direito de voto.

Cidadãos ativos eram, segundo Sieyes, “os verdadeiros acionadores da grande empresa social”; pagavam pelo menos uma contribuição direta igual ao valor local de três jornadas de trabalho, ou seja, de uma libra e meia a três libras. Em número de mais de 4 milhões, eles se reuniam em *assembléias primárias*, para designar as municipalidades e os eleitores.

Os *eleitores*, à razão de um por cem cidadãos ativos, ou seja, 50 mil em toda a França, pagavam uma contribuição igual à do valor local de dez jornadas de trabalho, isto é, de 5 a 10 libras; reuniam-se em *assembléias eleitorais*, nas cidades sedes de comarca, para designar os deputados, os juizes, os membros das administrações departamentais.

Os deputados, enfim, que formavam a *Assembléia Legislativa*, deviam possuir uma propriedade imóvel qualquer e pagar uma contribuição de um *marco de prata* (cerca de 52 libras). A aristocracia de nascimento, esse sistema eleitoral censitário de dois graus fazia suceder a aristocracia do dinheiro. O povo era eliminado da vida política.

Embora o relator da Comissão de Constituição fizesse sentir que o estabelecimento de um censo eleitoral provocaria

uma emulação certa entre os *passivos*, que não teriam outro desejo senão o de enriquecer para se tornarem *ativos* e em seguida *eleitores* (trata-se já do “enriquecei”, de Guizot), a oposição democrática da Assembléia protestou em vão, o Abade Gregoire e Robespierre em particular.

“Todos os cidadãos, sejam quais forem, têm o direito de pretender aspirar a todos os graus de representação — declarou Robespierre à Assembléia, a 22 de outubro de 1789. — Nada disso está conforme vossa Declaração dos Direitos, perante a qual todo o privilégio, toda a distinção, toda a exceção devem desaparecer. A Constituição estabelece que a soberania reside no povo, em todos os indivíduos do povo. Cada indivíduo tem, portanto, direito de concorrer à lei, pela qual é obrigado, e à administração da coisa pública, que lhe pertence; caso contrário, não é verdadeiro o princípio de que todos os homens sejam iguais em direitos, que qualquer homem seja um cidadão.”

Os jornais democratas foram mais violentos. Loustalot, no número 17 das *Révolutions de Paris*, se levantou contra essa nova aristocracia do dinheiro, estigmatizou o absurdo de um decreto que excluía Jean-Jacques Rousseau da representação nacional. Marat, em *L'Ami du peuple*, de 18 de novembro de 1789, mostrou os efeitos funestos do regime eleitoral para as classes populares, que ele convocava à resistência:

“Assim, a representação, tornada proporcional à contribuição direta, colocará o império entre as mãos dos ricos; a sorte dos pobres, sempre submissos, sempre subjugados e sempre oprimidos, não poderá jamais melhorar pelos meios pacatos. Essa é, sem dúvida, uma prova flagrante da influência dos ricos sobre as leis. Afinal de contas, as leis só prevalecerão enquanto os povos quiserem a elas se submeter; se eles sacudirem o jugo da nobreza, quebrarão da mesma forma o jugo da opulência.”

Camille Desmoulins não foi menos veemente no número 3 das *Révolutions de France et de Brabant*:

“Há uma voz unânime na capital — e logo haverá outra na província — contra o decreto do marco de

prata. Ele vem de constituir a França num governo aristocrático — a maior vitória que os maus cidadãos obtiveram na Assembléia Nacional. Para que se sinta todo o absurdo desse decreto, basta dizer que Jean-Jacques Rousseau, Corneille, Mably, não seriam elegíveis... Mas que dizer também do termo *cidadão ativo*, em tamanha voga? Os cidadãos ativos são os que tomaram a Bastilha, são os que desbravam os campos, enquanto os indolentes do clero e da Corte, malgrado a imensidão de suas propriedades, não passam de plantas semelhantes à árvore do Evangelho, que não gera frutos e que é preciso lançar ao fogo.”

II

O Liberalismo Burguês

É a liberdade que a burguesia constituinte deve o máximo, à liberdade sob todas as suas formas. Na Declaração dos Direitos, a igualdade foi associada à liberdade — afirmação de princípio que legitimava o rebaixamento da aristocracia e a abolição dos privilégios, mas que não autorizava as esperanças populares. Trata-se aqui, ainda, de igualdade civil. Entende-se a liberdade, a princípio, como liberdades públicas e políticas, mas em sua restrição censitária. Ela se aplica também à atividade econômica liberada de toda a restrição. O indivíduo livre é livre também para criar e produzir, para buscar o lucro e usá-lo à sua vontade. A Constituição liberal de 1791 se fundamenta no *laissez faire, laissez passer*.

1. A Liberdade Política: a Constituição de 1791.

As instituições políticas novas não tiveram outro objetivo senão o de assegurar o reinado pacato da burguesia vitoriosa contra o retorno ofensivo da aristocracia e da monarquia, bem como contra toda tentativa de emancipação popular.

A reforma política fora empreendida desde julho de 1789. Uma comissão de trinta membros formara-se a 7 de julho para preparar a nova Constituição. A 26 de agosto, a Declaração dos Direitos fora votada; em outubro, um certo número de

artigos; o regime eleitoral, em dezembro. Durante o verão de 1790, emendas já se tornavam necessárias. Em agosto de 1791, iniciou-se a discussão do texto definitivo, votado, enfim, a 3 de setembro: é a Constituição de 1791. Liberal, estabelece, sobre as ruínas do Velho Regime e do absolutismo, a soberania nacional; burguesa, assegura a dominação das classes abastadas.

O poder executivo não podia senão revestir-se de uma forma monárquica: ninguém concebia, então, um grande Estado de outra forma. A 22 de setembro de 1789, retomando um debate instaurado quase um mês antes, a Assembléia votava que "o governo francês é monárquico". Mas, quando houve necessidade de definir os poderes do rei, ela os restringiu o mais possível, tomando cuidado para não desarmá-lo completamente em face das aspirações populares. O artigo votado a 22 de setembro, ao mesmo tempo que estabelecia o caráter monárquico do governo, afirmava:

"Não há, na França, autoridade superior à lei; o rei governa segundo os ditames da lei, e só em virtude da lei ele pode exigir obediência."

A vontade do rei não tem mais força de lei. No dia seguinte, 23 de setembro, a Assembléia voltou à carga a fim de subordinar ainda mais a autoridade real à nação, isto é, à burguesia; todos os poderes emanavam essencialmente da nação e só podiam emanar dela; o poder legislativo reside na Assembléia Nacional. Contudo, o poder monárquico deve ser bastante forte para prevenir a burguesia contra qualquer tentativa popular. Nesse sentido, a maioria da Assembléia já se pronunciara pelo *veto suspensivo* (11 de setembro de 1789), que permite ao rei impedir qualquer tentativa de legislação democrática; mas sendo suspensivo, ele deixa, no fim das contas, a Assembléia como árbitro da situação, para o caso de o rei querer operar um retorno ao absolutismo, ou, como lhe aconselhou Mirabeau, apoiar-se no povo para sacudir a tutela da Assembléia burguesa. Se, de outro lado, a Assembléia repelira, a 10 de setembro de 1789, o estabelecimento de uma Câmara Alta, é porque desejava livrar-se da nobreza, enfeudada à monarquia. O direito de dissolução foi recusado ao rei, a fim de torná-lo impotente em face da burguesia dirigente do corpo legislativo, cuja permanência se proclamou.

Após as jornadas de outubro, a Assembléia Nacional continuou a dismantelar a instituição monárquica tradicional. A 8 de outubro, um decreto mudou o título de *Rei da França e de Navarra* para o de *Rei dos Franceses*; a 10 de outubro, não ousando negar absolutamente o caráter divino da monarquia, a Constituinte estabeleceu que o rei se intitularia, doravante, *Luís, pela graça de Deus, e da lei constitucional do Estado, Rei dos Franceses*. Essa subordinação do rei à lei que emanava do corpo legislativo, este, representante da burguesia, afigurava-se ainda mais manifesta nos artigos votados a 9 de novembro de 1789, a respeito da apresentação e da sanção das leis e da forma de sua promulgação. A Assembléia Legislativa devia apresentar os decretos ao rei — ou em separado, à medida que estivessem concluídos, ou, em conjunto, ao fim de cada sessão. O consentimento real seria expresso em cada decreto pela fórmula: *O rei consente e o fará executar*; a recusa suspensiva, por esta: *O rei o examinará*. A fórmula de promulgação das leis assinalava, nitidamente, a primazia do legislativo sobre o executivo: “A Assembléia Nacional decretou, e nós queremos e ordenamos o que se segue...”

Reduzido à impotência no governo central, o rei o é também na administração local. A lei de 22 de dezembro de 1789, sobre a nova organização departamental, suprimiu todos os agentes do poder executivo nas novas circunscrições administrativas. Já não há intermediário entre as administrações de departamento e o poder executivo. Os intendentess e seus subdelegados cessaram de ter função tão logo os administradores de departamento entraram em atividade.

O *Rei dos Franceses* hereditário, mas subordinado à Constituição, à qual presta juramento, não passa de um funcionário apontado a 25 milhões de cidadãos. Conserva o direito de escolher seus ministros, mas fora da Assembléia nada pode fazer sem a assinatura desta. Essa obrigação lhe tira todo o poder de decisão próprio e o coloca sob a dependência de seu Conselho, este dependente da Assembléia: o rei é irresponsável. Nomeia altos funcionários, os embaixadores e os generais; dirige a diplomacia — mas não pode declarar guerra ou assinar tratados sem o consentimento prévio da Assembléia. A administração central consta de seis ministros (Interior, Justiça, Guerra, Marinha, Relações Exteriores, Contribuições Públicas); os antigos conselhos desapareceram. Os ministros podem ser denunciados pela Assembléia, a quem prestam contas

de qualquer tipo de encargo. Em contradição com a teoria da separação dos poderes, o rei reserva-se, para seu direito de veto suspensivo, uma parte do poder legislativo, ainda que esse direito não se aplique às leis constitucionais, nem às leis financeiras.

O poder legislativo pertence a uma assembléia única, eleita por dois anos, mediante sufrágio censitário dos dois primeiros graus de representação; é a *Assembléia Nacional Legislativa*, formada de 745 deputados. Permanente, inviolável e indissolúvel, a Assembléia domina a realza, possuindo a iniciativa das leis. Tem direito de fiscalização sobre os ministros, que podem ser acusados perante uma Alta Corte Nacional, por delito "contra a segurança nacional e a Constituição". Controla a política estrangeira, pela sua Comissão Diplomática; vota o contingente militar. Também é soberana em matéria financeira, o rei não podendo dispor dos fundos nem sequer propor o orçamento. Reunindo-se de pleno direito, sem convocação real, na primeira segunda-feira do mes de maio, e fixando ela própria o local de suas sessões e a duração das mesmas, a Assembléia é independente do rei, que não pode dissolvê-la. Pode mesmo cassar o veto real através de uma proclamação dirigida diretamente ao povo.

Sob uma aparência monárquica, a realidade do poder estava nas mãos da burguesia censitária, dos notáveis do dinheiro. Eles dominavam também a vida econômica.

2. A Liberdade Econômica: "*laissez faire, laissez passer*".

Não se encontra menção alguma da economia na Declaração dos Direitos de 26 de agosto de 1789, sem dúvida porque a liberdade econômica parecia desenvolver-se bem aos olhos da burguesia, mas também, na verdade, porque as classes populares continuavam profundamente vinculadas ao sistema antigo de regulamentação e taxaço que, em certa medida, lhes garantia as condições de existência. A dualidade contraditória das estruturas econômicas do velho regime opunha, à loja e ao artesanato tradicionais, a empresa industrial de tipo novo. Se a burguesia capitalista reivindicava a liberdade econômica, as classes populares manifestavam uma mentalidade anticapitalista. A crise econômica resultante da desastrosa colheita

de 1788, coroando a fase do *declínio* que se iniciara há dez anos, constituiu um elemento de dissociação do Terceiro Estado, desfavorável à formação de uma consciência nacional unitária. A liberdade do comércio e da exportação de cereais, decretada em 1787 por Brienne, e que Necker suprimiu por um momento, se comandava o progresso da produção parecia beneficiar essencialmente os proprietários, a burguesia: para o povo, só despesas. O povo denunciara o senhor e o beneficiário do décimo, acusados de monopolistas; cedo tornou-se presa dos mercadores de trigo, dos moleiros, depois dos padeiros. A solidariedade do Terceiro Estado foi ameaçada. A questão das subsistências, com suas ressonâncias profundas (liberdade ou controle da economia? liberdade de lucro ou direito à existência?), não deixou de influenciar a idéia que as diversas categorias sociais faziam da nação, durante a Revolução. No ano II, a *sans-culotterie* parisiense reclamou o direito à existência, cujo reconhecimento e aplicação lhe permitisse integrar-se em parte igual na nação. Hébert, porém, quando do levante popular que eclodiu nas jornadas de 4 e 5 de setembro de 1793, escreveu em seu *Père Duchesne*: "A pátria que se dane; os negociantes pouco se incomodam com isso." Mas o liberalismo econômico correspondia aos interesses da burguesia capitalista.

A liberdade da propriedade decorria da abolição do feudalismo, desde a noite de 4 de agosto: as terras, bem como as pessoas, estavam livres de qualquer sujeição. Mas os decretos de 5 e 11 de agosto de 1789, que deram forma às decisões do princípio da noite do dia 4, se aboliram o dízimo, se suprimiram o caráter nobiliário das terras e a hierarquia dos feudos, mediante uma legislação particular e notadamente o direito de primogenitura, introduziram, por outro lado, uma distinção entre os direitos "referentes à mão-morta real ou pessoal e à servidão pessoal", que foram abolidos sem indenização, e "todos os outros", declarados resgatáveis. A distinção foi retomada por Merlin de Douai, na lei de aplicação de 15 de março de 1790 sobre o resgate dos direitos feudais.

Direitos de *feudalismo dominante*: os que se presume tivessem sido usurpados em detrimento do poder público ou concedidos por este, ou ainda, estabelecidos pela violência. Todos são abolidos sem indenização: direitos honoríficos e direitos de justiça, direitos de mão morta e servidão, taxas, prestações

e corvéias pessoais, *banalitês* *, pedágios e direitos de mercados, direitos de caça e de pesca, de pombais e de coelheiras. Também foram abolidas as *triagens* operadas depois de trinta anos nos bens comunais, em benefício dos senhores.

Direitos de *feudalismo contratante*: os que se supõe derivados de um contrato passado entre o senhor proprietário e os camponeses rendeiros, e constituindo, por conseguinte, a contrapartida de uma concessão primitiva de fundos. São declarados resgatáveis: direitos anuais, censo, *champart* e rendas, direitos casuais de transmissão. O juro do resgate foi fixado a 3 de maio de 1790 em vinte vezes o valor anual para os direitos pagos em dinheiro, em vinte e cinco vezes para os direitos pagos em bens naturais, em proporção do seu peso para os direitos casuais. O resgate era estritamente individual. O camponês devia ainda passar recibo dos atrasados negligenciados depois de trinta anos. O senhor estava dispensado de apresentar seus títulos se fizesse prova de uma possessão trintenária contínua. Descobriu-se logo que os pequenos camponeses não se podiam libertar através de um resgate sobremodo oneroso, ainda mais quando sistema algum de crédito era previsto para facilitar a operação. Os únicos que obteriam a liberação de suas terras seriam os camponeses abastados e os proprietários não-exploradores, estes últimos, porém, tentados a fazer recair a carga do resgate sobre seus rendeiros e meeiros. Pelo decreto de 11 de março de 1791, a supressão do dízimo resultou em benefício do proprietário: o rendeiro lhe devia o dízimo em dinheiro, o meeiro em proporção de sua parte nas colheitas. A supressão do feudalismo assim concebida beneficiava a burguesia e a massa rural proprietária, mas não podia satisfazer a massa camponesa. O descontentamento degenerou em agitação, algumas vezes em *jacqueries*. A abolição definitiva do feudalismo foi obra da Convenção, após a queda da Gironda.

Uma nova concepção de propriedade afirmou-se com a abolição do feudalismo, logo inscrita entre os direitos naturais e imprescritíveis do homem: propriedade na acepção burguesa da palavra. Livre, individual, total, permitindo seu uso e abuso, como o quisera o Direito Romano, a propriedade tem como

(*) Uso público e obrigatório de um objeto pertencente ao senhor (N. do T.).

propriedade burguesa

limite a propriedade alheia, e, numa certa medida, o interesse público — concepção burguesa que vai de encontro não apenas à concepção feudal de uma propriedade gravada de direitos em benefício do senhor, mas ainda da concepção comunitária de uma propriedade coletiva dos bens comunais e de uma propriedade privada gravada de servidões em benefício da comunidade aldeã. A Assembléia Constituinte, favorável a uma partilha dos bens comunais que favoreciam os camponeses já proprietários, mostrou-se prudente nesse domínio: as coisas continuaram como estavam.

A liberdade de cultura, que o direito de propriedade reconhecido em sua plenitude consagrava definitivamente, se era obtida pelo triunfo do *individualismo agrário*, uma longa evolução social e jurídica tendia a deslocar o velho sistema agrário comunitário: o proprietário podia cultivar suas terras livres do constrangimento do solo, *cercá-las* à sua maneira, suprimir o alqueive. Mas se o relator das Comissões, Heurtault de Lamerville, reclamou a *liberdade dos campos* resultante da supressão da pastagem livre contrária ao “direito natural e constitucional de propriedade”, a Assembléia Constituinte recusou-se a essa medida radical. Sem dúvida os pastos artificiais foram excetuados disso. Entretanto, o Código Rural, finalmente votado a 27 de setembro de 1791, absteve-se de tirar tôdas as conseqüências dos princípios adotados: a cerca foi permitida, mas a pastagem livre e o direito de percurso mantidos, caso estivessem fundados sobre um título ou sobre o costume. A pequena massa camponesa desprovida ou insuficientemente provida de terras devia por muito tempo ainda defender seus direitos coletivos, dos quais nem mesmo Napoleão ousou despojá-la por força de autoridade. Assim sobreviveu durante uma boa parte do século XIX, ao lado de um novo direito individualista e da agricultura nova, a velha economia agrária e a comunidade rural tradicional.

A liberdade de produção, já estabelecida no domínio da agricultura pela liberdade de cultivo, generalizou-se com a supressão das corporações e dos monopólios. Não sem hesitação da parte da burguesia constituinte, tanto a instituição se revestia de realidades diversas e de interesses contraditórios. A abolição teórica dos privilégios corporativos foi decretada na noite de 4 de agosto: “todos os privilégios particulares das

províncias, principados, cidades, corpos e comunidades estão abolidos sem retorno e integrados no direito comum de todos os franceses". As corporações pareciam condenadas. Assim o entendeu Camille Desmoulins:

"Aquela noite suprimiu a mestria e os privilégios exclusivos... Terá uma loja quem puder tê-la. O mestre alfaiate, o mestre sapateiro, o mestre cabeleireiro choram, mas os jovens se rejubilam, e haverá iluminação nas mansardas."

Júbilo apressado. No decreto definitivo de 11 de agosto de 1789, só foram suprimidos os "privilégios particulares das províncias, principados, cantões, cidades e comunidades de habitantes": as corporações subsistiam. Era necessário esperar mais um ano e meio. Quando da discussão sobre a patente, o relator da Comissão das Contribuições Públicas, o precursor d'Allarde, ligou todos os problemas: a corporação, como o monopólio, é um fator de vida cara, é um privilégio exclusivo que deve, portanto, ser abolido. A lei de 2 de março de 1791, dita lei d'Allarde, suprimiu as corporações, jurandes * e mestrias, bem como as manufaturas à base do privilégio. As forças capitalistas de produção estavam, dessa forma, libertas, e proclamado o livre acesso de todos ao patronato. A liberdade de produção foi ainda reforçada pela supressão das câmaras de comércio, órgãos dos grandes negócios, pela supressão da regulamentação industrial, da marca e dos controles, da inspiração das manufaturas, enfim. A lei da oferta e da procura devia reger unicamente a produção, os preços e os salários.

A liberdade de trabalho, num tal sistema, está indissoluvelmente ligada à liberdade de empresa: o mercado de trabalho deve ser livre como o da produção; as coalizões de operários não são mais toleradas que as corporações de senhores; o liberalismo econômico só conhecia o indivíduo. A primavera de 1791 viu nascer coalizões operários que alarmaram a burguesia constituinte, em particular a dos carpinteiros, que tentaram obter da municipalidade parisiense uma tarifa imposta aos patrões. Nesse clima de reivindicações proletárias foi

(*) Função dos que estavam encarregados de zelar pelos interesses das corporações (N. do T.)

votada a loi Le Chapelier, de 14 de junho de 1791, que proibia aos cidadãos de uma mesma profissão, operários ou patrões, nomear presidentes, secretários ou síndicos, e “tomar decisões ou deliberações sobre seus pretendidos interesses comuns” — e, logo, a coalizão e a greve — interdição que ia de encontro ao direito de associação e de reunião. A liberdade de trabalho levava vantagem sobre a liberdade de associação. As sociedades operárias estavam condenadas, bem assim as sociedades obreiras de ajuda mútua. A 20 de julho de 1791, tais estipulações foram estendidas aos campos: qualquer ação acordada com vista aos preços e aos salários estava proibida aos proprietários e rendeiros, bem como aos domésticos e trabalhadores agrícolas. Isso equivalia a pôr os operários à discrição dos patrões, teoricamente seus iguais. A interdição da coalizão e da greve operárias, que persistiu até 1864 para o direito de greve e até 1884 para o direito sindical, constituiu uma das peças mestras do capitalismo da livre concorrência: o liberalismo, fundamentado na abstração de um individualismo social igualitário, beneficiava os mais fortes.

A liberdade de comércio, por fim. Desde 29 de agosto de 1789, o comércio de cereais recuperara a liberdade de que o dotara Brienne, salvo, no entanto, a liberdade de exportação; a 18 de setembro, os preços dos cereais foram liberados. A livre circulação interna, que se revestia de uma significação ao mesmo tempo econômica e fiscal, estabeleceu-se pouco a pouco pela supressão da gabela (21 de março de 1790), dos transportes e alfândegas interiores (31 de outubro de 1790), das barreiras urbanas, dos *aides*, enfim (2 de março de 1791). Desaparecia, assim, a quase totalidade dos impostos de consumo, já condenados pelos fisiocratas e pelos fisósofos; mas esse aumento do poder aquisitivo popular foi logo compensado pela alta dos preços. O mercado interno achou-se unificado pelo desaparecimento das alfândegas interiores, dos controles que exigiam a gabela e os *aides*, dos pedágios declarados resgatáveis, pelo recolhimento, enfim, das barreiras, que incorporou as províncias *efetivamente estrangeiras*, a Alsácia e a Lorena, fazendo coincidir a linha aduaneira e a fronteira política. A liberdade para as atividades financeiras e bancárias completou a liberdade comercial: o mercado de valores foi liberado, assim como o dos comerciantes, favorecendo o impulso do capitalismo financeiro.

O comércio exterior foi liberado pela abolição do privilégio das companhias comerciais. A Companhia das Índias Orientais fora reconstituída em 1785, com o monopólio do comércio além do cabo da Boa Esperança. Para satisfação dos representantes dos portos e do grande comércio de exportação, que haviam lançado o ataque, a Assembléia Constituinte suprimiu o monopólio da Companhia, a 3 de abril de 1790: "O comércio com a Índia, além do cabo da Boa Esperança, é livre para todos os franceses". O comércio do Senegal foi liberado a 18 de janeiro de 1791. Marselha perdeu seu privilégio para o comércio do Levante e da Barbária, a 22 de julho de 1791. Mas o liberalismo comercial da burguesia constituinte se compôs ante os perigos da concorrência estrangeira — prova, ainda, do realismo dos homens de 89. A proteção aduaneira envolveu a produção nacional: proteção moderada, pois a Assembléia não admitia em sua tarifa de 2 de março de 1791 senão um pequeno número de proibições, fosse à entrada, para certos produtos têxteis, por exemplo, fosse à saída, para quaisquer matérias-primas e sobretudo para os cereais. Mais ainda, para o comércio colonial a Assembléia manteve o sistema mercantilista de *exclusividade*: as colônias não podiam comerciar a não ser com a metrópole (tarifa de 18 de março de 1791). Tão poderoso era o grupo de pressão dos interesses coloniais que já obtivera a manutenção da escravatura e a recusa dos direitos políticos aos homens de cor, livres.

Assim fora ab-rogada a ordem econômica tradicional. Sem dúvida, a burguesia era dona, desde antes de 1789, da produção e das trocas. Mas o *laissez faire, laissez passer* livrou-lhes as atividades comerciais e industriais dos entraves do privilégio e do monopólio. A produção capitalista nascera e começara a se desenvolver no quadro do regime ainda feudal da propriedade: o quadro estava agora partido. A burguesia constituinte acelerava a evolução mediante a liberação da economia.

III

A Racionalização das Instituições

A Assembléia Constituinte se esforçou para substituir o caos institucional do Velho Regime por uma organização coe-

rente e racional, fundada em circunscrições iguais e hierarquizadas, cada uma servindo de quadro único a todas as administrações. O princípio da soberania nacional, em sua restrição censitária, aplicou-se por toda parte: os administradores eram eleitos. Obteve-se, assim, uma vasta descentralização, que respondia aos desejos profundos do país. Mas as autonomias locais não contribuíram, com suas nuances, senão em benefício da burguesia.

1. *A Descentralização Administrativa.*

A divisão territorial nova foi adotada pela lei de 22 de dezembro de 1789, relativa às assembleias primárias e às assembleias administrativas. Ao encabrestamento das velhas circunscrições sucedeu-se um sistema único: o departamento subdividido em distritos, o distrito em cantões, o cantão em comunas. A 3 de novembro de 1789, Thouret propusera um plano de divisão geométrica: a França seria dividida em departamentos de 320 léguas quadradas cada um, e cada departamento em nove comunas de 36 léguas quadradas... Mirabeau se levantou contra o retalhamento, exigindo que se tivessem em melhor conta as tradições e a história:

“Defendo uma divisão material e de fato, própria às localidades, às circunstâncias, e não uma divisão matemática, quase ideal, mas cuja execução me parece impraticável. Defendo uma divisão com o objetivo não apenas de estabelecer uma representação proporcional, mas de aproximar a administração dos homens e das coisas, admitindo nela um grande concurso de cidadãos. Enfim, reivindico uma divisão que não se afigure, de qualquer modo, grande novidade; que, se ousar dizer, admita os preconceitos e até mesmo os erros; que seja igualmente desejada por todas as províncias, e fundamentada nos relatórios já conhecidos.”

O decreto de 15 de janeiro de 1790 fixou o número de departamentos em 83, seus limites determinados segundo os princípios enunciados por Mirabeau. Longe de constituir um retalhamento abstrato, a divisão em departamentos correspondia aos imperativos da história e da geografia. Sem quebrar os quadros tradicionais da vida provincial, a divisão dotava o país de unidades administrativas claramente definidas.

A administração municipal foi organizada pela lei de 14 de dezembro de 1789. Os cidadãos ativos de cada comunidade elegiam por dois anos o Conselho-Geral da comuna, formado de notáveis e do Corpo Municipal. Este compreendia os oficiais municipais, o prefeito e o procurador da comuna, que, possuindo substitutos nas cidades importantes, tinha o encargo de defender os interesses da comunidade. As municipalidades possuíam poderes extensos: o assentamento e a percepção do imposto, a manutenção da ordem, com o direito de requerer a guarda nacional e de proclamar a lei marcial; enfim, a jurisdição de simples polícia. Eleitas por sufrágio direto, as municipalidades foram mais democráticas que as administrações departamentais eleitas pelo sufrágio de dois graus. A intensidade da vida municipal foi uma das características da França revolucionária.

A administração departamental foi objeto da lei de 22 de dezembro de 1789. Um Conselho de 36 membros, eleito por dois anos pela assembleia eleitoral do departamento, formava o órgão deliberante do mesmo. Contava em seu seio uma Diretoria de oito membros que constituía o agente de execução do conselho. Ao pé de cada Diretoria, um procurador-geral síndico requeria a aplicação das leis: em comunicação direta com os ministros, ele representava o interesse geral, sendo, de fato, o secretário dos serviços administrativos. A Diretoria controlava toda a administração do departamento; herdara os antigos poderes dos intendentés. O departamento em que a autoridade central não estava representada por nenhum agente direto constituía, portanto, uma como pequena república nas mãos da alta burguesia. Os distritos receberam uma administração calcada na administração departamental (Conselho de 12 membros, Diretoria de 4 membros, procurador síndico de distrito). Eram especialmente encarregados da venda dos bens nacionais e da repartição dos impostos entre as comunas. Os cantões não possuíam qualquer administração própria.

A descentralização censitária sucedia, assim, à centralização monárquica. O poder central não tinha direito algum sobre as autoridades locais em mãos da burguesia; o rei possuía o direito de suspendê-las, a Assembleia podia restabelecê-las. Nem o rei nem a Assembleia tinham meios para constranger os cidadãos ao pagamento do imposto ou ao respeito às leis. Agravando-se a crise política, a descentralização administrativa

gerou sérios perigos para a unidade da nação. Por toda parte os poderes pertenciam a organismos eleitos: se caíssem nas mãos dos adversários da ordem nova, a Revolução estaria comprometida. Para defender a Revolução tornou-se preciso retornar, dois anos mais tarde, à centralização.]

2. A Reforma Judiciária.

A reforma da administração judiciária foi efetuada dentro do mesmo espírito da reforma administrativa. As inumeráveis jurisdições especializadas do velho regime foram abolidas; em seu lugar, uma hierarquia nova de tribunais emanados da soberania nacional e semelhantes entre si. A nova organização judiciária tendia a salvaguardar a liberdade individual — daí, o conjunto de garantias em benefício do acusado: comparecimento em 24 horas após a prisão, julgamentos públicos, assistência obrigatória de um advogado. A aplicação do princípio da soberania nacional resultou na eleição dos juizes e na instituição do júri. A venalidade desapareceu, os juizes sendo eleitos entre os graduados em Direito e exercendo seus poderes em nome da nação. Os cidadãos foram convocados a tratar das questões de fato, deixando aos juizes o pronunciamento sobre as questões de Direito; o júri só foi organizado, porém, em matéria criminal.

Em matéria civil, a Assembléia Constituinte, pela lei de 16 de agosto de 1790, retomando um termo inglês, instituiu um *juiz de paz*, em cada cantão. Eleito por dois anos pelas assembleias primárias, entre os cidadãos ativos, o juiz de paz se pronuncia, em última instância, nos assuntos contenciosos até 50 libras, e em primeira instância até 100 libras. Tinha também o dever de jurisdição graciosa (presidência dos conselhos de família...). A lei cedia ainda grande espaço à arbitragem, obrigatória em particular para todos os assuntos de família. Se foi difícil, muitas vezes, organizar essas justiças de paz (os assessores não-pagos revelaram-se pouco assíduos), nem por isso elas deixaram de ter menor sucesso, provando serem uma das mais sólidas criações da Assembléia Constituinte. O *tribunal de distrito*, acima das justiças de paz, era formado por cinco juizes eleitos por seis anos, pela assembleia eleitoral do distrito, e do ministério público, nomeado pelo rei. Tomava conhecimento, em apelação, das sentenças dos juizes de paz, e

tinha competência em última instância quanto aos processos até 100 libras; além dessa soma, seu julgamento podia dar margem a apelação. Não havia, porém, tribunal especial de apelação: os tribunais de distrito faziam, uns, o papel de tribunais de apelo em relação a outros.

Em matéria criminal, três graus jurisdicionais foram instituídos pelas leis de 20 de janeiro, 19 de julho e 16 de setembro de 1791. Em cada comuna, as infrações municipais eram julgadas por um tribunal de simples polícia, composto de oficiais municipais. No cantão, um tribunal de polícia correcional, composto do juiz de paz e de dois homens probos, conhecia dos delitos. Por fim, na sede do departamento reunia-se o *tribunal criminal*, que, formado de um presidente e de três juizes eleitos pela Assembléia eleitoral departamental, compreendia além disso um *acusador público*, encarregado de dirigir as demandas, e um *comissário do rei*, para requerer a aplicação da pena. Um *júri de acusação* (oito jurados escolhidos por sorteio numa lista preestabelecida) decidia se cabia a demanda; um *júri de julgamento* (doze jurados escolhidos por sorteio numa lista estabelecida, anteriormente, para o primeiro júri) pronunciava-se sobre o fato imputado ao réu; os jurados eram cidadãos ativos, quase sempre abastados. O julgamento não admitia apelação. A 25 de setembro de 1791, a Assembléia Constituinte adotou um Código Penal, suprimindo todos os *delitos imaginários* (heresia, lesa-majestade...) e estabelecendo três espécies de infrações (delitos municipais, delitos correcionais, delitos e crimes comportando pena aflictiva e infamante). As penas previstas, "estrita e evidentemente necessárias", eram pessoais e iguais para todos.

No cume da hierarquia judiciária, dois tribunais nacionais. O *tribunal de cassação*, organizado pela lei de 27 de novembro de 1790, eleito à razão de um juiz por departamento, podia anular os julgamentos dos diversos tribunais, mas só conhecia dos vícios de forma da processualística, e das contravenções à lei; os julgamentos cassados eram debatidos ante um tribunal da mesma instância. A *Alta Corte Nacional*, instituída a 10 de maio de 1791, era competente para os delitos dos ministros e dos altos funcionários, bem como para os crimes contra a segurança do Estado.

Essa organização judiciária, coerente e racional, mantinha-se independente do rei; a justiça se fazia sempre em seu

nome, mas se tornara coisa da nação. Na realidade, porém, o poder judiciário, como o poder político e o poder administrativo, estava nas mãos da burguesia censitária.

3. *A Nação e a Igreja.*

A reforma do clero decorreu necessariamente da reforma do Estado e da administração, pois no Velho Regime, as propriedades do Estado e da Igreja se confundiam. Provocou, essa reforma, um conflito religioso eminentemente favorável à contra-revolução. Os Constituintes, crentes sinceros em sua maioria, não desejavam o conflito; o catolicismo conservava o privilégio do culto público; sozinho, era mantido pela nação. Entretanto, penetrados do espírito de galicanismo, os Constituintes julgaram-se aptos a reformar a Igreja.

O clero foi atingido, a princípio, em seus recursos e seu patrimônio. O dízimo fora suprimido desde a noite de 4 de agosto. A 2 de novembro de 1789, e a fim de resolver a crise financeira, os bens eclesiásticos foram postos à disposição da nação, que se comprometeu a manter os ministros eclesiásticos, encarregar-se dos gastos do culto e da assistência aos pobres; os curas deviam receber 1.200 libras por ano, ao invés das 750 da porção mínima que percebiam sob o Velho Regime. Os bens da Igreja, assim confiscados, constituíram os bens nacionais de primeira origem. Essa supressão do patrimônio da Igreja provocou necessariamente o surgimento da questão da organização tradicional do clero.

O clero secular foi suprimido a 13 de fevereiro de 1790. Estava em decadência, mal visto pela opinião pública. Seus bens eram consideráveis. O recrutamento foi estabelecido pela interdição de pronunciar votos.

O clero secular reorganizou-se pela *Constituição Civil do Clero*, votada a 12 de julho de 1790 e promulgada a 24 de agosto. As circunscrições administrativas tornaram-se o quadro da nova organização eclesiástica: um bispo por departamento. Os bispos e curas eram eleitos, a exemplo dos demais funcionários: os bispos, pela assembléia eleitoral do departamento; os curas, pela assembléia distrital. Os novos eleitos seriam instituídos pelos seus superiores eclesiásticos: os bispos, pelos seus superiores metropolitanos, e não mais pelo Papa. Os capítulos, considerados corpos privilegiados, foram abolidos

e substituídos por conselhos episcopais que tinham participação na administração da diocese. A Igreja da França tornava-se assim uma Igreja nacional: o mesmo espírito devia animar a Igreja e o Estado. Em virtude do decreto de 23 de fevereiro de 1790, os curas liam os sermões e comentavam decretos da Assembléia.

Os liames entre a Igreja da França e o papado foram relaxados, as cartas pontificais submetidas à censura do governo, as anatas suprimidas. Se o Papa conservava a primazia sobre a Igreja da França, toda jurisdição lhe era arrebatada. A Constituinte deixara ao Papa o cuidado de "batizar a Constituição Civil", segundo a expressão do Arcebispo de Aix, Boisgelin. As dificuldades começaram, realmente, quando houve necessidade de dar-se à Constituição Civil a consagração canônica. A consagração deveria ser feita pelo Papa ou por um concílio nacional? Recendo a ação dos bispos contra-revolucionários, a Constituinte afastou a idéia de um concílio, submetendo-se, assim, à mercê do Papa. A 1.º de agosto, o cardeal de Bernis, embaixador em Roma, recebeu a ordem de obter a consagração do Papa Pio VI. Ora, o cardeal de Bernis era hostil à Constituição Civil. Sua conduta foi mais do que equívoca: em correspondência com os bispos aristocratas, transmitiu ao Papa suas cartas inflamadas; finalmente, felicitou o Papa pela resistência e se alegrou com o fracasso da missão.

O Papa já condenara como ímpia a Declaração dos Direitos do Homem, cujos prejuízos eram numerosos. As anatas haviam sido suprimidas. Avignon repudiava a soberania pontifícia, reclamando sua anexação à França. Pio VI tinha a considerar no caso seu poder temporal tanto quanto sua autoridade espiritual. Queria, de início, saber a que agarrar-se, nas intenções do governo francês relativamente à questão temporal e sobretudo à questão de Avignon, antes de entrar a fundo na questão espiritual. Não pensava, mediante uma rápida tomada de posição, em sacrificar seus interesses temporais aos interesses espirituais. Por conseguinte, arrastou sua decisão por longo tempo e se entregou a um verdadeiro regateio, malgrado a moderação da Assembléia que, a 24 de agosto de 1790, recusou-se a tomar partido na questão de Avignon e remeteu ao rei a petição dos habitantes daquela região. Como o cálculo do Papa não comprometia unicamente seus interesses, ele introduziu a questão nas consciências, e a França no cisma e na guerra civil.

Contudo, o episcopado, dirigido pelo arcebispo de Aix, Boisgelin, intervinha, na maioria das vezes em termos de pressão, para obter do rei e do Papa a aplicação regular da Constituição Civil. Se a ruptura produziu-se, foi contra a vontade e a expectativa dos bispos. A 30 de outubro de 1790, os bispos com assento na Assembléia publicaram uma *Exposição dos Princípios Sobre a Constituição Civil do Clero*; não a condenavam, mas pediam que sua entrada em vigor fosse subordinada à aprovação pontifícia. A Constituição Civil que devolvia à Igreja da França sua autonomia não era forçosamente cismática a respeito do Direito Canônico em vigor. Em 1790, a infalibilidade pontifícia não era ainda reconhecida em matéria de dogma. Os bispos franceses pretendiam obter do Papa os meios canônicos sem os quais não acreditavam, em consciência, poder executar a reforma das circunscrições eclesiásticas e dos conselhos episcopais. O Papa foi levado à resistência por motivos múltiplos, cujos determinantes não parecem ter sido todos de ordem religiosa; as potências católicas, a Espanha em particular, encorajaram a oposição. Até o último momento, porém, Boisgelin esperava que o Papa recusaria envolver a França no cisma, pensando fosse do seu dever revestir a Constituição Civil de formas canônicas.

Cansada de esperar, a Constituinte, a 27 de novembro de 1790, exigiu de todos os padres o juramento de fidelidade à Constituição do reino, portanto, à Constituição Civil, que à primeira se incorporava. Apenas sete bispos prestaram juramento. Os curas se dividiram em dois grupos quase iguais, mas desigualmente repartidos segundo as regiões. Os *juramentados ou constitucionais* formavam a maioria no Sudoeste, os *refratários* no Oeste.

A condenação, pelo Papa, da Constituição Civil, consagrou esse estado de fato. Através de suas cartas pontifícias de 11 de março e de 13 de abril de 1791, ele verberou solenemente os princípios da Revolução e da Constituição Civil: o cisma estava consumado. O país foi, desde então, dividido em dois. A oposição refratária reforçou a agitação contra-revolucionária, o conflito religioso degenerou em conflito político.

Pergunta-se por que os Constituintes não puderam agir antes. Na realidade, a separação da Igreja e do Estado era impossível por motivos morais bem como materiais; só podia originar-se do fracasso da Constituição Civil. Ninguém recla-

mava então a separação, sequer ela era concebida. Os filósofos tencionavam unir a Igreja ao Estado e fazer que os ministros eclesiásticos contribuíssem para o progresso social. Os Constituintes, se não eram crentes praticantes, eram, contudo, fiéis respeitosos. Quanto ao povo, católico por tradição, não teria aceito a ruptura, pensando no compromisso de sua salvação; portanto, a separação foi interpretada como uma declaração de guerra à religião — arma temível nas mãos dos contra-revolucionários. As impossibilidades materiais à separação não eram menos fortes. Os bens do clero haviam sido confiscados; era necessário, portanto, sustentar os padres, estabelecer um orçamento para o culto. Essas mesmas dificuldades financeiras provocaram a reorganização da Igreja da França. Foi também por medida de economia que quase a metade dos velhos bispos foi suprimida e fechada a maioria dos conventos. A reforma religiosa ligava-se estreitamente, dessa forma, à reestruturação administrativa e à questão financeira.

4. A Reforma Fiscal.

Os princípios gerais da reforma das instituições pela burguesia constituinte presidiram ainda à reforma fiscal, uma das reivindicações essenciais dos *cahiers* de queixas. Igualdade de todos perante o tributo tornado *contribuição*, racionalização da repartição idêntica para todo o país, proporcional aos recursos, pessoal e anual; o sistema fiscal da Assembléia Constituinte trouxe um incontestável alívio à massa dos contribuintes. Os impostos indiretos estavam suprimidos, à exceção dos direitos de registro, necessários para o estabelecimento das contribuições prediais e mobiliárias, bem como os de selo e os alfandegários.

O novo sistema de contribuição compreendia três grandes impostos diretos. A *contribuição territorial*, instituída a 23 de novembro de 1790, incidia no produto da terra; era, segundo o princípio dos fisiocratas, o imposto principal. Mas o lançamento da contribuição territorial exigia o estabelecimento de um cadastro nacional, que só permitia uma verdadeira igualdade fiscal, isto é, uma repartição igual dos ônus, entre os departamentos, as comunas e os contribuintes. A Assembléia se contentou em fixar a cifra exigida de cada departamento, a partir do montante dos velhos impostos, as matrizes comunais sendo levantadas após as declarações dos contribuintes. A

contribuição mobiliária, estabelecida a 13 de janeiro de 1791, incidia sobre o lucro atestado pelo aluguel ou o valor locativo da habitação; a lei previa reduções para as famílias e uma sobretaxa para os celibatários. A *patente*, instituída a 2 de março de 1791, recaía sobre os lucros do comércio e da indústria. A repartição dessas diversas contribuições, deixada às comunas, provocou dissabores; elas não possuíam, na maioria das vezes, nem os meios nem mesmo o desejo de orientar a contento essa taxa ingrata. O expediente que consistiu em estabelecer a repartição sobre a base dos antigos vigésimos, com correções, provocou vivo descontentamento; constatou-se, em particular, que a contribuição mobiliária afligia os habitantes rurais e poupava a burguesia urbana. Ante as recriminações e a lentidão da partilha, a Assembléia Constituinte nomeou, em junho de 1791, comissários encarregados de auxiliar as comunas.

O novo sistema de percepção agravou esses inconvenientes. As municipalidades foram encarregadas da percepção do imposto: a lei não estabelecia administração financeira especializada. No distrito, um recebedor eleito centralizava todos os fundos, enquanto, no departamento, um pagador-geral passava recibo das despesas à ordem da Tesouraria Nacional. Acima de tudo, a Tesouraria Nacional, organizada em março de 1791, formada de seis comissários nomeados pelo rei, conferia as despesas dos ministérios.

Essa organização fiscal simples e coerente se manteve em suas linhas essenciais durante todo o século XIX. Mas, de imediato, contribuiu para o agravamento da crise financeira. A preparação do novo sistema exigia, pois, tempo; ora, os velhos impostos desapareceram a 1.º de janeiro de 1791, enquanto a contribuição territorial acabava de ser instituída e a contribuição mobiliária e a patente não o tinham sido ainda. A contribuição patriótica do quarto dos lucros, estabelecida a 6 de outubro de 1789, já não podia fornecer receitas a longo prazo. Os empréstimos lançados por Necker (30 milhões a 4,5%, a 9 de agosto, 80 milhões a 5%, a 27 de agosto de 1789) haviam encalhado. O encargo do Estado aumentava, entretanto, com o reembolso dos empréstimos tomados ao clero, os ônus venais e os caucionamentos dos oficiais seguidos das pensões eclesiásticas e da manutenção do culto. O Tesouro continuava vazio, o Estado vivendo dia a dia de adiantamentos da Caixa de Descontos.

A crise financeira impôs à Assembléia Constituinte duas de suas medidas essenciais que aprofundaram a revolução social: a colocação à venda dos bens do clero e a criação de um papel-moeda, o *assignat*.

IV

Rumo a um Novo Equilíbrio Social: «Assignats» e Bens Nacionais

Nesse terreno, mede-se o peso das circunstâncias sobre a obra da burguesia constituinte, e quanto ela teve de ultrapassar essa construção racional e coerente em que seus interesses eram satisfeitos: constrangida a endurecer suas decisões, ela precipitou finalmente um transtorno social que não havia sem dúvida desejado nem previsto, mas que deu ao novo regime sólidos alicerces burgueses e camponeses.

1. O «Assignat» e a Inflação.

A reforma monetária, com suas imensas conseqüências sociais, decorreu da crise financeira. A 2 de novembro de 1789, a Assembléia Constituinte pôs os bens do clero à disposição da nação. Faltava ainda *mobilizar* essa riqueza imobiliária. A 19 de dezembro de 1789, a Assembléia decidiu colocar à venda, por 400 milhões, os bens da Igreja, representados por uma soma igual de *assignats*, bilhetes cujo valor era fixado sobre os bens nacionais. O *assignat* não é senão um bônus rendendo juro de 5% reembolsável em bens do clero; representa uma confiança no Estado; só existiam, por enquanto, cédulas de 1.000 libras. A medida que reentravam, conforme as vendas dos bens eclesiásticos, os *assignats* deviam ser anulados e destruídos, de maneira a extinguir-se a dívida do Estado.

A operação, para ter êxito, devia ser rápida. Contudo, os *assignats* não se colocavam com facilidade: a situação parecia incerta, o clero guardava a administração de seus bens, a reforma eclesiástica ainda não fora adotada. A Assembléia Constituinte viu-se, assim, forçada a adotar medidas radicais: a 20 de abril de 1790, despojou o clero da administração de

seus bens; um mes depois, criou o orçamento do culto; a 14 de maio, fixou as modalidades de venda dos bens nacionais. O Tesouro continuava, no entanto, vazio, o *deficit* avolumando-se dia a dia. Por uma série de medidas, a Assembléia foi pouco a pouco levada a transformar o *assignat*-bônus do Tesouro em *assignat*-papel-moeda, não mais pagando juros e tendo poder liberatório ilimitado. A 27 de agosto de 1790, o *assignat* tornou-se bilhete de banco e sua emissão alcançou 1.200 milhões; cédulas de valor médio (50 libras) foram criadas, seguindo-se as pequenas cédulas de 5 libras (6 de maio de 1791). Assim, essa operação, concebida, a princípio, para liquidar a dívida, desviava-se de sua meta e tendia a atulhar o *deficit* orçamentário. As conseqüências disso advindas foram incalculáveis, sobretudo no plano econômico e social.

Do ponto de vista econômico, o *assignat*-moeda provocou inflação rápida. As emissões se multiplicaram. A Assembléia favoreceu a depreciação ao autorizar, a 17 de maio de 1790, o tráfico do numerário; a moeda metálica sumiu; em breve, só se distinguiam dois preços, um em espécie, outro em papel-moeda; a criação de pequenas cédulas acentuou ainda mais a depreciação. O câmbio baixou de 5 a 25%, no curso de 1790; em maio de 1791, 100 libras não valiam mais do que 73, no mercado de Londres.

Do ponto de vista social, as conseqüências do *assignat*-moeda foram múltiplas. As classes populares, vítimas da inflação, viram agravar-se suas condições de vida. Os trabalhadores associados e os operários, pagos com papel, viram baixar seu poder aquisitivo. A vida encarecia, a alta dos preços dos gêneros causava as mesmas conseqüências que a escassez. A agitação social ressurgiu: a vida cara atirava as massas populares urbanas contra a alta burguesia, contribuindo para a queda desta. A inflação não foi menos nefasta para certas frações da burguesia: *oficiais* cujos cargos haviam sido suprimidos, *rentiers* do Velho Regime, que empregaram suas poupanças em títulos da dívida pública ou em empréstimos hipotecários, viram seus lucros diminuir com o progresso da depreciação. A inflação prejudicava a riqueza adquirida, sendo benéfica, ao contrário, para os especuladores. Sobretudo, o *assignat*-moeda permitira a todo mundo adquirir bens do clero, enquanto o *assignat*-bônus do Tesouro os teria entregue apenas aos credores do Estado, fornecedores, financistas, titulares de ofícios suprimidos. O *assignat* cessava de ser um expediente

financeiro para tornar-se um poderoso meio de ação política e social.

2. *Os Bens Nacionais e o Reforço da Propriedade Burguesa.*

Pela venda dos bens nacionais e do mecanismo do *assignat*, a Revolução se encaminhou para uma nova repartição da riqueza agrícola que acentuou seu caráter social. As modalidades de venda não correspondiam, com efeito, às esperanças da pequena massa rural: como a maioria dos camponeses não detinha terra ou o bastante para viver independente, a questão agrária podia ser resolvida pela multiplicação das propriedades camponesas graças à divisão dos bens nacionais em pequenos lotes e às facilidades de venda. Assim, podia ser completada a reforma agrária já abordada com a abolição dos direitos feudais. As necessidades financeiras a impulsionaram: elas concordavam com os interesses da burguesia. A venda dos bens nacionais, não mais que o resgate dos direitos feudais, não foi concebida em função da massa camponesa, pois reforçou a preponderância dos proprietários.

A lei de 14 de maio de 1790 estipulou que os bens do clero seriam vendidos por exploração, em bloco, mediante leilões na sede do distrito — condições desvantajosas para os camponeses pobres; por outro lado, os arrendamentos eram mantidos. Entretanto, a fim de juntar à ordem nova burguesa um setor da massa rural, a Assembléia Constituinte autorizou o pagamento em doze anuidades, com juros de 5%, e a divisão, quando a adjudicação por lotes separados ultrapassasse o lance global. Além disso, em certas regiões os camponeses se agruparam para comprar as terras postas à venda em sua aldeia; algures, dividiram os lançadores, no leilão, pela violência. A propriedade camponesa reforçou-se: assim nos Cambrésis, onde, de 1791 a 1793, os camponeses compraram dez vezes mais terra do que a burguesia; na Picardia, nas zonas de Laon ou de Sens. Não resta dúvida de que foram os trabalhadores já proprietários, os grandes rendeiros e ainda mais a burguesia que lucraram da venda dos bens do clero: bem raros foram os diaristas ou os pequenos camponeses que puderam adquirir um quinhão. A questão agrária permaneceu intacta, mesmo quando o deslocamento das grandes propriedades eclesiásticas provocou a divisão da exploração e convocou numerosos camponeses ao gozo do solo como meeiros ou fazendeiros. Cedo,

graças ao aviltamento do *assignat*, a especulação realizara imensas fortunas, nas mãos dos *bandos negros* de aventureiros e negociastas.

* *

A obra da Assembléia Constituinte é, por conseguinte, imensa; abarca todos os terrenos, político, administrativo, religioso, econômico. A França e a nação estão regeneradas, e lançados os fundamentos da sociedade nova. Filhos da razão e dos Luminares, os Constituintes edificaram uma construção lógica, clara, uniforme. Mas, filhos da burguesia, infletiram os princípios da liberdade e da igualdade solenemente proclamados no seio dos interesses de sua classe. Assim fazendo, descontentaram as classes populares e os democratas, bem como os aristocratas e a velha classe, cuja preponderância fora destruída. Antes mesmo que a Assembléia se separasse e que sua obra fosse concluída, múltiplas dificuldades já a ameaçavam. Ao edificar a nação nova sobre a base estreita da burguesia censitária, a Assembléia Constituinte votara, na realidade, sua obra a múltiplas contradições. Constrangida a combater a aristocracia irreconciliável, mas repelindo o povo impaciente, ela condenava a nação burguesa à instabilidade e, em breve, à guerra.

Laços econômicos novos, mas que não podiam ser senão laços burgueses, cimentavam a unidade nova. O mercado nacional estava unificado pela destruição radical da divisão feudal, pela liberdade de circulação interna. Assim, se consolidavam as ligações econômicas entre as diferentes partes do país e se afirmava sua solidariedade. A nação se definia em face do estrangeiro pelo *recolhimento das barreiras* e pela proteção da produção nacional contra a concorrência externa. Mas ao mesmo tempo que realizava essa unificação, a burguesia constituinte dissociava o Terceiro Estado pela liberação da economia. A abolição das corporações e os regulamentos de fabricação não podiam senão suscitar a irritação dos mestres, despojados de seu monopólio. A liberdade de comércio de cereais deflagrou a hostilidade geral das classes populares, nas cidades como também nos campos. A hostilidade não foi menor entre os camponeses contra a liberdade de cultura; os direitos coletivos, que garantiam a existência da massa rural pobre, acabaram condenados. A desilusão das massas vinculadas à regulamen-

tação e à economia tradicional arriscavam-se a desviá-las de uma pátria concebida nos limites estreitos dos interesses de uma classe.

As massas estavam excluídas da organização censitária da política. Sem dúvida, pela proclamação teórica da igualdade, pela supressão das *corporações* que seccionavam a sociedade do velho regime, pela afirmação de uma concepção individualista das relações sociais, os Constituintes lançaram as bases de uma nação onde todos se reencontravam. Mas, ao colocar na categoria dos direitos naturais imprescritíveis aquele da propriedade, introduziram em sua obra uma contradição que não puderam superar. A manutenção da escravatura e a organização censitária do sufrágio foram reguladas segundo a riqueza. Com três milhões de cidadãos passivos excluídos, a nação se compunha, por acaso, dos quatro milhões e mais de ativos que formavam as assembleias primárias? ou se concentrava nos 50.000 eleitores das assembleias eleitorais propriamente ditas?

A Nação, o Rei, a Lei: a célebre fórmula que simboliza, sob o falso semblante do princípio de soberania nacional, a obra constitucional da Assembleia, não podia gerar ilusão. A nação se restringia aos limites estreitos da burguesia proprietária. Nação censitária, não devia resistir aos golpes da contra-revolução e da guerra.

4

A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE E A FUGA DO REI (1791)

A CONSTRUÇÃO institucional da Assembléia Constituinte se fendeu, desde 1791, sob o impacto de arremetidas contraditórias. Enquanto a aristocracia se arruinava em sua recusa opiniática a qualquer concessão, tornando impossível a solução de compromissos novamente esboçados pelo triunvirato Barnave, Du Port, Lameth, o apelo ao estrangeiro tornou-se manifesto e o receio de invasão ganhou força e vida na mentalidade popular preocupada com a idéia do complô aristocrático. O problema nacional passava, assim, pouco a pouco, ao primeiro plano, contribuindo para o agravamento das tensões sociais no próprio seio do antigo Terceiro Estado, e arruinando o frágil equilíbrio sobre o qual a burguesia censitária fundara seu poder.

I

Contra-Revolução e Arranco Popular

Desde o verão de 1790, parecia que a política tentada por La Fayette entrara em falência: a reconciliação da aristocracia

e da sociedade burguesa era impossível. O cisma e a agitação refratária reforçavam a oposição aristocrática. A depreciação do *assignat* e a crise econômica relançavam de novo os movimentos populares.

1. *A Contra-Revolução: Aristocratas, Emigrados e Refratários.*

A oposição contra-revolucionária conjugava agora os esforços dos emigrados, dos aristocratas e dos refratários.

A agitação emigrada verificou-se nas fronteiras do país. Os principais centros de emigração localizavam-se na Renânia (Coblence, Mayence, Worms), na Itália (Turim), na Inglaterra. Os emigrados intrigavam a fim de provocar contra a Revolução uma intervenção estrangeira. Em maio de 1791, o Conde d'Artois manteve uma entrevista em Mântua com o Imperador Leopoldo II, que se esquivou, porém, à intervenção.

A agitação aristocrática se espalhou pelo país, não se restringindo unicamente ao terreno constitucional. Os aristocratas, os *negros*, lançavam descrédito sobre o *assignat* e se esforçavam para prejudicar a venda dos bens nacionais. As tentativas armadas se multiplicaram. Em fevereiro de 1791, os *cavaleiros do punhal* tentaram seqüestrar o rei, nas Tulherias. O campo de Jalès, no sul do Vivarais, formado, em agosto de 1790, por 20.000 guardas nacionais fiéis ao rei, só foi dissolvido pela força em fevereiro de 1791. Em junho do mesmo ano, o Barão de Lézardièr tentou uma sublevação na Vendéia. Por tôdas as partes os aristocratas se agitavam.

A agitação refratária deu um impulso novo à oposição contra-revolucionária. Unindo sua causa à dos nobres, os refratários tornaram-se os agentes ativos da contra-revolução. Continuaram a celebrar o culto, a administrar os sacramentos. O país dividiu-se. Muita gente do povo não desejava arriscar sua salvação ao abandonar os *bons padres*; por isso, os refratários lançaram uma parte da população na oposição contra-revolucionária. As desordens cresceram; em vista disso, a Constituinte, a 7 de maio de 1791, autorizou o exercício do culto refratário, nas condições de um culto simplesmente tolerado. Os constitucionais se indignaram, temendo não poder resistir à concorrência dos refratários. A guerra religiosa se desencadeou.

1791

2. *A Arremetida Popular: Crise Social e Reivindicações Políticas.*

Ao mesmo tempo, desenvolvia-se a oposição revolucionária, tornando mais difícil a política de meio-termo da Assembléia Nacional.

A agitação anticlerical respondia à agitação refratária. A luta religiosa não teve apenas como consequência duplicar as forças do partido aristocrático; provocou também a formação de um partido anticlerical. Os Jacobinos, para sustentar o clero constitucional, atacaram com veemência o catolicismo romano, denunciando a superstição e o fanatismo.

“Acusam-nos — escreveu *La Feuille villageoise*, que desenvolvia tal propaganda — de havermos revelado um pouco de intolerância contra o papismo. Acusam-nos de não termos poupado nunca a árvore da fé. Entretanto, considerando-se de perto essa árvore inviolável, verifica-se que o fanatismo está de tal modo entrelaçado em todos os seus ramos que não se pode golpear um deles sem atingir outro.”

Os escritores anticlericais se atreveram mesmo a exigir a supressão do orçamento dos cultos e a lançar a idéia de um culto patriótico e cívico, do qual a grande festa nacional da Federação afigurara-se uma espécie de prefiguração.

A agitação democrática respondia, também ela, à agitação refratária: a colusão do rei e dos não-juramentados favoreceu o progresso dos democratas. Desde 1789, Robespierre reclamara o sufrágio universal. O partido democrático se desenvolveu graças à multiplicação dos clubes populares. Em Paris, o mestre-escola Dansard fundara, a 2 de fevereiro de 1790, a primeira *Sociedade Fraternal dos Dois Sexos*. Essas sociedades populares, que admitiam os cidadãos passivos, constituíram em maio de 1791 um comitê central. O Clube dos *Cordeliers*, fundado em abril de 1790, autêntico agrupamento de combate, conduziu o movimento, vigiando os aristocratas, controlando as administrações, promovendo agitações por meio de *enquêtes*, de subscrições, de petições, de manifestações, quando se faziam necessárias as insurreições. (Marat, em *L'Ami du peuple*, Bonneville em *La Bouche de fer*, encorajavam o movimento. Certos democratas

se proclamavam mesmo republicanos; agrupavam-se eles em torno do jornal de Robert, *Le Mercure national*.

A agitação social ressurgiu na primavera de 1791. Agitações agrárias produziram-se no Nivernais e no Bourbonnais, no Quercy e no Périgord. Os operários parisienses se agitavam. O *chômage* não diminuía, as indústrias de luxo periclitavam. A vida encarecia; certas categorias de trabalhadores, os tipógrafos, os ferreiros, os carpinteiros, se organizaram para reclamar um mínimo de salário. As sociedades fraternais e os jornais democratas apoiaram a causa dos operários, denunciando o *novo feudalismo* dos empresários e dos negociantes que favorecia a liberdade econômica. A agitação social reforçou a agitação democrática.

3. *Burguesia Constituinte e Consolidação Social.*

A Assembléia Constituinte, em face dessas duplas ameaças, endureceu sua política. A burguesia se assustou mais com os progressos do movimento popular do que com as tramóias da contra-revolução aristocrática. A popularidade de La Fayette e sua influência junto ao rei, agora arruinadas, fizeram que Mirabeau ascendesse ao primeiro plano, por um momento.

Mirabeau, retirado do ministério pelo decreto de 7 de novembro de 1789, passara ao serviço da Corte que o comprara; seu primeiro relatório ao rei data de 10 de maio de 1790. Partidário de um poder real eficaz, esforçava-se para que se desse ao monarca o direito de paz e de guerra. Aconselhou a Luís XVI um vasto plano de propaganda e de corrupção: cuidava criar um partido, após o que o rei deixaria Paris, dissolveria a Assembléia e faria apelo à nação. De todo esse plano, a Corte fixou-se apenas na corrupção, que Talon, o intendente da lista civil, desenvolveu, multiplicando agentes e cúmplices: tanto quanto no caso de La Fayette, o rei não confiava em Mirabeau. Sua política, aliás, não teve tempo de amadurecer: Mirabeau morreu bruscamente a 2 de abril de 1791. Com ele desaparecia da cena revolucionária um de seus principais atores.

O *triumvirato* Barnave, Du Port, Lameth tomou imediatamente o lugar de Mirabeau. Alarmado com os progressos dos democratas e com as agitações populares mais do que com as tramas aristocráticas, o *triumvirato* pretendeu, ele também, deter agora a revolução. Com o dinheiro da Corte, lançou um novo

jornal, *Le Logographe*; reaproximando-se de La Fayette, pendeu para a direita; dominando a Assembléia, impôs-lhe a mesma evolução. Os cidadãos passivos foram excluídos da guarda nacional e interditadas as petições em nome coletivo; a lei Le Chapelier foi votada a 14 de junho de 1791, proibindo as coalizões e as greves. Esse contexto político de reação explica o comportamento da direita, naquele momento. Robespierre iludiu-se. Ele, que havia defendido em todas as circunstâncias, com clarividência e firmeza, os direitos do povo; e ainda nos dias 27 e 28 de abril de 1791, quando dos debates sobre a organização da guarda nacional:

“Que tem feito nossa gloriosa revolução? Os ricos, os homens poderosos? Somente o povo podia desejá-la e fazê-la; pela mesma razão, somente o povo pode sustentá-la.”

O alcance social da lei Le Chapelier escapou, numa certa medida, também a Marat; ele a viu, sobretudo, como uma lei de reação política, restritiva do direito de reunião e de petição:

“Eles tiraram à numerosa classe dos pedreiros e dos operários o direito de reunião para deliberação de seus interesses — escreveu ele em *L'Ami du peuple*, de 18 de junho de 1791. — Sua intenção era isolar os cidadãos e evitar que se ocupassem em comum da coisa pública.”

A política de compromisso com a aristocracia voltou a ser esboçada. Por temor da democracia, os triúnviros e La Fayette trataram de revisar a Constituição, aumentar o censo, reforçar os poderes do rei — mas essa política exigia o concurso dos *negros* e dos aristocratas, bem como o apoio do rei. A resistência da aristocracia a tornou impossível. A fuga do rei demonstrou amplamente a inutilidade de tal política.

II

A Revolução e a Europa

A situação da Assembléia Constituinte tornou-se cada vez mais difícil no curso de 1791; às desordens internas soma-

vam-se as dificuldades externas. A França nova e a Europa do velho regime se hostilizavam, como se hostilizavam a aristocracia feudal e a burguesia capitalista, o despotismo monárquico e o governo liberal. As rivalidades dos Estados desviou-lhes a atenção, por um momento, dos acontecimentos na França. Os emigrados e Luís XVI, ao fazerem apelo ao estrangeiro para restabelecer seu poder absoluto e sua primazia social, tornaram o conflito inevitável.

1. *Contágio Revolucionário e Reação Aristocrática.*

A propaganda e a força de expansão das idéias revolucionárias inquietaram os reis estrangeiros, desde o início. Os acontecimentos da Revolução e os princípios de 1789 encerravam em si próprios um poder de irradiação bastante grande para agitar os povos e abalar o poder absoluto dos reis. Os acontecimentos da França excitaram por toda parte uma curiosidade insaciável. Os estrangeiros afluíram a Paris, autênticos *peregrinos da liberdade*: Georges Foster, de Mayence, o poeta inglês Wordsworth, o escritor russo Karamzine... Envolveram-se em lutas políticas, freqüentaram os clubes, tornaram-se propagandistas ativos das idéias da Revolução. Entre eles, os mais ardentes eram os refugiados políticos saboianos, belgas, suíços, renanos. Desde 1790, os refugiados suíços, genebreses e oriundos de Neufchâtel, em particular, formavam o Clube Helvético.

Além das fronteiras, o progresso das Luzes entre a burguesia ou a nobreza tornou a Alemanha e a Inglaterra particularmente sensíveis ao contágio revolucionário.

Na Alemanha, professores e escritores se entusiasmaram: em Mayence, Forster, bibliotecário da Universidade, em Hamburgo o poeta Klopstock, na Prússia os filósofos Kant e Fichte. Em Tübingen, os estudantes plantaram uma árvore da liberdade. O movimento ultrapassou os círculos estreitos dos intelectuais, ganhando a burguesia e a massa rural. Nos países do Reno, no Palatinado, os camponeses recusaram-se a pagar taxas senhoriais; agitações agrárias explodiram no Saxe, na região de Meissen. Em Hamburgo, o 14 de julho de 1790 foi celebrado pela burguesia, durante uma festa em que os assistentes conduziam fitas tricolores, um coro de moças entoou o advento da Liberdade, e Klopstock declamou sua ode *Eles — e Não Nós*:

*Tivesse eu mil vozes, ó Liberdade das Gálias,
e não te poderia cantar:
Meus acentos se tornaram muito fracos, ó Divina!
Para te acompanhar...*

Na Inglaterra, Fox, um dos chefes do partido *whig*, Wilberforce, adversário da escravatura, o filósofo Bentham, o químico Priestley, se declararam entusiasticamente em favor da Revolução. Se as classes dirigentes a aprovaram nos seus primórdios, retraíram-se à medida que os acontecimentos se precipitavam. Somente os radicais persistiram em sua simpatia, reclamando reformas para seu próprio país: em Manchester, uma *Constitutional Society* foi fundada em 1790, enquanto em 1791 era lançada a *London Society for Promoting Constitutional Information*. Os poetas continuaram por muito tempo ainda fiéis ao seu entusiasmo dos primeiros dias: Blake e Burns, Wordsworth e Coleridge, que, em 1798, em sua ode *França*, devia recordar seu entusiasmo embriagador,

*Quando a França, encolerizada, ergueu o branco gigante,
Num juramento que sacudiu o ar, a terra e o mar,
Fendeu o solo com o pé possante e jurou ser livre...*

A reação européia não tardou, no entanto, a se manifestar. A aristocracia tornou-se contra-revolucionária após a abolição do regime feudal, o clero após a confiscação dos bens da Igreja; a burguesia espantou-se com as agitações que renasciam sem cessar. Os emigrados empenharam-se em drenar contra a França revolucionária as classes do velho regime. O Conde d'Artois instalara-se, desde 1789, em Turim; em 1790, os primeiros agrupamentos armados se constituíram nos domínios do eleitor de Trêves. Os emigrados pobres, mas ativos, punham os interesses de classe diante dos interesses da pátria, vangloriavam-se de submeter, com algumas tropas, Paris dominada por um punhado de agitadores. Na Alemanha, desde o início do ano de 1790, panfletários atacaram o movimento democrático francês, como na *Gazette littéraire*, de Iena. Na Inglaterra, a aristocracia agrícola e a Igreja anglicana desfecharam a reação; nas eleições de 1790, a maioria *tory* foi reforçada, a reforma parlamentar adiada. Em novembro de 1790, Burke publicou suas *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, que vieram a ser o evangelho da contra-revolução: a Revolução francesa era,

aí, condenada porque arruinara a aristocracia e destruíra a hierarquia de classes que resultava de instituição divina. Thomas Paine, já célebre por haver tomado o partido dos insurretos da América, respondeu em 1791 com os seus *Direitos do Homem*, que alcançaram grande repercussão entre o povo. Burke lançou a idéia de uma cruzada contra-revolucionária. Pela mesma ocasião, na primavera de 1791, o Papa Pio VI condenava solenemente os princípios da Revolução Francesa; o governo espanhol, em março, estabelecia um cordão de tropas ao longo dos Pireneus, a fim de deter a *peste francesa*. A contra-revolução européia se afirmava, Luís XVI nela depositando todas as suas esperanças.

2. *Luís XVI, a Constituinte e a Europa.*

A política de Luís XVI perseguia o mesmo objetivo da aristocracia européia: secretamente, ele suplicava aos reis que intervissem. Os emigrados agiam nesse sentido: o Conde d'Artois reclamava em Madri uma intervenção militar que sustentasse as insurreições fomentadas no Sul. Calonne, ministro da emigração depois de novembro de 1790, pressionava a Prússia; o exército que o príncipe de Condé organizava em Coblença abria a rota às tropas estrangeiras; o Velho Regime seria restabelecido. Luís XVI não aceitara a Revolução a não ser na aparência; já em novembro de 1789, dirigia a Carlos IV da Espanha um protesto contra as concessões que lhe eram impostas. No fim do ano de 1790, decidiu fugir, encarregando o Marquês de Bouillé, o autor do massacre de Nancy, que comandava o regimento de Metz, a tomar providências para lhe assegurar a fuga. Seu plano consistia em pedir às potências européias que intimassem a Assembléia a rever os decretos e dessem mostras de intervenção mediante uma demonstração militar na fronteira.

A atitude dos reis, malgrado sua hostilidade geral à Revolução, foi diversa. Catarina II da Rússia se inflamou, aparentemente, com a idéia da cruzada contra-revolucionária: "Destruir a anarquia francesa é preparar-se para a glória imortal." Gustavo III da Suécia estava pronto a dirigir a coalizão, tendo-se instalado, na primavera de 1791, em Aix-la-Chapelle; o rei da Prússia, Frederico Guilherme II, e Vítor Amadeu III, rei da Sardenha, também aderiram à causa. O imperador Leopoldo II mostrava-se mais prudente, o mesmo

acontecendo ao governo inglês. Os reis estavam divididos, sobretudo, pelas rivalidades e ambições territoriais, e não podiam nada fazer sem o imperador, chefe designado da coalizão. Ora, Leopoldo não era, quanto aos bens imóveis, hostil às reformas constitucionais; pouco se lhe dava que a autoridade do rei da França estivesse enfraquecida; ele tinha preocupações de sobra em seus próprios Estados e nas fronteiras orientais.

A política exterior da Assembléia Constituinte foi dominada pelos conflitos de ordem jurídica e de ordem territorial que opuseram os reis à Revolução.

O caso dos *príncipes possessionados*, na Alsácia, originava-se da abolição dos direitos feudais: muitos príncipes alemães, que possuíam propriedades na Alsácia, julgaram-se lesados e protestaram junto à Dieta germânica contra as decisões da Assembléia.

O caso de Avignon contribuiu para voltar o Papa contra a França. Avignon e o Condado-Venaissin se sublevaram contra a autoridade pontifícia e aboliram o Velho Regime; a 12 de junho de 1790, Avignon votou sua anexação à França. A Constituinte hesitou, deixando o assunto arrastar-se. A 24 de agosto, a questão de Avignon entrou na ordem do dia, mas os Constituintes evitaram dar ao Papa novos argumentos contra a França. As conclusões de Tronchet foram adotadas: tendo o rei a iniciativa em matéria diplomática, a petição dos habitantes de Avignon lhe foi enviada. A Assembléia não pretendia, com um voto intempestivo, prejudicar as negociações em curso a propósito da Constituição Civil do Clero.

Um novo Direito Público Internacional se afirmava, livre dos princípios de 1789. A 22 de maio de 1790, a Assembléia Constituinte repudiara solenemente o direito de conquista: a vontade dos homens livremente expressa constitui unicamente as nações. Em novembro de 1790, ela declarou aos príncipes alemães que a Alsácia era francesa não por direito de conquista, mas pela vontade de seus habitantes, conforme o atestara sua participação na Federação de 14 de julho de 1790. Procurando libertar os princípios do novo Direito Internacional, Merlin de Douai opôs, a 28 de outubro de 1790, ao Estado dinástico a nação como associação voluntária:

“Não existe entre vós e vossos irmãos da Alsácia nenhum outro título legítimo de união a não ser o

pacto formado no ano passado entre todos os franceses antigos e modernos nessa própria Assembléia”,

alusão à decisão do Terceiro Estado, de 17 de junho de 1789, de se proclamar Assembléia Nacional, e à da Assembléia que, a 9 de julho seguinte, se declarava constituinte. Uma só questão, “infinitamente simples”, se levantava: a de saber

“se é aos pergaminhos diplomáticos que o povo alsaciano deve a vantagem de ser francês... Que importam ao povo da Alsácia, que importam ao povo francês as convenções que, no tempo do despotismo, tiveram em mira unir o primeiro ao segundo? O povo alsaciano uniu-se ao povo francês porque assim o quis; é, portanto, apenas a sua vontade, e não o tratado de Munster, que legitimou a união.”

Essa vontade, a Alsácia a manifestara por sua participação na Federação de 14 de Julho de 1790.

Em maio de 1791, a Assembléia decidiu (o Papa já condenara a Constituição Civil do Clero) ocupar o Avignon e o Condado, para consultar a população; a reunião foi adotada a 14 de setembro de 1791. Aos olhos dos soberanos, o novo Direito Público Internacional acabara, então, de proclamar, em benefício da nação revolucionária, o direito de anexar os povos que assim o desejassem. A diplomacia do velho regime transformou-se.

A Assembléia, contudo, temeu uma guerra que faria o jogo da Corte. Ofereceu, por conseguinte, uma indenização aos príncipes alemães, a quem Luís XVI aconselhou imediatamente a recusa, e retardou o mais possível a anexação de Avignon. Essa política de paz foi praticada mais facilmente tendo-se em vista que a Prússia, a Áustria e a Rússia estavam absorvidas pela questão polonesa. Leopoldo se dera conta de que Frederico Guilherme, como Catarina, instigavam uma intervenção militar na França com a esperança de conduzir em seu benefício a questão polonesa, enquanto ele estivesse ocupado no Oeste. Por isso, Leopoldo preferiu abster-se.

A política de paz da Assembléia foi frustrada pela fuga do rei, e Leopoldo II forçado a intervir nos negócios franceses.

III

**Varennes: o Desmentido Real à
Revolução (junho de 1791)**

A fuga do rei constitui um dos fatos essenciais da Revolução. No plano interno, demonstrou a oposição inconciliável da realeza e da nação revolucionária; no plano externo, precipitou o conflito.

1. A Fuga do Rei (21 de junho de 1791).

A fuga do rei fora preparada com antecedência pelo Conde Axel de Fersen, um sueco amigo de Maria Antonieta. Sob o pretexto de proteger um tesouro enviado pelo correio ao exército de Bouillé, mudanças de posta e piquetes de cavalaria haviam sido dispostos ao longo da rota até além de Sainte-Menehould: através de Châlons-sur-Marne e da Argonne, Luís XVI devia alcançar Montmédy. A 20 de junho de 1791, cerca da meia-noite, Luís XVI, disfarçado de criado, deixou as Tulherias, com sua família. Na mesma ocasião, La Fayette inspecionava as postas do castelo, que considerou seguras; mas com antecedência ele havia deixado sem guardas uma porta das Tulherias, a fim de permitir a Fersen o livre acesso à residência da rainha.

Uma pesada berlinda fora construída a toda pressa, na qual a família real se amontoou; levava cinco horas de atraso. Por esse motivo, as postas colocadas, depois de Châlons, se retiraram. Quando o rei chegou, na noite de 21 para 22 de junho, em Varennes, não encontrou as postas previstas — e deteve-se. Em Sainte-Menehould, porém, Luís XVI, que não se disfarçara bem, fora reconhecido pelo filho do dono de postas, Drouet; este último reteve a berlinda em Varennes e fez barricar a ponte sobre o Aire. Quando o rei quis seguir viagem, encontrou a ponte obstruída. O alarma soou, os camponeses amotinaram-se, os hussardos acorreram e confraternizaram com o povo. No dia 22, pela manhã, a família real retomou o caminho de Paris, entre alas de guardas nacionais que haviam acorrido de todas as aldeias próximas. Bouillé, advertido, chegou duas horas após a partida do rei. A 25

de junho, de tarde, o rei entrava em Paris, em meio a um silêncio mortal, entre duas formações de soldados com os fuzis arriados. Esse foi o *comboio da monarquia*.

A proclamação redigida por Luís XVI antes de sua fuga, e dirigida aos franceses, não deixava qualquer dúvida a respeito de suas intenções. Ele pretendia insuflar as tropas de Bouillé, o exército austriaco dos Países-Baixos, depois retornar a Paris, dissolver a Assembléia e os clubes e restabelecer o poder absoluto. Toda a política secreta de Luís XVI tendia a provocar uma intervenção da Espanha e da Áustria, em seu favor. Desde outubro de 1789, enviara um agente secreto, o abade de Fonbrune, ao rei da Espanha, Carlos IV; aplicava o melhor dos seus esforços para agravar o conflito com os príncipes possessionados da Alsácia. Luís XVI não foi o homem simples e fraco, quase irresponsável, que nos é representado muitas vezes. Dotado de uma certa inteligência, dedicou-se, com obstinação, ao serviço de uma única meta: restabelecer a autoridade absoluta, mesmo ao preço de uma traição ao país.

2. *Conseqüências Internas de Varennes: a Fuzilada do Campo de Marte (17 de julho de 1791).*

As conseqüências internas de Varennes foram contraditórias: a fuga do rei propiciou o impulso do movimento popular e democrático — mas o receio que tinha do povo levou a burguesia reinante a reforçar seu poder e a manter a monarquia.

O movimento democrático apresentou-se mais forte do que nunca no dia que se seguiu a Varennes. “Eis-nos enfim livres e sem rei”, declararam os *Cordeliers*, que desde 21 de junho insistiam junto à Assembléia Constituinte na proclamação da República, ou, pelo menos, de não decidir a sorte do rei sem consulta às assembleias primárias. Ainda mais, a fuga do rei constituiu um elemento decisivo no reforço da consciência nacional entre as massas populares. Demonstrou a colusão da monarquia com o estrangeiro e suscitou até o mais profundo dos campos uma emoção intensa. Temeu-se a invasão, as praças das fronteiras se puseram espontaneamente em estado de defesa, a Assembléia tirou da guarda nacional 100.000 voluntários. O reflexo, tanto social quanto nacional, foi idêntico ao de 1789. Quando em Varennes os hussardos que deviam proteger a fuga do rei aderiram ao povo, foi ao

grito de *Viva a nação!* A reação defensiva se desencadeou. No dia 22 de junho, à tarde, perto de Sainte-Menehould, o Conde de Dampierre, um senhor da região que fora saudar Luís XVI à sua passagem, foi massacrado pelos camponeses. No medo de 1791, o fervor nacional constituiu sem dúvida um impulso quase tão poderoso quanto o ódio social. A fuga do rei era interpretada como prova de invasão iminente; as massas populares se mobilizaram na acepção militar da palavra.

A burguesia constituinte conservou, porém, o sangue frio: receava a *jacquerie* tanto quanto os movimentos populares urbanos (a lei Le Chapelier fora votada a 14 de junho de 1791). A Assembléia suspendeu o rei e o veto, organizou a França em república de fato — mas barrou deliberadamente o caminho à democracia. Criou a ficção do *rapto do rei*. Barnave exclamou aos Jacobinos, na tarde de 21 de junho: “A Constituição, eis o nosso guia; a Assembléia Nacional, eis o nosso ponto de junção.” Luís XVI foi absolvido malgrado os protestos de Robespierre; o processo só atingiu os autores do *rapto*, a Bouillé que, em carta de 26 de junho de 1791 à Assembléia, assumira a inteira responsabilidade, mas que estava em fuga, em companhia de alguns comparsas, acusados a 15 e 16 de julho. Barnave, em discurso veemente, a 15 de julho de 1791, levantou o verdadeiro problema:

“Vamos concluir a Revolução, ou vamos recomeçá-la? Um passo a mais seria um ato funesto e culpável, um passo a mais, na linha da liberdade, seria a destruição da realeza, e, na linha da igualdade, a destruição da propriedade.”

Malgrado a traição real e o perigo aristocrático, a burguesia constituinte entendia que a nação continuava a nação dos proprietários; para ela, a Revolução acabara.

A fuzilada do Campo de Marte (17 de julho de 1791) manifestou as intenções estagnantes da burguesia. O povo de Paris, sublevado pelos *Cordeliers* e pelas sociedades fraternais, multiplicava petições e manifestações. A 17 de julho de 1791, os *Cordeliers* se reuniam no Campo de Marte para assinar sobre o altar da pátria uma petição republicana. Pretextando de-

sordens, a Assembléia ordenou ao prefeito de Paris que dispersasse o ajuntamento. A lei marcial foi proclamada; a guarda nacional, exclusivamente burguesa, invadiu o Campo de Marte e fez fogo, sem intimação, sobre a massa desarmada, estendendo cinquenta mortos. A repressão que se seguiu foi brutal: numerosas prisões, muitos jornais democratas que cessaram de circular, o Clube dos *Cordeliers* fechado, o partido democrata decapitado por um momento. Esse o terror *tricolor*.

As conseqüências políticas foram irremediáveis. O partido patriota cindiu-se em dois grupos inimigos. O setor conservador dos Jacobinos separara-se desde 16 de julho de 1791 e fundara um novo clube no convento dos *Fueldenses*. Enquanto os democratas, guiados por Robespierre, se afirmavam mais claramente nos *Jacobinos*, em particular, os *Constitucionais*, *fayettistas* e *lamethistas* reunidos e identificados com os *Fueldenses*, estavam prontos a se entender com o rei e com os *negros* para salvar a obra comprometida e manter a primazia política da burguesia censitária. Assim se esboçou uma vez mais a política do compromisso. Mas a aristocracia continuou irredutível.

A revisão da Constituição não foi mais longe do que teria desejado o *Triunvirato*, agora senhor da situação. Seu caráter censitário não foi menos agravado. Exigiu-se dos eleitores que fossem proprietários ou locatários de um bem estimado, segundo os casos, no valor de 150, 200 ou 400 jornadas de trabalho. A guarda nacional foi definitivamente organizada pela lei de 28 de julho de 1791, retomada e modificada pela lei de 19 de setembro seguinte: só os cidadãos ativos tinham o direito de integrá-la. Face à burguesia em armas, o povo estava desarmado. O rei aceitou a Constituição assim revisada, a 13 de setembro de 1791; no dia seguinte, jurou uma vez mais fidelidade à nação. A burguesia constituinte acreditou novamente estivesse a Revolução concluída.

3. Conseqüências Externas de Varennes: a Declaração de Pillnitz (27 de agosto de 1791).

As conseqüências externas de Varennes não foram menos consideráveis. A fuga do rei e sua prisão suscitaram na Europa grande emoção monárquica. "Que exemplo assustador!", declarou o rei da Prússia. Mas, ainda uma vez, tudo dependia do imperador. De Mântua, Leopoldo propôs às Cortes unirem-se

para salvar a família real e a monarquia francesa. Mas os cálculos e os interesses sobrepujavam o sentimento de solidariedade monárquica: o acordo europeu contra a França tornou-se impossível. A política dos Fuedenses tranqüilizou Leopoldo sobre a sorte de Luís XVI. Para disfarçar o recuo, o imperador contentou-se em assinar, conjuntamente com o rei da Prússia, Frederico Guilherme, a declaração de Pillnitz, a 27 de agosto de 1791, que não ameaçava propriamente os revolucionários com uma intervenção européia. Os dois soberanos se declaravam dispostos a “agir prontamente, de mútuo acordo, e com as forças necessárias”, mas com a condição de que as demais potências estivessem decididas a reunir seus esforços aos deles; *então e nesse caso*, a intervenção ocorreria. Na verdade, a declaração de Pillnitz foi tomada, como, aliás, seus autores desejavam, ao pé da letra pela opinião francesa. Essa ingerência estrangeira pareceu insuportável, a Revolução sentiu-se ameaçada: o sentimento nacional superexcitou-se.

A Assembléia Constituinte dissolveu-se a 30 de setembro de 1791, aos gritos de *Viva o rei! Viva a nação!* Seus dirigentes pensavam haver selado o acordo da realza e da burguesia censitária, contra a reação aristocrática e contra a arremetida popular. Mas o rei não aceitara senão na aparência a Constituição de 1791; a nação não se confundia exatamente com a burguesia, conforme o afirmavam os Constituintes. Quando a crise surgiu em Varennes, a Assembléia ordenou uma mobilização de 100.000 homens retirados da guarda nacional; afrontando as tropas de linha, as tropas reais, e recusando-se a buscar apoio no povo, a Assembléia tranqüilizava a nação — mas só a nação definida pela Constituição censitária. Os acontecimentos frustraram seus cálculos. Após Pillnitz, a guerra parecia inevitável.

Face ao perigo, a burguesia devia, não sem reticências, fazer apelo ao povo. Mas este não pretendia, após haver destruído o privilégio do nascimento, suportar por mais tempo o do dinheiro. Reclamou, por isso, um lugar na nação: problema político e problema social se colocaram, desde então, em termos novos.

5

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA A GUERRA E A DERRUBADA DO TRONO (outubro de 1791-agosto de 1792)

O ENSAIO de monarquia liberal instituída pela Constituição de 1791 não chegou a durar um ano. Presa entre a reação aristocrática dirigida pelo rei e a arremetida popular, a burguesia do poder, para conjurar as dificuldades internas não hesitou em agravar as dificuldades externas: atirou, com a cumplicidade do rei, a França e a Revolução na guerra. Mas a guerra frustrou todos os cálculos de seus responsáveis: reanimou o movimento revolucionário e desfechou, por sua vez, a derrubada do trono e, alguns meses mais tarde, a queda da burguesia reinante.

O conflito com a Europa aristocrática, imprudentemente desatado, obrigou, na realidade, a burguesia revolucionária a fazer apelo ao povo e, por conseguinte, a lhe fazer concessões; assim, dilatou-se o conteúdo social da nação. Ela data verdadeiramente da guerra, ao mesmo tempo nacional e revolucionária: ao mesmo tempo, guerra do Terceiro Estado contra a aristocracia e guerra da nação contra a Europa do velho regime, coalizada. Ante a ameaça da aristocracia francesa e europeia, em guerra contra a nação no interior e nas fronteiras, a frágil armadura censitária desmoronou sob a arremetida popular.

I

A Marcha para a Guerra
(outubro de 1791 - abril de 1792)

1. *Fueldenses e Girondinos.*

A burguesia, cuja unidade lhe dera força até 1791, está dividida depois de Varennes; Pillnitz não fez senão acentuar suas divisões. Na Assembléia e no país, ela já não apresenta aos adversários uma frente unida.

Na Assembléia, os deputados eram de origem burguesa, quase sempre; os proprietários e os advogados dominavam. Os eleitores designados em junho pelas assembléias primárias haviam nomeado os deputados de 29 de agosto a 5 de setembro de 1791, portanto, após o caso do Campo de Marte e na emoção suscitada pela declaração de Pillnitz. Os 745 deputados da Assembléia Legislativa, que se reuniram pela primeira vez a 1.º de outubro de 1791, eram homens novos (os Constituintes, segundo proposição de Robespierre, foram declarados inelegíveis pelo decreto de 16 de maio de 1791), em sua maioria jovens (a maior parte era constituída de homens de menos de trinta anos), desconhecidos ainda, muitos dentre eles tendo feito sua aprendizagem e começado sua ação política nas assembléias comunais e departamentais.

A direita compreendia 264 deputados que se inscreveram nos Fueldenses. Adversários do Velho Regime bem como da democracia, eram partidários da monarquia limitada e da primazia burguesa, tal como a Constituição de 1791 estabelecera. Mas os Fueldenses se dividiam em duas tendências, ou, cedo, em duas clientelas: os *lamethistas* seguiam as palavras de ordem do *Triunvirato* Barnave, Du Port, Lameth, que já não tinha assento na Assembléia, mas que havia escolhido a maior parte dos novos ministros, por exemplo, Lessart para os Negócios Estrangeiros; os *fayettistas* receberam inspiração de La Fayette, que sofria, em sua imensa vaidade, o haver sido suplantado pelos Triúnviros nos favores da Corte.

A esquerda era formada de 136 deputados inscritos geralmente no Clube dos Jacobinos. Orientava-a, sobretudo, dois deputados de Paris: Brissot, jornalista que deu seu nome à

facção (os *brissotins*), e o filósofo Condorcet, editor das obras de Voltaire. Teve ascendência com oradores brilhantes eleitos pelo departamento da Gironda, Vergniaud, Gensonné, Grange-neuve, Guadet — daí o nome de *Girondinos*, popularizado cinquenta anos mais tarde por Lamartine. Jornalistas, advogados, professores, os *brissotins* formavam a segunda geração revolucionária. Nascidos, em sua maior parte, da média burguesia, estavam em relações com a grande burguesia de negócios dos portos marítimos — Bordéus, Nantes, Marselha: armadores, banqueiros, negociantes, cujos interesses defendiam. Se, pela sua origem e sua formação filosófica, os *brissotins* pendiam para a democracia política, pelas suas relações, pelo seu temperamento, eram levados a respeitar a riqueza e a servi-la.

Na extrema esquerda, alguns democratas eram partidários do sufrágio universal, como Robert Lindet, Couthon, Carnot. Três deputados, unidos por estreita amizade: Basire, Chabot, Merlin de Thionville, formavam o “trio *Cordelier*”; sem grande influência na Assembléia, exerciam ação positiva sobre os clubes e as sociedades populares.

O centro, entre *Fueldenses* e *brissotins*, compreendia uma massa incerta de 345 deputados, os *independentes* ou *constitucionais*, sinceramente vinculados à Revolução, mas sem opinião precisa e sem líderes marcantes.

Em Paris, clubes e salões refletiam as opiniões da Assembléia e contribuíam para acentuar as lutas políticas.

Os salões reuniam os chefes das diversas facções e lhes davam oportunidades de se entenderem. O salão de Mme de Staël, filha de Necker e amante do Conde de Narbonne, tornou-se o lar do partido fayettista. Vergniaud agrupava seus amigos à mesa ou no salão luxuoso da viúva de um fazendeiro-geral, Mme Dodun, praça Vendôme. Os *brissotins* se reuniam também no salão de Mme Roland, mulher sentimental, apaixonada pela justiça, a alma da Gironda, que exerceu grande influência por intermédio de seus amigos ou de seu marido, o honesto e medíocre Roland, velho inspetor de manufaturas.

Os clubes, cujo papel se tornava mais e mais importante, agrupavam os militantes de cada tendência. Se os *Fueldenses* não eram freqüentados a não ser pelos constitucionais, burgueses moderados, os Jacobinos, cuja cotização era mais branda, se

democratizavam. Pequenos burgueses, lojistas, artífices assistiam assiduamente às suas assembleias e constituíam a sua força; seus oradores preferidos eram Robespierre e Brissot, cujas opiniões não tardaram a entrar em choque; pelas suas filiais, o Clube dos Jacobinos estendia influência sobre todo o país, agrupando, sobretudo, os defensores da Revolução e os adquirentes dos bens nacionais. O Clube dos Franciscanos era formado de elementos mais populares.

As seções parisienses, por fim, em número de 48, permitiam aos cidadãos ativos acompanhar os acontecimentos políticos e controlá-los em certa medida. Elas se reuniam regularmente em assembleias-gerais, tornando-se um centro intenso da vida política popular e contribuindo para o progresso do espírito democrático e igualitário, quando os cidadãos passivos nela penetraram em massa, a partir de julho de 1792.

2. *O Primeiro Conflito entre o Rei e a Assembléia (fim de 1791).*

As numerosas dificuldades que a Assembléia Constituinte não havia resolvido, legadas assim à Assembléia Legislativa, ameaçaram um conflito entre o rei e a Assembléia, que não pôde ser liquidado pelos meios constitucionais. As dificuldades eram de todas as ordens.

Dificuldades econômicas e sociais, em primeiro lugar. No outono de 1791, as desordens recomeçaram nas cidades e nos campos. Nas cidades, devidas, principalmente, à baixa do *assignat* e ao encarecimento dos meios de subsistências, particularmente dos gêneros coloniais, café, açúcar, rum, consecutivo à sublevação dos negros de São Domingos mantidos na escravidão. Desordens produziram-se em Paris no fim de janeiro de 1792, em torno das casas de especiarias, cujos preços a multidão obrigou os mercadores a baixar; as seções parisienses começaram a denunciar os monopolistas. Nos campos, a alta dos preços do trigo, a manutenção das taxas feudais até o seu resgate, provocaram revoltas. Desde novembro de 1791, produziram-se, um pouco por toda parte, pilhagens de comboios de cereais e em mercados. As municipalidades da Beauce, sob a pressão das revoltas populares, taxaram os cereais e os gêneros de primeira necessidade. Em Etampes, o prefeito Simoneau, rico curtidor de peles, recusou a taxaço e foi massacrado a

3 de março de 1792; os Fueldenses dele fizeram um mártir. No Centro, no Sul, os castelos dos emigrados foram pilhados e incendiados, em março de 1792; as massas camponeses reclamavam a supressão total do regime feudal. Ante essa ameaça social, a Assembléia hesitou e dividiu-se.

Dificuldades religiosas, em seguida. O clero refratário prosseguia em sua agitação e incorporava uma parte das massas católicas na contra-revolução. Em agosto de 1791, os refratários haviam suscitado desordens na Vendéia; a 26 de fevereiro de 1792, contribuíram para sublevar os camponeses da Lozère contra os patriotas de Mende. Por toda parte afirmava-se a ligação dos refratários e dos aristocratas. A 16 de outubro de 1791, os aristocratas fomentaram uma insurreição em Avignon e massacraram o secretário-escrivão da comuna, Lescuyer, chefe do partido avançado; os patriotas responderam com o massacre da Glacière.

Dificuldades exteriores, por fim. Os emigrados que o Conde de Provence reunira afinal, multiplicavam as provocações: publicação de um manifesto anunciando a invasão da França, ataques violentos contra a Assembléia, concentração de tropas às ordens do príncipe de Condé, no território do eleitor de Trèves, em Coblença. As ameaças contra a Revolução se precisavam.

A política da Assembléia, hesitante no plano social, afirmou-se de forma mais precisa contra os inimigos da Revolução.

No plano social, a burguesia não apresentava a mesma unanimidade que em 1789, quando estava armada para reprimir as insurreições camponesas. A burguesia rica, espantada com a agitação social, se confundia mais e mais com a aristocracia; pretendia reconciliar-se com a realza. Mas a burguesia média perdera, depois de Varennes, toda a confiança no rei; pensava, antes de tudo, em seus próprios interesses e compreendia que não poderia defendê-los sem o apoio do povo. Seus dirigentes esforçaram-se para prevenir qualquer cisão entre a burguesia e as classes populares. "A burguesia e o povo reunidos fizeram a Revolução; somente sua união pode conservá-la", escreveu Pétion, em uma carta a Buzot, a 6 de fevereiro de 1792. Couthon, deputado do Puy-de-Dôme, e que se tornou o amigo de Robespierre, declarava na mesma época que se precisava unir o povo à Revolução por meio de leis justas

e “assegurar-se a força moral do povo, mais pujante que a das tropas”: ele propôs, a 29 de fevereiro de 1792, a abolição sem indenização de todos os direitos feudais, à exceção dos direitos de que os senhores fizessem prova, mediante a apresentação dos títulos originais. Os Fuedenses se opuseram à votação dessa medida. A guerra, ao agravar as dificuldades da burguesia, veio a tornar possível a libertação total dos camponeses.

No plano político, os *brissotins* seduziram a Assembléia, graças ao apoio dos *fayettistas* que não tinham a perspectiva da guerra, a se voltar contra os inimigos da Revolução. Quatro decretos foram votados visando aos emigrados e refratários. O decreto de 31 de outubro de 1791 deu dois meses ao Conde de Provence para reentrar na França, sob pena de perder seus direitos ao trono. O decreto de 9 de novembro dirigiu a mesma intimação aos emigrados, sob pena de serem considerados suspeitos de conspiração e terem os produtos de seus bens seqüestrados em benefício da nação. O decreto de 29 de novembro exigiu dos padres refratários um novo juramento cívico e deu às administrações locais a possibilidade de deportá-los em caso de desordens. Enfim, um último decreto, de 29 de novembro, convidou o rei a

“requerer aos eleitores de Trêves, de Mayence e outros príncipes do Império, que acolhem os franceses fugitivos, a pôr fim aos ajuntamentos e aos alistamentos que toleram na fronteira.”

Por meio dessas iniciativas, a Gironda excitou pouco a pouco o sentimento nacional; pensava colocar, dessa forma, o rei contra a parede e obrigá-lo a se pronunciar francamente a favor ou contra a Revolução.

A política da Corte era levada, ela também, a soluções extremas. Em novembro, a Corte divulgou a candidatura de La Fayette à Prefeitura de Paris, em substituição a Bailly demissionário; o jacobino Pétion foi eleito a 16 de novembro de 1791. O rei e a rainha felicitaram-se pelo resultado. “Mesmo pelo excesso de mal, escreveu Maria Antonieta a 25 de novembro, poderemos tirar partido, mas do que se pensa, de tudo isso.” Tratava-se de praticar a política do pior. Os decretos de novembro e as iniciativas belicosas dos *brissotins* encheram de alegria Luís XVI e Maria Antonieta. Se o rei

opôs seu veto às medidas contra os padres e contra os emigrados, sancionou, porém, o decreto concernente ao seu irmão e o que o convidava a lançar um ultimato aos príncipes alemães: a Assembléia fazia o jogo do rei; atacados, os príncipes entrariam em guerra. Luís XVI e Maria Antonieta, ao excitar, com uma duplicidade nunca vista, os adversários uns contra os outros, tornavam inevitável a guerra. O recurso ao estrangeiro constituía para a monarquia o único meio de salvação.

3. A Guerra ou a Paz (inverno de 1791-1792).

O conflito de interesses e de idéias da Revolução e do Velho Regime criara uma situação diplomática difícil. Longe de abrandar o conflito, os *brissotins* e a Corte, por motivos de política interna, o impeliram pouco a pouco à guerra, enquanto a isso se opunha em vão uma minoria fraca, guiada por Robespierre.

O partido da guerra reuniu, de um modo que podia parecer paradoxal à primeira vista, os *brissotins* e a Corte.

A guerra foi desejada pela Corte, que só esperava salvação da intervenção estrangeira, e que realizava sempre a mesma política de duplicidade. A 14 de dezembro de 1791, o rei fez saber ao eleitor de Trêves que, se antes de 15 de janeiro de 1792, ele não houvesse dispersado os acampamentos de emigrados, passaria a ser considerado "apenas um inimigo da França". A Corte esperava, com isso, precipitar o incidente da intervenção estrangeira, reclamada em vão. Luís XVI, no mesmo dia em que ameaçava o eleitor de Trêves, advertia o imperador de que esperava fosse seu ultimato repellido:

"Em lugar de uma guerra civil, teremos uma guerra política — escreveu ele a seu agente Breteuil; — assim será melhor. O estado físico e moral da França lhe torna impossível sustentar uma meia-campanha."

Nesse mesmo 14 de dezembro, Maria Antonieta dizia a seu amigo Fersen: "Os imbecis! Eles não vêem que estão a fazer o nosso jogo!" A Corte precipitou a França na guerra, na secreta esperança de que o país se haveria mal e de que a derrota permitiria a restauração do poder absoluto.

A guerra foi desejada pelos *brissotins* por motivos de política interna e de política exterior. No plano político, os

brissotins pretendiam obrigar, pela guerra, os tratados, e Luís XVI a se desmascarar. “Marquemos logo um lugar para os traidores — exclamou Guadet da tribuna da Assembléia Legislativa, a 14 de janeiro de 1792 — e que esse lugar seja o cadafalso.” Os *brissotins* julgavam a guerra conforme aos interesses da nação:

“Um povo que conquistou sua liberdade após dez séculos de escravatura — declarava Brissot aos Jacobinos, a 16 de dezembro de 1791 — tem necessidade da guerra; precisa da guerra para consolidar a liberdade.”

E o mesmo Brissot, na Assembléia Legislativa, a 29 de dezembro: “É chegado, enfim, o momento em que a França deve patentear aos olhos da Europa o caráter de uma nação livre, que deseja defender e manter sua liberdade.” Mais precisamente ainda, nesse mesmo discurso: “A guerra é atualmente um benefício nacional; a única calamidade que se tem a temer é a de não haver guerra... É o interesse da nação, unicamente ele, que aconselha a guerra.”

Mas a que nação se referia ele? O discurso mais claro, nesse sentido, foi o de Isnard, a 5 de janeiro de 1792, na Assembléia Legislativa. Não bastava “manter a liberdade”, era preciso “consumar a revolução”. Isnard dava um conteúdo social à guerra que se anunciava: “Trata-se de uma luta entre o patriciado e a igualdade”. O patriciado, ou seja, a aristocracia; a igualdade, ou seja, a *igualdade constitucional*, definida pela organização censitária do sufrágio:

“A classe mais perigosa de todas — segundo Isnard — se compõe de muitas pessoas que destroem a revolução, porém, mais essencialmente, de uma infinidade de grandes proprietários, de ricos negociantes, enfim, de uma multidão de homens opulentos e orgulhosos que não podem suportar a igualdade, que desprezam uma nobreza à qual aspiram...; enfim, que detestam a Constituição nova, mãe da igualdade.”

Trata-se da Constituição de 1791, e a igualdade a que ele se refere “não é outra senão a dos direitos”, como devia afirmar, em breve, Vergniaud. Portanto, a guerra desejada pelos Girondinos não estava conforme aos interesses da nação burguesa.

As preocupações econômicas não eram menos claras. A burguesia de negócios e os políticos a seu serviço desejavam acabar com a contra-revolução, particularmente para restabelecer o crédito do *assignat* necessário à boa marcha das empresas. Pelos lucros consideráveis que os fornecedores das tropas tinham sempre experimentado, a guerra não era para se deplorar no mundo dos negócios. Guerra continental com a Áustria antes da guerra marítima com a Inglaterra: essa última comprometeria o comércio das Ilhas e a prosperidade dos portos. Tendo desfechado a guerra continental desde abril de 1792, os Girondinos só declararam guerra à Inglaterra em fevereiro do ano seguinte.

No plano diplomático, os *brissotins* voltam-se essencialmente contra a Áustria, símbolo do Velho Regime. Estavam prontos, apoiados pelos refugiados políticos, a deflagrar a guerra que libertaria os povos oprimidos. “O momento de uma nova cruzada chegou — proclamou Brissot a 31 de dezembro de 1791. — Trata-se de uma cruzada de liberdade universal.” Isnard já ameaçara a Europa de empolgar “os povos numa guerra contra os reis”. A guerra tornou-se o centro de todas as preocupações políticas:

“A guerra! A guerra! — escrevia um deputado em janeiro de 1792. — Eis o grito que, de todas as partes do Império, retumba nos meus ouvidos!”

O partido da paz retardou algum tempo a marcha da guerra. Os Triúnviros e os ministros de sua clientela opunham-se à política belicosa da Corte e da Assembléia. Em janeiro de 1792, Barnave e Du Port dirigiram um relatório a Leopoldo, recomendando-lhe dispersar os emigrados.

É em Robespierre que a política da guerra encontra o adversário mais lúcido e mais obstinado. Apoiado, a princípio, por Danton e alguns jornais democratas, Robespierre resistiu quase sozinho à corrente irresistível que arrastou atrás dos *brissotins* a massa dos revolucionários para a guerra. Durante três meses, com uma clarividência extraordinária, Robespierre opôs-se a Brissot, na tribuna dos Jacobinos, em uma luta ardente que dividiu para sempre o partido revolucionário. Fez ver que a Côte não estava sendo sincera ao propor a guerra. Em seu discurso de 2 de janeiro de 1792, aos Jacobinos, constata

que a guerra interessa aos emigrados, à Corte, aos fayettistas, que a sede do mal não está apenas em Coblença: “Não está por acaso em Paris? Não há, por acaso, alguma relação entre Coblença e um outro lugar não longe de nós?” Sem dúvida, torna-se necessário consumar a Revolução e consolidar o país, mas Robespierre inverte a ordem de urgência:

“Começai por examinar vossa posição interna; estabelecei a ordem em vossa casa antes de levar a liberdade algures.”

Antes de fazer a guerra e de bater-se com os aristocratas lá fora, é preciso reduzir os de dentro, domar a Corte, expurgar as tropas. A guerra pode acabar mal: o exército está desorganizado com a emigração dos oficiais aristocratas, as tropas carecem de armas e equipamentos, as praças, de munições. Não se está desobrigado com o povo “desde que se lhe dá a guerra”: é necessário armar os cidadãos passivos, reanimar o espírito público. Ainda em caso de vitória, a liberdade arrisca-se a soçobrar sob os golpes de um general ambicioso... A oposição lúcida e corajosa de Robespierre foi impotente para deter a avalanche.

4. *A Declaração de Guerra (20 de abril de 1792).*

A marcha para a guerra, por um instante retardada pela atitude de Robespierre, precipitou-se nos primeiros meses do ano de 1792. A 9 de dezembro de 1791, os fayettistas lograram, graças ao apoio dos brissotins, impor a guerra ao Conde de Narbonne, que foi o instrumento da política belicosa no seio do ministério. A 25 de janeiro de 1792, depois que o eleitor de Trèves, amedrontado, cedeu, dispersando os ajuntamentos de emigrados, a Assembléia convidou o rei a perguntar ao imperador “se ele renunciava a todo tratado e convenção dirigidos contra a soberania, a independência e a segurança da nação” — o que equivalia a exigir um desmentido formal da declaração de Pillnitz. O ministro dos Negócios Estrangeiros, de Lessart, tentou frear essa política belicosa, conseguindo o retorno de Narbonne.

A formação do ministério brissotin constituiu a resposta à volta de Narbonne. A Gironda se inflamou logo; Vergniaud denunciou os conselheiros perversos do rei. Brissot pronunciou,

contra o ministro empenhado na paz, um requisitório violento: de Lessart foi acusado perante a Alta Corte, a 10 de março de 1792. Os outros ministros, apavorados, demitiram-se. Luís XVI, a conselho de Dumouriez, que assumiu os Negócios Estrangeiros, convocou ao ministério os amigos de Brissot e da Gironda: Clavière para as Contribuições Públicas, Roland para o Interior, e mais tarde, a 9 de maio, Servan para a Pasta da Guerra. Antigo agente secreto, autêntico aventureiro, Dumouriez, que aderira à Revolução por ambição, tinha o mesmo objetivo de La Fayette: fazer uma guerra curta, depois reconduzir o exército vitorioso a fim de restaurar o poder monárquico. Para desarmar os Jacobinos, deu-lhes algumas Pastas: Lebrun-Tondu et Noël, amigo de Danton, para os Negócios Estrangeiros, Pache para o Interior. Os ataques contra a Corte cessaram imediatamente na imprensa girondina. Robespierre levou vantagem ao denunciar os compromissos dos *intrigantes*: a ruptura tornou-se definitiva entre seus partidários e a Gironda.

A declaração de guerra não se fez tardar, desde então. Leopoldo morreu subitamente a 1.º de março. Seu sucessor, Francisco II, estava decidido a pôr fim à situação, mas se mostrava hostil a qualquer concessão: não respondeu a um ultimato que lhe foi dirigido a 25 de março. A 20 de abril de 1792, o rei se rendeu à Assembléia, a fim de propor a declaração de guerra ao "rei da Hungria e da Boêmia", isto é, à Áustria apenas, e não ao Império. Somente uma dezena de deputados votou contra a declaração de guerra.

A guerra não devia corresponder aos cálculos de seus promotores, nem aos da Corte nem aos da Gironda. Mas contribuiu para exaltar o sentimento nacional e aureolou os Girondinos com um prestígio persistente, que as catástrofes que se seguiram pouco lograram embaciar. Se os Girondinos pereceram finalmente, não foi porque haviam desejado a guerra que acabou por mostrar a nação a si mesma, mas por não terem sabido conduzi-la.

"Fundadores da República — escreveu Michelet — dignos do reconhecimento do mundo por haver querido a cruzada de 92 e a liberdade para toda a terra, eles precisavam lavar a nódoa de 93, entrar para a expiação na imortalidade."

II

A Queda do Trono (abril-agosto de 1792)

A guerra, que durou, de forma quase contínua, até 1815, e que transtornou a Europa, reanimou na França o movimento revolucionário: a realza foi a primeira vítima.

1. *Os Reveses Militares (primavera de 1792).*

A guerra, para corresponder aos cálculos dos *brissotins*, bem como aos da Corte, devia ser rápida e decisiva.

A insuficiência das tropas e de seus chefes provocou, ao contrário, reveses desde o início da campanha. O exército francês estava em plena decomposição. Dos 12.000 oficiais, a metade, pelo menos, já havia emigrado. Os efetivos estavam reduzidos, cerca de 150.000 homens, tropas de linha e voluntários convocados em 1791. O conflito político e social ganhara o exército, opondo a tropa patriota ao comando aristocrático; a disciplina se ressentia, por esse motivo. O alto comando era medíocre; o Marechal de Rochambeau, que desempenhara grande papel na guerra da América, agora envelhecido, não tinha a confiança de seus comandados; o Marechal de Luckner, velho mercenário alemão, era incapaz; La Fayette não passava de um general político.

As primeiras derrotas não tardaram. Dumouriez havia ordenado a ofensiva a três divisões já concentradas na fronteira. Os austríacos só lhes opuseram 35.000 homens. Um ataque brusco propiciou aos franceses a ocupação de toda a Bélgica, mas, a 29 de abril, à vista dos primeiros austríacos, os generais Dillon e Biron, afrontando suas tropas, ordenaram a retirada; os soldados, julgando-se traídos, debandaram; Dillon foi massacrado. A fronteira estava descoberta. Nas Ardenas, La Fayette não se movimentara. Os generais atiraram a responsabilidade dos reveses sobre a indisciplina das tropas e sobre o ministério, que a tolerava. A 18 de maio de 1792, reunidos em Valenciennes, os chefes militares, malgrado as ordens do ministério, declararam a ofensiva impossível e aconselharam

ao rei a paz imediata. As verdadeiras razões dessa atitude do alto comando não eram de ordem militar, mas de ordem política. Sempre clarividente, Robespierre denunciara o perigo desde 1.º de maio, aos Jacobinos: 1792

“Não! Eu não me fio nos generais e, fazendo algumas exceções honrosas, digo que quase todos têm saudades da velha ordem, dos favores de que dispõe a Corte. Só confio no povo, unicamente no povo.”

La Fayette se reaproximara definitivamente dos lamethistas para enfrentar os democratas; declarou-se pronto a marchar sobre Paris com suas tropas a fim de dispersar os Jacobinos.

2. O Segundo Conflito entre o Rei e a Assembléia (junho de 1792).

Os reveses militares, a atitude dos generais, sua colusão com a Corte, deram, contra os aristocratas que achincalhavam a nação, um novo impulso, no ardor nacional inseparável do ardor revolucionário. 1792

A 26 de abril, em Estrasburgo, Rouget de Lisle lançou seu *Canto de Guerra para o Exército do Reno*, cujo ardor, ao mesmo tempo nacional e revolucionário, não deixava dúvida. No espírito do autor, como no espírito dos que o cantaram, revolução e nação não se distinguiam. Os tiranos e os *vis déspotas*, que cogitavam de entregar a França à antiga *escravatura*, são ali denunciados, mas também a aristocracia, os emigrados, *essa horda de escravos, de traidores, esses parricidas, esses cúmplices de Bouillé*. A pátria, cujo amor sagrado é exaltado, a cuja defesa se faz apelo (“Percebei, nos campos, berrar os ferozes soldados...”), é a pátria que, depois de 1789, foi levantada contra a aristocracia e o feudalismo.

Não se pode separar o que logo se tornou o *Hino dos Marselheses* de seu contexto histórico: a crise da primavera de 1792. Impulso nacional e assomo revolucionário foram inseparáveis; um conflito de classes lastreava e exacerbava o patriotismo. Os aristocratas opunham o rei à nação que desprezavam, os do interior esperavam o invasor com impaciência, os emigrados combatiam nas fileiras inimigas. Para os *patriotas* de 1792, tratava-se de defender e de promover a herança de 89. A crise nacional deu novo impulso às massas populares, sempre preocupadas com o complô aristocrático, e aprofundou o movi-

mento democrático. Os cidadãos passivos, a conselho dos próprios Girondinos, se armaram de piques, puseram o gorro vermelho, multiplicaram as sociedades fraternais. Iriam quebrar os quadros censitários da nação burguesa?

“A pátria — segundo Roland a Luís XVI, na célebre carta de 10 de junho de 1792 — não é apenas uma palavra que a imaginação esteja compelida a embelezar; é um ser a quem se faz sacrifícios, a que nos ligamos mais, a cada dia, pelas solitudes que ele causa; que criamos com grandes esforços, que se eleva no meio de inquietudes, e que o amamos, mas pelo que ele custa do que pelo que dele se espera.”

A pátria só era concebida pelos cidadãos passivos em igualdade de direitos.

Ora, a crise nacional, superexcitando o sentimento revolucionário, acentuava as oposições sociais no próprio seio do Terceiro Estado. Mais ainda que em 1789, a burguesia se inquietava — e logo a Gironda hesitou. Os ricos eram taxados para armar os voluntários; a revolta agrária cobria todo o Quercy, ganhava o Baixo-Languedoc, enquanto a inflação continuava sua devastação e recomeçavam as desordens ligadas ao abastecimento de gêneros. O homicídio de Simoneau, prefeito de Etampes, a 3 de março de 1792, assinala a oposição irreductível entre as reivindicações populares e as concepções burguesas do comércio e da propriedade. Enquanto em Paris, em maio, Jacques Roux reclamava já a pena de morte contra os monopolistas, em Lyon, a 9 de junho, Lange, oficial municipal, apresentava seus *Meios Simples e Fáceis de Promover a Abundância e o Justo Preço do Pão*, pelo tabelamento e pela regulamentação. Um espectro aterrorizou, desde então, a burguesia — o espectro da *lei agrária*. Enquanto Pierre Dolivier, cura de Mauchamp, tomava a defesa dos revoltosos de Etampes, a Gironda fazia decretar, a 12 de maio de 1792, malgrado Chabot, uma cerimônia fúnebre em honra de Simoneau, e que sua faixa de prefeito fosse suspensa das abóbadas do Panteão. Assim se precisou o plano de clivagem que logo separou a Montanha * e a Gironda; pressentiam-se já as razões profundas

(*) Designação dada ao grupo de convencionais que ocupavam os bancos mais elevados na Assembléia (N. do T.).

do que a história pudicamente denominou o desmaio nacional dos Girondinos: representantes da burguesia, ardentemente comprometidos com a liberdade econômica, os Girondinos tiveram medo da vaga popular que haviam desencadeado pela sua política de guerra; o sentimento nacional não foi jamais, entre eles, bastante forte para fazer calar a solidariedade de classe.

A política da Assembléia, sob a arremetida popular, rete-sou-se. Os brissotins se deram conta de que a Corte apoiava a rebelião dos generais. Brissot e Vergniaud, a 23 de maio de 1792, denunciaram com violência o comitê austriaco que, sob a direção da rainha, preparava a vitória do inimigo e a contra-revolução. Sob sua influência, a Assembléia reviu a política de intimidação. Novos decretos foram votados, revidando golpe por golpe: deportação de qualquer padre refratário denunciado por vinte cidadãos de seu departamento (27 de maio), dissolução da guarda do rei, cheia de aristocratas (29 de maio), formação em Paris de um acampamento de 20.000 guardas nacionais que assistiriam a Federação (8 de junho) — força revolucionária que não apenas daria cobertura à Capital, mas resistiria eventualmente a qualquer tentativa dos generais facciosos.

A política real tirou partido dos desacordos entre os generais e os ministros. Luís XVI recusou-se a sancionar os decretos a respeito dos padres refratários e sobre a convocação dos federados. A 10 de junho, Roland lhe dirigiu uma autêntica intimação para a retirada do veto, advertindo-o de que sua atitude arriscava a provocar uma explosão terrível, pois faria crer aos franceses que o rei estava de combinação com os emigrados e com o inimigo. Luís XVI fincou pé; a 23 de junho, demitiu os ministros brissotins Roland, Servan e Clavière. Os Girondinos fizeram a Assembléia decretar que os ministros exonerados eram alvos de queixas da nação. Dumouriez, temendo ser acusado, apresentou sua demissão a 15 de junho e partiu para as tropas do Norte. Os Fueldenses retomaram o poder: La Fayette, julgando o momento favorável, declarou, a 18 de junho de 1792, “a Constituição francesa ameaçada pelos facciosos internos, tanto quanto pelos inimigos externos”, e intimou a Assembléia a romper o movimento democrático.

A jornada de 20 de junho de 1792 foi organizada para fazer pressão sobre o rei. A recusa à sanção, a demissão dos ministros girondinos, a formação de um ministério fueldense,

mostravam que a Corte e os generais se esforçavam para aplicar o programa dos lamethistas e dos fayettistas: acabar com os Jacobinos, revisar a Constituição, nela reforçando o poder real, e terminar a guerra mediante transação com o inimigo. Ante essa ameaça, os Girondinos favoreceram a organização de uma jornada popular no aniversário do juramento do *Jeu de Paume* e da fuga para Varennes. Os habitantes dos bairros, conduzidos por Santerre, marcharam sobre a Assembléia, em seguida sobre o castelo, para protestar contra a inação das tropas, contra a recusa à sanção dos decretos, contra a demissão dos ministros. O rei, apertado no vão da janela, pôs na cabeça o gorro vermelho, bebeu à saúde da nação, mas recusou-se a sancionar os decretos e a convocar os ministros girondinos.

A tentativa de pressão pacífica fracassara. No entanto, reforçou a oposição e, por um momento, beneficiou o realismo. Pétion, prefeito de Paris, foi suspenso. A 28 de junho, La Fayette, abandonando suas tropas, apresentou-se novamente à Assembléia para intimá-la a dissolver os Jacobinos e a punir os responsáveis pela manifestação de 20 de junho. 1792

3. *O Perigo Exterior e a Incapacidade Girondina (julho de 1792).*

Os Girondinos, emparedados em suas contradições, incapazes de resolver as dificuldades internas e externas, foram ultrapassados pelos elementos revolucionários da Capital. Eles consentiam em fazer apelo ao povo, porém na medida em que visasse aos objetivos que lhes interessavam.

A proclamação da *pátria em perigo*, a 11 de julho de 1792, respondeu à gravidade do perigo externo que os Girondinos não sabiam como conjurar. No início de julho, o exército prussiano do Duque de Brunswick entrara em linha, seguido das tropas dos emigrados sob o comando de Condé. A luta ia ser travada em solo nacional. Ante a iminência do perigo, e esquecendo suas dissensões, os Jacobinos só pensaram na salvação da pátria e da Revolução: a 28 de junho, da tribuna do clube, Robespierre e Brissot lançaram apelo à concórdia. A 2 de julho, devolvendo o veto, a Assembléia autorizou os guardas nacionais a se dirigirem para a Federação de 14 de Julho. No dia 3, Vergniaud denunciou com veemência a traição do rei e de seus ministros: "É em nome do rei que a

liberdade é atacada." No dia 10, ^{junho de 1792} Brissot retomou o mesmo tema e levantou claramente o problema político: "É à revolução, é à declaração dos direitos, é à soberania nacional que os tiranos declaram a guerra." Por iniciativa de Brissot, a 11 de julho de 1792, a Assembléia proclamou a pátria em perigo:

"Tropas numerosas avançam para nossas fronteiras. Todos os que têm horror à liberdade se armam contra a nossa Constituição. Cidadãos! *A Pátria está em perigo.*"

Todos os corpos administrativos ficarão de prontidão; todos os guardas nacionais serão chamados a empunhar armas; novos batalhões de voluntários serão constituídos; em alguns dias, 15.000 parisienses se engajaram. A proclamação cimentava a unidade do povo ameaçado em seus interesses mais caros, chamava-o a participar da vida política ao mesmo tempo que à defesa do país.

As intrigas da Gironda frearam, contudo, o impulso patriótico. Ante as ameaças da Assembléia, os ministros fueldenses se demitiram a 10 de julho — demissão que lançou de novo a discórdia no partido patriota. Os Girondinos quiseram retomar o poder, entrando em negociações secretas com a Côrte. A 20 de julho, Vergniaud, Gensonné, Guadet, escreveram ao rei por intermédio do pintor Boze; Guadet manteve nas Tulherias uma entrevista com a família real. Luís XVI não cedeu, precipitou as coisas e aniquilou, assim, a Gironda, que mudara imediatamente de atitude na Assembléia, desaprovando a agitação popular e ameaçando os facciosos. A 26 de julho, Brissot se pronunciou contra a queda do rei e contra o sufrágio universal:

"Se existem homens que pretendem estabelecer, no momento, a República sobre os destroços da Constituição, o gládio da lei deve tombar sobre eles como sobre os amigos ativos das duas câmaras e sobre os contra-revolucionários de Coblenz."

A 4 de agosto, Vergniaud fez anular a deliberação da seção parisiense de Mauconseil, que declarava não mais reconhecer Luís XVI como rei dos franceses.

A ruptura entre o povo e a Gironda se deu exatamente no instante em que a política girondina ia receber sua conclusão

Robespierre assume a direção *Sufrágio universal*

lógica. Os Girondinos recuaram ante a insurreição, temiam ser extravasados pelas massas revolucionárias que haviam ajudado a mobilizar por toda parte; temiam pôr em perigo, se não a propriedade, pelo menos a preponderância da riqueza. Mas, ao negociar com Luís XVI após tê-lo denunciado, ao recuar no momento de transpor o obstáculo, os Girondinos se condenaram e condenaram com eles o regime de 1791 que sufocava a nação em seus quadros censitários.

4. A Insurreição de 10 de Agosto de 1792.

Contra a monarquia, culpada de pactuar com o inimigo, não apenas Paris, mas todo o país se levantou. A insurreição de 10 de agosto não foi obra unicamente do povo parisiense, porém do povo francês representado pelos federados; pode-se dizer mesmo que a “revolução de 10 de agosto de 1792” foi nacional.

O movimento patriota estava lançado; nada o podia deter mais. As seções parisienses que haviam formado um Comitê central permaneciam de prontidão. Os cidadãos passivos nelas se infiltraram, e entraram na guarda nacional, na qual um decreto de 30 de julho os admitira, finalmente. Nesse mesmo dia, a seção do Teatro Francês instituiu o sufrágio universal em suas assembleias-gerais. De quarenta e oito seções, quarenta e sete se pronunciaram, por fim, pela queda do rei. Nos Jacobinos, Robespierre assumiu a direção do movimento. Desde o 11 de julho, ele havia arengado aos federados: “Cidadãos, viestes acaso para uma cerimônia vã, o renovamento da Federação de 14 de Julho?”

20.230

Sob sua inspiração, foram redigidas petições cada vez mais ameaçadoras, que os federados apresentaram à Assembléia, reclamando a 17, depois a 23 de julho, a queda do rei. Quando viu os Girondinos negociar de novo com a Corte, Robespierre voltou aos ataques contra eles, denunciando, a 29 de julho, “a manobra entre a Corte e os intrigantes da Legislativa”, reclamando a dissolução imediata da Assembléia e sua substituição por uma Convenção que reformaria a Constituição. No dia 25 de julho, chegaram os federados bretões, os marselheses a 30; desfilaram no bairro de Santo Antônio entoando o hino que lhes tomou o nome. Sob o impulso de Robespierre, os federados formaram uma diretoria secreta.

Comuna legal → Comuna Insurreccional
10 agosto de 1792

O manifesto de Brunswick, redigido em Coblença, divulgado em Paris a 1.º de agosto, inflamou os patriotas. Desde os últimos dias de julho a atmosfera da Capital estava exaltada; proclamava-se nas ruas que a pátria estava em perigo; os alistamentos para o exército se faziam nas praças públicas, num cerimonial de austera grandeza. Na esperança de amedrontar os revolucionários, Maria Antonieta pediu aos soberanos inimigos uma declaração ameaçadora; um emigrado a redigiu, o Duque de Brunswick a assinou. O manifesto ameaçava de morte os guardas nacionais e os hesitantes que ousassem “defender-se” contra o invasor; ameaçava o povo parisiense, se ele fizesse “o menor ultraje” à família real, de tirar “uma vingança exemplar e memorável, entregando a cidade de Paris a uma execução militar e a uma subversão total”. O manifesto de Brunswick teve efeito contrário ao esperado pela Corte: exasperou o povo.

A insurreição, que devia ser deflagrada no fim de julho, foi adiada até que a petição das seções parisienses pedindo a queda do rei fosse entregue à Assembléia Legislativa. A seção dos Trezentos, no bairro de Santo Antônio, deu à Assembléia o último prazo, 9 de agosto. A Assembléia dividiu-se naquele dia, sem se pronunciar. À noite, o toque soou. O bairro de Santo Antônio convidou as seções parisienses a enviar à Câmara Municipal comissários que se instalaram ao lado da Comuna legal, e em seguida a substituíram. Isso foi a Comuna Insurreccional. Os bairros se levantaram e, com seus federados, marcharam sobre as Tulherias, onde a guarda nacional desertou. Às 8 horas, apareceram, na vanguarda, os marseheses. Os suíços deixaram-nos entrar nos pátios do castelo e então fizeram fogo, repelindo-os. Quando os habitantes dos bairros chegaram, os federados, com a sua ajuda, retomaram a ofensiva e deram o assalto. Cerca das dez horas, por ordem do rei, os sitiados cessaram o fogo.

Desde os começos da insurreição, sob as instâncias de Roederer, procurador-geral síndico do departamento, comprado aos Girondinos, o rei com sua família deixara o castelo a fim de se colocar sob a guarda da Assembléia, que se reunia ao lado, na sala do Manège. Enquanto o combate mostrava-se duvidoso, a Assembléia tratou Luís XVI como rei. Quando a insurreição tornou-se vitoriosa, ela pronunciou não a queda, mas a suspensão do monarca, e votou a convocação de uma

Convenção eleita pelo sufrágio universal, conforme havia proposto Robespierre.

*

*

*

O trono estava derrubado. Mas com ele soçobrava também o partido fueldense, isto é, a nobreza liberal e a alta burguesia que haviam contribuído para desencadear a Revolução, e em seguida tentado, primeiro sob a direção de La Fayette, depois do Triunvirato, dirigi-la e moderá-la. Quanto ao partido girondino, comprometido com a Côrte e empenhado em deter a insurreição, não saiu engrandecido de uma vitória que não lhe pertencia. Os cidadãos passivos, ao contrário, artífices e lojistas, arrastados por Robespierre e pelos futuros Montanheses, entravam, com estardalhaço, no cenário político.

A insurreição de 10 de agosto de 1792 revestiu-se de caráter nacional no pleno sentido do termo. Os federados dos departamentos, meridionais e bretões, tiveram papel preponderante na preparação e no desenvolvimento da jornada. Mais ainda, as barreiras sociais e políticas, que fragmentavam a nação, tombaram.

“Uma classe particular de cidadãos — declarou a seção parisiense do Teatro Francês, a 30 de julho de 1792 — não possui a faculdade de se arrogar o direito exclusivo de salvar a pátria.”

Convocou, em consequência, os cidadãos “aristocraticamente conhecidos sob a designação de cidadãos passivos” a prestar serviço na guarda nacional, a deliberar nas assembléias-gerais e, em breve, a repartir “o exercício da porção de soberania que toca à seção”. A 30 de julho, a Assembléia Legislativa consagrou um estado de fato ao decretar a admissão dos passivos na guarda nacional.

“Durante o perigo que ameaça a pátria — declarou a seção da Butte-des-Moulins — o soberano deve estar em seu posto: à testa das tropas, à testa dos negócios; deve estar em toda parte.”

Pelo sufrágio universal e o armamento dos cidadãos passivos, essa segunda revolução integrou o povo na nação e

marcou o advento da democracia política. Ao mesmo tempo acentuava-se o caráter social da nova realidade nacional. Após tentativas vãs, os velhos partidários do compromisso com a aristocracia eliminaram-se a si mesmos: Dietrich tentou sublevar Estrasburgo, depois fugiu; a 19 de agosto de 1792, La Fayette, abandonado pelas suas tropas, passou-se para os austríacos. E mais ainda: a entrada em cena da *sans-culotterie* alienou à nova realidade nacional uma fração da burguesia; já as resistências se afirmavam contra essa república democrática e popular que anunciava a segunda revolução de 10 de agosto.



SEGUNDA PARTE

“O DESPOTISMO DA LIBERDADE”
GOVERNO REVOLUCIONARIO
E MOVIMENTO POPULAR
(1792-1795)

(1705-1706)

Agora da quarta ordem havia chegado? No conflito entre a França revolucionária e a aristocracia européia, uma parte da burguesia se deu conta de que não poderia vencer sem o povo: os Montanheses se aliaram aos *sans-culottes*. Mas essa intrusão da *sans-culotterie* no cenário político, e por sua própria conta, parecia uma ameaça suprema aos interesses da grande burguesia que, pela boca de Brissot, denunciou a *hidra da anarquia*. A fim de defender sua supremacia social e política, a burguesia girondina não hesitou em fazer o jogo da contra-revolução e dos partidários do Velho Regime. “Nós, proprietários, estamos ameaçados”, proclamou Pétion, no fim de abril de 1793, convocando os abastados. A 2 de junho, a Gironda desmoronava sob os golpes da *sans-culotterie* parisiense.

O movimento popular se ampliou. O povo, que fizera todas as grandes jornadas revolucionárias, estava de pé para a defesa das fronteiras. Como preço de seus sacrifícios, pretende, doravante, assegurar sua existência.

“A liberdade não passa de um vão fantasma quando uma classe de homens pode esfaimar outra impunemente — exclamou o “Enraivecido” Jacques Roux, a 25 de junho de 1793, na tribuna da Convenção. — A igualdade não passa de um vão fantasma quando o rico, pelo monopólio, exerce o direito de vida e morte sobre seu semelhante.”

Para fazer viver os *sans-culottes* e assegurar a salvação da República, os Montanheses tiveram em mira uma organização econômica que, pela requisição, tabelamento e nacionalização, pudesse atingir os direitos dos proprietários: verdadeira política de classe, imposta pelas circunstâncias, mas que correspon-

dia às necessidades, bem como às aspirações profundas da *sans-culotterie*.

“Pronunciái-vos — lançara Jacques Roux aos Montanheses. — Os *sans-culottes*, com suas lanças, executarão vossos decretos.”

A eliminação dos Enraivecidos e depois, na primavera de 1794, a de Hébert e do grupo *Cordelier* que soubera traduzir os desejos confusos das massas populares, tornaram, entretanto, mais e mais difícil essa aliança fraternal da *sans-culotterie* e da média burguesia jacobina, que caracterizou a República do ano II. Os esforços de Robespierre e de Saint-Just (“Os desgraçados são os poderes da terra”), com vista a uma renovação social que unisse irremediavelmente o povo à Revolução, resultaram vãos. Eles se chocaram contra a indiferença das massas desorientadas, contra a hostilidade declarada da burguesia, contra as contradições que não podiam ultrapassar. No 9 de termidor do ano II (27 de julho de 1794), à hora do perigo, os quadros populares responderam mal ao apelo da Comuna insurreccional robespierrista. “A revolução está gelada”, declarara Saint-Just, pouco antes. Tendo imposto o despotismo da liberdade aos inimigos da ordem nova, o povo assegurara o triunfo sobre a contra-revolução aristocrática e a coalizão européia. Mas a vitória lhe escapou, os “notáveis” respiram.

A burguesia termidoriana necessitou de muitos meses para destruir a República do ano II, dismantelar o governo revolucionário, arruinar a economia dirigida e, sobre o fundamento da liberdade econômica e do livre lucro, restaurar o privilégio da riqueza e da propriedade. Tomada de estupor pela queda dos robespierristas, a *sans-culotterie* parisiense sustentou encarnizado combate de retaguarda e defendeu pé a pé, durante vários meses ainda, seu direito à existência e seu lugar na nação. As dramáticas jornadas do prairial do ano III (maio de 1795) marcaram a derrota dos *sans-culottes*, sua eliminação da cena política, o fim da revolução democrática, da qual a queda do trono a 10 de agosto de 1792 constituíra o advento. Assim sendo, as jornadas do prairial do ano III, mais do que a do 9 de termidor do ano II, fixam o termo da revolução: o impulso desta fora definitivamente rompido.

1

O FIM DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA IMPULSO REVOLUCIONÁRIO E DEFESA NACIONAL (agosto-setembro de 1792)

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA sancionara imediatamente a vitória popular, ao votar a suspensão do rei e a convocação de uma Convenção eleita pelo sufrágio universal, e encarregada de elaborar uma nova Constituição. A Comuna insurreccional de 10 de agosto internou Luís XVI e sua família no Templo *, sob severa vigilância. A Assembléia nomeou um Conselho Executivo provisório em que, ao lado dos velhos ministros girondinos — Roland na Pasta do Interior, Clavière na das Contribuições Públicas, Servan na da Guerra —, figuravam Monge, na Marinha, Lebrun, nas Relações Exteriores, e Danton, na Justiça.

I

O Primeiro Terror

1. A Comuna de 10 de Agosto e a Assembléia Legislativa.

O conflito da Comuna e da Assembléia estendeu-se pelas seis semanas do fim da Assembléia Legislativa, de 10 de

(*) Velho mosteiro fortificado dos templários, em Paris, edificado no século XII, arrasado em 1811 (N. do T.).

agosto a 20 de setembro de 1792, e teve, no curso da Revolução, uma importância capital. Em face do poder legal representado pela Assembléia, erguia-se um poder revolucionário: a Comuna insurrecional de 10 de agosto. Como o jornalista Girey-Dupré, redator do *Patriote français*, o jornal de Brissot, fizesse queixa à Assembléia, em carta de 30 de agosto, de haver sido intimado à barra do tribunal da Comuna, e de tê-la acusado de usurpação e de ditadura, a Gironda voltou-se contra a Comuna. Aos ataques de Gensonné, de Guadet, de Grangeneuve, a Comuna respondeu e se justificou pelo órgão de Tallien, a 31 de agosto de 1792:

“Tudo o que fizemos, o povo o sancionou... Se nos atakai, atakai também este povo que fez a Revolução de 14 de julho, que a consolidou a 10 de agosto e que a manterá.”

A luta desses dois novos poderes durou até à reunião da Convenção; continuou, em seguida, na oposição dos dois partidos, girondino e montanhês. Os vencedores de 10 de agosto estavam resolvidos a impor suas vontades. A Assembléia Legislativa devia reconhecer a Comuna insurrecional mantida por eleições de 288 membros, todos nascidos da pequena e média burguesia. Mas à Assembléia, onde dominava a Gironda, partido da grande burguesia e da legalidade, repugnavam as medidas revolucionárias de que a Comuna dava exemplo e que a Montanha herdou.

Danton, no Conselho Executivo, formava como que uma ligação entre os dois poderes: seu passado revolucionário era uma garantia para a Comuna; para a Assembléia sua atitude provocou agitações em muitas circunstâncias. Nascido em 1759, filho de um procurador do bailiado de Arcis-sur-Aube, antigo advogado do Conselho do rei, Danton manifestara-se, desde 1789, como democrata. Sua ação na seção do Teatro Francês e no Clube dos *Cordeliers* lhe valeu ser eleito, em 1791, membro da Diretoria do departamento, em seguida substituto do procurador da Comuna de Paris. Requisitado, sem dúvida alguma, pela Côte, não parece ter-lhe feito concessão maior. Se seu papel no 10 de agosto continua obscuro, ele passou, em seguida, ao primeiro plano. Eloquente, de uma *verve* popular e sem afetação, realista, sabendo manobrar e tomar decisões com audácia, essencialmente generoso e profundamente gozador,

preso da violência e incapaz de rancor, Danton encarnou, por um momento, a França revolucionária, pelo seu patriotismo e fé no povo. Dominou o Conselho Executivo.

O poder estava, dessa forma, dividido entre três autoridades distintas que invadiam continuamente o terreno umas das outras: a Comuna, a Assembléia e o Conselho Executivo. As medidas revolucionárias, que legitimavam as circunstâncias e a luta contra o duplo perigo interno e externo, foram tomadas alternadamente por autoridades rivais, ao acaso dos acontecimentos — ditadura confusa que não adquiriu forma alguma definida, e que não se encarnou nem em uma instituição ou em um homem, nem em um partido ou em uma classe.

Fazia-se necessário, de início, incorporar os departamentos e as tropas ao novo estado de coisas. A Assembléia, no mesmo 10 de agosto, delegou doze de seus membros, três junto a cada uma das quatro tropas, “com o poder de suspender provisoriamente tanto os generais quanto todos os demais oficiais e funcionários públicos, civis e militares”. O Conselho Executivo enviou aos departamentos comissários escolhidos por Danton entre o pessoal insurreccional parisiense. A Comuna elegeu também seus delegados. Esses comissários agiram revolucionariamente: prisões de suspeitos, criação de comitês de vigilância, expurgo de autoridades. Os departamentos tiveram a mesma duração dos da capital.

A Comuna reclamou a criação de um *tribunal criminal extraordinário*, formado de juizes eleitos pelas seções parisienses, para julgar os crimes da contra-revolução. Malgrado sua repugnância, a Assembléia cedeu, a 17 de agosto. Já a 11 de agosto, fora confiada às municipalidades a missão de apurar os crimes contra a segurança do Estado e de proceder, em caso de necessidade, à prisão provisória dos suspeitos. A Assembléia impôs a todos os funcionários, inclusive os sacerdotes, o juramento de manter a liberdade e igualdade. A 26 de agosto, decretou que os eclesiásticos que, sujeitos ao juramento, não o tivessem prestado, teriam de abandonar o reino dentro de quinze dias, sob pena de deportação para a Guiana. A 28 de agosto, as visitas domiciliares foram autorizadas pela Assembléia, sob pressão da Comuna, para a busca de armas que pudessem estar em mãos de cidadãos suspeitos. Pouco a pouco instaurava-se um regime de exceção.

2. *Os Massacres de Setembro.*

Os massacres de setembro constituíram o ponto culminante desse primeiro Terror. O perigo externo estava longe de ser conjurado: a 26 de agosto, chegou a Paris a notícia da tomada de Longwy. A invasão progredia, avivando a febre revolucionária e patriótica. Ao mesmo tempo espalhava-se a nova de uma tentativa de insurreição na Vendéia. O inimigo era onipresente.

Enquanto a Comuna imprimia um novo impulso à defesa nacional, acelerando os trabalhos de entrincheiramento em torno da cidade, ordenando a fabricação de 30.000 lanças, procedendo a novos alistamentos, desarmando suspeitos para armar os voluntários, os chefes da Gironda, julgando desesperadora a situação militar, cogitavam de deixar Paris com o governo. Roland preparava a evacuação ao sul do Loire, repelida por Danton: "Roland, deixe de falar em fuga; esteja certo de que o povo não lhe dá ouvidos." Entretanto, as visitas domiciliares autorizadas pela Assembléia haviam começado a 30 de agosto, durando dois dias contínuos: 3.000 suspeitos foram detidos e conduzidos à prisão — embora muitas detenções não fossem mantidas. A 2 de setembro, havia em nove casas de detenção cerca de 2.800 prisioneiros, dos quais mais de mil entrados depois de 10 de agosto.

A 2 setembro, pela manhã, chegou a Paris a notícia de que Verdun estava sitiada; Verdun, a última fortaleza entre Paris e a fronteira. Imediatamente a Comuna lançou uma proclamação aos parisienses: "Às armas, cidadãos, às armas! O inimigo está às portas!" Por sua ordem, disparou-se o canhão de alarme, soaram os tambores e as cornetas, tocaram os sinos, fecharam-se as barreiras, convocaram-se os homens válidos ao Campo de Marte para formar batalhões de infantaria. Os membros da Comuna demandaram suas seções respectivas. "Eles pintaram com energia, para seus concidadãos, os perigos iminentes da pátria, as traições que nos cercavam ou ameaçavam, o território francês invadido..."

A Comuna, uma vez mais, dava o exemplo de ardor patriótico. Nessa atmosfera superexcitada pelo canhão e pelos sinos, a obsessão da traição cresceu. Os voluntários se preparavam para partir em massa; espalhou-se o boato de que, na retaguarda, os suspeitos aprisionados se sublevariam, para estender a mão

ao inimigo. Marat, aliás, já aconselhara os voluntários a não deixar a Capital sem haver feito, antes, justiça aos inimigos do povo.

Na tarde de 2 de setembro, ¹⁷⁹²padres refratários que eram conduzidos à prisão da Abadia, foram mortos pelos seus guardiães, federados marseheses e bretões. Um bando formado de lojistas, artífices, federados, guardas nacionais, lançou-se sobre a prisão dos Carmelitas, onde estavam encerrados numerosos refratários; estes foram massacrados. Em seguida, chegou a vez dos prisioneiros da Abadia. O Comitê de Vigilância da Comuna interveio, então; tribunais populares foram estabelecidos; na concepção popular, o exercício da justiça é um atributo de soberania, o povo a utiliza quando é preciso. Um comissário da Comuna declarou, na noite de 2 para 3 de setembro: "O povo, ao exercer sua vingança, pratica também a justiça." As execuções continuaram pelos dias seguintes, em outras prisões: Force, Conciergerie, depois no Châtelet, na Salpêtrière; por fim, a 6 de setembro, na Bicêtre. Ao todo, mais de 1.100 prisioneiros foram mortos, dos quais três quartos eram detidos de direito comum.

As autoridades se omitiram. A Assembléia era impotente. Os Girondinos, aterrorizados, sentiam-se ameaçados. Danton, ministro da Justiça, nada faz para proteger as prisões: "Estou c... pela sorte dos prisioneiros — teria ele declarado após um apelo de Mme Roland. — Eles recebem o que merecem!" Numa circular enviada aos departamentos, o Comitê de Vigilância da Comuna justificou sua ação e convidou a nação inteira a adotar "este meio, se necessário, para a salvação pública", indispensável "a fim de deter, pelo terror, as legiões de traidores ocultos dentro de nossas paredes, no momento em que o povo ia marchar contra o inimigo".

"Com um frenesi de horror, julgavam-se esses acontecimentos como uma ação justa", está escrito, sobre os massacres de setembro, no *Souvenirs d'une femme du peuple*. É, com efeito, em função da época e do meio onde eles se desenrolaram, que se há de apreciar os acontecimentos de setembro. A crise revolucionária, ao aprofundar-se, determinara e endurecera ao mesmo tempo as feições novas da nação. Os massacres de setembro e o primeiro Terror apresentaram um aspecto nacional e um aspecto social que não se podem dissociar. A invasão (os prussianos penetraram na França a 19 de agosto) consti-

tuía um pujante fator de superexcitação. O período de fim de agosto a início de setembro de 1792, sem dúvida o de maior perigo para a Revolução, foi também aquele em que a nação popular se ressentiu o mais fortemente do perigo externo. Ao medo nacional unia-se, porém, o medo social: medo pela Revolução, medo da contra-revolução. O *complô aristocrático* recrudesceu o novo espírito dos patriotas. “É preciso impedir os inimigos de entrarem na Capital — escreveu em seu *Carnet* o dragão Marquant, a 12 de setembro de 1792, após a perda do posto de La Croix-aux-Bois, na Argonne —, onde eles devem degolar nossos legisladores, devolver a Luís Capeto seu cetro de ferro e nos meter de novo em ferros.” A medida que cresciam o medo e o ódio ao invasor, aumentavam, ao mesmo tempo, o medo e o ódio ao inimigo interno, aos aristocratas e a seus partidários. Ódio social, e não apenas entre a *sans-culotterie* parisiense. Taine, a quem não se pode suspeitar de benevolência, traçou um quadro impressionante da *cólera formidável* precipitada, no seio das massas camponesas, pela perspectiva do restabelecimento do Velho Regime e do feudalismo:

“Não se trata mais de escolher entre a ordem e a desordem, mas entre o novo regime e o velho, porque, atrás dos estrangeiros, percebem-se os emigrados na fronteira. O abalo é terrível, sobretudo na camada profunda que sustenta, sozinha, quase toda a carga do velho edifício, entre os milhões de homens que vivem penosamente do trabalho de seus braços... que, taxados, despojados, maltratados, viram subsistir após séculos, de pai a filho, a miséria, a opressão e o desprezo. Eles sabem, por experiência própria, a diferença de sua condição recente e de sua condição atual. Não precisam recordar para rever, na imaginação, a enormidade dos tributos reais, eclesiásticos e senhoriais... Uma cólera formidável rola das oficinas às choupanas, com as canções nacionais que denunciam a conspiração dos tiranos e convocam o povo às armas.”

Em momento algum da Revolução manifestou-se, com tamanha evidência, a ligação íntima do problema nacional e das realidades sociais. “Ao deter os progressos do inimigo, detemos os da vingança popular”, escreveu Azéma em seu *Rapport* de 16 de junho de 1793. Valmy marcou o fim do primeiro

laicização

Terror. Já não era a guarda nacional burguesa da Federação que lançava, naquele dia, a palavra de ordem *Viva a nação!*, mas um exército "de alfaiates e de sapateiros" — os mesmos homens que haviam feito os massacres.

As conseqüências desse primeiro Terror e das jornadas de setembro acentuaram ainda os efeitos do 10 de agosto e da queda do trono.

No terreno religioso, a Assembléia, desde o 10 de agosto, votara a aplicação dos decretos atingidos pelo veto real, portanto, aquele de 27 de maio de 1792 sobre o internamento e a deportação de padres refratários. A 16 de agosto, a Comuna interditou as procissões e as cerimônias exteriores do culto. A 18 de agosto, a Assembléia ordenou a dissolução de todas as congregações ainda existentes, e renovou a proibição já feita, a 6 de abril de 1792, aos ministros do culto, de envergar o hábito eclesiástico fora do exercício de suas funções. A 26 de agosto, a Assembléia deu aos padres refratários quinze dias para saírem da França, sob pena de deportação. Essas medidas contra os refratários, que privavam numerosas comunas de seus sacerdotes, deflagraram a laicização do estado civil, que foi confiada às municipalidades, a 20 de setembro de 1792. Essa importante reforma, primeira etapa no caminho da separação da Igreja e do Estado, não foi inspirada por um pensamento de neutralidade laica, mas imposta à força da necessidade e pelo espírito de combate. Atingiu, além dos refratários, o clero constitucional, ao qual se arrebatou, dentro em breve, os sinos e a prataria das igrejas, depois os bens das administrações das paróquias, postos à venda. O divórcio foi instituído a 20 de setembro de 1792. A ruptura dos republicanos com o clero constitucional estava próxima.

No terreno social, os direitos feudais sujeitos a resgate foram abolidos sem indenização, a menos que subsistisse o título primitivo que legitimasse sua percepção. A 14 de agosto, decidiu-se que os bens dos emigrados postos à venda pelo decreto de 27 de julho seriam divididos em pequenos lotes; autorizou-se a divisão dos bens comunais. Para resolver a questão dos meios de subsistência, as autoridades locais taxaram os gêneros de primeira necessidade. A Assembléia acabou por autorizar, a 9 e 16 de setembro, as diretorias de

distrito a recensear os cereais e a requisitá-los para o aprovisionamento dos mercados. Mas recusou o Tabela-mento. A obra social da Constituinte não sofreu menos os contragolpes da vitória popular. Chegou-se, pouco a pouco, à regulamentação que o povo exigia, apoiado pela Comuna, e à qual os Girondinos, representando os interesses da burguesia, continuavam hostis. Assim se afirmava o conflito entre a Gironda e a Montanha.

No terreno político, o restabelecimento da monarquia parecia cada vez mais impossível. A 4 de setembro, os deputados exprimiram o ponto de vista de que a Convenção a abolisse; a assembléia eleitoral de Paris dera, nesse sentido, instrução imperativa a seus eleitos. Nessas condições, desenrolaram-se as eleições à Convenção. As assembléias eleitorais se reuniram a partir de 2 de setembro. Malgrado a concessão do direito de voto aos cidadãos passivos, as abstenções foram numerosas, sem que se pudesse, aliás, deduzir hostilidade do total de abstencionistas. Os aristocratas e os fueldenses se abstiveram por prudência. Os deputados à Convenção foram, dessa forma, nomeados por uma minoria resolvida a defender as conquistas da Revolução.

II

A Invasão Sustada: Valmy (20 de setembro de 1792)

O primeiro Terror não foi somente um sobressalto popular e um meio governamental dirigido contra os inimigos internos, mas também uma reação contra o perigo externo, tendo contribuído para assegurar a vitória. Sob a influência da Comuna e da Assembléia, a defesa nacional recebeu impulso vigoroso. Desde 12 de julho de 1792, uma lei convocara 50.000 homens, para completar o exército de linha, e 42 novos batalhões de voluntários (33.600 homens). Em Paris, a proclamação da pátria em perigo fez-se a 22 de julho; em uma semana, 15.000 voluntários parisienses se alistaram. Em certos departamentos o ardor cívico foi particularmente notável. Nos do Leste, 40.000 guardas nacionais foram requisitados desde o fim de julho. Para facilitar o engajamento, o conselho-geral de Puy-de-Dôme enviou, a 7 de setembro, comissários a cada

cantão, com a missão de fazer ver aos guardas nacionais reunidos em assembleia “a perspectiva aflitiva de, após os esforços já feitos, sermos forçados a cair sob o jugo da escravidão”; os comissários deviam mostrar “todas as vantagens que essa Revolução nos proporcionou, a supressão dos dízimos, dos direitos feudais...” Não se podia frisar de forma melhor o conteúdo social dessa guerra revolucionária. Ao contrário do de 1791, o levante de voluntários de 1792 incluía poucos burgueses e, essencialmente, trabalhadores: artífices e operários.

Ao mesmo tempo se esboçava o sistema econômico retomado no ano II para armar e equipar as tropas. A Comuna de Paris requisitou as armas e os cavalos de luxo, os sinos e a prataria das igrejas, instalou oficinas para confeccionar o uniforme das tropas. O Conselho Executivo ordenou, a 4 de setembro, a requisição e o tabelamento dos cereais e de forragens, em benefício do exército. Mas o regime de requisições espantava a burguesia vinculada à liberdade da economia: já se afirmavam as repercussões sociais dos problemas de defesa nacional e se desenhava a linha de separação entre Girondinos e Montanheses.

O avanço prussiano progredia, entretanto. A 2 de setembro, Verdun, minada pela contra-revolução e pela traição, capitulou, após o assassinato, pelos monarquistas, do comandante patriota da praça, Beaurepaire, tenente-coronel do batalhão de voluntários de Maine-et-Loire. A 8 de setembro, o exército inimigo chegou ao Argonne, mas encontrou por toda parte o exército francês comandando por Dumouriez. Um corpo austríaco logrou, no entanto, a 12 de setembro, tomar Croix-aux-Bois. Dumouriez retirou-se ao sul, para Sainte-Menehould. O caminho de Paris estava aberto. Mas a 19 de setembro, Kellermann, que comandava o exército de Metz, uniu-se a Dumouriez: os franceses tiveram, desde então, superioridade numérica (50.000 homens contra 34.000).

Valmy foi menos uma batalha do que um simples canhoneio, embora tivesse conseqüências imensas. Brunswick pensou envolver os franceses por uma sábia manobra; o rei da Prússia, impaciente, lhe deu ordem de ataque imediato. A 20 de setembro de 1792, após uma violenta troca de tiros de canhão, o exército prussiano, executando sua manobra, evoluiu ao meio-dia, à altura de Valmy, ocupada por Keller-

mann. O rei da Prússia esperava uma fuga desvairada; no entanto, os *sans-culottes* redobram o fogo. Kellermann, brandindo o chapéu na ponta da espada, gritou *Viva a nação!* As tropas, de batalhão em batalhão, repetiram a palavra de ordem revolucionária; sob o fogo das tropas consideradas as mais famosas da Europa, nenhum homem vacilou. A infantaria prussiana deteve-se, Brunswick não ousando ordenar o assalto. O canhoneio continuou por algum tempo. Pelas seis horas da tarde, desabou uma chuva diluviana. As tropas dormiram em suas posições.

*
*
*

O exército prussiano ficou intacto. Valmy não constitui uma vitória estratégica, mas uma vitória moral. As tropas dos *sans-culottes* haviam detido o exército número um da Europa. A Revolução revelava sua força. Ao exército de linha, habituado à disciplina passiva, se opunha vitoriosamente o exército novo, nacional e popular. Os aliados tiveram a impressão de que a França revolucionária não seria vencida facilmente. Goethe estava presente; sobre o monumento de Valmy gravou-se sua frase recolhida por Eckermann: "A partir de hoje, e desse lugar, começa uma era nova na história do mundo."

Após os tratados com Dumouriez e a realização de uma trégua, o exército prussiano bateu em retirada, molestado por uma marcha penosa sobre um solo diluído pelas chuvas contínuas, dizimado por uma disenteria epidêmica, perseguido pelos camponeses lorenos e pelos da Champagne, que se levantavam contra os invasores e os emigrados. Dumouriez acompanhou lentamente o exército prussiano, sem querer tirar partido de suas dificuldades para arrasá-lo. Essa retirada penosa não deixou de constituir uma vitória da República que acabava de ser proclamada. Verdun foi libertada a 8 de outubro, Longwy a 22.

A 20 de setembro de 1792, no mesmo dia da batalha de Valmy, a Assembléia Legislativa fora substituída pela Convenção Nacional.

2

A CONVENÇÃO GIRONDINA A FALÊNCIA DA BURGUESIA LIBERAL (setembro de 1792-junho de 1793)

A CONVENÇÃO NACIONAL, cuja missão era dar uma nova Constituição à França, se reuniu pela primeira vez a 20 de setembro de 1792, à tarde, no momento mesmo em que se concluiu a batalha de Valmy. Após sua constituição e a formação de seu gabinete, substituiu, a 21, a Assembléia Legislativa, na sala do Manège. Herdava uma situação plena de perigos internos e externos. A coalizão fora repelida, porém não vencida, a contra-revolução atingida, mas não abatida.

A burguesia liberal que, depois de 10 de agosto, se deixara ultrapassar pelo povo na política de defesa nacional e revolucionária, mas que, pela Gironda, fora levada à nova assembleia, estaria por acaso à altura de sua tarefa? A derrota foi fatal à Gironda. Enquanto as tropas republicanas colheram sucessos, ela se manteve no poder, perdendo-se no dia em que vieram os reveses. Sendo o partido da guerra, e ao sentir que perdia terreno na opinião pública, tentou empolgá-la de novo mediante a generalização do conflito; manobra política ou idealismo revolucionário, o fato é que a Gironda tentou fazer da França a libertadora de povos oprimidos. Uniu, assim, contra a nação revolucionária todos os interesses da Europa aristo-

crática, mas não soube conduzir a guerra à vitória. As derrotas de março de 1793 e os perigos, que daí resultaram, selaram o destino da Gironda.

I

A Luta dos Partidos e o Processo do Rei
(setembro de 1792 - janeiro de 1793)

A Convenção, embora nova Assembléia Constituinte eleita pelo sufrágio universal, representava sozinha a nação; detinha, ela só, todos os poderes. A Comuna de Paris, municipalidade insurrecional, estava ameaçada de desaparecimento ante a representação nacional. Compreendendo isso, moderou-se, chegando ao ponto de renegar seu Comitê de Vigilância. Tudo dependia da Gironda, que dominava na Convenção, que cessasse a luta dos partidos. Os Montanheses, sentindo perder as forças, multiplicaram os avanços, nos primeiros dias. Marat anunciou em seu jornal, a 22 de setembro, que seguiria uma *nova marcha*. Danton tentou um acordo com Brissot.

A *trégua dos partidos*, na realidade, foi de curta duração, manifestando-se, porém, por unanimidade, a respeito de importantes decisões. No curso de sua primeira sessão, a Convenção foi unânime em renegar, a um só tempo, a ditadura e a lei agrária, tranquilizando, assim, os proprietários e os democratas.

“Não pode haver Constituição que não seja aceita pelo povo; as pessoas e os proprietários encontram-se sob a salvaguarda da nação.”

A Convenção foi unânime em abolir a realeza, a 21 de setembro de 1792. Collot d'Herbois lançou a proposição, Grégoire a apoiou: “Os reis constituem, na ordem moral, o que os monstros constituem na ordem física; as Cortes são a oficina do crime, o lar da corrupção e o covil dos tiranos; a história dos reis constitui o martirólogo das nações.” Na mesma tarde, o decreto foi proclamado em Paris, à luz das tochas. Roland, numa circular aos corpos administrativos, escreveu: “Se quiserdes, senhores, proclamar a República, proclamai, então, a fraternidade, que é a mesma coisa.” No

1792
dia seguinte, 22 de setembro, Billaud-Varenne obteve que se datassem os atos públicos, doravante, a partir do ano I da República.

Ainda por unanimidade, a Convenção adotou, na proposição de Couthon, deputado de Puy-de-Dôme, após um longo debate, a célebre fórmula: "A República Francesa é uma e indivisível". Repelia, assim, os projetos de federalismo pretendidos pelos Girondinos. A 16 de dezembro de 1792, completando esse decreto, a Convenção devia prever a pena de morte contra qualquer pessoa que tentasse "romper a unidade da República Francesa, ou separar suas partes integrantes para uni-las a um território estrangeiro".

1. Girondinos e Montanhese.

10 agosto de 1793 a 2 junho de 1793
A ruptura da trégua não tardou, porém, sendo obra da Gironda, que, face a uma Montanha ainda pouco influente, detinha a maioria, com o apoio do centro. A luta entre os artífices do 10 de agosto e os que não tinham logrado impedi-lo devia durar até 2 de junho de 1793, até à exclusão dos Girondinos da Convenção, e à sua proscrição. A luta foi marcada de extrema violência. Tomando a ofensiva desde 25 de setembro de 1792, pela voz de Lasource, representante do Tarn ("É preciso que Paris seja reduzida em 83 por cento de sua influência, como cada um dos demais departamentos"), em seguida de Rebecqui, representante das Bouches-du-Rhône ("O partido... cuja intenção é estabelecer a ditadura é o partido de Robespierre"), a Gironda se esforçou por atingir os chefes montanhese que ela temia cada vez mais, os triumviros Marat, Danton, Robespierre. Em vão Danton desaprovou Marat ("Não representamos, através de alguns indivíduos exagerados, uma deputação inteira") e fez apelo à união: "Não é sem tremer que os austríacos aguardam essa santa harmonia." A Gironda, cheia de rancor, permaneceu obstinada.

1792
Contra Marat, a Gironda retomou, a 25 de setembro, a acusação de ditadura. *L'Ami du peuple* replicou, aceitando a acusação:

"Creio ser o primeiro escritor político, e talvez o único na França após a Revolução, que propôs um tribuno militar, um ditador, triunviratos como o único meio de esmagar os traidores e os conspiradores."

Marat evocou seus

“três anos de cárcere e de tormentos sofridos para salvar a pátria. Eis o fruto de minhas vigílias, de meus trabalhos, de minha miséria, de meus sofrimentos, dos perigos por que passei! Mas continuarei entre vós para afrontar vossos furores!”

O debate acabou depressa. A Gironda teve de aceitar o decreto proposto por Couthon sobre a unidade e indivisibilidade da República.

Contra Danton, a Gironda, levada à conciliação, mostrou-se mais pérfida. A 9 de outubro de 1792, foi substituído no Ministério da Justiça pelo girondino Garat. A 10, como todo ministro que deixa o cargo, Danton apresentou suas contas: se o fez quanto às despesas extraordinárias, não pôde justificar o emprego de 200.000 libras concedidas à Pasta para despesas secretas. A 18 de outubro, Rebecqui voltou à carga. Danton confundiu-se em suas explicações e acabou por reconhecer: “Para a maior parte dessas despesas, confesso que não possuímos quitações devidamente legalizadas”. Nôvo debate a 7 de novembro, com a Gironda apertando o cerco. Finalmente, a Convenção recusou-se a aceitar as contas de Danton, cuja probidade foi posta em dúvida. Desde então, a Gironda atirou contra Danton, em qualquer ocasião, o assunto de suas contas. Ele acabou amargurado, politicamente diminuído; sua política de conciliação provou ser impossível.

Contra Robespierre, a acusação de ambição e de ditadura foi lançada com uma violência inaudita, a 25 de outubro de 1792, por Louvet, representante do Loiret:

“Robespierre... eu te acuso de te haveres transformado continuamente num objeto de idolatria; eu te acuso de haver tiranizado, por todos os meios da intriga e coação, a assembléia eleitoral do departamento de Paris; eu te acuso, enfim, de haver marchado claramente para o supremo poder...”

Robespierre replicara por antecipação, desde 25 de setembro:

“Não me sinto na condição de réu, mas de defensor da causa do patriotismo... Longe de ser ambicioso, sempre combati os ambiciosos.”

Respondendo a Louvet, a 5 de novembro, Robespierre conduziu o debate a seu verdadeiro terreno: fez a apologia do 10 de agosto e da ação revolucionária:

"Todas aquelas coisas foram ilegais, tão ilegais como a Revolução, a queda do trono e da Bastilha, ilegais como a própria liberdade. Não se pode desejar uma revolução sem revolução."

Para a Gironda, isso foi um novo fracasso. Robespierre saiu engrandecido do debate. Projetou-se como o chefe da Montanha.

A consequência essencial desses ataques foi voltar definitivamente a Montanha contra a Gironda, e suscitar a formação de um *terceiro partido* entre a Gironda e a Montanha, o *partido dos fleumáticos*, conforme o denominou Camille Desmoulins em *La Tribune des patriotes*: "Verdadeiros agiotas colocados entre Brissot e Robespierre, como o Abade d'Espagnac entre a alta e a baixa classe". Os deputados independentes chegados dos departamentos, portanto plenos de prevenções contra a Comuna e a Montanha, se inquietaram com as denúncias contínuas da Gironda, com suas recriminações a respeito dos acontecimentos passados. Anacharsis Cloots, que seguira os girondinos por longo tempo, separou-se deles com estardalhaço ao publicar uma brochura intitulada *Ni Marat ni Roland*, mas dirigida exclusivamente contra seus velhos amigos. A formação do *terceiro partido* realizou-se no início de novembro de 1792. A Gironda já não podia dominar, ela só, a Convenção, da qual perdeu, a 16 de novembro, a presidência. Naquele dia foi eleito presidente da Assembléia um independente, o bispo constitucional Grégoire.

A Convenção, tendo sido nomeada por uma minoria decidida a salvar a revolução e o país, não apresentava, em consequência, nenhum partidário da realeza do Velho Regime ou da monarquia constitucional. Os *sans-culottes*, artífices das jornadas revolucionárias, partidários de medidas econômicas e sociais que facilitariam a existência popular, não estavam ali representados, mas dominavam nas seções parisienses, graças às quais eles empolgaram em 1793 a própria Assembléia. Não havia, na Convenção, partidos organizados, mas, de imediato, tendências às fronteiras imprecisas que seguiam dois estados-

maiores, os Girondinos e os Montanhese; o que os opôs, essencialmente, foram os interesses de classe.

A Gironda, à direita, partido da legalidade, repugnava as medidas revolucionárias das quais a Comuna de Paris, cheia de Montanhese e de militantes das seções, tivera a iniciativa. Ela representava a burguesia abastada, comerciante e industrial, que pretendia defender a propriedade e a liberdade econômica contra as limitações reclamadas pelos *sans-culottes*. No terreno político, a Gironda continuava hostil a todas as medidas de exceção de que necessitava a salvação pública; havia desencadeado a guerra, mas repelia os meios necessários para vencê-la. Contra a concentração do poder e a subordinação estreita das administrações, a Gironda invocava o apoio das autoridades locais, entre as quais dominava a burguesia moderada. No domínio econômico, a Gironda, ligada à burguesia de negócios, suspeitando do povo, defendia apaixonadamente a liberdade econômica, a livre empresa e o livre lucro, hostil à regulamentação, à taxação, à requisição, ao curso forçado do *assignat*, medidas das quais os *sans-culottes* eram partidários. Cheios do sentimento das hierarquias sociais que pretendiam salvaguardar e fortificar, considerando o direito de propriedade como um direito natural intangível, defendendo plenamente os interesses da burguesia proprietária, os Girondinos experimentaram diante do povo um recuo instintivo, considerando-o incapaz de governar. Reservavam o monopólio governamental para sua classe.

A Montanha, à esquerda, representava a burguesia média e as classes populares, artífices, lojistas, consumidores, que sofriam, com a guerra e suas conseqüências, o encarecimento da vida, o *chômage*, a insuficiência dos salários. Nascidos, eles próprios, da burguesia, os Montanhese compreenderam que a situação crítica da França exigia soluções extraordinárias que não seriam eficazes sem o apoio popular. Assim, uniram-se aos *sans-culottes* que haviam derrubado o trono e se elevado à vida política pela insurreição. Realistas porque mais pertos do povo e de suas necessidades, embaraçaram-se menos com teorias e souberam colocar o interesse público diante dos interesses privados. No interesse do povo, único sustentáculo leal da Revolução, estavam prontos a recorrer às limitações da propriedade privada e da liberdade individual. Deputados de Paris em sua maior parte, os chefes da Montanha conheciam

le despotismo; recha
a influência de
Paris no contexto da
França

A CONVENÇÃO GIRONDINA

239

o papel preponderante do povo da Capital na primeira revolução de 1789, bem como na segunda, de 10 de agosto. Insurgiram-se, assim, contra as pretensões dos Girondinos de querer, no seu receio às massas revolucionárias, reduzir Paris “em 83 por cento de sua influência, como cada um dos demais departamentos”, conforme proposição de Lasource, a 25 de setembro de 1792.

Brissot escrevia em outubro de 1792, em seu *Appel à tous les Républicains de France, sur la société des Jacobins de Paris*, designando os Jacobinos e os *Montanhese*s como “os anarquistas que dirigem e desonram a sociedade de Paris”:

“Os desorganizadores são os que pretendem tudo nivelar — os proprietários, o bem-estar, o preço dos gêneros, os diversos serviços devidos à sociedade.”

Robespierre respondera, por antecipação, no primeiro número das *Lettres à ses commettants*, a 30 de setembro de 1792:

“A realidade está aniquilada, a nobreza e o clero desapareceram, o reinado da igualdade começa.”

Atacou os falsos patriotas

“que só querem constituir a República para si mesmos, que só pretendem governar no interesse dos ricos e dos funcionários públicos.”

A ~~em~~, opôs os verdadeiros patriotas “que procurarão fundar a República sobre os princípios da igualdade e do ~~interesse~~ geral.”

Os ~~chefes~~ montanhese, os jacobinos sobretudo, se esforçavam para dar à realidade nacional um conteúdo positivo capaz de incorporar as massas populares. A evolução de Saint-Just foi, a esse respeito, significativa. No *L'Esprit de la Révolution e de la Constitution de la France*, publicado em 1791, ainda mal liberto da influência de Montesquieu, Saint-Just escreveu:

“Onde não está a lei, não está a pátria; eis porque os povos que vivem sob o despotismo, não a possuindo, desprezam ou odeiam as outras nações.”

→ Ultrapassando esse tema, banal no século XVIII, da identidade pátria-liberdade, Saint-Just, em seu discurso sobre os meios de subsistência, a 29 de novembro de 1792, identificou, sem maior originalidade, pátria e felicidade: “Um povo que não está feliz não tem pátria”. Mas ele vai mais longe quando sublinha a necessidade, para fundar a República, “de tirar o povo de um estado de incerteza e de miséria que o corrompe”. Denunciando “a emissão desregrada do sinal”, isto é, do *assignat*, “podereis em um momento — diz êle aos convencionais — dar-lhe (ao povo francês) uma pátria”, mediante o combate aos estragos da inflação, garantia dos meios de subsistência ao povo — o que “uniria intimamente sua felicidade e sua liberdade”. Robespierre foi mais claro ainda, a 2 de dezembro de 1792, em seu discurso sobre as dificuldades frumentárias do Eure-et-Loir: subordinando-se o direito de propriedade ao direito da existência, obtém-se o fundamento teórico de uma nação que incorpora as massas populares.

“Os autores da teoria não consideraram os gêneros mais necessários à vida senão como uma mercadoria ordinária; não estabeleceram diferença alguma entre o comércio de trigo e o de anil; dissertaram mais sobre o comércio de cereais do que sobre a subsistência do povo... Preocuparam-se em demasia com os lucros dos negociantes e dos proprietários, a vida dos homens poucos lhes significando... O primeiro dos direitos é o de existir. A primeira lei social é, portanto, a que garante a todos os membros da sociedade os meios de existir; tôdas as outras estão subordinadas a ela.”

Mas, enquanto as necessidades da guerra e seu sentimento nacional impulsionavam os Montanhesees para os *sans-culottes*, o espírito de classe afastava desses, mais que antes, os Girondinos, encerrados em suas contradições. A Gironda declarou a guerra — temia que o recurso ao povo, indispensável para combater a aristocracia e a coalizão, terminasse por comprometer a preponderância dos abastados. Recusou-se a qualquer concessão. A 8 de dezembro de 1792, Roland fez restabelecer a liberdade do comércio de cereais, após Barbaroux haver denunciado os “que querem leis atentatórias à propriedade”. A 13 de março de 1793, Vergniaud frisou mais fortemente ainda os fundamentos de classe da política girondina, ao

denunciar as concepções populares em matéria de liberdade e de igualdade. “A igualdade, para o homem social, circunscreve-se à igualdade de direitos”. Vergniaud prosseguiu: “Ela não é a igualdade das fortunas, senão a do imposto, força, espírito, atividade, indústria e trabalho” — o que equivalia a manter-se a primazia da propriedade e da riqueza. Nostalgia girondina pela organização censitária da nação? Pelo menos, desconfiança do povo.

A rivalidade da Gironda e da Montanha revestiu-se, por conseguinte, dos aspectos de um conflito de classes. Sem dúvida, a maior parte dos Montanheses era, como os Girondinos, de origem burguesa. Mas as necessidades da defesa nacional e revolucionária lhes impuseram uma política em favor das massas — política de princípios para alguns, política de circunstâncias para outros. O Terror que a Montanha aceitou e legalizou não foi, segundo Marx, “senão uma maneira plebéia de acabar com os inimigos da burguesia, do absolutismo e do feudalismo”. Daí devia surgir a salvação da revolução burguesa. Problema complexo. Seria preciso, antes de tudo, precisar a condição social da burguesia montanhesa, alta burguesia muitas vezes, que um homem como Cambon, o financista da Convenção, pertencente à Montanha, representa muito bem. Antes de tudo, burgueses intransigentes que repeliam qualquer compromisso, que não concediam à nação e à sua classe outra oportunidade de salvação a não ser pela vitória, e que aceitaram as necessidades dessa política. Burgueses intransigentes, ainda, pois tendo tirado partido da Revolução, particularmente da venda dos bens nacionais, e sabendo que só teriam a perder com um retorno ofensivo da aristocracia, cansaram-se logo (alguns deles) com as medidas de restrição e terror: assim Danton e os Indulgentes. Por isso, a política de defesa nacional e revolucionária foi imposta fora da Convenção, pelos Jacobinos e sans-culottes. Dessa coalizão, sobre a qual se apoiava o governo revolucionário, a média burguesia jacobina, que Robespierre encarnava, tornou-se incontestavelmente o elemento dirigente. Constituiu o vínculo necessário entre as forças vivas do povo sans-culotte e a fração da burguesia que pretendia impelir a revolução a seu termo. Essa posição não estava isenta de contradição; em larga medida, deu-se conta do fracasso final da política robespierrista. Ela decorria da situação social da média burguesia jacobina, que simbolizava bem o marceneiro

Duplay, senhorio de Robespierre, bom jacobino: se orgulhava, pelas suas origens, no mundo do trabalho, não percebia, em aluguéis de casa, menos de dez a doze mil libras de renda. Duplay era, com efeito, um empresário de marcenaria, economicamente bem sucedido — e encarna a ambigüidade jacobina.

O centro da Convenção, por fim, era formado de uma massa flutuante de republicanos sinceros, resolvidos a defender a Revolução, a Planície ou o Pântano. Representantes da burguesia, partidários da liberdade econômica, esses homens receavam, no fundo, as classes populares. Sendo, porém, republicanos sinceros, lhes parecia impossível, enquanto a Revolução estivesse em perigo, romper com o povo que fizera o 14 de julho e o 10 de agosto; aceitaram, finalmente, as medidas que o povo reclamava, mas a título temporário e até à vitória final. Penderam, de início, para a Gironda: a atitude rancorosa desta, sua incapacidade para conjurar os perigos, os afastaram dela. Alguns se ligaram à Montanha e à política de salvação pública por esta preconizada: assim, Barère, Cambon, Carnot, Lindet. A massa formou o *terceiro partido*, cujos contornos se precisaram em novembro de 1792, e que aceitou finalmente a direção da Montanha, a única eficaz para assegurar a salvação da Revolução.

2. O Processo de Luís XVI (novembro de 1792-janeiro de 1793).

As divisões da Convenção foram exacerbadas pelo processo de Luís XVI, que tornou implacável a luta entre a Gironda e a Montanha.

O processo de acusação do rei demorou muito. A Gironda não demonstrava pressa alguma, seu desejo secreto era o de adiar indefinidamente o processo. “Se o julgarmos, ele estará morto”, dizia Danton. A Convenção estava, na verdade, forçada a declará-lo culpado, sob pena de condenar a jornada de 10 de agosto. Um tanto assustado, o Comitê de Legislação, a 16 de outubro de 1792, estudou longamente o procedimento a seguir para o julgamento. A 7 de novembro, Mailhe apresentou um relatório sólido, concluindo que Luís XVI podia ser julgado pela Convenção. Abriu-se o debate em torno do relatório. Enquanto os chefes da Gironda evitavam compro-

meter-se, Saint-Just levou o debate ao plano político, em seu discurso de 13 de novembro:

“Os mesmos homens que vão julgar Luís têm uma república a fundar; os que não atribuem qualquer importância ao justo castigo de um rei não fundarão jamais uma república... No que me toca, não vejo meio-termo: esse homem deve reinar ou morrer... Não se pode reinar inocentemente: a loucura monárquica é por demais evidente. Todo rei é um rebelde e um usurpador.”

Luís XVI não era um cidadão ordinário, mas um inimigo, um estrangeiro; a Convenção teria de combatê-lo de preferência a julgá-lo.

“Ele é o autor dos massacres da Bastilha, de Nancy, do Campo de Marte, de Tournay, das Tulherias; que inimigo, que estrangeiro já vos fez mal maior?”

A descoberta do *armário de ferro*, mandado construir por Luís XVI no muro do castelo, e dos papéis que ele continha, atestou, a 20 de novembro de 1792, os acordos secretos do rei com o inimigo — e tornou impossível o adiamento do processo. A 3 de dezembro, Robespierre retomou a tese de Saint-Just:

“O rei não é bem um acusado, nem vós sois, na verdade, juízes. Vós não tendes uma sentença a aplicar, mas uma medida de salvação pública a tomar, um ato de providência nacional a exercer.”

A condenação do rei só poderia afirmar a República nascente.

“Desenvolver-se o processo de Luís XVI de qualquer maneira equivale a retroagir para o despotismo real e constitucional; é uma idéia contra-revolucionária, é pôr a própria Revolução em litígio.”

Malgrado as manobras da Gironda, a Convenção nomeou, a 6 de dezembro de 1792, uma comissão encarregada de preparar “o ato ‘enunciativo dos crimes de Luís Capeto’”.

O processo do rei iniciou-se a 11 de dezembro de 1792, com a leitura da ata de acusação preparada por Lindet, peça histórica em que se esclarecia a duplicidade de Luís XVI em tôdas as épocas críticas da Revolução. A 26 de dezembro, de Sêze, advogado do rei, leu uma defesa elegante e conscienciosa, sustentando a tese da inviolabilidade real proclamada pela Constituição de 1791. Os Girondinos, que não haviam logrado impedir o processo, tentaram uma nova diversificação para salvar o rei: reivindicaram a consulta ao povo. Vergniaud fez ver que a inviolabilidade fora concedida ao rei pela Constituição de 1791, e que só o povo poderia retirar a concessão; do contrário, seria desprezado o caráter censitário daquela Constituição. Robespierre replicou a 28 de dezembro de 1792, denunciando o perigo que o país correria com a consulta ao povo e às assembléias primárias; o fato "transtornaria inútilmente a República". Robespierre retomou sua argumentação no início de janeiro de 1793, na *Lettre à ses commettants*, "sobre a soberania do povo e sobre o sistema de apelo do julgamento de Luís Capeto":

"O povo já se pronunciou duas vezes sobre Luís: primeiro, quando empunhou as armas para destroná-lo, para caçá-lo... segundo, quando vos impôs o dever sagrado de o condenar de maneira ruidosa, para salvação da pátria e exemplo do mundo... Expor o Estado a esses perigos, na crise de um governo que deve nascer, na proximidade dos inimigos unidos contra nós, não é o mesmo que desejar reconduzirmos à realeza, pela anarquia e pela discórdia?"

O julgamento do rei entrou em deliberação a 14 de janeiro de 1793. Naquela dia, a Convenção fixou as três perguntas que os deputados deveriam responder:

"Luís Capeto é culpado de conspiração contra a liberdade pública e de atentados contra a segurança nacional? Haverá recurso da sentença à nação? Qual será a pena imposta a Luís?"

A culpabilidade foi pronunciada por unanimidade, salvo algumas abstenções. O recurso ao povo foi rejeitado por 426 votos contra 278. A Gironda estava derrotada. A pena de

morte foi pronunciada por 387 deputados contra 334, no curso de um interminável escrutínio mediante chamada nominal que, iniciado a 16 de janeiro, à noite, só terminou 24 horas após; 26 deputados votaram pela morte com *sursis*. A 18 de janeiro, votou-se a questão do *sursis*, rejeitado por 380 votos contra 310. Contra os Girondinos, Barère fez ver que o *sursis* prolongaria as dissensões internas e enfraqueceria a Revolução ante o inimigo externo.

A execução do rei, a 21 de janeiro de 1793, causou no país impressão profunda e encheu a Europa de estupor. Realizou-se a 21 de janeiro, às 11 horas, na praça da Revolução, em meio a um grande aparato de força, e com a presença de grande multidão. Na *véspera*, a velha guarda da guarnição parisiense assassinara um representante do povo, *Lepeletier de Saint-Fargeau* — ato de desespero isolado e impotente, que só fez confirmar a política da maioria da Convenção, e que deu à Revolução seu primeiro “mártir da liberdade”.

A morte do rei atingia a realeza em seu prestígio tradicional e quase religioso: Luís XVI fora executado como um homem comum; acabara-se a monarquia de direito divino. A Convenção fechara as portas atrás dela. Contra os regicidas, a Europa desencadeou uma guerra implacável. O conflito entre a França revolucionária e a Europa do velho regime, entre os Girondinos que tudo haviam feito para salvar o rei e os Montanheses, foi levado ao paroxismo.

A execução de Luís XVI tornava impossível, com efeito, a política de moratória que a Gironda praticara até então. Durante o processo, ela não deixou de lançar argumentos de política estrangeira. “Em nossos debates — declarara Brissot — não levamos na devida conta a Europa.” A isso, Robespierre replicou, a 28 de dezembro de 1792: “A vitória decidirá se vós sois rebeldes ou benfeitores da humanidade”. Os Girondinos, encarnçando-se para salvar o rei, pretendiam circunscrever o conflito com a Europa. Inclínavam-se, assim, conscientemente ou não, para o compromisso com a aristocracia — atitude inconsequente da parte de homens que, em novembro, haviam pregado a guerra de propaganda. Com a morte do rei, a Montanha não deixava à nação outra saída senão a vitória.

“Está lançada a nossa sorte — escrevia Lebas, deputado do Pas-de-Calais, a 20 de janeiro de 1793. —

Os caminhos fecharam-se à retaguarda, é preciso avançar de qualquer maneira. É agora, sobretudo, que se pode declarar: viver livre ou morrer.”

II

A Guerra e a Primeira Coalizão (setembro de 1792 - março de 1793)

Em algumas semanas após Valmy, a vitória levou as tropas da República aos Alpes e ao Reno. Apresentou-se, então, o problema da sorte dos países ocupados: estariam livres? estariam conquistados? A lógica da guerra e as necessidades da política transformaram a libertação em conquista.

1. *Da Propaganda à Anexação (setembro de 1792-janeiro de 1793).*

A conquista da margem esquerda do Reno, da Sabóia e de Nice causou problemas à Convenção que ela hesitou algum tempo em resolver.

A 29 de setembro de 1792, as tropas de Var, sob o comando de Anselme, entraram em Nice. Montesquiou libertara, no mesmo momento, a Sabóia, em meio a grande entusiasmo popular. “O povo dos campos — escreveu ele à Convenção, a 25 de setembro — e o das cidades nos antecipam: o pendão tricolor está hasteado em toda parte.”

No Reno, Custine se apoderou de Spire, a 25 de setembro, de Worms a 5 de outubro, de Mayence a 21, de Francfort, dois dias depois.

A Bélgica foi conquistada na mesma ocasião. Depois de Valmy, os austríacos haviam-se estabelecido em Lille, a 5 de outubro. A 27, Dumouriez entrava na Bélgica, de Valenciennes a Mons, com 40.000 homens, a melhor guarnição francesa, formada sobretudo de tropas de linha. A 6 de novembro, atacava adiante de Mons, ao redor da aldeia de Jemappes, que tomou de assalto: os austríacos, batidos, retiraram-se. A 14 de novembro, evacuaram Bruxelas, e Antuérpia a 30; em um mes, estavam sendo caçados da Bélgica ao Rur. Jemappes causou impressão profunda na Europa; Valmy não passara de simples

escaramuça, Jemappes era a primeira grande batalha ganha pelas tropas da República.

A guerra de propaganda, que desafiou a Europa monárquica, foi proclamada em novembro. Os habitantes de Nice, da Sabóia e da Renânia reclamavam, na verdade, sua anexação à França. A Convenção hesitou. A 28 de setembro de 1792, ouvira a leitura de uma carta de Montesquiou: os saboianos desejavam formar um 84.º departamento. "Evitemos imitar os reis, ao anexar a Sabóia à República", lançou Camille Desmoulins. Delacroix interrompeu-o: "Quem pagará as despesas da guerra?" Os próprios Girondinos estavam divididos. Lasource bradava em seu relatório de 24 de outubro, a propósito da municipalização do condado de Nice, feita por Anselme: "Dar leis equivale a conquistar!" Mas um partido pujante exigia ação, formado por numerosos refugiados estrangeiros, particularmente ativos no Clube dos Cordeliers: renanos, belgas de Liège e holandeses, suíços e genebreses do Clube Helvético, saboianos do Clube e da Legião dos Allobroges. Grupo misto onde se destacavam Anacharsis Cloots, súdito prussiano e deputado do Oise na Convenção, "o orador do gênero humano"; o banqueiro genebrense Clavière, o banqueiro holandês de Kock, o banqueiro belga Proli, que se acreditava fosse filho bastardo do chanceler austríaco Kaunitz.

→ A 19 de novembro de 1792, a Convenção adotou com entusiasmo o decreto famoso:

"A Convenção Nacional declara, em nome da nação francesa, que dará fraternal auxílio a todos os povos que desejarem recuperar a liberdade e encarrega o poder executivo de transmitir aos generais as ordens necessárias para prestar socorro a esses povos e a defender os cidadãos que sofrerem constrangimento ou vierem a sofrer-lo pela causa da liberdade."

A Assembléia inclinava-se à criação de repúblicas-irmãs independentes. Brissot, então presidente da Comissão Diplomática, tinha em mira, a 21 de novembro, um cinturão de repúblicas. A 26, escreveu uma carta ao Ministro Servan: "Nossa liberdade jamais se tornará tranqüila enquanto restar um Bourbon no trono. Nada de paz com os Bourbons." E mais adiante: "Não poderemos estar tranqüilos quando a

Europa pega fogo.” Grégoire anunciava uma Europa sem fortalezas nem fronteiras. A nação emancipada instituiu-se como a protetora dos povos oprimidos.

A guerra de anexação originou-se, naturalmente, da guerra de propaganda. Ao convocar os povos à revolta, a Convenção prometia protegê-los. Que melhor proteção do que a anexação? Aqui se mesclam considerações múltiplas, a princípio, de grande política: a guerra e a propaganda despertavam as ambições nacionais. As tropas francesas acampavam nos Alpes e no Reno: a conquista das fronteiras naturais parecia o alvo que lhes estava destinado. “A República Francesa — segundo Brissot — não deve ter por limite senão o Reno.” E ainda, a 26 de novembro:

“Se levarmos as fronteiras até o Reno, se os Pireneus separarem apenas povos livres, nossa liberdade estará assegurada.”

Propaganda e anexação se ligavam indissolúvelmente. Considerações mais precisas intervinham. A guerra custava caro. Como alimentar as tropas no país ocupado? Anselme em Nice, Montesquiou na Sabóia, Dumouriez na Bélgica, esforçavam-se para recorrer o menos possível às populações, enquanto Custine, na Renânia, sustentava o exército com os recursos do país. Até novembro de 1792, a Convenção omitiu-se. A 10 de dezembro, Cambon, representante do Hérault, membro da Comissão de Finanças, levantou o problema com rudeza:

“Quanto mais avançamos no país inimigo, tanto mais a guerra se torna ruínosa, sobretudo com os princípios de filosofia e generosidade que adotamos... Diz-se sem cessar que levamos a liberdade aos vizinhos. Também levamos nosso numerário, nossos víveres, nossos *assignats*!”

As dificuldades da política de propaganda, as necessidades da guerra, precipitaram a evolução. Se a Sabóia abolia o Velho Regime e pedia anexação, na Bélgica e na Renânia a maior parte das populações demonstrava menos entusiasmo. Finalmente as considerações financeiras pesaram na balança.

O decreto de 15 de dezembro de 1792, votado por proposta de Cambon, instituiu a administração revolucionária nos países conquistados. Os bens do clero e dos inimigos do

novo regime foram seqüestrados para servir de penhor ao *assignat*; o dizimo e os direitos feudais abolidos, os velhos impostos substituídos por taxas revolucionárias sobre os ricos; as administrações novas seriam eleitas apenas por aqueles que houvessem prestado juramento à liberdade. “Guerra aos castelos! paz nas choupanas!” Segundo Cambon, em seu relatório: “Tudo o que é privilégio, tudo o que é tirania deve ser tratado como inimigo nos países onde entrarmos.”

Os povos conquistados deviam, por conseguinte, aceitar a ditadura revolucionária da França: a aplicação do decreto de 15 de dezembro implicava o emprego da força. Essa política provocou uma defecção rápida, à parte uma minoria revolucionária decidida. Assim, na Bélgica, ao confiscar os bens da Igreja sem comedimento, a Convenção perdeu o apoio de uma parte da população.

A anexação tornou-se a única política possível para evitar a contra-revolução nos países ocupados. Já a 27 de novembro de 1792, com base no relatório de Grégoire, a Convenção decretara a anexação da Sabóia, por unanimidade menos um voto: o relator invocara a soberania popular (a 22 de outubro, a Assembléia Nacional dos Allobroges, reunida em Chambéry, após haver abolido o Velho Regime, exprimira o desejo de reunir-se à França), a geografia, o interesse comum da Sabóia e da França. Nice foi anexada pelo decreto de 31 de janeiro de 1793. Naquele dia, Danton reclamou a anexação da Bélgica e formulou com nitidez a política das fronteiras naturais:

“É inútil o temor de que já estendemos demasiadamente a República, pois seus limites são marcados pela Natureza. Haveremos de alcançar os quatro cantos do horizonte: do lado do Reno, do lado do Oceano, do lado dos Alpes. Lá devem acabar os limites da nossa República.”

Na Bélgica, a reunião à França foi votada de cidade em cidade, de província em província, por todo o mes de março de 1793. Na Renânia, uma assembléia reunida em Mayence, a 17 de março, aprovou a anexação, que a Convenção ratificou imediatamente. A 23 de março, por fim, o antigo bispado de Basileia, transformado em departamento do Mont-Terrible, fora, por sua vez, anexado.

Nessa data, a coalizão se constituía, a guerra se generalizava e já os reveses se anunciavam. Pela força das circuns-

tâncias, a sorte da Gironda e de sua política uniu-se indissoluvelmente à das tropas da República.

2. *A Formação da Primeira Coalizão (fevereiro-março de 1793).*

A propaganda revolucionária e a conquista francesa ameaçavam os interesses dos Estados monárquicos, que a ela responderam formando contra a nação revolucionária uma coalizão geral.

A ruptura com a Inglaterra foi a primeira gota de água. Após a conquista da Bélgica, o governo inglês dirigido por Pitt começou a emergir pouco a pouco da política de neutralidade. A 16 de novembro de 1792, o Conselho Executivo Francês proclamou a liberdade das bocas do Escaut, sem se dar conta do tratado de Munster que as fechara — novo pretexto para os partidários da guerra, na Inglaterra. O decreto prometendo ajuda e socorro aos povos revoltados acabou por decidir os dirigentes ingleses. Pitt multiplicou as medidas hostis. Ante a notícia da execução de Luís XVI, a Corte de Londres entrou de luto; o embaixador Chauvelin recebeu ordem para deixar o país a 24 de janeiro de 1793. A 1.º de fevereiro, com base em relatório de Brissot, a Convenção declarou guerra à Inglaterra e à Holanda. O conflito devia-se, em boa parte, aos interesses econômicos. A Cidade de Londres, de que Pitt era intérprete, não podia suportar que a Antuérpia caísse em mãos dos franceses. A Convenção, por outro lado, via na guerra contra a Holanda um meio de realizar uma operação financeira utilíssima, com o domínio do banco de Amsterdã. Sobretudo, a rivalidade comercial, marítima e colonial, da França e da Inglaterra, que fora exacerbada no fim do Velho Regime. Muitos dirigentes da economia ou da política temiam, pela França, a concorrência inglesa. Para o transporte de suas mercadorias ao outro lado dos mares, a França era tributária da marinha inglesa; o Comitê de Comércio da Convenção constatou esse fato em seu relatório de 2 de julho de 1793. A luta que se deflagrava entre a França e a Inglaterra não era uma guerra de monarca a monarca, mas em muitos aspectos de nação a nação, pela supremacia ao mesmo tempo política e econômica.

A guerra geral não tardou. A execução do rei não constituíra senão um pretexto para a Inglaterra; para a Espanha,

onde o sentimento monárquico era mais vivo, constituiu motivo mais sério. Depois de 21 de janeiro, o Primeiro-Ministro Godoy recusou-se a receber Bourgoing, o encarregado de negócios francês, que deixou Madri a 22 de fevereiro. A 7 de março, a Convenção votou, por aclamação, a guerra contra a Espanha. "Um inimigo a mais para a França — proclamou Barère — constitui um triunfo a mais para a liberdade." A ruptura com os soberanos italianos veio a seguir; depois, com o Papa, quando um agente diplomático francês, Bassville, foi massacrado a 13 de janeiro em uma revolta suscitada pelo clero; a seguir com Nápoles, Toscana e Veneza. À exceção da Suíça e dos países escandinavos, a França estava em guerra com a Europa inteira. "São os tiranos da Europa — proclamou Brissot — que tendes agora de combater, por terra e mar."

A maior parte dos países europeus fazia guerra à França, mas estavam unidos. Foi a Inglaterra que formou a coalizão, ligando-se, sucessivamente, a todos os beligerantes através de uma série de tratados, de março a setembro de 1793. Assim se constituiu, pouco a pouco, a primeira coalizão, da qual a Inglaterra era a alma.

A Revolução só podia contar com ela própria. Ora, como a Gironda não havia preparado a guerra, os sucessos dos aliados determinaram-lhe o destino.

III

A Crise da Revolução (março de 1793)

A França revolucionária, com a declaração de guerra à Europa monárquica, encontrava-se em perigo mortal: coalizão estrangeira e derrota militar, contra-revolução aristocrática e guerra civil, crise econômica e arremetida popular, conjugaram seus esforços e levaram a crise ao paroxismo, tornando inextinguível a luta entre Girondinos e Montanheses.

1. Vida Cara e Reação Popular.

A crise econômica e social constitui o primeiro aspecto dessa crise geral da Revolução, que, no entanto, impediu o naufrágio da República na primavera de 1793. Perdurou

desde os primórdios da Convenção, agravada pela política negativa da Gironda, que só cuidava de defender os privilégios das classes proprietárias. A Gironda contara com a exploração dos países conquistados para resolver a crise econômica — cálculo que se revelou falso.

A crise financeira piorou com a emissão contínua de novos *assignats*, provocando um aumento rápido do custo de vida. Saint-Just, em seu discurso de 29 de novembro de 1792, aconselhara a que se parassem as emissões e se saneassem as finanças — único remédio contra a carestia: “O vício de nossa economia é o excesso do sinal (entenda-se, o *assignat*); devemos-nos empenhar para não aumentá-lo, a fim de não aumentar a depreciação. É preciso emitir o menos de moeda que nos for possível; mas, para isso, diminuir os encargos do tesouro público, seja dando terras a nossos credores, seja reduzindo as unidades para a liquidez, sem criar dinheiro.”

Saint-Just não foi ouvido. Cambon, que dirigia a Comissão de Finanças, prosseguiu na política inflacionária. No começo de outubro de 1792, a massa de *assignats* em circulação elevava-se a quase 2 bilhões; Cambon fez decretar, a 17 de outubro, uma nova emissão, que a elevou a 2 bilhões e 400 milhões. A baixa do *assignat* continuou, agravada pela execução do rei e da guerra geral: no início de janeiro, ele valia ainda de 60 a 65% de seu valor nominal; em fevereiro, caiu a 50%.

A crise do abastecimento se agravou, em consequência. Os assalariados ganhavam em média 20 *sous* por dia, no campo, e 40 em Paris. Ora, o pão custava, em certos lugares, até 8 *sous* a libra; os demais gêneros, particularmente os produtos coloniais, sofriam aumentos consideráveis. O pão não apenas era caro, mas raro. A colheita de 1792 fora boa, mas o trigo não circulava. Saint-Just, em seu discurso de 29 de novembro, desmontara o mecanismo dessa *escassez fictícia*: “O lavrador, que não deseja receber papel, vende só em último recurso o seu cereal. Em todo o comércio é preciso vender para viver dos lucros, mas o lavrador, ao contrário, não compra nada; suas necessidades não estão no comércio. Está habituado a entesourar, todos os anos, em espécie, uma parte do produto da terra; hoje em dia, prefere conservar o cereal a acumular papel.” As grandes cidades careciam de pão, os proprietários

e os fazendeiros não tinham pressa alguma em levar seus grãos ao mercado para trocá-los por papel-moeda desvalorizado.

A regulamentação instaurada durante o verão, em favor do primeiro Terror, teria, sem dúvida, quebrado a má vontade dos produtores, ao impor o recenseamento dos grãos e ao autorizar a requisição. Ministro do Interior e responsável, dessa forma, pela economia, Roland, partidário da mais estrita ortodoxia liberal, nada fizera para aplicar essa legislação de circunstância. A 8 de dezembro de 1792, a Convenção ab-rogava, ao contrário, a regulamentação do mês de setembro e proclamava novamente "a liberdade mais total" do comércio de cereais e de farinhas, a exportação continuando, todavia, interdita; a pena de morte era prevista contra os que se opusessem à circulação dos gêneros, ou que provocassem desordens. Na realidade, os cereais não circulavam mais, e os preços variavam de uma região a outra: em outubro de 1792, o sextário valia 25 libras na Aube, 34 no Haute-Marne, 47 no Loir-et-Cher. O pão custava 3 sous a libra em Paris: a Comuna o taxara às custas dos contribuintes — prodigalidade que Roland não cessava de denunciar. A Gironda, professando que a livre concorrência constitui remédio universal, permanecia insensível aos sofrimentos das classes populares.

A crise social acentuou-se. Desde o outono de 1792, desordens graves eclodiram nos campos e nas cidades. Em Lyon, os operários têxteis entraram em greve devido à má venda das sedas; os comissários da Convenção reforçaram o policiamento e realizaram prisões. Em Orléans, casas foram saqueadas. Desordens ainda em Versalhes, Rambouillet e Etampes, em outubro. As revoltas frumentárias se generalizaram em novembro, por toda a Beauce e nos departamentos limítrofes. Bandos de partidários do tabelamento tinham em mira os mercados. A 28 de novembro, eram 3.000, em Vendôme; a 29, 6.000 em armas, no grande mercado de Courville, no Eure-et-Loir, carregando no chapéu um ramo de carvalho e congregateados por uma palavra de ordem: "Viva a Nação! O trigo vai diminuir!" A Gironda reafirmou sua política de classe, a ordem foi energeticamente restabelecida na Beauce.

Em Paris, a Comuna e as seções haviam reclamado em vão o Tabelamento, a 29 de novembro de 1792. Essa reivindicação era levada avante pelos instigadores populares e militantes das seções. O Abade Jacques Roux, da seção dos Gravilliers, pro-

Enraivecidos
nunciou violento discurso, a 1.º de dezembro, “sôbre o julgamento de Luis, o último, sobre a perseguição dos agiotas, dos açambarcadores e traidores”. Na seção dos Direitos do Homem, um empregado dos correios, possuidor de um certo bem-estar econômico, Varlet, reclamara desde 6 de agosto de 1792 o curso forçado do *assignat* e de medidas contra o monopólio; desenvolvia sua propaganda nas praças públicas, do alto de uma tribuna móvel. Em Lyon, Chalier e Leclerc, em Orléans, Taboureaux, propagavam as mesmas palavras de ordem: Tabelamento dos gêneros, requisição dos cereais, regulamentação da panificação, socorro aos indigentes e às famílias dos voluntários. A propaganda desses militantes, os Enraivecidos, alcançou grande êxito entre as seções parisienses; o agravamento da crise econômica trabalhava em seu favor. A 12 de fevereiro de 1793, uma deputação das quarenta e oito seções de Paris apareceu na Convenção:

“Não basta haver-se declarado que somos republicanos franceses; é preciso que o povo seja feliz, que tenha pão; sem pão não haverá leis, liberdade, República.”

Os peticionários denunciaram “a liberdade absoluta do comércio de cereais” e reclamaram o tabelamento. O próprio Marat estigmatizou nessa petição uma baixa intriga... A 25 de fevereiro, desordens explodiram no bairro dos Lombardos, dentro do comércio de gêneros coloniais, generalizando-se e prosseguindo nos dias seguintes; os revoltosos, a princípio mulheres, depois homens, queriam adquirir à força, a um preço por eles fixado, açúcar, sabão e velas.

“Os vendeiros — teria dito Jacques Roux — não fazem senão restituir ao povo o que o obrigam a pagar muito mais caro, após longo tempo.”

Mas Robespierre, como Marat, denunciou nisso “uma trama urdida contra os próprios patriotas”: o povo faria melhor do que se insurgir contra os *fracos mercadores*: “o povo deve-se revoltar, não para recolher açúcar, mas para acabar com os salteadores”.

Se os Enraivecidos fracassaram em sua ação para impor o tabelamento, levantaram, contudo, o problema. Os Montanheses haviam reagido a exemplo dos Girondinos — mas a crise política, ao agravar-se, obrigou a Montanha, a fim de

lutar contra a Gironda e salvar o país, a estabelecer concessões no programa popular. A 26 de março de 1793, Jeanbon Saint-André escrevia a Barère:

“É extremamente imperioso dar condições de vida aos pobres, se quereis que eles vos ajudem a concluir a Revolução. Nesses casos extraordinários, não resta senão recorrer-se à grande lei de salvação pública.”

➤ A vida cara acelerou o declínio da Gironda.

2. A Derrota e a Traição de Dumouriez.

A crise política se agravou e o duelo Gironda-Montanha avivou-se, encarniçado, quando, em março de 1793, o perigo chegou às fronteiras da França.

As tropas republicanas haviam perdido para o inimigo a vantagem numérica, no início do ano de 1793. Mal vestidos, mal alimentados, em consequência dos furtos dos fornecedores que Dumouriez protegia, muitos voluntários, usando de um direito reconhecido pela lei, voltavam para casa após uma campanha. Em fevereiro de 1793, as tropas francesas não contavam mais de 228.000 homens, para 400.000 em dezembro de 1792. Uma das grandes fraquezas do exército consistia na justaposição de regimentos de linha e de batalhões de voluntários, com organização e estatuto distintos. Os voluntários, de farda azul, os *azuis*, elegiam seus oficiais e recebiam soldo mais elevado; estavam sujeitos a uma disciplina menos rígida, seu engajamento abarcava apenas uma campanha. Os soldados de linha, de farda branca, os *traseiros brancos*, haviam subscrito um engajamento de longo prazo, estavam sujeitos a uma pesada disciplina, seus chefes lhes eram impostos. As rixas tornavam-se frequentes, a linha desprezando e invejando os voluntários.

A lei da *amalgama*, de 21 de fevereiro de 1793, cessou a dualidade nas tropas e unificou-as em um único sistema nacional. A operação fora proposta por Dubois-Crancé, em seu relatório à Convenção, a 7 de fevereiro: dois batalhões de voluntários seriam reunidos em um batalhão de linha para formar uma meia-brigada. Os voluntários comunicariam à linha seu ardor e civismo; a linha lhes daria, em troca, experiência e disciplina. Os soldados elegeriam seus oficiais, somente um terço das patentes gozando do direito de antiguidade. A 12

de fevereiro, Saint-Just apoiou com ardor o projeto de Dubois-Crancé:

“Não é apenas do número e da disciplina dos soldados que deveis esperar a vitória; vós só a obtereis, aliás, por meio dos progressos que o espírito republicano tiver feito nas tropas.”

E mais adiante:

“A unidade da República exige a unidade no exército; a pátria só tem um coração.”

A amálgama foi votada malgrado a oposição dos Girondinos. As necessidades militares tiveram, porém, sua satisfação adiada até o inverno de 1793-1794; mas, desde o verão de 1793, a farda, o soldo e os regulamentos haviam sido uniformizados: a linha fôra assimilada aos voluntários.

O alistamento de 300.000 homens, decretado a 24 de fevereiro de 1793, trouxe uma solução à crise dos efetivos. Em vão a Convenção tentara reter os voluntários, fazendo apelo ao seu patriotismo: “Cidadãos soldados, a lei vos permite a retirada, o grito da pátria vo-la proíbe.” Em nome da Comissão de Defesa Geral, Dubois-Crancé apresentou, em 25 de janeiro de 1793, um vasto relatório cuja discussão resultou, a 21 de fevereiro, numa decisão de princípio, completada e particularizada pelo decreto de 24: a Convenção ordenava um alistamento de 300.000 homens, entre os departamentos. Em princípio, os engajamentos voluntários eram mantidos; no caso de que fossem insuficientes,

“os cidadãos serão forçados a completá-lo, para o que adotarão o modo que lhes parecer mais conveniente aos interesses gerais” (artigo 11).

Enquanto os alistamentos de 1791 e de 1792 se processaram em meio a grande entusiasmo, o de 1793 se fez com dificuldades as mais graves. A responsabilidade disso coube, em parte, à recusa da Convenção em precisar o modo de designação do complemento: remetendo o problema às autoridades locais, ela atirou o recrutamento ao jogo das rivalidades pessoais. Para evitar os inconvenientes do sorteio ou do escrutínio majoritário, o departamento do Hérault decidiu-se, a 19 de abril de 1793, pela requisição direta e pessoal: uma comissão

nomeada pelos comissários da Convenção, por proposta das autoridades locais, designaria "os cidadãos reconhecidos como os mais patriotas e os mais adequados pela sua coragem, caráter e características físicas, para servirem de maneira útil à República". Um empréstimo forçado de 5 milhões era levantado, ao mesmo tempo, entre os ricos, a fim de pagar o soldo, cobrir as despesas de equipamento e socorrer "a classe pobre". Essa forma de recrutamento apresentava a grande vantagem de colocá-lo nas mãos das autoridades revolucionárias, sendo geralmente adotado. O alistamento decretado a 24 de fevereiro de 1793 não deu, contudo, mais da metade dos homens previstos: só o alistamento em massa e a requisição geral permitiram resolver-se o problema dos efetivos. Mas não se chegou lá sem novos reveses.

A ofensiva frustrada na Holanda marcou os começos da campanha de 1793. Malgrado as condições manifestas de inferioridade das tropas francesas, o plano ofensivo preconizado por Dumouriez fora adotado. A 16 de fevereiro de 1793, partindo de Antuérpia, ele entrou na Holanda com 20.000 homens e se apoderou de Breda, a 25 de fevereiro. Mas a 1.º de março, as tropas de Cobourg, generalíssimo austríaco, se atiraram contra as tropas da Bélgica, dispersas em seus acampamentos do Rur. Foi um desastre: Aix-la-Chapelle, a 2 de março, depois Liège, foram evacuadas em meio a extrema desordem. Em Paris, essas derrotas suscitaram uma autêntica febre patriótica e as primeiras medidas de salvação pública. A 9 de março, as tipografias dos jornais girondinos, *La Chronique de Paris* e *Le Patriote français*, foram devastadas; no dia seguinte, uma tentativa de insurreição popular fracassou à falta de apoio da Comuna e dos Jacobinos. Mas a 10 de março o Tribunal Revolucionário foi instituído para julgar os agentes do inimigo. "Só vejo o inimigo, lancemo-nos a ele", declara Danton.

A perda da Bélgica ocorreu logo após. Dumouriez tivera de voltar-se para o Sul, não sem má vontade, pois estimava que o melhor meio de defender a Bélgica era prosseguir em sua marcha sobre Roterdã. Reagrupou as tropas de seus lugares-tenentes batidos, Miranda e Valence, tomou, por um momento, vantagem sobre Tirlemont, a 16 de março, mas foi esmagado em Neerwinden, a 18 de março de 1793, e batido novamente em Louvain, a 21. Dumouriez entrou, então,

em contato com Cobourg, seu vencedor; seu plano consistia em dissolver a Convenção, restabelecendo, com a Constituição de 1791, a monarquia em proveito de Luís XVII. Dumouriez se comprometeu a evacuar a Bélgica. A Convenção enviou-lhe quatro comissários e Beurnonville, o Ministro da Guerra, a fim de destituí-lo, mas êle prendeu-os e os entregou aos austríacos, a 1.º de abril. Finalmente, Dumouriez ensaiou marchar sobre Paris, mas os soldados se recusaram a segui-lo. A 5 de abril de 1793, Dumouriez, acompanhado de alguns homens, entre os quais o Duque de Chartres, filho de Philippe-Egalité, o futuro Luís Felipe, fugiu à rédea solta para as linhas austríacas, sob o fogo dos voluntários do 3.º Batalhão da Yonne, comandado por Davout.

A perda da margem esquerda do Reno foi conseqüência da perda da Bélgica. Ante a notícia do desastre de Neerwinden, Brunswick transpôs o Reno, a 25 de março de 1793, e repeliu o exército de Custine para o Sul. Worms e Spire foram tomadas. Custine retirou-se para o Landau, enquanto os prussianos estabeleciam-se à frente de Mayence.

A coalizão levava, portanto, a guerra, mais uma vez, a território francês, no momento mesmo em que o alistamento dos 300.000 homens deflagrava a Vendéia. Os aliados, reunidos em conferência em Antuérpia, no princípio de abril, não ocultavam o que tinham em vista: operar a contra-revolução e obter indenizações territoriais. A derrota exasperou as lutas políticas. A Gironda acusou Danton de cumplicidade com Dumouriez. Enviado em missão, no início de março, e testemunha dos primeiros desastres, Danton apoiara Dumouriez por longo tempo e esforçou-se, ainda a 10 de março, para tranquilizar a Convenção; no dia 26, na véspera da traição, Dumouriez tivera ainda uma entrevista, em Tournai, com três jacobinos mais do que suspeitos, Dubuisson, Pereira e Proli, ligados a Danton. Demonstrando audácia, Danton desviou a acusação sobre a Gironda, a 1.º de abril de 1793, com os aplausos da Montanha. A traição de Dumouriez precipitou a queda da Gironda.

3. A Vendéia.

O alistamento dos 300.000 homens suscitou, porém, múltiplas dificuldades. A 9 de março de 1793, a Convenção enviou 82 representantes em missão aos departamentos para fiscalizar

as operações. As dificuldades mais graves se desenrolaram nos departamentos do Oeste. Na Ille-et-Vilaine, formaram-se multidões no grito de *Viva o Rei Luís XVII, os nobres e os sacerdotes!* No Morbihan, dois administradores distritais, La Roche-Bernard e Rochefort, tombaram nas mãos dos insurretos, Vanne foi atirado. A 23 de março, os representantes em missão, entre eles Billaud-Varenne, escreviam de Rennes à Convenção: "A bandeira branca enlameia ainda a terra da liberdade, o pendão branco está hasteado... Os principais agentes da conspiração são os sacerdotes e os emigrados." Essa insurreição brejeira foi abatida no nascedouro.

Na Vendéia, no Maine-et-Loire, nos confins de Anjou e do Poitou, nos distritos de Mauges, de há muito trabalhados, pelos sacerdotes e pelos nobres, se o alistamento dos 300.000 homens não foi a causa profunda da insurreição, constituiu, pelo menos, o pretexto. A 2 de março de 1793, dia de feira em Cholet, camponeses se manifestaram contra o alistamento; a operação foi adiada para o dia seguinte; a 3, os jovens promoveram arruaças. As cenas de Cholet se repetiram um pouco por toda parte. No domingo, 10 de março, dia fixado para o sorteio, o sino soou, em Saint-Florent-le-Vieil, os camponeses se armaram de forcados, foices ou de manguais, e dispersaram os guardas nacionais. Nascia a Vendéia.

A insurreição vendeana constituiu a manifestação mais perigosa das resistências encontradas pela Revolução e do descontentamento das massas camponesas. A penúria, muitas vezes a miséria em que se debatiam, as predispunham a responder às solicitações da reação, a se voltar contra os burgueses das cidades, quase sempre fazendeiros gerais nessas províncias de meeiros, negociantes de cereais e adquirentes de bens nacionais. A crise religiosa agitava os departamentos do Oeste, de fé assaz viva, catequizados, após o fim do século XVII, por uma congregação de missionários, os Mulotins, com sede em Saint-Laurent-sur-Sèvre, no coração do Bocage. Os sacerdotes refratários, muito numerosos, exploravam o sentimento religioso dos camponeses, drenando-os contra a Revolução. O partido monarquista, depois que a guerra se generalizara, alçava a cabeça. Os camponeses vendeanos, contudo, não haviam apoiado a revolta nobiliária de agosto de 1791 nem se haviam mexido, em 1792, para salvar seus *bons* padres da deportação.

O alistamento dos 300.000 homens não podia deixar de ser mal recebido pelos camponeses, que mais concorriam para a milícia e eram forçados a fornecer, por sorteio, recrutas à complementação das tropas de linha — a instituição do Velho Regime mais detestada nos campos. A lei se prestava a uma aplicação arbitrária: deixando aos *assujettis* * o cuidado de designar os que deviam partir, entregava o recrutamento às paixões locais. Foi aos gritos de *A paz! a paz! abaixo o recrutamento!* que os camponeses se sublevaram a 10 de março de 1793 e nos dias imediatos, e em seguida, no litoral, até Bressuire e Cholet: o caráter simultâneo do movimento autoriza a pensar que ele foi planejado. Os camponeses, mais do que excitados pelos padres refratários, não eram, no entanto, nem realistas nem partidários do Velho Regime; recusavam-se apenas a ir combater longe de suas aldeias. Os nobres, a princípio surpresos, não tardaram, porém, a explorar a sublevação.

Desde o início, vários administradores distritais, notadamente em Cholet, caíram nas mãos dos insurretos. Em Machecoul, antiga capital da província de Retz, os burgueses republicanos foram torturados e massacrados. A guerra da Vendéia tomou, logo, um caráter inextinguível e uma extensão temível. A insurreição foi favorecida pelo estado do país e pela natureza da vegetação: caminhos fundos, bordados de sebes, ocultando a vista e se prestando à emboscada, habitações dispersas e granjas isoladas, estradas e aglomerações raras, ausência de tropas, enfim, pois a Convenção só enviara, a princípio, contra os insurretos, guardas nacionais. Os primeiros líderes do movimento saíram do povo: o carreteiro Cathelineau, o guarda-caça Stofflet, nos Mauges, no Marais bretão o velho recebedor de gabelas Souchu, o cabeleireiro Gaston. Os nobres só apareceram no começo de abril: Charette no Marais, Bonchamp, d'Elbée, nos Mauges, Sapinaud, no Bocage, em Poitou, La Rochejaquelein, todos antigos oficiais. Um sacerdote refratário, o abade Bernier, participou do conselho do *exército católico monárquico*. Mas aos camponeses repugnava afastar-se de suas paróquias, deixar suas granjas retidas. Também os chefes não puderam participar de grandes operações, sendo reduzidos à prestação de

(*) Pessoas designadas pela lei para fixarem um imposto ou uma taxa (N. do T.).

auxílio manual. Os camponeses se insurgiam quando os *azuis* estavam à vista, e se dispersavam logo após a batalha.

Os vendeanos obtiveram vitórias importantes. Donos de Bressuire, Cholet, Parthenay, apoderaram-se de Thouars a 5 de maio de 1793, de Saumur a 9 de junho, mas fracassaram diante de Nantes, a 29 de junho. A costa foi preservada graças à resistência vitoriosa da burguesia dos portos: os Sables-d'Olonne repeliram dois assaltos, a 23 e 29 de março. A Vendéia não pôde comunicar-se com a Inglaterra. A Convenção decretara, a 19 de março, por unanimidade, a pena de morte contra os rebeldes detidos com armas na mão, e a confiscação de seus bens. Em maio, somente, o Conselho Executivo se decidiu a enviar contra a Vendéia tropas regulares reunidas nas fronteiras; duas guarnições foram organizadas, as de Côtes-de-Brest, sob o comando de Canclaux, e a de Côtes-de-la-Rochelle, sob o de Biron. Os generais republicanos também não escaparam à derrota, Westermann a 5 de julho, Santerre a 13. Até outubro de 1793, a Vendéia continuava invencível.

As conseqüências foram irremediáveis. A guerra civil exasperou os republicanos e os levou para os Montanheses, que, únicos partidários de uma política de salvação pública, apareciam como o partido da defesa revolucionária. Mas para vencer a contra-revolução e bater a coalizão, a Montanha carecia do apoio do povo. Teve de fazer concessões às massas populares: a 10 de março, o Tribunal Revolucionário foi instituído, a 20, os comitês de vigilância; o curso forçado do *assignat* foi decretado a 11 de abril, o máximo de cereais a 4 de maio. Todas, medidas de exceção, que foi preciso arrancar da Gironda. A Vendéia, ao levar ao paroxismo a crise da Revolução, precipitou, ela também, a queda da Gironda.

Em sua carta de 26 de março de 1793, Jeanbon Saint-André, representante de Lot, escrevia a Barère:

"A coisa pública está prestes a perecer; temos quase a certeza de que não restam senão remédios prontos e os mais violentos capazes de salvá-la... A experiência prova, agora, que a Revolução está inconclusa e que é preciso dizer abertamente à Convenção Nacional: vós sois uma assembléia revolucionária... Estamos ligados, de maneira mais íntima, à sorte da Revolução... e devemos conduzi-la a porto seguro, ou morrer com ela."

IV

O Fim da Gironda
(março-junho de 1793)

Face ao duplo perigo interno e externo, o movimento popular impôs as primeiras medidas de salvação pública. Enquanto se afirmava a incapacidade da Gironda para conjurar os perigos, os Montanheses decididos a salvar a Revolução adotavam pouco a pouco o programa adiantado pelos militantes populares. Assim se esboçou, desde a primavera de 1793 e malgrado a Gironda, o governo revolucionário, e se afirmou o despotismo da liberdade.

1. *As Primeiras Medidas de Salvação Pública.*

As peripécias da crise ritmaram a arremetida das massas e as medidas revolucionárias.

O Tribunal Revolucionário fora criado a 10 de março de 1793. As derrotas na Bélgica haviam suscitado em Paris a mesma febre patriótica, o mesmo sobressalto popular que o avanço prussiano no precedente mes de agosto. Várias seções reivindicaram a criação de um tribunal de exceção para julgar os agentes internos do inimigo. Danton retomou a proposição a 9 de março, preocupado com a recordação de setembro:

“Tiremos partido das omissões de nossos predecesores; façamos o que não fez a Assembléia Legislativa: sejamos terríveis para que o povo não o seja.”

A Convenção decretou a 10 de março, apesar dos brados da Gironda contra a ditadura, a instituição de um tribunal de exceção, sem apêlo nem cassação, “que conhecesse de toda empresa contra-revolucionária, de todo atentado contra a liberdade, igualdade, unidade, indivisibilidade da República, a segurança interna e externa do Estado, e de todos os complôs tendentes a restabelecer a monarquia”. A Convenção se reservava a nomeação dos juizes, dos jurados e sobretudo a orientação do libelo acusatório.

Os comitês de vigilância revolucionária foram decretados a 21 de março de 1793, após a derrota de Neerwinden. A

despotismo dos Girondinos

Convenção generalizara uma instituição popular que se multiplicava nas seções parisienses. Em cada comuna ou em cada seção para as grandes cidades, os comitês receberam a incumbência de vigiar os estrangeiros. Rapidamente, ampliaram sua competência, ocupando-se do livramento das cartas civicas, do exame de papéis de militares, procedendo à prisão de pessoas surpreendidas sem o laço tricolor. Logo, foram encarregadas de preencher as listas de suspeitos e de aplicar-lhes os mandados de prisão. Formados de patriotas convictos e dedicados, geralmente saídos da *sans-culotterie*, os comitês revolucionários constituíram uma organização de combate contra os Girondinos, os moderados e os aristocratas; foram uma das peças mestras do regime de salvação pública.

As leis sobre os emigrados foram codificadas e agravadas a 28 de março de 1793. Eram considerados como emigrados os franceses que, tendo deixado o território nacional depois de 1.º de julho de 1789, não fossem ali encontrados na data de 9 de maio de 1792; todos os que não pudessem dar prova de residência sem interrupção na França, após aquela data. Os emigrados eram banidos permanentemente do território francês, "civilmente mortos", seus bens incorporados à República; a infração do banimento era punida com a morte.

O Comitê de Salvação Pública foi criado a 5 e 6 de abril de 1793, em substituição ao Comitê de Defesa Geral, fundado a 1.º de janeiro e cuja ação se revelara ineficaz. Composto de nove membros escolhidos na Convenção, mensalmente renovável, deliberando em sigilo, foi encarregado de fiscalizar e acelerar a ação da administração confiada ao Conselho Executivo provisório; estava autorizado a tomar, em circunstâncias urgentes, medidas de defesa geral; suas decisões eram executadas *sem delongas* pelo Conselho Executivo. Os Girondinos, uma vez mais, denunciaram a ditadura. Marat replicou:

"É pela violência que se deve estabelecer a liberdade; o momento requer a organização do despotismo da liberdade, para esmagar o despotismo dos reis."

Danton entrou no novo Comitê, ao lado de homens como Barère e Cambon, ligados à Montanha.

Os representantes do povo em missão nas tropas foram instituídos a 9 de abril de 1793. Já a 9 de março, a Convenção

enviara 82 delegados aos departamentos, para organizar o alistamento dos 300.000 homens. O decreto de 9 de abril enviava três representantes do povo junto a cada uma das onze guarnições da República. Investidos de poderes ilimitados, eles exerciam

“a vigilância mais ativa sobre as operações dos agentes do Conselho Executivo, de todos os fornecedores e empresários das tropas, e sobre a conduta dos generais, oficiais e soldados.”

Descontente com essa organização, a Convenção revogou-a a 30 de abril e adotou um novo texto, reforçando ainda os poderes dos representantes em missão nas tropas, mas obrigando-os a informar a marcha de suas operações. Tinham o direito de deter os generais e deviam dirigir cada dia, ao Comitê de Salvação Pública, o diário de suas operações e fornecer toda semana um relatório à Convenção: a *Assemblée* conservava a direção e o controle de todas as tropas.

As medidas econômicas e sociais em favor das massas populares seguiram-se às medidas políticas, quando em abril e maio se acentuou a luta da Gironda e da Montanha. O curso forçado do *assignat* foi decretado a 11 de abril de 1793: a prática do preço duplo e a circulação do numerário estavam proibidas, a recusa ao *assignat* era punida. O tabelamento era sempre reclamado com obstinação: a 18 de abril, pelas diversas autoridades do departamento de Paris, a 30 pelas seções do bairro de Saint-Antoine. A Convenção cedeu a 4 de maio de 1793, instituindo um máximo departamental de cereais e de farinhas; os distritos procederiam ao recenseamento e à requisição desses meios de subsistência a fim de abastecer as tropas; fora disso, o comércio era interdito. A 20 de maio de 1793, por fim, a Convenção decretou um empréstimo forçado de um bilhão sobre os ricos. Para conquistar o povo, a Convenção aceitava medidas de circunstâncias que se revestiam de um aspecto de classe. A 8 de maio de 1793, Robespierre fizera apelo, nos Jacobinos, contra os *culotes dourados*, ao “povo imenso dos *sans-culottes*”:

“Vós tendes a liberdade a salvar: proclamai os direitos da liberdade, demonstrando toda a vossa energia.

Vós tendes um povo imenso de *sans-culottes*, homens puros, homens vigorosos; eles não podem abandonar seus trabalhos, fazei-os pagar pelos ricos!"

2. *As Jornadas de 31 de Maio-2 de Junho de 1793.*

O duelo da Gironda e da Montanha entrava, na realidade, em sua fase final. A Montanha carecia do apoio das massas populares, a posição parlamentar da Gironda afigurava-se sempre forte. Sem dúvida, ela não detinha mais o governo. Roland demitira-se a 22 de janeiro de 1793, substituído na Pasta do Interior pelo prudente Garat; na Justiça, Gohier evitava, também ele, comprometer-se; mas na Guerra, o Coronel Bouchotte, verdadeiro ministro *sans-culotte*, substituíra Beurnonville, a 4 de abril; a 10, Dalbarade, um amigo de Danton, fora nomeado Ministro da Marinha, no lugar de Monge; Lebrun, nos Negócios Estrangeiros, e Clavière, nas Contribuições Públicas, continuavam os únicos ministros girondinos. Na Convenção, a Planície votara todas as medidas de salvação pública propostas pela Montanha, mas, desconfiando da Comuna de Paris, se recusava a acompanhar a Montanha em sua luta contra a Gironda; pretendia colocar-se acima dos partidos.

Robespierre desencadeou o ataque, a 3 de abril de 1793:

"Declaro que a primeira medida de salvação pública a tomar-se é decretar a acusação de todos os que são suspeitos de cumplicidade com Dumouriez, notadamente Brissot."

A 10 de abril, denunciou novamente a política contrarrevolucionária dos chefes da Gironda e sua complacência culpável em favor de Dumouriez. Vergniaud lhe respondeu, sem recar apresentar seu partido como o dos moderados:

"Sim, somos moderados... Após a abolição da realeza, tenho ouvido falar muito de revolução, e disse a mim mesmo: só há duas possíveis: a das propriedades ou a lei agrária, e a que nos conduziria ao despotismo. Tomei a firme resolução de combater ambas. Tem-se procurado consumir a revolução pelo terror; eu desejo consumá-la pelo amor... Nossa moderação salvou a República desse terrível flagelo, a guerra civil."

propriedade

A 5 de abril de 1793, os Jacobinos, sob a presidência de Marat, dirigiram às sociedades filiadas uma circular convidando-as a reivindicar a convocação e a destituição dos *apellantes*, os convencionais que haviam votado a consulta ao povo para salvar o rei. A 13 de abril, por proposição de Guadet e após violentos debates, a Convenção, por 226 votos contra 93 e 47 abstenções, votou licença para processar Marat, por haver este firmado a circular do dia 5, na qualidade de presidente do Clube. Enviado ao Tribunal Revolucionário, Marat ali se apresentou como “o apóstolo e o mártir da liberdade”, sendo triunfalmente absolvido a 24 de abril. Desde 15 de abril, 35 das 48 seções parisienses haviam apresentado à Convenção uma petição ameaçadora contra os 22 deputados girondinos mais destacados.

A fim de restabelecer sua influência sobre a opinião pública, a Gironda empreendeu grande esforço e levou o debate ao terreno social. No fim de abril de 1793, Pétion lançou sua *Lettre aux Parisiens*, exortando todos os proprietários ao combate:

“Vossas propriedades estão ameaçadas — e fechais os olhos ao perigo. Excita-se a guerra entre os que possuem e os que nada possuem — e vós nada fazeis para evitá-la... Parisienses, saí, afinal, de vossa letargia e fazei com que esses insetos venenosos voltem a seus covis!”

Por esse tempo, Robespierre lia na Convenção, a 24 de abril de 1793, um projeto de declaração dos direitos, que subordinava a propriedade à utilidade social:

“Multiplicastes os artigos para assegurar a maior liberdade ao exercício da propriedade, mas não dissestes uma só palavra para determinar-lhe o caráter legítimo; de maneira que vossa Declaração parece feita não para os homens, mas para os ricos, para os açambarcadores, para os agiotas e para os tiranos.”

Robespierre propunha, em consequência, a definição da propriedade como “o direito que cada cidadão tem de gozar e de dispor da porção dos bens que lhe é garantida pela lei”. Direito natural após a Declaração de 1789, a propriedade tornava-se uma instituição social. Não se pode ocultar, contudo,

o caráter tático da posição de Robespierre: para vencer a Gironda, ele tinha de interessar os *sans-culottes* na vitória, pela esperança de uma democracia social.

Nos departamentos, entretanto, a Gironda fazia o jogo da aristocracia e da contra-revolução, dando a mão a um *mouvemento seccionário* do qual muitos monarquistas tomaram a direção. Se em Bordéus, a 9 de maio de 1793, as seções dominadas pela burguesia comercial se contentaram com uma advertência ameaçadora aos *anarquistas* da Montanha, é que a Vendéia estava próxima. O mesmo aconteceu em Nantes. Em Marselha, os Girondinos, que dominavam as seções, aliados aos aristocratas, haviam expulso os representantes em missão, a 29 de abril; um comitê geral das seções formou-se para perseguir *sans-culottes* e Jacobinos. Em Lyon, a contra-revolução agia abertamente. Amparados pela maioria das seções, a 29 de maio, moderados e monarquistas derrubaram a municipalidade montanhesa; o prefeito, Chaliier, foi aprisionado e executado a 17 de julho de 1793 — o terceiro *mártir da liberdade*. Por toda parte, a resistência girondina entravava a ação dos representantes em missão nos departamentos. Os particularismos locais se voltavam contra o poder central, as tendências federalistas se afirmavam. Com a cumplicidade quase sempre ativa da Gironda, os interesses de classe sobrepujavam as necessidades da defesa nacional; burguesia ainda monarquista e partidários do Velho Regime paralisavam a defesa revolucionária.

Para triunfar definitivamente, a Gironda dirigiu a luta contra a cidadela montanhesa, a Comuna de Paris. Respondendo à *Histoire des Brissotins, ou Fragment de l'Histoire secrète de la Révolution*, de Camille Desmoulins, apresentada a 17 de maio aos Jacobinos, Guadet denunciou no dia seguinte, à Convenção, as autoridades de Paris, "autoridades anárquicas, ávidas ao mesmo tempo de dinheiro e de poder"; propôs sua cassação imediata. Uma comissão de investigações, composta de doze membros, foi logo instituída, integrada apenas por Girondinos. A Comissão dos Doze ordenou a prisão, a 24 de maio, de Hébert, pelo número 239 do *Père Duchesne*: "A grande denúncia do *Père Duchesne*, a todos os *sans-culottes* dos departamentos, a respeito dos complôs formados pelos Brissotinos, Girondinos, Rolandinos, Buzotinos, Pétionistas e toda a súcia de cúmplices de Capeto e de Dumouriez, para

insurreições jacobinas

fazer massacrar os bravos Montanhese, os Jacobinos, a Comuna de Paris, a fim de dar o golpe de misericórdia na liberdade e restabelecer a realeza." Outros militantes populares foram presos, Varlet, Dobsen, presidente da seção metropolitana. Essas medidas de repressão deflagraram a crise final.

guilhotina

A 25 de maio, a Comuna reclamou a libertação de Hébert, seu substituto. Isnard, que presidia a Convenção, lançou-se numa diatribe contra Paris, que lembrava desagradavelmente o manifesto de Brunswick:

"Se por essas insurreições sempre renascentes pretende-se golpear a representação nacional, eu vos declaro, em nome da França inteira, Paris será aniquilada, sendo preciso procurar-se, nas margens do Sena, se ela existiu algum dia."

No dia seguinte, nos Jacobinos, Robespierre convocou o povo à insurreição:

"Quando o povo é oprimido, quando nada mais lhe resta a não ser ele próprio, seria covarde quem lhe dissesse para não se rebelar. É quando todas as leis são violadas, quando o despotismo chegou ao cúmulo, quando se esmaga a boa fé e o pudor, que o povo deve insurgir-se. O momento chegou."

Comitê insurrecional

Os Jacobinos se declaravam em estado de insurreição.

A 28 de maio, a seção metropolitana convocou as demais seções para o dia seguinte, no Bispado, a fim de organizar a insurreição. A 29 de maio, os delegados de 33 seções formaram um Comitê insurrecional de 9 membros, entre os quais Varlet, que foi sem dúvida seu animador, e Dobsen, libertados na véspera por ordem da Convenção, à qual compareceram apenas a Montanha e a Planície. A 30 de maio, o Departamento aderiu ao movimento.

A 31 de maio de 1793, a insurreição desenvolveu-se sob a direção do Comitê do Bispado, segundo os métodos aplicados em 10 de agosto. O sino tocou, tambores soaram, o canhão troou o alarme. Os petiçãoários das seções e da Comuna chegaram à sala da Convenção pelas 5 horas da tarde, enquanto a multidão de manifestantes se apinhava nas imediações. Todo

um programa de defesa revolucionária e de medidas sociais é apresentado: exclusão dos chefes da Gironda, cassação da Comissão dos Doze, detenção dos suspeitos, depuração nas administrações, criação de um exército revolucionário, atribuição do direito de voto aos *sans-culottes*, fixação do preço do pão em 3 *sous* a libra, mediante uma taxa sobre os ricos, distribuição de socorros públicos aos anciãos, aos enfermos e aos parentes dos defensores da pátria. Malgrado a intervenção veemente de Robespierre dirigida a Vergniaud ("Sim, eu vou agir, e contra vós!"), a Convenção votou somente a cassação dos Doze. A insurreição fracassara.

"A pátria não está salva — declara Billaud-Varenne, à tarde, aos Jacobinos. — Há grandes medidas de salvação pública a tomar-se. É hoje que se deve desferir os últimos golpes na facção."

A 2 de junho, um domingo, o movimento recomeçou. O Comitê insurrecional cercou a Convenção com os 80.000 homens da guarda nacional comandados por Hanriot, "de maneira que os chefes da facção pudessem ser detidos no mesmo dia, no caso de que a Convenção se recusasse a atender as reivindicações dos cidadãos de Paris". Uma delegação exigiu a detenção imediata dos dirigentes da Gironda. Após um debate confuso, a Convenção, atrás de seu presidente, Hérault de Séchelles, saiu para tentar romper a barreira. Hanriot comandou: "Artilheiros, às vossas peças!" Impotente, a Convenção retornou à sala do plenário e submeteu-se, decretando a prisão de 29 deputados, bem como a dos ministros Clavière e Lebrun. O duelo da Gironda e da Montanha, que começara após a instalação da Assembléia Legislativa, chegara ao fim.

*

*

*

Assim pereceu a Gironda. Declarara a guerra, mas não soubera conduzi-la; denunciara o rei, mas recuara ante sua condenação; reclamara o apoio do povo contra a monarquia, mas se recusara a governar com ele; contribuíra para agravar a crise econômica, mas repelira tôdas as reivindicações populares. Com a Montanha, para quem a salvação pública é a lei suprema, a *sans-culotterie* ascendia ao poder. Nesse sentido,

as jornadas de 31 de maio-2 de junho não se revestiram apenas de um aspecto político, mas constituem um reflexo nacional tanto quanto um sobressalto revolucionário, uma reação defensiva e punitiva contra uma nova manifestação do complô aristocrático. O desenvolvimento do *movimento seccionário* nos departamentos dava, por antecipação, a essas jornadas, sua significação: sob a máscara da oposição girondina, a contra-revolução aristocrática retomara a ofensiva.

Jaurès, em sua *Histoire socialiste*, negou o caráter de classe às Jornadas de 31 de maio-2 de junho; certamente, a ter-se em conta seu aspecto político e parlamentar, Girondinos e Montanheses derivam, uns e outros, da burguesia (embora seja necessário precisar as nuances). Mas a eliminação da alta burguesia, a entrada em cena da *sans-culotterie*, dão a essas jornadas toda a sua significação social: Georges Lefebvre refere-se, mesmo, à *revolução de 31 de maio e 2 de junho de 1793*.

3

A CONVENÇÃO MONTANHESA MOVIMENTO POPULAR E DITADURA DE SALVAÇÃO PÚBLICA (junho-dezembro de 1793)

ELIMINADA, com esforço, a Gironda, a Convenção, agora manobrada pelos Montanheses, viu-se entre dois fogos. Enquanto a contra-revolução recebia novo impulso da revolta federalista, o movimento popular, exasperado pela carestia, aumentava a pressão. A organização governamental se revelava inepta para dominar a situação; Danton, no Comitê de Salvação Pública, negociava ao invés de combater. Em julho de 1793, a nação parecia a ponto de desagregar-se.

Mas enquanto a Montanha hesitava, prisioneira de contradições, as massas populares, impelidas pelas suas necessidades e seus ódios, impunham as grandes medidas de salvação pública, das quais a primeira, em 23 de agosto de 1793, foi a convocação em massa. Um governo revolucionário afigurava-se indispensável para disciplinar a arremetida popular e manter a aliança com a burguesia, que podia, unicamente, preencher os quadros necessários. Sobre essa dupla base social, sans-culotterie e burguesia montanhesa ou jacobina, o Governo revolucionário se organizou peça a peça, de julho a dezembro de 1793: seus dirigentes mais esclarecidos pretendiam salva-

guardar a qualquer preço a unidade revolucionária do antigo Terceiro Estado, isto é, a unidade nacional. Mas seriam eles capazes de sobrepujar as contradições inerentes a essa coalizão? O perigo nacional os fez calar um momento. Era de prever-se que, a vitória se afirmando, elas reapareceriam às claras.

I

Montanheses, Moderados e «Sans-Culottes»
(junho-julho de 1793)

A Montanha triunfara da Gironda graças aos *sans-culottes* parisienses; não queria, contudo, ceder à pressão desses. O problema se lhe apresentou nas semanas que se seguiram à jornada de 2 de junho: frear o movimento popular sem, no entanto, encorajar uma reação favorável à Gironda. Preocupados, na realidade, em incorporar aquela parte da burguesia que, no conflito com os Girondinos, mantivera-se neutra, os Montanheses pretendiam dirigir os proprietários e os moderados. Não entrava em suas cogitações realizar todo o programa político e social que os militantes populares do Comitê insurrecional de 31 de maio haviam antecipado: detenção dos Girondinos, mas também expulsão, da Convenção, de todos os *apelantes*, formação de um exército revolucionário pago, encarregado de deter os suspeitos e assegurar o abastecimento de Paris, aplicação do máximo de cereais e extensão do tabelamento a todos os gêneros de primeira necessidade, depuração nas tropas e nas administrações, em particular pela destituição dos nobres... A Montanha esforçou-se para tranquilizar a burguesia mediante a rejeição ao terror, proteção à propriedade e manutenção do movimento popular em limites restritos — equilíbrio difícil de realizar, e que provocou, em julho, a agravação da crise.

1. *As Medidas Montanhesas de Conciliação.*

Durante todo o mes de junho, a Montanha contemporizou. Se a 8 de junho de 1793, Robespierre logrou que a Convenção repelisse a supressão dos Comitês de vigilância que Barère e Danton haviam proposto dois dias antes (“Faz-se mister saber

se, a pretexto de liberdade, pode-se matar a própria liberdade”, declarara Jeanbon Saint-André, no debate), nenhuma medida positiva foi adotada: o exército revolucionário não foi organizado, a discussão sobre o empréstimo forçado morreu, o relatório de Saint-Just sobre os deputados girondinos detidos ou fugitivos foi, a 8 de julho, dos mais moderados. “A liberdade não corre perigo nas mãos dos que ela desarmou e que estão submetidos às leis.” Tratava-se de incorporar os departamentos, tranquilizando-os e dissipando o temor de uma ditadura dos *sans-culottes* parisienses.

No terreno social, três leis esforçaram-se para dar satisfação às reivindicações camponesas. A lei de 3 de junho de 1793, sobre a forma de venda dos bens dos emigrados, estipulou que seriam divididos em pequenas parcelas, a fim de que os camponeses pobres pudessem adquiri-los, um prazo de dez anos lhes sendo dado para o pagamento. A lei de 10 de junho, sobre a repartição dos bens comunais, autorizou-o a título facultativo; far-se-ia a repartição em partes iguais por habitante domiciliado, o lote de cada um sendo tirado por sorte. A lei de 17 de julho, sobre o regime feudal, constituiu a ruína completa do mesmo, ao suprimir, sem indenização, todos os direitos do feudalismo, mesmo fundados em títulos primitivos; esses títulos, arquivados nos cartórios das municipalidades, deviam ser queimados. A queda da Gironda significava, para os camponeses, a libertação definitiva da terra.

No terreno político, pela votação rápida de uma Constituição, a Convenção pretendia livrar-se do reproche de ditadura e tranquilizar os departamentos. A Constituição dita de 1793, votada a 24 de junho, conforme o relato de Hérault de Séchelles, e após um debate rápido, fixava as características essenciais de um regime de democracia política.

A Declaração dos Direitos que a precede, indo mais longe que a de 1789, proclama em seu artigo primeiro que “a meta da sociedade é a felicidade comum”. Afirma os direitos ao trabalho, à assistência, à instrução.

“A assistência pública constitui dívida sagrada. A sociedade deve prestar assistência aos cidadãos desgraçados, seja dando-lhes trabalho, seja assegurando os meios de existência aos que não podem trabalhar” (artigo 21).

"A instrução é uma necessidade geral. A sociedade deve favorecer por todos os meios os progressos da razão pública, e pôr a instrução ao alcance de todos os cidadãos" (artigo 22).

Por fim, a Declaração de 1793 reconhecia não somente o direito de resistir à opressão (artigo 33), como a de 1789, mas o direito à insurreição:

"Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é, para o povo e para cada porção do povo, o mais sagrado e o mais indispensável dos deveres" (artigo 35).

Mas não houve empenho no sentido de modificar a definição de propriedade a exemplo do que propusera Robespierre a 24 de abril:

"O direito de propriedade é o que toca a todo cidadão de gozar e de dispor, à sua vontade, de seus bens e de seus lucros, do fruto de seu trabalho e de sua indústria" (artigo 16).

A liberdade econômica, sobre a qual a Declaração de 1789 não dizia palavra, era explicitamente afirmada pelo artigo 17: "Nenhum gênero de trabalho, de cultura, de comércio, pode ser interdito à indústria dos cidadãos." Os Montanheses recusavam-se a enveredar pelo caminho da democracia social.

O ato constitucional teve a preocupação de assegurar a preponderância da representação nacional, base essencial da democracia política. O escrutínio em dois graus, previsto no projeto girondino de Condorcet, foi rejeitado. A escolha imediata do povo assegura a supremacia do legislativo sobre o executivo, dos representantes sobre os administradores. A Assembleia Legislativa é eleita pelo sufrágio universal direto, em escrutínio uninominal, por maioria absoluta, durante um ano. O Conselho Executivo, de 24 membros, é escolhido pela Assembleia Legislativa, entre os 83 candidatos designados pelos departamentos, por sufrágio universal; assim, os ministros estão subordinados à representação nacional. O exercício da soberania nacional foi ampliado pela instituição do *referendo*, que figurava já no projeto de Condorcet: a Constituição seria rati-

ficada pelo povo, bem assim as leis em certas condições bem especificadas.

Submetida à ratificação popular, a Constituição de 1793, que devia tornar-se, para os republicanos da primeira metade do século XIX, o símbolo da democracia política, foi adotada por mais de 1.800.000 "sim" contra cerca de 17.000 "não"; mais de 100.000 votantes só aceitavam a Constituição com emendas de tendência moderada. Os resultados do plebiscito foram proclamados a 10 de agosto de 1793, dia do aniversário da queda da monarquia, na festa da Unidade e da Indivisibilidade da República. Mas a aplicação da Constituição, cujo texto, encerrado na *arca sagrada*, foi depositado na sala das sessões da Convenção, só se realizou na época da paz.

2. O Assalto da Contra-Revolução.

A política moderada e conciliadora da Convenção montanhesa não logrou impedir a extensão da guerra civil. Nos departamentos conturbados, os Girondinos se levantaram contra a Convenção: a revolta federalista se estendia, enquanto a Vendéia ativava-se e de todos os lados as fronteiras cediam ao impacto da coalizão.

A revolta federalista tomou o caminho do *movimento seccionário* do mes de maio. A notícia da insurreição parisiense e da eliminação dos girondinos precipitou e ampliou a revolta em Lyon, em Bordéus. Os dirigentes girondinos, cuja detenção fora decretada, e que haviam conseguido escapar, alguns dos 75 deputados da direita, signatários de um protesto contra o 2 de junho, sublevaram os departamentos. Na Bretanha e na Normandia, no Sudeste e no Sul, no Franche-Comté, as autoridades departamentais estabeleceram a *secessão*. Os dirigentes do movimento seccionário, transformados em federalistas, constituíram comitês e tribunais de exceção para julgar os patriotas, fecharam os clubes, tentaram convulsionar as tropas. Caen tornou-se a capital do Oeste girondino; Bordéus, Nîmes, Marselha, Toulon, tombaram nas mãos dos insurretos, que já possuíam Lyon, onde Chalier foi executado a 17 de julho. Pelo fim de junho, cerca de 60 departamentos estavam revoltados abertamente contra a Convenção. Mas a Vendéia monárquica se interpunha entre a Normandia e a Bretanha, de uma parte, e o Sudoeste, de outra. Toulouse recusou-se,

finalmente, a acompanhar Bordéus, impedindo a ligação entre a Aquitânia e o Baixo-Languedoc. Entre o Sul provençal e Lyon, a Drôme, animada pelo jacobino Joseph Payan, constituiu um bastião patriota. Os Departamentos da fronteira continuaram fiéis à Convenção.

O federalismo teve um conteúdo social mais marcante que o seu aspecto político. Sem dúvida, a sobrevivência de particularismos regionais o explica em parte, porém, mais ainda, a solidariedade dos interesses de classe. Desde 15 de maio de 1793, Chasset, deputado do Rhône-et-Loire, escrevia: "Primeiro, a vida; depois, os bens"; após o 2 de junho, ele chegou a Lyon revoltada e pôs-se à frente do movimento; declarado fora da lei, emigrou, só retornando no ano IV da República. O levante foi essencialmente obra da burguesia detentora das administrações departamentais, inquieta quanto à sorte da propriedade; recebeu o apoio de todos os partidários do Velho Regime. As municipalidades, de recrutamento mais popular, lhe foram hostis. Os operários, os artífices, sentiram repugnância em lutar pelos ricos; os alistamentos de homens ordenados pelos departamentos sublevados encontraram a indiferença ou a hostilidade populares. Por outro lado, os dirigentes da insurreição se dividiram depressa. Os republicanos sinceros se resignavam, nauseados, a seguir os monarquistas. Inquietavam-se com a invasão estrangeira, com a insurreição vendeana, hesitavam em fazer o jogo da reação. Acresce que os monarquistas tomaram logo a direção do movimento no Sudoeste, particularmente em Lyon, onde Précý obteve do rei da Sardenha uma operação militar nos Alpes.

A repressão foi organizada com vigor pela Convenção, que cuidou, sobretudo, de bater os chefes, poupando os comparsas. A ameaça mais grave vinha da Normandia, pois tropa alguma fazia a cobertura de Paris. Mas a 13 de julho de 1793, em Pacy-sur-Eure, à vista de alguns milhares de homens recrutados nas seções parisienses, as colunas girondinas debandaram; os chefes, Buzot, Pétion, Barbaroux, abandonaram Caen, depois a Bretanha, rumando para Bordéus. Robert Lindet, enviado à Normandia, pacificou rapidamente a região, reduzindo a repressão ao mínimo. Se os departamentos do Franche-Comté se submeteram sem combate, Bordéus resistiu longo tempo: a cidade só foi retomada a 18 de setembro. No Sudoeste, temeu-se, por um momento, a junção dos rebeldes marseheses e de Nîmes com os de Lyon. Mas a Drôme continuava fiel à Montanha;

por isso, o Pont-Saint-Esprit, dominado pelos rebeldes de Nîmes, foi retomado; os marseheses, que haviam libertado a Durance e se apoderado de Avignon, acabaram repelidos. A 27 de julho, as tropas do General Carteaux entraram em Avignon, e em Marselha, a 25 de agosto. Mas a 29, os monarquistas abriram Toulon aos ingleses, entregando-lhes a esquadra do Mediterrâneo. Lyon obstinou-se na revolta. Para retomar essas cidades, houve necessidade de sitiá-las primeiro: Lyon tombou a 9 de outubro, Toulon resistiu até 19 de dezembro de 1793. A repressão ali foi terrível. Sem dúvida, desde o fim de agosto, o perigo parecia conjurado; no verão, em julho, a República não estivera menos a ponto de desconjuntar-se.

As conseqüências da revolta federalista foram idênticas às da insurreição vendeana: acentuaram a evolução para o reforço do poder central, aumentaram o controle das organizações populares sobre os cidadãos suspeitos de hostilidade ou de tibieza em relação à Revolução. Os Girondinos não haviam hesitado em unir-se aos monarquistas, aliados, estes, ao inimigo externo. Como os monarquistas se apoiavam nas classes abastadas, os Girondinos tornaram-se, por sua vez, suspeitos. Mais do que nunca, a Montanha e o povo *sans-culotte* se identificavam com a República.

A insurreição vendeana fazia, entretanto, novos progressos. Os rebeldes, senhores de Saumur depois de 9 de junho de 1793, esmagaram as tropas republicanas em Vihiers (Maine-et-Loire), a 18 de julho; apoderando-se das Ponts-de-Cé, a 27, ameaçaram Angers.

A invasão estrangeira tornava-se também ameaçadora. Após sua entrada no Comitê de Salvação Pública, Danton negociava em lugar de combater. Com a Bélgica e a margem esquerda do Reno retomadas pelos aliados, a França não dispunha mais de moeda de câmbio: talvez Danton, como se suspeitou, pensasse servir-se da rainha e de seus filhos. A Constituição de 1793 estipulava, contudo, no artigo 121: "O povo francês não promove a paz com um inimigo que ocupa seu território."

Na fronteira do Norte, os ingleses entravam em campanha. Um corpo de 20.000 hanoverianos, sob o comando do Duque de York, reforçados por 15.000 holandeses, se preparava para estabelecer-se diante de Dunquerque. Os austríacos, sob o comando de Cobourg, ocuparam metodicamente as praças fortes que protegiam a fronteira do Norte. Conde

tombou a 10 de julho, Valenciennes a 28. Le Quesnoy e Maubeuge foram atacadas, por sua vez. Nesse ínterim, Custine, nomeado comandante do exército do Norte, continuava imóvel, não tardando a tornar-se suspeito aos olhos dos patriotas.

No Reno, os prussianos, sob o comando do Duque de Brunswick, apoderaram-se de Mayence. Atacada depois de abril, e defendida por 20.000 franceses sob o comando de Kléber e de Merlin de Thionville, representante em missão, a cidade só capitulou a 28 de julho. As tropas do Reno e da Mosela tiveram de recuar sobre Lauter e sobre o Sarre; Landau foi sitiada.

Nos Alpes, os piemonteses pressionavam as tropas de Kellermann enfraquecidas pelas divisões que cedera para a luta contra os federalistas do Sul provençal e do vale do Rhône, tentando investir sobre Lyon e Toulon. As passagens de La Maurienne e de La Tarentaise foram tomadas com grande luta; a Sabóia, em breve, invadida, e Nice, ameaçada.

Nos Pireneus, os espanhóis forçaram a fronteira e avançaram sobre Perpignan e Bayonne.

Em todas as fronteiras, os exércitos da República batiam em retirada. As tropas, mal comandadas, sofriam autêntica crise moral. O comando, pouco firme, passava de mão em mão. O aristocrata Custine desprezava o Ministro *sans-culotte* da Guerra, Bouchotte, simples tenente-coronel. Na Vendéia, era a desordem. Os representantes em missão, encarregados de vigiar os generais, entendiam-se mal. Em desacordo com Biron, um *ci-devant* * que comandava em Niort, uns apoiavam os generais *sans-culottes* Ronsin e Rossignol, outros os denunciavam; atiravam-se, uns aos outros, a responsabilidade dos fracassos. A situação parecia desesperada.

O assassinato de Marat, a 13 de julho de 1793, concretizou a imensidade do perigo: em plena Paris revolucionária, Charlotte Corday, uma jovem monarquista da Normandia, fora capaz de matar o Amigo do Povo. Ela quisera abater, nele, uma das cabeças da Revolução — mas o gesto deu novas forças à Montanha e relançou o movimento revolucionário. Marat era muito popular entre os *sans-culottes*, sobre cuja

(*) Na época da primeira Revolução, qualquer pessoa ligada, por seus títulos e posição, ao Velho Regime (N. do T.).

sorte ele se debruçava com uma bondade e humanidade profundas. Seu assassinato suscitou intensa emoção; ao desejo de vingança, uniu-se a exigência de medidas de salvação pública. Paris lhe deu funerais grandiosos, aos quais a Convenção assistiu em massa, a 15 de julho; seu coração foi suspenso das abóbadas dos Franciscanos. *Mártir da liberdade*, Marat tornou-se, com Lepeletier, assassinado a 20 de janeiro, com Chaliér, decapitado a 17 de julho de 1793, uma das divindades do Panteão revolucionário.

3. *A Resposta Revolucionária.*

A crise econômica e social agravava ainda mais a tarefa da Convenção montanhesa, e impelia, ao mesmo tempo, as ~~maiores~~ à ação revolucionária.

A crise do abastecimento, sobretudo dos gêneros de primeira necessidade, continuava a causa principal do descontentamento público. O máximo de cereais, adotado em 4 de maio de 1793, não fora aplicado; a Convenção, reconhecendo sua fraqueza, permitiu-lhe a suspensão, em julho, aos departamentos e aos representantes em missão. Sem dúvida, os *sans-culottes* parisienses só não sofriam com o encarecimento do pão, fixado em três *sous* a libra pela Comuna, graças às subvenções governamentais. Mas a irregularidade das entregas, reduzindo pouco a pouco os estoques, fez as filas tornarem às portas dos padeiros; a inquietudê ganhou o povo. A carestia atingia outros gêneros, enquanto as revoltas departamentais consecutivas ao 2 de junho contribuíam para agravar a crise de carne, cujas entregas tornaram-se raras. Em junho de 1793, a libra de carne de vitela sofreu, em relação a junho de 1790, um aumento de 90%; a de boi, 136%. Desordens causadas pela carestia eclodiram por toda parte. A 21 de junho, foi preso um cidadão que, no bairro de Saint-Antoine, gritava: "Outrora, o sabão custava 12 soles, hoje custa 40, viva a República! O açúcar custava 20 soles, hoje custa 4 libras, viva a República!"

A crise do *assignat* ampliou os efeitos da crise dos meios de subsistência. A inflação seguia seu curso, acentuando a alta dos preços. Após a morte do rei e a coalizão geral, o papel-moeda não cessara de desvalorizar-se, caindo, em julho, a menos de 30% do valor nominal. Seu descrédito provocava a fuga de capitais para o estrangeiro, o desenvolvimento da especulação,

o açambarcamento de mercadorias, a aceleração da alta dos preços.

Os Enraivecidos lucraram ao atizar o descontentamento geral, reprochando a Convenção pela sua omissão no terreno econômico e social. A 8 de junho de 1793, no Conselho Geral da Comuna, Varlet leu sua *Déclaration solennelle des Droits de l'homme dans l'Etat social*, ou seja, o rompimento "por meios justos, da proporção das fortunas":

"Os bens acumulados às custas da fortuna pública, pelo roubo, agiotagem, monopólio e açambarcamento, tornam-se propriedades nacionais."

A 15 de junho, a seção dos Direitos do Homem reivindicou o tabelamento geral e uma lei contra os açambarcadores. A 25, da tribuna da Convenção, Jacques Roux apresentou uma petição ameaçadora:

"O ato constitucional vai ser apresentado à sanção do soberano — mas, acaso, proscrevestes a agiotagem? Não. Pronunciastes a pena de morte contra os açambarcadores? Não. Determinastes em que consiste a liberdade do comércio? Não. Proibistes a venda do dinheiro cunhado? Não. Muito bem; nós vos declaramos que fizestes muito pouco pela felicidade do povo. A liberdade não passa de vão fantasma quando uma classe de homens pode esfaimar outra impunemente. A igualdade não passa de vão fantasma quando o rico, pelo monopólio, exerce o direito de vida e de morte sobre seu semelhante. A República não passa de vão fantasma quando a contra-revolução se opera, dia a dia, através dos preços dos gêneros, que três quartos dos cidadãos não podem adquirir sem verter lágrimas... Pronunciai-vos, então, uma vez mais; os *sans-culottes*, com suas lanças, executarão vossos decretos."

No dia seguinte, desordens, motivadas pelo preço do sabão, eclodiram nos portos de Paris e duraram três dias, de 26 a 28 de junho: as lavadeiras descarregaram os barcos de sabão e repartiram a mercadoria, após havê-la tabelado. O povo *sans-culotte*, que assumia a dianteira, acabou por arrastar a Montanha.

A renovação do Comitê de Salvação Pública, a 10 de julho de 1793, respondeu à gravidade da crise. Militantes populares, em seu ardor, propuseram medidas de defesa nacional e revolucionária em proporção ao perigo. Tornava-se necessário, mais uma vez, evitar que medidas extremas não desvinculassem da República a burguesia revolucionária que até ali a sustentara. Afirmava-se a necessidade de um governo revolucionário que disciplinasse o movimento popular. O Comitê de Salvação Pública, formado em abril, revelara-se incapaz; não soubera repelir a invasão estrangeira nem prevenir a insurreição federalista, nem resolver o problema do *assignat* e a crise do abastecimento. No reboque dos acontecimentos, ao invés de dominá-los, deixara a situação piorar. A 10 de julho, a Convenção renovou o Comitê de Salvação Pública, sendo eliminado Danton.

O novo Comitê, eleito por chamada nominal, compreendia nove membros. Três dentre eles foram logo eliminados: Gasparin, partidário até o fim do General Custine, Hérault de Séchelles, amante de uma *ci-devant* e logo suspeito, Thuriot, amigo de Danton. O núcleo montanhês do Comitê era constituído por Couthon, Saint-Just, Jeanbon Saint-André e Prieur de la Marne. Barère e Lindet, vindos da Planície, se uniram a eles. Estavam convencidos de que a Revolução não poderia vencer senão pela força do povo *sans-culotte*. Era necessário, por conseguinte, satisfazer às reivindicações populares, revitalizar a população das cidades mediante o combate à escassez e à carestia, drenar todas as energias populares contra a aristocracia e a coalizão.

O assassinato de Marat, a 13 de julho de 1793, reafirmou mais ainda a política montanhesa, ante o agravamento da crise política. Hébert e os Enraivecidos disputaram a sucessão do amigo do povo. Desde 16 de julho, Jacques Roux apreendeu-se em fazer inserir em seu jornal: *O Publicista da República Francesa, em substituição a Marat, o Amigo do Povo*. No dia 20, aparecia, por seu turno, *O Amigo do Povo, por Leclerc*. A 21, contudo, nos Jacobinos, Hébert bradava: "Se há necessidade de um sucessor de Marat, se há necessidade de uma segunda vítima da aristocracia, ela está à disposição: sou eu." Um sobrelanço, na sua maior parte demagógico, espalhou-se entre as massas populares. Uma fração do partido montanhês, onde se destacavam Hébert e Chaumette, para não se misturar à *sans-culotterie* parisiense, ayocou a si o programa dos Enraivecidos. Uns e outros denunciaram com o máximo vigor a

Hébert > partido do povo

aristocracia comercial, a aristocracia burguesa e mercantil. Como a escassez se tornava mais aguda e numerosos padeiros haviam cerrado as portas à falta de farinha, a seção da Maison-Commune instituiu, a 21 de julho, um sistema de cartões de racionamento; as petições se multiplicaram, as filas às portas das padarias tornaram-se tumultuosas.

“De há muito que os pobres-diabos *sans-culottes* sofrem em silêncio — escreveu Hébert no número 263 de seu *Père Duchesne*. — É para ser felizes que eles fizeram a Revolução.”

Instalado com esforço, o novo Comitê de Salvação Pública viu-se ameaçado desde o início.

A lei sobre o açambarcamento foi votada nessas condições, a 26 de julho de 1793, e constitui, da parte da Convenção, uma concessão tática. Billaud-Varenne propusera, na realidade, uma escapatória: o remédio à escassez não consistia no tabelamento, mas na punição dos açambarcadores; a ameaça da pena de morte os obrigaria a baixar os preços. A 26 de julho, conforme o relatório de Collot d'Herbois, a Convenção votou o decreto instituindo a pena de morte contra os açambarcadores, isto é, os comerciantes que não fizessem declaração de seus estoques de gêneros de primeira necessidade e que não afixassem a lista à porta. A lei podia surgir como uma concessão importante ao programa dos Enraivecidos, o comércio passando, sob o controle dos comissários seccionários, aos açambarcamentos. Na realidade, ela foi aplicada com lentidão; surgira depressa, como uma satisfação simbólica concedida aos *sans-culottes*.

O Comitê de Salvação Pública foi completado, a 27 de julho de 1793, com a nomeação de Robespierre, que se tornou seu defensor. A autoridade do Comitê, junto à Convenção, estava longe de afirmar-se: a lei sobre o açambarcamento fora votada sem consulta a ele; uma surda oposição se manifestava na Assembléia contra suas primeiras decisões, em particular a prisão de Custine, na noite de 21 para 22 de julho. Robespierre apoiou o Comitê contra seus adversários. Entrara nele a 27 de julho. A 14 de agosto, foram eleitos, por sua vez, Carnot e Prieur de la Côte-d'Or, a 6 de setembro Billaud-Varenne e Collot d'Herbois. Homens de diversas tendências (Carnot e Lindet socialmente conservadores, Billaud e Collot pendendo para a *sans-culotterie*), bem assim de temperamento,

mas todos honrados, homens de trabalho e de autoridade, unidos pela vontade da maioria, eles se mantiveram solidários, durante um ano, até à vitória. Esse foi o grande Comitê do ano II.

Robespierre, pela sua reputação revolucionária, impôs a política do Comitê à Convenção e aos Jacobinos. Clarividente e corajoso (dera prova disso em sua luta solitária contra o movimento geral que deflagrara a declaração de guerra), eloqüente, desinteressado, o Incorrutível (o único de nossa história a merecer esse qualificativo) contava com a confiança dos *sans-culottes*. Homem de princípios, soube, no entanto, curvar-se às circunstâncias e manobrar como homem de Estado. Colocava toda a autoridade revolucionária na Convenção, expressão da soberania nacional. Mas para tornar-se forte e eficaz, o governo devia apoiar-se no povo e manter-se estreitamente unido a ele. No curso da insurreição de 31 de maio-2 de junho, Robespierre anotara em seu *carnet*:

“Torna-se mister uma vontade *una*... Para que ela seja republicana, há necessidade de ministros republicanos, de um governo republicano. Os perigos internos vêm dos burgueses; para vencer os burgueses, é preciso o apoio do povo... É necessário que o povo se una à Convenção e que a Convenção se utilize do povo.”

De 13 a 21 de julho, Robespierre leu, na Convenção, o plano de Lepeletier de Saint-Fargeau sobre a educação nacional:

“As revoluções, três anos decorridos, tudo fizeram em benefício das outras classes, e quase nada ainda, talvez, para a mais necessitada, para os cidadãos proletários cuja única propriedade é o trabalho. O feudalismo está destruído, mas não para eles; nada possuem nos campos libertados. As contribuições são, agora, repartidas de forma mais justa, mas, devido à sua pobreza, eles permanecem quase inacessíveis ao imposto... A igualdade civil foi estabelecida, mas a instrução e a educação não os alcançam... Aqui está a revolução do pobre...”

Se Robespierre e os homens do Comitê viam claramente a situação, estavam, contudo, menos seguros dos meios a empregar. As grandes medidas de defesa nacional e revolucionária, o recrutamento em massa, o terror, a direção da

economia, foram impostas de fora, em favor da crise do mes de agosto de 1793, sob a pressão do movimento popular.

II

O Comitê de Salvação Pública e o Impulso Popular (agosto-outubro de 1793)

O novo Comitê estava decidido a dar um impulso vigoroso à defesa nacional que ele não separava da defesa revolucionária. Não pretendia, porém, deixar-se extravasar pelo movimento popular e particularmente pela propaganda dos Enraivecidos. Economia dirigida e alistamentos em massa constituíam, para os líderes populares, os únicos meios próprios de assegurar a defesa. O alistamento em massa pareceu, por um momento, quimérico, ao Comitê; ele continuava hostil ao tabelamento e à direção da economia; repugnava-lhe o terror; a democracia direta, por fim, que as seções parisienses praticavam confusamente, se lhe afigurava incompatível com uma direção governamental eficaz. O Comitê manobrou durante todo o mes de agosto, de concessão em concessão, para ceder, afinal, ante as jornadas populares de 4 e 5 de setembro de 1793.

➤ Contra os Enraivecidos, Robespierre dirigiu a luta desde o começo de agosto, a fim de desembaçar o governo e a Convenção da oposição deles. A 6 de agosto de 1793, denunciou nos Jacobinos os *homens novos*, os *patriotas de um dia*, que procuravam fazer o povo perder seus melhores amigos. “Dois homens pagos pelos inimigos do povo — declarou Robespierre, não sem má fé —, dois homens que Marat denunciou, sucederam ou tentam suceder àquele escritor patriota.” Reprochou, sobretudo, a Jacques Roux, seus ataques contra os comerciantes. A fim de tirar aos Enraivecidos seus argumentos essenciais, o Comitê ocupou-se ativamente do abastecimento, enviando aos departamentos vizinhos de Paris representantes enérgicos que requisitaram a mão-de-obra e fizeram bater o trigo. A 9 de agosto de 1793, por proposta de Barère, a Convenção decretou a instituição, em cada distrito, de um celeiro. Concessão de fachada às reivindicações populares: a aquisição de cereais pelos distritos não podia remediar a carestia. Paris foi, no entanto, abastecida; os Enraivecidos perderam por um instante seu principal argumento junto aos *sans-culottes*.

Contra os moderados, que reclamavam a aplicação da Constituição adotada pelo povo, e novas eleições na esperança de provocar a queda da Montanha, Robespierre se opôs com vigor. Reivindicação tanto mais perigosa porque apoiada, de maneira inesperada, por Hébert, no número 219 de seu *Père Duchesne*, pouco antes de 10 de agosto. O Comitê de Salvação Pública pretendia que o governo continuasse revolucionário até à paz, e não que a Constituição fosse posta em vigor. A 11 de agosto de 1793, Delacroix, deputado do Eure-et-Loir, um dos futuros Indulgentes, fez decretar o recenseamento da população eleitoral na previsão de eleições gerais, segundo a Constituição. Robespierre afirmou que essa proposição insidiosa não visava a outra coisa senão substituir os membros expurgados da Convenção pelos enviados de Pitt e de Cobourg. Aplicar a Constituição antes do esmagamento das revoltas internas e da vitória nas fronteiras era pôr em perigo toda a Revolução. Naquele mesmo dia, os delegados das assembleias primárias haviam levado à Convenção o *ato sagrado*, que foi depositado numa arca de cedro. Não se tratava, porém, de aplicá-lo de imediato, embora a suspensão da Constituição até à paz só fosse explicitamente pronunciada a 10 de outubro de 1793.

1. O Alistamento em Massa (23 de agosto de 1793).

O perigo externo e a contra-revolução interna continuavam, no entanto, a mobilizar o movimento popular, que logrou impor o alistamento em massa ao Comitê de Salvação Pública e à Convenção.

O alistamento em massa correspondia à mentalidade revolucionária *sans-culotte*, bastante popular nas seções e nos clubes parisienses. Dando vantagem numérica aos revolucionários, ele fazia prever, face às tropas inimigas de efetivos reduzidos, uma vitória rápida: Jemappes o provara. A idéia afirmou-se no curso da crise de julho de 1793, quando a República, já atacada nas fronteiras, perigou em consequência da revolta federalista. A 6 de julho, a seção de Luxemburgo propôs a marcha das seções de Paris contra os departamentos rebeldes: "que todos os cidadãos, dos 16 aos 50 anos, indistintamente, sejam requisitados permanentemente e componham a força armada".

A 28 de julho, a proposição é retomada por um militante da seção da Unidade, Sébastien Lacroix, em discurso onde se encontra já o sopro épico do decreto de 23 de agosto:

“... parar de imediato os trabalhos particulares de todos os fabricantes de carroças, marceneiros e de quantos trabalhem em madeira, a fim de que cuidem, exclusivamente, de fazer coronhas de fuzis, carretas para canhão, caixas de munições; parar os trabalhos dos serralheiros, ferreiros e quantos trabalhem no ferro, a fim de que fabriquem apenas canhões... Que os amigos da pátria se armem, que formem batalhões numerosos; que aqueles que não possam empunhar armas conduzam as munições; que as mulheres conduzam os víveres ou amassem o pão; que o sinal de combate seja dado pela canção da pátria!”

Os reveses do fim de julho deram um impulso irresistível à idéia do alistamento em massa, orquestrado, agora, pela imprensa popular: “Que todos os homens em estado de marcha e de carregar armas sejam requisitados — escreveu Hébert no número 265 de seu *Père Duchesne* — e que essa requisição se faça com urgência nos lugares onde houver maior perigo.”

Apresentada a 29 de julho de 1793 nos Jacobinos, a reivindicação popular do alistamento em massa foi retomada a 4 de agosto pela Comuna, a 7 pelos delegados das assembléias primárias vindos a Paris para a aprovação da Constituição; seu orador Royer reivindicou, dia 12, à Convenção, que o povo fosse recrutado em massa. O Comitê de Salvação Pública mostrou-se reticente. Que fazer da turba que seria recrutada? De que forma armá-la, alimentá-la? A 14 de agosto, nos Jacobinos, Robespierre declarou que “essa idéia magnânima, mas talvez demasiado entusiasta de um recrutamento em massa, é inútil”; e ajuntou: “Não são os homens que nos faltam, mas as virtudes do patriotismo em nossos generais.” Sob a pressão dos militantes parisienses e dos delegados das assembléias primárias, a Convenção adotou, a 16 de agosto, o princípio do recrutamento; a 23, por fim, o Comitê de Salvação Pública se decidiu a propor, mediante relatório de Barère, os meios de execução.

“Desde esse momento até àquele em que os inimigos serão expulsos do território da República, todos os franceses estão requisitados permanentemente para o serviço das tropas. Os jovens irão ao combate; os casados

forjarão as armas e transportarão os mantimentos; as mulheres farão tendas, roupas e servirão nos hospitais; as crianças desfiarão o linho para aplicação dos ferimentos, os velhos irão às praças públicas excitar a coragem dos guerreiros, pregar o ódio aos reis e a unidade da República."

A substituição fora suprimida: o recrutamento era, em princípio, geral. Os jovens de 18 a 25 anos, solteiros ou viúvos sem filhos, formariam a primeira classe de requisição e marchariam na vanguarda. Seriam formados em batalhões sob uma bandeira com essas palavras: *O povo francês ergue-se contra os tiranos.*

O decreto sobre o recrutamento em massa corresponderia exatamente ao desejo dos *sans-culottes*? Segundo eles, uma marcha às fronteiras, no impulso de grande entusiasmo, seria irrealizável. Assim se explicavam as reticências de Robespierre, as hesitações do Comitê e as restrições do decreto: se todos os recursos da nação fossem mobilizados, um fabrico extraordinário de armas organizado, seriam chamados apenas os homens de 18 a 25 anos sem encargos de família. Na realidade, os problemas de armamento e de abastecimento continuavam intactos. O *Père Duchesne*, estabelecendo seu plano de campanha no início de setembro, interroga: "Como fazer marchar, de uma só vez, milhões de homens? Como armá-los, alimentá-los? É preciso requisitar os operários que trabalham em metais, desde o ferreiro ao ourives, estabelecer forjas nas praças públicas, fabricar dia e noite canhões, fuzis, sabres e baionetas."

Hébert levantou, com nitidez, o problema da direção econômica de uma grande guerra nacional: para armar e abastecer as multidões que forneciam o recrutamento de sete classes, impunha-se a economia dirigida. O problema político e o problema econômico uniam-se de maneira indissolúvel ao da defesa nacional.

2. As Jornadas de 4 e 5 de Setembro de 1793.

Pelo fim do mês de agosto de 1793, nenhum dos grandes problemas do momento fora ainda resolvido. O problema político continuava intacto: se o Comitê de Salvação Pública contornara os ataques dos adversários, o governo revolucionário

estava ainda longe de se estabilizar e se organizar. O problema econômico e social não recebera qualquer solução eficaz: a lei contra o açambarcamento e a dos celeiros trouxeram apenas remédios ilusórios. A Convenção, bem como o Comitê, recusavam-se, até ali, à regulamentação e ao tabelamento, dos quais dependia, porém, o *assignat*, único recurso financeiro da Revolução. Nos últimos dias de agosto, a crise dos gêneros agravou-se e a arremetida popular tornou-se mais forte. Ao mesmo tempo afirmava-se, no espírito dos militantes parisienses, a necessidade de uma nova jornada que ditasse às autoridades governamentais as vontades populares.

A crise dos gêneros, atenuada por um momento, voltou à tona: a atividade dos moinhos diminuiu, o povo formou filas, novamente, à porta das padarias; as disponibilidades eram de cerca de 400 sacos de farinha por dia, enquanto o consumo normal de Paris exigia 1.500 sacos. A escassez constituía, para Hébert, um poderoso meio de agitação política: colocou a questão dos gêneros no cerne de sua campanha, desenvolvendo contra os ricos e os mercadores os temas que, sabia, emocionariam os *sans-culottes*:

→ “A pátria, f... — escreveu no número 279 de seu *Père Duchesne*. — Os negociantes pouco se preocupam com ela. Enquanto acreditaram que a Revolução lhes seria útil, eles a apoiaram, apertaram as mãos aos *sans-culottes* para destruir a nobreza e os parlamentos. Isso, porém, no intuito de substituir os aristocratas. Agora, que só existem cidadãos ativos, que o mais desfavorecido dos *sans-culottes* goza dos mesmos direitos que o mais abastado fiscal de impostos, todos esses calhordas viraram a casaca e empregam todos os meios para destruir a República; açambarcaram todos os gêneros, todos os mantimentos para revendê-los a peso de ouro ou para nos ameaçar com a fome...”

O movimento popular, nesse início de setembro de 1793, afirmou-se em toda a sua força e originalidade. *Reação hébertista*, segundo Albert Mathiez. Sem dúvida os jornais populares, tanto o de Jacques Roux quanto o de Hébert, ajudaram os *sans-culottes* a tomar consciência de suas metas políticas, a precisar suas reivindicações sociais — mas não constituem a origem do movimento. *Reação popular* e não hébertista. É

Soboul contra Mathiez

sob a pressão dos *sans-culottes* que Hérbert, eco sonoro, escreve e agita, que se animam os Jacobinos, que a Comuna se põe em ação, que a Convenção e o Comitê de Salvação Pública cedem, enfim.

O movimento popular manifestou-se desde a primavera de 1789. Há que se buscar suas origens no agravamento das condições materiais de vida dos lojistas, artífices e trabalhadores parisienses, bem antes de 1789. O movimento que, nas épocas da crise, permitiu à revolução burguesa empolgá-lo, mas que se diferencia dela (assim, nas jornadas de setembro de 1793), se caracteriza pela mentalidade pré-capitalista que anima a *sans-culotterie* e que, em essência, identifica-se ao dos camponeses empenhados na defesa, ante os progressos da agricultura capitalista, de suas práticas comunitárias. O *sans-culotte* é profundamente hostil ao estado de espírito da burguesia comerciante e industrial, que só se manifesta em nome da liberdade indispensável às suas empresas, repelindo a regulamentação e o tabelamento tão caros ao coração do lojista e do artífice.

A concepção que têm da propriedade esclarece a oposição fundamental do burguês e do *sans-culotte*. A propriedade, segundo a Declaração dos Direitos de 1793, bem como a de 1789, é um direito natural absoluto, que nada pode restringir. Mas para o *sans-culotte*, a propriedade não se concebe senão fundamentada no trabalho pessoal e limitada pelas necessidades coletivas. A 2 de setembro de 1793, no paroxismo da reação popular, a seção parisiense dos *Sans-Culottes*, outrora do Jardim das Plantas, apresentou uma petição à Convenção Nacional. Pedia que a Assembléia

“fixasse invariavelmente os preços dos gêneros de primeira necessidade, os salários do trabalhador, os lucros da indústria e os benefícios do comércio... Essa agora! — vos dirão os aristocratas, os monarquistas, os moderados, os intrigantes. — A propriedade deve ser sagrada e inviolável... Sem dúvida, mas ignoram eles, esses celerados, ignoram acaso que a propriedade só deve ter por base as necessidades físicas?”

E os *sans-culottes* reclamavam o máximo dos mantimentos e dos salários:

"...2.º) Que o preço de todos os gêneros de primeira necessidade seja fixado invariavelmente sobre os dos anos ditos antigos, depois de 1789 até, inclusive, o ano 90, proporcionalmente às suas qualidades diversas; 3º) Que as matérias-primas sejam também tabeladas de maneira que os lucros da indústria, os salários do trabalho e os benefícios do comércio, que serão moderados pela lei, possam facultar ao homem industrioso, ao agricultor, ao comerciante, adquirir as coisas necessárias e indispensáveis à subsistência, e ainda tudo quanto possa contribuir para o bem-estar."

Sobretudo, os *sans-culottes* do Jardim das Plantas exigiam uma limitação assaz estrita do direito de propriedade:

"... 8.º) Que o máximo das fortunas seja fixado; 9.º) Que o mesmo indivíduo não possa possuir mais de um máximo; 10.º) Que ninguém possa ter, para aluguel, maior extensão de terra do que a necessária para uma quantidade determinada de arados; 11.º) Que o mesmo cidadão não possa possuir mais de uma oficina, de uma loja."

Esse programa social, pleno de contradições pela sua vontade de manter a propriedade privada, porém limitando-a em seus efeitos, opunha-se radicalmente ao da burguesia condutora da Revolução. Devido a essa oposição deveria, no Termidor, perecer o governo revolucionário. Mas para o momento, o ódio ao inimigo comum, ao Velho Regime, ao privilégio, à aristocracia feudal, e a grandeza do perigo contrarrevolucionário cimentavam a aliança da *sans-culotterie* e da burguesia montanhesa. A Montanha, não podendo vencer sozinha, teve de aliar-se ao programa popular, estrangida embora.

A crise estalou nos primeiros dias de setembro. Enquanto Hébert denunciava os *dorminhocos* da Convenção, a efervescência aumentava nas seções, que multiplicavam entendimentos e petições. No meio dessa febre, chegou, a 2 de setembro, a notícia de uma traição inaudita: Toulon entregue aos ingleses pelos monarquistas. As inquietudes sobre o abastecimento juntaram-se a angústia patriota, a obsessão do complô aristocrático: nada mais próprio para se deflagrar uma reação ter-

rorista. A 2 de setembro, pela tarde, os Jacobinos, a fim de evitar o pior, decidiram-se a agir.

A 4 de setembro de 1793, a efervescência popular, de há muito contida, explodiu. Desde a manhã, ajuntamentos de operários, particularmente da construção e da indústria de guerra, localizaram-se na praça de Grève, para reclamar pão à Comuna. A origem operária do movimento é incontestável: saiu das camadas mais proletarizadas da *sans-culotterie*, das fileiras dos trabalhadores que, não sendo nem lojistas nem artífices, faziam das tripas coração a fim de viver com um salário pago em *assignats* cada vez mais desvalorizados. Em vão os dirigentes da Comuna tentaram acalmar os manifestantes: “Não são promessas que nos faltam, e sim o pão; o pão e tudo o mais!” Chaumette subiu a uma mesa:

“Fui pobre e sei o que é ser pobre. Esta é uma guerra aberta dos ricos contra os pobres: eles querem esmagar-nos. Muito bem: é preciso que os esmaguemos primeiro. Temos a força nas mãos!”

Uma manifestação de massa foi decidida para o dia seguinte, a fim de ditar à Convenção as vontades populares.

A 5 de setembro de 1793, as seções se reuniram em um longo cortejo e marcharam sobre a Convenção, aos gritos de *Guerra aos tiranos! Guerra aos aristocratas! Guerra aos açambarcadores!* Invadida a Convenção sem derramamento de sangue, os representantes deliberaram sob o olhar do povo. Depois que Pache, em nome da Comuna e das seções, denunciou as manobras dos açambarcadores e o egoísmo dos abastados, Chaumette leu uma petição exigindo a criação de um exército revolucionário para assegurar nos campos as requisições de cereais e seu transporte a Paris. Billaud-Varenne exagerou: propôs a prisão dos suspeitos, medida essencial aos olhos dos *sans-culottes*. Sem consultar o Comitê de Salvação Pública, a Convenção cedeu, decretando não apenas a prisão dos suspeitos, mas ainda a depuração dos comitês revolucionários encarregados de os procurar — o que equivalia a trazer o Terror à ordem do dia. Mediante proposição de Barère, adotou-se a criação de um exército revolucionário de 6.000 homens e 1.200 artilheiros. A Convenção votou, por fim, uma proposição de Danton: uma indenização de quarenta *sous* por sessão seria depositada pelos cidadãos que assistissem às assembleias de seção, reduzidas a duas por semana.

As jornadas de 4 e 5 de setembro de 1793 constituem uma vitória popular: os *sans-culottes* impuseram às autoridades governamentais medidas de há muito reclamadas. Vitória incompleta, contudo: as decisões do dia 5 foram sobretudo políticas; no dia 4, a Convenção limitara-se a prometer a instituição do máximo geral, que constituía a reivindicação popular por excelência. Os *sans-culottes* parisienses tiveram de manter a pressão para arrancar à Convenção o máximo nacional de cereais e de forragens, a 11 de setembro, e o máximo geral, a 29. A burguesia, mesmo a burguesia montanhesa, repugnava ferir os preceitos da liberdade econômica.

Vitória popular, mas também sucesso governamental: a legalidade fora salvaguardada, o terror legal impunha-se à ação direta. O Comitê de Salvação Pública resistiu; soubera ceder a tempo e num terreno por ele escolhido. Sua autoridade, engrandecida em parte, reforçou o governo revolucionário.

3. *Sucessos Populares e Consolidação Governamental (setembro-outubro de 1793).*

Após as jornadas de 4 e 5 de setembro de 1793, a pressão popular se manteve, a Convenção e o Comitê de Salvação Pública enveredando, a contragosto, pelo caminho do terror e da economia dirigida. A reação popular exerceu-se numa direção dupla, retardando a consolidação do governo revolucionário através de forte oposição no próprio seio da Convenção. Os militantes das seções e dos clubes exigiam o reforço do terror por meio de vasta depuração das administrações, eliminação dos suspeitos da vida pública — uma dura repressão. A crise contínua dos gêneros motivava-lhes, por outra parte, a obstinação em reclamar uma direção total da economia e o tabelamento geral prometido, mas sempre adiado.

O Comitê de Salvação Pública manobrou durante todo o mês de setembro, jogando com a reação popular para dominar a Convenção, utilizando-se desta para frear o impulso popular, cedendo concessões necessárias, mas se reconstituindo pouco a pouco, ao mesmo tempo. A 6 de setembro, Billaud-Varenne e Collot d'Herbois, que haviam apoiado as reivindicações populares, foram nomeados para o Comitê. A 13, o Comitê de Segurança Geral foi renovado: doravante, o Comitê de Salvação Pública apresentaria à Convenção a lista de seus membros. A mesma decisão foi tomada em relação aos demais

Comitês. Assim, progredia a concentração governamental. Investido de preeminência e encarregado do controle de todos os outros Comitês até então seus iguais, o Comitê de Salvação Pública tornou-se o centro da ação governamental.

O Terror, que assomara depois de 5 de setembro, impôs-se paulatinamente pela ação popular. Um largo movimento de depuração, sob o controle das seções, desenvolveu-se nas administrações, em particular nos departamentos da Guerra, impulsionado, aí, pelo Secretário-Geral do Ministério, Vincent; os comitês revolucionários foram renovados pelo Conselho Geral da Comuna, escapando, assim, às autoridades seccionárias; as assembleias e os comitês de seção expulsaram, eles próprios, de suas fileiras, todos os moderados, os *indiferentes* e os vacilantes. A Convenção e os Comitês do governo sofreram, logo, a depuração que não dirigiam. Porém, mais que a depuração, a repressão excitava as paixões populares. A reivindicação terrorista afirmava-se sobretudo porque as autoridades governamentais não se decidiam a generalizar a repressão. Enquanto os comitês revolucionários, impulsionados pela Comuna parisiense, procediam, então, à prisão de suspeitos, rumores de massacres corriam já pelos meados de setembro: a 8, os prisioneiros conduzidos à Abadia temiam a repetição das jornadas do ano precedente. A Convenção sentiu o perigo, sentiu que corria o risco de ser sufocada pela onda avassaladora. A 17 de setembro de 1793, a fim de evitar interpretação abusiva de medidas de princípio votadas a 5, ela adotou a *lei dos suspeitos*, segundo proposição de Merlin de Douai. A lei dava uma definição mais ampla dos suspeitos, que permitia abarcar todos os inimigos da Revolução. Suspeitos os parentes dos emigrados, a menos que não tivessem manifestado fidelidade à Revolução; suspeitos todos a quem um *certificado de civismo* fora recusado, suspeitos os funcionários suspensos ou destituídos. Suspeitos, de maneira mais geral, os que, por sua conduta ou relações, seus propósitos ou seus escritos, revelavam-se "partidários da tirania ou do federalismo e inimigos da liberdade"; ainda os que não pudessem justificar seus meios de vida (aqui, são visados os agiotas). Os comitês revolucionários estavam encarregados de fornecer as listas de suspeitos.

A economia dirigida, adotada em princípio a 4 de setembro, só foi instaurada, também, sob a pressão das massas parisienses. O estabelecimento do máximo nacional de cereais

e de farinhas, a 11 de setembro, foi julgado insuficiente. Pela metade de setembro, começaram as filas às portas das padarias, multiplicaram-se as petições; a 22, as seções, apoiadas pela Comuna, apresentaram um requerimento à Convenção: "Decretastes, em princípio, que todos os gêneros de primeira necessidade seriam tabelados...; o povo espera vossa decisão com a impaciência gerada pela necessidade." Coagido, naquele momento, por uma violenta oposição no seio da Convenção, e a fim de manter a Assembléia sob o temor da reação popular, a que dava satisfações, o Comitê de Salvação Pública decidiu reforçar a direção da economia. A *lei do máximo geral* foi votada a 29 de setembro de 1793, tabelando os gêneros e fixando os salários. Os gêneros de primeira necessidade são tabelados nos distritos ao preço médio de 1790, aumentado de um terço; os que se rebelassem seriam colocados na lista de suspeitos. Teria sido ilógico tabelar os gêneros sem fixar ao mesmo tempo a jornada de trabalho: a lei fixa o máximo de salários nas comunas, segundo os níveis de 1790 acrescidos da metade. As dificuldades de aplicação da lei foram imensas; a aplicação do máximo geral exigiu severo rigor, centralização estrita — e deflagrou o progresso decisivo do Terror e da ditadura.

Empreendia-se, simultaneamente, o reforço do Comitê de Salvação Pública, que se manifestou, de uma vez, pela liquidação dos Enraivecidos e pelo silenciamento da oposição na Convenção.

A liquidação dos Enraivecidos só se tornou possível mediante as divisões populares: Jacques Roux, Leclerc, Varlet eram políticos avançados, alvos fáceis para os golpes das autoridades governamentais ciosas de manter sua autoconservação. A 19 de setembro de 1793, o oficioso *Journal de la Montagne* escrevia:

"Os movimentos populares só se justificam quando a tirania os torna necessários...; os celerados que aconselham movimentos ferozes e irregulares para servir aos nossos inimigos, ou satisfazer-lhes os interesses particulares, cobrem-se sempre de vergonha e desprezo."

O Comitê de Salvação Pública pretendia, com vista à eficácia de sua política, não mais tolerar esses movimentos

irregulares, isto é, a rebelião quase sempre desordenada das massas. Jacques Roux foi preso pela segunda vez a 5 de setembro de 1793, sob denúncia — e, desta feita, não teve a prisão relaxada. Varlet conheceu da mesma sorte: prenderam-no, por ordem do Comitê de Segurança Geral, a 18 de setembro de 1793, por haver dirigido a oposição da seção dos Direitos do Homem contra o decreto que limitava a duas por semana as assembléias de seção:

“Quereis fechar os olhos do povo, esmorecer-lhe a vigilância? E logo agora, quando os perigos por que passa a pátria o obrigam a depositar em vossas mãos um poder imenso que exige vigilância ativa?”

Leclerc prosseguia, entretanto, na campanha antigovernista em *L'Ami du peuple*: denunciado nos Jacobinos, ameaçado de prisão, ele suspendeu a circulação da folha a 21 de setembro. Restava a sociedade das Mulheres Republicanas Revolucionárias, dirigida pela atriz Claire Lacombe: foi dissolvida a 20 de outubro de 1793, e interditados os clubes femininos. Assim, a lógica dos acontecimentos levava o Comitê de Salvação Pública a dominar as organizações populares — o que só podia provocar a longo prazo a desafeição pelas autoridades pouco ciosas da soberania, pelo menos o tipo de soberania admitido pelos *sans-culottes*.

Impôs o Comitê, por algum tempo, o silêncio à oposição, no seio da Convenção, em seguida a um dos debates mais encarniçados da Assembléia. Bouchotte, ao anunciar, a 24 de setembro de 1793, a destituição de Houchard, que comandava as tropas do Norte, batidas em Menin após sua vitória em Hondshoote, precipitou o ataque. Thuriot, demitido do Comitê de Salvação Pública, carregou a fundo, a 25 de setembro, contra a política governamental, focalizando a economia dirigida e a depuração, e concluindo: “É preciso deter essa corrente impetuosa que nos atira à barbaria.” Esse requisito correspondia aos anseios secretos da Convenção, que aplaudiu e associou ao Comitê o representante Briez, em missão em Valenciennes, quando da capitulação da praça. Robespierre lançou no debate todo o peso de seu prestígio e eloquência:

“Eu vos digo: aquele que estava em Valenciennes quando o inimigo ali entrou não é digno de figurar no

Comitê de Salvação Pública... É duro. Para um patriota, porém, é mais penoso ainda verificar que depois de dois anos, 100.000 homens foram esmagados pela traição e pela fraqueza; é a contemporização com os traidores que nos perde."

A Convenção, subjugada, manteve a confiança no Comitê de Salvação Pública.

O reforço dos poderes do mesmo decorreu desses debates. A 10 de outubro de 1793, por proposta de Saint-Just, a Convenção declarou o governo da França *revolucionário até à consecução da paz*. As bases do governo revolucionário, isto é, a coordenação de medidas de exceção sob a direção única do Comitê de Salvação Pública, haviam sido levantadas em setembro. As necessidades econômicas e a aplicação do máximo geral exigiam agora o estabelecimento definitivo do governo. O decreto de 10 de outubro de 1793 marcava o primeiro passo nesse sentido:

"As leis são revolucionárias, os que as executam não o são — declarou Saint-Just. — A República só estará fundada quando a vontade soberana comprimir a minoria monárquica e reinar sobre a mesma por direito de conquista. É preciso governar com mão de ferro os que não podem ser governados pela justiça. É impossível que as leis revolucionárias sejam executadas se o próprio governo não for constituído revolucionariamente."

Em consequência, os ministros, os generais, as instituições ficam sob a vigilância do Comitê de Salvação Pública, que se corresponde diretamente com os distritos, cavilha operária da nova organização. O princípio autoritário sobrepujava o princípio eletivo.

A reação popular teve como consequência a imposição do Terror, a organização do mesmo, no plano político, pela lei dos suspeitos, e, no plano econômico, pela lei do máximo geral. Da crise de setembro, que dera um vigoroso impulso ao governo revolucionário, o Comitê de Salvação Pública saía finalmente fortalecido. A primazia do Comitê afirmava-se — mas só se estabeleceu definitivamente após novas comições.

III

A Organização da Ditadura Jacobina de Salvação Pública
(outubro-dezembro de 1793)

Proclamado revolucionário até à paz, o governo organizou-se pouco a pouco. Todos os seus esforços tendiam para a vitória nas fronteiras e para o esmagamento da contra-revolução interna. No plano político, a vontade do Comitê de Salvação Pública visava a regularizar a repressão, a manter o Terror em seu quadro legal, a controlar o movimento popular. A reação reivindicativa se mantinha, no entanto, particularmente na questão da repressão política e econômica; as medidas adotadas em setembro concederam certas satisfações aos *sans-culottes*, mas não os desarmaram: sua influência chegou ao apogeu em outubro e novembro de 1793. Mas já se afirmava a vontade governamental de fixar para o movimento popular limites estreitos, e de neles mantê-lo. Bruscamente, desencadeou-se a descristianização que relançou o movimento popular. O Comitê de Salvação Pública se esforçou para travá-lo, acentuando, dessa forma, sua ruptura com os *sans-culottes*. O decreto de 14 de fevereiro do ano II (4 de dezembro de 1793), que estabilizou a autoridade do Comitê e organizou seu governo, sancionou a evolução que se afirmava depois de 2 de junho.

1. O Terror.

O Terror, organizado em setembro de 1793, só foi verdadeiramente posto em marcha em outubro, sob a pressão do movimento popular. Até setembro, de 260 pessoas levadas ao Tribunal Revolucionário, 66 haviam sido condenadas à morte, ou seja, cerca de um quarto. O triunfo do *sans-culottisme* abriu um novo período na história do Tribunal Revolucionário: a 5 de setembro, ele foi dividido em quatro seções, das quais duas funcionavam simultaneamente; o Comitê de Salvação Pública, reunido com o de Segurança Geral, propunha a lista dos juizes e dos jurados; Fouquier-Tinville continuava como acusador público, Herman foi nomeado presidente.

Os grandes processos políticos começaram em outubro. A 3, segundo relatório de Amar, os Girondinos foram enviados à

barra do Tribunal, bem assim Maria Antonieta, segundo relatório de Billaud-Varenne. A rainha foi guilhotinada a 16 de outubro; sua execução veio a ser "a maior de todas as alegrias do *Père Duchesne*". O processo dos 21 Girondinos começou a 24; como os debates ameaçassem eternizar-se, a Convencção decretou que depois de três dias os jurados podiam pronunciar-se; os Girondinos morreram a 31 de outubro. A campanha terrorista de Hébert se manteve durante todo o outono e contribuiu para a exaltação da vontade punitiva entre os *sans-culottes*. Após a execução do Duque de Orléans, Philippe-Egalité, a 6 de novembro, o *Père-Duchesne* advertiu o Tribunal para "malhar o ferro enquanto ele está quente e fazer passar logo pela navalha nacional o traidor Bailly, o infame Barnave..." Em seu número 312, ele cantava as virtudes da Santa Guilhotina e protestava, por antecipação, contra qualquer clemência. Mme Roland foi executada a 8 de novembro, Bailly a 10, Barnave a 28. Nos três últimos meses de 1793, em 395 acusados 177 foram condenados à morte, ou seja, 45%. O número dos detidos nas prisões parisienses se elevava de cerca de 1.500, pelo fim de agosto, a 2.398, a 2 de outubro, a 4.525, a 21 de dezembro de 1793.

Nos departamentos, o Terror espelhou a gravidade da revolta e o temperamento dos representantes em missão. As regiões não-conturbadas pela guerra civil o ignoraram em sua maioria, pelo menos até o fim de 1793. Na Normandia, em seguida ao desmoronamento da insurreição federalista, não houve nenhuma condenação capital, e Lindet fez apelo à reconciliação geral. Nos departamentos do Oeste, varridos pela revolta vendeana, Comissões Militares de cinco membros funcionaram nas principais cidades: Rennes, Tours, Angers, Nantes, a fim de condenar à morte os rebeldes presos de armas na mão, mediante a simples constatação de sua identidade. Em Nantes, o representante em missão, Carrier, permitiu execuções sem julgamento: morte por afogamento no Loire. Pereceram, assim, de dezembro a janeiro, de 2 a 3.000 pessoas, padres refratários, suspeitos, *salteadores* e condenados de direito comum. Em Bordéus, a repressão foi conduzida por Tallien; na Provença, por Barras e Fréron, que ordenaram, em Toulon, execuções em massa. Em Lyon, o Terror correspondeu ao grau de perigo que a rebelião da cidade fizera a República correr: o Tribunal funcionou durante dois meses, de 9 de agosto a

9 de outubro de 1793. A 12 de outubro, por proposição de Barère, a Convenção decretou a destruição da cidade:

“tudo o que for habitado pelos ricos será demolido; só ficarão as casas dos pobres, as habitações dos patriotas, decapitados ou proscritos;... o conjunto das casas conservadas receberá doravante o nome de *Cidade Livre*.”

Se Couthon se contentou em ordenar apenas a demolição de algumas casas da praça Bellecour, Collot d'Herbois e Fouché, chegados a 7 de novembro, organizaram a repressão em larga escala; uma comissão revolucionária, que pronunciou 1.667 condenações capitais, substituiu a comissão de justiça popular julgada por demais indulgente; o fuzilamento e o metralhamento suplementavam a guilhotina, muito lenta.

Essencialmente político, o Terror revestiu-se muitas vezes, pela força das circunstâncias, de um aspecto social, os representantes em missão não podendo buscar apoio senão na massa *sans-culotte* e nos quadros jacobinos. Encarregados essencialmente de dirigir o recrutamento em massa, numerosos representantes se cingiram às medidas necessárias à defesa nacional e à segurança interna. Outros deram à sua ação revolucionária um sentido social marcante, taxando os ricos, organizando tropas revolucionárias, criando oficinas e hospícios, aplicando estritamente o máximo: assim, Isoré e Chasles, no Norte, Saint-Just e Lebas, na Alsácia, Fouché em Nièvre. No 10 de brumário do ano II (31 de outubro de 1793), Saint-Just e Lebas lançaram um decreto requisitando nove milhões dos ricos de Estrasburgo, dos quais dois milhões seriam empregados para socorrer os patriotas indigentes. Dando conta aos Jacobinos da missão de Saint-Just, Robespierre declarou, no 1º de frimário (21 de novembro): “Vede que se desmantelam os ricos para alimentar e vestir os pobres — o que revela a força revolucionária e a energia patriótica. Os aristocratas são guilhotinados.”

Os aspectos econômicos do Terror não se mostram menos claros. Em Paris, a Comuna controlava a repartição dos gêneros, em particular pelo estabelecimento de cartões de racionamento para o pão; autorizou os comissários seccionários dos depósitos a realizar visitas domiciliares, e cuidou, através de medidas de repressão, de fazer cumprir o tabelamento. Desta-

controle econômico da França pelos produtores

camentos do exército revolucionário, decretado a 9 de setembro de 1793, e organizado nos primeiros dias de outubro, percorriam as regiões produtoras em volta de Paris: os agricultores cediam os cereais. Todavia, as autoridades governamentais se cingiram à legislação existente contra o açambarcamento, recusando-se a ceder à pressão das seções parisienses. A 23 de outubro de 1793, exigiram em vão a instituição, contra os açambarcadores, de um júri especial escolhido entre os cidadãos pobres. Nos departamentos, a aplicação do máximo exigia um rigor severo. Pela simples ameaça, o Terror se impunha: não houve condenação capital por motivos puramente econômicos. A maior parte das cidades imitaram Paris, racionando o pão e chegando, muitas vezes, a municipalizar o fabrico do mesmo. Mas a repartição supunha um aprovisionamento normal. Para coordenar a circulação das mercadorias e estimular a produção, o Comitê de Salvação Pública instituiu, a 22 de outubro de 1793, uma Comissão de Gêneros Alimentícios, armada de poderes os mais extensos e que dominava a produção, o comércio e os transportes. Toda a vida econômica da nação passava pelo controle do Comitê; a *força coativa* de que dispunham seus agentes e representantes em missão lhe permitia impor a economia dirigida aos produtores e aos comerciantes rebeldes.

No instante em que o Terror tendia a regularizar-se sob o controle cada vez mais estrito do Comitê de Salvação Pública, teve de enfrentar uma nova forma de reação popular, que tornou necessários a retirada do poder dominante do Comitê e o equacionamento da estabilização do governo revolucionário.

2. A Descristianização e o Culto dos Mártires da Liberdade.

As origens da descristianização devem ser buscadas, por sua vez, em certos aspectos da política religiosa depois de 1790 e em certas características da mentalidade popular.

Desde 1790, os padres refratários voltavam-se para a aristocracia. Em 1792, o clero constitucional tornou-se, por seu lado, suspeito a muitos revolucionários. Salvo alguns *curas* que tomaram o partido do movimento popular — Jacques Roux, por exemplo — a grande maioria dos sacerdotes constitucionais continuava de tendência monarquista, deplorando o 10 de agosto e mais ainda a execução do rei. Essa evolução se acentuou em 1793. Moderado, o clero constitucional pendia

naturalmente para a Gironda e a federalismo — o que aumentava a hostilidade popular a seu respeito. Muitos políticos julgaram inútil, desde logo, continuar a experiência da Constituição Civil; desde novembro de 1792, Cambon propôs a suspensão do pagamento ao clero. No entanto, esses mesmos homens mal pensavam que o Estado pudesse mudar de Igreja, e o povo, de cerimônias religiosas. Depois de 1790, um culto revolucionário esboçou-se pouco a pouco, do qual a Federação de 14 de Julho fora a primeira e grandiosa manifestação. Nas festas cívicas, nas cerimônias comemorativas, como as de 14 de julho, nas pompas fúnebres — em honra a Mirabeau, por exemplo — as práticas dessa religião nova se precisavam pouco a pouco. Mas conquanto o clero se associasse, até então, a tais manifestações, a festa da Unidade e da Indivisibilidade, a 10 de agosto de 1793, foi puramente laica. Pela mesma ocasião, uma autêntica devoção popular crescia em torno dos *mártires da liberdade*, Lepeletier, Chalier, sobretudo Marat.

Vários meses antes do desencadeamento da descristianização, incidentes marcaram, em Paris, a vontade descristianizadora de certos militantes: assim, quando da comemoração do Corpo de Deus, em junho de 1793, ou a propósito da busca dos metais preciosos e da descida dos sinos necessários às indústrias de armamento. A 12 de setembro de 1793, a seção do Panteão Francês reclamava a abertura de *escolas da liberdade*, onde seria pregado cada domingo “o horror do fanatismo”. A descristianização corresponde, dessa forma, a uma corrente de que se originaram as manifestações, particularmente depois da entrada dos *sans-culottes* na vida política. Ao sentimento anti-religioso se mesclavam, para acelerar o movimento, as necessidades da defesa nacional: os metais preciosos permitiram a sustentação do *assignat*, o bronze dos sinos fundiram canhões. A descristianização revestia-se de um aspecto econômico: a *caça do ouro* tornou-se uma de suas causas e conseqüências.

A adoção do calendário revolucionário — a medida mais anticristã da Revolução, segundo Aulard — revela que, nessa matéria, o sentimento da Convenção e da burguesia revolucionária era idêntico ao da vanguarda popular. Em 5 de outubro de 1793, a Convenção adotou a proposição de Romme, instituindo a era republicana a partir de 22 de setembro de 1792, primeiro dia da República; o ano era dividido em 12 meses de 30 dias, cada mes em três décadas, completado o ano por

cinco ou seis dias complementares, a princípio denominados *sans-culottides*. Assim, o *décadi** destronava o domingo, as festas decadárias faziam concorrência às cerimônias religiosas. A 24 de outubro de 1793, nova proposição sobre o calendário, desta feita de Fabre d'Eglantine: o autor de *Il pleut, il pleut, bergère*, imaginara nomes poéticos que designariam, doravante, os meses (*vendemiário, brumário, frimário, nivoso, pluvioso, ventoso, germinal, floreal, prairial, messidor, termidor, frutidor*). Essa tentativa de descristianizar a vida quotidiana completou-se com o decreto de 15 de brumário (5 de novembro), que instituiu um conjunto de festas cívicas:

“Livres de preconceitos e dignos de representar a nação francesa — declarou o relator Marie-Joseph Chénier — sabereis fundar, sobre os destroços das superstições destronadas, a única religião universal que não possui segredos nem mistérios, na qual o único dogma é a igualdade, nossas leis os oradores, nossos magistrados os pontífices, e que só queima o incenso da grande família ante o altar da pátria, mãe e divindade comum.”

Até lá, porém, o culto católico continuava indene, pelo menos legalmente.

A descristianização propriamente dita se afirmou, de início, nos departamentos, sob o impulso de certos representantes em missão. A 21 de setembro de 1793, Fouché presidiu, na catedral de Nevers, a inauguração de um busto de Bruto; a 26, declarou à sociedade popular de Moulins que pretendia substituir “os cultos supersticiosos e hipócritas” pelo da República e da moral natural; a 10 de outubro, por fim, Fouché proibiu qualquer cerimônia religiosa fora das igrejas, laicizou os comboios fúnebres e os cemitérios, em cuja entrada mandou colocar a inscrição: “A morte é um sono eterno”. Em Rochefort, Lequinio transformou a igreja em templo da Verdade; na Somme, Dumont proibiu os ofícios dominicais e os substituiu pelos *décadis*; Drouet recolheu, em Maubeuge, os objetos preciosos do culto, “ornamentos do fanatismo e da ignorância”; certos representantes encorajavam o casamento dos padres.

A descristianização foi imposta à margem da Convenção. Chaumette, que, no fim de setembro, fizera uma viagem a

(*) Décimo dia da década (N. do T.).

Nièvre, sua região natal, e assistira à cerimônia de 21, ao lado de Fouché, recomendou à Comuna de Paris medidas semelhantes: a 14 de outubro, proibiu as cerimônias religiosas fora das igrejas. A Comuna agia, no entanto, com prudência. Hébert pregou no fim de outubro (número 301 do *Père Duchesne*) a tomada do solidéu. O impulso vinha de longe, porém. A 9 de brumário do ano II (30 de outubro de 1793), a comuna de Ris, perto de Corbeil, anunciou à Convenção que havia adotado Bruto como patrono, em lugar de São Brás; a 16 (6 de novembro), uma comissão de Mennecy, no mesmo distrito, declarou haver renunciado ao culto católico e pediu a supressão da paróquia, inaugurando, nas barras da Convenção, as mascaradas anti-religiosas. Sob que impulso agiam os *sans-culottes* de Ris e de Mennecy? Intrigas contra-revolucionárias dirigidas contra os padres constitucionais? Pressão dos comissários do Departamento ou do Conselho Executivo, encarregados da requisição de cereais no distrito de Corbeil, com o apoio de destacamentos do exército revolucionário? A 16 de brumário, a Convenção decretou que as comunas tinham o direito de renunciar ao culto católico.

A descristianização precipitou-se, a partir de então. A 16 de brumário, à tarde, o deputado Léonard Bourdon, nos Jacobinos, pronunciou um violento discurso contra os sacerdotes; em seguida, no Comitê central das sociedades populares, onde se agitavam extremistas como Desfieux, Pereira, Proli, leu-se um projeto de petição da supressão do orçamento do culto. Na noite de 16 para 17, os promotores da petição, acompanhados dos deputados Anacharsis Cloots e Léonard Bourdon, foram a Gobel, bispo de Paris, e o constrangeram a abdicar. O bispo compareceu no dia seguinte, com seus vigários, à barra da Convenção, e se demitiu solenemente. Imediatamente Chaumette informou a Comuna sobre essa "cena memorável em que o fanatismo e o malabarismo dos padres soltaram o último suspiro" — e decidiu a celebração, na anteriormente Igreja Metropolitana de Notre-Dame, de uma festa da Liberdade, que se realizou a 20 de brumário (10 de novembro de 1793): uma montanha simbólica fora edificada no coro, uma atriz personificava, ali, a Liberdade. A Convenção, que assistira à festa, decretou logo, a requerimento de Chaumette, que a Notre-Dame seria consagrada à Razão. Em alguns dias, a vaga de descristianização empolgou as seções parisienses. Desde o dia 17, à tarde, segundo proposta do representante Thuriot, a seção das

Tulherias renunciava ao culto, e a 19, a de Gravilliers, influenciada por Léonard Bourdon. Os comitês revolucionários e as sociedades populares entraram, então, em ação; a 5 de frimário, todas as igrejas da Capital estavam consagradas à Razão. A 3 de frimário (23 de novembro de 1793), a Comuna sancionou esse estado de fato ao decidir o fechamento das igrejas.

O culto dos mártires da liberdade desenvolveu-se paralelamente ao movimento descristianizador. Mas enquanto este fora sugerido por estrangeiros à *sans-culotterie*, o culto dos mártires nasceu da devoção popular a Marat. Os *sans-culottes* viram na crise do verão de 1793 uma afirmação de seus princípios republicanos, um modo de comunhão popular, uma exaltação de sua fé revolucionária. A pompa do novo culto substituiu, de certa forma, a do culto tradicional sempre praticado, porém cada vez mais fiscalizado, em breve confinado às igrejas e, afinal, interdito. Durante o mes de agosto de 1793, várias seções parisienses e sociedades populares celebraram pompas fúnebres em honra de Marat, ou procederam à inauguração de seu busto e do busto de Lepeletier; começavam, assim, a adquirirem contorno as características do novo culto. Em setembro, os *sans-culottes* adotaram-no em definitivo — e ele se generalizou: coros, e em breve cortejos, deram a essas cerimônias republicanas uma pompa verdadeiramente religiosa. As procissões cívicas se multiplicaram em outubro. Pela adição, a Marat e a Lepeletier, de Chalier, guilhotinado pela contra-revolução de Lyon, constituiu-se a tríade revolucionária. A descristianização deu impulso novo ao culto dos mártires, que se implantou em todas as seções parisienses. Fechadas as igrejas, êle surgia como um dos elementos do culto republicano que os militantes populares pretendiam instaurar sobre as ruínas do catolicismo. A devoção aos mártires da liberdade integrou-se no culto da Razão, divindade por demais abstrata mesmo quando tomava por empréstimo os traços de uma atriz de Ópera; suas efígies substituíram, nas igrejas tornadas templos da Razão, as dos santos do catolicismo. Mas desde o outono de 1793, o culto dos mártires afigurava-se perigoso às autoridades governamentais, mais ainda a certas frações da burguesia montanhesa: exaltava na pessoa de Marat o sentimento revolucionário em suas manifestações extremas. Por isso, o culto foi envolvido na contra-ofensiva do Comitê de Salvação Pública contra a descristianização.

Separar a Igreja / Estado

O contragolpe manifestou-se desde o início de dezembro. Quando, a 21 de brumário do ano II (11 de novembro de 1793), pediu que o Estado não financiasse mais culto algum, a Convenção recusou-se a se pronunciar. A 27, em seu relatório sobre a situação externa da República, Robespierre assinalou o perigo da descristianização, que podia mobilizar os neutros contra a República; a 1º de frimário (21 de novembro), ele se pronunciou com vigor, nos Jacobinos, pela liberdade dos cultos. Embora não fosse favorável ao catolicismo, parecia-lhe, porém, que a abolição do culto seria uma falta política: a República já possuía suficientes inimigos para que se lhes juntasse uma grande parte das massas populares ligadas à religião tradicional. Denunciando os *agentes do estrangeiro*, Desfieux, Percin, Proli, *esses homens imorais*, Robespierre insinuou que os derrubadores de altares bem podiam ser contra-revolucionários disfarçados de demagogos:

“Tanto pode ser fanático o que quer impedir a missa quanto o que a professa... A Convenção não permitirá que se persigam os ministros pacatos do culto, mas os punirá com severidade todas as vezes que ousarem prevalecer-se de suas funções para enganar os cidadãos e armar os preconceitos ou a realeza contra a República.”

O retorno a Paris de Danton, que passara uns tempos em Arcis, depois de outubro, e que denunciara a descoberta da *conspiração do estrangeiro*, fortaleceu, nesse terreno, a posição governamental. A 6 de frimário, Danton levantou-se violentamente contra as mascaradas religiosas, exigindo “uma barreira a esse estado de coisas”; a 8, Robespierre repisou, uma vez mais, os perigos da descristianização. No dia seguinte, sentindo o vento mudar de direção, Chaumette fez confirmar, pela Comuna, a liberdade dos cultos. Entretanto, não pagando mais o salário dos padres, ela separou a Igreja do Estado. A 16 de frimário do ano II (6 de dezembro de 1793), a Convenção restaurou, por um decreto solene, o princípio da liberdade dos cultos. Mas a Assembléia restringiu as consequências do decreto ao precisar, dia 18, segundo proposição de Barère, que não pretendia modificar as medidas já tomadas, notadamente as decisões dos representantes: as igrejas fechadas assim o continuariam. A descristianização prosseguiu, porém, de modo simulado e desigual segundo as regiões e os represen-

tantes em missão. Na primavera de 1794, as igrejas ainda abertas tornavam-se cada vez mais raras.

Malgrado o caráter limitado de seu êxito, o Comitê de Salvação Pública tirou vantagem do mesmo: freara o movimento popular, evitara o perigo de deixar-se empolgar pelos descris-tianizadores. Naquela ocasião, a situação militar, tendo melho-rado, contribuiu para reafirmar-lhe a posição.

3. *As Primeiras Vitórias (setembro-dezembro de 1793).*

O governo revolucionário não possuía outro motivo nem outra meta que não a vitória. O Comitê de Salvação Pública não teria logrado impor sua autoridade, nem mesmo manter-se, se não obtivesse prontas vitórias sobre o inimigo.

A condução da guerra foi coordenada pelo Comitê, que lhe deu impulso vigoroso, ativamente secundado por Bouchotte, o ministro *sans-culotte*. Carnot e Prieur de la Côte-d'Or, oficiais de carreira, entrados no Comitê a 14 de agosto de 1793, ocupavam-se sobretudo dos negócios militares, o primeiro da direção das operações, o segundo da indústria bélica. Mas os planos de campanha, as nomeações de generais, eram deba-tidos pelo Comitê em conjunto. Robespierre (as notas de seu *Carnet* o demonstram) e Saint-Just tiveram participação im-portante na direção da guerra. Jeanbon Saint-André, durante suas longas missões, controlou e desenvolveu fundições, manu-faturas de fuzis, oficinas de salitre, construções navais. Lindet, na Comissão de Gêneros Alimentícios, ocupou-se incansavel-mente do aprovisionamento dos exércitos e das oficinas de fabrico de armas. Carnot, o organizador da vitória: decerto, mas com a ajuda de todo o Comitê. Que Robespierre, Saint-Just e Couthon não tivessem participado da organização metódica da vitória, eis uma lenda terrível forjada pelos sobreviventes do Comitê desejosos de lançar sobre os proscritos a responsabilidade do Terror e de reivindicar para si, unica-mente, a glória de haver assegurado a salvação da República.

A mobilização material foi organizada desde o verão de 1793. Faltava tudo, armazéns e arsenais estavam vazios, e, por volta de julho, os efetivos subiam já a 650.000 homens. Fazia-se necessário retirar do país tudo quanto se comprara, até então, do estrangeiro. O Comitê de Salvação Pública associou a seus esforços os melhores especialistas da época; pela pri-

meira vez, a pesquisa científica era posta sistematicamente a serviço da defesa nacional. À frente da mesma, Monge, de múltiplo talento, redigiu, no *brumário* do ano II, uma *Description de l'art de fabriquer les canons*, organizou com Hassenfratz a extraordinária manufatura de armas de Paris, teve participação essencial na produção revolucionária do salitre e no desenvolvimento do fabrico de pólvora. O químico Berthollet se ocupava igualmente da pólvora. Vandermonde redigiu uma brochura sobre os *Procédés de la fabrication des armes blanches*. Hassenfratz, engenheiro de minas, tornou-se o comissário para as manufaturas de armas. Em Paris, para a organização de uma extraordinária manufatura de armamentos, foram requisitados operários, instaladas forjas nos jardins e nas praças públicas: a produção atingiu, no fim do ano II, a perto de 700 fuzis diários. Em dezembro de 1793, lançou-se a exploração revolucionária do salitre: os cidadãos estavam convocados a recolher terras salitrosas de suas adegas, as municipalidades a criarem oficinas para lavá-las e extrair, por evaporação, a *pólvora tiranicida*. A colheita de salitre exprimiu, desde então, o fervor patriótico dos *sans-culottes*. Sem dúvida, esse esforço imenso só deu seus frutos, em verdade, na primavera de 1794. Nesse ínterim, o Comitê soubera controlar os mais apressados e deter a invasão.

O Terror que os homens armados exprimiam contribuiu, em parte, para o esforço de guerra. Se o Comitê de Salvação Pública pôde recrutar, armar e alimentar quatorze exércitos e conduzi-los à vitória, conseguiu-o graças ao recrutamento em massa, à requisição, ao máximo, à nacionalização das indústrias bélicas, bem como à depuração nos comandos e ao controle dos generais — medidas essas que não poderiam ser tomadas e dar bons resultados se o governo revolucionário não dispusesse de uma autoridade sancionada pelo Terror. Os estados-maiores e o comando foram expurgados e uma geração nova, de quadros militares, selecionada entre os diversos elementos do velho Terceiro Estado e também da nobreza falida; o Comitê recusava-se sempre a excluir os nobres do exército e das funções públicas, mediante uma medida geral. Jourdan, nascido em 1762, foi nomeado comandante do Exército do Norte; Pichegru, nascido em 1761, comandante do exército do Reno; Hoche, nascido em 1768, comandante do exército da Mosela. Os generais foram severamente submetidos ao controle do poder civil, a

que tiveram de obedecer. A Constituição de 1793, em seu artigo 110, estipulava: "Não há posto de generalíssimo." A disciplina revolucionária incidia sobre todos, generais e soldados, com o mesmo rigor. O General Houchard, vencedor em Hondchoote, de 6 a 8 de setembro de 1793, se apoderara de Menin, mas, de súbito, malgrado as diretrizes do Comitê, ordenara a retirada que se transformou em derrota. Destituído, foi levado ao Tribunal Revolucionário, condenado à morte e guilhotinado a 15 de novembro de 1793, por haver comprometido os planos de campanha. Não se pode afirmar, contudo, que houvesse tratamento igual para todos os generais: quando Hoche, comandante do exército da Mosela, fracassou em seu ataque vigoroso sobre Kaiserslautern, o Comitê de Salvação Pública soube consolá-lo e encorajá-lo. A tropa readquiriu confiança, os representantes em missão cuidavam de desenvolver nas fileiras os sentimentos patrióticos. *A vitória* ou a morte foi o lema dos exércitos republicanos.

A vitória afirmou-se desde o outono de 1793.

O fim da insurreição federalista foi marcado pela tomada de Lyon, de longa duração: a resistência da cidade, animada pelo Conde de Précý e pelos monarquistas, exigiu grande esforço militar que comprometeu os exércitos dos Alpes. A 29 de setembro de 1793, os republicanos apoderaram-se de Fourvière — mas só a 9 de outubro entraram na cidade tornada Comuna Livre. O Comitê de Salvação Pública pôde, então, passar ao cerco de Toulon, sob o comando de Dugommier, assistido pelo capitão de artilharia Bonaparte. A 15 de dezembro de 1793, deu-se o assalto; a cidade tombou a 19, passando a ser Port-la-Montagne.

O esmagamento da revolta vendeana resultou das medidas enérgicas executadas pelo Comitê de Salvação Pública. A guarnição de Mayence, que alcançou honrarias na guerra, deu um golpe decisivo no exército católico e monarquista. Todas as forças republicanas foram reunidas em um único exército do Oeste comandado por Léchelle, secundado por Kléber. Duas fortes colunas republicanas partidas de Niort e de Nantes, e repe-lindo, à sua frente, os bandos rebeldes, reuniram-se em Cholet, onde os vendeanos foram esmagados a 17 de outubro de 1793. Mas La Rochejaquelein e Stofflet conseguiram cruzar o Loire, com 20.000 a 30.000 homens, e avançaram até Granville, para se apoderar de um porto e estender a mão

aos ingleses. Foram derrotados, porém, diante de Granville, defendida pelo convencional Le Carpentier, a 13 e 14 de novembro; recuando para o Sul, perderam nova batalha diante de Angers, a 3 e 4 de dezembro, e tomaram, afinal, o caminho de Mans. Marceau e Kléber os esmagaram em uma terrível batalha de ruas, em Mans, a 13 e 14 de dezembro de 1793. Os destroços do exército vendeano foram dispersos ou aniquilados em Savenay, sobre o estuário do Loire, a 23 de dezembro. Era o fim da *guerra da Vendéia*. Sem dúvida, La Rochejaquelein e Stofflet haviam cruzado o Loire, e Charette tinha sempre o Marais. Contudo, a Vendéia cessara de representar perigo imediato.

O retrocesso da invasão correspondeu, ele também, ao esforço de guerra do Comitê de Salvação Pública. Todas as fronteiras estavam cortadas. No mar do Norte, os anglo-holandeses do Duque de York, no fim de agosto, bloquearam Dunquerque, que o governo de Londres queria conquistar a todo preço. Na Sambre, os imperiais do príncipe de Cobourg apoderaram-se da praça de Quesnoy, sitiaram Maubeuge, no fim de setembro. No Sarre, o exército prussiano do Duque de Brunswick mostrava-se pouco ativo. Mas para o Reno, os austríacos de Wurmser tomaram a ofensiva, apoderaram-se das *linhas de Wissembourg*, a 13 de outubro, bloquearam Landau e invadiram a Alsácia. O Comitê deu ordem de ataque em todos os flancos.

A libertação de Dunquerque, corajosamente defendida por Souham e Hoche, seguiu-se a vitória do exército de Houchard em Handschoote, sobre as tropas de Freytag que faziam as operações do cerco: batalha longa, de 6 a 8 de setembro de 1793, confusa, incompleta. Houchard deixou escapar Freytag e não pôde deter a retirada do exército inglês que sitiava Dunquerque. Pouco depois, Houchard deixou-se bater em Menin pelos holandeses; destituído, foi guilhotinado. Hondchoote constituía, contudo, a primeira vitória das armas republicanas depois de longo tempo.

A libertação de Maubeuge foi consequência da vitória do exército do Norte comandado por Jourdan, que secundava Carnot, em Wattignies, a 16 de outubro de 1793. O representante em missão conduziu, ao lado dos generais, as colunas de assalto. O general que comandava a praça não se mexera durante a batalha; destituído, acabou na guilhotina. Os aus-

tríacos curvaram-se em Mons. A vitória, aqui, ainda não era decisiva. Mas Wattignies, seguindo-se a Hondschoote, justificou a política do Comitê e deu nova confiança às tropas.

A libertação de Landau durou mais tempo. Enquanto o General austríaco Wurmser invadia a Alsácia, Brunswick e o exército prussiano no Sarre continuavam inativos. Saint-Just e Lebas foram enviados em missão à Alsácia, Baudot e Lacoste à Lorena. O Comitê de Salvação Pública reagrupou as forças no Leste e reforçou o exército do Reno comandado por Pichegru. Nomeado comandante do exército da Mosela, Hoche atacou Brunswick, de 28 a 30 de novembro, em Kaiserslautern — e fracassou. Promovido a comandante dos dois exércitos, retomou a ofensiva, esfacelou as linhas de Wissembourg, desbloqueou Landau a 29 de dezembro de 1793 e entrou em Spire. Os prussianos recuaram sobre Mayence, enquanto os austríacos cruzavam o Reno.

No fim de 1793, a invasão retrocedia em toda parte. Os espanhóis eram repelidos sobre Bidassoa, a oeste dos Pireneus, e a leste, para trás de Tech. A Sabóia fora libertada desde outubro por Kellermann. Na mesma ocasião, os primeiros resultados da mobilização material se afirmavam: o recrutamento em massa fazia-se com júbilo, as indústrias bélicas eram lançadas, no início de novembro os primeiros fuzis saídos das novas forjas foram apresentados à Convenção. A política de defesa nacional do Comitê de Salvação Pública se revelava eficaz.

4. *O Decreto de 14 de Frimário do Ano II (4 de dezembro de 1793).*

Nos começos de dezembro de 1793, o movimento popular afigurava-se no rumo da estabilização. A ofensiva governamental contra a descristianização desconcertara os militares das seções e dos clubes, quebrara o impulso popular que o Comitê de Salvação Pública se esforçava, após o 2 de junho, para moderar e dirigir. Ao mesmo tempo, afirmava-se a necessidade de regularizar a ação governamental nos departamentos. O Terror apresentava grande diversidade. A maior parte dos representantes em missão apoiava-se nos Jacobinos e nas sociedades populares; punham-se os *sans-culottes* no seu devido lugar. Daí as variadas lutas de influência, segundo as tendências de uns e de outros, e uma grande variedade na aplicação

das medidas terroristas. Se os representantes e os Jacobinos lograram manter a unidade nacional, sua ação ressentia-se, contudo, de disciplina e de coordenação. A dualidade das autoridades administrativas, umas eleitas, outras de origem revolucionária, aumentava, muitas vezes, a desordem. Tornava-se necessário delimitar os poderes respectivos, subordiná-los ao poder central, voltar definitivamente a espontaneidade revolucionária das massas para as metas que o governo revolucionário assinalara.

A situação econômica assim o exigia imperiosamente. O estabelecimento do máximo geral por distrito provocava múltiplas desigualdades; ademais, surgia a necessidade de fixar certos pontos a respeito dos quais o decreto de 29 de setembro de 1793 se omitira: o preço dos transportes, por exemplo, as margens beneficiárias dos atacadistas e dos varejistas. Certas regiões padeciam de escassez, como o Sul, enquanto outras nadavam em abundância; daí as desordens e os conflitos. O Comitê de Salvação Pública julgou necessário reforçar a centralização administrativa a fim de reorganizar o governo econômico, unificar o máximo, nacionalizar o comércio exterior e estabelecer, assim, uma repartição igual entre os departamentos. As necessidades econômicas tanto quanto os imperativos políticos incitavam o Comitê a estabelecer definitivamente sua autoridade absoluta sobre toda a vida da nação.

O decreto constitutivo do governo revolucionário de 14 de frimário do ano II (4 de dezembro de 1793) respondeu a essa aspiração. A Constituição provisória da República durante a guerra era, nele, fixada; a centralização restabelecida.

"A Convenção Nacional é o centro único do impulso do governo" (artigo 1); mas "todos os órgãos constituídos e os funcionários públicos estão sujeitos à inspeção imediata do Comitê de Salvação Pública, de acordo com o decreto de 10 de outubro de 1793; em tudo quanto se refere às pessoas e à polícia geral e interna, essa inspeção particular é atribuição do Comitê de Segurança Geral, segundo reza o decreto de 17 de setembro de 1793" (artigo 2).

O procurador da Comuna tornou-se um *agente nacional*, simples delegado do Estado revolucionário, submetido ao controle

dos Comitês de governo; o distrito, dirigido por um agente nacional nomeado e não eleito, constitui a circunscrição administrativa por excelência, o departamento não desempenhando senão um papel secundário. A faculdade de enviar comissários em missão é reservada ao governo; é proibido às autoridades constituídas se comunicarem por meio de comissários, e de formar assembleias centrais — o mesmo acontecendo às sociedades populares. Se o exército revolucionário central é mantido, os exércitos departamentais são suprimidos, as taxas revolucionárias interditas.

A lógica dos acontecimentos resultava na reconstituição da centralização, no restabelecimento da estabilidade administrativa, no reforço da autoridade governamental — condições necessárias à vitória que o Comitê de Salvação Pública buscara com obstinação. Mas não estava finda a liberdade de ação do movimento popular.

*
* *

De imediato, as circunscrições puseram em debate essa descentralização ditatorial. A Revolução vencera: Toulon fora retomada a 19 de dezembro, os vendeanos esmagados em Savenay a 23, Landau libertada a 29. O Terror não deveria ser relaxado, então, e a ditadura atenuada? Todos quantos aspiravam a uma vida pacífica, todos quantos desejavam o retorno à liberdade econômica, faziam votos para que o Comitê de Salvação Pública aliviasse o laço, reduzisse os limites de sua autoridade. Mas a guerra continuou, a campanha ressurgiu na primavera, as mesmas exigências sendo mantidas. O Comitê de Salvação Pública, caso cedesse à ofensiva indulgente que se afirmava (e ele pareceu fazê-lo mediante o freio imposto à descristianização), continuaria a merecer a confiança dos *sans-culottes*, condição essencial da vitória? Estabilizado à custa de sacrifício, o governo revolucionário viu-se às voltas com uma dupla oposição.

VITÓRIA E QUEDA DO GOVERNO REVOLUCIONARIO

(dezembro de 1793-julho de 1794)

TUDO subordinando às exigências da defesa nacional, o Comitê de Salvação Pública não pretendia ceder nem às reivindicações populares em detrimento da unidade revolucionária nem aos reclamos moderados às custas da economia dirigida para sustentar a guerra, às custas do Terror que lhe assegurava a obediência geral. Mas entre essas exigências contraditórias — onde encontrar o ponto de equilíbrio? O governo revolucionário empenhou-se para manter uma posição média entre o moderantismo e o exagero. No fim do inverno, contudo, a crise do abastecimento agravou-se de súbito. A conjunção da oposição avançada e do descontentamento popular forçou, no ventoso, o governo revolucionário a sair de sua imobilidade: ele se livrou da oposição extremista. Tendo condenado, na pessoa dos dirigentes Cordeliers, o movimento popular no que este tinha de específico, o governo revolucionário viu-se à mercê dos moderados que pretendia combater. Reunindo toda a sua força, resistiu algum tempo à pressão — mas tombou, afinal, por não ter podido recuperar a confiança do povo, vítima da contradição que, desde sua formação, pesava-lhe no destino.

I

**A Luta das Facções e o Triunfo do Comitê
de Salvação Pública
(dezembro de 1793 - abril de 1794)**

A liquidação dos Enraivecidos, o golpe desfechado na descristianização, os ataques surdos contra as organizações populares, as sociedades seccionárias em particular, haviam marcado, no outono de 1793, a vontade do Comitê de Salvação Pública de manter distância em relação ao movimento popular, que ele havia, até então, acompanhado mais do que dirigido. Entretanto, pôs-se à mercê da discrição da Convenção e favoreceu a ofensiva de seus adversários na Assembléia e na opinião pública.

Danton sustentara Robespierre contra os descristianizadores, não sem segundas intenções pessoais e políticas: pretendia salvar os amigos presos no caso da *conspiração do estrangeiro*, ou que, como Fabre d'Eglantine, arriscavam-se a ser inculcados no caso da liquidação da Companhia das Índias. Danton visava mais longe: deter o alcance do governo revolucionário mediante a dissociação do Comitê de Salvação Pública, onde Billaud-Varenne e Collot d'Herbois passavam por ser favoráveis aos *sans-culottes*. A política dantonista opunha-se, em todos os pontos, ao programa popular apoiado por Hébert e seus amigos *Cordeliers*: terror extremo, máximo reforçado, guerra a todo transe. O ataque governamental contra a descristianização inflamou a reação e favoreceu a ofensiva dantonista. A luta das facções se desencadeou, trazendo conseqüências as mais graves para o governo revolucionário, também para o movimento popular e finalmente para a própria Revolução.

1. *A "Conspiração do Estrangeiro" e o Caso da Companhia das Índias (outubro-dezembro de 1793).*

Esses dois casos, estreitamente ligados pelos seus protagonistas e pelas suas conseqüências, arruinaram a unidade da Montanha e agravaram as dissensões na Convenção.

A *Conspiração do Estrangeiro* foi denunciada, por volta de 12 de outubro de 1793, por Fabre d'Eglantine. Rompendo com os extremistas, em particular com Proli, Desfieux, Pereira

e Dubuisson, o amigo de Danton os acusava de cumplicidade em um complô fomentado pelos estrangeiros para arruinar a República através de medidas extremas. Os refugiados eram numerosos nos meios revolucionários. A Revolução proclamara-se hospitaleira, nos seus primórdios, às vítimas do despotismo, acolhendo muitos estrangeiros. Alguns sentavam-se na própria Convenção, como Anacharsis Cloots e Thomas Paine; outros atuavam nos *Cordeliers*, nos clubes e nas organizações populares, como Pereira. Esses estrangeiros refugiados desempenhavam considerável papel político que inquietava sobretudo o Comitê de Salvação Pública, pois estavam em ligação com homens de negócios estrangeiros cuja atuação era mais do que equívoca. Assim, Walter Boyd, banqueiro do *Foreign Office*, protegido por Chabot; o banqueiro Perregaux, de Neufchâtel — portanto, prussiano; o banqueiro Proli, belga e, portanto, austríaco, amigo de Desfieux, agitador jacobino, e de vários deputados montanheses; homens de negócios como os dois irmãos Frey, austríacos, cuja irmã o ex-capuchinho Chabot desposara, a 6 de outubro de 1793; homem de negócios também era Guzman, um grande de Espanha desclassificado... Esses estrangeiros mantinham numerosos vínculos com alguns montanheses; impeliram todas as medidas extremas, como as anexações e a descristianização (Cloots e Pereira figuravam entre os que provocaram a abdicação do bispo constitucional de Paris, Gobel); negociavam fornecimentos aos exércitos, especulavam com a baixa do *assignat*.

O caso da Companhia das Índias eclodiu entrementes e acabou de dividir a Montanha. Um decreto de 24 de agosto de 1793 suprimira todas as companhias e sociedades por ações, tendo sido adotado após uma série de ataques lançados pelos deputados comerciantes, como Delaunay d'Angers, Julien de Toulouse, Chabot, Basire, Fabre d'Eglantine, que, ao mesmo tempo que denunciavam as sociedades, jogavam com a baixa das ações. As caixas e os papéis da Companhia das Índias foram seladas. A 8 de outubro de 1793, Delaunay apresentou o decreto que regulava a liquidação, com comedimento; Fabre d'Eglantine fez votar uma emenda estipulando que a liquidação seria feita pelo Estado e não pela própria Companhia. Mas quando o texto definitivo apareceu no *Bulletin des Lois*, a redação primitiva fora restabelecida: a liquidação ficaria aos cuidados da Companhia. A minuta do decreto, assinada por Fabre d'Eglan-

tine, fora falsificada com sua cumplicidade: Fabre, Delaunay e seus amigos haviam arrancado da Companhia 500.000 libras. O negócio escuso foi denunciado a 24 de brumário do ano II (14 de novembro de 1793), no Comitê de Segurança Geral, por Chabot. Violentemente atacado nos Jacobinos pelas suas relações com os Frey e seu casamento com a irmã deles, suspeito de agiotagem, comprometido no movimento descristianizador, Chabot pretendia proteger-se, entregando seus cúmplices. Basire confirmou-lhe as acusações.

O Comitê de Salvação Pública acreditou no *complô do estrangeiro* ainda mais porque às tramóias dos deputados comerciantes e dos estrangeiros refugiados juntava-se uma intriga monarquista do Barão de Batz. A denúncia de Chabot parecia confirmar a de Fabre. Mais do que ao caso de concussão, o Comitê mostrou-se sensível ao problema político e ao seu aspecto nacional. No mesmo instante, era atacado na Convenção pelos homens então denunciados. A 20 de brumário (10 de novembro), Basire, depois Chabot, continuavam hostis ao sistema do Terror, e haviam denunciado a tirania que os Comitês do governo faziam pesar sobre a Assembléia: a Convenção decretou, naquele dia, que nenhum deputado podia ser enviado ao Tribunal Revolucionário sem consentimento prévio dela. O debate demonstrara a colusão dos deputados comerciantes e da facção indulgente que começava a se afirmar: assim, Chabot e Thuriot, um suspeito de agiotagem, o outro de moderantismo, ambos descristianizadores. O decreto foi relatado dois dias após — mas os Comitês, já alertados por Fabre d'Eglantine, que só lançara a denúncia para se proteger, viram, desde logo, a mão do estrangeiro e o ouro de Pitt em todas as intrigas para dividir os patriotas. À denúncia de Chabot, reagiram com a detenção, a 17 de novembro, de denunciante e denunciados: Chabot, Basire, Delaunay e Julien de Toulouse. Em seu relatório *sobre a situação política da República*, a 27 de brumário do ano II (17 de novembro de 1793), Robespierre atacou “ao mesmo tempo o cruel moderantismo e o exagero sistemático dos falsos patriotas”, “emissários estipendiados pelas cortes estrangeiras”, que “precipitam com violência a carruagem da República nos caminhos perigosos, que procuram arrebatá-la contra o alvo visado”. A 1º de frimário (21 de novembro), nos Jacobinos, Robespierre denunciou novamente os *agentes do estrangeiro*, “os frouxos emissários dos tiranos” tornados

responsáveis pela descristianização — e fez excluir do clube, Proli, Desfieux, Dubuisson e Pereira.

Conspiração do estrangeiro e escândalo da Companhia das Índias, pela importância dos personagens comprometidos, pela corrupção revelada, pelas ligações descobertas entre deputados comerciantes e agentes das potências inimigas, causaram emoção intensa e se revestiram de alcance político considerável. “A confiança não tem preço — escrevera Saint-Just a Robespierre, a 15 de brumário — quando é dividida com homens corrompidos.” A suspeição, desde então presente por toda parte, envenenou as querelas dos partidos e exasperou os ódios. Ao dividir para sempre a Montanha, a *Conspiração do Estrangeiro* e o caso da Companhia das Índias precipitaram a luta das facções.

2. *A Ofensiva dos Indulgentes (dezembro de 1793-janeiro de 1794).*

Danton deixara Paris em outubro de 1793; casado em segundas núpcias, após o verão precedente, descansava em Arcis-sur-Aube. Alertado por Courtois, e pressentindo que o caso da Companhia das Índias, com o qual seus amigos Basire e Fabre já estavam comprometidos, poderia atingi-lo, retornou precipitadamente à Capital, a 30 de brumário (20 de novembro de 1793). A oposição moderada que se buscava cristalizou-se logo em torno de Danton. A manobra, em seus primórdios, foi facilitada pela vontade do Comitê de Salvação Pública, em particular de Robespierre, de pôr um freio à descristianização: contra os *exagerados*, o governo revolucionário apoiou-se em Danton, sem dar-se conta, a princípio, de que, através da facção extremista, a ofensiva indulgente tendia a arruinar a organização revolucionária do governo e acabar com o Terror.

A ofensiva indulgente tramada por Danton lançou-se contra todas as posições em que os revolucionários avançados eram visados. A 2 de frimário do ano II (22 de novembro de 1793), Danton levantou-se contra a “perseguição” anti-religiosa e reclamou “a economia de sangue dos homens”. A 6 de frimário, protestou contra as mascaradas anti-religiosas, exigiu “uma barreira às mesmas” e solicitou um relatório dos Comitês “sobre o que se denomina de *conspiração do estrangeiro*”. A 11 de frimário (1º de dezembro), Danton foi mais longe. Cambon, tendo proposto a troca forçada do numerário contra os *assignats*

— medida reclamada pelos *sans-culottes* e que os *Cordeliers* pediam no mesmo dia, em uma petição — Danton opôs-se a ela e deu a entender aos *piques* que seu papel terminara:

“Lembre-mo-nos de que, se é com a lança que se derruba o edifício da sociedade, é com o compasso da razão e do gênio que se pode edificá-lo e consolidá-lo.”

Contra-atacado a 13 de frimário (3 de dezembro), nos *Jacobinos*, Danton concedeu que não tivera intenção alguma de “romper o nervo revolucionário”, mas sim, de protegê-lo — e foi apoiado por Robespierre, cioso da unidade da Montanha: “a causa dos patriotas é una, como a da tirania; eles estão solidários!”

A campanha do *Vieux Cordelier* deu alcance considerável à ofensiva dantonista e pôs em jogo toda a política governamental. Camille Desmoulins, grande jornalista, mas político medíocre, lançou sua nova folha a 15 de frimário do ano II (5 de dezembro de 1793): “Ó Pitt, eu rendo homenagem a teu gênio!” Segundo Desmoulins, todos os revolucionários avançados eram agentes de Pitt. No segundo número, de 20 de frimário (10 de dezembro), Camille Desmoulins entregava-se a um violento ataque contra Cloots, responsável pela descristianização — e lhe associava Chaumette, o procurador da Comuna de Paris: “Anacharsis e Anaxagoras acreditaram impulsionar a roda da razão, enquanto impeliavam a da contra-revolução.” A 25 de frimário (15 de dezembro), apareceu o terceiro número do *Vieux Cordelier*, que punha a descoberto todo o sistema do Terror e o próprio governo revolucionário: plagiando Tácito, Camille Desmoulins vergastava, através dos crimes dos primeiros Césares, a prática terrorista da repressão.

“O Comitê de Salvação Pública acreditou que, para estabelecer a República, necessitava, por um momento, da jurisprudência dos déspotas.”

Este número causou enorme sucesso, revelou as esperanças da contra-revolução, reuniu todos a quem o Terror inquietava. Os Indulgentes se animaram, encorajados pela atitude de neutralidade benevolente que Robespierre, até então, observara a seu respeito. A 27 de frimário do ano II (17 de dezembro de 1793), Fabre d’Eglantine, que enganara perfeitamente o Comitê, denunciou à Convenção dois dos mais visados entre os chefes

revolucionários avançados: Vincent, secretário-geral do Ministério da Guerra (através do secretário, o Ministro da Guerra, Bouchotte, era visado) e Ronsin, general do exército revolucionário, contra os quais foram expedidos mandados de prisão. O Terror iria voltar-se contra seus criadores? Os Comitês do governo não haviam sido consultados; a manobra tendia a solapar-lhe a autoridade. A 30 de frimário (20 de dezembro), em resposta a uma comissão de Lyon ("Que ao reino do terror suceda o do amor") e a uma importante delegação de mulheres, a Convenção decretou a organização de um Comitê de Justiça para examinar as detenções e libertar os prisioneiros encarcerados sem motivo.

A onda voltou, contudo, no fim do mes de frimário. No dia 29 de frimário (19 de dezembro), a descoberta, nos selos de Delaunay, do falso decreto de liquidação da Companhia das Índias (a minuta com a assinatura de Fabre ao pé de um texto que era o contrário do texto da emenda) pôs os dantonistas em má situação. Mais ainda, os patriotas avançados contra-atacaram. Collot d'Herbois, alertado, retornou bruscamente da Comuna Livre. A 1º de nivoso (21 de dezembro), em meio a grande multidão que o escoltou da Bastilha às Tulherias, e de uma delegação de *sans-culottes* lioneses carregando a cabeça e as cinzas de Chalier, Collot se apresentou à Convenção, onde justificou a repressão em Lyon pelo perigo que corra a República. A Assembléia aprovou-o. À tarde, Collot d'Herbois doutrinou os Jacobinos, reprochando-lhes a moleza, louvando a energia de Ronsin, condenando uma falsa sensibilidade em favor das vítimas da repressão:

"Quem são estes que ainda têm lágrimas para chorar sobre os cadáveres dos inimigos da liberdade, quando o coração dos patriotas está dilacerado?"

O Comitê de Salvação Pública emergiu de sua atitude de neutralidade benevolente em relação à ofensiva indulgente: a 3 de nivoso (23 de dezembro), Robespierre, nos Jacobinos, tomou posição acima dos partidos.

A luta das facções nos departamentos ameaçava, na realidade, o equilíbrio governamental. A ruptura do governo revolucionário e do movimento popular, que se afirmava após a interdição da descristianização, provocou em muitos lugares uma mudança de orientação política. Numerosos representantes em missão

romperam com os *sans-culottes* e voltaram a repressão contra os *ultras*, libertando os suspeitos: assim, em Sedan, em Lille, em Orléans, onde Taboureau, um *enraivecido*, foi aprisionado; em Blois, desde o mes de frimário; em Lyon, onde Fouché hostilizava agora os velhos amigos de Chaliér; em Bordéus, onde Tallien, para encobrir suas concussões, denunciava os *ultras*; no Gard, onde Boisset destituía o prefeito patriota de Nîmes, Courbis. Por toda parte, os conflitos opunham moderados e exagerados, nos quais os representantes em missão tomavam partido ao invés de arbitrar. Consciente do perigo, o Comitê de Salvação Pública interveio para afirmar sua posição de magistrado.

Ao número 4 do *Vieux Cordelier*, distribuído a 4 de nivoso (24 de dezembro), respondia, a 5, o relatório de Robespierre sobre os princípios do governo revolucionário. Em seu número 4, e em nome da liberdade ("esta liberdade descida do céu, que não se identifica com uma ninfa da Ópera, com um boné vermelho, uma camisa suja ou com andrajos. A liberdade é a felicidade, é a razão, é a igualdade, é a justiça..."), Camille Desmoulins reclama o livramento "desses duzentos mil cidadãos que chamais de suspeitos", declarando-se "certo de que a liberdade será consolidada e a Europa vencida, se aplicardes um comitê de clemência". Robespierre, a 5 de nivoso (25 de dezembro), justificou o Terror pelo estado de guerra. Perante a Convenção, esboçou a teoria do governo revolucionário, cujo alvo é fundar a República, e o do governo constitucional, que tem a missão de *conservá-la*:

"A Revolução é a guerra da liberdade contra seus inimigos; a Constituição é o regime de liberdade vitoriosa e pacífica."

Porque está em guerra, o governo revolucionário tem necessidade "de uma atividade extraordinária":

"Ele deve aos bons cidadãos toda a proteção nacional; aos inimigos do povo, nada mais do que a morte."

Tomando posição de árbitro, Robespierre condenou as duas facções extremas:

"O governo revolucionário deve vagar entre dois extremos, a fraqueza e a temeridade, o moderantismo e o excesso: o moderantismo que está para a moderação

como a impotência está para a castidade; e o excesso, que se assemelha à energia como a hidropisia à santidade."

O fracasso da ofensiva indulgente começou a se afirmar a 6 de nivoso (26 de dezembro), quando Billaud-Varenne fez suprimir "o comitê de justiça" instituído a 30 de frimário. Durante algum tempo ainda, o Comitê empenhou-se em manter a balança igual entre as duas facções que se combatiam em vão. A 16 de nivoso do ano II (5 de janeiro de 1794), Camille Desmoulins publicou o número 5 do *Vieux Cordelier*, fazendo grande carga contra Hébert, acusado de receber, para seu *Père Duchesne*, dinheiro do Ministério da Guerra dirigido por Bouchotte. Mas a 18 de nivoso (7 de janeiro), *Le Vieux Cordelier* foi denunciado nos Jacobinos: Robespierre censurou Camille e opinou pela queima dos jornais: "Queimar não é responder", retorquiu Desmoulins. No dia 19 (8 de janeiro), Robespierre denunciou novamente as duas facções que ameaçavam o governo revolucionário, mas que se entendiam "como os salteadores numa floresta". Nesse mesmo dia, porém, definitivamente comprometido com a descoberta do projeto de decreto sobre a liquidação da Companhia das Índias, corrigido a lápis pela sua própria mão, Fabre d'Eglantine foi denunciado por Robespierre, nos Jacobinos, e preso na noite de 23 para 24 de nivoso (12-13 de janeiro). Quando Danton interferiu no dia seguinte em favor do amigo, Billaud-Varenne gritou: "Piedade para quem levou Fabre d'Eglantine nas costas, e que ainda é o seu papalvo". Era o fracasso da ofensiva dos Indulgentes; pior ainda, eles, já comprometidos, foram logo ameaçados pela resposta de seus adversários.

3. A Contra-Ofensiva dos Exagerados (fevereiro de 1794).

A facção *ultra* dos Exagerados, a princípio desorientada pela retratação governamental sobre a descristianização, atingida pelos seus compromissos com certos estrangeiros extremistas, vítima das intrigas de Fabre d'Eglantine, por um instante livre dos ataques dos Indulgentes, readquiriu influência. A facção arrastou o Clube dos *Cordeliers*, que reclamava incansavelmente a libertação de Vincent e de Ronsin; um de seus bastiões era constituído pelas repartições da Guerra, que Vincent enchera de patriotas convictos; através de Hébert, mostrava-se influente na Comuna; através de Momoro, no Departamento.

O esforço dos Exagerados recaiu na libertação dos patriotas encarcerados, na aceleração do Terror, no reforço da economia dirigida.

A campanha em favor de Vincent e de Ronsin prosseguiu com encarniçamento por parte dos *Cordeliers*, constituindo um tema de agitação nas sociedades populares e nas seções parisienses. A 12 de pluvioso do ano II (31 de janeiro de 1794), os *Cordeliers* declararam que havia opressão e roubaram o quadro da Declaração dos Direitos. Essa ameaça implícita, a ausência de qualquer elemento de acusação, a necessidade, para os Comitês do governo, de fazer algumas concessões aos patriotas avançados a fim de contrabalançar a influência moderada, explicam a libertação de Vincent e de Ronsin, a 14 de pluvioso (2 de fevereiro).

A campanha pela aceleração do Terror projetou-se. Encorajados por esse primeiro sucesso, excitados por Vincent que saíra da prisão com um desejo desenfreado de vingança, os *Cordeliers* denunciaram com inaudito vigor os *novos moderados*. Reclamavam a punição dos “opressores de patriotas”, “o aniquilamento dos restos impuros do Marais” (18 de pluvioso), ou seja, a depuração da Convenção. A campanha terrorista visava, em particular, os 75 deputados que haviam protestado contra o 2 de junho e estavam detidos — mas também aqueles a quem Robespierre evitara a ida ao Tribunal Revolucionário. Eram ainda denunciados os signatários de petições moderadas da primavera de 1792, ditas das Oito Mil e das Vinte Mil. A 24 de pluvioso (12 de fevereiro), Hébert bradou aos *Cordeliers*: “É preciso que toda essa corja seja derrubada para sempre.” A 2 de ventoso (20 de fevereiro de 1794), os *Cordeliers* decidiram retomar a publicação do jornal de Marat, a fim de desmaracar “os traidores que enganam o povo, os facciosos e dominadores que queriam corrompê-lo ou seduzi-lo”.

A campanha para o reforço da economia dirigida despertou nos meios populares repercussão cada vez mais favorável. É que durante todo o inverno a situação econômica não cessara de agravar-se. A votação do máximo não suprimia as dificuldades. Se o pão já não faltava, era, contudo, detestável; a escassez e a carestia atingiam os produtos de mercearia, para os quais o máximo era impunemente violado.

A partir do mes de pluvioso, uma grave crise no fornecimento de carne levou o descontentamento popular ao paroxismo. Além disso, o movimento reivindicativo, que adormecera no plano político, continuava ativo quanto aos mantimentos: a hostilidade aos mercadores, tão característica da mentalidade popular, não cessava de crescer, malgrado a criação dos órgãos de controle da vida econômica. Duas categorias sociais sofriam particularmente com a crise: os artífices, cuja atividade não se relacionava às necessidades da guerra e que continuavam quase sem trabalho, e os diaristas. Uns e outros julgavam que a violência e uma repressão aguda constituíam um meio de prover a abundância. Hébert contribuiu, em seus jornais, para reanimar o espírito terrorista por um instante adormecido: o número 345 do *Père Duchesne* apresentou

"sua grande moção no sentido de que os carnicheiros, que tratam os *sans-culottes* como cães e que não lhes dão a não ser ossos para roer, divirtam-se com a mão quente (sejam guilhotinados), como todos os inimigos do povo, bem como os mercadores de vinho que fazem colheita no Pont-Neuf."

A idéia de uma jornada popular adquiria forma; a crise do abastecimento ameaçava pôr a *sans-culotterie* em movimento.

O Comitê de Salvação Pública, seduzido, um instante, pela ofensiva indulgente, retomara, porém, uma posição média entre o moderantismo e o exagero. Mas, entre essas tendências contraditórias, onde buscar um ponto de equilíbrio? Robespierre não via outro recurso que não a virtude, senão o Terror. Ele explicou a 17 de pluvioso do ano II (5 de fevereiro de 1794), em seu relatório sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção.

"Se a força do governo popular na paz está na virtude, a força do governo popular na revolução está, ao mesmo tempo, na virtude e no terror: a virtude, sem a qual o terror é funesto; o terror, sem o qual a virtude é impotente. O terror nada mais é do que a justiça pronta, severa, inflexível; por conseguinte, emana da virtude, é menos um princípio particular do que uma consequência do princípio geral da democracia aplicado às necessidades mais urgentes da pátria."

A virtude, isto é, o desinteresse pessoal, o devotamento ao interesse geral e, se preciso for, o espírito de sacrifício. Robespierre queria escorar essa virtude cívica com instituições, com garantias legais e judiciárias. Quanto ao Terror, o Comitê de Salvação Pública pretendia moderá-lo nos limites da legalidade revolucionária, mas conservando-o como meio de governo.

A crise do abastecimento, no fim do inverno, agravou-se subitamente. A situação piorou em Paris. Uma explosão popular parecia provável — explosão que podia repor o governo revolucionário numa encruzilhada.

4. *A Crise do Ventoso e a Queda das Facções (março-abril de 1794).*

A crise evoluíra pouco a pouco durante o inverno do ano II. Os contornos da evolução social e política, que se esboçavam após o estabelecimento do governo revolucionário, afirmavam-se, dando sentido à crise do ventoso, que expôs, em toda a sua acuidade, o problema das relações do movimento popular e do governo revolucionário.

Crise social, para começar. O tabelamento, a regulamentação e a direção autoritária da economia se revelavam incapazes de assegurar o abastecimento satisfatório da população parisiense. A *sans-culotterie* é atingida em sua existência material. Escassez e carestia andavam de mãos dadas; as majorações salariais, permitidas algumas vezes pela aplicação relaxada do máximo, não compensavam mais a alta dos preços. As filas voltavam às portas dos açougues, como, pouco antes, à porta das padarias; reuniam-se desde as três horas da manhã, nelas estouravam conflitos; arruaças verificavam-se ainda nos Halles, onde faltavam os produtos hortigranjeiros. Duramente atingidos, os assalariados multiplicavam reivindicações; os operários do setor de construções reclamavam aumentos de salários; os conflitos nas oficinas produtoras de armas duraram todo o ventoso. A crise de mantimentos superexcitava a mentalidade terrorista: “Para que necessitamos de todos esses aristocratas? — brada uma mulher, a 8 de ventoso (26 de fevereiro), à sociedade popular dos Direitos do Homem. — Será que todos esses celerados que afligem o povo já não deveriam estar na guilhotina?”

Crise política, também. As exigências da defesa nacional e sua concepção jacobina do poder forçavam mais e mais o governo revolucionário a assegurar a obediência passiva das organizações populares, a reduzir paulatinamente as práticas populares da democracia, encaixando-as no padrão burguês. A *sans-culotterie* sentia-se atingida em seu comportamento revolucionário. A atividade das seções parisienses e das sociedades populares foi canalizada para o esforço de guerra (armamento dos *cavaleiros jacobinos*, colheita do salitre, ajuda aos filhos e parentes dos soldados), longe dos problemas de política geral. As organizações de base, progressivamente dominadas pelos comitês revolucionários de seção, agora às ordens do governo — o que não se fazia sem múltiplos incidentes e numerosos conflitos. Os moderados lucraram ao retomar sua propaganda, aumentando ainda mais a confusão. Os militantes viam com lucidez a situação: “Se perdeis um só instante o movimento revolucionário — declarou um orador à sociedade popular do Homem Armado, a 4 de nivoso (22 de fevereiro), adeus patriotas! seu fim estará próximo!”

A crise do ventoso no ano II cristalizou o antagonismo entre *patriotas de 89* e *patriotas de 93*. Constituiu, esse antagonismo, o reflexo da oposição irredutível entre os *sans-culottes* e Jacobinos ou Montanheses, entre as concepções populares da vida política e da organização social e as concepções da burguesia, mesmo jacobina. Sobre esse segundo plano da crise, a oposição entre *novos moderados* e *patriotas convictos*, envenenada pelos ressentimentos pessoais, exasperou-se. Os partidários de Vincent e de Ronsin não desarmavam os espíritos. Em vão, Collot d'Herbois, que depois de sua volta de Lyon empenhava-se em promover a concórdia entre os patriotas divididos, esforçou-se para reconciliar, a 8 de ventoso (26 de fevereiro), *Cordeliers* e Jacobinos. No dia seguinte, os *Cordeliers* reclamaram, mais uma vez, a prisão dos “traidores indignos de terem assento na Convenção”, em particular de Camille Desmoulins. A conjunção da oposição avançada e do descontentamento popular constituía uma grave ameaça para o governo revolucionário, que tentou preveni-la por meio de medidas sociais ousadas.

Os decretos do ventoso do ano II responderam a essas preocupações. Já a 13 de pluvioso (1º de fevereiro), a Convenção

votara uma ajuda de dez milhões; a 3 de ventoso (21 de fevereiro), Barère apresentou o novo máximo geral. Os decretos do ventoso iam mais longe. A 8 de ventoso (26 de fevereiro de 1794), em seguida a seu relatório sobre as pessoas encarceradas, Saint-Just fez decretar o seqüestro dos bens dos suspeitos; a 13 (3 de março), um segundo decreto encarregou o Comitê de Salvação Pública de apresentar um relatório "sobre os meios de indenizar todos os desgraçados com os bens dos inimigos da República".

"A força das circunstâncias — declarara Saint-Just — nos conduz talvez a resultados em que não havíamos pensado. A opulência jaz nas mãos de grande número de inimigos da Revolução, as necessidades põem o povo que trabalha na dependência dos inimigos. Concede, acaso, que um império possa existir quando os benefícios civis protegem só os que são contrários à forma de governo?"

E ainda:

"Os desgraçados são a força da terra e têm o direito de falar soberanamente aos governos que os negligenciam."

Saint-Just terminava seu segundo relatório com um desafio aos monarcas do velho regime: "A felicidade é uma idéia nova na Europa."

O alcance dos decretos do ventoso não deve, porém, ser exagerado. Albert Mathiez se admira de que Saint-Just "não tenha sido compreendido nem seguido por aqueles a quem desejava contentar". Saint-Just e o governo revolucionário foram incontestavelmente compreendidos. Que os inimigos da Revolução não tivessem direito algum na República, que seus bens devessem servir de indenização aos patriotas que a defendiam com perigo de vida, já eram idéias por demais divulgadas na *sans-culotterie*, formuladas desde a primavera de 1793 — o que tira aos decretos do ventoso qualquer caráter de exceção. Também não se pode concordar com Mathiez quando escreve que as conclusões de Saint-Just constituíam "uma tentativa formidável para retirar das aspirações confusas do hébertismo um programa social."

Sans-culottes e patriotas avançados já haviam, de há muito, exprimido, nessa questão, um programa mais radical. Por

outro lado, se o seqüestro dos bens dos suspeitos e a indenização projetada em favor dos patriotas indigentes respondiam às reivindicações populares e foram, a esse título, bem recebidos, essas medidas, cujos efeitos não se fariam sentir senão a longo prazo, não correspondiam às exigências do momento: não traziam remédio algum à crise dos mantimentos. Sem que a sinceridade de Saint-Just e dos robespierristas possa ser posta em dúvida, os decretos do ventoso deviam significar uma manobra tática para resistir à propaganda avançada. A manobra falhou. Nos meados do ventoso, o governo revolucionário, nada tentando no plano econômico para assegurar mantimentos aos *sans-culottes*, nem no plano político para desviar a ameaça moderada, a crise atingiu seu paroxismo.

O paroxismo do ventoso caracterizou-se, nos meios populares, por propósitos terroristas contra os mercadores e os ricos, por meio de cartazes sediciosos, por boatos de insurreição que, se puseram alertas os Comitês do governo, iludiram os *Cordeliers* e os incitaram, para se desembaraçar dos adversários, a uma ação que acreditavam decisiva. Julgaram poder afastá-los definitivamente ao acentuar a pressão. Hébert, em seu *Père Duchesne*, denunciou a nova facção dos *Dorminhocos*, isto é, os robespierristas. No número 350, ele vê “a santa guilhotina como a pedra filosofal”, e denuncia a política governamental de equilíbrio entre as facções:

“É em vão — escreve ele — que o vemos poupar a cabra e a couve, que ele tenta salvar os celerados que conspiraram contra a liberdade. A justiça será feita, apesar dos dorminhocos...”

Hébert terminava o artigo formulando um programa social preciso:

“Assegurai trabalho a todos os cidadãos, concedei assistência aos velhos e aos enfermos — e, para coroar vossa obra, organizai prontamente a instrução pública.”

Negligenciando, porém, a lição de todas as jornadas revolucionárias, os dirigentes *Cordeliers* não se preocuparam em organizar o movimento que tinham em vista, nem em assegurar sua ligação com as massas populares mais sensíveis à escassez dos gêneros do que ao perigo do moderantismo.

A liquidação dos Exagerados constituiu um drama rápido que desorientou os militantes populares e os afastou um pouco

Resistência / movimento

mais do governo revolucionário. A 12 de ventoso, Ronsin, general do exército revolucionário, proclamou nos *Cordeliers* a necessidade de uma insurreição. No dia 14 (4 de março de 1794), o quadro dos Direitos do Homem foi roubado; Vincent, secretário da Guerra, denunciou os “que parecem estar dando o sinal para estabelecer um sistema destruidor do moderantismo”; Carrier, à opressão contra os patriotas preferiu a insurreição, *uma santa insurreição*. Hébert concordou: “Sim, a insurreição — mas os *Cordeliers* não serão os últimos a dar o sinal que deve levar à morte os opressores.”

Os *Cordeliers* não visavam verdadeiramente a uma manifestação de massa, e sim, além dos moderados, ao governo revolucionário e sua política. Em vão, Collot d'Herbois tentou reconciliar Jacobinos e *Cordeliers*, a 17 de ventoso (7 de março): Ronsin respondeu com violento discurso em que responsabilizava Robespierre pela palavra *ultra-revolucionário*, “palavra que serviu de pretexto aos novos facciosos para oprimir os patriotas mais ardentes”, exigindo que “se devolvessem, logo, ao nada, os moderados, os patifes, os ambiciosos e os traidores”.

Além da oposição entre *Cordeliers* e Jacobinos, entre o movimento popular e o governo revolucionário, duas políticas se defrontavam: a *resistência* e o *movimento*. Os patriotas convictos optaram pelo movimento, único meio possível, a seus olhos, de assegurar a salvação da Revolução mediante a participação definitiva da *sans-culotterie*. “Um só passo para trás perderá a República”, escreveu Hébert em seu último número. Ele tinha razão, tratando-se da república popular que os *sans-culottes* haviam ajudado a construir. Para os moderados, cujo ideal era uma república burguesa e conservadora, um passo à frente não seria menos fatal.

A ofensiva do grupo *Cordelier* afirmou-se após os meados do ventoso e pôs em jogo o equilíbrio social sobre que se fundava a ação governamental; a essa altura, o Comitê de Salvação Pública perdeu a paciência: na noite de 23 para 24 de ventoso (13-14 de março), os principais dirigentes *Cordeliers* foram presos e conduzidos ao Tribunal Revolucionário. O processo reuniu ao grupo *Cordelier* (Hébert, Ronsin, Vincent, Momoro), patriotas avançados (Mazuel, chefe de esquadrão da cavalaria revolucionária, o íntegro Descombes, da Administração dos Gêneros), militantes populares (Ancard, do Clube dos *Cordeliers*, o humilde Ducroquet, comissário dos depósitos

de gêneros da seção Marat), agentes do estrangeiro (Cloots, o banqueiro Kock, Proli, Desfieux, Pereira, Dubuisson). Todos foram guilhotinados a 4 de germinal do ano II (24 de março de 1794).

Seguiu-se a liquidação dos Indulgentes. Os dantonistas julgaram, por um momento, chegada a sua hora: desde o fim do ventoso, acentuavam a pressão, e o número 7 do *Vieux Cordelier*, que foi apreendido, lançava violento requisitório contra a política do Comitê de Salvação Pública. Mas o Comitê, que só golpeara os Exagerados depois de muita hesitação, não pretendia deixar-se arruinar. Já a 28 de ventoso (18 de março), a Convenção acusara os deputados comprometidos no caso da Companhia das Índias: Fabre d'Eglantine, Basire, Chabot e Delaunay. Billaud-Varenne e Collot d'Herbois, inquietos com a proscrição de Hébert e de seus amigos, e apoiados pelo Comitê de Segurança Geral, acabaram por convencer Robespierre hesitante: na noite de 9 para 10 de germinal (29-30 de março), Danton, Camille Desmoulins, Delacroix e Philippeaux foram presos. A Convenção ratificou a prisão, após um discurso patético de Robespierre (11 de germinal):

“Também fui amigo de Pétion, mas desde que ele deixou cair a máscara, eu o abandonei; amigo de Roland, denunciei-o quando ele traiu. Danton quer tomar-lhe o lugar, e a meus olhos não passa de um inimigo da pátria.”

Aos chefes dantonistas, o processo juntou deputados previcadores, agentes do estrangeiro (Guzman e os irmãos Frey), um especulador, o abade d'Espagnac, o General Westermann, amigo de Danton, Hérault de Séchelles, por fim. Danton teve a audácia de denunciar seus acusadores — mas um decreto colocou fora dos debates qualquer acusação que insultasse a justiça nacional. Todos foram guilhotinados a 16 de germinal do ano II (5 de abril de 1794).

Um terceiro processo tomou por pretexto um *projeto de conspiração das prisões* para libertar os detidos, com o objetivo de liquidar os destroços da oposição: Chaumette, agente nacional da Comuna de Paris, as viúvas de Desmoulins e de Hébert, o General Dillon — fornada heteróclita que pereceu a 24 de germinal do ano II (13 de abril de 1794).

2
1
7
O drama do germinal foi decisivo. A tentativa aventureira do grupo franciscano dera oportunidade ao governo revolucionário para precipitar a evolução que se afirmava após a sua formação. Se ele houvesse consentido, ante a urgência do perigo, na aliança com a *sans-culotterie*, se houvesse, a fim de mantê-la, feito algumas concessões, jamais teria aceito as metas sociais nem os métodos políticos da democracia *sans-culote*. Para os Comitês do governo a luta contra a coalizão e a contra-revolução e suas concepções políticas também legitimava o controle das organizações populares e sua integração nos quadros jacobinos da revolução burguesa. Quando a oposição dos *Cordeliers* ameaçou seu equilíbrio, o governo revolucionário recorreu à repressão. No entanto, ao ver condenados *Le Père Duchesne* e os *Cordeliers* que lhes mereciam a atenção e lhe exprimiam as aspirações, os *sans-culottes* duvidaram do governo revolucionário. Em vão Danton fora também condenado. A repressão que se seguiu a esses grandes processos, malgrado seu caráter limitado, desenvolveu entre os militantes um complexo de medo que paralisou a vida política seccionária. O contato direto e fraternal foi rompido entre as autoridades revolucionárias e os *sans-culottes* das seções. "A Revolução esfriou", escreveu Saint-Just. O drama do germinal constitui o prólogo do Termidor.

II

A Ditadura Jacobina de Salvação Pública

Da liquidação das facções à queda dos robespierristas, do germinal ao termidor, a ditadura do governo revolucionário não foi mais contestada; malgrado algumas modificações influenciadas pelas circunstâncias, ele gozou de certa estabilidade. A centralização reforçou-se, o Terror se acelerou, as autoridades expurgadas obedeceram, a Convenção votou sem discutir. Mas a base social do governo revolucionário encolhera-se perigosamente. Quando da crise no verão de 1793, os militantes das seções parisienses haviam imposto instituições de exceção que correspondiam às suas aspirações sociais e políticas: assim, em julho, os comissários dos depósitos de gêneros, em setembro, o exército revolucionário. Com a cobertura dos *sans-culottes*, os Comitês do governo empreenderam vasto esforço de regularização das instituições e de unificação das forças revolucionárias. A crise do ventoso e os processos do germinal lhes

permitiram acabar com a autonomia do movimento popular e liquidar as instituições que ele impusera ou criara: o exército revolucionário foi licenciado a 7 de germinal do ano II (27 de março de 1794), os comissários dos depósitos de gêneros suprimidos a 12 (1º de abril), a Comuna de Paris expurgada, as sociedades populares de seção dissolvidas. O movimento popular foi integrado nos quadros da ditadura jacobina — mas o que os Comitês ganharam em *força coativa* perderam em apoio conflante. Do germinal ao termidor, as identificações do governo revolucionário e do movimento popular pouco a pouco se desfizeram.

1. O Governo Revolucionário.

A organização e os caracteres do governo revolucionário, que não haviam cessado de evoluir após o verão precedente, não fixados, em suas linhas mestras, em abril de 1794. Sua carta é constituída pelo decreto de 19 de vendemiário (10 de outubro) e mais ainda pelo de 14 de frimário do ano II (de dezembro de 1793). A teoria do governo revolucionário fora levantada várias vezes, em particular por Saint-Just em seu relatório de 10 de outubro de 1793, por Robespierre em seu relatório sobre os princípios do governo revolucionário (5 de nivoso do ano II — 25 de dezembro de 1793) e no relatório sobre os princípios da moral política que devem guiar a Convenção (17 de pluvioso do ano II — 5 de fevereiro de 1794).

O governo revolucionário é um governo de guerra. “A revolução é a guerra da liberdade contra seus inimigos” — segundo Robespierre, tanto os inimigos internos quanto os externos. Seu alvo é fundar a República. Quando o inimigo estiver vencido, far-se-á a reversão ao governo constitucional, “regime da liberdade vitoriosa e pacífica” — mas somente então. Porque está em guerra, “o governo revolucionário requer uma atividade extraordinária”, deve “agir como o raio”, quebrar todas as resistências: não se pode “submeter ao mesmo regime a paz e a guerra, a saúde e a doença”. O governo revolucionário, portanto, tem em mãos a *força coativa*, isto é, o Terror. “A força — interroga Robespierre — não é feita, acaso, para proteger o crime?” O governo revolucionário “não deve aos inimigos do povo senão a morte”. Mas o Terror só é empregado para a salvação da República: a virtude, “princípio fundamental do governo democrático ou popular”, constitui a garantia de que o Governo revolucionário

não caia no despotismo. A virtude, "isto é, o amor à pátria e às suas leis", "o devotamento magnânimo que confunde todos os interesses privados no interesse geral":

"No sistema da Revolução Francesa — opinou Robespierre — o que é imoral é impolítico, o que é corruptor é contra-revolucionário."

Estabelece-se, dessa forma, a meta da Revolução:

"Queremos cumprir os fados da Natureza, realizar os destinos da humanidade, aplicar as promessas da filosofia, absolver a providência do longo reinado do crime e da tirania. Que a França, outrora ilustre entre os países escravos, eclipsando a glória de todos os povos livres que existem se torne o modelo das nações, o pavor dos opressores, o consolo dos oprimidos, o ornamento do universo — e que, selando a obra de nosso sangue, possamos ver ao menos brilhar a aurora da felicidade universal" (17 de pluvioso do ano II).

A Convenção continua "o centro único do impulso governamental". Nela reside a soberania nacional, ela detém a autoridade suprema; os Comitês sob seu controle aplicam decretos. Mas após o germinal, o poder executivo tornou-se a peça mestra do sistema governamental, a Assembléia lhe sendo praticamente subordinada.

Os Comitês da Convenção, que eram 21 no ano II, dirigem ou controlam os diversos setores da administração e da política. Na realidade, apenas dois exercem efetivamente o poder político: o Comitê de Salvação Pública e o de Segurança Geral, ditos Comitês de governo.

O Comitê de Salvação Pública, reeleito de mes em mes, está, agora, reduzido a onze membros (Robespierre, Saint-Just e Couthon, Billaud-Varenne e Collot d'Herbois, Barère, Carnot, Prieur de la Côte-d'Or e Prieur de la Marne, Jeanbon Saint-André e Lindet). "No centro da execução", tem sob "sua inspeção imediata" todos os órgãos constituídos e todos os funcionários públicos. Dirige a diplomacia, a guerra pelo seu Departamento Topográfico, o fabrico de armamentos pela sua Comissão de Armas e de Munição, a economia do país através da sua Comissão de Gêneros Alimentícios; ordena as prisões e invade as atribuições do Comitê de Segurança Geral, através do seu Departamento de Polícia criado no fim do floreal do

ano II. Se certos membros do Comitê tornam-se especialistas — Lindet em abastecimento, Prieur de la Côte-d'Or em armamentos — permanecem, contudo, solidários na direção da política e na orientação da guerra.

Do Comitê de Salvação Pública dependem os seis ministros do Conselho Executivo Provisório, em seguida as doze *Comissões Executivas* que os substituíram a 1º de abril de 1794 (12 de germinal do ano II), por proposta de Carnot à Convenção. Nomeadas pela Assembléia, segundo indicação do Comitê, as *Comissões Executivas* estão intimamente subordinadas a este último, que conserva seu papel preponderante, “reservando-se o pensamento do governo, propondo à Convenção Nacional as grandes medidas”.

O Comitê de Segurança Geral, ele também reeleito mensalmente, estabilizou-se mais tarde (Amar, Moyse Bayle, o pintor David, Lebas, Louis du Bas-Rhin, Vadier, Voulland...). Mantém sob sua “inspeção particular”, conforme a lei de 17 de setembro de 1793, “tudo quanto se relaciona às pessoas e à polícia geral e interna”. Encarregado da aplicação da lei dos suspeitos, o Comitê de Segurança Geral dirige a polícia e a justiça revolucionárias — é o Ministério do Terror.

Nos departamentos, a organização administrativa fora simplificada por decreto de 14 de frimário do ano II, que reforçou a centralização. As administrações departamentais, suspeitas de federalismo, haviam perdido a maior parte de seus poderes, e só se ocupam, agora, das contribuições, dos trabalhos públicos, das propriedades nacionais. As duas circunscrições essenciais são os distritos e as comunas, encarregados os primeiros da “vigilância sobre a execução das leis revolucionárias e das medidas de segurança geral e de salvação pública”, e os segundos, de sua aplicação. De dez em dez dias, as municipalidades prestam contas de sua atividade aos distritos, os distritos aos Comitês de governo.

Agentes nacionais permanecem ao pé de cada administração distrital, junto de cada municipalidade; os procuradores-síndicos foram suprimidos. São encarregados “de requerer e de promover a execução das leis, bem como de denunciar as negligências verificadas nessa execução, e as infrações que se possa cometer”. Os *agentes nacionais* de distrito devem “prestar contas todos os dez dias” de sua atividade aos dois Comitês de governo.

Os comitês revolucionários, antigos comitês de vigilância instituídos a 21 de março de 1793, reorganizados pela lei de 17 de setembro seguinte, constituem os órgãos de execução da lei dos suspeitos. Integrados por doze membros, à razão de um comitê por comuna (muitas aldeias jamais os possuíram), ou por seção de comuna, nas grandes cidades, os comitês revolucionários detêm, essencialmente, poderes de polícia, enviando as listas de suspeitos, procedendo a visitas domiciliares e a prisões. Os comitês revolucionários devem prestar conta de sua atividade, cada dez dias, ao Comitê de Segurança Geral.

Clubes e sociedades populares reforçam a ação governamental, pela sua vigilância revolucionária.

O Clube dos Jacobinos estende uma rede de filiais em todos os departamentos. Recrutados nas camadas médias da burguesia, na maioria das vezes adquirentes de bens nacionais, os Jacobinos são os homens da Resistência: face a todos os perigos conjugados, pretendem manter as conquistas políticas e sociais de 89; para esse fim, fizeram aliança com o povo *sans-culotte*. Partidários do liberalismo econômico, aceitaram a regulamentação e o tabelamento como medida de guerra e como uma concessão às reivindicações populares. Seu recrutamento, em seguida ao movimento da Revolução e das depurações sucessivas, democratizou-se um pouco: a proporção dos Jacobinos saídos das classes médias passou de 62%, nos anos de 1789-1792, para 57%, no período 1793-1794; a porcentagem de artífices e militares elevou-se, nas mesmas datas, de 28% para 32%, e de 10 para 11% a dos camponeses.

As sociedades fraternais, de recrutamento mais popular, reuniam os *sans-culottes*; desenvolveram-se em Paris, em seguida à fundação, pelo mestre-escola Dansard, a 2 de fevereiro de 1790, da *Sociedade fraternal dos patriotas de um e outro sexo*, que se reunia também no Convento dos Jacobinos Saint-Honoré. Essas sociedades de bairro, abertas aos pequenos, multiplicaram-se em Paris após o 10 de agosto de 1792. Quando a Convenção suprimiu, a 9 de setembro de 1793, a permanência das assembleias de seção, os militantes populares transformaram essas sociedades populares de antiga fundação em sociedades seccionárias — ou criaram novas. As sociedades seccionárias de tipo novo constituíram a organização de base do movimento popular parisiense: por seu intermédio, os militantes dirigiam a política

seccionária, controlavam as administrações, faziam pressão sobre as autoridades municipais e mesmo governamentais. Do outono à primavera do ano II, a República cobriu-se de uma rede de sociedades, densa e eficaz. Seu número é difícil de avaliar em todo o país. No Sudoeste, um momento ameaçado pela contrarrevolução, a rede parece ter sido particularmente extensa: 139 sociedades populares para 154 comunas no departamento de Vaucluse, 132 para 382 no Gard, na Drôme 258 sociedades para 355 comunas, 117 para 260 nos Baixos-Alpes; o papel dessas organizações patrióticas revelou-se preponderante na derrota infligida ao inimigo interno.

Um antagonismo afirmou-se, contudo, e rapidamente, entre os Jacobinos e suas filiais, sustentáculos da política governamental, e as sociedades seccionárias, expressão da autonomia do movimento popular no curso geral da Revolução. Após o germinal, os Comitês de governo, apoiados nos Jacobinos, empreenderam grande esforço de unificação das forças revolucionárias: a sociedade-mãe dos Jacobinos devia constituir o centro único de opinião. Sob a pressão governamental, as sociedades seccionárias parisienses teriam de se dissolver: assim, desapareceram no floreal e no prairial do ano II, 39 sociedades seccionárias. Os Comitês de governo quebraram a armadura do movimento popular — mas ao integrar à força, nos quadros jacobinos, um movimento até então autônomo, que tinha aspirações próprias e sua prática própria da democracia, os Comitês puseram à margem os *sans-culottes*. Manifestou-se, dessa forma, o antagonismo irreductível entre a *sans-culotterie* e a burguesia jacobina.

A centralização governamental foi por fim reforçada, na primavera do ano II, pela convocação dos representantes em missão nos departamentos. Investidos, a princípio, de amplos poderes, os representantes em missão tiveram sua competência limitada pelo decreto de 14 de frimário do ano II: após uma grande missão, a última, em dezembro de 1793, para aplicação do decreto, os representantes foram subordinados ao Comitê de Salvação Pública, a quem deviam enviar relatórios todos os dez dias; já não podiam delegar poderes nem levantar gente em armas ou taxas revolucionárias. A 30 de germinal (19 de abril de 1794), 21 representantes foram demitidos. O Comitê de Salvação Pública preferia utilizar seus próprios agentes: por exemplo, Jullien de Paris, filho do representante da Drôme, que denunciou os excessos de Carrier em Nantes, de Tallien em

Bordéus, e obteve que fossem advertidos. Muitas vezes o Comitê delegava um de seus membros: assim, Saint-Just à fronteira do Norte, no messidor.

A centralização não pôde, entretanto, ser levada ao seu termo. O Comitê de Salvação Pública teria de contar sempre, para isso, com a Convenção e os outros Comitês. As finanças dirigidas por Cambon lhe escapavam. O Comitê de Segurança Geral, ciumento de suas prerrogativas, mal suportava a atividade do Departamento de Polícia do Comitê de Salvação Pública: o conflito dos dois Comitês precipitou a queda do governo revolucionário. Nos departamentos, malgrado os esforços do Comitê de Salvação Pública, numerosas nuances surgiram na aplicação das medidas governamentais.

2. A "Força Coativa" e o Terror.

A vontade punitiva constituía, depois de 1789, um dos traços essenciais da mentalidade revolucionária; face ao *complot aristocrático*, afirmavam-se, como demonstrou Georges Lefebvre, a *reação defensiva* e a *vontade punitiva* das massas populares, bem como dos líderes clarividentes da Revolução. Daí, as emoções populares e os massacres; daí, também, desde 1789, os comitês permanentes, comitês de investigações, depois de segurança geral. O decreto de 11 de outubro de 1789 atribuiu ao *Castelinho de Paris* o julgamento, em última instância, dos crimes de *lesa-nação*. A 17 de agosto de 1792, foi instituído um tribunal extraordinário, dotado, dois dias após, de uma processualística expeditiva, sem possibilidade de recurso em cassação. Os massacres de setembro marcaram o ponto culminante do terror popular. Aos Girondinos repugnou o uso da repressão, mesmo legal — e o tribunal de 17 de agosto foi suprimido desde 29 de novembro de 1792.

O estabelecimento do Terror decorreu do agravamento da crise. Mas o governo revolucionário, ao estabelecer-se e reforçar-se, organizou e legalizou o Terror. A 10 de março de 1793, para prevenir novos massacres populares, o Tribunal Revolucionário foi instituído, com a atribuição de conhecer "de qualquer empresa contra-revolucionária", sendo reorganizado a 5 de setembro. Nomeado pela Convenção, julgava segundo uma processualística simplificada (o júri de acusação fora suprimido), sem apelo nem recurso em cassação. Os Comitês de Vigilância, criados a 21 de março de 1793, foram postos, pela lei dos

suspeitos de 17 de setembro seguinte, sob o controle do Comitê de Segurança Geral. Além disso, a Convenção instituiu Comissões Militares dotadas de processualística especial; assim, a 19 de março, contra os rebeldes vendeanos, a 28 contra os emigrados. Para os rebeldes, os emigrados e os refratários deportados que voltavam ao país, todos considerados fora da lei, o processo reduzia-se a uma simples constatação da identidade, e ao pronunciamento da pena de morte.

No curso desse segundo período, a intensidade do Terror variou segundo os departamentos, segundo os representantes em missão e a influência dos terroristas locais. O campo da repressão alargava-se ou retrocedia conforme as circunstâncias e a grandeza dos perigos, segundo, ainda, o temperamento dos responsáveis e a interpretação que davam aos textos legislativos. A princípio, condenaram-se os *Cordeliers*, os antigos moderados, os que protestaram contra as jornadas de 10 de agosto, ou contra as de 31 de maio-2 de junho. O agravamento da crise econômica, a aplicação da economia dirigida, multiplicaram o número de suspeitos: os ricos que entesouravam, os produtores e os comerciantes infratores do máximo. A *descristianização*, por fim, deu uma nova extensão ao Terror: a repressão recaiu sobre os padres constitucionais que se demoravam em abandonar o sacerdócio, e sobre os fiéis que se obstinavam na prática do culto.

A centralização do Terror fortaleceu-se logo após a queda das fúções e dos processos do germinal. Até então voltado contra os inimigos da Revolução, ele atingia, agora, os adversários dos Comitês de governo que apertava seu controle. Os terroristas mais notórios voltam pouco a pouco à atividade: Fouché, Barras e Fréron, Tallien, Carrier. O decreto de 27 de germinal do ano II (16 de abril de 1794), votado após o relatório de Saint-Just sobre a polícia geral e os crimes das facções, estabelece que "os acusados de conspiração serão trazidos de todos os pontos da República ao Tribunal Revolucionário em Paris". A 19 de floreal (8 de maio), os tribunais e as comissões revolucionárias estabelecidos nos departamentos pelos representantes em missão foram suprimidos. O tribunal revolucionário de Arras, criado por Lebon, manteve-se, entretanto, até 22 de messidor (10 de julho); a 21 de floreal (10 de maio), criou-se a Comissão Popular de Orange — exceções comandadas pelas circunstâncias.

O *Grande Terror* resultou da lei de 22 de prairial do ano II (10 de junho de 1794) e se explica pelas circunstâncias do momento. A 1.º de prairial (20 de maio), Collot d'Herbois fora alvejado a tiros por um certo Admirat; no dia 4 (23 de maio), prendeu-se Cécile Renault, que parecia querer visar Robespierre: ela afirmou suas convicções contra-revolucionárias. Dessa forma, manifestava-se sempre o *complô aristocrático*, afirmava-se a permanência da contra-revolução, à véspera da entrada em campanha. Uma vaga terrorista sublevou as seções parisienses, a paixão punitiva se desencadeou; o tempo, aliás, caracterizava-se pelas reações espontâneas. O Terror foi simplificado e fortalecido: "Não se trata de dar alguns exemplos — declarou Couthon, relator da lei de 22 de prairial — mas de exterminar os implacáveis satélites da tirania."

A defesa e o interrogatório prévio dos acusados foram suprimidos: os jurados deviam contentar-se com as provas morais, o tribunal só tinha de escolher entre a absolvição e a morte. A definição dos inimigos da Revolução foi consideravelmente ampliada: "Trata-se menos de puni-los do que de aniquilá-los". O artigo 6 enumerava as diversas categorias de pessoas reputadas inimigas do povo:

inimigos da República
"Os que participaram de projetos dos inimigos da França, perseguindo e caluniando o patriotismo; os que tentaram inspirar o desalento, depravar os costumes, alterar a pureza e a energia dos princípios revolucionários; todos os que, por qualquer meio e em qualquer lugar, tenham atentado contra a liberdade, a unidade, a segurança da República, ou agido no afã de impedir-lhe o estabelecimento."

Durante esse último período, a prática da *amalgama* generalizou-se: a noção ampliada de *complô aristocrático* permitiu inculpar no mesmo processo acusados sem relação entre si, mas julgados solidários em suas manobras contra a nação. O amontoamento de suspeitos nas prisões parisienses, mais de 8.000, fez crer numa revolta dos detidos. As *conspirações das prisões*, atestadas por qualquer indício, mas consideravelmente exageradas, justificaram três *fornadas* em junho, sete em julho, saídas das principais casas de detenção: Bictre, o Luxemburgo, os Carmelitas, Saint-Lazare. De março de 1793 a 22 de prairial do ano II, 1.251 pessoas haviam sido executadas em Paris; 1.376

10 de junho de 1794

foram gullhotnadas da lei do Grande Terror a 9 de termidor. "As cabreças tombam como ardósias", segundo a expressão de Fouquier-Tinville, acusador público do Tribunal Revolucionário.

O balanço do Terror deve ser, contudo, diversificado. O número de suspeitos detidos é avaliado, por uns, em cerca de 100.000; a cifra de 300.000 não parece inverossímil a outros. O número de mortos é estimado por Donald Greer entre 35.000 e 40.000, considerando-se, inclusive, as execuções sem julgamento, como em Nantes e em Toulon. O número de sentenças capitais pronunciadas pelo Tribunal Revolucionário e as diversas jurisdições excepcionais elevou-se, segundo as estatísticas levantadas por aquele historiador, a 16.594; de março a setembro de 1793, 5113 condenações; de outubro de 1793 a maio de 1794, 10.812; de junho a julho, 2.554; em agosto de 1794, 86. Examinando-se a distribuição regional, se 16% das condenações capitais foram pronunciadas em Paris, 71% referem-se às principais regiões onde lavrou a guerra civil: 19% no Sudoeste, 52% no Oeste. Os motivos de condenação coincidem com essa distribuição regional; em 78% dos casos, as condenações eram pronunciadas por traição ou rebelião. Os fatos de opinião (agitação refratária, federalismo, *conspirações*) motivaram 19% das condenações, os delitos de ordem econômica (fabricação de falsos *assignats*, concussão), apenas 1%. Quanto à composição social, 44% dos condenados provinham do antigo Terceiro Estado (burgueses, 25%; camponeses, 28%; *sans-culottes*, 31%), 11,5% apenas da nobreza e 6,5% do clero. "Mas em luta semelhante — faz notar Georges Lefebvre — os transfugas tiveram menos cuidados do que os adversários originais."

O Terror constituiu-se, portanto, num instrumento essencialmente de defesa nacional e revolucionária contra os rebeldes e os traidores. Como a guerra civil de que não é senão um aspecto, o Terror excluiu da nação os elementos socialmente inamalgamáveis, porque aristocráticos ou ligados à aristocracia. O Terror conferiu aos Comitês de governo a *força coativa* que lhes permitiu restaurar a autoridade do Estado e impor a todos a regra da salvação pública. Contribuiu para desenvolver o sentimento de solidariedade nacional, fazendo silenciar por um momento os egoísmos de classe. Permitiu, em particular, a imposição da economia dirigida, necessária ao esforço de guerra e à salvação do país. Nesse caso, constituiu um fator de vitória.

3. *A Direção da Economia.*

A instauração da economia dirigida deveu-se às exigências da defesa nacional. Tratava-se de alimentar, vestir, equipar, armar os homens recrutados em massa, abastecer as populações das cidades, quando o comércio exterior fora paralisado pelo bloqueio e a França era como uma praça sitiada. Dessa forma, o governo revolucionário viu-se forçado, desde o verão de 1793, a assegurar pouco a pouco a direção da economia.

A requisição pesava sobre todos os recursos materiais do país. A lei de 26 de julho de 1793, aplicando a pena de morte contra os açambarcadores, impôs aos produtores e aos comerciantes a declaração de seus estoques, e instituiu, para verificá-los, os *comissários dos depósitos de gêneros*. O camponês entregava seus cereais, suas forragens, sua lã, seu cânhamo; o artífice, os produtos de seu trabalho. Em certas circunstâncias excepcionais, os civis davam armas, calçados, cobertores ou lençóis; Saint-Just requisitou, por exemplo, em Estrasburgo, a 10 de brumário do ano II (31 de outubro de 1793), 5.000 pares de sapatos, 1.500 camisas, e a 24 (14 de novembro), 2.000 leitos, entre os ricos da cidade, para os feridos. As matérias-primas eram procuradas, reunidas: metais, cordoalha, pergaminhos para os cartuchos de balas de canhão, terras salitrosas... Os sinos das igrejas foram descidos e enviados à fundição para o aproveitamento do bronze. Todas as empresas trabalhavam para a nação, sob o controle do Estado, a fim de elevar a produção ao máximo e aplicar as técnicas novas reveladas pelos sábios que o Comitê de Salvação Pública mobilizara. A requisição limitava a liberdade de empresa.

O tabelamento constituiu o complemento necessário da requisição. O decreto de 4 de maio de 1793 instituiria o máximo de cereais e de farinhas; na verdade, porém, não foi aplicado. O de 11 de setembro o restabeleceu. O decreto de 29 de setembro impôs o *máximo geral* dos gêneros de primeira necessidade (os preços de 1790 aumentados de um terço), que os distritos deviam fixar, e o dos salários (os índices de 1790 acrescidos da metade), deixado aos cuidados das municipalidades. Para executar a nova legislação e fiscalizar-lhe a aplicação, a Convenção criou em 6 de brumário do ano II

(27 de outubro de 1793) uma Comissão de Gêneros Alimentícios subordinada ao Comitê de Salvação Pública. A Comissão empreendeu vasto trabalho de regularização e publicou em 2 de ventoso (20 de fevereiro de 1794) a tarifa do máximo nacional em vez da produção: cada distrito devia acrescentar as despesas de transporte (4 *sous* e 6 dinheiros por légua de posta, para os cereais e farinhas), o lucro do atacadista (5%) e o do varejista (10%). Assim, o máximo impunha margens de lucro, freava o espírito de especulação e limitava a liberdade do ganho.

A nacionalização da economia afetou em graus diversos a produção e o comércio exterior, mas em função, sobretudo, das necessidades dos exércitos; o Comitê de Salvação Pública se absteve, com efeito, de nacionalizar o abastecimento à população civil. Esse sistema de produção e de troca, que limitava a liberdade econômica, reyes-tia-se evidentemente de um valor social aos olhos dos *sans-culottes*. Entretanto, o Comitê de Salvação Pública só enveredou pelo caminho da economia dirigida sob o império das necessidades: para ele, isso não passava de um expediente de defesa nacional e revolucionária, a burguesia continuando firmemente hostil à nacionalização que limitava a liberdade econômica.

A produção foi em parte nacionalizada, seja diretamente pela criação de manufaturas do Estado, seja indiretamente pelo fornecimento de matérias-primas aos fabricantes, pela regulamentação e controle, pela requisição e tabelamento. A indústria dos armamentos recebeu impulso enérgico com o crescimento de manufaturas nacionais de armas e de munições; como exemplos, a grande manufatura de fuzis e de armas brancas de Paris, as criadas por Lakanal em Bergerac, por Noël Pointe em Moulins, bem como a fábrica de pólvora de Grenelle, em Paris. O Comitê de Salvação Pública evitou, no entanto, multiplicar as manufaturas do Estado (Carnot lhes era hostil), recorrendo-se a nacionalizar as minas.

O comércio exterior foi nacionalizado durante alguns meses. A Comissão de Gêneros Alimentícios disso se encarregara desde novembro de 1793, enviando agentes ao estrangeiro, requisitando os navios mercantes, estabelecendo empórios nacionais nos portos. Para financiar o comércio com os neutros e assegurar o pagamento das compras efetuadas em Hamburgo, na Suíça, em Gênova, nos Estados Unidos, a Comissão requisi-to

para exportação os vinhos e as aguardentes, as sedas e os linhos; em 6 de nivoso do ano II (26 de dezembro de 1793), Cambon fez requisitar as divisas estrangeiras ao par. Após a execução de Hébert, o controle do comércio exterior se relaxou. Desde 23 de ventoso (13 de março de 1794), facilidades foram concedidas aos negociantes: para assegurar o abastecimento e a produção, o governo procurou doravante a colaboração do grande comércio. Os negociantes dos portos foram agrupados em *agências comerciais*, os agentes da Comissão chamados à França. Essa evolução, conforme os interesses da burguesia comerciante e industrial, só podia suscitar a oposição dos *sans-culottes*.

O abastecimento à população civil não chegou a ser diretamente nacionalizado. A Comissão de Gêneros Alimentícios, tornada, a 12 de germinal do ano II (1º de abril de 1794), Comissão do Comércio e do Aproveitamento, usou de seu direito de requisição essencialmente no benefício dos exércitos, preocupando-se pouco com os consumidores civis: o fraco desenvolvimento da concentração capitalista, a ausência de estatísticas gerais, não permitiam fixar-se exatamente as necessidades da produção e estabelecer uma carta nacional de abastecimento. Aos distritos reverteu, portanto, o cuidado de lançar as requisições para aprovisionar as tropas; às municipalidades, o de fiscalizar os moageiros, regulamentar o fabrico do pão, estabelecer o racionamento. Em muitas cidades, o fabrico do pão foi totalmente municipalizado, como em Troyes; mais raramente, como em Clermont-Ferrand, os açougues. Quanto aos outros produtos, salvo o açúcar e o sabão, a Comissão de Gêneros Alimentícios deles se desinteressou, contentando-se com a publicação do máximo, e o Comitê de Salvação Pública chegando a interditar qualquer requisição às autoridades locais. Em vão os *sans-culottes* tentaram impor o respeito à tabela pelos comerciantes, através da fiscalização revolucionária: o mercado clandestino, em particular os produtos hortigranjeiros, se desenvolveu consideravelmente. Os comissários de depósitos de gêneros foram suprimidos a 12 de germinal do ano II (1º de abril de 1794). Cuidando, agora, dos produtores, agricultores e artífices, bem como dos comerciantes, o Comitê de Salvação Pública teria de afrouxar pouco a pouco o controle sobre o abastecimento aos civis, malgrado as recriminações dos *sans-culottes*. Finalmente, o Comitê tolerou a violação do máximo dos gêneros, salvo o caso do pão.

Uma política econômica nova se esboçava, portanto, na primavera de 1794, enquanto se afirmava o divórcio do governo revolucionário e do movimento popular. O Comitê de Salvação Pública, sensível às aspirações das classes médias, fazia marcha à ré, tranquilizava os comerciantes, amolecia os controles e a legislação. A direção da economia resultou essencialmente em benefício das tropas e do Estado. Não poderia escapar ao Comitê que a aplicação do máximo constituía um fator de dissociação do velho Terceiro Estado: enquanto a burguesia e a massa rural proprietárias não suportavam sem repugnância a economia dirigida, os artífices e os lojistas exigiam a aplicação do máximo aos gêneros, mas se indignavam se a ele eram submetidos.

O máximo salarial irritava, porém, os operários. O recrutamento em massa e o esforço de guerra, tornando rara a mão-de-obra, permitiam-lhes a obtenção de reajustamentos. Muitas comunas, a de Paris em particular, jamais publicaram as tabelas de salários; o Estado, porém, as aplicava estritamente em suas manufaturas, recusando qualquer derrogação aos trabalhadores. Após o drama do germinal, a nova Comuna de Paris reprimiu todas as tentativas de coalizão e o Comitê de Salvação Pública adotou uma atitude de resistência a respeito dos assalariados: julgava que o edifício econômico e financeiro repousava sobre o duplo máximo, que o abandono do mesmo ameaçaria o desmoronamento do sistema e a ruína do *assignat*. As greves foram reprimidas. Com a aproximação da colheita, os trabalhadores agrícolas foram requisitados e seus salários fixados. A 5 de termidor (23 de julho), a Comuna de Paris publicou, enfim, o máximo salarial, que correspondia, na verdade, para muitas profissões, a uma baixa autoritária do preço das jornadas diárias de trabalho. Assim, o descontentamento dos operários aumentou, ao deles juntando-se o dos camponeses acabrunhados pelas requisições, dos comerciantes irritados pelos tabelamentos, dos rendeiros arruinados pela desvalorização do *assignat*.

Entretanto, o balanço da economia dirigida não pode ser considerado negativo. Ela permitiu alimentar e equipar os exércitos da República; sem ela, não se podia conceber a vitória. Graças a ela, ainda, as classes populares urbanas puderam assegurar o pão quotidiano. O retorno à liberdade econômica as fez cair, no ano III, numa miséria atroz.

4. *A Democracia Social.*

O ideal de uma democracia social foi pontilhado, com algumas poucas nuances, pelas massas populares e pela média burguesia revolucionária. Que a desigualdade das riquezas reduz os direitos políticos a uma vã aparência, que para a origem da desigualdade entre os homens não concorre apenas a Natureza, mas também a propriedade privada — eis um tema banal da filosofia social do século XVIII. Raros eram os que chegavam à idéia de subverter a ordem social pela abolição da propriedade privada. “A igualdade dos bens é uma quimera”, declarou Robespierre na Convenção, a 24 de abril de 1793. Como todos os revolucionários, ele condenava a *lei agrária*, isto é, a divisão das propriedades. A 18 de março precedente, a Convenção, por unanimidade, decretara a pena de morte contra os partidários da lei agrária. Mas Robespierre não deixava de notar, nesse mesmo discurso, que “a extrema desproporção das fortunas constitui a fonte de muitos males e muitos crimes”. *Sans-culottes* e Montanheses se manifestaram hostis à “opulência”, ao *grosso*, à riqueza excessiva. O ideal comum era uma sociedade de pequenos produtores independentes, camponeses e artífices, possuindo cada um seu campo, sua loja ou sua barraca, capaz de alimentar a família sem recorrer ao trabalho assalariado. Ideal ajustado à França popular do fim do século XVIII, conforme as aspirações do pequeno camponês e do diarista agrícola, do artífice e do operário associado, bem como do lojista. Ideal em harmonia com as condições econômicas da maioria dos produtores da época, mas que se afirmava em contradição com a liberdade de produção também reclamada, a qual levava à concentração capitalista.

A formulação mais precisa desse ideal social foi dada ao mesmo tempo pelos militantes seccionários parisienses e pelos robespierristas.

A 2 de setembro de 1793, reclamando o máximo dos gêneros e uma majoração salarial, a Seção dos *Sans-Culottes*, outrora do Jardim das Plantas, declara que “a propriedade não tem por base senão o conjunto das necessidades físicas”; pedia à Convenção que decretasse “que o *máximo* das fortunas seja fixado; que o mesmo indivíduo não possa ter mais de um *máximo*; que ninguém possa possuir, para aluguel, maior quantidade de terras do que a necessária para um número determinado de arados; que o mesmo cidadão não possa ter mais de uma oficina, mais de uma loja.”

Robespierre, no entanto, desde 2 de dezembro de 1792 subordinara o direito de propriedade ao direito à vida: "O primeiro direito é o de existir; a primeira lei social é, portanto, a que garante a todos os membros da sociedade os meios de existir; todos as outras derivam daquela." A 24 de abril de 1793, em seu discurso sobre uma nova Declaração dos Direitos, Robespierre apertou o passo e fez da propriedade não mais um direito natural, e, sim, um direito definido pela lei:

"A propriedade é o direito que todo cidadão tem de gozar e de dispor da porção de bens que lhe é garantida pela lei."

Saint-Just precisa com clareza essa orientação social: "Não temos necessidade de possuir ricos e pobres; a opulência é uma infâmia." Em seus *Fragments d'Institutions républicaines*, ele mantém a propriedade em limites estreitos, pela abolição da liberdade de fazer testamento e da partilha igual das sucessões em linha direta, pela interdição da herança em linha indireta e o retorno ao Estado dos bens dos cidadãos sem parentes diretos. O objetivo dessa legislação social é

"dar a todos os franceses os meios de obter as necessidades básicas da vida, sem depender de outra coisa que das leis, e sem dependência mútua no estado civil."

Ou ainda: "É preciso que o homem viva independente." Assim, era restaurada, no pensamento republicano, a noção de direito social: a comunidade nacional, investida do direito de controle sobre a organização da propriedade, intervém para manter uma igualdade relativa pela reconstituição da pequena propriedade, à medida que a evolução econômica tende a destruí-la, a fim de prevenir a reconstituição do monopólio da riqueza bem como a formação de um proletariado dependente.

A legislação montanhesa originou-se desses princípios. As leis de 5 de brumário do ano II (26 de outubro de 1793) e de 17 de nivoso (6 de janeiro de 1794) asseguraram a divisão dos patrimônios pela igualdade absoluta dos herdeiros, inclusive os filhos naturais, com efeito retroativo a partir de 14 de julho de 1789. Não bastava assegurar a partilha igual das heranças; faltava ainda tornar proprietários os que não o eram. Daí, a divisão em pequenos lotes, prescrita a 3 de junho de 1793, dos

bens dos emigrados postos à venda, os pagamentos dos mesmos escalonados em dez anos — estipulações que foram estendidas, a 2 de frimário do ano II (22 de novembro de 1793), a todos os bens nacionais. A lei de 10 de junho de 1793 autorizou a partilha gratuita dos bens comunais, por habitante. Se o loteamento permitiu a um certo número de camponeses aumentar suas propriedades ou tornar-se proprietários, a maioria, contudo, não tirou proveito algum dessa legislação. A abolição pura e simples dos direitos feudais, a 17 de julho de 1793, causou o desaparecimento da solidariedade camponesa: a dissociação do mundo rural acelerou-se; a massa camponesa proprietária e a grande exploração, pressionadas pelas necessidades da mão-de-obra, só podiam ser hostis ao acesso dos trabalhadores agrícolas à propriedade e à transformação dos proletários rurais em produtores independentes. Os decretos de 8 e 13 de ventoso do ano II (26 de fevereiro e 3 de março de 1794) marcaram a vontade dos robespierristas de ir mais longe e dar alguma satisfação aos *sans-culottes* pobres: os *patriotas indigentes* seriam indenizados pela confiscação e distribuição dos bens dos suspeitos. Mas embora Saint-Just se referisse, em seu relatório, à cessão gratuita dos bens, não a abordou no decreto; as modalidades de execução jamais foram determinadas. Na realidade, os decretos do ventoso não podiam resolver o problema agrário. Adeptos até à última fibra da liberdade econômica, os robespierristas, a exemplo dos Montanheses, recusavam-se a intervir nas questões agrárias: surdos uns e outros às reivindicações dos camponeses pobres, não tiveram em mira jamais a reforma do sistema meeiro, ou a divisão das grandes fazendas em pequenas explorações — e foram incapazes de conceber um programa agrário de acordo com as aspirações dos *sans-culottes* dos campos.

A legislação social propriamente dita inscreve-se na linha das tentativas da Assembléia Constituinte, e ao mesmo tempo as ultrapassa. Os decretos de 19 de março e 28 de junho de 1793 instituíram auxílios para os indigentes, para as crianças, para os velhos. A Declaração dos Direitos, de 24 de junho de 1793, reconheceu no artigo 21 que “os auxílios públicos constituem dívida sagrada”. O direito à assistência foi sancionado pela lei de 22 de floreal do ano II (11 de maio de 1794), que adotou o princípio da segurança social e abriu, em cada departamento, um *livro da beneficência nacional*: ali seriam inscritos os velhos e os enfermos dos campos, as mães e as viúvas

com filhos — uns e outros receberiam uma pensão anual e auxílios, e se beneficiariam da assistência médica gratuita a domicílio.

“Que a Europa saiba que não desejais ver um só infeliz ou oprimido no território francês — declarara Saint-Just, a 13 de ventoso do ano II (3 de março de 1794). — Que este exemplo frutifique sobre a terra; que propague o amor às virtudes e a felicidade. A felicidade é uma idéia nova na Europa!”

5. 1 Moral Republicana.

A virtude, segundo Robespierre, a 17 de pluvioso do ano II (5 de fevereiro de 1794), constitui o princípio e a força do governo popular:

“Refiro-me a essa virtude mágica que operou tantos prodígios na Grécia e em Roma...; essa virtude que não é outra coisa senão o amor à pátria e às suas leis.”

A virtude é o corretivo do Terror. O Comitê de Salvação Pública, que agia duramente contra os revolucionários prevaricadores, convocou os terroristas de proa. Se não atuara com mão de ferro no caso da descristianização, é que pretendia purificar e aperfeiçoar o culto cívico que se instalara um pouco por toda parte, pretendia unificá-lo: era preciso fortificar, através da instrução pública e do culto republicano, o sentimento cívico das massas.

A instrução pública foi reconhecida como um dos direitos do homem, pelo artigo 22 da Declaração de 24 de junho de 1793. É concebida essencialmente como uma educação nacional, uma instituição cívica, que ensina aos cidadãos, segundo a seção parisiense dos Direitos do Homem, a 14 de julho de 1793, “a regra de seus deveres e a prática das virtudes”: cuidava-se, antes de tudo, de desenvolver o espírito público e fortificar a unidade nacional. A 21 de outubro de 1793, a Convenção votou um decreto instituindo escolas primárias do Estado, nas quais o programa combinava à cultura do espírito e à do corpo, a moral e a ginástica — teoria e prática. Imediatamente posto em discussão, esse decreto foi substituído pelo de 29 de frimário do ano II (19 de dezembro de 1793),

que ordenava a criação de escolas primárias obrigatórias, gratuitas e laicas, segundo um sistema controlado pelo Estado, porém descentralizado, que se adaptava bem à mentalidade popular. Devotado, no entanto, aos problemas da guerra, o governo revolucionário negligenciou a aplicação dessa lei, malgrado as reclamações populares; faltavam-lhe tempo e dinheiro. A organização de um culto cívico não se tornou mais necessária.

Os cultos revolucionários desenvolveram-se desde a origem da Revolução: a Federação de 14 de Julho de 1790 constituiu uma de suas primeiras e mais grandiosas manifestações. As festas cívicas se multiplicaram — arte nova à qual David devia prestar todos os recursos de seu gênio. A 10 de agosto de 1793, tornou-se célebre, em Paris, a festa da Unidade e da Indivisibilidade, preparada por David. Quando do movimento de descristianização, o culto da Razão substituiu nas igrejas, no outono de 1793, o culto católico e se transformou logo em culto semanal na base do civismo e da moral republicana.

O culto do Ser Supremo, cujo promotor foi Robespierre, pretendia fundar a doutrina republicana sobre alicerces metafísicos. Da educação colegial, Robespierre recebeu formação espiritualista; discípulo de Rousseau, tinha horror ao sensualismo de Condillac e mais ainda ao materialismo ateu de filósofos como Helvétius, cujo busto ele fez queimar nos Jacobinos. O Incorrupível acreditava na existência de Deus, na existência da alma e da vida futura; sua declaração nos Jacobinos, a 26 de março de 1792, não deixa dúvida a esse respeito. Encarregado de apresentar um relatório sobre as festas semanais, Robespierre, no relatório de 18 de floreal do ano II (7 de maio de 1794), lhes atribuiu o objetivo de desenvolver o civismo e a moral republicana:

“O fundamento único da sociedade civil é a moral...

A imoralidade é a base do despotismo, como a virtude é a essência da República... Reavivai a moral pública. Comandai à vitória, mas submergi, sobretudo, o vício no nada.”

Mas, cuidando simultaneamente, por convicção pessoal e política, de dar ao povo um culto que lhe orientasse os hábitos e consolidasse a moral, Robespierre prosseguiu:

“Aos olhos do legislador, tudo o que é útil ao mundo e bom na prática é verdadeiro... A idéia do Ser Supremo é um apelo contínuo à justiça; portanto, trata-se de uma idéia social e republicana.”

O artigo primeiro do decreto de 18 de floreal proclama que “o povo francês reconhece a existência do Ser Supremo e a imortalidade da alma”. Quatro grandes festas republicanas foram instituídas, em glória das grandes jornadas da Revolução (14 de julho de 1789, 10 de agosto de 1792, 21 de janeiro e 31 de maio de 1793); o último dia da semana seria consagrado a uma virtude cívica ou social.

A festa do Ser Supremo e da Natureza inaugurou o novo culto, a 20 de prairial do ano II (8 de junho de 1794). Eleito presidente da Convenção alguns dias antes, Robespierre a presidiu, com um ramalhete de flores e de pendões de trigo na mão. Em meio a grande multidão, o cortejo magnífico, organizado por David, evoluiu do Jardim Nacional das Tulherias ao Campo de Marte, aos acordes da música majestosa de Gossec e de Méhul. A festa de 20 de prairial causou impressão profunda nos assistentes e no estrangeiro. O empregado Girbal, da seção Guilherme Tell, nota em seu jornal:

“Não acredito que a história ofereça exemplo de uma jornada semelhante. Foi sublime, para o físico e para o moral... As almas sensíveis dela conservarão lembrança eterna.”

E o contra-revolucionário Mallet du Pan: “Acreditava-se verdadeiramente que Robespierre fosse fechar o abismo da Revolução.”

Falhou, no entanto, o objetivo político que Robespierre perseguia pela instauração do culto do Ser Supremo. Nas circunstâncias da primavera do ano II, e após os dramas do germinal, o decreto de 18 de floreal tendia a reunir na mesma fé e na mesma moral a unidade das diversas categorias sociais que até então haviam apoiado o governo revolucionário e que os antagonismos de classe atiravam agora umas contra as outras. Incapaz de analisar as condições econômicas e sociais, Robespierre cria no valor todo-poderoso das idéias e dos apelos à virtude. Na realidade, o culto do Ser Supremo engendrou, e no próprio seio do governo revolucionário, um novo conflito: partidários da descristianização violenta, bem

como partidários da laicização completa do Estado, não perdoaram a Robespierre o decreto de 18 de floreal do ano II.

6. *O Exército Nacional.*

É em função da guerra que o governo revolucionário fora organizado e sua autoridade sancionada pelo Terror; é para alimentar e equipar os exércitos da República que a economia dirigida fora adotada; é porque o povo se entrega todo ao combate que a democracia social se empenha em melhorar-lhe a sorte e a moral republicana em fortificar-lhe o civismo. “A revolução é a guerra da liberdade contra seus inimigos”, declarara Robespierre. Ao exército do ano II o governo revolucionário consagrou toda a energia.

Os efetivos ultrapassavam, na primavera de 1794, um milhão de homens divididos em doze exércitos. Sua origem era diversa: regimentos de linha, batalhões de voluntários e convocados no recrutamento dos 300.000 homens e no recrutamento em massa, que o *amalgama* e a *arregimentação* decretados a 21 de fevereiro de 1793 e aplicados durante o inverno de 1793-1794, foram reagrupados em meias-brigadas. O exército fora assim “nacionalizado”.

Os quadros haviam sofrido depurações e renovações. A Convenção adotou o princípio de eleição dos chefes, já em vigor na guarda nacional, mas temperado com o direito de antiguidade. Após a lei de 21 de fevereiro de 1793, os soldados elegiam seus caporais. Para os dois terços dos graus superiores, designavam três candidatos, entre os graduados de grau inferior, ao posto de mando; os graduados da mesma fileira escolhiam o promovido; um terço dos graus era atribuído à antiguidade. Os generais eram nomeados pelo poder executivo, um terço por antiguidade, dois terços por escolha. “A eleição dos chefes particulares dos corpos é direito de cidadania do soldado — declarara Saint-Just a 12 de fevereiro de 1793. — A eleição de generais é direito de nacionalidade.” Na realidade, o Comitê de Salvação Pública avocou a si direitos amplos na matéria, delegando muitas vezes poderes aos representantes em missão, que intervinham, assim, na formação dos quadros militares. Entretanto, o princípio de eleição nas graduações subalternas foi sempre respeitado. O crivo dessa seleção forneceu, pouco a pouco, um estado-maior sem igual:

Marecau, Hoche, Kléber, Masséna, Jourdan e muitos outros, rodeados de quadros sólidos pelas qualidades militares e pelo civismo. Para formar novos quadros, o decreto de 13 de prairial do ano II (1.º de junho de 1794) organizou a *Escola de Marte*; os jovens de cada distrito eram enviados ao Campo de Marte "a fim de receber, para uma educação revolucionária, todos os conhecimentos e os hábitos de um soldado republicano".

A disciplina fora restabelecida. "Amai a disciplina que leva à vitória, proclamava Saint-Just ao exército do Reno, no *hannario* do ano II. A 27 de julho de 1793, a Convenção decretou a pena de morte contra os saqueadores e os desertores — mas, na realidade, os tribunais militares, impiedosos em relação aos emigrados e aos rebeldes, souberam mostrar-se clementes para os soldados. Sobretudo, o governo revolucionário manteve o caráter democrático do exército: "Não é apenas do número e da disciplina dos soldados que deveis esperar a vitória — declarou Saint-Just, a 12 de fevereiro de 1793; — só a obtereis em razão dos progressos que o espírito republicano fizer no exército." A educação política do soldado desenvolvia-se paralelamente à sua educação militar. Os soldados do ano II freqüentavam os clubes, liam a imprensa patriota. Um cálculo feito a 26 de ventoso do ano II (16 de março de 1794) deu a lista dos jornais enviados aos diversos exércitos da República por Bouchotte, o ministro *sans-culotte* da Guerra: à frente, *Le Père Duchesne*, em seguida *Le Journal des Hommes libres*, de Charles Duval, *Le Journal de Montagne*, órgão do Clube dos Jacobinos, *L'Antifédéraliste*, de Jullien de la Drôme. O exército do ano II era um exército revolucionário que combatia pelo fim do privilégio, abolição do feudalismo, desaparecimento do despotismo; o inimigo era o contra-revolucionário, o padre refratário, o emigrado, tanto quanto o inglês, o prussiano ou o austriaco. Ao identificar a República com a igualdade e a liberdade, o Comitê de Salvação Pública logrou convencer os soldados-cidadãos e os combatentes à obediência.

O comando militar foi intimamente subordinado ao poder civil: o exército não sendo mais que o instrumento de uma política, a condução da guerra tornou-se, para o governo revolucionário, prerrogativa essencial do poder civil. O artigo 110 da Constituição de 24 de junho de 1793 estipulava: "Não há posto de generalíssimo." La Fayette e Dumouriez haviam traído — e, em consequência, o Comitê de Salvação Pública

passou a assegurar a obediência dos generais pelo Terror: Custine, Houchard e outros foram enviados à guilhotina, a negligência ou a incapacidade parecendo provas de incivismo. Os discursos de Saint-Just, que acompanhava de perto as questões militares, abundam em máximas desse gênero: "Só se fará o elogio dos generais no fim da guerra"; "o generalato participa ainda da natureza da monarquia." Em uma circular célebre, o Comitê de Salvação Pública comentava a intenção dos generais, o decreto de 14 de frimário do ano II, constitutivo do governo revolucionário:

"Num Estado livre, o poder militar é o que deve ser mais subordinado; é uma alavanca passiva que move a vontade geral... Generais, o tempo da desobediência já passou."

No próprio teatro das operações militares, o controle do poder civil se exercia através de representantes em missão, cujos poderes, em verdade ilimitados, foram definitivamente fixados a 30 de março de 1793. Na véspera da campanha de 1794, Billaud-Varenne lançava ainda, a 1.º de floreal do ano II (20 de abril de 1794), essa advertência à Convenção:

"Quando se têm doze exércitos em ação, não são apenas as defeições que se devem temer e prevenir; a influência e a ambição de um chefe constituem fato igualmente perigoso. A história nos ensina que isso fez as Repúblicas perigarem... O governo militar é o pior depois da teocracia."

A tática e a estratégia foram transformadas em função das novas necessidades políticas e sociais. Nutridos, equipados e armados graças à mobilização material que afinal dava seus frutos, as tropas da República, agrupadas em regimentos e divisões, possuíam agora a vantagem numérica. Sem dúvida o armamento era idêntico ao do velho regime: o fuzil modelo 1777, de um tiro preciso a 100 metros, a artilharia de Gribeauval, principalmente os canhões que atiravam balas de quatro libras a 400 metros. Mas, "a arte militar da monarquia não nos convém mais... — declarou Saint-Just, a 10 de outubro de 1793. — O sistema de guerra dos exércitos franceses deve ser a ordem de choque."

A tática nova foi imposta devido ao defeito de instrução da tropa: os soldados do ano II combatiam geralmente como

atiradores, utilizando o terreno, depois carregando em massa, à baioneta. A coluna tornou-se, afinal, a formação tática por excelência dos exércitos republicanos, mais fácil de manter em ordem e de conduzir do que a formação linear tradicional. A unidade tática nova aperfeiçoou-se em 1794: a divisão, formada de duas brigadas de infantaria, dois regimentos de cavalaria, uma bateria de artilharia, ou seja, de 8 a 9 mil homens.

A estratégia também se renovou pela necessidade de utilizar as massas de homens disponíveis; mas a velha prática da guerra de cerco persistiu, as praças fortes constituindo os pontos de apoio e a base das operações. Carnot preconizou o ataque ininterrupto renovado pelas massas concentradas em pontos decisivos — método em que a energia e o encarniçamento sobrepujavam a ciência militar. A 14 de pluvioso do ano II (2 de fevereiro de 1794), o Comitê de Salvação Pública precisou a doutrina:

“As regras determinam a ação sempre em massa e ofensivamente, aplicação de disciplina severa mas não detalhada nos exércitos, tropas sempre de prontidão, mas sem extenuá-las — e só montar guarda nos lugares absolutamente indispensáveis; ...travar sempre o combate à baioneta e perseguir o inimigo até sua destruição completa.”

A 8 de praial (27 de maio de 1794): “Sejais atacantes, sempre atacantes.” A 4 de frutidor (21 de agosto de 1794), por fim: “Assustai como o clarão e feri como o raio.” Rapidez de movimentos, energia no ataque, encarniçamento no campo de batalha constituíam, mais que a habilidade das manobras, as razões do sucesso.

Em junho de 1794, a vitória sorriu — fruto dos esforços gigantescos do governo revolucionário. Mas, na mesma ocasião, a crise política reabriu-se e o pessoal do governo se dividiu.

III

O 9 de Termidor do Ano II (27 de julho de 1794)

Pelo fim da primavera de 1794 as dificuldades que o Comitê de Salvação Pública encontrava na Convenção e em

Paris se acentuaram: o divórcio entre o movimento popular e o governo revolucionário afirmou-se, enquanto a oposição se recompunha na Assembléia. E isso quando o agravamento das dificuldades econômicas tornava o Terror ainda necessário ao regime, mas a vitória enfim alcançada dificultava a legitimação do mesmo.

1. *A Vitória da Revolução (maio-julho de 1794).*

A política externa do Comitê de Salvação Pública foi essencialmente uma política de guerra. A política de negociações de Danton, sendo abandonada, favoreceu, no interior, os Indulgentes, e contribuiu para libertar as energias nacionais. O Comitê nada fez para explorar as divisões dos coligados ou para apoiar os poloneses sublevados com o apelo de Kosciuszko. Mas o Comitê de Salvação Pública conquistou os neutros. Após o relatório de Robespierre *sobre a situação política da República* (27 de brumário do ano II — 18 de novembro de 1793), a Convenção proclamou a vontade de respeitar os interesses das potências neutras, manifestando seus “sentimentos de equidade, de benevolência e de estima” aos Cantões suíços e aos Estados Unidos. Estava finda a guerra de propaganda.

Na fronteira do Norte, o dispositivo militar da República, às vésperas da entrada em campanha, comportava três exércitos, face às tropas de Cobourg escalonadas desde o mar a Namur. O exército do Norte, 150.000 homens sob o comando de Pichegru, devia atacar em Flandres, em direção de Ypres; o exército das Ardenas, 25.000 homens, em direção de Charleroi; o exército da Mosela, 40.000 homens, sob o comando de Jourdan, em direção de Liège. Pichegru manobrou mal e não pôde impedir Cobourg de tomar Landrecies; mas o derrotou em Tourcoing, em 29 de floreal do ano II (18 de maio de 1794), libertando a fronteira do Escaut até ao mar. Reagrupando os exércitos das Ardenas e da Mosela, e reforçando-os com 90.000 homens sob o comando de Jourdan, secundado por Saint-Just (este tornou-se logo o exército de Sambre-et-Meuse), o Comitê de Salvação Pública lançou-o contra Charleroi, que capitulou a 7 de messidor (25 de junho de 1794). No mesmo instante, Cobourg, batido em Ypres por Pichegru, recuava. Para salvaguardar a retaguarda, ele atacou Jourdan diante de Charleroi, em Fleurus, a 8 de messidor (26 de junho de

1794): após uma dura jornada, foi batido. Saint-Just tivera papel preponderante na vitória, atirando sem cessar as colunas ao assalto — mas recusou-se a dar conta disso à Convenção:

“Amo muito as notícias de vitórias, mas não quero que elas se tornem pretexto de vaidade. Anuncia-se a jornada de Fleurus — e outros, que nada dizem, estavam presentes; fala-se de cercos — e outros, que nada dizem, estavam na trincheira.”

A libertação da Bélgica resultou da vitória de Fleurus. Jourdan e Pichegru reuniram-se em Bruxelas. Em seguida, Pichegru repeliu os anglo-holandeses para o Norte, Jourdan os austríacos para o Leste: o primeiro entrou em Antuérpia, o segundo em Liège, a 9 de termidor (27 de julho de 1794).

Nos Pireneus, Dugommier recuperou o campo de Boulou (12 de floreal — 1.º de maio de 1794) e invadiu a Catalunha, enquanto ao Oeste, Moncey libertava a fronteira e ocupava São Sebastião (7 de termidor — 25 de julho de 1794). Nos Alpes, a invasão da Itália parecia iminente.

No mar, enquanto as frotas inglesas dominavam o Mediterrâneo e se apoderavam da Córsega com a cumplicidade de Paoli, as esquadras republicanas do Atlântico custavam a obter êxitos. A 9, 10 e 13 de prairial (28 e 29 de maio, 1.º de junho), a frota de Villaret-Joyeuse, partida de Brest, ofereceu combate ao largo de Ouessant, para proteger um comboio de trigo da América, à frota inglesa de Howe: as perdas francesas foram pesadas (o *Vingador* foi afundado), mas os ingleses tiveram de se retirar e o comboio passou.

O governo revolucionário, num esforço supremo, dava a impressão de poder conjurar a crise interna, alcançar a vitória, forçar os coligados à paz:

“Não marchamos para conquistar, mas para vencer — declarou Billaud-Varenne à Convenção, em nome do Comitê de Salvação Pública, a 1.º de floreal (20 de abril de 1794), não para nos embriagar pelos triunfos, mas para cessar a luta no instante em que a morte de um soldado inimigo for inútil à liberdade.”

Quando estava prestes a atingir o alvo, o governo revolucionário se desarticulou.

2. A Crise Política: a Impossível Conciliação (julho de 1794).

A crise política, em julho de 1794, apresenta aspectos múltiplos. Enquanto a ditadura jacobina se concentrava e se reforçava nas mãos do governo revolucionário, sua base social reduzia-se sem cessar em Paris, e sua base política, na Convenção. A hostilidade dos dois Comitês de governo, a desunião no Comitê de Salvação Pública, acabaram por precipitar a crise.

Em Paris e em todo o país, a opinião pública se cansava do Terror, enquanto o movimento popular se desviava do governo revolucionário.

O enfado causado pelo Terror era ainda maior porque a vitória parecia não exigir mais a repressão. A burguesia de negócios suportava mal o controle do governo sobre a economia, pretendendo a reversão total à liberdade de produção e de comércio que lhe dera a Revolução de 1789. Temia, ademais, que ele lhe atingisse o direito de propriedade. A aplicação dos decretos do ventoso, longo tempo retida, parecia em via de lançamento; Comissões populares foram criadas para fazer a *triagem* dos suspeitos. O Comitê de Salvação Pública esforçava-se por regularizar o Terror, ao convocar os grandes terroristas, ao restabelecer a centralização judiciária e repressiva pela lei de 22 de prairial. Mas a aplicação da lei lhe escapou: o Comitê de Segurança Geral alterou-a, *amalgamando* as causas mais diversas para fazer condenar os acusados por *jornadas*, a pretexto de *conspirações das prisões* acelerava a repressão. A *náusea do cadafalso*, unindo-se às dificuldades econômicas, voltou contra o governo revolucionário uma larga parte da opinião pública.

O movimento popular, após o drama do germinal, desvia-se pouco a pouco do governo revolucionário. Durante a primavera de 1794, sob o falso aspecto de manifestações de lealdade à Convenção e aos Comitês de governo, constata-se uma irremediável degenerescência da vida política seccionária, uma invencível desafeição da *sans-culotterie* parisiense a respeito do regime. "A Revolução esfriou", observa Saint-Just. As razões foram simultaneamente sociais e políticas.

No plano político, as assembleias-gerais de seção foram controladas, as eleições dos magistrados municipais e seccionários suprimidas, as quais os *sans-culottes* tinham como manifestação essencial de seus direitos políticos. Uma repressão simulada é dirigida contra os militantes acusados de *hébértismo* — palavra cômoda que permitia atingir os quadros seccionários hostis à centralização jacobina e que continuavam fiéis ao sistema da democracia popular. Algumas tentativas de agitação seccionárias, logo reprimidas, manifestaram, contudo, a persistência da oposição popular. No floreal, a seção de Marat relançou o culto do Amigo do Povo — mas a 3 de prairial (22 de maio de 1794), os Comitês de governo proibiram as festas “parciais”. No fim do messidor, houve, na maior parte das seções rurais, *banquetes fraternais*, logo denunciados e condenados.

No plano social, a nova orientação da política econômica descontentava os consumidores populares. A Comuna depurada, agora dirigida pelo robespierrista Payan, reabilitava o comércio: “Que adiantam as gritarias incessantes lançadas contra os sanguessugas do povo... contra os vendeiros?”, pergunta êle a 9 de messidor (27 de junho de 1794). Os gêneros de primeira necessidade estavam tabelados, mas o governo não os requistava mais, contentando-se com o fornecimento de pão, de cuja distribuição incumbia as autoridades municipais. Ao determinar que nada agora impedia os particulares de importar gêneros, ao ordenar a prisão dos que entravavam o comércio, a Comuna de Paris favoreceu o mercado clandestino e arruinou o tabelamento. Beneficiava, com isso, os produtores e os artifices, em detrimento das camadas mais pobres da *sans-culotterie*, dos trabalhadores e assalariados, a quem proibia, por outro lado, qualquer ação reivindicativa. Desde o floreal, a alta dos preços dos gêneros, consecutiva à publicação do nôvo máximo e ao relaxamento do controle, suscitou a agitação operária em busca de aumento salarial, afetando muitas categorias de trabalho. A agitação foi brutalmente reprimida pela Comuna, com a aplicação da lei Le Chapelier. A publicação do máximo parisiense dos salários, a 5 de termidor (23 de julho de 1794) coroou essa política restritiva. A tarifa, segundo a aplicação estrita da lei de 29 de setembro de 1793, impunha aos trabalhadores uma baixa autoritária às vezes considerável: um talhador de pedras dos canteiros do Panteão, que ganhava 5 libras no ventoso, passou a receber 3 libras e 8 soles. O

descontentamento operário explodiu no instante mesmo em que as autoridades robespierristas da Comuna de Paris mais necessitavam do apoio das massas populares.

Na Convenção, a oposição se reagrupava em torno dos representantes que haviam retornado das missões, dos terroristas de proa, em particular dos que se sentiam ameaçados — Carrier, Fouché — e sobretudo dos prevaricadores — Barras, Fréron, Tallien. A facção dos corrompidos se recompunha, buscando apoio nos novos Indulgentes que tiravam partido da vitória para exigir o fim do Terror, na Planície que não aceitara o governo revolucionário a não ser como um expediente temporário. Nada tendo a temer quanto a uma jornada popular, agora que o movimento popular fora domesticado, que motivo podia ter a Convenção para suportar por mais tempo a tutela dos Comitês? Entre a Convenção impaciente do jugo e a *sans-culotterie* parisiense irredutivelmente hostil, o governo revolucionário estava como que suspenso sobre o vácuo.

Os Comitês de governo acabaram de se perder devido à desunião.

O Comitê de Segurança Geral, que tinha a direção da repressão, mal suportava as intromissões do Comitê de Salvação Pública, em particular a atividade do Departamento de Polícia. Formado de homens inexoráveis, como Amar, Vadier, Voulland, cujo estado de espírito aproximava-se da tendência extremista, queria prolongar o Terror do qual dependia sua autoridade. Ateus, o golpe na descristianização, o culto do Ser Supremo constituíam para eles mágoas suplementares. A exceção de David e Lebas, eram particularmente hostis a Robespierre, por motivos pessoais e ao mesmo tempo por questão de princípio.

O Comitê de Salvação Pública teria facilmente neutralizado essa oposição se continuasse unido. Mas a divisão insinuou-se no grande Comitê. Robespierre, por seus brilhantes serviços, tornara-se o verdadeiro chefe do governo aos olhos da França revolucionária. Ora, ele não levava em conta as suscetibilidades dos colegas, severo para os outros quanto para si mesmo, fazendo poucas amizades, guardando com a maioria uma reserva distante que podia parecer cálculo ou ambição. Essa acusação, lançada já contra o Incorrupível pelos Girondinos, em seguida pelos *Cordeliers*, foi retomada, no próprio

Comitê, por Carnot, por Baillaud-Varenne, que declarou à Convenção, a 1.º de floreal do ano II (20 de abril de 1794):

“Todo o povo ciumento de sua liberdade deve pôr-se em guarda até mesmo contra as virtudes dos homens que ocupam postos eminentes.”

As oposições de temperamento, aos conflitos de atribuição (Carnot teve violentas altercações com Saint-Just e irritava-se com as críticas de Robespierre e de Saint-Just a seus planos militares), ajuntava-se a divergência das orientações sociais. Carnot, como Lindet, homens da Planície ligados à Montanha, eram burgueses conservadores; mal suportavam a direção da economia e repugnavam a democracia social. Billaud-Varenne e Collot d'Herbois pendiam para o extremo oposto. Irritado, amargurado pelas manobras oblíquas do Comitê de Segurança Geral, onde Vadier preocupava-se em ridicularizar o culto do Ser Supremo a propósito de Catherine Théot — uma velha senhora que pretendia ser “a mãe de Deus” — Robespierre cessou de ir ao Comitê nos meados do messidor; sua retirada favoreceu os adversários.

A tentativa de reconciliação dos dois Comitês de governo, reunidos em sessão plenária a 4 e 5 de termidor do ano II (22 e 23 de julho de 1794), fracassou. Os membros dos Comitês davam-se conta de que, se o acordo não se restabelecesse, o governo revolucionário não poderia manter-se e resistir à ofensiva dos corrompidos e dos novos Indulgentes. Mas se Saint-Just e Couthon prestavam-se à conciliação, Robespierre a ela se recusava, querendo romper em definitivo a aliança entre seus adversários da Montanha e da Planície, que o haviam até então apoiado.

3. *O Desenlace: a Impossível Insurreição.*

Robespierre resolveu levar o conflito perante a Convenção. A decisão equivalia a fazê-la juiz da conservação do governo revolucionário, e a assumir um grande risco a descoberto, uma vez que o movimento popular estava, no momento, desmobilizado, e a *sans-culotterie* parisiense, indiferente ou hostil.

A 8 de termidor (26 de julho de 1794), Robespierre atacou seus adversários perante a Convenção, atirando sobre eles, terroristas de proa disfarçados em Indulgentes, os excessos do

→ Terror. Mas, recusando dar nome aos bois, perdeu-se: todos os que tinham culpa no cartório sentiram-se ameaçados. À tarde, enquanto Robespierre arrancava aplausos nos Jacobinos e os Comitês flutuavam, desamparados, os adversários agiam. O complô se estabeleceu à noite entre os deputados que de há muito pensavam na perda de Robespierre e a Planície a quem prometeram o fim do Terror: coalizão de circunstância, cimentada pelo medo.

A 9 de termidor (27 de julho de 1794), a sessão da Convenção abriu-se às doze horas. Ao meio-dia, Saint-Just tomou a palavra. Desde então, tudo se desenrolou muito depressa. A tática de obstrução combinada pelos conjurados fechou implacavelmente a boca a Saint-Just, depois a Robespierre. A prisão de Hanriot, comandante da guarda nacional parisiense, e de Dumas, presidente do Tribunal Revolucionário, foi decretada. Num tumulto espantoso, um obscuro deputado, Louchet, propôs contra Robespierre o decreto de acusação, votado por unanimidade; seu irmão pediu para partilhar-lhe a sorte; Couthon e Saint-Just foram associados a Robespierre; Lebas reclamou a honra de figurar na proscrição. “A República está perdida — bradou Robespierre. — Os salteadores triunfam!” Os espectadores das tribunas deixaram logo a Convenção a fim de levar às seções a notícia espantosa. Não eram ainda duas horas.

A tentativa insurrecional da Comuna de Paris foi mal organizada e mal dirigida. Antes das três horas, advertidos, o Prefeito Fleuriot-Lescot e o agente nacional Payan convidaram os membros do Conselho-Geral e tocaram o sino. Pelas seis horas, todos os militares estavam alertas, as seções reunidas — mas apenas dezesseis das 48 seções enviaram destacamentos de guardas nacionais à Comuna, na praça de Grève: manifestavam-se, assim, as conseqüências da repressão, após o germinal, nos quadros seccionários. As companhias de artilheiros, porém — guarda avançada da *sans-culotterie* — deram prova de maior iniciativa revolucionária do que os batalhões: pelas dez horas da noite, as autoridades insurrecionais dispunham de 17 companhias de artilheiros, das 30 que continuavam na Capital, e de 32 peças de canhões, enquanto a Convenção só contava com a companhia de guarda. Durante várias horas a Comuna dispôs de uma superioridade esmagadora em artilharia — trunfo decisivo, se pudesse encontrar um chefe para dirigir essa força. Libertados, os deputados chegaram à Comuna, para

deliberar. A Convenção, entretanto, voltou à carga, proclamando os deputados rebeldes fora da lei; Barras é encarregado de reunir uma força armada; as seções moderadas a integram. Os guardas nacionais e os artilheiros, reunidos em frente da Casa da Comuna, ficam sem instruções e sem aprovisionamento; logo circula o rumor de que os deputados rebeldes estavam à margem da lei; pouco a pouco a praça de Grève é evacuada. Pelas duas horas da manhã, Barras marchou sobre a Câmara Municipal e tomou-a de surpresa. A Comuna estava vencida sem haver combatido.

A 10 de termidor (28 de julho de 1794), à tarde, Robespierre, Saint-Just, Couthon e dezenove partidários foram guilhotinados sem julgamento. No dia seguinte, uma fornada de 71, a mais numerosa da Revolução.

A responsabilidade da derrota, a considerar-se a tentativa insurreccional em si mesma, reverte aos chefes da Comuna de Paris e aos robespierristas, que não souberam agir. Malgrado o reforço do aparelho governamental e a defecção de numerosas autoridades seccionárias — os comitês revolucionários, sobretudo, após longo tempo de dominação, — os *sans-culottes* haviam acorrido aos milhares à Casa da Comuna. Se o fizeram em vão, a responsabilidade cabe aos robespierristas, que esperavam o golpe de misericórdia ao invés de descer à praça de Grève e se pôr à frente dos combatentes das jornadas. Generalizando-se, porém, é nas contradições do movimento revolucionário que se inscreveu a necessidade histórica de 9 de termidor, bem como nas contradições da própria *sans-culotterie*.



Robespierre, discípulo de Rousseau, mas de cultura científica e econômica quase nula, tinha horror ao materialismo de filósofos como Helvétius. Sua concepção espiritualista da sociedade e do mundo ficara desarmada ante as contradições que se fortaleceram na primavera de 1794. Se soube dar uma justificação teórica do governo revolucionário e do Terror, foi incapaz de uma análise precisa das realidades econômicas e sociais do seu tempo. Sem dúvida, não podia subestimar o balanço dos esforços sociais e negligenciar o papel preponderante da burguesia na luta contra a aristocracia e o Velho

Regime. Mas Robespierre, como Saint-Just, continuou prisioneiro de suas contradições: estavam por demais conscientes dos interesses da burguesia para se ligarem totalmente à *sans-culotterie*, e bastante atentos às necessidades dos *sans-culottes* para merecer misericórdia da burguesia.

O governo revolucionário fundava-se sobre uma base social formada de elementos diversos e contraditórios, desprovidos, no entanto, de consciência de classe. Os Jacobinos, sobre quem se apoiavam os robespieristas, não lhes podiam dar a armadura necessária: já não constituíam uma classe, menos ainda um partido de classe estritamente disciplinado, que fosse um instrumento eficaz de ação política. O regime do ano II repousava numa concepção espiritualista das relações sociais e da democracia, cujas conseqüências lhes foram fatais.

No plano político, mais que uma oposição de circunstâncias havia uma contradição fundamental entre a burguesia montanhesa e a *sans-culotterie* parisiense, entre militantes seccionários e o governo revolucionário. A guerra exigia um governo autoritário, e os *sans-culottes* disso tiveram consciência, pois contribuíram para a criação do mesmo. Mas a guerra e suas exigências entravam, assim, em contradição com a democracia que montanheses e *sans-culottes* invocavam igualmente, e do qual não possuíam a mesma concepção. A democracia, tal como os *sans-culottes* a praticavam, tendia espontaneamente ao governo direto: o governo revolucionário julgava essa prática incompatível com a condução da guerra. Controle dos eleitos, direito para o povo de revogar-lhes o mandato, voto a descoberto ou por aclamação — eis outros traços reveladores de que os militantes seccionários não pretendiam contentar-se com uma democracia formal. Mas esse comportamento político se opunha irremediavelmente à democracia liberal, tal como a concebiam os burgueses. Os *sans-culottes* haviam reclamado um governo forte para esmagar a aristocracia; não perdoaram, por conseguinte, que o governo revolucionário os houvesse controlado e forçado à obediência.

O problema das relações do governo popular e do governo revolucionário se impõe ainda em outro plano. Em conseqüência do sucesso popular da primavera e do verão de 1793, a *sans-culotterie* pudera fundar seus quadros. Muitos militantes das seções parisienses, sem serem movidos unicamente pela ambição, consideravam a obtenção de um lugar ao sol como a

recompensa legítima ao seu devotamento. A eficácia do governo revolucionário já constituía, aliás, uma recompensa. No outono de 1793, as administrações foram expurgadas e preenchidas com um bom número de *sans-culottes*. Apareceu, então, um novo conformismo que ilustra o exemplo dos comissários revolucionários das seções parisienses. Saídos dos elementos mais populares e mais ardentes da *sans-culotterie*, formara, na origem, o setor mais combativo do pessoal revolucionário. Sua condição e o sucesso mesmo de sua tarefa exigiam que fossem assalariados: durante o ano II, tais militantes se transformaram em funcionários dóceis nas mãos do governo revolucionário, uma vez que podiam temer a perda da vantagem adquirida. Essa evolução decorria necessariamente do aprofundamento das lutas de classes no interior e nas fronteiras: os elementos mais lúcidos do movimento popular tinham acesso ao aparelho do Estado e reforçavam o poder revolucionário — do que resultou, porém, um enfraquecimento do movimento popular e uma alteração de suas relações com o governo. A atividade política das organizações seccionárias viu-se freada, tendo-se em conta também as exigências severas da defesa nacional. Ao mesmo tempo enfraquecia-se a democracia no seio das seções, a burocratização provocando gradualmente a paralisia do espírito crítico e da combatividade política das massas. Houve, por fim, uma flexão do controle popular sobre os órgãos governamentais, nos quais as tendências autoritárias se fortaleceram. Assim, entre o governo revolucionário e o movimento popular que o levava ao poder introduziu-se uma contradição nova. Os robespierristas assistiram impotentes a essa evolução. “A Revolução esfriou”, declara Saint-Just — mas não pode dar os motivos do congelamento.

No plano econômico e social, a contradição não foi menos intransponível. Adeptos da economia liberal, os homens do Comitê de Salvação Pública e Robespierre, que o manobrava, só aceitaram a economia dirigida porque não podiam abrir mão do tabelamento e da requisição para sustentar uma guerra nacional, enquanto os *sans-culottes*, ao impor o máximo, pensavam apenas em sua própria subsistência. A Revolução, por mais democrática que se tivesse tornado, não continuaria menos burguesa: o governo revolucionário não podia taxar os gêneros sem taxar os salários, a fim de manter o equilíbrio entre os donos de empresas e os assalariados. Essa política supunha

a aliança dos Montanheses e dos *sans-culottes*. Ora, ela entrava em choque com a própria burguesia jacobina, porque suprimia a liberdade econômica e restringia o lucro; salvo para as indústrias de guerra pagas pelo Estado e para as requisições de cereais e de forragens impostas aos camponeses, o máximo foi violado pelos produtores e comerciantes. Os *sans-culottes*, no entanto, atentos à relação dos preços e dos salários, julgavam beneficiar-se das circunstâncias para obter aumentos salariais. Nessas condições, e numa sociedade de estrutura burguesa, o Comitê de Salvação Pública, ao intervir para tentar resolver a crise, fazia-o em benefício dos proprietários e dos produtores mais do que dos assalariados — daí, sobretudo, o máximo parisiense de salários de 5 de termidor. Não repousando sobre uma base de classe, a economia dirigida do ano II tinha fundo falso.

O governo revolucionário, minado por essas contradições, foi mortalmente atingido em Robespierre e seus correligionários, e, ao mesmo tempo, na república democrática e igualitária que eles pretenderam fundar. Mas contra a burguesia termidoriana, cada vez mais arrastada pela reação que provocara, o movimento popular vai sustentar durante dois meses ainda um combate de retaguarda encarniçado e desesperado — luta dramática ao termo da qual o impulso da Revolução viu-se definitivamente quebrado.

5

A CONVENÇÃO TERMIDORIANA A REAÇÃO BURGUESA E O FIM DO MOVIMENTO POPULAR (julho de 1794-maio de 1795)

AFASTADO Robespierre, o governo revolucionário não lhe sobreviveu, a reação acelerou-se. Por trás do encarniçamento e do caos das lutas políticas, a caráter social da reação confere a esse período termidoriano seu principal interesse. O regime do ano II revestira-se de um conteúdo popular que medidas como os decretos do ventoso e a lei de beneficência nacional frisaram bem; no plano político, permitira ao povo participar da direção dos negócios públicos. Assim, o privilégio da riqueza e o monopólio político, instaurados pela Constituinte em benefício da burguesia, estavam abalados.

Sem dúvida o movimento popular e os sans-culottes parisienses que impuseram o governo revolucionário haviam cedido terreno desde o germinal do ano II, a orientação da política econômica e social do Comitê de Salvação Pública tornando-se, então, menos popular. Desse ponto de vista, o 9 de termidor marca não uma interrupção, mas uma aceleração. Do termidor do ano II à primavera seguinte, a reação progride, mas nada conquista ainda. Revolução burguesa e movimento popular se defrontam, honnêtes gens e sans-culottes — ano decisivo, marcado pela esperança de uns e o temor de outros quanto a uma

jornada popular que selaria enfim o destino da Revolução. Depois de 1789, o povo de Paris continuava invicto.

A derrota do prairial do ano III marcou o fim dos sans-culottes parisienses e a eliminação definitiva do movimento popular. A Revolução retomou o curso burguês.

I

Os Progressos da Reação Termidoriana

O período termidoriano se caracteriza por lutas políticas confusas, cuja confusão não pode disfarçar o páreo em jogo: as *pessoas honestas* — logo se diria, os *notáveis* — pretendiam eliminar da vida política os pequenos burgueses, os artífices e os lojistas, os próprios operários, em uma palavra, os *sans-culottes* que lhes haviam imposto por um momento a lei deles. A exemplo do que sucedera no assomo popular em 1793, as lutas parlamentares que envolvem uma *minoría montanhesa* e uma *maioría reaccionária* cada vez maior se duplicaram à base de um conflito mais vasto. Desorientado, desorganizado, privado de seus quadros, o movimento popular, fator de aceleração da Revolução em 1793, agora simples força de resistência, só era capaz de combater em retirada.

1. *A Desarticulação do Governo Revolucionário e o Fim do Terror (verão de 1794).*

O Comitê de Salvação Pública, livre dos robespierristas, pretendeu manter o sistema governamental. Falando em seu nome, a 10 de termidor (28 de julho de 1794), Barère declara à Convenção que a jornada do dia 9 não passara de uma “comoção parcial que deixara o governo em sua integridade”: “A força do governo revolucionário será centuplicada depois que o poder retornado à sua fonte tenha dado uma alma mais enérgica e Comitês mais selecionados.” Barère se voltava ao mesmo tempo contra “alguns aristocratas disfarçados que falam de indulgência”: “De indulgência! Só há indulgência para o erro involuntário; as manobras dos aristocratas constituem crueldades preconcebidas, seus erros não passam de crimes.”

Na realidade, o sistema governamental do ano II desarticulou-se em algumas semanas, perdendo os traços essenciais:

estabilidade, concentração e, com o abandono do Terror, a *força coativa*.

A estabilidade governamental foi destruída desde 11 de termidor do ano II (29 de julho de 1794): a Convenção decretou naquele dia, por proposta de Tallien, que os Comitês de governo seriam renovados mensalmente em um quarto, doravante, e os membros que saíssem só seriam reelegíveis depois de um mes. No Comitê de Salvação Pública, Prieur de la Côte D'Or e Jeanbon Saint-André foram logo excluídos e substituídos — escolhas, aliás, significativas — por Tallien e pelo dantonista Thuriot; em breve, apenas Carnot subsistia do grande Comitê do ano II. No Comitê de Segurança Geral, David, Jagot, Lavicomterie, reputados robespierristas, foram rejeitados em benefício de homens como Legendre ou Merlin de Thionville. Se certos convencionais adquiriram influência no governo, isso não era prova, entretanto, da estabilidade do pessoal dirigente.

A concentração governamental não sobreviveu ao decreto de 7 de frutidor do ano II (24 de agosto de 1794). A preeminência do Comitê de Salvação Pública, que assegurara, até então, a unidade do governo, foi atacada, a partir de 11 de termidor, por Cambon, que mandava no Comitê de Finanças e de quem dependia a Tesouraria — único serviço que, no ano II, escapara à autoridade do grande Comitê. Barère respondeu denunciando, a 13, o *federalismo moral* que se pretendia instituir. A Convenção hesitou, mas adotou finalmente o decreto de 7 de frutidor, conforme as proposições de Cambon. Houve, dali por diante, 16 Comitês, dos quais cada um dos doze principais comandava uma das Comissões executivas. O Comitê de Salvação Pública via suas atribuições reduzidas à guerra e à diplomacia. O Comitê de Segurança Geral conservava a política e a vigilância. O Comitê de Legislação adquiria importância nova, estando, entre suas atribuições, a administração interna e os tribunais. Estava finda, assim, a concentração governamental, o poder repartindo-se sobretudo entre os três Comitês de governo.

Seguiu-se o abandono do Terror: a *força coativa* desapareceu com as outras forças do governo revolucionário. A lei de 22 de praerial foi executada desde 14 de termidor (1.º de agosto de 1794). Com Fouquier-Tinville aprisionado, o Tribunal revo-

eliminação dos revolucionários da
Ano II

lucionário cessou de funcionar, sendo reorganizado a 23 (10 de agosto de 1794), segundo relatório de Merlin de Douai: a *questão intencional* permite, então, a absolvição de todo acusado, mesmo convicto, a pretexto de que nenhuma intenção contra-revolucionária o inspirara. Os comitês revolucionários, contra os quais uma violenta campanha se deflagrara após 9 de termidor, foram suprimidos e substituídos a 7 de frutidor (24 de agosto de 1794) por comitês de fiscalização de *arrondissement*, para as grandes cidades, e comitês de distrito para os departamentos. Em Paris, as 48 seções foram reagrupadas em doze circunscrições: os novos comitês de vigilância, como os comitês civis, constituíram-se em órgãos governamentais independentes das assembleias gerais de seção, reduzidas a uma por semana depois de 4 de frutidor (21 de agosto de 1794). As prisões abriram-se e os suspeitos foram libertados: quase 500, em Paris, de 18 a 23 de termidor (5-10 de agosto de 1794). Era o fim do Terror.

2. Moderados, Jacobinos e "Sans-Culottes" (agosto-outubro de 1794).

A reação política cresceu rapidamente, malgrado os esforços dos antigos terroristas denunciados desde 9 de frutidor (26 de agosto de 1794) por Méhée de la Touche, num panfleto violento: *La Queue de Robespierre*. Atacados a 12 de frutidor (29 de agosto) por Lecointre, por haverem participado da tirania, Barère, Billaud-Varenne e Collot d'Herbois se demitiram do Comitê de Salvação Pública. Em um mes, o pessoal governamental do ano II fora eliminado.

Na Convenção, a Montanha perdeu toda a influência; já não passa da *Crista*, suas fileiras se reduzindo pouco a pouco devido às múltiplas defeções. A Planície cresceu — maioria centrista reforçada de terroristas arrependidos e de montanhese dissidentes; Cambacérès e Merlin de Douai tinham, ali, lugar de projeção. Quanto à sua orientação social, os homens da Planície jamais deixaram margem a dúvidas: adversários da economia dirigida, eles o eram igualmente da democracia social. Pertencentes à burguesia, pretendiam dar-lhe preminência, restabelecer a hierarquia social, remeter o povo à subordinação. Quando Fayau, um dos Encristados, propôs a 27 de frutidor (13 de setembro de 1794) novas modalidades para a venda dos bens nacionais que teriam favorecido "os republicanos

proprietários de terra

termidor do ano II ao
brumário do ano III

não-proprietários ou pequenos proprietários", Lozeau, deputado da Charente-Inférieure, lhe retorquiu

"que, numa República composta de 24 milhões, é impossível que todos sejam agricultores, que a maioria da nação seja proprietária, pois, nessa hipótese, cada um cultivando seu campo ou sua vinha para viver, as artes e a indústria seriam logo aniquiladas."

Os termidorianos rejeitam o ideal de uma nação de pequenos produtores independentes. Contudo, firmemente unidos à Revolução, os homens da Planície pretendiam defender a República: a 25 de brumário do ano III (15 de novembro de 1794), mantiveram nos códigos as penas cominadas aos emigrados. Sua política visava a unir todos os *patriotas de 89* para barrar o caminho à contra-revolução e estabilizar o regime. Mas, como em 1793, a decisão escapou à Convenção, sendo-lhe imposta de fora.

Em Paris, do termidor do ano II ao brumário do ano III (agosto-outubro de 1794), no curso de lutas políticas confusas, três tendências políticas se defrontavam num conflito triangular. Os moderados queriam restabelecer a preponderância das *pessoas honestas*, isto é, da burguesia abastada, à maneira de 1791. Os "neo-hébertistas", reunidos no Clube Eleitoral, e que dispunham da seção do Museu, representavam as tendências populares hostis ao governo revolucionário, exigindo a restituição a Paris de sua municipalidade eleita, a aplicação da Constituição democrática de 1793. Os *Jacobinos* continuavam partidários, enquanto durasse a guerra, da *concentração governamental* e dos meios repressivos do ano II.

A campanha do Clube Eleitoral, ao dividir as forças populares e isolar os Jacobinos, favoreceu o progresso da reação. Unidos aos moderados pela comum paixão antiterrorista e anti-robepierrista, os "neo-hébertistas" contribuíram para deflagrar uma evolução de que lamentaram logo em seguida os resultados. Organizado após 9 de termidor, o Clube Eleitoral, animado por homens como o antigo "hébertista" Legray, ou como o antigo enraivecido Varlet, empreendeu uma campanha contra o sistema do ano II, apoiado por *Le Journal de la liberté de la presse*, de Babeuf: "10 de termidor marca o novo termo após o qual nos empenhamos em fazer a liberdade ressurgir",

Babeuf

escreveu ele a 19 de frutidor (5 de setembro de 1794), sem ver o conflito social que subentendia lutas políticas. Em seu número de 1.º de vendemiário do ano III (22 de setembro de 1794), Babeuf não distingue senão dois partidos na França,

“um em favor da manutenção do governo de Robespierre, o outro pelo restabelecimento de um governo apoiado exclusivamente nos direitos eternos do homem.”

Se não houve colusão entre Babeuf, o Clube Eleitoral e os reacionários moderados, conforme escreveu Georges Lefebvre, é certo, porém, que sua ação contribuiu para o sucesso dos últimos: Babeuf o reconheceu em seu *Tribun du peuple* de 28 de frimário (18 de dezembro de 1794).

A resistência jacobina fortaleceu-se na sociedade reaberta por Legendre desde 11 de termidor (29 de julho de 1794), e da qual os terroristas egressos, Fréron, Lecointre, Tallien, foram excluídos por proposta de Carrier, a 17 de frutidor (3 de setembro). Apoiados pelo *Journal universel* de Audouin, por *L'Ami du peuple* de Chasles e de Lebois, os Jacobinos reclamaram o retorno ao sistema do Terror: “reduzir ao nada os aristocratas que ousem manifestar-se”. A 19 de frutidor (5 de setembro), o clube adquiriu programa ao adotar a petição dos Jacobinos de Dijon: aplicação da lei dos suspeitos, nova deliberação sobre o decreto relativo à *questão intencional*, exclusão dos nobres e dos padres de todas as funções públicas e, afinal, a restrição à liberdade de imprensa. Oito seções parisienses aderiram à petição dos Jacobinos de Dijon. O mes de frutidor foi marcado por uma verdadeira reação jacobina que culminou, no quinto dia *sans-culottide* do ano II (21 de setembro), com o traslado dos restos de Marat ao Panteão. Lindet fez adotar pela *Convenção*, no quarto dia *sans-culottide* (20 de setembro), um programa de compromisso que prometia proteção aos antigos terroristas, mas se recusava a aumentar a repressão revolucionária, condenando os que sonhavam com a “transferência das fortunas” e propondo liberdade de ação ao comércio — relatório vivamente criticado pela maioria jacobina de uma dezena de seções parisienses, a 10 de vendemiário do ano III (1.º de outubro de 1794). Essa agitação seccionária de inspiração jacobina inquietou a maioria convencional, que se deixou empolgar pela reação. Os dois movimentos que buscavam o apoio popular se aniquilaram entre si: a vitória continuou com os moderados.

A ofensiva dos moderados reuniu numa coalizão heteróclita todos os adversários da direita do sistema do ano II e os Jacobinos em particular: burgueses conservadores, monarquistas, constitucionais, partidários mais ou menos confessos do Velho Regime. O programa era puramente negativo: vingar-se dos terroristas, reduzir os *sans-culottes* à obediência, impedir o retorno à democracia política e social. Dispunham eles de dois meios de ação: a imprensa e, sobretudo, os bandos da juventude dourada.

A imprensa reacionária gozava, agora, de vantagens, dispondo de recursos abundantes, enquanto os jornais jacobinos eram privados dos recursos governamentais. Segundo um deles, Lacretelle o Jovem, do *Républicain français*, os jornalistas de direita formaram um comitê a fim de elaborar em comum sua tática contra-revolucionária: tratava-se de "fazer a Convenção arrepiar caminho, após dois anos mortais de uma carreira anárquica". Figuravam entre eles Dussault, de *La Correspondance politique*, os irmãos Bertin, dos *Débats*, Langlois, do *Messenger du soir*. Fréron voltou a lançar, a 25 de frutidor (11 de setembro de 1794), seu *Orateur du peuple*, enquanto Tallien lançava *L'Ami du citoyen*, a 1.º de brumário do ano III (22 de outubro). Panfletos numerosos circulavam contra os Jacobinos: *Os Jacobinos desmascarados*, no fim do frutidor, *Os Jacobinos fora da lei*, no vendemiário. A arma ordinária era a injúria e a denúncia, a calúnia e a chantagem contra os *bebedores de sangue*, os *anarquistas*, os *exclusivos*. O aspecto social dessas campanhas de imprensa caracteriza-se pelos ataques a Cambon, o "carrasco dos rentistas", o "Robespierre dos proprietários", ou contra Lindet, que, no ano II, dirigira a economia; as *pessoas honestas*, isto é, os notáveis do dinheiro, não os podiam perdoar.

Os bandos de gente jovem constituíram desde o fim do frutidor o meio de ação essencial da reação. Foram organizados pelos terroristas arrependidos, Fréron (dava-se-lhes o nome de *juventude dourada de Fréron*), Tallien, Merlin de Thionville, e saíam dos quadros da juventude burguesa, funcionários do tribunal de justiça, caixeiros de banco e de lojas, reforçados pelos emboscados, pelos insubmissos e pelos desertores.

"Éramos todos ou quase todos insubmissos — escreveu um deles, Duval, em seus *Souvenirs thermidoriens*. — Dizia-se que serviríamos mais utilmente a coisa

Journal
de
Dussault

pública nas ruas de Paris do que no exército de Sambre-et-Meuse.”

A *gente jovem* era reconhecível pelas tranças, pela gola quadrada; armados de mangueiras, reuniam-se aos gritos de *Abaixo os Jacobinos! Viva a Convenção!*, ou ao canto do *Despertar do povo*, cujo refrão dizia: “Eles não nos escaparão!” A *gente jovem*, que seus adversários denominam de *petimetre*, provocou as primeiras rixas no fim do frutidor, no Palais-Egalité, onde o Café de Chartres constituía seu quartel-general, atacando os Jacobinos ou as pessoas reputadas como tais. Com a cumplicidade do Comitê de Segurança Geral e dos comitês de vigilância expurgados, a juventude dourada ascendeu logo à posição mais elevada. A pressão da reação burguesa sobre a Convenção era tanto mais insidiosa quanto ela se apresentava como defensora da representação nacional. Quebrou, imediatamente, a resistência da maioria hesitante da Assembléia e levou-a mais longe do que desejaria.

3. *A Proscrição dos Jacobinos e dos “Sans-Culottes” (outubro de 1794-março de 1795).*

O período do brumário do ano III foi de importância capital na evolução política do período termidoriano: a sociedade dos Jacobinos foi dissolvida, o Clube Eleitoral cessou de reunir-se, as seções parisienses caíram em poder da reação.

O fim dos Jacobinos se explica em grande parte pela falta de apoio popular em suas últimas semanas de existência. Depois que o povo “apresentara demissão” — escreveu Levasseur em suas *Mémoires* — o clube não passava de “uma alavanca impotente”. A 25 de vendemiário do ano III (16 de outubro de 1794), a Convenção paralisou a organização jacobina ao interditar a filiação dos clubes entre si e as petições coletivas. No brumário, as defecções se multiplicaram, enquanto se tornavam mais vivos os ataques da *gente jovem*, que, no dia 19 (9 de novembro), organizou uma primeira expedição contra o clube. O caso de Carrier ofereceu-lhe, dois dias após, uma ocasião decisiva: a denúncia de Carrier, que enviara a Paris, no inverno precedente, 132 habitantes de Nantes, perdoados, no entanto, pelo Tribunal Revolucionário. A 21 de brumário (11 de novembro de 1794), na Convenção, Romme

concluiu a acusação, mas com reticências. Para exercer pressão sobre a Assembléia, Fréron, naquela mesma tarde, atirou os bandos na rua Honoré, contra o clube: "Vamos surpreender a fera no covil". Restabelecida a ordem pela força armada, os Comitês de governo decretaram o fechamento do clube — decisão que a Convenção confirmou no dia seguinte.

O fim do Clube Eleitoral não tardou. Após o fechamento dos Jacobinos, toda a oposição popular concentrou-se nele. Os progressos da reação burguesa fizeram calar a paixão anti-jacobina dos oponentes da esquerda. Mas, expulso da sala de sessões da seção do Museu, o Clube Eleitoral desapareceu nos primeiros dias do frimário do ano III (fim de novembro de 1794).

A conquista das seções parisienses pelos moderados foi facilitada pelo desaparecimento desses dois centros de resistência popular, que constituíam a sociedade dos Jacobinos e o Clube Eleitoral. Desde o fim do vendemiário, a juventude dourada intervinha nas assembléias de seção; um de seus chefes, Jullian, tornou-se um dos dirigentes da seção das Tulherias. As seções jacobinas foram conquistadas pouco a pouco; a dos Piques, antiga seção de Robespierre, pareceu haver resistido até 10 de frimário (30 de novembro de 1794). Uma vez eliminados os militantes seccionários, não houve força popular alguma capaz de resistir à burguesia moderada e de enfrentar a reação. Após as instituições, a reação apoderou-se dos homens, o Terror branco estava à vista.

Antiterrorismo e *dé-sans-culottisation* se desenvolveram durante todo o inverno de 1794-1795, do frimário ao ventoso do ano III, forma disfarçada de Terror branco. Não se trata de depuração propriamente dita, como no dia seguinte a 9 de termidor, os quadros terroristas já destituídos: o elemento vingança predomina. Incidindo de início sobre os grandes terroristas, a repressão alargou-se, englobou o conjunto do antigo pessoal seccionário e adquiriu uma configuração social, atingindo nos antigos militantes todo um sistema de valores republicanos. Após a proscrição dos jacobinos, Babeuf denunciou, em *Le Tribun du peuple* de 28 de frimário do ano III (18 de dezembro de 1794), a proscrição do *sans-culottisme* e de todos os seus atributos.

O antiterrorismo fortaleceu-se com o processo de Carrier, levado ao Tribunal Revolucionário a 3 de frimário (23 de novembro de 1794), guilhotinado a 26 (16 de dezembro): fugira a qualquer responsabilidade pelos afogamentos em Nantes, mas assumira a dos fuzilamentos, fundamentando-se no decreto contra os rebeldes presos de armas na mão. Por proposta de Merlin de Douai, os 75 Girondinos que haviam protestado contra as jornadas de 31 de maio-2 de junho de 1793, e que Robespierre salvara do cadafalso, foram chamados à Convenção, a 18 de frimário (8 de dezembro de 1794), com alguns outros demitidos ou excluídos; ao todo, eram 78 convencionais moderados, como Daunou, reacionários, como Lanjuinais, ou mesmo pendendo para a realza, como Saladin, que reforçaram a direita. Os ataques contra os antigos membros dos Comitês se multiplicaram, a Convenção cedeu a 7 de nivoso (27 de dezembro) e criou uma comissão para examinar o caso de Barère, Billaud-Varenne, Collot d'Herbois e Vadier. Em vão Cambacérès propôs uma anistia. Iniciado o processo, a pressão dos bandos da juventude dourada se fez mais forte, a fim de quebrar a resistência dos convencionais moderados.

A *dé-sans-culottisation* prosseguia, enquanto isso, nas seções parisienses. Comissões foram criadas em pelo menos 37 das 48 seções para examinar a conduta do antigo pessoal seccionário: 200 velhos militantes acabaram acusados em 11 seções, entre os quais 152 comissários revolucionários, privados de seus direitos políticos, atirados "ao desprezo público", verdadeira categoria social de párias. O governo omitiu-se, chegando mesmo, às vezes, a encorajar o movimento. Por exemplo: pela lei de 13 de frimário (3 de dezembro de 1794), que exigiu uma prestação de contas da gestão das receitas extraordinárias do ano II (empréstimos forçados, subscrições voluntárias). O aspecto social da *dé-sans-culottisation* caracteriza-se pelos prejuízos essenciais assinalados pelos interventores nas seções: o regime econômico e social do ano II ulcerara a burguesia. Os antigos comissários de depósitos de gêneros foram particularmente visados: requisições, empréstimos forçados, confiscação das mercadorias açambarcadas — eis outros crimes contra a propriedade; os *homens de sangue* são qualificados de *niveladores*, pregaram "a partilha dos bens". A *dé-sans-culottisation* foi a reação de uma burguesia que, advertida pelos acontecimentos do ano II, mostrava-se agora atenta à sua segurança política, a seus interesses econômicos, a suas prerrogativas sociais.

A paixão antiterrorista cresceu no inverno. A 11 de pluvioso (30 de janeiro de 1795), a seção do Templo denunciou o antigo comitê revolucionário da mesma à Convenção: "Atacai esses tigres!" E a 11 de ventoso (1º de março), a de Montreuil:

"Que esperai para purgar a terra desses antropófagos? A pele lívida e os olhos cavos não anunciam aos quatro ventos quais foram os seus pais de criação? Fál-os compreender... o gládio da lei os privará do ar que por muito tempo infectaram."

Os petimetres davam, agora, caça aos adversários nas ruas, durante o que *Le Messager du soir* denominava de "passeios cívicos". Saqueavam os cafés tidos como jacobinos, deflagravam a guerra dos teatros no pluvioso, obrigando os atores jacobinos a fazer confissões públicas, proscrevendo "A Marselhesa" e reclamando "o despertar do povo contra os terroristas". Em seguida houve a caça aos bustos de Marat; os *sans-culottes* protestaram, as rixas cresceram, os Comitês cedaram: a 21 de pluvioso (9 de fevereiro), os bustos dos mártires da liberdade, Lepeletier e Marat, os quadros de David representando a morte de ambos, foram retirados da sala de sessões da Convenção, sob os aplausos da juventude dourada que se comprimia nas tribunas. Os restos de Marat, os dos jovens heróis Bara e Viala, mortos pela pátria, foram retirados do Panteão. Os apelos à morte se multiplicavam: "Se não punis estes homens — declara Rovère, referindo-se aos antigos terroristas, a 4 de ventoso (22 de fevereiro) — não haverá um francês que não tenha o direito de os estrangular." No dia seguinte (23 de fevereiro), Merlin de Douai fez decretar que todos os funcionários destituídos após 10 de termidor deveriam voltar às comunas onde estavam domiciliados antes daquela data, a fim de ali permanecer sob a vigilância das municipalidades — o que equivalia, em certas regiões, a designá-los para o massacre. A 12 de ventoso (2 de março), cedendo afinal, a Convenção decretou a prisão imediata de Barère, Billaud-Varenne, Collot d'Herbois, Vadier. A Assembléia estava, doravante, prisioneira dos bandos da juventude dourada, reforçados pelos insubmissos e desertores cujo número se multiplicava com a volta dos emigrados que reclamavam a restituição de seus bens seqüestrados.

Nos departamentos, o Terror branco já se iniciara. Em Lyon, o 14 de pluvioso do ano III (2 de fevereiro de 1795)

foi assinalado por um primeiro massacre de antigos terroristas detidos. As mortes individuais haviam começado em todo o Sudoeste, desde o nivoso. Em seguida, organizaram-se bandos: Companhia de Jesus, de Jeú ou do Sol, que davam caça aos terroristas, aos Jacobinos e finalmente a todos os *patriotas de 89*, especialmente aos adquirentes de bens nacionais. Os representantes em missão se omitiam, quando não encorajavam a formação de tais grupos: assim, Chambon, em Marselha, ou o girondino Isnard, no Var. Os massacres cresceram. Em Lyon, cada dia, Jacobinos ali apelidados de *Mathevons* eram assassinados; em Nîmes, prisioneiros foram massacrados a 5 de ventoso (23 de fevereiro de 1795). Combatidos pelo governo, denunciados pelos representantes, os Jacobinos não lhes podiam opor qualquer resistência.

A Convenção não intervinha: estava, doravante, incapaz de reagir. Quando a inflação, a fome e o frio multiplicaram os sofrimentos do povo, nele desenvolvendo um espírito de revolta, a Convenção temeu mais ainda uma ofensiva da *sans-culotterie* parisiense contra os excessos da reação ultra e das mortes do Terror branco.

4. Antigos e Novos-Ricos, Maravilhosas e Incríveis.

A reação moral acompanhou a reação política e social. No ano II, o povo, considerado o detentor natural das virtudes republicanas, fora exaltado; agora, era alvo de desprezo. Segundo Jullian, um dos chefes da juventude dourada, em seus *Souvenirs*, a gente do povo é “merecedora de estima quando honra sua condição com virtudes privadas” — mas não deve ocupar-se de assuntos públicos. Sua “simplicidade” tornara-se grosseria. O *sans-culottisme* foi considerado, no prairial, como um motivo bastante para prisão. O luxo, estigmatizado no ano II, reabilitado. A austeridade republicana sucedeu, nas classes proprietárias por um momento comprimidas, um frenesi de prazeres:

“A alegria que o terror afugentara está de volta a Paris — escreveu, a 2 de frimário (22 de novembro de 1794), *Le Messenger du soir*, órgão da burguesia que se diverte. — Nossas belas mulheres de perucas louras são adoráveis, os concertos, tanto públicos quanto particulares, deliciosos... Os homens de sangue, os Billaud,

on Collot e o grupo enraivecido vêem nessa mudança de opinião a *contra-revolução*."

A moda prescrevia agora o costume dos *sans-culottes*: as calças, a blusa e, sobretudo, os cabelos lisos e o boné vermelho. Os jovens burgueses se distinguiram pelas extravagâncias de vestuário, que Cambon estigmatizou a 8 de nivoso (28 de dezembro de 1794): "Homens há pouco cobertos de trapos, para parecer *sans-culottes*, afetam agora uma aparência e linguagem igualmente ridículas."

A dança fazia furor; bailes públicos abriam-se por toda parte, mesmo nos Carmelitas, que haviam testemunhado os massacres de setembro, ou no antigo cemitério Saint-Sulpice. *Non* bailes das vítimas não eram admitidas senão pessoas que houvessem perdido um membro da família no cadafalso; exibia-se o penteado à Tito, a nuca descoberta, como à disposição do carrasco, um fio de seda vermelha ao redor do pescoço. Proscreveu-se o tuteamento: o *senhor* e *senhora* reapareceram, em lugar de *cidadão* e *cidadã*.

A vida mundana espalhou-se de novo nos salões. A Cabarrus, Mme Tallien após 6 de nivoso (26 de dezembro de 1794), "Nossa Senhora do Termidor" para seus admiradores, instalada em sua *choupana* de Cours-la-Reine, dava o tom às Maravilhosas, lançando a moda da túnica grega curta e meio transparente. Mme Hamelin e Mme Récamier também ficaram célebres. Financistas, banqueiros, municionadores, agiotas, contidos antes pelo Terror, voltaram à preeminência, enquanto os nobres, os grandes burgueses e também os emigrados retomavam a tradição mundana do Velho Regime. Começou a formar-se, assim, a burguesia nova, pela fusão das antigas classes dirigentes e dos homens enriquecidos na especulação do *assignat*, dos bens nacionais e dos fornecimentos de guerra. Mundo por demais mesclado, em que as atrizes em voga, como a Contat, desempenhavam grande papel. Fatigados pela virtude, muitos convencionais se deixaram envolver, senão se comprar:

"É assim que se verificam numerosas defecções no partido republicano — escreveu Thibaudeau em suas *Mémoires*. — Uns fizeram concessões, outros se venderam inteiramente à realza."

O luxo exibia-se com impudor, as extravagâncias das Maravilhosas e dos Incríveis, isto é, de uma minoria rica e ociosa, chocavam a população fiel aos costumes tradicionais, escandalizavam uma minoria política fiel ao ideal republicano. O contraste entre a espantosa miséria da massa e a riqueza escandalosa de uma minoria sublinhava ainda o aspecto social da reação, que se acentuava mais e mais, enquanto crescia a indignação devido ao agravamento da fome, à medida que o inverno avançava.

5. *A Reação Religiosa e a Anistia aos Vendeanos.*

A reação religiosa contribuiu, por sua parte, para os progressos da contra-revolução.

A separação da Igreja e do Estado fora instituída, com efeito, pelo decreto do segundo dia *sans-culottide* do ano II (18 de setembro de 1794): por motivo de economia, Cambon fizera suprimir naquele dia o orçamento da Igreja juramentada; a Constituição Civil do Clero estava, assim, implicitamente revogada, e o Estado completamente laicizado. No entanto as medidas contra os padres refratários continuavam em vigor e as igrejas, fechadas. Mas à medida que a reação se acentuou, muitos franceses saudosos das antigas cerimônias religiosas vieram a reclamar a abertura das igrejas. O culto cívico, demasiado intelectual e agora despojado de qualquer caráter patriótico e democrático, já não podia exaltar os *sans-culottes*.

Os padres constitucionais restabeleceram pouco a pouco sua Igreja: assim, no Loir-et-Cher, onde o Bispo Grégoire reclamou completa liberdade do culto, a 1º de novembro (21 de dezembro de 1794). Porém os padres refratários, ditos *curas da maleta*, celebravam clandestinamente, no Norte, a missa cega.

A liberdade de culto já não podia encontrar obstáculo desde que fora permitida aos rebeldes vendeanos pela pacificação de La Jaunaye, a 29 de pluvioso do ano III (17 de fevereiro de 1795). A 3 de ventoso (21 de fevereiro), a Convenção autorizou, por proposta de Boissy d'Anglas, o culto nos edifícios que os padres e os fiéis pudessem arranjar. A separação estava confirmada, e as igrejas reservadas ao culto semanal. O culto continuava privado; todos os padres poderiam celebrá-lo com a condição de haver prestado ao menos o juramento de 14 de agosto de 1792, à liberdade e à igualdade, denomi-

nado o *pequeno juramento*; os repiques de sinos, o uso do hábito eclesiástico, as subvenções públicas, continuavam interditos. O culto constitucional reorganizou-se logo sob a direção de Grégoire, que publicou *Les Annales de la religion*. Os padres romanos que haviam prestado o pequeno juramento deram divulgação a *Les Annales religieuses, politiques et littéraires*. Os refratários desenvolveram mais do que nunca o culto clandestino, opondo-se aos constitucionais em múltiplos conflitos:

“Restabelecendo os católicos — escrevia Mallet du Pan, a 17 de março de 1795 — a Convenção restabelece os monarquistas... Não há um padre que não provoque um caso de consciência em suas ovelhas devido à sua ligação com esse regime.”

O descontentamento dos católicos persistiu. Para fazê-lo silenciar, a Convenção mostrava-se disposta às últimas concessões, no mesmo instante em que estava às voltas com uma oposição popular que agravava a crise econômica.

As concessões aos rebeldes do Oeste se inscrevem na mesma linha política. A 9 de termidor, Charette tinha sempre o Marais, Sapinaud, o Bocage, e Stofflet, os Mauges — mas seus bandos, perseguidos por colunas móveis, eram pouco a pouco dizimados. A Vendéia, entretanto, duplicava na Bretanha, e em suas margens silvestres bandos de salteadores da Chouannerie. Havendo abandonado o Terror e a ação repressiva, os termidorianos pretendiam agora pacificar o Oeste com uma política de conciliação. Assumindo o comando da mesma, Hoche advertiu, a 29 de frutidor (15 de setembro de 1794), que o Terror chegara ao fim. Os prisioneiros foram libertados, os insubmissos anistiados. A 12 de frimário do ano III (2 de dezembro de 1794), estendeu-se a anistia aos rebeldes que se submetessem dentro de um mes. Em janeiro de 1795, começaram as negociações com os chefes monarquistas. Encorajados e dando prosseguimento aos assassinatos e aos assaltos (“fazemos a guerra dos ratos contra os tigres”, escrevia a 4 de pluvioso (23 de janeiro de 1795), o representante Boursault), os rebeldes impuseram suas condições.

A pacificação de La Jaunaye, perto de Nantes, negociada em particular com Charette, assinada a 29 de pluvioso (17 de fevereiro de 1795), concedeu anistia aos rebeldes, restituiu-lhes

os bens ou os indenizou em caso de venda, mesmo quando se tratasse de emigrados; dispensou os vendeanos do serviço militar, deixando-lhes as armas; a liberdade de culto era, afinal, concedida, mesmo aos refratários. A pacificação de La Prévalaye, perto de Rennes, estipulou, a 1º de floreal (20 de abril de 1795), as mesmas condições em favor dos Chouans.

A capitulação termidoriana tornou-se sem efeito, e a pacificação, ilusória. Os vendeanos e os Chouans tiveram todo o vagar para preparar a contra-ofensiva; a Chouannerie ganhou imediatamente novos departamentos. Os termidorianos, impotentes, não podiam reagir: a retomada do movimento popular, exasperado pela crise econômica, exigia a aliança de todos os reacionários.

II

A Crise Econômica e a Catástrofe Monetária

O abandono da economia dirigida figurava na linha da política de reação termidoriana. A Convenção não aceitara o máximo senão constrangida pela pressão popular; a burguesia, em todos os seus setores, considerava-o contrário a seus interesses. O desmoronamento do governo revolucionário provocara necessariamente o relaxamento da direção da economia, depois sua abolição, a *força coativa* não podendo mais se impor aos produtores e aos comerciantes partidários do livre lucro e da economia liberal. Mas o abandono das restrições econômicas só podia provocar o desmoronamento do *assignat* e o aumento da inflação, fator de miséria popular. Assim está sublinhado ainda o caráter social da reação termidoriana.

1. O Retorno à Liberdade Econômica (agosto-dezembro de 1794).

O máximo geral dos gêneros de primeira necessidade, proclamado a 29 de setembro de 1793, não funcionara com rigor no que concerne ao abastecimento civil, senão para os cereais. Para os outros gêneros o Comitê de Salvação Pública a ele renunciara, sem tolerar, contudo, que fosse publicamente violado. O comércio clandestino desenvolveu-se, mas enquanto durara o Terror os preços sofreram apenas ligeiros aumentos. Sobreveio o 9 de termidor. A 21 de frutidor do ano II (7 de

setembro de 1794), a Convenção prorrogou por todo o ano III o máximo dos cereais e das farinhas de 11 e o máximo geral de 29 de setembro de 1793. Mas, como a repressão tivesse sido abandonada, a alta acentuou-se, o mercado clandestino ampliou-se, pouco a pouco as transações tornaram-se livres. "Nos mercados não se respeita o máximo; tudo ali se vende à vontade", constata um relatório de polícia, desde 20 de vendemiário do ano III (11 de outubro de 1794).

O sistema de requisições pelos distritos, previsto no decreto de 11 de setembro de 1793 para o abastecimento de cereais aos mercados, desintegrou-se. Os agricultores, a quem o temor de serem tratados como suspeitos já não continha, entregavam os cereais com má vontade e começavam a vendê-los clandestinamente. Tendo encontrado defensores na Convenção, os camponeses obtiveram algumas concessões pelo decreto de 19 de brumário (9 de novembro de 1794) — sobretudo a decisão de que as requisições não fornecidas causavam apenas a confiscação do contingente requisitado, nada além disso. A resistência dos camponeses acentuou-se, o abastecimento das cidades tornou-se mais e mais difícil. Com o governo revolucionário desagregado e o Terror abandonado, era impossível exigir-se a execução das requisições e a observação dos tabelamentos.

A nacionalização de um importante setor da economia (indústrias de guerra, transportes internos, comércio exterior) não encontrava menores dificuldades, pois só se revelava eficaz no quadro do máximo geral. O sistema continuou a funcionar após o termidor, sempre sob a alta direção de Lindet, saído do Comitê de Salvação Pública a 15 de vendemiário (6 de outubro de 1794), mas nomeado presidente do Comitê de Comércio, da Agricultura e das Artes.

A nacionalização das indústrias de guerra suscitava oposições numerosas e poderosas. Os artífices e os industriais mal suportavam o controle do Estado, a tarifa do máximo e sobretudo as manufaturas nacionais que lhes prejudicavam o trabalho. Fazendo-lhes uma primeira concessão, o Comitê de Salvação Pública devolveu à empresa privada um certo número de manufaturas: assim, desde o frutidor, a fundição de Toulouse, e, no frimário, a de Maubeuge. Sobretudo, desmantelou pouco a pouco a grande manufatura de armas de Paris, reduzindo-a a oficinas de reparos, depois dispersando nas oficinas dos departamentos os operários de quem temia oposição política; no

pluvioso, só restava um milhar de operários assalariados do Estado.

A nacionalização do comércio externo lesava os interesses de armadores, negociantes e financistas, para quem o grande comércio marítimo e as especulações cambiais constituíam uma fonte essencial de lucros. Em seu relatório sobre a situação da República, no quarto dia *sans-culottide* do ano II (20 de setembro de 1794), Lindet concedeu que havia necessidade de reanimar o comércio exterior. A colheita era má, a escassez anunciava-se para a primavera; o Comitê de Salvação Pública preocupou-se com o abastecimento de cereais, autorizando os negociantes e os neutros a importá-lo livremente. A Convenção enveredou pelo caminho das concessões: a 26 de vendemiário (17 de outubro), um decreto autorizou os fabricantes a importar livremente os produtos necessários às suas oficinas; a 6 de frimário (26 de novembro), a importação de mercadorias não-proibidas tornou-se livre. Mas a liberdade de importação não se podia conciliar com a aplicação do máximo, ainda mais quando o decreto de 25 de brumário (15 de novembro) autorizava nos portos franceses o comércio livre com os neutros.

A ofensiva contra a economia dirigida e o máximo se generalizou pelo fim do outono. A 14 de brumário do ano III (4 de novembro de 1794), a Convenção encomendou um relatório sobre "os inconvenientes do máximo". O ataque recaiu sobretudo nos erros causados pela burocratização da economia nacional, que, à falta de qualquer organização estatística, não podia chegar a ter uma noção exata dos recursos e das necessidades. Ataque ainda mais vivo porque as repartições estavam cheias de partidários do regime do ano II. Através delas era visado o próprio princípio da economia dirigida, e particularmente o controle dos fornecimentos aos exércitos. Os financistas pretendiam retornar às antigas práticas e impor de novo ao Estado os serviços dos municiadores e das companhias financeiras — fonte de comércio rendoso e de enormes fortunas. A campanha dos partidários da liberdade econômica acabou vitoriosa: a 19 de frimário (9 de dezembro), um relatório do Comitê de Comércio, do qual Lindet fora logo afastado, concluía pela abolição do máximo.

O decreto de 4 de nivoso do ano III (24 de dezembro de 1794) trazia a supressão do máximo e da regulamentação; a circulação dos cereais era inteiramente livre no interior da República; a Comissão de Comércio e de Abastecimento conser-

vava, num ao preço corrente, um direito de preempção em benefício dos exércitos. A supressão do máximo deflagrou uma crise espantosa.

2. O Desmoronamento do "Assignat" e suas Conseqüências.

O desmoronamento do *assignat* constituiu a conseqüência imediata do abandono do máximo. A alta dos preços foi vertiginosa, a especulação sobre os gêneros de primeira necessidade desenvolveu-se de maneira monstruosa; o papel-moeda perdeu todo o valor, o câmbio ruiu. O *assignat*, que tombara a 50% de seu valor nominal em dezembro de 1793, caíra a 31% no termidor do ano II (julho de 1794); a não-observação do máximo fê-lo descer a 20% no frimário do ano III (dezembro de 1794); no germinal (abril de 1795), a 8%, no termidor (julho), a 3%. A alta dos preços condenou o Estado a uma inflação maciça, agravada ainda porque os impostos rendiam pouco ou eram pagos em *assignats* desvalorizados. A massa do papel-moeda cresceu com as emissões contínuas, atingindo dez bilhões em dezembro de 1794, dos quais oito bilhões em circulação; do pluvioso ao prairial (janeiro-maio de 1795), sete bilhões foram emitidos, a circulação passou a onze bilhões. Os camponeses e os mercadores recusavam os *assignats*, só aceitando o numerário. A recusa multiplicou a depreciação: embora de novembro de 1794 a maio de 1795 a circulação só aumentasse de 42,5%, o *assignat* perdeu 68% de seu valor, as 100 libras-papel passando de 24 para 7,5% libras-numerário.

A alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade variou de um departamento a outro. De uma maneira geral, porém, foi mais importante do que não o deixaria supor a depreciação do papel-moeda em relação ao numerário. Em março-abril de 1795, o índice do *assignat* era de 581, enquanto o índice geral dos preços atingia 758 em relação ao de 1790, e o dos gêneros alimentícios, 819.

A escassez aumentou ainda as conseqüências desastrosas da alta dos preços. Malgrado a prorrogação das requisições até 1º de messidor (19 de junho de 1795), os camponeses já não abasteciam os mercados, primeiro porque temiam receber o pagamento em *assignats*, segundo porque estavam autorizados a vender diretamente, fosse aos agentes da Comissão de Abastecimento para os exércitos, fosse aos negociantes que abas-

teciam os poderosos. Voltou-se, assim, às medidas coercitivas, os distritos instalando guardas nacionais nas vilas até à liberação da quantidade necessária de cereais. Com a chegada da primavera, porém, a insuficiência da colheita tornou inúteis tais providências. Em vão o governo quis fazer compras no estrangeiro: a penúria do Tesouro o obrigou a se valer, salvo para Paris e os exércitos, dos capitais privados, o que acentuuou ainda a preponderância da alta burguesia comerciante. Os fornecimentos do estrangeiro só começaram a chegar em maio de 1795. No Sul, sempre deficitário, a situação era desastrosa após o início do inverno; em Orléans, após o início da primavera. Enquanto a ração diminuía, o preço aumentava: em Verdun, a ração de uma libra para os operários, após o verão de 1794, e de três quartos de libra para o resto da população, foi reduzida à metade no começo da primavera de 1795, enquanto o preço subia a 20 *sous* por libra. Muitas municipalidades voltaram à regulamentação, amalgamando os cereais, racionando a distribuição, tabelando o pão abaixo do preço de custo. Mal conseguiram aliviar o sofrimento das classes populares, ainda mais insuportáveis devido ao contraste com o luxo exibicionista dos novos-ricos.

As conseqüências sociais do desmoronamento do *assignat* se diversificam segundo as categorias. Enquanto as classes populares mergulhavam no desespero (o inverno do ano III foi extremamente rigoroso, constituindo-se em mais um fator de desgraça para os pobres), enquanto a burguesia do velho regime vivia de rendas e os credores reembolsados em *assignats* estavam arruinados, devedores e especuladores enriqueciam com rapidez. Autênticos aventureiros que a inflação, as transações com os bens nacionais e os fornecimentos de guerra elevavam aos primeiros lugares da sociedade, infundiram sangue novo à velha burguesia; de suas fileiras saíram muitos homens de negócios que foram os iniciadores da produção capitalista na época diretorial ou napoleônica. A inflação completava a revolução social.

Em Paris, sob a dupla ação da penúria de gêneros e da desconfiança em torno do *assignat*, os preços dos gêneros e dos combustíveis conheceram uma alta vertiginosa. A libra de carne de boi, que custava nos Halles, 34 *sous*, a 6 de nivoso (26 de dezembro de 1794), atingia 7 libras e 10 soles, a 12 de germinal (1º de abril de 1795). De 580 em janeiro de 1795,

sobre a base de 100 em 1790, o índice parisiense do custo da vida subiu a 720 em março, a 900 em abril. O movimento dos salários e das receitas diversificava as consequências sociais da alta, que afetava pouco a grande burguesia de negócios e da indústria, os novos-ricos da inflação, que se abasteciam no mercado livre. A massa da população parisiense, ao contrário, via seu poder aquisitivo diminuir a cada encarecimento de preços: assalariados e empregados, artífices e lojistas, pequenos rentistas. O *chômage* adquiriu extensão considerável devido à penúria de matérias-primas e ao fechamento das oficinas produtoras de armas, cujo número de operários reduziu-se de 5.400 para 1.146. O desespero abatia-se nos meios populares, onde a morte ceifava. O frio multiplicava ainda as consequências desastrosas da subalimentação. O inverno do ano III apresentou temperaturas entre as mais baixas do século XVIII: 10º no início de 1795, 15º a 23 de janeiro. A mortalidade aumentou. No fim do inverno, as rações de pão e de carne fornecidas pela Agência de Subsistência, e que constituíam a base da alimentação popular, foram brutalmente reduzidas. Em consequência da insuficiência dos estoques requisitados e da penúria dos transportes, as reservas de cereais para o abastecimento de Paris diminuía pouco a pouco. A 25 de ventoso (15 de março), a ração de pão, "único alimento dos pobres", reduziu-se a uma libra, salvo para os trabalhadores manuais, que receberam uma libra e meia. Em muitas seções, como a do Jardim das Plantas, os padeiros não podiam fornecer pão a todos os portadores de cartões de racionamento; na seção dos Gravilliers, a 7 de germinal (27 de março), a ração foi de meia libra, e de um quarto de libra na da Fidelidade, a 10 de germinal (30 de março).

Nos primeiros dias do germinal do ano III, o desespero popular transformou-se em cólera, depois em revolta. A 29 de ventoso (10 de março), o Comitê de Salvação Pública escrevia: "Se falta pão um dia, não poderemos dominar a situação". Em vão, adotou medidas de circunstâncias, como, a 7 de germinal (27 de março), a ordem para distribuição de 6 onças de arroz por meia libra de pão; muitas donas de casa não puderam cozinhar o arroz à falta de combustível. Atenazados pela fome, os *sans-culottes* puseram-se em movimento. Desde 8 de nivoso (28 de dezembro de 1794), aliás, um relatório policial notava o aumento lento da cólera popular: "a classe indigente transmite inquietude às pessoas honestas, que temem

as conseqüências dessa carestia excessiva". Desde o fim do ventoso, o conflito parecia inevitável. Os próprios Comitês se preparavam para ele, multiplicando as prisões de Jacobinos e *sans-culottes*, armando os *bons cidadãos*, concedendo toda a liberdade de ação à juventude dourada. Face ao movimento popular restaurado pela escassez, uniu-se toda a reação burguesa.

III

As Últimas Insurreições Populares (germinal e prairial do ano III)

Durante o inverno do ano III, enquanto o *assignat* mais se desvalorizava e a crise econômica levava as massas populares ao desespero, duas tendências se defrontavam: progresso da reação e afirmação do regime das *pessoas honestas*, de um lado, e as primeiras tentativas para dar à revolta da fome que se anunciava uma orientação e metas políticas, de outro lado.

1. O Aumento da Oposição Popular Parisiense (inverno de 1794-1795).

A oposição popular recebeu apoio das organizações de base que haviam podido escapar à repressão termidoriana. A Sociedade dos Defensores dos Direitos do Homem, reforçada pelos Jacobinos ali admitidos após o fechamento do Clube, constituiu o centro de uma vigorosa oposição *sans-culotte* no bairro de Saint-Antoine, em particular nas seções de Montreuil e dos Trezentos. Na seção dos Gravilliers, a Sociedade dos Amigos da Liberdade e da Humanidade, formada "quase inteiramente de operários e de homens de pouca instrução", segundo um adversário, assegurava ao partido *patriota* a maioria na assembléia geral. Os *sans-culottes* conservavam ainda o poder nas seções de Bondy, dos Lombardos e do Museu.

A união de todos os adversários da reação termidoriana cresceu pouco a pouco. Babeuf iniciou a 28 de frimário (18 de dezembro de 1794) uma segunda campanha. Lastimando haver sido um dos primeiros a acusar "o sistema de Robespierre", constatara que já não havia senão dois partidos em atividade, o *povo dourado* e o *povo sans-culotte*, a quem con-

vocou à insurreição no número de 9 de pluvioso (28 de janeiro de 1795) de seu *Tribun du peuple* — o que lhe valeu a prisão. Lebois, em *L'Ami du peuple*, pregava, ele também, a guerra social contra o *milhão dourado*. Quanto aos velhos Jacobinos, reconciliados com Babeuf depois que este renunciara ao seu antiterrorismo, apóiam-no agora para reclamar a aplicação da Constituição democrática de 1793 ameaçada pelos projetos de revisão.

A atividade clandestina constituiu o recurso dos militantes populares, quando, no pluvioso, os Comitês de governo, inquietos, recorreram à repressão. A Sociedade dos Defensores dos Direitos do Homem foi dissolvida a 20 (8 de fevereiro de 1795), um certo número de opositores preso, entre os quais Babeuf, enquanto as *pessoas honestas* se apoderavam das seções até então julgadas populares, sobretudo a do Museu. Os antigos militantes seccionários se reagruparam clandestinamente. As denúncias de conciliábulos secretos multiplicaram-se no ventoso. No fim desse mes, um sistema clandestino de cotizações permitiu aos *patriotas* lançar uma campanha de cartazes e de folhetos anônimos de caráter insurrecional: a 22 de ventoso (12 de março), o apelo *Povo, desperta que já é tempo*, colado em profusão nos bairros; a 3 de germinal (23 de março), o *Alerta nacional*; a 5 (25 de março), o *Manifesto à Convenção e ao Povo*. O agravamento da escassez levou a agitação popular ao auge, sobretudo porque coincidia com uma crise política no seio da Convenção.

2. As Jornadas do Germinal do Ano III (abril de 1795).

A crise política do início do germinal envolveu a maioria termidoriana da Convenção e a *Crista* — minoria montanhesa um momento reforçada pelos progressos da reação. A oposição irreductível se cristalizou em dois pontos. A Constituição de 1793, apresentada por Fréron como “a produção de alguns celerados”, e que a maioria termidoriana pretendia agora revisar com leis orgânicas, era, ao contrário, considerada pela *Crista* como o “palladium” do povo francês. A 2 de germinal (22 de março), começou, por outro lado, o debate sobre a acusação dos *Quatro*: Barère, Billaud-Varenne, Collot d'Herbois e Vadier — debate tumultuoso que inflamou a opinião popular e impacientou a opinião burguesa. A Convenção abreviou-o por dois decretos: o de 9 de germinal (29 de março) repelia qualquer idéia de anistia, pelo que a Convenção decidiu

retomar o processo dos *Quatro*; no dia 12 (1º de abril), nomeou uma comissão encarregada de preparar as leis orgânicas.

A mobilização das massas populares já se efetuara naquela data. As concentrações às portas das padarias tornaram-se tumultuosas depois do ventoso (meados de março). A 27 de ventoso (17 de março) uma multidão dos bairros Saint-Marceau e Saint-Jacques dirigiu-se à Convenção: "Falta-nos o pão, estamos em via de lamentar todos os sacrifícios feitos pela Revolução." A 1º de germinal (21 de março), as três seções do bairro de Saint-Antoine apareceram por seu turno na Convenção, reclamando o emprego da Constituição de 1793, medidas contra a escassez e denunciando os inimigos do povo, "escravos dos ricos". As rixas multiplicaram-se entre *sans-culottes* exasperados e grupos da juventude dourada. O governo, porém, continuava seus preparativos para resistir à insurreição esperada. A 1º de germinal (21 de março), Sieyes fez votar uma lei altamente repressiva: pena de morte contra os que, através de movimento planejado e com palavras de ordem sediciosas, se atirassem contra a Convenção. No dia 2 (22 de março), os Comitês fizeram distribuir aos cidadãos de confiança 100 fuzis por seção. Os incidentes agravaram-se a 7 de germinal (27 de março), na seção dos Gravilliers, e duraram dois dias. No dia 10 (30 de março), as assembléias de seção foram tempestuosas; em dez delas, os *sans-culottes* levaram vantagem. No dia seguinte, a seção dos Trezentos apareceu novamente na Convenção, apresentando um verdadeiro programa popular: condenando as consequências de 9 de termidor e a abolição do máximo, reclamava uma municipalidade parisiense eleita, a reabertura das sociedades populares e a aplicação da Constituição. "Estamos de pé para defender a República e a liberdade." Esse o sinal do sublevamento popular.

A jornada de 12 de germinal do ano III (1º de abril de 1795) marcou o grau de desorganização a que chegara o movimento popular, privado de seus quadros atingidos pela repressão. Manifestação em vez de insurreição, constituiu-se no movimento desordenado de uma multidão desarmada que se contentou, após invadir a Convenção, em exprimir suas reivindicações: a Constituição de 1793 e medidas contra a escassez. A guarda nacional dos bairros ricos dispersou sem esforço os manifestantes. A jornada fracassara, à falta de um plano preciso de ação e de chefes; as horas em que os *sans-*

culottes haviam dominado a Convenção foram perdidas no tumulto e em discursos vãos. A agitação persistiu no dia seguinte, 13 de germinal (2 de abril), sobretudo no bairro de Saint-Antoine, na seção dos Trezentos. A Convenção decretou o estado de sítio e a ordem foi rapidamente restabelecida.

As conseqüências políticas do fracasso popular não se fizeram esperar. A direita aproveitou-se. “É preciso — declarou André Dumont, um de seus dirigentes — que essa jornada seja completada”. Na noite de 12 para 13 de germinal, a Convenção decretou a deportação dos *Quatro* para a Guiana, sem julgamento. A esquerda viu-se ainda dizimada pela prisão de oito Montanheses, entre os quais Amar e Duhem, logo enviados para o forte de Ham, que recebeu, alguns dias mais tarde, mais oito deputados, entre os quais Cambon. A 17 de floreal (6 de maio), Fouquier-Tinville foi condenado à morte com quatorze jurados do antigo Tribunal Revolucionário. A questão constitucional passava, porém, à ordem do dia. A Constituição de 1793 não estivera até então em debate propriamente dito, circunscrevendo-se este à emenda do texto por leis orgânicas. Agora, porém, a Constituição é denunciada, como, por exemplo, a 25 de floreal (14 de maio), na seção da República, que a denominou de “Constituição decênvia ditada pelo medo e aceita sob o império do medo”. Os progressos da reação, conjugados com a transformação da escassez em fome, relançaram o movimento popular.

3. O Prairial do Ano III (maio de 1795).

A repressão à sublevação do germinal e a perseguição aos militantes seccionários não quebraram o movimento popular parisiense, mas contribuíram, ao contrário, para excitar o espírito de revolta. A 21 de germinal (10 de abril de 1795), a Convenção decretara o desarmamento dos “homens conhecidos em suas seções como tendo participado dos horrores cometidos pela tirania”: verdadeira lei dos suspeitos contra todos os que haviam participado do sistema do ano II. No Sul, o desarmamento de antigos terroristas encorajou os massacradores do Terror branco, que atingiram o apogeu no floreal e prairial. Em Paris, se o número dos desarmados afigurava-se restrito (1.600, mais ou menos, para todas as seções), o desarmamento atingira, no entanto, os melhores militantes do ano II, e constituiu, segundo a expressão de um deles, “uma ignomínia política, uma espécie de mal físico”. Como o porte de arma constituía

um dos valores essenciais na ideologia popular da igualdade, o desarmamento implicava a exclusão da comunidade dos homens livres e a perda dos direitos cívicos, exasperando, por conseguinte, o espírito de revolta entre os militantes populares.

A fome no floreal levava entretanto as massas ao desespero. À medida que a primavera avançava, o abastecimento piorava. Em Paris, os estoques de gêneros esgotaram-se, as distribuições dependiam da chegada diária de mantimentos. A ração quotidiana de um quarto de libra, o mais baixo nível antes do germinal, tornou-se normal; a repartição era mal organizada, por isso as donas de casa esperavam em vão às portas dos padeiros. Em toda a França generalizaram-se os conflitos; na Normandia e ao longo do Sena, revoltosos famintos atacavam os comboios destinados à capital. A alta dos preços continuava, enquanto o arruinamento dos fornecimentos, em particular de combustível, provocava o aumento do *chômage*. Sobre uma população subalimentada durante vários meses, e que esgotara todos os recursos, a fome no floreal-prairial do ano III teve conseqüências catastróficas — fome social que atingiu principalmente as classes populares, o governo se recusando a estabelecer um racionamento geral e o dinheiro permitindo aos ricos subsistirem graças ao mercado livre. Homens e mulheres tombavam de inanição nas ruas, a mortalidade aumentava, os suicídios se multiplicavam:

“Não se encontram nas ruas — escreveu o reacionário *Messenger du soir*, a 8 de floreal (27 de abril) — senão figuras pálidas e descarnadas, retratos da dor, da fadiga, da fome e da miséria.”

Ao sentimento de compaixão juntava-se, na mentalidade dos poderosos, o temor de uma fome provocadora de pilhagem — ameaça à propriedade.

A cólera popular derivava pouco a pouco, com efeito, para o desespero. A fome revalorizava o regime do ano II:

“Sob o reinado de Robespierre o sangue corria e não faltava pão; hoje o sangue não corre mais e falta pão; é preciso que ele corra para que o tenhamos”,

proposta terrorista várias vezes denunciada pela polícia. A Constituição de 1793 constituía mais do que nunca uma espécie de terra prometida:

“Nessa promessa de democracia — escreveu Levasseur de la Sarthe, em suas *Mémoires* — estão, para o povo, todas as esperanças.”

A agitação seccionária reapareceu no floreal. No dia 10 (29 de abril), a seção de Montreuil declarou-se em assembléia permanente e convidou as outras a imitá-la, a fim de deliberarem sobre a questão dos meios de subsistência. No dia 11 (30 de abril), estourou uma revolta na seção do Boné-da-Liberdade. Os panfletos e cartazes incendiários apareceram logo. Inquieto, o governo concentrou ao redor de Paris forças numerosas, evitando, porém, fazê-las entrar na Capital, a fim de impedir o contágio popular. Nas assembléias seccionárias de 30 de floreal (19 de maio), a agitação chegou ao auge. Naquele dia, o panfleto *Insurreição do Povo para Obter Pão e Reconquistar seus Direitos* deu o sinal da sublevação popular, fixando como palavras de ordem, *pão e Constituição de 1793*.

A 1ª de prairial do ano III (20 de maio de 1795), o sino soou desde as cinco horas da manhã nos bairros de Saint-Antoine e Saint-Marceau. Imediatamente o tambor bateu em todos os quarteirões do Leste; as mulheres percorreram as ruas, as oficinas, os homens empunharam armas. Pelas dez horas da manhã, os primeiros agrupamentos de mulheres marcharam ao som do tambor sobre a Convenção. A mobilização da guarda nacional foi lenta. No começo da tarde, os batalhões do bairro de Saint-Antoine se agitaram por seu turno, reforçando os batalhões de diversas seções. No mesmo instante, uma multidão de mulheres apoiadas por alguns homens tentava invadir a sala da Convenção. Quando, pelas três horas, os batalhões apareceram no Carrousel, o levante tornou-se irresistível, a Convenção submergida, o deputado Féraud massacrado e sua cabeça espetada na ponta de uma lança. Estourou um longo tumulto em meio ao qual um artilheiro, Duval, chegou a ler a *Insurreição do Povo*, programa da revolta. Mas os insurretos nada fizeram para se apoderar dos Comitês de governo, que tiveram, assim, tempo de preparar o contra-ataque, esperando que os deputados montanheses se comprometessem. Pelas sete horas da noite, as deliberações recommençaram: Duroy e Romme fizeram votar a permanência das seções e a libertação dos patriotas encarcerados, Soubrany a destituição do Comitê de Segurança Geral e sua substituição por uma comissão provisória. Eram onze e meia

da noite. A guarda nacional dos quarteirões do Leste foi lançada, então, contra a sala da Convenção, repelindo os insurretos. Foram presos os quatorze deputados comprometidos.

A 2 de prairial do ano III (21 de maio de 1795), a insurreição reestruturou-se no bairro de Saint-Antoine, enquanto se realizavam assembléias ilegais nas seções populares. Uma multidão apoderou-se da Casa da Comuna, e batalhões do bairro, pelas três horas da tarde, marcharam uma vez mais sobre a Convenção. Houve defecções na gendarmaria. Como a 2 de junho de 1793, os artilheiros populares assestaram os canhões, pelas 7 horas da noite, contra a Assembléia, mecha acesa. Os artilheiros das seções moderadas também desertaram para o lado dos rebeldes. Legendre convidou os deputados a esperar a morte sentados — mas em lugar de derrubar a guarda termidoriana, os insurretos hesitaram, enquanto dez convencioneiros enviados pelos Comitês de governo vinham parlamentar: os revoltosos se deixaram embair por uma falsa “fraternização”. Uma comissão foi admitida na Sala da Convenção. O orador reiterou, num discurso ameaçador, as exigências dos *sans-culottes* — pão e Constituição de 1793. O presidente da Casa lhe deu um abraço. Os batalhões insurretos retomaram o caminho de suas seções, deixando escapar a última oportunidade. “Nosso golpe falhou — teria declarado um revoltoso. — Enganaram o povo com discursos.”

A redução militar do bairro de Saint-Antoine foi preparada desde 3 de prairial (22 de maio). Três mil homens de cavalaria entraram em Paris, reforçados no dia seguinte por numerosos destacamentos. Com os “bons cidadãos” mobilizados por convocação pessoal, o governo dispunha de cerca de 20.000 homens, dos quais Menou foi nomeado general-chefe. “Paris parece um campo de batalha”, escreveu *Le Journal des Hommes libres*. Esgotado, o bairro dormia enquanto as tropas governamentais o cercavam à noite. A 4 de prairial, pela manhã, grupos da juventude dourada invadiram o bairro, mas tiveram de realizar uma retirada gloriosa. Os batalhões das três seções estavam de pé, os canhões assestados sobre a cidade, apoiados pelas mulheres “reunidas em todos os cantos”, segundo o relato de um olheiro da polícia: “Fisicamente falando, o pão é a base da insurreição, mas a Constituição de 1793 é a alma; em

geral eles têm um semblante triste". Sem chefes, quase sem quadros, os insurretos só eram sustentados pelo desespero. Pelas quatro horas da tarde, as tropas receberam ordem de avançar. Instado a depor as armas, o bairro rendeu-se sem combater. Pelas oito horas tudo estava acabado.

A repressão logo organizada desenvolveu-se em dois sentidos: o judiciário e o seccionário. Desde 4 de prairial, o Comitê de Segurança Geral anunciava que as prisões estavam repletas.

A repressão judiciária foi dirigida pela Comissão militar criada pela Convenção a 4 de prairial, e julgou 149 homens, libertando 73, condenando 36 à morte, 18 à detenção, 12 à deportação, 7 aos ferros. Foram condenados à morte, em particular, 18 dos 23 gendarmes que se haviam passado para a insurreição, 5 chefes dos insurretos, entre eles Duval e Delorme, capitão dos artilheiros da seção de Popincourt, homens de coragem e decisão, e 6 dos deputados montanheses comprometidos com o povo a 1º de prairial. Esses últimos se apunhalaram ao sair do tribunal: Duquesnou, Goujon e Romme tombaram mortos; Bourbotte, Duroy e Soubrany foram mortos na guilhotina. Estes os *mártires do prairial*.

A repressão seccionária, pelas suas conseqüências a longo prazo, foi mais importante ainda. A 4 de prairial, a Convenção determinou às seções parisienses o desarme e a prisão, em caso de necessidade, de seus *maus cidadãos*. Esse vasto expurgo seccionário desenrolou-se de 5 a 13 de prairial, causando cerca de 1.200 prisões e 1.700 desarmamentos, sobretudo, insurretos do prairial e militantes *sans-culottes* do ano II, mesmo ausentes das insurreições do ano III, bem como antigos terroristas e Jacobinos. O efeito psicológico e social revelou-se considerável, o encarceramento prolongado dos homens significando para muitas famílias o aniquilamento total. Assim, foram destruídas as duas forças pelas quais o regime termidoriano sentira-se por um momento ameaçado.

Jornadas decisivas. Esgotado, desorganizado, privado de seus chefes e de seus quadros devido à repressão, o movimento popular viu voltar-se contra ele, dos republicanos aos partidários do Velho Regime, o bloco da burguesia apoiado no exército. Quebrado seu impulso — o movimento popular — a Revolução estava acabada.

O fracasso das insurreições populares do germinal e do prairial do ano III constitui em última análise o episódio mais dramático do conflito de classes no seio do antigo Terceiro Estado. A burguesia francesa havendo tomado as rédeas, jamais o movimento popular poderia atingir suas próprias metas. Assim como os antagonismos entre governo revolucionário e movimento popular haviam arruinado o regime do ano II, assim a oposição fundamental entre a Revolução burguesa e o movimento popular consagrara este ao fracasso, ajudado pelas contradições internas que o degeneraram.

A *sans-culotterie* não constituía uma classe, nem o movimento popular um partido de classe. Artífices e lojistas, operários e diaristas formavam com uma minoria burguesa uma coalizão que desfechou contra a aristocracia uma força irresistível. Mas no íntimo dessa coalizão, a oposição acentuou-se entre os que, artífices e lojistas, viviam do lucro que tiravam da propriedade dos meios de produção, e os que, operários e diaristas, não dispunham a não ser do salário. As necessidades da luta revolucionária haviam solidificado a unidade da *sans-culotterie* e repellido para o último plano os conflitos de interesse que envolviam seus diversos elementos, uma vez que não podia suprimi-los. Ajuntem-se a isso as características da mentalidade social que complicavam ainda o jogo das oposições. As contradições da *sans-culotterie* não se identificavam exatamente com as contradições entre proprietários e produtores, de um lado, e assalariados, de outro. Entre esses últimos, empregados, professores e artistas se consideravam, em razão do seu modo de vida, burgueses, e não pretendiam confundir-se como *baixo povo*, mesmo lhes esposando a causa.

A consciência de classe faltava, portanto, aos *sans-culottes* de recrutamento social heterogêneo. Se estes mostravam-se geralmente hostis ao capitalismo nascente, não o era pelos mesmos motivos. O artífice evitava ligações com o assalariado; o operário detestava o monopolista que lhe encarecia a vida. Assalariados, os operários não possuíam, contudo, nenhuma consciência social própria; sua mentalidade era quase sempre talhada pelo artesanato, a concentração capitalista não tendo ainda despertado o sentido da solidariedade de classe. Não se pode negar, porém, entre os *sans-culottes* assalariados, um certo sentido de unidade, que caracterizava não somente suas ocupações manuais e seu lugar na produção, como também

seu vestuário e gênero de vida. Também a falta de instrução, que engendrava nas fileiras populares um sentimento de inferioridade e muitas vezes de impotência: quando os *homens de talento* da média burguesia jacobina vieram a faltar à *sans-culotterie* parisiense, esta se perdeu.

Um partido disciplinado, repousando sobre um recrutamento de classe e uma severa depuração — eis um instrumento de luta política que faltou sempre à *sans-culotterie* parisiense, malgrado algumas tímidas tentativas de coordenação. Se numerosos militantes esforçaram-se para disciplinar o movimento popular, muitos foram também os que não tiveram sentido algum de disciplina social e política. Quanto à massa em si mesma, à parte o ódio à aristocracia, não podia possuir sentido político muito grande: as condições econômicas e sociais da época são prova disso. A massa aguardava confusamente as vantagens da Revolução; reclamou o máximo para manter seu nível de vida, desviou-se do governo revolucionário quando este utilizou a economia dirigida para os fins da defesa nacional, sem ver, a massa, que a queda do governo revolucionário arrastaria a *sans-culotterie*.

A marcha da história, por fim, levava em sua própria dialética a degenerescência do movimento popular. Cinco anos de lutas revolucionárias constantes lhe causaram a perda da agressividade e do vigor, enquanto a *grande esperança* sempre adiada desmobilizava pouco a pouco as massas. “O povo se cansa”, notara Robespierre. E os *sans-culottes* dos bairros de Saint-Marceau e Saint-Jacques, a 27 de ventoso do ano III (17 de março de 1795): “Estamos em via de lamentar todos os sacrifícios feitos pela Revolução.” Mes a mes, o esforço de guerra enfraquecera a *sans-culotterie*, esgotada pelo recrutamento dos mais jovens, mais combativos, mais conscientes também e mais entusiastas, para os quais a defesa da pátria nova constituía o primeiro dever revolucionário. Desde o ano II, batalhões das seções parisienses eram formados por uma boa parte de homens de mais de cinquenta e mesmo sessenta anos. O envelhecimento do movimento popular provocou consequências irremediáveis quanto ao ardor combativo das massas.

Não se pode, contudo, ficar num balanço puramente negativo do movimento popular que soçobrou na repressão do prairial do ano III. Depois de julho de 1789, ou melhor, depois de 10 de agosto de 1792, ele contribuiu com uma ajuda decisiva

à revolução burguesa, para fazer avançar a história. De 1789 ao ano III, a *sans-culotterie* parisiense constituiu o elemento eficaz da luta revolucionária e da defesa nacional. O movimento popular permitiu em 1793 a instauração do governo revolucionário e, portanto, a derrota da contra-revolução no interior, da coalizão no exterior. Seu triunfo, durante o verão de 1793, pôs o Terror na ordem do dia — o Terror que acabou por destruir a velha sociedade. O Termidor deflagrou uma reação geral — mas então, o Terror desentulhara o terreno pela instauração de novas relações sociais.

A derrota do prairial do ano III, eliminando por longo tempo o povo da cena política, arruinando a esperança popular de uma democracia social igualitária, permitiu o restabelecimento com o 89 e a obra da Constituinte: sobre o fundamento da liberdade econômica e do regime censitário retomados, o reinado burguês dos notáveis começava.

TERCEIRA PARTE

“UM PAÍS GOVERNADO
PELOS PROPRIETARIOS”
REPÚBLICA BURGUESA
E CONSOLIDAÇÃO SOCIAL
(1795-1799)



O NOVENTA E CINCO rejuvenesce o oitenta e nove. É o ano III da República, o ano I da Liberdade.

A *sans-culotterie* e o movimento popular, fatores decisivos das lutas políticas e sociais depois de 1789 e mais ainda depois de 10 de agosto de 1792, estão agora eliminados do cenário. As necessidades da guerra contra a aristocracia, contra a contra-revolução interna e a coalizão estrangeira, haviam imposto por um momento a aliança dos *sans-culottes* aos Montanheses, obrigados, estes, em contrapartida, a tolerar o ensaio de uma democracia popular. Os proprietários conservaram por muito tempo a recordação terrível dessa tentativa: sua liberdade reduzida, o lucro limitado, a plebe impondo-lhes a lei! Inflexível e com a sua consciência de classe reforçada, a burguesia está disposta a impedir a qualquer preço que se renove a experiência do ano II. Organizou ciumentamente o seu poder. Com a primazia dos *notáveis* restaurada, a nação definia-se novamente no quadro estreito da burguesia censitária.

Os princípios do novo *status* foram levantados com nitidez por Boissy d'Anglas, em seu discurso preliminar ao projeto de Constituição, a 5 de messidor do ano III (23 de junho de 1795):

“Deveis garantir afinal a propriedade do rico... A igualdade civil — eis tudo quanto o homem razoável pode exigir... A igualdade absoluta é uma quimera; para que pudesse existir, seria necessário que houvesse uma igualdade total de espírito, de virtude, de força física, de educação, de fortuna.”

Vergniaud já desenvolvera o mesmo arrazoado a 13 de março de 1793:

“A igualdade para o homem social não passa de igualdade de direitos. Não pode pretender o nivelamento

das posições, das forças, do espírito, da atividade, da indústria e do trabalho.”

Singular continuidade da Gironda aos Termidorianos! Boissy d'Anglas prossegue:

“Devemos ser governados pelos melhores; os melhores são os mais instruídos e os mais interessados na manutenção das leis; ora, com muitas poucas exceções não encontrareis homens desse tipo senão entre os que, possuindo uma propriedade, estão vinculados ao país que a encerra, às leis que a protegem, à tranquilidade que a conserva, e que devem a tal propriedade e ao bem-estar que ela proporciona a educação que os armou para discutir com sagacidade e justiça as vantagens e os inconvenientes das leis que determinam o destino da pátria... Um país governado pelos proprietários está dentro da ordem social; o país onde os não-proprietários governam acha-se em estado de Natureza.”

A liberdade da economia está necessariamente vinculada ao direito de propriedade:

“Se concederdes a homens sem propriedade os direitos políticos sem restrições, e se eles ocuparem algum dia as cadeiras de legisladores, provocarão ou deixarão provocar agitações sem temer-lhes os efeitos; estabelecerão ou deixarão estabelecer impostos funestos ao comércio e à agricultura, porque não sentirão, temerão ou preverão as temíveis conseqüências, precipitando-nos, por fim, nas convulsões violentas das quais emergimos com esforço.”

Isso equivalia a condenar sem apelação a experiência do ano II e a fechar todas as portas às classes populares. Assim, na tradição do oitenta e nove, podia esboçar-se, no entendimento dos republicanos termidorianos e dos monarquistas constitucionais, o quadro de uma nação de *notáveis*, isto é, de proprietários pelo menos abastados:

“O homem sem propriedade — precisara Boissy d'Anglas — necessita de um constante esforço de virtude para se interessar pela ordem que nada lhe conserva.”

O direito de propriedade, a burguesia pretendia, doravante, reservá-lo ciumosamente para si. O acesso à propriedade, facilitado um momento pela legislação montanhesa, foi recusado aos não-proprietários, à pequena massa camponesa em particular, em nome das necessidades da economia liberal. Desde 22 de frutidor do ano II (8 de setembro de 1794), Lozeau, deputado da Charente-Inférieure, subentendera essas necessidades ao apresentar à Convenção sua exposição "sobre a impossibilidade material de transformar todos os franceses em proprietários agrícolas e sobre as conseqüências lamentáveis provocadas, finalmente, por tal transformação". É uma quimera pretender-se, com as distribuições de terra, suprimir a indigência; admitindo-se mesmo que se pudesse transformar todos os camponeses em agricultores independentes, a República nada teria a felicitar-se: onde os grandes fazendeiros, os comerciantes, os industriais encontrariam, então, a mão-de-obra indispensável a suas empresas? A existência de um proletariado é condição necessária à ordem econômica e social burguesa.

A aristocracia, contudo, não se resignou: a guerra reacendeu-se após uma efêmera tentativa de paz. O frágil equilíbrio da nação burguesa e da "República dos Proprietários", cuja forma liberal a revestia de menor resistência, voltou à baila. Em 1799, como no ano II, o perigo da pátria impôs o recurso aos métodos autoritários. Estava fora de cogitação, no entanto, que a preponderância social e política da burguesia fosse posta na balança pelas massas populares; repelida a ditadura revolucionária, restava a solução de uma ditadura militar. Tal foi o sentido do 18 de brumário: no ano VIII, a nação continuou nos estreitos limites censitários que os notáveis da República dos Proprietários lhe haviam assinalado desde o ano III.

1911. "The Great War"

1912. "The Great War"

1913. "The Great War"

1914. "The Great War"

1915. "The Great War"

1916. "The Great War"

1917. "The Great War"

1918. "The Great War"

1919. "The Great War"

1920. "The Great War"

1921. "The Great War"

1922. "The Great War"

1923. "The Great War"

1924. "The Great War"

1925. "The Great War"

1926. "The Great War"

1927. "The Great War"

1928. "The Great War"

1929. "The Great War"

1930. "The Great War"

1931. "The Great War"

1932. "The Great War"

1933. "The Great War"

1934. "The Great War"

1935. "The Great War"

1936. "The Great War"

1937. "The Great War"

1938. "The Great War"

1939. "The Great War"

1940. "The Great War"

1941. "The Great War"

1942. "The Great War"

1943. "The Great War"

1944. "The Great War"

1945. "The Great War"

1946. "The Great War"

1947. "The Great War"

1948. "The Great War"

1949. "The Great War"

1950. "The Great War"

1951. "The Great War"

1952. "The Great War"

1

O FIM DA CONVENÇÃO TERMIDORIANA OS TRATADOS DE 1795 E A CONSTITUIÇÃO DO ANO III

APÓS o esmagamento dos sans-culottes parisienses nas jornadas do prairial do ano III, a reação acelerou-se. Mas os excessos do Terror branco, e mais ainda a tentativa de desembarque em Quiberon, que marcou a traição dos emigrados, constituíram-se finalmente em vantagem para a Revolução. Ao mesmo tempo, os Termidorianos colhiam os frutos do esforço do governo revolucionário: a coalizão dissociou-se.

Os Termidorianos nem por isso se cingiram menos à sua política de compromisso e de centro. No exterior, retornaram à diplomacia tradicional e, perpetuando dessa forma a guerra, afirmaram-se à custa de uma paz feita de anexações e de conquistas. No interior, entenderam-se com a direita para completar sua obra: republicanos moderados e monarquistas constitucionais lançaram, com a Constituição do ano III, os fundamentos do regime dos notáveis. Mas antes mesmo de ser iniciada, a nova experiência constitucional já estava comprometida pela oposição monarquista e pela continuação da guerra.

I

Os Dias Seguintes ao Prairial
O Terror Branco e Quiberon
(maio-julho de 1795)

As jornadas do prairial do ano III, ao eliminar qualquer oposição popular, imprimiram à reação um movimento acelerado que afetou todos os domínios da vida pública.

O restabelecimento do culto foi a primeira consequência. Desde 11 de prairial (30 de maio de 1795), e segundo proposição de Lanjuinais, as igrejas foram devolvidas aos fiéis, as manifestações exteriores do culto continuando, porém, interditas. Em virtude do princípio do *simultaneum*, culto semanal, catolicismo constitucional e catolicismo romano dividiram a propriedade das igrejas — do que se originaram conflitos contínuos. Uma declaração de submissão às leis da República foi exigida de todos os padres. Os constitucionais disso tiraram partido para reconstituir sua igreja sob a direção de Grégoire. Os romanos, antigos refratários, se dividiram como acontecera no *pequeno juramento* de 1792: os *submissos* seguiram o exemplo do *Abade Emery*, antigo diretor do Seminário de Saint-Sulpice, os *não-submissos* persistiram no culto clandestino. Continuaram os incidentes religiosos.

A ruína do *assignat* decorria do esmagamento dos *sans-culottes*: a burguesia termidoriana o abandonou à sua sorte. A Convenção consagrou, finalmente, a falência do papel-moeda, ao estabelecer, a 3 de messidor do ano III (21 de junho de 1795), uma escala de depreciação em relação com as emissões sucessivas. A 2 de termidor (20 de julho), ordenou o pagamento em cereais da metade da contribuição territorial. Concedeu, por fim, aos funcionários, uma escala móvel de vencimentos. O Tesouro continuava vazio, mas as emissões prosseguiram no ritmo de quase 4 bilhões por mes. De 8% de seu valor nominal no germinal (abril), o *assignat* caiu para 5%, no messidor, e para 3%, no termidor (julho de 1795).

O Terror branco recebeu impulso decisivo da derrota popular do prairial. Na Convenção, os membros dos antigos Comitês do ano II, salvo Carnot e Prieur de la Côte-d'Or, foram presos, bem como uma dezena de deputados montanheses.

Ruhl e Maure, ameaçados, se suicidiram. A Convenção suprimiu o Tribunal Revolucionário, a 12 de prairial (31 de maio de 1795), e anulou as condenações por federalismo.

Nos departamentos, os velhos terroristas passavam em julgamento: assim os membros da Comissão de Orange e Lebon, na Somme, que foram executados. A 20 de floreal (9 de maio), a Convenção autorizara os órgãos administrativos, agora nas mãos de antigos federalistas ou de monarquistas comprovados, a denunciar os terroristas aos oficiais de polícia judiciária. Os processos se multiplicaram. Por toda parte os homens do ano II foram perseguidos; se não eram condenados, sofriam mil aflições, a vida se lhes tornava impossível. A maioria das cidades possuía agora sua juventude dourada, senhora das ruas, com a cumplicidade das autoridades. Bandos de massacradores, companhias de Jesus, de Jeú ou do Sol espalhavam o terror no Sudoeste. Prisioneiros foram massacrados em Lons-le-Saulnier, em Bourg; em Lyon, as prisões foram forçadas a 5 e 15 de floreal (25 de abril e 4 de maio), os detidos, executados. Massacres ainda em Montbrison, em Saint-Etienne. A companhia marselhesa do Sol massacrrou prisioneiros em Aix, a 22 de floreal (11 de maio), e novamente a 27 de termidor (14 de agosto). Os *sans-culottes* que continuavam insurgidos em Toulon, última fortaleza jacobina, foram esmagados a 4 de prairial (23 de maio), e o Terror branco cresceu. A Companhia do Sol massacrrou os detidos políticos do forte Saint-Jean, em Marselha, a 17 de prairial (5 de junho). Em Tarascon, os jacobinos foram precipitados do alto do castelo do rei René, no Rhône, sob os olhos e os aplausos da aristocracia local. Mortes ainda em Salon, em Nîmes, em Pont-Saint-Esprit. "Há massacres por toda parte", escreveu um convencional, a 13 de prairial (1º de junho de 1795).

O despertar do partido monarquista acompanhou o Terror branco. Os Termidorianos que continuavam republicanos acabaram por se alarmar, ao verem todos os partidários da Revolução ameaçados sem distinção pelo assomo da monarquia. A imprensa parisiense lhe era geralmente favorável: "As esperanças mais loucas se manifestam de todas as partes — escreveu *Le Moniteur*, a 17 de prairial (5 de junho de 1795), parece que à Convenção nada resta senão pronunciar a realeza."

Em Paris, os refratários e os emigrados que haviam retornado ao país derramavam o ouro inglês. Nos departamentos,

as árvores da liberdade haviam sido cortadas, o pendão tricolor pisoteado. Mas os monarquistas estavam divididos. Os constitucionais pensavam governar sem os bons ofícios de Luís XVII, sempre prisioneiro no Templo: o menino morreu a 20 de prairial (8 de junho de 1795). Os absolutistas, partidários do retorno ao Velho Regime, eram mais numerosos. De Verona, o Conde de Provence, tomando o nome de Luís XVIII, lançou um manifesto a 24 de junho de 1795: prometia o restabelecimento das ordens, dos parlamentos e da preeminência da Igreja, a punição dos regicidas; em sua roda social, fazia questão de prender os Constituintes e fuzilar os adquirentes de bens nacionais. Na França, os monarquistas da mesma tendência se preparavam para reacender a insurreição; reconstituíam seus quadros no Franche-Comté, na Ardèche, no Haute-Loire e Lozère, desenvolvendo ao mesmo tempo a corrupção pelo intermediário da *agência real* de Paris: em maio e junho de 1795, Pichegru, general do exército do Reno, foi solicitado. Desde o início do prairial, os *chouans* haviam retomado as armas. Ante o perigo monarquista, os Termidorianos se uniram e lhe fizeram frente.

A expedição de Quiberon, demonstrando, se ainda fosse preciso, a colusão dos monarquistas com a Inglaterra, acabou de reanimar o ardor republicano. Mallet du Pan, clarividente, sublinhara, a 21 de junho de 1795, o perigo dessa colusão para a causa monarquista:

“A guerra civil é uma quimera — escreveu ele. — O recurso à guerra estrangeira não está menos gasto: nada iguala o desprezo que se vota na França às armas e à política dos aliados, a não ser o ódio, não menos geral, que eles têm inspirado.”

As concessões da Convenção aos insurretos do Oeste, a repressão que se seguiu ao Prairial e a fraqueza do governo encorajaram, no entanto, os partidários do recurso às armas. Um desembarque foi preparado por Puisaye; o governo inglês forneceu dinheiro, uma esquadra e uniformes para os emigrados, formados em duas divisões sob o comando de d'Hervilly e de Sombreuil. O desembarque verificou-se a 9 de messidor (27 de junho de 1795), na península de Quiberon, costa meridional da Bretanha. Se alguns grupos de *chouans* pegaram em armas sob a direção de Cadoudal, a massa da população

bevanle monarquista

não se mexeu. A discórdia paralisou o comando monarquista, opondo d'Hervilly e Puisaye. Alertado após o início do prairial, o governo tivera tempo de concentrar tropas sob o comando de Hoche. Repelindo os *chouans* na península, obstruiu-a com sólidas trincheiras. Os monarquistas tentaram, a 19 de messidor (7 de julho), uma partida que resultou em fracasso sangrento. Novo fracasso a 28 de messidor. As tropas republicanas deram o assalto na noite de 2 para 3 de termidor (20-21 de junho de 1795). Os emigrados foram repelidos até o extremo da península. Puisaye logrou voltar à esquadra inglesa, Sombreuil se rendeu. Em virtude dos decretos em vigor, 748 emigrados presos com armas na mão, envergando uniforme britânico, foram fuzilados como auxiliares da coalizão e traidores da pátria.

O desembarque frustrado dos emigrados em Quíberon aumentou mais ainda, em todo o país, o ódio à Inglaterra e consolidou a República no instante em que a coalizão se dissocia definitivamente.

II

A Paz Conquistada (1795)

Os Termidorianos haviam arruinado a obra do governo revolucionário. Nem por isso deixaram de recolher os frutos da política de defesa nacional do ano II. Lucraram sobretudo com o desagregamento da coalizão sob a pressão de interesses divergentes.

A vitória dos exércitos republicanos acentuara-se em Fleurus, desde 8 de messidor do ano II (26 de junho de 1794). A 9 de termidor a Bélgica fora reconquistada. Durante o verão, as operações estiveram suspensas, os exércitos só retomando a marcha em setembro. O exército de Sambre-et-Meuse, sob o comando de Jourdan, forçou a passagem do Rur, a 11 de vendemiário do ano III (2 de outubro de 1794) e repeliu os austríacos de Clerfayt para além do Reno, enquanto os exércitos do Mosela e do Reno ocupavam o Palatinado. O exército do Norte, comandado por Pichegru, apoderou-se, nesse ínterim, de praças holandesas, Maestricht em particular, e no fim de dezembro libertou a Meuse e os braços gelados do Reno: a Holanda foi

ocupada, e a frota, bloqueada em Texel, tomada de assalto pelos hussardos. Em janeiro de 1795, a República Batava foi proclamada. Enquanto nos Alpes os exércitos cuidavam da defensiva, nos Pireneus a Catalunha foi invadida no outono; no Oeste, São Sebastião, ocupada depois de agosto de 1794 pelas tropas de Moncey.

O território nacional estava livre. Mais ainda, a conquista dos Países-Baixos conferia à República inúmeras vantagens econômicas. Os Termidorianos encontravam-se em posição de força no próprio momento em que a coalizão se dividia.

1. *A Diplomacia Termidoriana e a Coalizão.*

No plano diplomático como nos outros, os Termidorianos foram prisioneiros da reação. O Comitê de Salvação Pública do ano III, despojado de qualquer autoridade, tinha de enfrentar uma Assembléia desconfiada e mais ainda uma oposição contra-revolucionária que fazia campanha pela paz imediata e pela restituição das conquistas. Tallien propôs a 14 de brumário (4 de novembro de 1794) uma paz que faria a França retornar "a seus antigos limites". Dez dias após, Barère denunciou os partidários de uma "paz engessada", os antigos Montanheses se indignaram. "Pretendem-se inutilizar os êxitos de nossos exércitos", exclamou Bourdon a 8 de nivoso (28 de dezembro de 1794). E a 11 de pluvioso (30 de janeiro de 1795): "Nós nos encerraremos nos limites que a Natureza traçou." As fronteiras naturais tornaram-se o jogo da política dos partidos e a pedra de toque do republicanismo.

Outras considerações se impõem ainda. Os sentimentos do exército não deixavam margem a dúvida; ele se transformara, na crise do ano III, numa força política que não se podia desprezar; seu papel econômico não era menos importante: a guerra começava não só a alimentar a guerra, mas a abastecer a nação. Se as agências de evacuação criadas no floreal do no II, e que despojavam os países ocupados, foram suprimidas pelo governo termidoriano, as administrações franceses instaladas em Bruxelas, para a Bélgica, em Aix-la-Chapelle, para a Renânia, impuseram o *assignat* para suas requisições. No curso das negociações com a República Batava, o governo francês insistiu na indenização de guerra que lhe permitiria financiar a futura campanha.

Mas a política de anexação dividia os Termidorianos. Nice e a Sabóia não foram o poço de discórdia, e, sim, a Bélgica e sobretudo a margem esquerda do Reno. Carnot, retomando a política do Comitê do ano II, ficara satisfeito com uma retificação estratégica dos antigos limites — opinião também partilhada pelos moderados e pelos monarquistas constitucionais. Finalmente, os republicanos entenderam-se a respeito da anexação da Bélgica, mas hesitaram quanto à da Renânia. Merlin de Douai e Merlin de Thionville eram contrários a esta última anexação, enquanto Reubell e Sieyes, que haviam entrado no Comitê de Salvação Pública a 15 de ventoso (5 de março de 1795), declaravam-se expansionistas fervorosos, um para dar cobertura à Alsácia, sua província natal, o outro para que se dispusesse de um penhor. Estava-se longe da política do Comitê do ano II: os Termidorianos haviam retornado às práticas da diplomacia tradicional.

A coalizão se dissociava entretanto, sacudida por interesses divergentes. Travada no Oeste e vencida em Valmy, a Prússia procurara compensações no Leste, operando, com a Rússia, a segunda partilha da Polônia, a 23 de janeiro de 1793. Tendo Kosciuszko sublevado a Polônia em março de 1794, os prussianos sitiaram Varsóvia, mas dela não puderam apoderar-se (6 de setembro de 1794). A cidade capitulou a 6 de novembro, ante o exército russo de Suvorov; contudo o governo austríaco, reconciliado com Catarina II, apressou-se em ocupar a Cracóvia: preparava-se, assim, a terceira partilha. Para prevenir a manobra, a Prússia decidiu marchar para o Leste a fim de obrigar a Áustria e a Rússia a admiti-la nas negociações. As tropas prussianas cruzaram o Reno. Em novembro de 1794, Frederico Guilherme II decidiu-se a enviar agentes para negociar na Suíça com Barthélemy, representante da República. A terceira partilha da Polónia foi sancionada a 3 de janeiro de 1795 — e a Prússia, que não fora consultada, reduziu-se a uma porção mínima. A crise polonesa contribuiu para desfazer a coalizão continental.

2. Os Tratados de 1795.

As negociações com a Prússia, encaminhadas desde novembro de 1794, tornaram-se mais ativas quando Frederico Guilherme enviou a Basileia o conde de Goltz, de sentimentos pró franceses. Barthélemy recebera instruções sobre como obter

a adesão da Prússia à anexação eventual da margem esquerda do Reno, mediante compensação. Goltz morreu em fevereiro de 1795 — e seu sucessor, Hardenberg, deu prova de menos boa vontade, exigindo a neutralização da Alemanha do Norte sob a garantia da Prússia. Finalmente, instado a transportar à Polônia seu exército da Vestfália, e cedendo na questão do Reno, o rei ordenou a seu ministro a assinatura do tratado. Barthélemy, aceitando a neutralidade da Alemanha do Norte, fê-lo assinar o acordo na noite de 15 para 16 de germinal do ano III (4-5 de abril de 1795).

O tratado de Basiléia com a Prússia estipulava “paz, amizade e bom entendimento entre a República francesa e o rei da Prússia”. As tropas francesas evacuaram as possessões prussianas da margem direita do Reno, mas continuaram a ocupar as da margem esquerda até à pacificação geral. Pelos artigos secretos do tratado, as duas potências se comprometiam a observar estrita neutralidade. Sobretudo, segundo o artigo 2,

“se, por meio da pacificação geral entre o Império germânico e a França, a margem esquerda do Reno ficar com a França, S. M. o Rei da Prússia se entenderá com a República francesa quanto à cessão dos Estados prussianos situados na margem esquerda do referido rio, a troco de indenização territorial a ser acordada.”

O tratado de Haia, com a Holanda, foi assinado à 27 de floreal do ano III (16 de maio de 1795), por Reubell e Sieyes. Como a Prússia fizera o acordo, aos dirigentes batavos amigos da França nada restava senão capitular ante as exigências termidorianas. A França recebia a Flandres holandesa, Maestricht e Venloo, que não podia conservar a não ser com a condição de anexar a Bélgica. Abolia-se o *stathouderat* *. Entre as duas Repúblicas e até o fim da guerra estava concluída uma aliança defensiva e ofensiva. A República Batava aceitava a manutenção de uma força de ocupação de 25.000 homens e comprometia-se a pagar uma indenização de 110 milhões de florins em “dinheiro corrente da Holanda, seja em numerário, seja em boas letras de câmbio sobre o estrangeiro” (artigo 20).

(*) Dignidade do *stathouder*, título dado aos governadores nos Países-Baixos sob o domínio austríaco e aos príncipes de Orange, dirigentes da República das Províncias Unidas, do fim do século XVI a 1795 (N. do T.).

O tratado de Basileia com a Espanha foi assinado a 4 de termidor do ano III (22 de julho de 1795), por Barthélemy e Yriarte, o enviado espanhol. As vitórias de Moncey, que havia ocupado Bilbau e Vitória, e atingido Miranda sobre o Ebre, apressaram as negociações. A França evacuava suas conquistas, mas recebia a parte espanhola de São Domingos, nas Antilhas. Esse tratado seria completado, um ano depois, pelo tratado de aliança defensiva e ofensiva, firmado em Saint-Ildefonse, a 2 de frutidor do ano IV (18 de agosto de 1796).

As negociações com a Áustria não chegaram ao fim. Ante a notícia da paz firmada em Basileia, a posição da Áustria reforçou-se com a ampliação de sua aliança com a Inglaterra, depois com a Rússia, e por meio dos subsídios ingleses para a manutenção de 200.000 homens em armas (20 de maio de 1795). O Comitê de Salvação Pública, onde as anexações foram decididas, em sua maioria, a partir do termidor, pretendia conservar a Bélgica e oferecer a Baviera em compensação à Áustria. Chocou-se, porém, com a recusa austríaca em reconhecer o Reno como fronteira oriental da França. A 9 de vendemiário do ano IV (1º de outubro de 1795), a Bélgica foi anexada. Naquela data, a ruptura já se consumara e a guerra recomeçara, mas em condições lamentáveis.

3. *O Exército e a Guerra no Ano III.*

A desorganização da defesa nacional decorrera, na realidade, do desagregamento do governo revolucionário, do abandono da economia dirigida, da ruína da moeda. As conseqüências disso foram desastrosas, a princípio, para as indústrias de guerra e os fornecimentos aos exércitos. A atividade das manufaturas nacionais reduziu-se pouco a pouco em benefício das empresas privadas, às quais um decreto de 21 de frimário do ano III (11 de dezembro de 1794) forneceu a mão-de-obra necessária, "mesmo por força da requisição". A exploração revolucionária do salitre foi entregue ao setor privado a 17 de germinal (6 de abril de 1795). A 25 de prairial, por fim (13 de junho), as oficinas das seções parisienses que forneciam o uniforme das tropas foram liquidadas em benefício de empresários particulares.

O abastecimento dos exércitos se ressentiu devido à crise monetária e à incapacidade financeira do governo. Os soldados não tinham pão, as requisições não eram fartas. Recebendo

um soldo em *assignats*, e isso mesmo irregularmente, não se podiam manter. “Com 170 libras que a República me dá por mes — escreveu um tenente, a 26 de messidor do ano III (14 de julho de 1795) — não tenho com que ferrar meu cavalo e lavar minha roupa branca... Não posso sair por aí sem calças, botas, camisas — e estou quase em falta disso tudo.” Abandonados, agora, à empresa privada, indústrias, fornecimentos de guerra e transportes limitares constituíam uma importante fonte de lucros para as companhias financeiras: assim, a Companhia Lanchère ou a Companhia Michel e Roux, que se encarregou dos transportes para os exércitos dos Alpes e da Itália.

Além das privações, a suspensão das medidas contra os insubmissos e desertores contribuiu para reduzir os efetivos das tropas. Desde março de 1795, para um efetivo teórico de 1.100.000 homens não se contava mais de 454.000 presentes. O *deficit* cresceu no curso da primavera; no Reno, os exércitos da República perderam a vantagem numérica. A incapacidade governamental aumentou o mal. Deixara-se passar o aniversário da convocação em massa sem recrutar os solteiros que haviam completado 18 anos; os requisitados de 1793 serviram sozinhos, indefinidamente. O espírito cívico e a disciplina foram mantidos, no entanto — e por este motivo: a hostilidade aos saudosistas e aos padres, o ódio à monarquia estavam ainda vivos; persistia na tropa o espírito jacobino, mais forte do que entre a população, mesclado a um certo desprezo pelo governo termidoriano incapaz de dominar a reação.

A campanha de 1795, nessas condições, não podia tornar-se decisiva. Começou tarde. Durante o inverno, carentes de tudo, o exército de Sambre-et-Meuse, comandado por Jourdan, e o do Reno, comandado por Pichegru, não se mexeram. A 20 de frutidor do ano III (6 de setembro de 1795) é que Jourdan libertou o Reno, repelindo as tropas austríacas de Clerfayt. Pichegru, vencido pelos agentes do príncipe de Condé e do ouro inglês, apoiava-o mal. No início de outubro, Clerfayt contra-atacou. Jourdan teve de cruzar o Reno. Em novembro, os austríacos invadiram o Palatinado. A Campanha terminou em dezembro com um armistício.

A esperança de uma paz geral era remota. Os Termidorianos não haviam logrado impô-la pelas armas. Sua política de anexações reforçara a coalizão anglo-austríaca à qual aderira

a Rússia a 28 de setembro. Quando o armistício encerrou a campanha, em dezembro de 1795, a Convenção estava dissolvida: os Termidorianos haviam transmitido a pesada herança da guerra ao regime que acabavam de organizar com a Constituição do ano III.

III

A Organização do Poder da Burguesia

A aliança do centro e da direita, dos republicanos conservadores e dos monarquistas constitucionais, presidiu a discussão e o voto da Constituição nova pela Convenção. Poder-se-ia acreditar, por um momento, numa cisão, os excessos do Terror branco e a expedição de Quiberon tendo demonstrado a extensão do perigo monarquista e despertado o espírito revolucionário no verão de 1795. A 26 de messidor do ano III, o aniversário da queda da Bastilha foi celebrado com grande pompa, a *Marselhesa* a soar novamente: "Não se pode descrever — escreve *Le Moniteur* — o efeito produzido por esses acordes inesperados, há longo tempo esquecidos." Os *sans-culottes* reapareceram e, com os militares, deram caça à juventude dourada — a "guerra das golas negras".

O governo, no entanto, demonstrava algum vigor contra os insubmissos e os desertores, e reconstituía, subvencionando-a, uma imprensa republicana. A 6 de messidor (24 de junho de 1795), Louvet, antigo girondino e republicano firme, lançou *La Sentinelle*. A *Planície*, porém, não pretendia ir mais longe no rumo das concessões à esquerda, pois precisava da direita para votar a Constituição. Daí, os compromissos significativos: quando das festas comemorativas do 9 de termidor e do 10 de agosto, o *Despertar do Povo* foi executado com a *Marselhesa*. A 21 e 22 de termidor (8-9 de agosto de 1795), seis antigos Montanheses, entre eles Fouché, foram presos. Nessa atmosfera política prosseguia o debate da Constituição do ano III.

1. A Constituição do Ano III.

A discussão do projeto de Constituição apresentado à Convenção por Boissy d'Anglas durou dois meses, de 5 de messidor a 5 de frutidor (23 de junho-22 de agosto de 1795). O

projeto fora preparado por uma Comissão dos Onze, nomeada a 29 de germinal (18 de abril de 1795) e compreendendo republicanos, como Daunou, La Revellière, Louvet e Thibaudeau, mas também monarquistas, como Boissy d'Anglas e Lanjuinais. Republicanos moderados e monarquistas constitucionais puseram-se de acordo para impedir, ao mesmo tempo, o caminho à democracia e à ditadura, e retornar aos princípios de 1789, porém interpretados e inclinados no sentido dos interesses burgueses. A orientação política e econômica do país deve retornar aos *notáveis*, isto é, aos proprietários abastados; Boissy d'Anglas o explica claramente em sua exposição de 5 de messidor (23 de junho de 1795): "A igualdade absoluta é uma quimera."

A Declaração dos Direitos do ano III marca um nítido recuo em relação à de 1789. Durante o debate, a 26 de termidor (13 de agosto), Mailhe sublinhara o perigo que se ia introduzir "nessa declaração de princípios contrários aos que encerra a Constituição": "Já demos uma prova por demais cruel do abuso de palavras para, agora, empregar palavras inúteis." O artigo 1º da Declaração de 1789 ("Os homens nascem e continuam livres e iguais em direitos") foi desprezado:

"Se dizeis que todos os homens continuam iguais em direitos — argumentara Lanjuinais a 26 de termidor, — provocais contra a Constituição a revolta daqueles a quem negardes ou suspenderdes o exercício dos direitos de cidadão em benefício da segurança geral."

Os Termidorianos, como os Constituintes, porém mais prudentes do que estes, só visavam à igualdade civil: "A igualdade consiste no fato de que a lei é igual para todos", segundo o artigo 3. Os direitos sociais reconhecidos pela Declaração de 1793 não eram mencionados agora, nem o direito à insurreição. Em compensação, o direito de propriedade, cuja definição a Declaração de 1789 não precisara bem, é definido, aqui, de conformidade com a Declaração de 1793:

"A propriedade é o direito ao gozo e à utilização de seus bens, de seus lucros, do fruto de seu trabalho e de sua indústria" (artigo 5).

Isso equivalia a consagrar a liberdade econômica em toda a extensão. A Declaração dos Deveres, que os Termidorianos

houveram por bem acrescentar à dos direitos, determinava ainda, no artigo 8:

"É na conservação das propriedades que repousam a cultura das terras, todas as produções, todo o meio de trabalho e toda a ordem social."

O direito de voto foi restringido:

"Um país governado pelos proprietários está dentro da ordem social — declara Boissy d'Anglas; — o país onde os não-proprietários governam acha-se em estado de Natureza."

Mas as condições censitárias foram ampliadas em relação a 1791: todo francês maior de 21 anos, domiciliado há mais de um ano e pagando uma contribuição qualquer, é *cidadão ativo*. Reunidos em *assembléias primárias* na sede do cantão, os cidadãos ativos nomeiam os *eleitores* entre os franceses maiores de 25 anos, proprietários de uma propriedade rendendo um lucro de 200 jornadas de trabalho nas comunas de 6.000 habitantes ou mais; locatários de uma habitação de aluguel equivalente a 150 jornadas, ou de uma propriedade agrícola cujo arrendamento seja equivalente a 200 jornadas. Os eleitores, cerca de 30.000 em todo o país, reunidos em *assembléias eleitorais* na sede do departamento, elegem, sem condição de censo, o Corpo Legislativo.

A organização dos poderes públicos foi estreitamente regida pelo princípio da separação dos poderes. Segundo o artigo 22 da Declaração dos Direitos, "a garantia social não pode existir se a divisão dos poderes não for estabelecida". Assim seria evitada qualquer ameaça de ditadura.

O poder legislativo foi confiado a dois Conselhos: o Conselho dos Antigos, formado de 250 membros maiores, pelo menos, de 40 anos, casados ou viúvos, e o Conselho dos Quinhentos, maiores pelo menos de 30 anos, um e outro renováveis anualmente em um terço. Os Quinhentos possuem a iniciativa das leis e adotam *resoluções* que os Antigos examinam e podem transformar em leis.

O poder executivo foi confiado a um Diretório de cinco membros, nomeados pelos Antigos, sobre uma lista décupla apresentada pelos Quinhentos, e renovado anualmente em um quinto. O Diretório provê a segurança interna e externa da

Comuna de Paris é dividida em várias
municipalidades

República; para isso, dispõe da força armada, que não pode, no entanto, comandar; fiscaliza e assegura a execução das leis nas administrações e nos tribunais através de comissários de sua nomeação. As Comissões executivas foram abolidas e substituídas por seis ministros nomeados pelo Diretório e responsáveis perante ele; os ministros já não formam um conselho. O Diretório não tem poder algum sobre a Tesouraria confiada a seis comissários eleitos; não tem a iniciativa das leis, e não pode comunicar-se com os Conselhos a não ser em forma de *mensagens*.

A organização administrativa foi novamente descentralizada e simplificada. O departamento recebeu uma *administração central* de cinco membros nomeados pela assembleia eleitoral. O distrito desapareceu; no ano II ele constituiu a circunscrição revolucionária por excelência. As pequenas comunas rurais foram agrupadas sob a direção de administrações municipais de cantão, enquanto as grandes cidades, sobretudo Paris, perdendo, com a Comuna e o Prefeito, sua autonomia, eram divididas em várias municipalidades. Essa organização administrativa afigurava-se, porém, mais centralizada do que na aparência. As administrações gozavam de hierarquia entre si, as municipais estando subordinadas às departamentais, e estas aos ministros. O governo é representado, junto a cada administração departamental ou municipal, por um *comissário* nomeado. Os comissários do Diretório fiscalizam e requerem a execução das leis, assistem às deliberações das assembleias municipais e departamentais, fiscalizam os funcionários; o comissário de departamento está em contato direto com o Ministro do Interior. Face às administrações renováveis anualmente, em parte, os comissários gozam de certa estabilidade. A centralização se afirma ainda pela lei que possui o Diretório de intervir diretamente na administração; em virtude do artigo 196, pode anular os atos das administrações, suspender ou destituir os administradores e prover sua substituição até à eleição seguinte. Não se trata mais, sem dúvida, da centralização jacobina do ano II — mas está-se longe da descentralização total da Constituição de 1791.

A aplicação da Constituição só poderia tornar-se perigosa: a Revolução ainda não fora estabilizada (leis de exceção contra os emigrados e os refratários subsistiam), a bancarrota estava

próxima, a guerra continuava. Mas os Termidorianos temiam, acima de tudo, o retorno dos *sans-culottes* ao poder, a ditadura de uma assembléia ou de um homem. Daí suas múltiplas precauções e garantias que deixaram, finalmente, o poder desarmado, instável (cada ano a metade das municipalidades, o terço dos Conselhos, o quinto das administrações departamentais e do Diretório eram renovados), sem que nada fosse previsto para resolver os conflitos sempre prováveis entre o executivo e o legislativo. De logo, a persistência da crise e o temor de entregar o novo regime a seus adversários levaram os Termidorianos a modificar desde o início o sistema liberal que queriam instaurar.

2. *A Largada do Novo Regime.*

A crise agravou-se perigosamente no curso do verão do ano III. A inflação continuava suas devastações, os preços subiam dia a dia, a especulação adquiria ritmo desenfreado, o luxo de uma minoria escandalosamente enriquecida insultava mais do que nunca a miséria popular. De 8 bilhões em circulação, no momento da abolição do máximo, o *assignat* atingia 20 bilhões a 1º de brumário do ano IV (23 de outubro de 1795). A vida econômica parou, as relações sociais se transtornaram, os devedores, fazendeiros e locatários recebendo papel-moeda desvalorizado. Porque os salários não podiam acompanhar a alta dos preços (durante o verão a libra de carne passou de 8 para 20 francos), e a colheita fora medíocre em muitas regiões, voltou-se, salvo o tabelamento, às medidas coercitivas do ano II: requisição, obrigação de venda sobre os mercados restabelecida a 4 de termidor (22 de julho de 1795) — disposições regulamentares codificadas pela lei sobre o comércio dos cereais, de 7 de vendemiário do ano IV (29 de setembro de 1795), que permaneceu em vigor até 1797. Em Paris, o pão continuava tabelado em 3 *sous* a libra, quando custava 16 francos no mercado livre, no início do verão; mas a ração caiu a um quarto de libra no momento da *soldagem**, para subir a três quartos após a colheita. O índice do custo de vida não subiria menos em Paris, na base de 100 em 1790, a 2.180 em julho, 3.100 em setembro, 5.340 em novembro de

(*) Duração de uma colheita até à colheita seguinte (N. do T.).

1795. Não seria de admirar, nessas condições, que a festa do 10 de agosto, aniversário da queda da monarquia, se desenrolasse, segundo o testemunho da polícia, "com indiferença".

O decreto dos dois terços teve por fim prevenir o triunfo da oposição monarquista nas eleições. Conscientes de sua imensa impopularidade e da manobra dos monarquistas constitucionais que esperavam chegar a seus fins pelo caminho legal do voto, os Termidorianos se perpetuariam no poder. "Em que mãos será reposta o depósito sagrado da Constituição?", perguntara um dos membros da Comissão Constitucional. O decreto de 5 de frutidor do ano III (22 de agosto de 1795) decidiu que as assembleias eleitorais deveriam escolher os dois terços dos novos deputados (500 sobre 750) entre os convencionais em exercício; o decreto do dia 13 (30 de agosto) determinou que se essa proporção não fosse alcançada, os convencionais reeleitos se completariam por cooptação — o que equivalia a eliminar em benefício dos Termidorianos, de uma só vez, os antigos Montanheses e a oposição monarquista constitucional.

Um plebiscito ratificou a Constituição e os decretos anexos. Embora um regime censitário tivesse sido estabelecido, verificou-se por meio do sufrágio universal, do qual participou o exército. As assembleias primárias se reuniram a partir de 20 de frutidor (6 de setembro de 1795). A Convenção havia reposto em vigor um certo número de medidas contra os emigrados e os refratários, privando dos direitos cívicos os que não houvessem obtido seu cancelamento definitivo da lista dos emigrados, excluindo-lhes os parentes das funções públicas, fixando quinze dias para os antigos padres deportados se exilarem novamente. Inversamente, o direito de voto foi concedido aos antigos terroristas desarmados; mas as sociedades populares haviam sido definitivamente suprimidas a 6 de frutidor (23 de agosto de 1795). A 1º de vendemiário do ano IV (23 de setembro de 1795), a Convenção declarou adotada a Constituição: segundo as cifras publicadas no dia 6, por mais de um milhão de votos contra menos de 50.000 (isto é, a massa das abstenções). Mas o decreto dos dois terços, ao qual o plebiscito não se aplicava expressamente, só foi aceito por 205.000 votos, mais ou menos, contra 108.000. Na realidade, e no que toca à Constituição, mais de 250 assembleias haviam apresentado re-

paros; 19 departamentos, e em Paris todas as seções salvo uma, haviam rejeitado o decreto dos dois terços.

A insurreição monarquista de 13 de vendemiário do ano III (5 de outubro de 1795) precedeu as eleições fixadas para o dia 20, coroando uma agitação que se anunciava em Paris desde o mes precedente. A 20 de frutidor (6 de setembro de 1795), a seção parisiense Lepeletier — a da Bolsa e da especulação — adotara um *ato de garantia*, e a seção da Fontaine-de-Grenelle declarara-se em assembléia permanente. As assembléias primárias dominadas pelos monarquistas excluíram os *sans-culottes* e os antigos terroristas. A fermentação aumentou após a proclamação dos resultados do plebiscito: 18 seções parisienses contestaram o resultado. A 3 de vendemiário (1º de outubro) deu-se ao mesmo tempo a revolta monarquista de Châteauneuf-en-Thimerais e de Dreux, preparada a 27 de frutidor precedente (17 de setembro), e sua repressão. A seção Lepeletier apelou então à insurreição. A 11 de vendemiário (3 de outubro), sete seções, pelo menos, se puseram em estado de rebelião. A Convenção declarou-se em sessão permanente, nomeou uma comissão extraordinária de cinco membros, inclusive Barras, e fez apelo aos *sans-culottes*. A 12 de vendemiário (4 de outubro), um decreto revogou o desarmamento dos antigos terroristas, três batalhões de *patriotas de 89* foram restaurados. A insurreição desenvolveu-se na noite de 12 para 13 de vendemiário, com a cumplicidade do General Menou, comandante da força armada; uma comissão central foi constituída, a maior parte da Capital caiu nas mãos dos rebeldes, a Convenção cercada. Encarregado de organizar a resistência, na madrugada do dia 13, Barras convocou um certo número de generais, inclusive Bonaparte; Murat conseguiu apoderar-se dos canhões no campo dos Sablons. Os insurretos, em número de 20.000, mas despojados de artilharia, acabaram rechaçados e dispersados. A repressão foi moderada. Essa insurreição frustrada de 13 de vendemiário não consumara menos a ruptura entre os Termidorianos e os monarquistas. Uma vez ainda o perigo corrido reanimou de certo modo o espírito republicano: Fréron foi enviado ao Sul a fim de reprimir o Terror branco, três deputados da direita declarados presos. Finalmente, a 4 de brumário do ano IV (26 de outubro de 1795), antes de separar-se, a Convenção votou anistia geral para “os acontecimentos puramente relativos à Revolução”.

As eleições, iniciadas a 20 de vendemiário (12 de outubro de 1795), haviam, contudo, frustrado os cálculos dos Termidorianos: 379 convencionais apenas foram reeleitos, dos quais 124 suplentes; ademais, a maioria era de moderados ou de monarquistas disfarçados, como Boissy d'Anglas e Lanjuinais. O novo terço foi composto essencialmente de monarquistas e de católicos. Os Montanheses trânsfugas, responsáveis pela reação termidoriana, haviam sido derrotados, como Fréron e Tallien. Este último denunciou o perigo: "Se não nos desfizermos dos monarquistas na administração e na justiça, a contra-revolução será feita constitucionalmente antes de três meses." Os republicanos moderados recusaram-se, porém, a cassar as eleições. É sob tais auspícios que se inaugura a nova experiência constitucional e que se instala o Diretório.



A 4 de brumário do ano IV (26 de outubro de 1795), a Convenção se dissolveu aos gritos de *Viva a República*. Tendo funcionado mais de três anos, seguiu uma linha política que pode parecer sinuosa. Na realidade, de setembro de 1792 a outubro de 1795, um só pensamento a animou: acabar com a aristocracia, impedir para sempre o retorno ao Velho Regime. Após o episódio democrático do ano II, a Convenção termidoriana retomou a política da Assembléia Constituinte: assegurar o reinado da burguesia que tornava legítima, a seus olhos, sua preponderância social bem como sua capacidade intelectual. Nem democracia, como em 93, nem aristocracia, como antes de 89: é aos *notáveis*, categoria social aberta graças à igualdade perante a lei, que cabe governar e administrar.

Preeminência social, autoridade política: os Termidorianos pretenderam arregurá-las à burguesia, mas no quadro de um regime liberal e em um país onde pesavam ainda a guerra civil e a guerra estrangeira. A Vendéia não está extinta, nem reduzida a coalizão. Ao impor ao novo regime, pela Constituição do ano III, a garantia e a manutenção dos "limites constitucionais" englobando os nove departamentos da Bélgica anexada, bem como orientando sua diplomacia segundo a concepção das "fronteiras naturais", os Termidorianos determinaram em larga medida a política do Diretório. A campanha seria reiniciada na primavera de 1796; para conduzir a guerra, o novo regime

herdava um *assignat* desvalorizado e um exército desorganizado. A aplicação da Constituição do ano III, caracterizada em particular pelas eleições anuais e que exigia a pacificação social e a paz geral, não poderia senão ressentir-se dessas dificuldades. Como o recurso ao povo estava excluído, a exemplo do ano II, os Termidorianos, emudecidos no Diretório, viram-se forçados, para sustentar os assaltos renovados da aristocracia, a alterar o jogo constitucional e, logo, a fazer apelo ao exército.

2

O PRIMEIRO DIRETÓRIO O FRACASSO DA ESTABILIZAÇÃO LIBERAL (1795-1797)

RESTRITA aos quadros limitados de uma república censitária, deles excluídas as classes populares tanto quanto a aristocracia, a nação burguesa continuava instável, ainda mais porque a prática liberal se revelava ineficaz. Temendo ao mesmo tempo a monarquia e a democracia, os notáveis termidorianos haviam multiplicado as precauções contra o Estado todo-poderoso; o sábio equilíbrio constitucional do ano II não permitia outra alternativa senão a impotência governamental ou o golpe de força. A política de estabilização diretorial, já fortemente comprometida pela dupla exclusão governamental e pela dupla oposição interna, exigira pronto retorno à paz: a guerra perpetuou-se, a conquista acentuou-se. Começou, então, a verificar-se a predição de Robespierre em seu discurso contra a guerra, a 2 de janeiro de 1792, sobre os generais convertidos em “esperança e ídolos da nação”: “Se um desses generais estiver destinado a obter algum sucesso... que ascendência não dará ele a seu partido?”

I

A Impossível Estabilização Interna
(1795-1797)

A base social em que os homens do Diretório, em seguida aos Termidorianos, pretendiam estabilizar o regime, afigurava-se particularmente limitada.

Do lado das classes proprietárias, a aristocracia estava excluída, mas também uma parte da burguesia. A lei de 3 de brumário do ano IV (25 de outubro de 1795) interditava as funções públicas aos parentes de emigrados; derrubada pela maioria monarquista do ano V, foi restabelecida a 18 de frutidor. Pouco depois, Sieyès propôs o banimento dos nobres que houvessem exercido funções ou gozado de dignidades sob o Velho Regime, e a redução dos outros à condição de estrangeiros; a lei de 9 de frimário do ano VI (29 de novembro de 1797) refere-se a esta segunda medida, e, se jamais foi aplicada, a intenção que a animava não era menos clara. A exclusão estendia-se mais longe: a burguesia diretorial, de condição média, afrontava a burguesia do Velho Regime, de um nível social mais elevado e mais próximo da aristocracia. Os monarquistas constitucionais eram rejeitados a exemplo dos absolutistas. Os diretoriais pretendiam que a República fosse burguesa e conservadora, mas recusavam o apoio de uma parte da burguesia, temendo que ela os fizesse palmilhar o caminho da restauração.

Do lado das classes populares, a recordação do ano II e o medo social constituíram-se, durante todo o período diretorial, num poderoso motivo de reação para legitimar finalmente o 18 de brumário. Os mais conscientes, entre as classes populares, não o aceitaram sem resistência, que os lançou fora da nação e da República pela qual haviam combatido: a Conjuração dos Iguais o demonstra. Mas enquanto o movimento revolucionário se orientava, às apalpadelas, por caminhos novos, o medo burguês constituía nas mãos do governo uma poderosa alavanca contra os *exclusivos*, os *terroristas*, os *anarquistas*, os *salteadores*, os *bebedores de sangue*. Os notáveis, as *pessoas honestas*, recebavam acima de tudo o retorno ao sistema do ano II: o rico considerado suspeito, o pobre ditando a lei, a subversão

dos valores sociais tradicionais, a democracia política provocando o nivelamento social. O aspecto da *lei agrária*, da partilha das propriedades, mantinha sua eficácia. Pronunciando-se contra o estabelecimento do imposto progressivo a 10 de frimário do ano IV (1º de dezembro de 1795), o obscuro Dauchy declarava aos Quinhentos:

“O Estado só pode prosperar por meio da maior vinculação possível dos cidadãos à prosperidade... O imposto progressivo é uma lei de exceção contra os cidadãos abastados. Terá o efeito inevitável de lotear ao extremo as propriedades — sistema que resulta da alienação dos bens nacionais... O imposto progressivo é, para dizê-lo numa palavra, o verdadeiro germe de uma lei agrária que é preciso extinguir enquanto cedo. Cabe ao Corpo Legislativo pronunciar-se sem titubeios contra todo princípio destruidor da harmonia social, contra um princípio que tende evidentemente à invasão das propriedades. Somente respeitando-as religiosamente será possível unir todos os franceses em torno da liberdade e da República.”

Isso, no entanto, significava expulsar do seio da República os que a tinham fundado e que não eram proprietários.

A estabilização do regime diretorial sobre a base limitada da propriedade, da burguesia censitária, dos notáveis republicanos, se revelou finalmente impossível.

1. *Diretoriais, Jacobinos e Monarquistas.*

O funcionamento das instituições previstas pela Constituição do ano III ocupou os primeiros tempos do novo regime; na realidade, da Convenção Termidoriana ao Diretório, os mesmos homens continuavam detentores do poder.

Os Conselhos Diretoriais, em virtude do decreto dos dois terços, foram preenchidos com 511 convencionais. Desde 6 de brumário do ano IV (28 de outubro de 1795), 379 convencionais haviam sido designados, a eles juntando-se 15 outros escolhidos pelas assembléias eleitorais departamentais e 19 representantes da Córsega e das colônias, cujos mandatos haviam sido prorrogados, ou seja, 413 convencionais, todos moderados ou reacionários. Lanjuinais fora nomeado por 39 departamentos, Boissy d'Anglas por 36. Constituídos em “assem-

bléia eleitoral da França", esses convencionais reeleitos completaram os dois terços prescritos e até mesmo os ultrapassaram. O novo terço fortaleceu os elementos de direita, monarquistas constitucionais como Barbé-Marbois, Dupont de Nemours, Portalis, ou contra-revolucionários declarados como Boissy d'Anglas, Henry Larivière ou Isnard. A maioria diretorial ia desde os antigos Girondinos, como La Revellière ou Louvet, a homens da Planície, como Letourneur, Sieyes, e a antigos Montanheses, como Barras e Tallien. Enumeram-se 158 regicidas — mas entre estes alguns haviam evoluído. Na medida em que se pode precisar suas opiniões, os Conselhos contavam 158 monarquistas, liberais em sua maior parte, 305 republicanos, a maioria dos quais termidorianos, e 226 partidários da Constituição do ano III. Foram estes últimos que impuseram a escolha dos Diretores.

O Diretório foi escolhido segundo uma lista apresentada pelos Quinhentos: os Anciãos afastaram Barras, La Revellière, Letourneur, Reubell, Sieyes, todos regicidas. Sieyes protestou, sendo substituído por Carnot. Deputado da Assembléia Constituinte e da Convenção, antigo girondino, La Revellière era violentamente antijacobino, mas republicano firme e anticlerical. Continuou, no entanto, como homem de segundo plano, seguindo geralmente o impulso de Reubell, alsaciano que também tivera assento na Constituinte e na Convenção, entre os Montanheses: homem de autoridade, declarou-se sempre partidário das fronteiras naturais. Carnot, que seduzira Letourneur, também velho oficial de engenharia, conservava a reputação de antigo membro do Comitê de Salvação Pública, que sua evolução resolutamente conservadora logo faria esquecer. Entre esses dois grupos, honestos, trabalhadores e dando uma imagem fiel da burguesia republicana, Barras, o homem de pulso de 9 de termidor e de 13 de vendemiário, antigo visconde e oficial, antigo terrorista de proa, sem dúvida vinculado à Revolução, mas pronto a vender-se pela melhor oferta.

O Diretório instalou-se no Palácio do Luxemburgo — que se transformara em prisão durante o Terror, sendo constituído um secretariado que se tornou a Secretaria de Estado de Bonaparte. Para os seis ministérios foram nomeados: Bénézech para o Interior, o regicida Ramel-Nogaret para as Finanças, que a conservou até o ano VII, Merlin de Douai, o redator da lei dos suspeitosos, para a Justiça, Delacroix, outro

regicida, para as Relações Exteriores — e para a Guerra e a Marinha, dois militares de segundo plano. Um sétimo ministério devia ser criado, o da Polícia Geral, imediatamente confiado a Cochon.

No dia 14 de brumário do ano IV (5 de novembro de 1795), o Diretório, “para dar conhecimento de sua instalação”, lançou uma proclamação, autêntico programa de governo. No plano político, pretende

“mover guerra ativa à monarquia, reavivar o patriotismo, reprimir com mão de ferro todas as facções, reduzir o espírito de partido, aniquilar o desejo de vingança, estabelecer a concórdia, restaurar a paz.”

No plano econômico, cuida de

“reabrir as fontes da produção, reanimar a indústria e o comércio, destruir a agiotagem, dar vida nova às artes e às ciências, restabelecer a abundância e o crédito público.”

Brevemente, “preencher, com a ordem social, o caos inseparável das revoluções”. Programa de estabilização, de equilíbrio e de centro, com uma ponta dirigida contra a direita, porém. Se não faz qualquer alusão aos Jacobinos, em compensação põe o povo em guarda contra “as sugestões pífidas dos monarquistas que renovam suas tramas, dos fanáticos que esbraseiam a imaginação.”

Estava-se no dia seguinte ao vendemiário; nos seus primórdios, o Diretório fez apelo à união de todos os republicanos.

No domínio político, a Constituição do ano III estabelecia um sábio equilíbrio; ser-lhe-ia necessário que não surgisse nenhum litígio grave entre os poderes. Os Diretores começaram por governar de acordo com a maioria que os havia eleito e que tinha interesse em apoiá-los. As autoridades locais e os tribunais foram substituídos. O Diretório proveu as nomeações quando as assembleias eleitorais tiveram de dissolver-se sem completar sua tarefa, e se atribuiu a escolha dos substitutos: assim, desde o início, os poderes do Diretório cresceram. Mas ele não recebeu obediência estreita, em particular porque os vencimentos jamais foram pagos em dia. A maioria dos Conselhos e do Diretório foram de encontro, com rapidez, às mesmas oposições que marcaram a Convenção termidoriana.

Os monarquistas, vencidos em Paris no vendemiário, continuaram a fomentar incidentes no Oeste, em Languedoc, na Provença. A Inglaterra fornecia armas e falsos *assignats*. Em janeiro de 1796, Stofflet retomou a luta. Hoche, se renunciou à aplicação estrita das leis contra os padres refratários, dispersou as tropas, multiplicou os postos e acabou por desarmar os camponeses. Frenco, foi fuzilado em Angers a 25 de fevereiro de 1796, e Charette teve o mesmo destino em Nantes, a 29 de março. No norte do Loire, Cadoudal capitulou no Morbihan, Frotté no Bocage normando, Scépeaux no Maine. Era o fim: em junho, o exército do Oeste foi dissolvido. O roubo à mão armada persistiu, contudo, em condições esporádicas. Os monarquistas se dividiram, então, a respeito da tática a seguir. Os emigrados perderam a coragem — motivo por que os partidários do golpe de força cederam ante os adeptos dos métodos constitucionais: tratava-se de obter maioria nas próximas eleições e de subverter legalmente o governo republicano. O General Pichegru, que não ousara agir e que fora demitido do seu comando, apoiou essa tática.

Os Jacobinos tiraram partido por um momento da boa vontade governamental. O Diretório, ao preencher uma parte das administrações, tolerou-lhes a imprensa, chegando mesmo a subvencionar *Le Journal des hommes libres*, de Duval. Os clubes reapareceram: o do Panteão foi aberto a 25 de brumário do ano IV (16 de novembro de 1795), reunindo logo um milhar de membros, dos quais antigos convencionais, como Drouet. Gracchus Babeuf retomara a 15 de brumário (6 de novembro) a publicação de seu *Tribun du peuple*:

“Que é uma revolução política em geral? Que é, nesse particular, a Revolução Francesa? Uma guerra declarada entre os patrícios e os plebeus, entre os ricos e os pobres.”

Babeuf denunciava o caráter antidemocrático da Constituição do ano III:

“Em todas as Declarações dos Direitos, exceto a de 1795, começou-se por consagrar esta primeira, esta mais importante máxima de justiça eterna: *A meta da sociedade é a felicidade comum*. Havíamos marchado, até então, a grandes passadas e com grandes e rápidos progressos para essa meta; depois, temos retrocedido,

temos marchado contra a meta da sociedade, contra a meta da revolução, para a *desgraça comum* e para a *felicidade* somente de um *pequeno número*. Ousaremos dizer que a revolução, malgrado todos os obstáculos e todas as oposições, avançou até o 9 de termidor, e em seguida recuou."

A ofensiva da esquerda desenvolveu-se com o apoio de certos antigos convencionais, como Amar e Robert Lindet.

O Diretório acabou por se inquietar. Decretada a prisão de Babeuf, a 14 de frimário (5 de dezembro), ele viveu, a partir de então, na clandestinidade. A 1º de pluvioso (21 de janeiro de 1796), Reubell marcou um tento na cerimônia comemorativa da execução de Luís XVI: se fulminou a monarquia, denunciou também "aquela época em que a anarquia e o terror iam ditar as leis no seio do Senado... Que os bons cidadãos se previnam."

Na verdade, a estabilização do regime dependia da solução a ser dada aos problemas fundamentais herdados da época termidoriana, sobretudo o problema econômico e financeiro. A moeda estava arruinada, a economia malbaratada. Uma crise fiscal duplicava a crise monetária, os impostos não rendiam, o Tesouro estava vazio. Em vão Reubell convidava "os indiferentes a se identificarem com a República, reunindo-se à grande massa de republicanos ante a qual toda facção vai desaparecer".

A catástrofe monetária multiplicava, contudo, a miséria popular, tornando impossível a política de união por um momento esboçada. Temendo que a oposição da esquerda dissesse tirasse partido para tentar um movimento, o Diretório deu uma guinada para a direita.

2. O Fim do Papel-Moeda Revolucionário (1796).

A inflação, enquanto o Diretório se instalava, atingia seu limite extremo. O *assignat* de 100 libras não valia mais do que 15 *sous*. Estando vazio o Tesouro, as emissões continuavam a espalhar uma moeda cujo valor tornou-se logo inferior ao preço do papel: em menos de quatro meses, a massa de papel-moeda dobrou, chegando a 39 bilhões a 30 de pluvioso do ano IV (19 de fevereiro de 1796). Em vão um empréstimo forçado à taxa progressiva, verdadeiro imposto sobre o ca-

pital, fora instituído a 19 de frimário (10 de dezembro de 1795), pagável em moeda metálica, em cereais ou em *assignats* a 1% de seu valor nominal: a cotação era três a quatro vezes inferior. O empréstimo rendeu apenas 27 bilhões em papel e 12 milhões em numerário, suscitando vivo descontentamento nas fileiras da burguesia, a massa dos contribuintes mais onerados. A 30 de pluvioso (19 de fevereiro de 1796) houve necessidade de suspender a emissão e abandonar o *assignat*.

Um novo papel-moeda, o *mandato territorial*, substituiu o *assignat*. O retorno à moeda metálica parecia impossível: circulavam apenas cerca de 300 milhões, em lugar dos 2 bilhões e meio no fim do Velho Regime. A idéia de um banco nacional de emissão fora afastada. A lei de 28 de ventoso do ano IV (18 de março de 1796) criou o mandato territorial, dos quais 2.400 milhões foram logo emitidos. Os mandatos territoriais, garantidos pelos bens nacionais ainda não vendidos (voltava-se ao mesmo princípio que norteara a criação do *assignat*), eram trocados pelos *assignats* na base de 1 para 30, enquanto o *assignat* era aceito para pagamento do empréstimo forçado na base de 100 por 1. Os mandatos tinham curso forçado, eram válidos para a aquisição de bens nacionais ao preço de estimação, sem ofertas em leilão. Em seis meses, o mandato territorial percorreu a carreira que o *assignat* fizera em cinco anos.

A catástrofe monetária teve efeito imediato. O mandato fora declarado igual ao ouro, mas também igual a 30 vezes o *assignat* — e este último não valia mais de 0,25. A própria lei conferia a 100 francos-mandato um valor metálico de 7,50 francos. Desde as primeiras emissões, o mandato perdeu até 65 e 70%; a depreciação era de 80 a 15 de germinal (4 de abril de 1796), de 90 a 1º de floreal (20 de abril). Desde então, os gêneros tiveram três preços — o que não era feito para diminuir as dificuldades do câmbio e do abastecimento: a 27 de germinal (16 de abril de 1796), o Departamento Central de Paris taxou a libra do pão em 35 libras-*assignat*, em 1 libra, 3 *sous* e 4 dinheiros em mandatos, e em 3 *sous*-numerário. A dilapidação dos bens nacionais, ao diminuir a garantia, contribuiu também para arruinar o mandato. A lei de 6 de floreal do ano IV (25 de abril de 1796) decidiu o reinício das vendas, fixando a modalidade das mesmas, sem ofertas em leilão e o mandato sendo aceito por seu valor nominal — o que constituiu uma investida, um verdadeiro assalto em benefício dos tesoureiros de mandatos, particularmente dos forne-

cedores do Estado. O comprador de um castelo por 20.000 libras tira 8.000 da venda única dos gradis e balaustradas. No prairial, o pão valia, em *assignats*, 150 francos a libra. Os próprios mendigos recusavam o papel que se lhes estendia.

O desaparecimento do papel-moeda revolucionário originou-se dessa experiência lamentável. O ciclo foi o mesmo que para o *assignat*, porém reduzido a dois meses. A 29 de messidor (17 de julho), o curso forçado foi abolido. A 13 de termidor (31 de julho), decidiu-se que o pagamento dos bens nacionais se faria em mandatos ao curso — medida por demais tardia para impedir o esbanjamento dos bens nacionalizados. A mesma regra foi estendida pouco a pouco aos vencimentos, às rendas, às contribuições, aos aluguéis. No fim do ano IV (meados de setembro de 1796), acabara-se a ficção do papel-moeda. Sua desvalorização, entretanto, só foi concluída alguns meses mais tarde. A moeda metálica reaparecia, mas o Estado, recebendo apenas papel-moeda, não se beneficiou. A lei de 16 de pluvioso do ano V (4 de fevereiro de 1797) desvalorizou o mandato, fixando-o em 1% de seu valor nominal. Essa lei passou quase despercebida, pois não constituía senão a consagração oficial de uma bancarrota já verificada. Assim terminava a história do papel-moeda revolucionário. Mas se o Diretório pôde retornar ao numerário, é que as vitórias do ano IV foram lucrativas: a 5 de germinal do ano V (25 de março de 1797), recebera, em numerário, 10 milhões do exército de Sambre-et-Meuse, e mais de 51 do exército da Itália. A guerra alimentava o regime.

As conseqüências sociais foram, como de ordinário, catástrofes para os funcionários, os rentistas, o conjunto das classes populares. A 22 de messidor do ano IV (10 de julho de 1796), a administração de Isère escrevia que achava melhor, em conseqüência da insuficiência de ordenado, ser um forçado do que um chefe administrativo:

“Não há um forçado, um detido ou um condenado que não custe ao governo mais do quádruplo do ordenado de um chefe de nossos escritórios. Seu salário está reduzido a 6 libras, 2 *sous* e 8 dinheiros por dia: a imperiosa necessidade de prover sua subsistência forçou-o, depois de longo tempo, a vender os móveis e outros

objetos os mais necessários à vida do homem. Além disso, recorre ao pão só distribuído aos indigentes.”

O inverno do ano IV foi terrível para os assalariados atingidos pela alta vertiginosa dos preços. Os mercados continuavam vazios; a colheita de 1795 não fora boa, os camponeses não aceitavam o numerário, as requisições não eram mais aplicadas. O Diretório teve de proceder a compras no estrangeiro e regulamentar severamente o consumo.

Em Paris, a ração de uma libra de pão por dia caiu a 75 por cento, completada por arroz que as donas de casa não podiam cozinhar à falta de lenha. Durante o inverno, os relatórios da polícia assinalavam com uma monotonia cansativa a miséria e o descontentamento populares, da mesma forma que se referiam ao luxo e ao impudor dos agiotas.

“Paris parece calma, mas os espíritos estão vivamente agitados — nota o relatório do Departamento Central, de 28 de pluvioso (17 de fevereiro de 1796). — A carestia extrema de todos os gêneros é constantemente interpretada como a consequência necessária do comércio ilícito feito por esses seres desprezíveis conhecidos sob a designação de agiotas. Essa calamidade cruel, que há muito tempo arruína as finanças públicas e privadas, pesa essencialmente sobre a classe indigente, cujas queixas, murmúrios e imprecações explodem em toda parte.”

O descontentamento popular voltava-se, naturalmente, contra o Diretório e beneficiava a oposição jacobina que, no Clube do Panteão, debatia o restabelecimento do máximo. Nos primeiros dias do ventoso, os relatórios da polícia frisavam os progressos da agitação nos meios populares e a reivindicação do tabelamento: “Os operários planejam obter aumento salarial — segundo o relatório de 5 de ventoso (24 de fevereiro), — mas dizem que a próxima taxa é que os decidirá... pela palavra *taxa* o povo entende diminuição”.

Temendo que o descontentamento popular se cristalizasse em torno da oposição jacobina, o Diretório ordenou o fechamento do Clube do Panteão, a 7 de ventoso (26 de fevereiro de 1796), empreendeu perseguições contra os jornalistas de esquerda e destituiu os funcionários reputados jacobinos.

A oposição de esquerda adquiriu nova forma quando Babeuf organizou a *Conjuração dos Iguais*.

3. Babeuf e a Conjuração dos Iguais (1795-1796).

Babeuf foi o primeiro na Revolução Francesa a sobrepujar a condição na qual esbarravam os homens políticos devotados à causa popular, ou seja, entre a afirmação do direito à existência e a manutenção da propriedade privada e da liberdade econômica. Como os *sans-culottes*, como os Jacobinos, Babeuf proclama que a meta da sociedade é a *felicidade comum* e que a Revolução deve assegurar a *igualdade das satisfações*. Mas como a propriedade privada introduziria necessariamente a desigualdade, e a *lei agrária*, isto é, a partilha igual das propriedades, não poderia “durar mais de um dia” (“a partir do dia imediato ao seu estabelecimento, a desigualdade reapareceria”), o único meio de se chegar à *igualdade de fato* consiste em “estabelecer a administração comum, suprimir a propriedade particular, vincular cada homem ao talento, à indústria que ele conhece, obrigar o depósito do bem em natureza no armazém comum, e estabelecer uma simples administração dos gêneros, que, possuindo o registro de todos os indivíduos e de todas as coisas, as repartirá com a mais escrupulosa igualdade”.

Esse programa exposto no “Manifesto dos Plebeus”, publicado por *Le Tribun du peuple* de 9 de frimário do ano IV (30 de novembro de 1795), constituía, em relação às ideologias jacobina e *sans-culotte* — uma e outra caracterizadas pelo vínculo à pequena propriedade fundada no trabalho pessoal — uma renovação ou, mais exatamente, uma mutação brusca: a *comunidade dos bens e do trabalho* foi a primeira forma da ideologia revolucionária da sociedade nova nascida da própria Revolução. Pelo babeuvismo, o comunismo, até ali um sonho utópico, estava erigido em sistema ideológico; pela Conjuração dos Iguais, entrava na história política.

O babeuvismo leva necessariamente a marca de sua época. Sem dúvida, em Babeuf, autodidata, o ideal comunista nasceu com a leitura de Rousseau, de Mably, do *Code de la nature*, de Morelly, então atribuído a Diderot. Mas, ultrapassando o sonho utópico, Babeuf tornou-se, durante todo o curso da Revolução, um homem de ação. É ao contato das realidades sociais de sua Picardia natal, é durante suas lutas revolucionárias, que o sistema ideológico de Babeuf adquire forma pouco a pouco.

A experiência camponesa de Babeuf na Picardia determinou certos aspectos de seu comunismo agrário. Nascido em 1760 em Saint-Quentin, filho de um cobrador de gabelas e de uma criada detida, fixou-se em Roye, na Santerre, província de grande cultura nas comunidades rurais, com seus direitos coletivos e seus hábitos comunitários, continuavam vivos, ali, sustentando luta acirra contra a concentração das explorações em mãos de grandes fazendeiros capitalistas. Comissário sentimental e feudalista, especializado em Direito Feudal, durante algum tempo escrivão da comunidade, Babeuf adquiriu experiência direta da massa camponesa da Picardia, de seus problemas e de suas lutas. É sem dúvida à luz dessa experiência que, já antes da Revolução, ele se inclina para a igualdade de fato e para o comunismo. Em seu *Cadaastre perpétuel* de 1789, admite a lei agrária, isto é, o socialismo dos *repartidores*, segundo a expressão de 1848. Mas em uma memória de 1785 sobre as grandes fazendas, e numa carta de junho de 1786 a Dubois de L'onneux, secretário da Academia de Arras, ele previa a organização de "fazendas coletivas", autênticas "comunidades fraternais":

"50, 40, 30, 20 indivíduos que, isolados, vegetam com esforço na miséria, podiam viver associados numa fazenda e passar rapidamente ao bem-estar."

Era já a comunidade do trabalho. Dez anos antes da Conspiração pela Igualdade, Babeuf levantava dessa forma o problema não somente da igualdade real dos direitos, e portanto da repartição, mas também o problema da produção, pressentindo a necessidade da exploração coletiva:

"esmigalhar o solo em parcelas iguais entre todos os indivíduos equivale a aniquilar maior soma de recursos a ser obtida com o trabalho combinado."

A experiência revolucionária de Babeuf foi decisiva no desenvolvimento de seu sistema. A Declaração de 1789 proclamara a igualdade dos direitos; ele percebeu depressa que isso não passava de uma *quimera*, quando, em pleno coração da Revolução, levantou a questão dos meios de subsistência e portanto do pão quotidiano. "Quem pode assegurar uma igualdade nominal?", escreveu ele, a 20 de agosto de 1791, em sua carta a Coupé de l'Oise. E em carta de 10 de setembro

de 1791 ao mesmo Coupé, eleito deputado à Assembléia Legislativa:

“... Daí a obrigação e a necessidade de dar subsistência a essa imensa maioria do Povo que, com toda a boa vontade que tem de trabalhar, não a possui. *Lei agrária, Igualdade real.*”

Sem dúvida, Babeuf tornou-se após o 9 de termidor, anti-robepierrista. Mas os estragos da inflação e a espantosa miséria popular lhe demonstraram de um golpe o valor do máximo, da economia dirigida e da nacionalização mesmo parcial da produção, a importância da experiência do ano II, aplicada em particular aos exércitos da República.

“Esse governo (a *administração comum*) — escreve Babeuf no *Manifesto dos Plebeus* — demonstrou ser praticável pela experiência, pois foi aplicado a 1.200.000 homens dos nossos doze exércitos (o que é possível para um grupo reduzido também o é para um grupo maior).”

Babeuf repudia agora a lei agrária, que não pode durar mais de um dia, e se pronuncia expressamente pela abolição da propriedade privada. Em sua carta a Germain, a 10 de termidor do ano III (28 de julho de 1795) ele precisou o mecanismo de seu sistema. Cada homem será vinculado “ao talento, à indústria que conhece”:

“Todos os agentes de produção e de fabricação trabalharão para o armazém comum, cada um deles ali depositando o produto em natureza de sua tarefa individual, e os agentes de distribuição, estabelecidos não mais por sua própria conta, mas no interesse da grande família, devolverão a cada cidadão sua parte igual e variada da massa inteira de produtos de toda a associação.”

Comunismo da repartição, essencialmente, conforme frisou Georges Lefebvre. Babeuf presentiu, porém, no terreno da agricultura e à luz de sua experiência na Picardia, a necessidade de um comunismo da produção e de uma organização coletiva do trabalho da terra. Mas o grande fato da concentração capitalista e do impulso da produção industrial lhe escapou: sua predileção pelas formas econômicas antigas, particularmente arcaicas, a ausência em sua obra de qualquer descrição de

uma sociedade comunista fundada na abundância dos produtos de consumo, explicam que não se possa falar, a seu respeito, de pessimismo econômico. As circunstâncias da época, o fraco grau de concentração capitalista e a ausência de qualquer produção de massa, o próprio temperamento de Babeuf e sua experiência social dão conta que ele fora levado a considerar a penúria e a estagnação das forças produtivas antes que o seu florescimento e abundância. Assim se precisa o lugar do babeuismo entre a utopia comunista moralizante do século XVIII e o socialismo industrial de um Saint-Simon.

A Conjuração dos Iguais constituiu a primeira tentativa para fazer o comunismo entrar na realidade. Durante o inverno do ano IV (1795-1796), ante o espetáculo da incapacidade governamental e da espantosa miséria que combalia o povo, Babeuf, embora reduzido à clandestinidade pelo Diretório, teve a idéia de derrubar pela violência o edifício social. A Conjuração reuniu-se em torno de uma minoria conquistada pelo comunismo, panteonistas, antigos jacobinos, como Amar, Drouet, Lindet, cujas metas continuavam essencialmente políticas. Buonarroti, antigo comissário do Comitê de Salvação Pública na Córsega, onde as comunidades rurais subsistiam, e em Oneglia, na Itália, sempre ardorosa robespierrista, teve participação considerável na elaboração do programa comunista da Conjuração dos Iguais, e da sua organização política. A 10 de germinal do ano IV (30 de março de 1796), instituiu-se um *Comitê Revoltoso* de que participaram, com Babeuf, Antonelle, Buonarroti, Darthé, Félix Lepeletier e Sylvain Maréchal. A propaganda desenvolveu-se, dirigida por um agente em cada um dos doze *arrondissements* parisienses. As circunstâncias eram favoráveis, a inflação continuava a fazer estragos.

A organização política da Conjuração marcou a ruptura com os métodos até então empregados pelo movimento popular. Ao centro aparecia o grupo dirigente, com a cobertura de um pequeno número de militantes experimentados; em seguida, a franja de simpatizantes, patriotas e democratas na acepção do ano II, mantidos à margem do segredo e sem dar a aparência de partilharem do novo ideal revolucionário; enfim, as próprias massas populares, que se procuraram arrastar para a causa. Conspiração organizadora por excelência, mas em que o problema das ligações necessárias com a massa parece resolvido de maneira incerta. Assim, além da tradição da insurreição po-

pular, afirmava-se a noção de ditadura revolucionária que Marat pressentira, mas não pudera defini-la: após a tomada do poder pela insurreição, seria pueril voltar-se a uma assembléia eleita segundo os princípios da democracia política, mesmo pelo sufrágio universal; é indispensável manter a ditadura de uma minoria revolucionária durante o tempo necessário à reforma da sociedade e ao funcionamento das instituições novas. Para Buonarroti, essa idéia devia ser atribuída a Blanqui — e é verdadeiramente ao blanquismo que se faz mister ligar a doutrina e a prática leninistas da ditadura do proletariado.

O Diretório se dividiu face à propaganda babeuvista. Barras tergiversava, manobrando os oponentes; Reubell hesitava em fazer o jogo da monarquia para uma repressão anti-jacobina. Carnot, que se passara decididamente à reação por via de um conservadorismo autoritário, não hesitou. Por sua iniciativa, o Ministério da Polícia Geral, entregue a Merlin de Douai, foi confiado a Cochon; a 27 de germinal (16 de abril de 1796), os Conselhos decretaram a pena de morte contra todos os que provocassem “o restabelecimento da realeza ou da Constituição de 1793... bem como a pilhagem e a partilha das propriedades particulares, sob o nome de lei agrária.”

Babeuf apressava entretanto os preparativos. Entrou em contato com o Comitê dos Convencionais que se formava paralelamente, pondo-se de acordo com ele a 18 de floreal (11 de maio); os Convencionais entraram na nova assembléia eleita por proposta do Comitê insurrecional. Mas desde 11 de floreal (30 de abril), a Legião de Polícia, solidária com a insurreição, fora dissolvida. Sobretudo, um dos agentes militares de Babeuf, Grisel, denunciara os Conjurados a Carnot: Babeuf e Buonarroti foram presos a 21 de floreal do ano IV (10 de maio de 1796), todos os seus documentos apreendidos. As prisões se multiplicaram, o medo se apoderando uma vez mais dos dirigentes e da burguesia.

A tentativa do campo de Grenelle para sublevar o exército fracassou na noite de 23 para 24 de frutidor do ano IV (9-10 de setembro de 1796). Fora conduzida por homens do ano II, jacobinos ou *sans-culottes*, vítimas sem dúvida de uma provocação policial maquinada por Carnot e Cochon, ministro da Polícia, mais do que por babeuvistas propriamente ditos: das 131 pessoas presas no episódio, não se conta mais de 6 ligadas ao *Tribun du*

peuple, de Babeuf. Uma comissão militar do Templo fuzilou 30 dos acusados — procedimento que o Tribunal de cassação devia julgar ilegal, posteriormente.

O processo de Vendôme só se verificou no ano V. Barras teria desejado reduzir os perseguidos, e do mesmo modo pensavam homens como Sieyes, que recebiam fazer o jogo dos monarquistas. Carnot se mostrou implacável — e arrastou o Diretório. Na noite de 9 para 10 de frutidor (26-27 de agosto de 1796), os conjurados foram transferidos para Vendôme em carruagens gradeadas; suas mulheres, entre as quais a de Babeuf e seu filho mais velho, seguiam a pé o comboio. O processo só começou perante a Alta Corte no fim de fevereiro de 1797, durando três meses. Após o pronunciamento dos condenados à morte, a 7 de prairial do ano V (26 de maio de 1797), Babeuf e Darthé tentaram suicidar-se; no dia seguinte foram conduzidos, sangrando, ao cadafalso.

A importância da Conjuração dos Iguais só se pode medir pela escala do século XIX: na história do Diretório, não passou de um simples episódio que modificou sem dúvida o equilíbrio político. Mas pela primeira vez a idéia comunista tornara-se uma força política — daí a importância de Babeuf e de sua tentativa na história do socialismo. Em sua carta de 26 de messidor do ano IV (14 de julho de 1796), Babeuf recomendava a Félix Lepeletier que reunisse todos os seus "projetos, notas e esboços de escritos democráticos e revolucionários", e apresentasse a "todos os discípulos da Igualdade... o que os corrompidos de hoje chamam de meus sonhos". Respondendo a esse desejo, Buonarroti publicou em Bruxelas, em 1820, a história da *Conspiration pour l'Egalité dite de Babeuf* — obra que exerceu profunda influência na opinião revolucionária, e graças à qual o babeuismo se inscreveu como um elo no desenvolvimento do pensamento comunista.

4. A Reação Monarquista.

A repressão antijacobina que se seguiu à Conjuração de Babeuf impulsionou o Diretório para a direita e contribuiu para acentuar o perigo monarquista.

A ação monarquista desenvolveu-se segundo planos diversos, desde o verão de 1796. Enquanto Benjamin Constant, acon-

selhado por Mme de Staël, encorajava os monarquistas constitucionais a se unirem em torno de um Diretório firme, sustentáculo da conservação social, o Terror branco reaparecia no Sul, onde o monarquista Willot fôra nomeado comandante da divisão militar de Marselha. Sob a pressão da direita, os Conselhos, se manteve a anistia de 4 de brumário do ano IV (26 de outubro de 1795) em favor dos antigos terroristas, votou-se a exclusão dos anistiados das funções públicas (14 de frimário do ano V — 4 de dezembro de 1796). Essa mesma lei abrogava o artigo da lei de 3 de brumário do ano IV (25 de outubro de 1795) que mantivera contra os eclesiásticos a legislação terrorista. Com a regulamentação caída em desuso, o culto ressurgiu na maior parte das paróquias: a influência dos padres, é claro, só podia exercer-se em favor da reação que favorecia, por outro lado, a exclusão dos jacobinos das funções públicas. Enquanto Carnot evoluía mais e mais para a direita, La Revellière, por anticlericalismo, se aproximava de Reubell e de Barras: os *Triúmviros* começaram a se alarmar com os progressos dos monarquistas.

O complô anglo-monarquista provava, com efeito, no mesmo instante, que a direita não trabalhava em benefício da República, e, sim, para se apoderar do poder. O pretendente Luís XVIII, refugiado em Blankenburg, junto ao duque de Brunswick, recusava-se a qualquer concessão; por isso, a ação monarquista se desenvolveu em duas linhas, a constitucional e a absolutista. Em Paris, seu representante, o Abade Brottier, dirigia uma agência que doutrinava as inteligências, até mesmo na guarda do Diretório. Durante o verão de 1796, a Agência criou uma associação dos *Amigos da Ordem*, que fazia uma oposição constitucional ao regime, mas animada, em segredo, pelo grupo dos *Filhos Legítimos*, partidários da restauração absolutista pela insurreição. O antigo constituinte Dandr , adepto da ação legal, transformou a associação em *Instituto Filantrópico*, em vista das próximas eleições. O instituto teve ramificações num certo número de departamentos, onde se afirmou no seio da organização a mesma dualidade entre constitucionais, partidários da ação legal, e absolutistas, partidários da ação violenta; assim, na Sarthe, onde o Instituto foi organizado por um *chouan*, assim em Bordéus. O dinheiro vinha de Londres por intermédio de Wickham, agente inglês estabelecido na Suíça; a imprensa foi subvencionada e financiada a propaganda eleitoral. Malgrado a prisão de Brottier, a 11 de pluvioso do ano V (30

de janeiro de 1797) e as confissões de um de seus cúmplices, a propaganda monarquista prosseguiu.

O clima político e social lhe era com efeito favorável. Emigrados e padres deportados reentravam em massa no país. A questão religiosa constituía terreno propício à reação. Muitos republicanos, bem como refratários, afirmavam a incompatibilidade entre o catolicismo romano e a República; mas a Igreja constitucional via sua influência decrescer; a *teofilantropia*, nova forma de culto semanal, fundada no início de 1797 com o apoio de La Revellière, só reunia uma minoria burguesa esclarecida. O movimento de reação lucrava sobretudo com a crise financeira e as dificuldades dela resultantes.

A situação financeira, em seguida à queda do mandato territorial e do retorno à moeda metálica, mostrava-se deplorável. A inflação sucedeu a deflação: o numerário era raro, os preços caíam, ainda mais porque a colheita de 1796 fora abundante. Pelo menos haviam um certo alívio para a miséria popular. Mas a guerra continuava. Em vão o Diretório empenhou-se para equilibrar o orçamento. Os Conselhos, com segunda intenção política, recusavam-se a qualquer esforço financeiro eficaz. As contribuições votadas muito tarde: a contribuição territorial, a 18 de prairial do ano V (6 de junho de 1797) para o ano em curso, a mobiliária a 14 de termidor (2 de agosto). O Diretório, tendo proposto a criação em cada departamento de uma Agência de Contribuições Diretas, composta de funcionários, não foi obedecido. Propôs o restabelecimento de certas taxas indiretas, sobre a pólvora e o salitre, sobre o sal; se o Conselho dos Quinhentos se resignou, o dos Antigos recusou-se. Para tirar melhor partido da venda dos bens nacionais, os leilões foram restabelecidos, a 16 de brumário do ano V (6 de novembro de 1796) — benefício que resultou mínimo.

Os expedientes financeiros apresentavam vantagens. As requisições foram mantidas para fornecer cereais aos exércitos, forragens e cavalos, sendo pagáveis em bônus recebidos em pagamento das contribuições e dos bens nacionais. Como os Termidorianos após o abandono da economia dirigida, o Diretório teve de recorrer aos homens de finanças, banqueiros, fornecedores e municionadores — e caiu na mão deles. Depois de haver usado de múltiplos subterfúgios, reposto em garantia os diamantes da Coroa, entre os quais o *Regente*, ou cedido as

rescrições batavas, isto é, as obrigações sobre a indenização de guerra devida pela Holanda de conformidade com o tratado de Haia, o Diretório foi autorizado pela lei de 16 de brumário do ano V (6 de novembro de 1796) a utilizar os bens nacionais como meio de pagamento: tal fornecedor adquirira assim 600 hectares no departamento do Norte. Logo chegou-se a abandonar aos credores essa categoria de receitas do Estado — o que equivalia, sob a denominação de *delegações*, a voltar-se à prática das *antecipações* do Velho Regime. Assim se verificaram os golpes nas florestas nacionais, ou o produto das contribuições em tal departamento, ou o da venda das mercadorias inglesas apreendidas em Livorno em benefício da Companhia Flachat, que fazia fornecimentos ao exército da Itália.

A corrupção multiplicou-se encorajada por tais práticas, pela fraqueza do governo, pela venalidade de uma minoria de políticos que simbolizava os nomes de Barras em combinação com o financista Ouvrard, de Fouché, de Talleyrand. Esses enriqueciam especulando com o sal, aqueles com os bens nacionais. A desordem dos costumes marcha paralelamente à corrupção, contrastando com a conduta espartana da República do ano II. Não afetava, porém, senão uma minoria rica e ociosa, que estabelecera como regra a busca desenfreada do prazer, e que foi denominada com a generalização abusiva de “sociedade do Diretório”; com cinismo maior e ostentando um decoro menos pomposo ela prefigurava os costumes da alta sociedade imperial. No governo, dois personagens pertenciam a essa sociedade dissoluta: Barras, antigo visconde, Talleyrand, antigo bispo. Ao redor deles, os homens de negócios, os “fazedores de serviços”, banqueiros, fornecedores, agiotas e especuladores, que tiravam partido do sistema, mas estavam prontos a abandoná-lo por outro que lhes garantisse a fortuna.

O descrédito do regime generalizou-se em todas as camadas da sociedade. Os funcionários eram pagos irregularmente. Os serviços públicos, à falta de meios financeiros, só funcionavam com grande esforço. Para desafogar o orçamento nacional, o Diretório deixara os tribunais, as escolas centrais, a assistência pública a cargo das administrações locais, cujas finanças, no entanto, sofriam o mesmo descabro das do governo. Um quarto das rendas era pago em numerário, quando o governo tinha disponibilidades; os três quartos restantes em bônus admitidos somente em pagamento das contribuições ou da

aquisição dos bens nacionais, e que os especuladores recompravam a preço vil. Com o aumento do descontentamento, a incapacidade financeira do Diretório fazia o jogo da oposição monarquista, enquanto se aproximavam as eleições do ano V.

II

A Guerra de Conquista (1796-1797)

Os caracteres novos da guerra, que tendiam a se afirmar depois da queda do governo revolucionário e da ruína de sua política de defesa nacional, acentuaram-se no primeiro Diretório. Como o esforço de guerra já não era sustentado pela direção da economia, entregue agora à livre empresa e ao livre lucro, a situação material dos exércitos se agravou — o que não deixaria de influir em seu estado de espírito, ainda mais porque os generais, sobre quem não pesava mais o nível igualitário do governo revolucionário e do Terror, sacudiam a tutela do poder executivo e davam livre curso a suas ambições. Desse ponto de vista, a política italiana de Bonaparte constituiu uma autêntica ruptura: as exigências nacionais foram substituídas pelas perspectivas aventureiras de uma ambição pessoal. Desvio ainda mais perigoso porque aureolado com todos os prestígios da vitória.

1. *O Exército no Primeiro Diretório.*

A degradação do exército prosseguiu sob o Diretório que, nesse domínio como nos outros, continuou simplesmente a política termidoriana. A ruína do papel-moeda, a incapacidade financeira do governo, as malversações dos fornecedores refletiram-se na condição dos soldados, mal nutridos, mal vestidos, mal pagos. A miséria da tropa refletiu-se por seu turno sobre os efetivos. O mal da insubmissão e da deserção carcomiu desde então os exércitos da República. Tendo os Quinhentos encarregado uma comissão de preparar um projeto de lei repressiva, o conselheiro Dupuis denunciou a 19 de brumário do ano IV (10 de novembro de 1795) as causas profundas do mal: "Vossos inimigos aproveitaram-se do delírio dos amigos da reação

para lembrar todos os meios coercitivos que teriam logrado deter o mal em sua origem como atos de terrorismo — nome que tem servido melhor à Europa do que suas mais possantes armas. Vi, ao percorrer vários departamentos da República, tropas de desertores viajando tão tranqüilamente quanto eu, sem que pessoa alguma se achasse no dever de detê-las ou de aplicar as leis contra a deserção. E tem mais: muitos pais de desertores eram prefeitos ou oficiais municipais... Ninguém está seguro de executar rigorosamente a lei sem ser vítima da espantosa reação que cobriu a França de tantos cadáveres.” Era pôr a nu a raiz do mal. Animado de um ódio tenaz por todas as recordações do ano II, e cioso de conduzir a reação para ter a rédea do movimento popular, o Diretório, a exemplo da Convenção termidoriana, foi impotente para conjurar o mal.

O estado de espírito do exército transformava-se ao mesmo tempo. Sem dúvida a marca do ano II continuava profunda em suas fileiras, e viva a hostilidade contra os reacionários ou os padres, e o ódio à realeza. Mas como a flama não era entretida, o entusiasmo revolucionário se dissipava pouco a pouco; a tropa, sensível às idéias-forças que os homens do ano II haviam antecipado, não podia seguir os meandros da política diretorial de centro, nem aderir com entusiasmo às concepções médias dos notáveis. Enquanto se acentuava paulatinamente o divórcio entre o regime e o exército, o desprezo pelo civil aumentava: surgiu, então, o termo *péquin* ou *pékin* para designá-lo — termo muito em uso no início do Império. Pela própria natureza da instituição militar, o sentimento democrático mantinha-se, apesar de tudo; se as práticas democráticas, como a eleição de oficiais e o júri na justiça militar, haviam sido suprimidos, para subir-se de posto o saber e a inteligência ainda contavam, e, sobretudo, a bravura. O simples soldado, provada a sua coragem, conservava a esperança de alcançar rapidamente os mais altos graus. Mas isso não o obtinha sem favorecer a ambição e o espírito de aventura.

O sentimento nacional, que até então sustentara os exércitos, adquiriu, com efeito, uma ressonância nova. Os efetivos não haviam sido renovados após o recrutamento em massa e as conquistas militares; daí, os soldados distinguem-se pouco do resto da nação. Acampada em país estrangeiro, a tropa livre de obrigações volta-se, agora, para os seus generais. O devotamento à nação cede lentamente lugar à fidelidade a um chefe,

no espírito de aventura e logo à pilhagem. Tudo se fizera no ano II para manter e reforçar os vínculos entre o exército e a pátria; doravante, empenhou-se em fazer que o soldado esqueça que também é cidadão. Saint-Just, em seu discurso de 12 de fevereiro de 1794, declarava só esperar a vitória "em razão dos progressos que o espírito republicano fizer no exército". A véspera de sua campanha na Itália, Bonaparte declara, na proclamação de 26 de março de 1796:

"Soldados, estais nus, mal nutridos. Vou conduzi-vos às mais férteis planícies do mundo. Ricas províncias, grandes cidades vos esperam; ali encontrareis honra, glória e riqueza..."

O patriotismo esvazia-se do conteúdo republicano e humano, o nacionalismo ponteia; aos sentimentos cívicos e ao entusiasmo revolucionário sucedem logo o desprezo ao estrangeiro e o gosto da glória militar, a vaidade nacional. Marie-Joseph Chenier exaltou logo "a Grande Nação habituada à vitória"; a expressão, inspiradora de orgulho, era corrente desde o fim do Diretório; o Império consagrou-a.

O instrumento de guerra forjado pelo Comitê de Salvação Pública no ano II continuava, porém, ainda incomparável, face aos exércitos do velho regime da coalizão, à véspera da entrada na campanha de 1796. Para reforçar sua autoridade junto aos generais e aos fornecedores, o Diretório criou, baseado nos representantes em missão, *comissários dos exércitos*. Precaução vã, pois nem os comissários nem o Diretório dispunham mais, face aos generais, da *força coativa*. O papel preponderante e o gênio militar de Bonaparte colocaram-no em primeiro plano. Mas se na elaboração dos princípios estratégicos, na constituição e emprego das unidades táticas, esse gênio se afirmou logo em todo o esplendor, Bonaparte não deixou em parte de manter-se fiel à herança revolucionária: renovou a arte da guerra, porém utilizando o exército nacional criado pela Revolução.

2. Bonaparte na Itália (1796-1797).

A coalizão, após os tratados de 1795, reduzia-se no essencial à Inglaterra e à Áustria. Sem dúvida a Áustria, cuja situação militar e financeira não era muito brilhante, teria abandonado a margem esquerda do Reno, tivesse para isso a

certeza de receber compensações, conforme a promessa feita pela França à Prússia, no tratado de Basileia. Quanto à Inglaterra, ameaçada por uma crise econômica e financeira cujas repercussões sociais e políticas poderiam tornar-se graves, era incapaz de um esforço militar continental, malgrado sua repugnância tradicional de ver a França instalada nos Países-Baixos.

A política externa do Diretório era, no entanto, determinada antecipadamente pela noção de *limites constitucionais* considerados intangíveis: o artigo 332 da Constituição do ano III proibia “qualquer alienação do território da República”; a anexação da Bélgica era tida como ratificada pelo plebiscito sobre a Constituição — argumento mais poderoso em relação a Avignon e à Sabóia. Restava a margem esquerda do Reno. Se Carnot, agora o líder da direita, se pronunciava pelos *antigos limites*, embora melhorados, Reubell, que dirigia a diplomacia, inclinava-se para os *limites naturais* e, portanto, para a anexação; pretendia obter garantias além das fronteiras naturais para poder negociar em posição de força — e nesse raciocínio o Diretório acompanhou-o. Faltava-lhe ainda, para impor essas condições à Áustria e à Inglaterra, não se deixar seduzir pela lógica da conquista.

O plano de campanha para 1796, elaborado por Carnot, determinava papel decisivo às operações na Alemanha do Sul: os exércitos de Sambre-et-Meuse, comandados por Jourdan, do Reno-e-Mosela, comandados por Moreau, marchariam sobre Viena, enquanto as tropas menos importantes, dos Alpes, comandadas por Kellermann, e da Itália, por Schérer, se apoderariam do Piemonte e da Lombardia, transformando-os em penhor. Um exército de Irlanda, concentrado em Brest, ameaçaria a Inglaterra. No último momento, a 12 de ventoso do ano IV (2 de março de 1796), o Diretório substituiu Schérer por Bonaparte — e seus planos político-militares foram transformados.

Napoleão Bonaparte nascera em Ajaccio, a 15 de agosto de 1769, de uma família da pequena nobreza ligada à França. Bolsista no colégio real de Autun, em 1779, depois no de Brienne, anexo da Escola Militar de Paris, até 1784, cadetegentilhomem na Escola Militar em 1784-1785, Bonaparte foi nomeado por concurso segundo-tenente de artilharia, o 42º em 58, em setembro de 1785, com 16 anos. De Valence a Au-

xonne, depois novamente em Valence, ele levou a vida de um pequeno oficial de guarnição, pobre e de pouco futuro. Patriota em 1789, mas patriota corso, participou ativamente da vida política da ilha, sob a direção de Paoli, quando de suas frequentes estadas ali, de 1789 a 1793. Tornando-se, como Bonaparte, suspeito aos olhos de Paoli, teve de deixar a Córsega em junho de 1793, quando aquele rompeu com a Convenção e convocou os ingleses. Capitão do exército da Itália em julho de 1793, enviado a Avignon para organizar os comboios de pólvora, Bonaparte afirmou-se como montanhês e jacobino sincero. Escreveu, sob a forma de diálogo, *Le Souper de Bonaparte*, impresso em Avignon em agosto de 1793, às custas do Tesouro Público: um *militar*, que é ele mesmo, conversa com um burguês de Nîmes, um fabricante de Montpellier, um negociante de Marselha. Trata-se de persuadir os marselheses de tendência girondina de que “a causa da Montanha é nacional”, que a Convenção é “o centro de unidade”, que se torna preciso salvar “a República nascente cercada pela mais monstruosa das coalizões que ameaça estrangulá-la no berço”. Acabara-se o compromisso com a Córsega natal e com as quimeras de independência da ilha; Bonaparte integrava-se na nação revolucionária. Seu compatriota Salicetti, representante em missão, lhe confiou o comando da artilharia no cerco de Toulon, a 17 de setembro de 1793 — e o papel de Bonaparte foi, a muitos respeito, decisivo. A 19 de dezembro a cidade foi retomada; a 22, Bonaparte era general-de-brigada. Augustin Robespierre, representante em missão no exército da Itália, o protegia, tendo louvado “o mérito transcendente do cidadão Buonaparte”, numa carta a seu irmão Maximilien, a 16 de germinal do ano II (5 de abril de 1794).

O Termidor deitara tudo a perder. O acontecimento foi conhecido em Nice no dia 18 (5 de agosto de 1794) — e no dia seguinte, Bonaparte era retirado do comando pelos representantes em missão e aprisionado como robespierrista no Fort-Carré d'Antibes. Libertado desde 3 de frutidor (20 de agosto), foi restabelecido em suas funções. Mas sua carreira chocava-se na oposição de Aubry, girondino relator de assuntos militares à Convenção, e que lhe criticou vivamente “o avanço prematuro e a ambição sem freio”. Em março de 1795, Bonaparte recebeu convite, que recusou, para comandar a artilharia do exército do Oeste. Nova recusa quando, em junho, fora nomeado general de infantaria desse mesmo exército.

O cidadão cedeu, desde então, o passo ao aventureiro que buscava o próprio caminho; a desgraça do Termidor parecia haver-lhe quebrado a continuidade da linha política; em breve, não teve outro guia a não ser a ambição. Se a participação na jornada do dia 13 (5 de outubro de 1795) lhe valeu o cognome de "general vendemiário", sua promoção, graças a Barras, estava desde logo assegurada: general-de-divisão a 16 de outubro, foi nomeado, a 26, general em chefe do exército do interior. Dessa época datam os amores de Bonaparte e de Joséphine Tascher de La Pagerie, mais velha seis anos do que ele, viúva do visconde de Beauharnais, guilhotinado em 1794, mulher já fatigada, no dizer de Barras em suas *Mémoires*, mas ainda sedutora e sempre experiente. A primeira carta à "doce e incomparável Joséphine" é de 28 de outubro de 1795. Amor violento, sobre a natureza do qual as cartas escritas durante a campanha da Itália não deixam qualquer dúvida e dispensam citação. "É difícil acreditar — escreveu Georges Lefebvre — que Bonaparte ignorasse sua ligação (de Joséphine) com Barras e que a influência que ela conservava não lhe servia mais."

A 2 de março de 1796, Bonaparte era nomeado comandante-chefe do exército na Itália, em substituição a Schérer; a 9, desposava civilmente a Joséphine de Beauharnais; dois dias depois, trocava Paris pelo seu quartel-general de Savone, na Riviera de Gênova.

A campanha da Itália decidiu a sorte da luta contra a Áustria. Os planos haviam sido traçados desde o ano II pelo Comitê de Salvação Pública: tratava-se, após a tomada do Piemonte, de se apoderar da Lombardia, depois marchar diretamente sobre Viena, através dos Alpes. Bonaparte realizou as operações com 38.000 homens, 48.000 francos-ouro e 100.000 francos de tratados que não foram todos aceitos. As operações foram dirigidas com rapidez extrema.

No Piemonte, em uma dezena de dias e pelos combates de Montenotte (12 de abril de 1796), de Millesimo, de Mondovi (21 de abril), Bonaparte separou os 35.000 austríacos de Beaulieu dos 12.000 piemonteses de Colli e forçou este último a recuar a fim de cobrir Turim. O rei da Sardenha assinou o armistício de Cherasco, a 28 de abril. Pelo tratado de Paris, a 15 de maio de 1796, ele cedeu à França a Sabóia e os condados de Nice, Tende e Beuil.

Na Lombardia, Bonaparte, no rastro de Beaulieu que se retirara para o Norte do Pó, atrás de Tessin, esboçou um movimento de retorno ao Sul, cruzou o Pó em Plaisance, bateu o inimigo em Lodi, sobre o Adda (10 de maio), e entrou em Milão, a 15 de maio de 1796. O mundo aprendia, escreveu mundial em *La Chartreuse de Parme*, "que passados tantos anos, César e Alexandre tinham um sucessor". Transpondo o Mincio, a 30 de maio, Bonaparte estabeleceu-se em Mântua. Os duques de Parma e de Módena haviam assinado um armistício. Bolonha recebeu os franceses, o papado aceitou uma convenção, a 23 de junho. As regiões conquistadas foram submetidas a pesadas indenizações de guerra que atiravam uma parte das populações contra o ocupante; só os Jacobinos italianos, partidários de uma república unitária, declararam-se a favor da França. Quanto ao Diretório, pretendia somente adquirir garantias para negociar em posição de força. Nesse sentido, tentava de explorar as regiões ocupadas: Bonaparte teria retirado da Itália uns cinquenta milhões, dos quais dez couberam ao Diretório. Os austríacos, porém, ainda tinha Mântua, chave da rota dos Alpes. Em quatro sortidas, os exércitos austríacos procedentes dos Alpes tentaram desbloquear a praça — mas o exército de Wurmser foi batido em Castiglione, a 5 de agosto, e em Bassano, a 8 de setembro de 1796. O exército de Alvinczy, por seu turno, foi repellido, após duros combates, para os arredores de Arcole, de 14 a 17 de novembro, em seguida batido em Rivoli, a 14 de janeiro de 1797. Mântua capitulou a 2 de fevereiro. A rota para Viena estava livre.

A campanha da Alemanha não apresentara os sucessos decisivos que o Diretório esperava. Os exércitos de Jourdan e de Moreau, aos quais estava destinado papel decisivo, tinham por objetivo atingir Viena pelo vale do Danúbio. A 31 de maio de 1796, Jourdan cruzara o Reno: o Arquiduque Carlos repeliu-o. Mas Wurmser, que enfrentara Moreau, foi enviado à Itália em consequência das vitórias de Bonaparte, e assim os franceses retomaram a ofensiva contra o arquiduque. Moreau passou o Reno a 24 de junho e atingiu Munique, enquanto Jourdan, apoderando-se de Colônia, depois de Francoforte, avançava em agosto até os confins da Boêmia. Entretanto os exércitos franceses não se reuniram. O Arquiduque Carlos tirou partido disso para atacá-los separadamente, obrigando de início Jourdan, duas vezes vencido no vale do Main, a cruzar

de volta o Reno, no fim de setembro de 1796. Descoberto, Moreau teve de recuar; o arquiduque, empenhando-se em cortar-lhe a retirada, forçou-o a entrar nos desfiladeiros da Floresta Negra; a 26 de outubro de 1796, ele cruzou o Reno, em Huningue. Durante o inverno, as cabeças-de-ponte de Kehl e de Huningue foram perdidas.

A expedição da Irlanda, sob o comando de Hoche, fracassava na mesma ocasião. Tendo-se feito à vela em dezembro de 1796, a frota francesa foi dispersada pela tempestade. Em janeiro de 1797, o Diretório ordenou a apreensão das mercadorias inglesas em todo o território francês. A situação econômica da Inglaterra se agravava e a inclinava à negociação; entrevistas nesse sentido já se haviam realizado em Lille, de outubro a dezembro de 1796, conduzidas, do lado inglês, por Malmesbury — mas a questão da Bélgica as condenara ao fracasso.

O exército na Itália encerrava, portanto, à véspera da campanha de 1797, a principal esperança do Diretório. Bonaparte completara a pacificação das regiões conquistadas. Sem levar em conta as diretivas governamentais, organizara, a 15 de outubro de 1796, uma *República Cispadana*, com os territórios de Módena e as Legações tomadas ao Papa. A 19 de fevereiro de 1797, assinava com Pio VI o tratado de Tolentino. Embora o Diretório lhe houvesse determinado a destruição do poder temporal do Papa, Bonaparte se contentava, além de alguns milhões, com a cessão à França do Avignon e do Condado Veneziano, e o abandono das Legações. Sua política demonstrava-se cada vez mais pessoal.

A ofensiva contra os austríacos, agora comandados pelo Arquiduque Carlos e reforçados em número, foi retomada a 20 de março de 1797. Bonaparte forçou a passagem de Tagliamento, depois a garganta de Tarvis; Masséna, na vanguarda, chegou a Semmering.

Na Alemanha do Sul, na mesma ocasião, o exército de Sambre-et-Meuse cruzava o Reno sob o comando de Hoche, a 16 de abril de 1797, e arrebatava, a 18, a vitória de Neuwied, perto de Colônia. Moreau perigava — mas no mesmo 18 de abril de 1797 Bonaparte assinara em Leoben, na Estíria, com a Austria, o armistício e as preliminares da paz. O vencedor da Itália, ligado à sua conquista, temia ser ultrapassado como pacificador.

As preliminares de Leoben consagravam o triunfo da política italiana de Bonaparte, sem que a fronteira natural do Reno fosse conquistada. A evolução da política interna obrigou, no entanto, o Diretório a inclinar-se ante o fato consumado.

III

Frutidor e Campoformio (1797)

A situação interna conseqüente à vitória monarquista nas eleições de germinal do ano V e à lassitude da opinião pública pôs o Diretório à merce dos generais. Ele não podia, por sua própria natureza, fazer apelo ao povo para salvar a República. Quanto à orientação da política externa, dependia ela, necessariamente, da solução a ser dada à crise interna. Os coligados não davam conta disso, tanto assim que arrastaram as negociações iniciadas em Údine, após o armistício de Leoben, e as negociações retomadas em Lille pelo enviado inglês Malmesbury; uma vez que a direita monarquista levava vantagem, a Inglaterra e a Áustria esperavam obter melhores condições. Reforçou-se, assim, a solidariedade entre o Diretório e Bonaparte. Este, aliás, não podia esperar fosse sua política italiana aceita pelos Conselhos monarquistas, pois recebera dos mesmos, a 5 de messidor (23 de junho de 1797), violento ataque a respeito da questão de Veneza. Quanto ao Diretório, como poderia resistir às exigências de seu salvador? Por um jogo de influências e de concessões recíprocas, o golpe de Estado de frutidor e o tratado de Campoformio se unem intimamente. O benefício essencial dessa política devia, no entanto, reverter a Bonaparte.

1. As Eleições do Ano V e a Reação.

As eleições de germinal do ano V, para o renovamento do primeiro terço que saíra dos Conselhos, cuja metade era de *perpétuos*, realizaram-se sob a influência dos monarquistas, malgrado a repercussão dos êxitos de Bonaparte na Itália, dos quais o Diretório esperara por um momento tirar vantagem. As operações se desenrolaram regularmente. Os Diretoriais foram esmagados, salvo em uma dezena de departamentos; apenas

onze convencionais foram reeleitos, muitos dos quais, porém, monarquistas. O novo terço fortaleceu consideravelmente a direita monarquista.

A reação se estabeleceu logo, enquanto o Diretório se dividia. Reubell, seguido por La Revellière, e consciente do perigo, pretendia retomar as rédeas da situação mediante a cassação das eleições. Carnot, inclinando-se aos resultados do escrutínio, recusava-se a tal medida. Barras, como de hábito, discreto. Os Conselhos se reuniram a 1º de prairial (20 de maio de 1797) e designaram Barbé-Marbois como presidente dos Antigos, e Pichegru, eleito no Jura, como presidente dos Quinhentos. Como Letourneur não fora reeleito na qualidade de Diretor, eles o substituíram no mesmo dia por Barthélemy, o negociador dos tratados de Basileia, monarquista notório. Apesar disso, a direita hesitava. Reunida no Clube de Clichy, não chegou a definir uma política. Os *jacobinos brancos*, partidários de uma restauração imediata, não passavam de uma minoria; aos monarquistas constitucionais, numerosos, repugnava a violência; o grupo denominado o *Ventre*, também de tendência monarquista, pretendia proceder a reformas detalhadas — e esperava. Pichegru, com quem contavam os *jacobinos brancos* para um golpe de Estado, mostrava-se incapaz de uma decisão.

As medidas de reação favoreciam os parentes dos emigrados, a quem as funções públicas foram abertas pela ab-rogação das disposições de 3 de brumário do ano IV, bem como aos padres: a lei de 7 de frutidor (24 de agosto de 1797) ab-rovou as medidas repressivas de 1792 e 1793. Contudo, uma declaração de respeito às leis continuou a ser exigida dos membros do clero; a essência das leis contra os emigrados continuava em vigor, e as funções públicas foram novamente permitidas aos terroristas anistiados. Nos departamentos, a reação tornou-se algumas vezes excessiva. As filiais do Instituto Filantrópico se multiplicavam, os emigrados de retorno ao país e os padres proscritos circulavam livremente, enquanto os adquirentes de bens nacionais eram atacados. Na Provença, a violência desencadeou-se uma vez mais. O Diretório teve de enviar tropas para lá; os republicanos tentaram resistir em grupos nos *clubes* constitucionais — e o Diretório, temendo favorecer a influência jacobina, permitiu que eles fossem suprimidos pelos Conselhos, a 5 de termidor (23 de julho de 1797). Animando-se diante dessa passividade, a direita empreendera a redução do

Diretório à impotência, mediante a retirada de todos os seus poderes financeiros, que os Quinhentos confiaram, a 30 de prairial (18 de junho de 1797) à Tesouraria, de há muito tida como contra-revolucionária; os Antigos recusaram-se, porém, a apoiar a medida.

O conflito entre o Diretório e os Conselhos entrou na fase decisiva quando Barras saiu da expectativa para apoiar Reubell e La Revellière contra Carnot e Barthélemy. Sua opção afirmou-se no dia da troca de ministros reclamada por Carnot para agradar a direita. A 26 de messidor (14 de julho de 1797), Merlin e Ramel, odiados pelos monarquistas, foram conservados nos postos; Talleyrand, apresentado a Barras por Mme de Staël, nomeado para as Relações Exteriores, e Hoche para a Guerra — escolha significativa, pois as tropas do exército de Sambre-et-Meuse, comandadas por Hoche, já estavam há mais de dez dias em marcha sobre Paris.

2. *O Golpe de Estado de 18 de Frutidor do Ano V (4 de setembro de 1797).*

A crise aberta entre o Diretório e os Conselhos, em consequência das eleições de germinal do ano V, só podia ser resolvida, à falta de cobertura constitucional, de duas maneiras: ou pelo recurso ao povo, como no ano II, ou através do apelo ao exército, como a 13 de vendemiário. A própria natureza do regime dos notáveis excluía a primeira solução, à qual La Revellière se opôs com firmeza, por antecipação. Restava o exército. Bonaparte e Hoche, consultados, aceitaram. Bonaparte forneceu, em messidor, a prova da traição de Pichegru — um documento encontrado nos papéis do agente monarquista d'Antraigues. Hoche, a 13 de messidor (1º de julho de 1797), pôs as tropas em marcha sobre Paris. O Diretório achava-se, dessa forma, à mercê dos generais, de Bonaparte em particular, que só deu apoio ao governo contra os Conselhos a fim de impor as preliminares de Leoben e sua política italiana.

Os Conselhos deram-se conta do perigo que os ameaçava ao apressarem, a 28 de messidor (16 de julho de 1797), o retoque ministerial e a presença de tropas na "área constitucional" interdita ao exército. A acusação dos *triúmviros*, Barras, La Revellière e Reubell, foi considerada, mas Carnot, advertido da traição de Pichegru, recusou-se a concordar com uma restauração. Enquanto os Conselhos autorizavam, a 25 de termidor (12 de

agosto de 1797), a formação de companhias de elite da guarda nacional, para armar a burguesia dos bairros ricos, o Diretório apressava seus preparativos. Bonaparte enviara Augereau para o comando das tropas; sob diversos pretextos, os destacamentos entravam em Paris. "O Diretório não pactuará com os inimigos da República", declarou La Revellière aos enviados da Cisalpina a 10 de frutidor (27 de agosto). A direita parecendo decidida a recorrer à força, os *triúnviros* lhe tomaram a frente.

A 8 de frutidor do ano V, pela manhã (4 de setembro de 1797), Paris foi ocupada militarmente. Pichegru e uma dezena de deputados, presos e encarcerados no Templo, o mesmo acontecendo a Barthélemy; Carnot conseguiu fugir. Não houve resistência alguma; um decreto advertia que aqueles que provocassem o restabelecimento da realeza ou da Constituinte de 1793 seriam fuzilados imediatamente. Reunidos à noite, os Conselhos votaram a 19 de frutidor (5 de setembro) as medidas de exceção propostas pelos *triúnviros*. As eleições foram cassadas em 49 departamentos, 177 deputados eliminados sem ser substituídos, 65 pessoas deportadas para a Guiana, "a guilhotina seca", inclusive Carnot, Barthélemy, Pichegru. Certos deputados se demitiram, como Dupont de Nemours. A maioria desmoronara nos Conselhos.

As medidas repressivas visando aos emigrados e aos padres foram restauradas: os primeiros tiveram quinze dias para deixar a França, sob pena de morte, e seus parentes excluídos novamente das funções públicas, quando não privados do voto; os padres antes deportados foram obrigados ao exílio, sob pena de deportação para a Guiana; o juramento de ódio à realeza e à Constituição de 1793, imposto a todos os ministros do culto. A imprensa oposicionista, duramente tratada: 42 jornais suprimidos. Em contrapartida, os clubes tiveram direito de se reunir. Os poderes do Diretório cresceram: recebeu ele o direito de depurar as administrações e os tribunais, de proclamar o estado de sítio quando bem o entendesse.

O golpe de Estado de 18 de frutidor desfechou rude golpe no sistema da República liberal instaurado pela Constituição do ano III. A oposição de direita estava dizimada, mas o legislativo rebaixado, cheio de fel e espreitando a hora da vingança. A *jornada* só pudera triunfar com o apoio dos generais e suas tropas. O Diretório era levado a avaliar seu poder menos temível, porque no mesmo instante se instaurava

a paz continental. Mas não a paz das fronteiras naturais, e sim a do vencedor da Itália, cujo prestígio já exigente aumentara ainda mais.

3. *O Tratado de Campoformio (18 de outubro de 1797).*

As preliminares de Leoben firmadas por Bonaparte a 18 de abril de 1797 caracterizavam-se como um retorno às práticas diplomáticas do antigo regime. Quando o Diretório pretendeu servir-se da Lombardia como de um penhor para negociar a aquisição da margem esquerda do Reno, Bonaparte permutou-a pelo território da República de Veneza. A Áustria obtinha, assim, acesso ao Adriático. Se ela cedia a Bélgica, o destino da margem esquerda do Reno estava reservado: seria discutido durante um congresso destinado a concluir a paz com o Império. Isso equivalia a arruinar a política do Diretório quanto ao Reno. Contudo, ele ratificou as preliminares de Leoben: a situação interna a isso obrigava. Só Reubell votou contra a ratificação: sua política nacional da margem esquerda do Reno estava sacrificada.

A política italiana de Bonaparte desenvolveu-se de modo idêntico. Ele reinou na Itália. Da Lombardia acrescida da Valteline, de uma parte dos territórios venezianos de terra firme e da República Cispadana, ele constituiu uma *República Cisalpina*, que dotou de uma Constituição. Em Gênova, a antiga República foi transformada em *República Liguriana* pelos Jacobinos italianos. A 2 de maio de 1797, Bonaparte declarou guerra à República de Veneza, onde os franceses entraram no dia 12. Negociações com vista à paz definitiva iniciaram-se em Údine com os representantes do governo austríaco.

A Inglaterra, na mesma ocasião, decidia-se a retomar as negociações. Acabara de atravessar grave crise bancária e financeira, a Irlanda se revoltava, os motins multiplicavam-se nas frotas, na primavera de 1797. Em julho, Pitt enviou Malmesbury para o reinício das conferências de Lille.

As negociações não se completaram logo nem em Lille nem em Údine. Tudo continuaria em suspenso; como não estava resolvida ainda a crise interna, os coligados esperavam uma vitória da direita monarquista em condições mais vantajosas. O sucesso do golpe de Estado de 18 de frutidor fortaleceu, ao contrário, a política externa do Diretório, no qual Reubell reassumira a direção. As conferências de Lille (julho-setembro

de 1797) fracassaram. O Diretório exigia restituição das colônias da França e de seus aliados, sem, no entanto, restituir suas conquistas continentais; como a Inglaterra se recusasse a entregar o Cabo e o Ceilão arrebatados à Holanda, deu-se a ruptura. Em Údine, as negociações haviam sido reiniciadas entre Bonaparte e Cobenzl, enviado do chanceler austríaco Thugut.

O Tratado de Campofórmio foi assinado a 18 de outubro de 1797, na realidade em Passariano, onde residia Bonaparte. Malgrado as instruções do Diretório, que incluíam a cessão da margem esquerda do Reno e o restabelecimento da República de Veneza, Bonaparte cedeu a Ístria à Áustria, a Dalmácia e as bocas de Cattaro, Veneza e a terra firme até o Adige. Do antigo domínio veneziano, a França conservava as Ilhas Jônias (Corfu, Zante, Cefalônia...). A Áustria reconhecia a República Cisalpina "como potência independente" e renunciava à Bélgica. Quanto à margem esquerda do Reno, mediante artigos secretos do tratado a Áustria *consentia* em sua anexação até à confluência do Nette (Palatinado, antigos eleitorados de Trêves e de Mayence...), isto é, à exceção da região de Colônia; comprometia-se, quando do congresso previsto, em Rastatt, entre a França e o Império, "a empregar seus bons ofícios no sentido de que a República Francesa obtivesse essa mesma fronteira". Malgrado sua decepção, o Diretório ratificou o tratado. Como poderia resistir? Em um país fatigado, a alegria explodiu com o anúncio da paz. O Diretório não tinha outro recurso senão submeter-se.



A nação revolucionária, renegando seus princípios, se transformara em "negociante de povos". A França abandonara a aliança prussiana por um acordo precário com a Áustria. Ainda que vencida, esta não perdia nada na Alemanha nem na Itália, pois que trocara a Lombardia pelas possessões venezianas. O "sistema italiano" de Bonaparte, mesmo estranho às tradições e aos desejos da nação, superara o "sistema renano" do Diretório. Já Bonaparte estava empolgado por novos projetos. Durante as negociações de Campofórmio, ele declarou a Cobenzl, o plenipotenciário austríaco: "A República Francesa considera o Mediterrâneo como seu mar e quer domi-

ná-lo"; na mesma época, apressou o Diretório a se apoderar de Malta: "Essa pequena ilha não tem preço para nós."

A guerra jazia no cerne da política italiana e nos projetos mediterrânicos de Bonapartê. O recurso ao Exército, a 18 de frutidor, aumentara o papel dele na República. Mais e mais, a política diretorial viu-se prisioneira dos empreendimentos dos generais.

3

O SEGUNDO DIRETÓRIO O FIM DA REPÚBLICA BURGUESA (1797-1799)

*A*pós o Frutidor e Campoformio, o Diretório generalizou no plano interno o recurso aos métodos autoritários. Com isso ganhou uma certa eficácia e pôde, assim, realizar uma obra administrativa importante que preparou a do Consulado. Mas a estabilização política se revelou impossível, a base social do regime continuando essencialmente termidoriana. Enquanto durou a paz continental, o sistema chegou a se manter, ao preço de novos atentados à prática liberal da Constituição do ano III. A formação da segunda coalizão e o reinício da guerra desfecharam a crise final. O 18 de brumário conciliou a restauração da autoridade do Estado e a manutenção da preponderância social da burguesia dos notáveis. Mas como a operação exigiu o recurso ao exército, eles perderam, nela, o poder político.

I

Repressão e Reformas (1797-1798)

A organização governamental, embora modificada após o Frutidor, continuou caracterizada pela mesma instabilidade

de homens e instituições. O pessoal governamental foi em parte renovado. No Diretório, Carnot e Barthélemy foram substituídos por François de Neufchâteau, que não passou de um bom administrador, e por Merlin de Douai, de relativa envergadura política. Dos antigos ministros, só Ramel subsistiu; os outros revelaram-se mediocres, salvo o belga Lambrecht, que substituiu Merlin na Justiça. Na realidade, a ação do Executivo era sempre contrabalançada pelas disposições liberais da Constituição do ano III: ele continuaria sem poder legal sobre os Conselhos e a Tesouraria. A idéia de um fortalecimento do Executivo amadureceu — mas a revisão constitucional, bastante complicada, exigia, após o artigo 338, nove anos. O problema restava intacto; tudo podia voltar à tona nas eleições anuais.

1. *A Política de Exceção*

O regime de exceção instituído após o Frutidor não constitui senão um pálido reflexo do regime do ano II, embora fosse qualificado de *Terror Diretorial*; a burguesia termidoriana não podia, por exemplo, queixar-se de ditadura econômica, como a que fora estabelecida pelo Comitê de Salvação Pública, e da *força coativa* que caracterizara o governo revolucionário, e que faltava sempre ao Diretório. O perigo, não há dúvida, era bem menor, a paz continental instaurada e a contra-revolução interna reduzida a grupos de assaltantes. As comissões militares liquidaram os movimentos que se seguiram ao 18 de frutidor, como, por exemplo, no Pont-Saint-Esprit, em Carpentras ou em Montauban. A lei de 30 de nivoso do ano VI (18 de janeiro de 1798) estabeleceu a pena de morte para os atentados cometidos por mais de duas pessoas. A repressão revestiu-se de um aspecto mais policial do que terrorista: visitas domiciliares, violação do segredo da correspondência, restrições à liberdade de imprensa, não pelo restabelecimento da censura, mas pela supressão de grande número de jornais (16 em 27 de frimário do ano VI — 17 de dezembro de 1797), vigilância nos teatros, depuração do pessoal administrativo. Duas categorias foram particularmente visadas, menos por uma legislação nova do que pela aplicação estrita das leis existentes: os emigrados e os padres.

Contra os emigrados, bastava utilizar o arsenal legislativo reposto em vigor pela lei de 19 de frutidor. No ano VI, comissões militares ordenaram o fuzilamento de 160 emigrados que haviam

retornado; alguns, na verdade, haviam retomado as armas, como Surville, na Ardèche. Outros teriam ido mais longe. Sieyes, que nessa matéria simboliza bem a burguesia revolucionária igualmente empenhada na ruína da aristocracia bem como da democracia, propôs o banimento de todos os nobres. Não obteve apoio, mas inspirou a lei de 9 de frimário do ano VI (29 de novembro de 1797), que reduzia os nobres à condição de estrangeiros:

“Os antigos nobres e nobilitados não poderão exercer os direitos de cidadania francesa nas assembléias primárias, comunais e eleitorais nem ser nomeados para qualquer função pública, a menos que tenham preenchido as condições e os prazos prescritos a respeito dos estrangeiros pelo artigo 10 da Constituição” (sobre a naturalização).

Regulamentos da aplicação dessa lei não foram jamais baixados; a intenção não era menos evidente.

Contra os padres, a legislação de 1792 e 1793 foi mantida, mas a deportação para a Guiana — a “guilhotina seca” — tacitamente substituída pela pena de morte para os padres deportados que haviam retornado ao país. Alguns, inscritos nas listas de emigrados, foram fuzilados nessa condição. O Diretório podia, por outro lado, deportar, por decisão individual, qualquer padre, mesmo quite com a lei, que se recusasse a prestar o juramento de ódio à realeza, instituído a 19 de frutidor (5 de setembro de 1797). Mil e setecentos a 1.800 padres parece haverem tombado sob tais medidas; 263 foram deportados para a Guiana, um milhar continuou internado na ilha de Ré ou na ilha de Oléron.

A política religiosa do Diretório; após o 18 de frutidor, revelou-se violentamente anticlerical. O artigo 25 da lei de 19 de frutidor estipulava a estrita aplicação da lei de 7 de vendemiário do ano IV (29 de setembro de 1795) quanto ao exercício e ao policiamento dos cultos: qualquer cerimônia pública, qualquer sinal exterior de culto, continuavam interditos. A observação do *décadi* foi prescrita pela lei de 17 de termidor do ano VI (4 de agosto de 1798); a de 23 de frutidor (9 de setembro de 1798) impôs o uso do calendário republicano, “grande e bela concepção do espírito humano”, denominado agora *Anuário da República*, tanto pelos particulares quanto pelos funcionários. O decreto de

17 de pluvioso do ano VI (5 de fevereiro de 1798) submettera as escolas privadas, essencialmente católicas, à inspeção das administrações municipais, “a fim de constatar-se se observam o *décadi*, se celebram festas republicanas e se honram o nome de cidadão”; os Direitos do Homem e da Constituição deviam constituir, nas escolas, “a base da instrução primária”. As festas semanais e as nacionais instituídas pela Convenção foram regularmente celebradas. Houve quem quisesse ir mais longe, dotando a República de uma verdadeira religião civil em oposição ao catolicismo. A maioria diretorial recusou, no entanto, a tentar novamente a experiência do culto do Ser Supremo. Mas La Revellière protegeu a *teofilantropia* que o livreiro Chemin criara em janeiro de 1797, culto dos *Adoradores de Deus e Amigos dos Homens*. A seita professava “os dogmas e a moral de todas as nações da Terra”; pretendia “unir, pela religião, todos os homens a seus deveres domésticos e sociais”. Se obteve certo sucesso entre a burguesia republicana, não repercutiu jamais entre o povo. La Revellière foi acusado pela maioria diretorial de despertar o fanatismo.

O Diretório irritou, finalmente, a massa dos crentes. Mas conteve a oposição religiosa, a dos refratários sobretudo, que haviam recusado o juramento de ódio à realeza. As medidas de exceção lhe haviam permitido reduzir por algum tempo a contra-revolução. Os Jacobinos tiravam partido da conjuntura, por isso o Diretório se preparou para hostilizá-los também.

2. O 22 de Floreal do Ano VI (11 de maio de 1798) e a Repressão Antijacobina.

A preparação das eleições do ano VI constituiu logo uma das preocupações essenciais do Diretório, após o 18 de frutidor. Reunidas as exclusões ao terço que saíra dos Conselhos, 473 deputados submetiam-se à renovação, dos quais a segunda metade de *perpétuos*; a disputa era importante. O regime se premuniu pela lei de 12 de pluvioso do ano VI (31 de janeiro de 1798), que confiava aos Conselhos em função a verificação dos poderes dos novos eleitos — entenda-se, a depuração dos mesmos. Logo se verificou, porém, que o perigo vinha menos da oposição monarquista intimidada e desorganizada pela repressão frutidoriana do que da oposição da esquerda.

A propaganda *neojacobina* desenvolvera-se, com efeito, após o 18 de frutidor, particularmente por intermédio dos *clubes cons-*

titucionais, aos quais numerosos comissários e administradores nomeados para substituir os expurgados eram, agora, favoráveis. Sentindo o perigo, o Diretório explorou o sentimento de medo social contra os neojacobinos, batizados de terroristas, em tal circunstância: tratava-se de esmagar de antemão qualquer tentativa democrática. A 9 de ventoso (27 de fevereiro de 1798), no clube constitucional do Palais-Égalité, conhecido sob o nome de Clube do Salmo, Benjamin Constant pronunciou um discurso governamental em quatro pontos: “O horror devido ao terrorismo, os perigos da arbitrariedade, o desprezo que merece a realeza, enfim, a necessidade de preparar-se as eleições que podem fortalecer a República” — entenda-se, a República do ano III, fundada na propriedade que “todas as providências dos legisladores devem manter, consolidar, cercar de uma barreira sagrada”.

Em seus pronunciamentos aos franceses, por ocasião das eleições (28 de pluvioso — 16 de fevereiro de 1798), às assembléias primárias (9 de ventoso — 27 de fevereiro), aos eleitores (4 de germinal — 24 de março), o Diretório desenvolveu a mesma argumentação, denunciando o duplo perigo, “os dois ramos” da oposição, e lançando como palavra de ordem, *nem terror, nem reação! nem realeza, nem ditadura!* A pretexto de jacobinismo e de exageração, o Diretório, malgrado as advertências de Barras contra as conseqüências funestas de uma divisão no seio dos republicanos, pretendia desembaraçar-se da oposição e fortalecer sua autoridade.

As eleições do ano VI, cuidadosamente preparadas pelo governo, que multiplicou as pressões administrativas, foram assinaladas por numerosas cisões nas assembléias eleitorais, suscitadas por Merlin, e que permitiram ao Diretório dar validade ao grupo de sua preferência. Assim, em Paris, enquanto a assembléia eleitoral com maioria esquerdista reunia-se no Oratório, uma assembléia eleitoral de inspiração governamental, formada de 212 eleitores separatistas dos 609, se instalava no Instituto. Os novos eleitos nada tinham para espantar a burguesia, mas o Diretório queria uma maioria dócil. Os partidários do Diretório nos Conselhos apoiaram os eleitos das assembléias separatistas e exigiram sua validação. Assim, Régnier, nos Antigos, a 8 de floreal (27 de abril de 1798): “Importa que, para proteger a França contra o temor que ela concebeu de ver-se lançada ao meio de todos os horrores

revolucionários, declareis que os monarquistas de boné vermelho, que não são menos perigosos do que os monarquistas de fita branca, só entrarão aqui após passarem sobre os vossos corpos.” Nos Quinhentos, a 18 de floreal (7 de maio), Chénier denunciou “a facção monarquista e a facção anarquista”. De acordo com o Diretório, a maioria dos Quinhentos adotou a lista dos novos eleitos a serem excluídos, malgrado o protesto do General Jourdan. Os Antigos se submeteram.

A lei de 22 de floreal do ano VI (11 de maio de 1798), denunciando uma “conspiração dividida em dois ramos”, cassou as eleições em oito departamentos onde não se verificaram cisões, validou os eleitos das assembléias separatistas em 19 departamentos, afastou 60 pessoas eleitas juizes ou administradores — ao todo, 106 deputados *florealizados*. Em contrapartida, 191 candidatos governamentais entraram nos Conselhos: 85 comissários e funcionários por nomeação do Diretório, 106 juizes e administradores teoricamente eleitos, entre eles muitos providos pelo governo. O partido diretorial dispunha, assim, da maioria nos Conselhos, mas o regime se desacreditara ainda mais em razão de tais decisões de violência hipócrita. O prestígio governamental não chegou a erguer-se com a nomeação de Treilhard, em substituição a François de Neufchâteau, quando da renovação do Diretório a 27 de floreal (16 de maio de 1798). Advogado, antigo constituinte, convencional regicida, o novo Diretor era um homem de segundo plano, e sobretudo um político inábil. De qualquer maneira o Executivo viu-se reforçado durante algum tempo — podendo dar prosseguimento à obra de reforma que empreendera após o Frutidor.

3. *A Obra Reformadora do Segundo Diretório.*

Durante cerca de um ano, de floreal do ano VI às eleições de germinal do ano VII, da primavera de 1798 à de 1799, o Diretório reencontrou um certo equilíbrio e uma certa força, os Conselhos devidamente expurgados não lhe fazendo mais oposição. Nessa atmosfera política, a reorganização econômica e financeira da França foi iniciada, com o empenho sobretudo de dois ministros: Ramel, na Pasta das Finanças, e François de Neufchâteau, na do Interior. A obra durável, notadamente em matéria administrativa, preparou as reformas de Bonaparte: as leis do ano VI e do ano VII ergueram os fundamentos das instituições consulares.

O soerguimento financeiro e a reforma fiscal haviam sido empreendidos desde o início de Frutidor.

A *bancarrota dos dois terços* ou *liquidação Ramel* foi consagrada pela lei financeira de 9 de vendemiário do ano VI (30 de setembro de 1797) para a dívida inscrita no Grande Livro, pela lei de 24 de frimário (14 de dezembro de 1797) para os credores em atraso do Estado. Um terço foi *consolidado* pela inscrição no Grande Livro; os atrasados não foram pagos em numerário, mas por meio de bônus ao portador, ditos *bônus do terço consolidado*, que só podiam servir para pagamento de contribuições ou da porção exigível em numerário do preço dos bens nacionais; o terço consolidado era livre de qualquer contribuição. Os dois terços *mobilizados* eram reembolsáveis em bônus ao portador entregues pela Tesouraria Nacional e admitidos em pagamento da complementação do preço dos bens nacionais. O orçamento foi, assim, aliviado em mais de 160 milhões que representavam os juros dos dois terços reembolsados. A bancarrota saneava a situação — do que tirou partido o Consulado para liquidar o passivo com uma bancarrota suplementar. Em março de 1801, com efeito, os bônus dos dois terços foram permutados por inscrições de renda de 5% à razão de 0,25% do capital, ou seja, com 95% de perda sobre o valor nominal do ano VI.

A reorganização fiscal visou a equilibrar o orçamento mediante as receitas mais regulares e mais importantes.

A administração das contribuições diretas foi reformada e abandonados os princípios admitidos na matéria depois de 1789. A Constituinte confiara apenas às autoridades eleitas o cuidado de levantar a massa de contribuições diretas e de perceber o montante. A lei de 22 de brumário do ano VI (12 de novembro de 1797) estabeleceu, em cada departamento, sob a autoridade do Ministro das Finanças, uma *agência de contribuições diretas* composta de comissários do Diretório — funcionários encarregados do lançamento das contribuições e da percepção. Essa lei prefigurava a organização estabelecida por Bonaparte no ano VIII.

O sistema das contribuições foi refundido. A lei de 4 de frimário do ano VII (24 de novembro de 1798) instituiu um novo imposto direto sobre as portas e janelas, espécie de imposto geral que incidia no lucro avaliado com base na importância aparente dos locais de habitação. No outono de

1798, os diversos impostos existentes foram reorganizados: patente em outubro, contribuição predial em novembro, contribuição mobiliária em dezembro. Fez-se uma revisão tímida dos impostos indiretos. Se o imposto sobre o sal, aceito pelos Quinhentos, acabou rejeitado pelos Antigos, a taxa sobre os fumos importados foi ligeiramente aumentada, e instituídas uma taxa para o tráfico de mercadorias, dito *direito de passe*, e outra de 10% sobre o preço dos lugares das viaturas públicas. A barreira fiscal foi restabelecida em Paris pela lei de 27 de vendemiário do ano VII (18 de outubro de 1798), a fim de assegurar o financiamento da assistência pública. A lei de 22 de frimário do ano VII (12 de dezembro de 1798) reorganizou o registro. Toda essa obra fiscal resultou eficaz; o essencial dela devia continuar em vigor até os nossos dias.

O *deficit*, entretanto, não persistia menos. No ano VI, foi avaliado em 250 milhões; Ramel estimou-o em 66 milhões no ano VII. Houve necessidade de se recorrer aos expedientes habituais: venda de bens nacionais, empréstimos, exploração dos países ocupados (a expedição ao Egito foi em parte financiada pelo Tesouro de Berna). O Diretório continuava à mercê dos financistas e fornecedores, mais exigentes do que nunca. A corrupção aumentou, em particular nos círculos da Guerra, em torno do Ministro Schérer. O mal era profundo; nem mesmo o regime autoritário de Bonaparte logrou destruí-lo.

As dificuldades econômicas aniquilaram em parte os esforços meritórios do governo. A deflação desfechou a carestia do crédito e a baixa dos preços, que frearam, por seu turno, a recuperação econômica. O numerário em circulação continuava raro, o entesouramento o rareava ainda mais. No ano IX, sob o Consulado, não circulava mais do que um bilhão em lugar dos dois bilhões e meio de 1789.

O crédito era caro, a taxa habitual de juros fixada ao menos em 10%; a curto prazo, em 7% ao mes. A organização bancária restava insuficiente, malgrado a criação, em 1796, da *Caixa de Contas Correntes*, por Perregaux e Récamier, em 1797 da *Caixa de Descontos do Comércio*, e de alguns bancos nos departamentos, como em Rouen. Praticavam sobretudo o desconto em benefício dos acionistas.

A baixa dos preços resultante da deflação foi agravada pelas colheitas abundantes de 1796 a 1798; os preços dos produtos agrícolas foram geralmente inferiores em um terço aos de 1790,

também um ano de fartura. O problema dos gêneros perdeu a gravidade anterior; caindo a 2 *sous* a libra, o pão favoreceu a paz social. Mas o descontentamento cresceu entre os produtores agrícolas, grandes proprietários, abastados fazendeiros, geralmente eleitores. A popularidade do regime era ainda atingida.

A indústria, como de hábito, ressentia-se com a crise agrícola: ajustava-se com esforço às conseqüências da guerra, adaptava-se dificilmente ao alargamento das fronteiras. No ano VI, os fiadores de lã de Lille, que não empregavam mais de 60 operários em lugar dos 360 em 1788, queixaram-se da concorrência dos fabricantes de tecidos de Limburgo, Verviers, Aix-la-Chapelle, regiões ocupadas ou novamente anexadas. Os baixos preços agrícolas, reduzindo o poder aquisitivo das massas rurais, restringiam o mercado; a falta de crédito desencorajava o espírito de empresa; o mau estado das estradas e a insegurança embarçavam o comércio interno.

O comércio externo estava paralisado. Em 1797, a frota mercante de longo curso reduzia-se a um décimo de suas unidades de 1789; o comércio com as Ilhas esgotara-se; o Levante fechou-se em conseqüência da expedição ao Egito. As exportações caíram no ano VIII, malgrado as anexações, à metade de seus níveis em 1789. Enquanto as mercadorias inglesas invadiam a Alemanha, os industriais, sobretudo os têxteis, declaravam-se hostis à criação de um mercado englobando os países satélites; continuavam adeptos do protecionismo e teriam de bom grado praticado, a respeito das repúblicas irmãs, o sistema de exclusividade colonial. A tarifa aduaneira de 9 de floreal do ano VII (28 de abril de 1799) agravou as estipulações da de 1791: direitos de entrada sobre os objetos fabricados — as mercadorias de luxo ou as que produzia a França; à saída, direitos sobre as matérias-primas. A tarifa deveria servir de base à política aduaneira do Consulado.

A obra econômica do Diretório, da qual o principal promotor foi François de Neufchâteau, não podia, nessas condições, abarcar limites mais amplos. A atividade do Ministro do Interior foi múltipla, porém sugerindo mais do que impondo. Partidário de uma agricultura nova, e portanto da abolição da livre pastagem, do desmembramento e da partilha dos bens comunais, teve de limitar-se à multiplicação das circulares, ao encorajamento da produção. Para estimular a indústria, organizou no outono de 1798, no Campo de Marte, a primeira

exposição nacional, que alcançou grande sucesso. Fêz empreender um recenseamento metódico da população, uma *enquête* estatística agrícola; multiplicou as escolas centrais, reorganizou a assistência pública através da criação em cada comuna de uma agência de beneficência. Os resultados foram mínimos: a produção industrial continuou inferior à de 1789, e muito lentos os progressos técnicos, que se manifestaram sobretudo na indústria do algodão; a indústria lanífera e a metalurgia estagnavam-se. A concentração capitalista continuava essencialmente comercial; os grandes homens de empresa, como Boyer-Fonfrède, Richard e Lenoir, Ternaux, ou como Chaptal, Oberkampf, mais antigos, eram sempre capitalistas ao velho estilo, fazendo trabalhar a domicílio mais do que em usinas, e reunindo à fabricação numerosas atividades comerciais e bancárias. A França continuava rural; a massa da produção, agrícola. Malgrado a proclamação da liberdade de cercar e cultivar, a agricultura antiga mantinha-se; as novas culturas, batatas e raízes forrageiras, só progrediam lentamente.

A debilidade da economia sob o Diretório dá conta em larga medida de suas dificuldades políticas. A economia dirigida e a limitação do lucro, excluídas como no ano II, limitava as atividades ao estabelecimento do regime e dos exércitos nos países conquistados. Quando a derrota os repeliu no ano VII para o solo nacional, o Diretório teve de aumentar a carga sobre os contribuintes. Em consequência, sua impopularidade aumentou. O problema político passou de novo ao primeiro plano.

II

O Segundo Diretório e a Europa (1797-1798)

Após Campofórmio, só a Inglaterra continuava alinhada contra a França. A manutenção da paz continental, dificilmente restaurada, parecia necessária a fim de fortalecer a luta contra a Inglaterra — mas o Diretório enveredou por uma política de expansão continental que arruinou rapidamente todas as oportunidades de estabilização externa. Pior ainda, deixou-se envolver na expedição ao Egito, que estendeu o conflito ao Mediterrâneo. Essa política aventureira comprometeu em definitivo o esforço interno para as reformas.

1. *A Luta Contra a Inglaterra.*

O Diretório decidiu, a 5 de brumário do ano VI (26 de outubro de 1797) a criação de um exército para a luta contra a Inglaterra, e cujo comando foi entregue a Bonaparte, que enunciou as mágoas da França em sua proclamação de 1º de frimário (21 de novembro), estigmatizando o Gabinete de Saint-James, “o mais corruptor e o mais corrompido dos governos da Europa”. Frisava os interesses econômicos em jogo, sobretudo marítimos e coloniais: “Este gabinete deve querer a guerra, pois a guerra o enriqueceu”. Recordava a perda das colônias francesas e aliadas. Guadalupe fora reconquistada desde 1794 por Victor Hugues, mas a Martinica, Santa Lúcia e Tabago estavam perdidas. Em São Domingos, se Toussaint-Louverture expulsara os ingleses, a autoridade do Diretório era puramente nominal. A Trindade espanhola, a Guiana Holandesa, estavam ocupadas pelos ingleses, que se haviam instalado também no Ceilão e no Cabo. O comércio colonial francês achava-se arruinado, a navegação comercial reduzida a zero pelo bloqueio britânico, a marinha de guerra impotente. A proclamação estigmatizava a pérfida Albion “que acumula em seus tesouros as lágrimas e o sangue dos povos, e engorda com os despojos”. As mágoas políticas não eram menores: o Diretório recordava o ouro inglês que financiara a coalizão, Toulon, Quíberon e a Vendéia... “Que o novo exército vá ditar a paz em Londres.” Cerca de 50.000 homens foram concentrados em Brest.

A luta franco-inglesa apresentou, contudo, um caráter essencialmente econômico. O bloqueio até então concebido à maneira mercantilista, num sentido favorável aos interesses dos fabricantes, tornou-se mais estrito. A necessidade de exportar e de procurar matérias-primas para a indústria francesa, o algodão em particular, provocara uma certa flexibilidade na aplicação da legislação, malgrado a manutenção teórica da proibição às mercadorias inglesas, decretada a 1º de março de 1793 pela Convenção. Agora afirmava-se o sentido mais belicoso do bloqueio, concebido como um meio de reduzir a Inglaterra à bancarrota e à capitulação, ao impedi-la de exportar. A 10 de brumário do ano V (31 de outubro de 1796), uma lei ordenou a apreensão de qualquer navio que carregasse mercadorias inglesas novamente proibidas, particularmente os produtos têxteis e a quinilhanha. Uma vez mais foi preciso ter-se em conta os interesses ao mesmo tempo dos fabricantes e dos neutros. Mas após o

18 de frutidor, qualquer oportunismo parecia banido: a lei de 29 de nivoso do ano VI (18 de janeiro de 1798) declarou de boa presa os navios neutros que se houvessem submetido ao controle inglês ou que transportassem mercadorias inglesas. A corrida acelerou-se, mas os neutros desertaram dos portos franceses, as relações voltaram-se para os Estados Unidos, enquanto os industriais, partidários da proibição dos produtos fabricados, protestavam contra a falta de matérias-primas, e os consumidores abastados queixavam-se do desaparecimento dos gêneros coloniais.

A resistência inglesa cresceu. O temor da invasão excitou-lhe o sentimento nacional. O governo de Pitt buscou recursos no aumento dos impostos, sobretudo com o estabelecimento do *income tax* de 1799, à razão de 10% do lucro acima de 200 libras. O esforço militar desenvolvia-se paralelamente, os recrutamentos suscitados pelos prêmios aumentaram, mas uma expedição continental importante continuava interdita à falta de efetivos suficientes, de vez que o serviço militar não era obrigatório. Na frota residia ainda o fundamento do poderio britânico: assegurava o domínio dos mares e o monopólio do comércio colonial, e impedia qualquer tentativa francesa de desembarque. A frota holandesa foi batida, uma esquadra espanhola derrotada no cabo São Vicente, a 14 de fevereiro de 1797, e o porto de Cádis bloqueado. A esquadra de Nelson penetrou no Mediterrâneo, enquanto a esquadra francesa de Brueys era incapaz de partir para alcançar Brest.

O projeto de desembarque na Inglaterra foi abandonado, segundo exposição de Bonaparte em ventoso (fim de fevereiro de 1798). Todo entregue à sua miragem oriental, ele preparava a expedição ao Egito, enquanto o Diretório apoderava-se pouco a pouco da Europa ocidental — fatos que uniram contra a França a segunda coalizão.

2. Grande Nação e Repúblicas Irmãs.

A política de expansão do Diretório, após Campofórmio, não tardou a inquietar as potências, a Áustria em primeiro lugar. Expansão explicada por múltiplos fatores ideológicos, políticos, econômicos. O ardor revolucionário despertara após o 18 de frutidor, dando novo impulso à propaganda. Uma vez mais, tratava-se de levar a liberdade aos povos submetidos ao jugo da aristocracia e do despotismo. A *grande nação* cercou-se

de repúblicas irmãs, Estados satélites politicamente submetidos, economicamente explorados. A luta contra a Inglaterra favorecia também a política expansionista: era preciso subtrair-lhe o mercado continental, destruir o contrabando mediante o controle dos portos e das passagens essenciais. Em 1798, a cidade livre de Mulhouse foi anexada, Genebra tornou-se a sede do departamento de Léman.

A República Batava foi reorganizada após o 18 de frutidor, em seguida a um golpe de Estado do mesmo tipo maquinado, a 22 de janeiro de 1798, por Delacroix, representante da França em Haia, Daendels, general-chefe do exército batavo, e Joubert, comandante das tropas de ocupação. Instaurou-se um regime unitário, um juramento de "ódio ao *stathoudérat*, ao federalismo e à anarquia" sendo imposto aos funcionários. Mas depois de 22 de floreal, os democratas unitários foram denunciados como anarquistas, o governo depurado; os notáveis retomaram as rédeas.

A República Helvética substituiu a antiga Confederação dos Cantões Independentes, dominados pelos patriciados burgueses. Os patriotas suíços, como o basileu Ochs ou o valdense Laharpe, tentaram simultaneamente pôr fim ao sistema oligárquico e criar uma república unitária. Em consequência de intrigas, nas quais Bonaparte teve participação (ele anexara a Valteline à Lombardia e desejava assegurar as comunicações entre a Cisalpina e a França, pelo Valais), a província de Vaud foi ocupada. Na noite de 13 para 14 de fevereiro de 1798, as tropas de Brune marcharam sobre Berna, cujo Tesouro foi apreendido. Uma Constituição diretorial foi aceita por uma assembléia reunida em Aarau. Houve necessidade, porém, de dominar-se os cantões montanhesees revoltados, Schwytz, Uri e Unterwald. Para acabar com as resistências, o comissário do Diretório no exército da Suíça, Rapinat, operou um golpe de Estado por sua própria conta, a 16 de junho de 1798. Ochs e Laharpe foram eleitos para o Diretório Helvético — o que fortaleceu o partido democrata.

A República Cisalpina teve de se submeter, a 21 de fevereiro de 1798, a um tratado de aliança e um acordo comercial; continuava ocupada, e às próprias expensas, por um corpo de 25.000 homens. O Diretório, a fim de obter a ratificação dos acordos, teve de intervir e depurar os Conselhos

cisalpinos. Suas instruções a Trouvé, ministro plenipotenciário enviado a Milão, em junho de 1798, aclararam a política de sujeição em que o Diretório pretendia manter as repúblicas irmãs: a Cisalpina devia restringir-se a "servir os interesses exclusivos da República Francesa, ajudando-a a tornar-se, na península inteira, o árbitro de todas as contestações políticas; que se torne bastante poderosa para nos ser útil, mas não o bastante para nos fazer mal". Deviam-se manter as autoridades cisalpinas no "sentimento de sua fraqueza e de sua inferioridade". O Diretório era particularmente hostil aos *Jacobinos* partidários da unidade italiana, que dirigiam a Cisalpina. Uma Itália republicana, certamente, mas dividida, convinha melhor à sua política.

A República Romana foi criada em consequência de uma revolta suscitada, a 28 de dezembro de 1797, pelos patriotas italianos, mas que resultou no benefício de seus adversários. Estes atacaram os franceses considerados responsáveis, o General Duphot foi massacrado. Berthier, comandante do exército na Itália, marchou sobre Roma, onde revolucionários proclamaram a república. O Papa foi transferido para Siena. Uma Comissão Civil em que figuravam Daunou e Monge impôs uma Constituição diretorial. Masséna substituiu Berthier — e a República Romana foi entregue à pilhagem dos fornecedores e dos generais.

O Piemonte chegou a salvar a independência, malgrado uma tentativa revolucionária duramente reprimida em 1797, e malgrado as agitações dos patriotas da Cisalpina. Após o 18 de frutidor, o rei da Sardenha ratificou um tratado de aliança. A 27 de junho de 1798, a favor de incidentes suscitados pelos revolucionários, o enviado do Diretório lhe impôs uma convenção que permitiu às tropas francesas ocupar Turim.

O Congresso de Rastatt, previsto em Campofórmio para decidir a sorte da margem esquerda do Reno, iniciara-se a 16 de novembro de 1797. A dominação francesa estava solidamente assentada na Bélgica, outrora austríaca, no antigo bispado de Liège e nos territórios holandeses anexados, divididos em nove departamentos onde a legislação revolucionária francesa era aplicada. Na Renânia, os territórios ocupados já se haviam organizado em quatro departamentos. Tolerando a expansão francesa, o chanceler austríaco Thugut esperava uma

contrapartida. Treilhard, o enviado francês, reclamou a totalidade da margem esquerda do Reno, inclusive Colônia — o que a Dieta germânica aceitou em princípio a 9 de março de 1798. O plenipotenciário austríaco Cobenzl reclamou logo uma compensação; Treilhard recusou-a. Em abril, em Viena, revoltosos atacaram a embaixada francesa, onde o pendão tricolor foi erguido. Acreditava-se num rompimento.

A 22 de floreal essa impressão anulou-se: o Diretório perseguia agora a esquerda e, nas repúblicas irmãs, rompia com os *Jacobinos*. Na Itália, sobretudo, fez inimigos e comprometeu ainda mais os interesses da França. Mas a reação antijacobina por si só não podia conciliá-lo com a Áustria. Recusando-lhe compensações na Itália, caça vigiada, o Diretório a atirava pouco a pouco contra a Inglaterra, no próprio momento em que a expedição ao Egito suscitava novos inimigos para a República.

3. *A Aventura Egípcia (1798).*

As origens da expedição ao Egito devem ser buscadas, em certa medida, no “sonho oriental” de Bonaparte, atestado pela sua preocupação, em Campofórmio, de assegurar à França a posse das ilhas Jônicas. Sem dúvida o Diretório não cuidara ainda, à véspera das eleições do ano VI, de se desembaraçar de um general enigmático em seus desígnios, e cuja ambição temia. É que o Egito, dependência nominal do sultão, não era para a França um país desconhecido; os comerciantes marseheses entretinham com ele, de há muito, relações comerciais. Desde 1796, o cônsul francês no Cairo, Magallon, aconselhava a ocupação, reputando fácil a empresa. Tomou corpo a idéia de se substituir o Egito pelas Antilhas perdidas. Talleyrand desenvolveu o assunto em seu discurso ao Instituto, a 15 de messidor do ano V (3 de julho de 1797): *Ensaio sobre as vantagens a obter-se de colônias novas nas circunstâncias atuais*. O papel de Talleyrand nesse assunto não permanece menos impenetrável. Partidário de um acordo com a Inglaterra, não poderia escapar-lhe que a conquista do Egito inquietaria aquela potência quanto à segurança da rota das Índias, e voltaria a Turquia contra a França. Desejo de fornecer novo alimento à glória de seu amigo Bonaparte? Ou vontade de “favorecer seus amigos ingleses” (segundo uma carta de sua amante, Mme Grant), desviando para um objetivo mais lon-

gínquo a ameaça do exército francês da Inglaterra? A 9 de termidor do ano V (16 de agosto de 1797), Bonaparte falava já na utilidade de ocupar o Egito: "Não está distante o tempo em que sentiremos que para destruir verdadeiramente a Inglaterra será preciso apoderarmo-nos do Egito." A 5 de ventoso do ano VI (23 de fevereiro de 1798), Bonaparte remeteu a Barras um projeto que o Diretório aprovou a 15 (5 de março).

Os preparativos da expedição foram dirigidos com extrema rapidez e no maior segredo. Em dois meses, uma esquadra de cinqüenta navios concentrou-se em Toulon, e uma frota de 280 transportes; o corpo expedicionário contava 54.000 homens, dos quais 38.000 de tropas. Bonaparte levou consigo um numeroso estado-maior e uma comissão de 187 sábios, escritores e artistas.

A expedição ao Egito fez-se à vela à 30 de floreal do ano VI (19 de maio de 1798). A 6 de junho, a frota estava diante de Malta, que tombou sem derramamento de sangue. Escapando a Nelson, atingiu Alexandria, tomada de assalto a 2 de julho. O exército marchou diretamente sobre o Cairo. O Egito estava sob o governo teórico de beis dominados pela milícia dos mamelucos que exploravam o país. A 21 de julho, ao pé das Pirâmides, sua cavalaria quebrou-se contra a infantaria francesa formada em quadrado. Carecendo, porém, de tropas montadas, Bonaparte não pôde persegui-los. A 23 de julho, ele entrava no Cairo. Mas a 1º de agosto de 1798, a frota inglesa de Nelson surpreendeu a frota francesa de Brueys, ancorada perto de Abuquir, e a destruiu, escapando apenas dois vasos. De um só golpe a Inglaterra tornava-se soberana do Mediterrâneo e aprisionava Bonaparte em sua conquista.

A aventura egípcia marcou, mais do que as empresas italianas de Bonaparte, um retrocesso na história da França revolucionária. A expedição, que mandava para longe as melhores tropas da República, quando a luta contra a Inglaterra continuava e a paz continental era incerta, não correspondia aos interesses da nação. Até então a França revolucionária desinteressara-se pelos assuntos do Oriente. A Inglaterra, que acreditava dominar a rota das Índias após a ocupação do Cabo em 1796, descobriu a importância da rota de Suez. A Turquia, depois a Rússia, se inquietaram, por seu turno. Assim se formou a aliança dessas três potências — primeira estaca na formação da segunda coalizão.

4. *A Segunda Coalizão (1798-1799).*

A formação da segunda coalizão (abril-dezembro de 1798) constituiu a resposta da Europa à política de usurpação do Diretório. Durante muitos meses, a Inglaterra trabalhou para transformar a França em novo inimigo continental, sem o que não podia esperar a possibilidade de lhe desfechar os golpes decisivos. As questões do Oriente e da Itália lhe deram a ocasião.

O caso do Egito reaproximou a Rússia e a Turquia da Inglaterra. A Turquia declarou guerra à França a 9 de setembro de 1798. Na Rússia, Paulo I, um meio-louco, sucedera a Catarina II. Cheio de ódio pela Revolução, acolheu o pretendente Luís XVIII e o instalou em Mitau. Sobre tudo, retomou a política de expansão para o Mediterrâneo. A luta contra a França permitiu-lhe entender-se com a Turquia, que pelo tratado de 23 de dezembro de 1798, lhe abriu os portos e os estreitos. Uma frota russa penetrou no Mediterrâneo e apoderou-se das ilhas Jônicas. A 29 de dezembro de 1798, concluiu-se uma aliança entre a Inglaterra, Nápoles e a Rússia, que se comprometeu a intervir na Itália.

A questão de Roma relançara, com efeito, a guerra na península. Encorajados por Nelson, os soberanos de Nápoles, Fernando III e sobretudo Maria Carolina, devotada à influência inglesa, se apoderaram da República Romana. A 26 de novembro de 1798, comandadas pelo general austríaco Mack, as tropas napolitanas tomaram Roma. O Diretório reagiu com a ocupação do Piemonte, cujo rei foi reputado cúmplice. Em seguida, Championnet, tomando a ofensiva, libertou Roma e se apoderou de Nápoles a 23 de janeiro de 1799. O rei e a rainha passaram para a Sicília, dominada pelos ingleses. O país foi entregue à pilhagem. Malgrado as instruções do Diretório, que pretendia conservá-lo como penhor para futuras negociações, Championnet criou uma República Partenopeana. Enquanto a Prússia se mantinha neutra, a Áustria, após haver hesitado, decidiu-se quando os russos se aprontaram para intervir na Itália, concedendo-lhes passagem através de seu território. Invocando esse caso, o Diretório declarou guerra à Áustria, a 22 de ventoso do ano VII (12 de março de 1799). Imediatamente, providenciou a ocupação da Toscana e a transferência do Papa Pio VI para Valença.

A segunda coalizão foi completada com a adesão, em outubro de 1799, de Gustavo IV, da Suécia. Entre a Áustria

e a Inglaterra não houve, porém, tratado algum. Se as potências estavam acordes em repelir a França até seus antigos limites, os interesses da entente não iam mais longe: os interesses da Inglaterra e da Rússia se opunham no Mediterrâneo, como os da Áustria e da Rússia na Itália. Ainda esta vez, a Inglaterra financiou a coalizão, à custa de grande esforço e enquanto a agitação operária se desenvolvia (o *Combination Act*, proibindo as greves, data de 12 de julho de 1799). Os russos alinharam 80.000 homens, o que deu superioridade numérica à coalizão. Estendendo-se progressivamente, a guerra tornou-se geral na primavera de 1799.

O atentado de Rastatt, a 28 de abril de 1799, frisou o caráter implacável da guerra que recomeçava — a da Europa aristocrática contra a nação revolucionária. À noite, quando deixavam o congresso, os plenipotenciários franceses foram passados no sabre pelos hussardos austríacos; dois em três pereceram. Segundo Sieyes, “o toque do extermínio francês” soava nas capitais monárquicas. O Diretório não precisou empenhar-se a fim de despertar a indignação.

“Não é apenas a causa da liberdade que urge defender — proclamou ele, a 17 de floreal do ano VII (6 de maio de 1799) — e, sim, a da própria humanidade.”

A guerra tomava novamente um caráter revolucionário.

III

A Última Crise Revolucionária (1799)

A paz continental após Campofórmio dera ao Diretório fortalecido uma certa estabilidade. O reinício da guerra e os fracassos da campanha da primavera de 1799 puseram em xeque o equilíbrio do regime: da reação moderada jacobina chegou-se ao golpe de força militar de brumário do ano VIII.

1. O Exército no Ano VII e a Campanha da Primavera de 1799.

O exército no ano VII enfrentou dificuldades tão grandes quanto em 1793, antes do esforço de guerra do Comitê de Salvação Pública. Reencontrou, no entanto, uma parte de seu

caráter popular que tendia a perder. Para resolver o problema dos efetivos, o Diretório retornara ao princípio do recrutamento em massa. A obrigação do serviço militar de 20 a 25 anos foi erigida em instituição permanente pela lei Jourdan, de 19 de frutidor do ano VI (5 de setembro de 1798), que instituiu a *conscrição*. A obrigação não comportava, porém, necessariamente o serviço: o Corpo Legislativo, juiz das circunstâncias, tinha o direito de só chamar o contingente necessário para completar ou aumentar os efetivos. A lei regulava democraticamente a promoção:

“Nenhum cidadão francês poderá ser promovido ao grau de oficial se não houver servido três anos na qualidade de soldado ou de suboficial, exceto nos corpos de engenharia e na artilharia, salvo ainda por ações valorosas no campo de batalha.”

A 3 de vendemiário do ano VII (24 de setembro de 1798), 200.000 conscritos foram chamados; houve apelos sucessivos até à lei de 10 de messidor (28 de junho de 1799), que pôs em atividade as cinco classes, integralmente. A promoção prevista pela lei de 28 de germinal do ano VII (17 de abril de 1799) foi suprimida a 14 de messidor seguinte (2 de julho).

A aplicação da conscrição não se fazia sem dificuldade, à falta, sobretudo, de um estado civil bem determinado e em consequência das deserções. Houve enorme desperdício. Dos 200.000 homens chamados a 3 de vendemiário, 143.000 apenas foram reconhecidos aptos, 97.000 se apresentaram aos quartéis, 74.000, finalmente, uniram-se às suas unidades. O exército do ano VII não tinha, como o do ano II, a superioridade numérica sobre o inimigo. Também se tornou impossível equipá-lo convenientemente, malgrado a colocação à venda de 125 milhões em bens nacionais — esforço tardio e que resultou insuficiente. Os soldados do ano VII, acampados nos Estados satélites de há muito explorados, passaram pelas mesmas privações que os do ano III. Mas a conscrição amalgamava os recrutas aos requisitados mantidos em serviço depois de 1793 e que tendiam a se transformar em soldados de carreira. Assim, o exército do ano VII recuperou em parte o impulso popular que caracterizara o do ano II.

A guerra de 1799 foi essencialmente continental. Os ingleses eram senhores do mar depois de Abuquir; a expedição

à Irlanda, comandada pelo General Humbert, não constituíra, em agosto de 1798, senão uma tentativa sem prosseguimento. Em terra, as operações se desenvolveram lentamente. O plano de campanha para a primavera de 1799 previa três exércitos de efetivos reduzidos para defender a Holanda, o Reno e Nápoles. O exército do Danúbio, 45.000 homens comandados por Jourdan, marcharia sobre Viena pela Alemanha do Sul; o da Itália, 45.000 comandados por Schérer, por Veneza e pela Caríntia. Ao centro, o exército da Suíça, sob o comando de Masséna, asseguraria as comunicações, ameaçando o Tirol e constituindo uma massa de manobras. Os austríacos haviam adotado um dispositivo semelhante: 75.000 homens sob o comando do Arquiduque Carlos, na Baviera, 60.000 homens comandados por Kray, em Veneza, 20.000 no Tirol. Quanto ao exército do Oriente, sob o comando de Bonaparte, o Diretório esperava que se divertisse.

Na Alemanha, a campanha começou mal. Batido pelo Arquiduque Carlos, em Stokach, a 25 de março de 1799, Jourdan recuou, arrastando na manobra o exército do Reno, de Bernadotte, que lhe cobria o flanco esquerdo.

Na Itália, Schérer tentou forçar a passagem do Adige, fracassou diante de Verona, recuou sobre o Adda; acabou cedendo o comando a Moreau. Os russos de Suvorov entraram, então, em luta, forçando as passagens do Adda, notadamente em Cassano, a 17 de abril de 1799, e constringendo Moreau a evacuar Milão e a Lombardia. Decepcionados com a política do Diretório, os patriotas italianos, os *Jacobinos* unitários, tomaram o partido dos coligados e se insurgiram contra os franceses. As tropas de Moreau, reagrupadas em Alexandria, retrocederam sobre Gênova. O exército de Nápoles, porém, onde MacDonald sucedera a Championnet, evoluía penosamente para o Norte. Suvorov voltou-se contra ele, barrando-lhe o caminho: MacDonald foi batido numa batalha encarniçada de três dias (17-19 de junho de 1799), às margens do Trébia, e recuou para Gênova.

Na Suíça, Masséna ocupara, de início, os Grisões e invadiria o Vorarlberg, mas com os flancos descobertos, em consequência das derrotas na Alemanha e na Itália, recuou também. Atacado pelo Arquiduque Carlos, venceu a primeira batalha de Zurique, a 4 de junho de 1799, mas abandonou a cidade para se fortificar atrás de Limmat, enquanto o General Lecourbe evacuava a estrada de São Gotardo e o vale do Reuss.

A República recuara em todas as frentes, embora os limites naturais continuassem intactos. As divisões da coalizão deram, contudo, alguma trégua ao Diretório. O governo austríaco não via com bons olhos os russos na Itália; o Chanceler Thugut pensava em enviar Suvorov à Suíça, a fim de ter o campo livre na península. O perigo despertou a energia nacional e suscitou um derradeiro sobressalto revolucionário.

2. *A Jornada de 30 de Prairial do Ano VII (18 de junho de 1799).*

As eleições do ano VII, antes das derrotas externas, realizaram-se num clima desfavorável ao Diretório. Acentuava-se um descontentamento geral devido ao marasmo econômico, ao agravamento da fiscalidade, à instauração da conscrição. Os departamentos belgas se insurgiram em novembro de 1798, a *chounannerie* reapareceu, embora os departamentos do Oeste estivessem isentos do novo recrutamento. O Diretório denunciou uma vez mais o duplo perigo da monarquia e da anarquia, na circular de 23 de pluvioso (11 de fevereiro de 1799): "Vencedores da Europa conjurada, franceses, só vos resta vencer os inimigos internos." François de Neufchâteau tocava a chamada dos proprietários: "Desejais que reapareça a lei do máximo?" Sem dúvida, ele denuncia, na circular de 14 de ventoso (4 de março), a ameaça monarquista: "Cidadãos, pensai no vosso ódio, vingança e sobretudo na vossa reação." Mas ele se esforça essencialmente para reanimar nas fileiras da burguesia o temor de uma volta "ao horroroso regime de 1793": "Cidadãos de todas as classes, o mesmo interesse vos une para gritar a uma voz: *Abaixo a anarquia na França!*"

O Diretório recorreu aos meios de pressão habituais: destituição, envio de comissários, organização de assembléias separatistas, como ocorreu na Sarthe. A corrente de oposição, no entanto, foi de tal modo que, de 187 candidatos oficiais, 121 foram vencidos. A maioria dos Conselhos não se modificou: se a minoria jacobina cresceu, a burguesia termidoriana manteve sua primazia. Na crise que antecedeu as derrotas da primavera de 1799, ela deu, finalmente, a última palavra.

A queda do segundo Diretório inscreve-se num verdadeiro clima de decomposição. Os exércitos recuavam em todas as frentes, em meio às maiores privações; a Itália estava perdida. Os monarquistas retomavam as armas. Os ônus fiscais exas-

peravam os proprietários. Enquanto o descrédito governamental aumentava, o azar servia à oposição: a 20 de floreal (9 de maio de 1799), a sorte designou Rebell, o mais enérgico, como o Diretor a afastar-se. A 27 (16 de maio), os Antigos designaram, para substituí-lo, a Sieyes, cuja oposição à Constituição do ano III não constituía mistério para ninguém. Assumindo o cargo a 21 de prairial (9 de junho), Sieyes, apoiado por Barras, que se enchera de vento, inspirou a ofensiva dos Conselhos contra os colegas. Os Conselhos declararam-se em sessão permanente a 28 de prairial (16 de junho). À tarde desse dia, cassaram a eleição de Treilhard como contrária ao artigo 136 da Constituição, que exigia o prazo de um ano entre a saída do Corpo Legislativo e a eleição ao Diretório. No dia seguinte, ele foi substituído por Gohier, Ministro da Justiça no ano II, bom republicano, mas personagem de segundo plano.

A 30 de prairial do ano VII (18 de junho de 1799), os Conselhos retomaram a ofensiva contra o Diretório. O ataque foi dirigido por Bertrand du Calvados, antigo convencional regicida: "Aniquilastes o espírito público, amordaçastes a liberdade, perseguistes os republicanos, quebrastes todas as penas, sufocastes a verdade." Os Conselhos pretendiam vingar-se da humilhação do Floreal: "O povo francês nomeara no ano VI, para os cargos públicos, homens dignos de sua confiança; ousastes dizer que as eleições eram o fruto de uma conspiração anárquica; mutilastes a representação nacional." Boulay de la Meurthe voltou à carga: "Depois do 18 de frutidor, época em que se instalou a ditadura, o corpo legislativo foi mantido numa sujeição contínua." Denunciou Merlin, "homem de vistas curtas, de pequenas paixões, pequenas vinganças, pequenas decisões", e La Revellière, levado pelo seu *fanatismo* "a criar não sei que religião, no estabelecimento da qual sacrifica todos os ideais, esmaga todas as regras do bom senso".

Intimidados à renúncia, abandonados pelos colegas, Merlin e La Revellière cederam, afinal. A 1º e 2 de messidor (19 e 20 de junho), Roger Ducos, antigo convencional regicida, e o obscuro General Moulin, então de passagem por Paris, foram eleitos Diretores.

Jornada parlamentar mais que golpe de Estado, o 30 de prairial do ano VII constituiu a revanche dos Conselhos *florealizados* do ano precedente sobre o executivo. "O Corpo Legislativo —

declarou Luciano Bonaparte aos Quinhentos — volta ao primeiro plano que lhe pertence no Estado.”

O pessoal governamental foi renovado segundo a vontade dos Conselhos, não somente os Diretores, mas também os ministros: na Guerra, o General Bernadotte, Cambacérès na Justiça, Fouché na Polícia, Robert Lindet nas Finanças. Lindet fora membro do Comitê de Salvação Pública. Nomeações significativas: os republicanos *pronunciados* retornavam ao poder. Nesse mesmo instante, as vitórias da coalizão punham a República em perigo.

3. *Impulso Neojacobino e Reação Moderada.*

Impulso revolucionário e exigências nacionais uma vez mais se conjugaram. Unidos contra os frutidorianos, os vencedores do prairial dividiram-se: durante dois meses, os neojacobinos levaram vantagem sobre os burgueses termidorianos e impuseram sua política de salvação pública. Antigos convencionais batidos nas eleições do ano V pelos monarquistas, excluídos no floreal do ano VI pelos frutidorianos, reverteram naturalmente aos métodos do ano II legitimados pelo perigo por que passava a pátria. A liberdade de imprensa foi restabelecida em 14 de termidor (1º de agosto de 1799), os jornais jacobinos reapareceram. Os clubes foram reabertos e se multiplicaram. O mais importante foi a Sociedade dos Amigos da Igualdade e da Liberdade, dito Clube do Manejo, devido ao nome da sala em que se reunia nas Tulherias. Reuniu-se a 18 de messidor (6 de julho); seu primeiro *regulador* foi Drouet, o homem de Varennes, o companheiro de Babeuf; numerosos deputados a ele se incorporaram. A minoria jacobina pôs inquieta a maioria dos Conselhos. Para fazer face à situação externa, ela aceitou a mobilização dos homens e dos bens.

A conscrição foi aplicada integralmente: a lei de 10 de messidor do ano VII (28 de junho de 1799), relatada por Jourdan, pôs em atividade as cinco classes *au complet*. A 14 de messidor (2 de julho), a substituição suprimida: “Os que se fazem substituir têm de marchar no caso em que seus substitutos desertem, e estão convocados pela conscrição.”

Um empréstimo forçado de 100 milhões sobre os cidadãos *abastados* fora adotado em princípio a 10 de messidor, para cobrir as despesas da conscrição. As modalidades do mesmo foram determinadas a 19 de termidor (6 de agosto de 1799): o empréstimo incidia, na forma de uma tarifa progressiva, sobre o lucro

de todos os cidadãos que pagavam mais de 100 francos de contribuição mobiliária ou mais de 300 francos de contribuição predial; o lucro e o capital não-atingidos pelas contribuições (o artigo 7 designa especialmente a fortuna adquirida por "empresas, fornecimentos e especulações") deviam ser avaliados por um júri de cidadãos não-submetidos ao empréstimo.

A lei dos reféns foi votada a 24 de messidor (12 de julho). Tratava-se, segundo um deputado dos Quinhentos, "de deter o curso das guerrilhas e os sintomas da *chouannerie* que se manifestam nos departamentos do Sul e do Oeste". Num departamento reconhecido, pelo Corpo Legislativo, "notoriamente em estado de desordens civis", a administração central estava autorizada a tomar reféns entre os parentes dos emigrados, dos antigos nobres e os parentes dos indivíduos "notoriamente conhecidos como participantes de associações ou de grupos de assassinos", uns e outros considerados como "pessoal e civilmente responsáveis pelos assassinatos e guerrilhas cometidos no interior, por ódio contra a República." No caso de assassinato de um funcionário, de um militar ou de um adquirente de bens nacionais, o Diretório devia ordenar a deportação de quatro reféns; para cada assassinato, os reféns eram civil e solidariamente responsáveis por uma multa de 5.000 francos, e por uma indenização de 6.000 francos para a viúva e 3.000 francos para cada um dos órgãos. A lei dos reféns levantou a oposição de todos quantos tinham mágoas da Revolução; quanto aos que ela podia proteger, o empréstimo forçado os atirava ao mesmo tempo na oposição.

A reação antijacobina não tardou a se manifestar. Desde 26 de messidor, dia do aniversário do 14 de julho, Sieyes lembrara, para estigmatizá-los, "os tempos calamitosos... em que todas as noções foram confundidas ao ponto em que os que possuíam encargos oficiais queriam obstinadamente encarregar-se de tudo".

Nova condenação, a 23 de termidor, por ocasião do aniversário do 10 de Agosto, do "terror tão justamente erradicado do seio dos franceses": "Não, não se trata de republicanos, mas dos que, pelo delírio de suas provocações, esgotam os recursos da riqueza pública, condenam o crédito à morte, aniquilam o comércio, paralisam todos os setores de atividade."

Se a conscrição era geralmente mal recebida, o empréstimo forçado descontentava particularmente a grande burguesia, que

organizou a resistência passiva. Desde 13 de termidor (31 de julho), antes mesmo da votação da lei determinando as modalidades do empréstimo, “põe-se tanta afetação, hoje em dia, em esconder a fortuna — nota *Le Publiciste* — quanto, antigamente, em exibi-la e até mesmo em exagerá-la. Daí o desaparecimento do luxo. Isso tornou-se uma necessidade entre grande número de pessoas, entre os proprietários de imóveis, sobretudo. Procuram escapar, assim, às pesadas taxas que os amedrontam. Há pessoas que entram em bancarrota para provar com segurança sua miséria.”

Uma campanha de imprensa começou por intimar o Diretório a romper com os *bebedores de sangue*. O medo social dos proprietários reapareceu, avivado pelas proposições do Clube do Manejo: no aniversário do 14 de julho, o General Jourdan levantou um brinde “à ressurreição dos piques!” “Diz-se que muitas pessoas — escreveu *Le Moniteur*, a 25 de messidor (13 de julho) — amedrontadas pelos discursos que se pronunciam nessa assembléia, estão prontas a gritar: Abaixo os Jacobinos, e a atirar pedras na sala.”

As rixas se multiplicaram — mas os Jacobinos, embora tendo o apoio dos antigos quadros *sans-culottes*, dos empregados, artífices e lojistas, não puderam repor em movimento as massas populares desorganizadas após a supressão das seções e enfraquecidas por uma longa repressão. Isolados, sem programa social preciso, os Jacobinos estavam impotentes em face do governo solidamente apoiado na administração, na política e, após o Frutidor, numa guarnição de 20.000 homens.

O fechamento do clube marcou o rompimento dos Jacobinos e do Diretório. Denunciado ao Conselho dos Antigos, a 8 de termidor (26 de julho), como pretendendo “a ressurreição do terror e a exumação de todas as listas de proscrição”, o clube teve de abandonar a sala do Manejo pela rua do Bac. Nomeado para o Ministério da Polícia a 11 de termidor (29 de julho), Fouché apresentou imediatamente aos Conselhos um relatório “sobre a necessidade de proteger os debates internos das reuniões políticas, contendo-lhes os excessos”. Os Quinhentos rejeitaram a medida. A 26 de termidor (13 de agosto), Fouché fechou o clube. Não houve reação alguma. O perigo monarquista e as derrotas militares permitiram aos Jacobinos manter-se ainda na corrente.

A insurreição monarquista eclodiu a 18 de termidor (5 de agosto) no Haute-Garonne. A situação em Toulouse, por um momento ameaçada, melhorara; a cidade estava sob uma administração jacobina. A notícia foi conhecida em Paris a 26 de termidor (13 de agosto); imediatamente os Conselhos autorizaram a violabilidade dos domicílios durante um mes, "para prender os emigrados, os aliciadores, os degoladores e os bandoleiros". Os insurretos foram derrotados em Montréjeau, a 1º de frutidor (18 de agosto). No Oeste, os distúrbios recomeçaram durante o verão.

Uma última ofensiva jacobina verificou-se por ocasião das derrotas militares. Na Itália, Joubert foi vencido e morto a 28 de termidor (15 de agosto de 1799). Na Holanda, os ingleses desembarcaram em Helder um corpo de 25.000 russos a 10 de frutidor (27 de agosto). A República, como em 1793, parecia ameaçada em suas fronteiras. Nos Quinhentos, o General Jourdan propôs, a 27 de frutidor (13 de setembro), a declaração da pátria em perigo. Traçando o panorama dos perigos que, segundo dizia, cercavam o país, ele mostrou

"a Itália sob o jugo estrangeiro, os bárbaros do Norte às portas da França, a Holanda invadida, as frotas entregues pela traição, a Helvécia devastada, grupos de monarquistas entregando-se a todos os excessos em um grande número de departamentos, os republicanos procritos sob as denominações de *terroristas* e *jacobinos*. Mais um revés e o toque da realeza soará sobre toda a superfície do solo francês."

A proposição de Jourdan deu lugar a um furioso debate. Luciano Bonaparte a combateu, julgando que melhor seria "ampliar-se os poderes constitucionais do Diretório do que se expor ao perigo de deixar-se empolgar por uma força revolucionária."

Isso equivalia a equacionar o verdadeiro problema: para enfrentar o perigo, ou apoiar-se no povo, como no ano II, ou fortalecer o executivo. Daunou foi claro: receava "o retorno do regime de 1793". A proposição foi rejeitada no dia seguinte por 245 votos contra 171. A 2 de vendemiário do ano VIII (24 de setembro de 1799), nos Quinhentos, Garrau (da Gironda) fez decretar a pena de morte contra quem viesse a "propor ou aceitar condições de paz tendentes a alterar a integridade do

território atual da República". Esse foi o último sucesso jacobino. Nessa data, a situação externa fora restabelecida por vitórias sucessivas.

4. *A Campanha do Verão de 1799.*

A campanha começara mal, mas uma reação operou-se rapidamente, facilitada pelas divergências entre as potências coligadas.

Na Itália, sem esperar a chegada das tropas de Championnet através do Piemonte, Jourbert assumiu a ofensiva. Foi morto logo no início da batalha, em Novi, a 15 de agosto de 1799, e suas tropas batidas pelos russos de Suvorov. A Itália estava perdida. Thugut, o chanceler austríaco, pretendia conservá-la — e nesse sentido, manobrou para se desembaraçar dos russos.

Na Suíça, Masséna tinha contra si os austríacos do Arquiduque Carlos e as tropas russas de Korsakov, que vieram reforçar Zurique e a linha do Limmat. Inquieto com o desembarque anglo-russo na Holanda, o governo austríaco deu ordem ao Arquiduque Carlos para sair da Suíça, no rumo de Mayence. A 11 de setembro, Suvorov pôs-se a caminho para substituí-lo. Antes que os dois exércitos russos pudessem concentrar-se, os franceses os bateram separadamente. O General Lecourbe apoderou-se de São Gotardo e do vale do Reuss. Enquanto ele continha Suvorov, Masséna atacava Korsakov isolado e sitiado em Zurique, obrigando-o a cruzar de novo o Reno. Essa foi a segunda vitória em Zurique (25-27 de setembro de 1799). Suvorov, no entanto, cruzava o São Gotardo e repelia as tropas de Lecourbe — mas se chocou logo contra as tropas de Mortier, apoiado por Masséna. Voltou-se, então, contra o General Molitor, que dominava o vale de Linth. Não podendo forçar passagem, retirou-se para Vorarlberg. A Suíça estava de novo em poder dos franceses. Paulo I, furioso, chamou as tropas de Korsakov à Rússia, a 23 de outubro.

Na Holanda, os anglo-russos desembarcados a 27 de agosto haviam fracassado. O Duque de York, tendo assumido a ofensiva, foi batido pelo exército de Brune, em Bergen, a 19 de setembro de 1799, e em Castricum a 6 de outubro. A 18, firmava a convenção de Alkmaar.

No começo do outono de 1799, a ofensiva coligada achava-se, por conseguinte, partida, e as fronteiras intactas. Bonaparte e seu exército do Egito não haviam figurado em tais sucessos.

Muito ao contrário, a diversão do Oriente havia fracassado **re-**
ndamente.

O malogro da expedição do Egipto decorria da derrota de Abuquir. As tropas franceses estavam num impasse. Adiantando-se ao ataque turco, Bonaparte marchara sobre a Síria, em fevereiro de 1799. Vencedor em Mont-Thabor, fracassou diante de Saint-Jean-d'Acre, que os ingleses ajudavam pelo mar. Finalmente, teve de ordenar, a 20 de maio, a retirada do Egipto, que foi dura. Mas os ingleses desembarcaram em Abuquir um exército turco concentrado em Rodes: Bonaparte o esmagou em Abuquir mesmo, a 25 de julho de 1799. Vencedor, não estava menos prisioneiro em sua conquista, com um exército enfraquecido pelo clima e pela guerra. Julgando perdida a partida, Bonaparte abandonou o comando a Kléber e saiu secretamente do Egipto, em agosto, com duas fragatas. Escapando aos cruzadores ingleses, desembarcou em Fréjus, a 17 de vendemiário do ano VIII (9 de outubro de 1799).

A reação moderada acabava de vencer, o perigo externo estando conjurado. A 2 de brumário (24 de outubro), os Antigos rejeitaram a proposição de Garrau, prevendo a pena de morte contra os que aceitassem propostas que ferissem a integridade do território francês. Fato mais significativo ainda: o princípio do empréstimo forçado foi posto em debate e, a 17 de brumário, nos Quinhentos, um obscuro deputado exigiu a retirada desse empréstimo "progressivo e arbitrário". O golpe de Estado de 18 de brumário devia tranquilizar definitivamente os proprietários.

IV

○ 18 de Brumário do Ano VIII (9 de novembro de 1799)

Bonaparte, desembarcado em Fréjus a 17 de vendemiário (9 de outubro), chegou a Paris a 22 (14 de outubro). A notícia causou sensação. *Le Messenger des relations extérieures* escreveu a 23 de vendemiário: "O desembarque de Bonaparte na França é um desses acontecimentos que exigem narração repetida sem que nele se acredite." E *Le Moniteur* do mesmo dia: "... Todo o mundo estava em êxtase. A vitória que acompanha sempre Bonaparte o havia precedido desta feita — e eis que ele chega para desfechar os derradeiros golpes na coalizão expirante."

A opinião pública via em Bonaparte o pacificador de Campofórmio, aquele que imporá novamente a paz à Europa. Na verdade, o perigo de invasão estava afastado, graças às vitórias na Suíça e na Holanda. A campanha terminara, Bonaparte não podia receber o grande comando antes da primavera seguinte. Não querendo deixar ao Diretório o mérito de restabelecer a paz sem seu concurso, ele se aproximou dos partidários de um golpe de Estado, do qual Sieyes era o inspiador.

1. *Medo Social e Revisionismo.*

O problema político, com suas ressonâncias sociais, passara, com efeito, ao primeiro plano. Afastado o perigo, tudo continuava em suspenso. A guerra estrangeira continuava, pois seria reiniciada na primavera. A guerra civil recomeçava; a 22 de vendemiário (14 de outubro), os *chouans* se apoderaram de Mans, depois de Nantes, onde foram logo caçados. O alerta era significativo. Na primavera do ano VIII, seriam realizadas novas eleições: êxito monarquista ou êxito jacobino, a estabilidade governamental podia uma vez mais voltar à baila. A Constituição do ano III figurava no coração do debate — não seu fundamento censitário, mas seu liberalismo, seu equilíbrio de poderes, particularmente a renovação anual de um terço dos Conselhos. Após o Frutidor, o Diretório resolvera o problema pela instauração de uma ditadura disfarçada. Como as eleições anuais haviam equacionado de novo a velha questão, ele tratou de torná-las menos freqüentes — fato reclamado, desde 22 de floreal, por Daunou, um dos autores da Constituição do ano III, porém fatigado pelas incertezas do regime e a quem repugnava igualmente uma restauração e uma democratização. Em torno de Daunou, os *ideólogos*, dos quais *La Décade philosophe* era o órgão, afirmavam os mesmos sentimentos. Benjamin Constant publicara, na primavera do ano V (1797), uma obra, *Des réactions politiques*, em que reclamava “a força e a estabilidade do governo”, que “garantam aos cidadãos a segurança de suas pessoas e a inviolabilidade de suas propriedades”. Mme de Staël partilhava naturalmente dessas opiniões. Por fim, Sieyes, uma mente constitucional por excelência, declarava-se revisionista. O princípio da soberania nacional continuava intangível: a burguesia termidoriana não podia renunciar a ele sem se renegar a si própria e sem fazer o jogo dos adeptos do direito divino. Tratava-se, portanto,

de conciliá-lo com as exigências de um executivo estável e forte. Sieyes pensou em substituir a eleição pela cooptação que caracterizou a Constituição do ano VIII. Os Termidorianos e os Diretoriais já haviam usado hipocritamente dessa medida pelo decreto dos dois terços e pelas depurações do Frutidor e do Floreal. A Constituição do ano VIII afigurava-se em muitos pontos o resultado da prática constitucional do Diretório.

Os aspectos sociais do empreendimento brumariano davam conta da facilidade de seu sucesso; não se teria realizado caso não respondesse às exigências dos elementos dominantes da sociedade nova. Os Termidorianos haviam consagrado a preponderância social e o poder político da burguesia conservadora. O Diretório os salvaguardara. Mas no ano VII, a reação jacobina pareceu ameaçar os privilégios dos proprietários. O medo social reapareceu — e constituiu o cimento do revisionismo. Duas categorias da sociedade nova nascida da Revolução aspiravam particularmente à calma e à estabilidade social.

Os camponeses proprietários, para começar. Pretendiam trabalhar em paz, sem que a ordem fosse malversada pelas guerrilhas que se renovavam incessantemente. Declaravam-se hostis às tentativas de restauração que arriscavam o gozo pacífico de sua propriedade pelo restabelecimento do dizimo e dos direitos feudais, pela reconsideração da venda dos bens nacionais. Temiam mais ainda um levante popular que desfechasse a *anarquia* e preludiasse a *lei agrária*, com a partilha dos bens! Estavam prontos a aderir ao regime que os protegesse contra esses dois perigos.

A burguesia de negócios, por outro lado, via o assomo desses empreendimentos comprometidos pela instabilidade do regime, pelo prolongamento da guerra; a igualdade fiscal, que o empréstimo forçado tendia a instaurar, lhe parecia uma monstruosidade, uma autêntica lei agrária. Aspirava a um sistema político que protegesse seus interesses, garantisse definitivamente seus direitos e lhe permitisse intensificar o esforço de renovação da economia. Burguesia de negócios e massa rural proprietária formavam a base social do regime consular, depois imperial. Em suas fileiras foi recrutada a essência dos notáveis.

A revisão da Constituição do ano III era prevista no título XIII — tarefa extremamente complicada, que exigia três

votações sucessivas dos Conselhos, a reunião de uma "Assembléia Revisionária". Empresa para nove anos. Portanto, fora de cogitação. Restava o golpe de Estado. Sieyes o apoiava. Era necessário ainda, como a 18 de frutidor, recorrer ao exército para forçar a mão à maioria dos Conselhos, com a diferença, porém, de que no ano V a maioria era monarquista, e no ano VIII, republicana. Convidado a dirigir a operação, o General Joubert aceitara — mas acabou morto em Novi, a 15 de agosto de 1799. Sieyes voltou-se então para Moreau, que hesitou. Bonaparte desembarcara entrementes. "Eis o vosso homem", teria declarado Moreau a Sieyes. Com efeito, tudo o apontava: seu passado jacobino que podia causar ilusão, seu prestígio — e também sua ambição —, sua falta de escrúpulo, a situação duvidosa em que se colocara ao abandonar o comando no Egito por sua própria iniciativa.

Os preparativos do golpe de Estado foram dirigidos com rapidez. Talleyrand intrometeu-se entre Bonaparte e Sieyes. Quanto aos demais Diretores, Barras envolvera-se num neutralismo de quem consente, Roger Ducos seguia Sieyes como a própria sombra. O presidente dos Antigos fora aliciado; nos Quinhentos, Luciano Bonaparte galgara a presidência, a 1º de brumário (23 de outubro de 1799). Os fundos foram adiantados, sobretudo pelos fornecedores aos exércitos, irritados com a lei que, a 7 de brumário (29 de outubro), lhes tirara o direito de serem pagos com prioridade nos guichês do Tesouro. Os conjurados uniram habilmente a idéia da paz geral à de uma mudança constitucional. Mais ainda, jogaram com o medo social para arrastar os Conselhos e se impor à burguesia. O fantasma do terrorismo atirou mais uma vez o pânico nas fileiras da burguesia, conforme o testemunho de Mme de Staël.

"Chegaremos a um momento — escreveu o officioso *Moniteur* a 19 de brumário (10 de novembro) — em que nada se poderá recuperar, nem a liberdade, nem a propriedade, nem a Constituição — garantia de uma e de outra."

E lembrava "que a lei espoliadora do empréstimo forçado arruinou as finanças, que a lei dos reféns nos deu a guerra civil, que uma parte do lucro do ano VIII é devorada pelas requisições, que o crédito morreu".

O espectro do ano II amedrontava a burguesia, que pretendia livrar-se dele para sempre.

2. O Golpe de Estado.

A 18 de brumário (9 de novembro de 1799), o Conselho dos Antigos foi convocado às sete horas da manhã. A pretexto de uma revista, tropas estavam reunidas nas Tulherias. Em nome da comissão dos inspetores da sala que teve, aqui, papel decisivo, um obscuro deputado denunciou um vago complô (“Os conjurados... esperam apenas um sinal para embeber os punhais nos membros da representação nacional”). *Le Moniteur* do dia seguinte, mais exato ou mais inventivo, fez alusão aos projetos dos Jacobinos “de converter os dois Conselhos em convenção nacional, livrando-os dos homens que lhe desagradam, e confiando o governo a um comitê de salvação pública”.

Os Antigos votaram a transferência dos Conselhos para Saint-Cloud, como o autorizava o artigo 102 da Constituição do ano III. O General Bonaparte estava “encarregado da execução do presente decreto”, e as tropas de Paris postas às suas ordens — medida ilegal, pois incumbia ao Diretório, não aos Antigos. O Diretório, privado assim de qualquer poder (até mesmo sua guarda passara ao comando de Bonaparte), teve de submeter-se. Barras demitiu-se, retirando-se para sua terra em Grosbois. Moulin gastou-se num vão furor, sendo vigiado por Moreau — o mesmo aconteceu a Gohier — até à demissão. O sentido da jornada foi determinado por *Le Moniteur* de 19 de brumário: “Fala-se na ab-rogação das leis sobre o empréstimo forçado, os reféns, o preenchimento da lista dos emigrados.”

A 19 de brumário (10 de novembro), a sessão dos Conselhos inaugurou-se em Saint-Cloud às 13 horas. Bonaparte concentrara quatro a cinco mil homens de tropa em torno do castelo. Nos Antigos, os deputados ausentes à sessão da véspera exigiram explicações e puseram em dúvida a realidade do complô. Nos Quinhentos, presididos por Luciano Bonaparte, a esquerda impôs, desde o início da sessão, a renovação, mediante chamada nominal à tribuna, do juramento de fidelidade à Constituição. O golpe estava ameaçado. Bonaparte interveio.

Nos Antigos, protestou devotamento à República, defendeu-se da acusação de querer “estabelecer um governo militar”, denunciou o Conselho dos Quinhentos, “onde há homens que

querem devolver-nos a Convenção, os comitês revolucionários e o cadafalso”; ameaçou os opositores eventuais à intervenção de seus *bravos* companheiros de armas (“Estou a ver-lhes as baionetas”). Quanto à Constituição “três vezes violada”, não existe mais, “acabou-se o Diretório”. Enfim, essa promessa: “Assim que passarem os perigos que me fizeram confiar poderes extraordinários, abdicarei esses poderes.”

Nos Quinhentos, Bonaparte surgiu cercado de granadeiros e de oficiais-generais. A assembléia inteira voltou-se para ele, por um instante: Bonaparte não tinha o direito de ali penetrar sem ser por ela convocado. Deputados o seguraram pelo colete, maltrataram-no. Gritos elevaram-se: “Fora da lei! Abaixo o ditador!” Bonaparte é escoltado para fora pelos granadeiros. A discussão continuou em meio ao maior tumulto. Luciano esforçava-se inutilmente para defender o irmão; um pelotão de granadeiros, enviado por Bonaparte, retirou-o da sala. As tropas hesitavam, em particular a guarda dos Conselhos. Luciano montou a cavalo e falou-lhes, denunciando uma minoria de “representantes do punhal” que havia tentado assassinar o seu general e que aterrorizava a maioria. Acabou por persuadi-los. Os soldados se enternecem, uma coluna conduzida por Murat e Leclerc entra, a rufar o tambor, na Orangerie e dispersa os representantes, que partem bradando *Viva a República*.

O Consulado provisório foi organizado na mesma tarde pela maioria dos Antigos e a minoria dos Quinhentos, que decretaram o fim do Diretório e excluíram da representação nacional, “pelos excessos e atentados a que se deixaram levar constantemente”, 62 deputados. Uma *comissão consular executiva* estava criada, composta de Sieyes, Roger Ducos e Bonaparte, *cônsules da República Francesa*, investidos da plenitude do poder diretorial. Os Conselhos eram substituídos por duas Comissões de 25 membros cada uma, encarregadas de votar as leis apresentadas pelos Cônsules e de preparar a revisão da Constituição. Esta devia ter por alvo, segundo o artigo 12, o de

“consagrar inviolavelmente a soberania do povo francês, a República una e indivisível, o sistema representativo, a divisão de poderes, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.”

No fim da sessão, os Antigos anularam a medida que inquietava os fornecedores acerca da prioridade de seus rece-

bimentos no Tesouro. Os três Cônsules provisórios prestaram juramento e voltaram a Paris.

*
* *
*

Um cartaz afixado em Paris e que, assinala *Le Moniteur* de 24 de brumário (14 de novembro de 1799), traduz bem as aspirações da burguesia, no dia imediato ao golpe de Estado:

“A França deseja qualquer coisa de grande e durável. A instabilidade perdeu-a, é a fixidez que ela invoca. Não quer a realza, que está proscria, mas quer a unidade na ação do poder que executará as leis. Quer um corpo legislativo independente e livre... Deseja que seus representantes sejam conservadores pacíficos, e não inovadores turbulentos. Quer, enfim, colher o fruto de dez anos de sacrifícios.”

Em suma, encerrar definitivamente a era revolucionária. A consolidação devia suceder às agitações, a primazia social dos proprietários ser definitivamente assentada. Nisso, o Brumário situa-se plenamente na linha do Termidor e do 89. Mas se a burguesia pretendia fortalecer o executivo e restabelecer a unidade na ação governamental, a burguesia não renunciava ao exercício da liberdade, desde que em seu benefício único. Mas os acontecimentos frustraram-lhe os cálculos. O regime autoritário que os Brumarianos haviam querido instaurar resultou rapidamente em lucro do poder pessoal de Bonaparte. A República dos Notáveis transformou-se em ditadura militar.

CONCLUSÃO

A REVOLUÇÃO E A FRANÇA CONTEMPORÂNEA



COM o Brumário, a hora da estabilização definitiva, até então perseguida inutilmente, soara. A realidade nova, tal como a burguesia de 89 a desejara, estava ainda longe, a muitos respeitos, de responder-lhe aos anseios. A sociedade continuava em fusão, a nova hierarquia social mal sustentada; as instituições, malgrado o esforço reformador do Diretório, permaneciam em sua maioria ineficazes, e a organização administrativa incompleta; a guerra, que continuava, podia pô-las em xeque. Mas o essencial fora conquistado: a supremacia social dos notáveis fundada na propriedade era caso liquidado, malgrado o último medo trazido pelo verão de 1799. Socialmente, a Revolução terminara bem, após a primavera de 1795 e o esmagamento da *sans-culotterie* parisiense. Desse duplo ponto de vista — continuidade social e realização institucional — o período consular constitui o epílogo necessário ao drama revolucionário.

Inconclusa, a obra da Revolução não se afigura menos grandiosa de um alcance incalculável nos destinos da França e do mundo contemporâneo. Sem dúvida, se a sociedade burguesa impôs-se à Europa e ao mundo, não o deve, essencialmente, ao triunfo da economia capitalista. As modalidades dessa conquista variaram segundo as particularidades nacionais. Desde antes de 1789, as revoluções da Inglaterra e dos Estados Unidos já haviam levado a burguesia anglo-saxônica ao poder — precedentes cuja influência não se pode subestimar. A amplitude das lutas de classes, o esplendor da tentativa igualitária do ano II, conferem, contudo, à Revolução Francesa, um outro alcance.

Pela destruição das estruturas feudais e pela proclamação da liberdade econômica, ela desbastou o terreno para o capitalismo, cuja evolução acelerou. A resistência da aristocracia, a guerra civil e a guerra estrangeira obrigaram, por outra parte, a burguesia revolucionária a levar ao fim a obra de

destruição da velha sociedade. Para obter o apoio das classes populares, teve de inscrever no primeiro plano o princípio da igualdade dos direitos, que só invocara, de início, contra a aristocracia, embora a obra da Revolução Francesa não deixe de apresentar, na sucessão cronológica, aspectos contraditórios que lhe aumentam ainda o brilho e o alcance. A Revolução está na origem da sociedade e do Estado burguês — mas esboçou, no ano II, um Estado democrático e uma sociedade igualitária. Permanece a revolução da igualdade burguesa e da unidade nacional — mas o regime do ano II tentou ultrapassar essa igualdade formal e dar à unidade um conteúdo social que integrasse verdadeiramente as classes populares à nação; tentativa grandiosa fadada ao fracasso devido às suas contradições, mas que fez estremecer o mundo e cujo eco está longe de extinguir-se.

1

A SOCIEDADE NOVA

TENDO-SE em conta a unidade profunda dos conflitos sociais durante o período 1789-1799, mas também a complexidade da velha sociedade e a importância das correntes revolucionárias populares, constata-se, ao tentar um balanço da Revolução Francesa, quanto o esquematismo é contrário à realidade. Conduzida pela burguesia, a Revolução destruiu o antigo sistema de produção e os quadros sociais dele decorrentes. Arruinou a antiga classe dominante, a aristocracia agrícola (cuida-se ainda de determinar em que medida) — mas arruinou ao mesmo tempo, pela inflação em particular, as frações da burguesia que, por motivos diversos, estavam integradas na sociedade do velho regime. Tendo, por outro lado, graças à liberdade econômica, assegurado o triunfo da economia capitalista, acelerou, com diversas nuances, a decadência das categorias sociais vinculadas ao sistema tradicional de produção, sem que o capitalismo tivesse podido impor-se de maneira incontestada, sobretudo no domínio da produção agrícola.

1. A Ruína da Aristocracia Feudal.

A ruína da aristocracia agrícola e de seus privilégios foi perseguida pela burguesia revolucionária, ajudada pela massa rural e pela *sans-culotterie*, com um encarniçamento multiplicado pelas resistências.

A base agrícola da aristocracia foi destruída pela supressão dos direitos feudais e dos dízimos, e pela venda dos bens nacionais.

Os direitos feudais constituíam lucros bem variáveis, mas não negligenciáveis, muitas famílias nobres tirando deles uma parte importante de seus recursos. Os direitos pessoais de que decorria a dependência dos camponeses foram abolidos desde a noite de 4 de agosto, bem como os dízimos. Os direitos que pesavam sobre as terras foram desde logo declarados resgatáveis, a 15 de março de 1790. A Assembléia Legislativa suprimiu o resgate, salvo com a apresentação do título primitivo, para os direitos casuais, a 18 de junho de 1792, e para todos os direitos a partir de 25 de agosto seguinte. A Convenção, por fim, os aboliu irremediavelmente, a 17 de junho de 1793, e ordenou a queima dos títulos feudais.

A venda de bens nacionais desfechou na aristocracia um golpe igualmente duro. Os bens do clero, bens nacionais de primeira origem, foram postos à disposição da nação desde 2 de novembro de 1789. As exceções desapareceram após o dia 10 de agosto, sendo sucessivamente confiscados os bens das administrações das paróquias (19 de agosto de 1792), os da ordem de Malta (19 de setembro de 1792), os dos colégios (8 de março de 1793) e dos estabelecimentos de assistência (24 de messidor do ano II — 12 de julho de 1794). Os bens dos emigrados, bens nacionais de segunda origem, foram postos à disposição da nação a 9 de fevereiro de 1792, decreto confirmado a 30 de março seguinte — e a venda dos mesmos decidida a 17 de julho de 1792.

O patrimônio imobiliário da nobreza foi reduzido ainda pela restituição dos bens comunais açambarcados pelos senhores, e pela nova legislação sucessoral. A 15 de março de 1790, a Assembléia Constituinte anulou as *triagens* operadas depois de 30 anos nos bens comunais; a 28 de agosto de 1792, a Assembléia Legislativa reconheceu às comunas a propriedade das terras livres. Em matéria de sucessão, o direito novo provocou a pulverização dos patrimônios. O decreto de 15 de março de 1790 aboliu “os direitos de primogenitura e de masculinidade... e as partilhas desiguais devido à qualidade das pessoas.” O de 8 de abril de 1791 estipulou a partilha igual das sucessões *ab intestat*. As leis montanhesas de 5 de brumário e 17 de nivoso do ano II (26 de outubro de 1793 e 6 de janeiro de 1794) confirmaram a partilha igual; o testador não podia

dispor senão de um décimo de seu bem se tivesse herdeiros em linha direta, e de um sexto se os tivesse em linha colateral, e em benefício apenas dos não-herdeiros. A 4 de junho de 1793, a Convenção admitiu os filhos naturais na partilha dos bens dos pais; a lei de 12 de brumário do ano II (2 de novembro de 1793) lhes concedeu uma parte igual à dos filhos legítimos. Essas leis tiveram efeito retroativo a partir de 14 de julho de 1789; a Convenção termidoriana revogou, porém, a retroatividade.

Tanto quanto os bens, as pessoas foram atingidas. Sem falar aqui dos massacres populares e das execuções legais, o clero e a nobreza desapareceram como ordens. A divisão dos franceses em três ordens estava abolida desde a noite de 4 de agosto, abolição confirmada pelo decreto de 7 de novembro de 1789. Qualquer distinção estando suprimida entre nobres e plebeus, o aristocrata viu-se recambiado à condição de simples cidadão. A 19 de junho de 1790, a Assembléia Constituinte aboliu a nobreza hereditária, os títulos e os brasões. A abolição do feudalismo, a reforma administrativa e em seguida a reforma judiciária privavam todavia o senhor de todas as suas prerrogativas sobre os camponeses; ele estava reduzido, quanto ao direito, à lei comum. O artigo 6 da Declaração dos Direitos de 1789 proclama a admissibilidade de todos os cidadãos a todas as dignidades, lugares e empregos públicos — o que a lei de 28 de fevereiro de 1790 confirmou para as graduações militares: o nascimento já não comportava privilégios. Agravando-se a crise, os nobres foram pouco a pouco excluídos das funções públicas, pelo menos dos serviços importantes devidos à Revolução; mas o Comitê de Salvação Pública não consentiu jamais, malgrado as reclamações populares, em privá-los dos direitos cívicos mediante uma medida geral. A legislação antiaristocrática foi mantida pelos Termidorianos, depois pelos Diretoriais — o que frisa bem o quanto, mesmo depois do Termidor, o sentido de luta de classes continuou imutável. A lei de 3 de brumário do ano IV (25 de outubro de 1795) interditou o acesso, às funções públicas, dos parentes de emigrados; suprimida pela maioria monarquista do ano V, foi reposta em vigor após o 18 de frutidor. Marchava-se, sob a inspiração de Sieyes, para o banimento dos nobres que haviam ocupado cargos sob o Velho Regime, e para a redução dos demais à condição de estrangeiros; se a lei de 9 de frimário do ano VI (29 de novembro de 1797) não esposou senão a segunda

dessas medidas, e se ela não foi jamais aplicada, a intenção não deixava de ser menos significativa.

A nobreza judiciária foi arruinada não apenas pelos golpes desfechados na propriedade aristocrática, mas, sobretudo — é bem possível — pela supressão da venalidade de cargos e seu reembolso ao preço oficial, em *assignats* desvalorizados. A reforma administrativa e a da justiça, fundamentadas no princípio da eleição, eliminaram em grande parte os oficiais que continuavam sem emprego.

Mas não seria o caso de forçar-se a mão o dizer-se que a aristocracia não foi inteira nem irremediavelmente despojada dos bens. Se todos os senhores se viram prejudicados com a supressão do feudalismo e dos direitos senhoriais, só os emigrados tiveram suas terras confiscadas. Muitos nobres atravessaram a Revolução sem grandes danos e conservaram suas propriedades imóveis; propriedade de tipo burguês, é verdade, liberta do feudalismo. Por outro lado, os divórcios fictícios, os resgates forjados permitiram aos emigrados salvar guardar terras ou recuperá-las. Assim, mantinha-se uma certa fração da antiga aristocracia, que conservou, malgrado a perda dos títulos, uma parte de seu prestígio tradicional, e que devia, no século XIX, fundir-se com a alta burguesia.

2. *A Liberdade Econômica e a Sorte das Classes Populares.*

Bem mais que a ruína da aristocracia, a burguesia revolucionária perseguiu com obstinação a destruição do velho sistema de produção e de trocas, incompatível com o impulso de seus empreendimentos capitalistas. Sem dúvida, teve de compor-se, no ano II, com os *sans-culottes*, elevar de novo o tabelamento e a regulamentação — simples meio que legitimava a luta contra a aristocracia. Após o 9 de termidor, sobre as ruínas do movimento popular a liberdade econômica instalou-se triunfante; as conseqüências disso resultaram particularmente pesadas para as classes populares tradicionais.

As classes populares urbanas lucraram sem dúvida alguma, até o restabelecimento das barreiras fiscais, com a abolição das taxas indiretas que lhes encareciam a vida. Mas a inflação e a alta dos preços anularam grandemente essa vantagem, pelo menos até os últimos anos do Diretório, quando se verificaram abundantes colheitas e baixa dos preços. Entre os artífices,

a supressão das corporações pela lei de Allarde, a 2 de fevereiro de 1791, se pareceu democrática aos trabalhadores associados que puderam abrir uma loja, não deixou de lesar os interesses dos patrões. A massa assalariada, malgrado uma majoração certa dos salários, viu suas condições de existência agravar-se pela persistência do *chômage*, a desorganização das instituições de assistência, a manutenção de uma situação legal de inferioridade sancionada em particular pelo sistema censitário e pela lei Le Chapelier.

A liberdade econômica, pelo impulso que permitiu ao capitalismo, amordaçou a aceleração da concentração das empresas. Assim, ao mesmo tempo que se transformavam as condições materiais da vida social, alterava-se a estrutura das classes populares tradicionais. Sem dúvida não será preciso exagerar-se os progressos da produção capitalista durante o período revolucionário: foram freados em larga medida pelos acontecimentos, a guerra em particular, e não afetaram senão certos setores, como a fiação de algodão. Mas as condições dela não deixavam de se formar por um largo desenvolvimento da economia capitalista que transformaria necessariamente a massa da *sans-culotterie* e proletariado. A revolução burguesa entregava as classes populares urbanas sem defesa aos dirigentes das formas novas da economia: a lei Le Chapelier, de 14 de junho de 1791, interditando a "coalizão" e a greve, constituiu para o capitalismo industrial um instrumento eficaz de desenvolvimento.

A diferenciação da *sans-culotterie* decorria da evolução econômica que a Revolução acelerou. Entre os pequenos e médios produtores-comerciantes que haviam formado os quadros do movimento popular em 1793-1794, alguns obtiveram êxito e tornaram-se capitalistas industriais, outros continuaram vinculados ao artesanato e à loja, a maior parte foi pouco a pouco eliminada, passando a engrossar as fileiras do proletariado. Da sorte que os esperava (para um artesão que se elevou à indústria, quantos fracassaram!), artífices e operários tinham o pressentimento, sabendo estes que a máquina aumentava o *chômage*, aqueles que a concentração capitalista provocava o fechamento de suas oficinas e os reduzia à condição de assalariados. Durante todo o século XIX, artífices e lojistas agarraram-se à sua condição. Seria interessante, a esse respeito, sublinhar a parte que, das jornadas de junho de 1848 à Comuna de 1871, tocou seja ao proletariado propriamente dito, seja às classes populares de

tipo tradicional; medir-se-ia, daí, a degenerescência destes à medida que triunfava o capitalismo industrial, observando-se, ao mesmo tempo, um dos motivos e uma das fraquezas das tentativas revolucionárias do século XIX.

3. *A Dissociação dos Camponeses.*

As reformas agrárias da Revolução beneficiaram inegavelmente as diversas categorias sociais dos campos. O feudalismo, uma vez abolido, o que constituía seu fator essencial de unidade, os interesses delas divergiram. A Revolução fortaleceu consideravelmente a massa rural proprietária. Contudo, em consequência de sua resistência encarniçada, a pequena massa de camponeses parcelária ou proletária não saiu da Revolução tão desarmada quanto as classes populares urbanas. Se a Revolução acelerou a dissolução da comunidade rural, não pôde, no entanto, destruí-la completamente.

Os camponeses proprietários lucraram apenas com a abolição do dízimo e dos direitos feudais reais, bem como da igualdade fiscal. Os feitores, meeiros e camponeses sem terra só tiraram partido da abolição da servidão e dos direitos pessoais. Pelas modalidades da venda de bens nacionais, a propriedade camponesa viu-se fortalecida em benefício dos que já eram proprietários, os lavradores ou grandes exploradores, os feitores das regiões de grande cultura. Mesmo na época mais favorável aos rurais — a das leis montanhesas — a venda mediante leilões favoreceu os camponeses proprietários. A partilha dos comunais prevista pela lei de 10 de junho de 1793 teria permitido ao camponês pobre entrar no circuito na propriedade privada e, portanto, da concentração agrária — mas, na verdade, a partilha por habitante domiciliado, de qualquer idade e sexo, provocou a pulverização da propriedade, embora a maior parte das comunidades a isso se recusasse, pois os lotes lhes pareciam insuficientes, e a pastagem em comum mais vantajosa. Para satisfazer a necessidade de terras do pequeno camponês, havia, como bem observa Georges Le-febvre, outras cartas a jogar (por exemplo, a partilha das grandes explorações): “elas não o foram”, não poderiam ser apresentadas pela revolução burguesa. As classes proprietárias, portanto, se atribuíram o essencial dos bens nacionais. No departamento do Norte, a propriedade agrícola do clero desapareceu (montava a cerca de 20% do total, em 1789), a parte

da nobreza caiu de 22% para 12% em 1802: assim se mede a ruína da aristocracia. A propriedade da burguesia passou, porém, nesse departamento, e nas mesmas datas, de 16% para mais de 28%, a dos camponeses de 30% para mais de 42% — resultados estes que se acharam de maneira singular quando se pensa no irresistível crescimento demográfico que caracterizava então os campos do Norte.

A concepção da propriedade que se impôs foi a dos camponeses proprietários — aquela mesma da burguesia. A massa rural não era hostil ao princípio da propriedade individual, mas a limitava estreitamente pelas suas concepções costumeiras: os direitos coletivos, pastagem livre e segunda erva, respiga, direitos de uso das florestas e os comunais equivaliam, aos olhos do pequeno camponês, a uma co-propriedade do solo. A Assembléia Constituinte proclamou a liberdade de cultivar e de cercar, suprimindo qualquer regulamentação — do que se originou teoricamente o desaparecimento do *constrangimento do solo* e do afolhamento obrigatório; as planícies artificiais, mesmo não fechadas, foram preservadas da pastagem livre. A Revolução fortaleceu, assim, a grande propriedade e a grande exploração, o que favorecia ainda (o episódio do máximo posto à parte) a liberdade do comércio. Sem dúvida os camponeses aprovaram sempre a Revolução por haver extirpado de suas aldeias a dominação da aristocracia. Nisso a revolução agrária não se afigura menos moderada em seus efeitos, a despeito das aparências, e, segundo Georges Lefebvre, “conservadora”. A partir de então, uma poderosa minoria de camponeses proprietários, vinculados à ordem nova, aderiu à burguesia em suas opções conservadoras.

Os camponeses pobres, se pouco melhoraram de condição, nem por isso deixaram de manter em essência suas posições tradicionais. Não puderam, em conjunto, ter acesso à propriedade. É que as Assembléias revolucionárias não ousaram destruir irremediavelmente a comunidade rural mediante a abolição das propriedades comuns e dos usos coletivos. A cerca foi autorizada, mas não imposta. Essa regulamentação se manteve durante todo o século XIX e ainda não desapareceu de todo porquanto a lei de 1892, em vigor, subordina o abandono da pastagem livre à vontade da comunidade aldeã. A Revolução nada mais realizou nesse terreno do que um compromisso, do qual se mede toda a significação ao comparar-se a evolução

da agricultura inglesa e a da agricultura francesa. A manutenção dos usos coletivos sendo deixada à vontade dos camponeses, o loteamento da propriedade e da exploração freou consideravelmente a transformação capitalista da agricultura; a autonomia dos pequenos produtores rurais mantém-se há longo tempo, dando à história política da França algumas de suas características próprias. Se a cerca e o desmembramento fossem impostos de maneira autoritária, como na Inglaterra, o capitalismo teria triunfado no terreno da agricultura de forma mais radical do que no da indústria. A luta obstinada da aristocracia feudal contra a Revolução, impedindo durante longo tempo qualquer compromisso político com a burguesia, obrigava esta a orientar os camponeses, mesmo os pobres cuja resistência se revelava mais tímida.

Torna-se necessário, porém, introduzir aqui algumas nuances, aquelas mesmo que eram perceptíveis na estrutura social da massa camponesa do velho regime. Nas regiões de grande cultura, onde os feitores se afirmavam como agentes ativos da transformação capitalista da agricultura, a comunidade rural se desintegrou rapidamente ao esvaziar-se sua substância; os camponeses pobres, logo proletarizados, forneceram a mão-de-obra necessária à agricultura moderna e à grande indústria. Nas regiões de pequena cultura, de evolução mais lenta, a comunidade rural foi minada internamente pelo antagonismo dos camponeses proprietários e dos camponeses pobres, encarnizados estes na defesa de seus direitos de uso dos campos e dos bosques. Defrontaram-se, assim, duas formas de economia, uma arcaica, a outra nova em que se afirmava o individualismo dos produtores capitalistas. Luta obscura, ardente, marcada, no curso do século XIX, por desordens agrárias do tipo tradicional, das quais as últimas, de 1848-1851, não foram menos violentas nem menos características.

4. *Antiga e Nova Burguesia.*

A burguesia, que preparara e dirigira a Revolução, dela tirou o maior partido, mas em graus diversos segundo suas categorias. Afigurava-se, depois radicalmente transformada, seu equilíbrio interno se tendo modificado: à preponderância tradicional, em suas fileiras, da fortuna adquirida, sucedem-se os homens de negócios e os chefes de empresa, os dirigentes da produção e do comércio.

A burguesia do antigo regime, entendamos a burguesia integrada no velho sistema econômico e social, partilhou, em larga medida, da sorte da aristocracia. Os burgueses proprietários de senhorias, e que viviam *nobremente* de seus diversos lucros imobiliários, viram desvanecer-se as rendas e os direitos feudais, enquanto os aluguéis e os arrendamentos eram pagos em *assignats* desvalorizados até à lei de 2 de termidor do ano III (20 de julho de 1795), que prescreveu o pagamento, em cereais, da metade do arrendamento. A burguesia dos *oficiais* foi, como a nobreza judiciária, arruinada pela supressão da venalidade. A burguesia das profissões liberais, atingida pela abolição da ordem dos advogados, pela das Academias e das Universidades, a 8 de agosto de 1793. A grande burguesia dos negócios, atingida pela supressão da percepção dos impostos indiretos; a Convenção chegou mesmo, a 24 de agosto de 1793, a abolir as sociedades por ações; a alta finança ressentiu-se duramente do fechamento da Bolsa, do desaparecimento da Caixa de Descontos, como também, no ano II, do tabelamento, da regulamentação, isto é, da limitação do lucro. As taxas revolucionárias e os empréstimos forçados atingiram a fortuna adquirida. Quando se pensa, por fim, em medir os golpes que a Revolução desfechou em certos setores da burguesia, pensa-se logo nas repercussões catastróficas da inflação. Mais que nas empresas comerciais e industriais, a burguesia tradicional aplicava suas poupanças em empréstimos hipotecários ou em títulos da dívida pública. No ano III, a queda do *assignat* incitou os devedores a se libertarem de suas dívidas hipotecárias restituindo o capital em papel-moeda aviltado. A lei de 23 de messidor do ano III (10 de julho de 1795) teve de interditar o reembolso das dívidas contratadas anteriormente a 1º de julho de 1792 e o reembolso das outras por antecipação. O corte das dívidas perpétuas e vitalícias por Cambon, na Convenção, a bancarrota dos dois terços ou liquidação Ramel, no Diretório, constituíram novos golpes. Todos esses fatos justificam o alistamento de uma facção importante da burguesia do velho regime na contra-revolução, e que ela tivesse partilhado, nesse caso, da sorte da aristocracia. Mas na medida em que sua fortuna consistia sobretudo de bens móveis, a riqueza mobiliária não ocupando ainda senão um lugar medíocre nos patrimônios, essa burguesia, desde que não tivesse emigrado, salvaguardou o essencial: passada a tormenta, re-

cuperou os lucros. Mas sua primazia, malgrado a consagração que dava a terra, não foi também incontestável.

Uma burguesia nova apareceu, com efeito, no primeiro plano — a dos dirigentes da finança e da economia. A especulação, a venda dos bens nacionais, o equipamento, armamento e abastecimento dos exércitos, a exploração dos países conquistados, forneceram aos homens de negócios novas oportunidades de multiplicar as empresas, enquanto se desenvolvia a concentração capitalista. Sem dúvida os progressos do capitalismo foram lentos, as dimensões das empresas continuavam quase sempre modestas, o capitalismo comercial preponderante. Mas alguns negócios de vulto se destacavam, o têxtil em particular. Por exemplo: Richard-Lenoir em Paris, Bauwens em Passy, Lachauvetière em Bordéus, Jeannettes em Amiens. Périer, dito Milord, no Dauphiné, Boyer-Fonfrède, em Toulouse, projetaram-se como grandes industriais. Entretanto, na origem dessas novas e imensas fortunas, encontram-se, mais do que a produção industrial, a especulação e os fornecimentos aos exércitos. Numerosas *companhias* tiraram partido da fraqueza do governo diretorial, para pilhar o Estado; por exemplo, a companhia Lanchère e a companhia Bodin, especializadas em fornecimentos, companhia Felice, em roupas, companhia Monneron, em fretes. Renovou-se, assim, a burguesia com a incorporação desses “novos-ricos”, dos quais o financista Ouvrard resulta o tipo acabado, e que deram quase sempre o tom à “sociedade” do Diretório. Verdadeiros aventureiros da sociedade nova, êsses homens, pelo espírito de empresa e pelo gosto do risco, revivificaram a classe dirigente. Fundaram a estirpe da burguesia; de seus quadros saíram os fundadores do capitalismo industrial, à medida que, desprezando a especulação, investiam os capitais na produção.

Em um grau inferior da escala burguesa, as circunstâncias permitiram a numerosos comerciantes, artífices em menor medida, multiplicar seus negócios ou aumentar as empresas, aumentar a fortuna e sair, assim, das fileiras do povo para as da burguesia. Aqui ainda a especulação aparece na maioria das vezes como o fator essencial da promoção social. Desse nível médio a nova classe dirigente recrutou logo os funcionários das administrações públicas e os membros das profissões liberais.

Após dez anos de confusão, as características da sociedade nova ainda não estão definitivamente fixadas, mas já se esboçam com clareza. O desejo de ordem que anima os proprietários, a fim de que possam conservar o que salvaram da antiga riqueza e possam gozar da nova fortuna em paz, devia facilitar a estabilização consular. Os quadros da sociedade nova se consolidaram durante o período napoleônico. Então, ao mesmo tempo que se moldavam as instituições que consagravam sua supremacia, começou a operar-se a fusão dos diversos elementos da nova classe dominante: a burguesia remoçada e a aristocracia filiada, de acordo com os camponeses providos, para identificar nação e propriedade. Atingiu-se assim, finalmente, uma das metas que os homens de 89 haviam assinalado à Revolução.

5. *O Conflito Ideológico: Progresso e Tradição, Razão e Sentimento.*

O movimento das idéias refletiu durante o período revolucionário o conflito social e político. O desmoronamento dos quadros sociais tradicionais, a incapacidade para muitos de se adaptarem à ordem nova, o bracejar dos homens na crista dos acontecimentos, a irritação dos espíritos, deram de novo força e crédito ao irracional. A Revolução afigurava-se como o coroamento do século dos Luminares, por isso a contra-revolução opôs a autoridade e a tradição ao racionalismo, fez apelo contra este às forças obscuras do sentimento e do instinto. A primazia da inteligência foi contestada com o recurso à intuição. A reação anti-racionalista estendeu-se ao domínio das letras e das artes. Se, graças a David, a estética clássica e a inspiração antiga continuaram a dominar rigorosamente as artes plásticas, os gêneros literários tradicionais esvaziaram-se de toda substância. As disciplinas clássicas resistiram mal ao choque dos acontecimentos, à emancipação dos indivíduos, à exasperação das paixões. Como a sociedade, a vida intelectual parecia em plena ebulição.

A investigação científica constituía o domínio por excelência do racionalismo. Em 1789 apareceu o *Traité de chimie*, de Lavoisier, em 1796 Laplace publicou sua *Exposition du système du monde*, e Monge, seu *Traité de géométrie descriptive*, em 1799: três grandes datas na história do desenvolvimento o

do progresso do espírito humano. Lavoisier, que analisara o ar e a água e estabelecera princípios gerais bem como princípios da conservação da matéria, expunha os resultados obtidos pela Química. Laplace, para explicar a origem dos mundos, apresentou a hipótese da nebulosa cuja condensação progressiva teria gerado as estrelas e os planetas. Quanto a Monge, criou um novo ramo da Matemática, a Geometria Descritiva. Além disso, ensinavam no Museu os naturalistas mais famosos: Cuvier, Geoffroy Saint-Hilaire, Lamarck. Cuvier publicou no fim da Revolução, no ano VIII, suas *Leçons d'anatomie comparée*, síntese científica que fez época, enquanto Lamarck, até então partidário da fixidez, concebia de 1794 a 1800 a grande hipótese da evolução das espécies (sua *Philosophie zoologique* só apareceu em 1809).

As ciências do homem constituíam o domínio por excelência dos Ideólogos, que mantinham o primado da razão e da experiência. Reunidos depois de 1795 na segunda classe do Instituto, a das Ciências Morais e Políticas, e nos grandes estabelecimentos de ensino superior criados pela Convenção, dispondo de *La Décade philosophique*, tendo por discípulos as escolas centrais, os Ideólogos continuavam hostis à tradição e à restauração religiosa.

“A teologia — escreveu Destutt de Tracy, a propósito da obra de Dupuis, *L'Origine de tous les cultes*, aparecida no ano III — é a filosofia da infância do mundo. Já é tempo que ceda lugar à idade da razão; ela é obra da imaginação, enquanto a outra filosofia fundamenta-se na observação e na experiência.”

A *ideologia* se insere, portanto, entre a filosofia do século XVIII e o positivismo. Em 1795 e 1796, o médico Cabanis leu no Instituto as seis primeiras memórias das doze que foram os *Rapports du physique et du moral* (1802), projetando-se como o fundador da Psicofisiologia. De outra parte, mostrava-se cioso de constituir as Ciências Morais que, igualando em certeza as Ciências Físicas, pudessem fornecer uma base sólida a uma moral independente do dogma. Médico da Salpêtrière, Pinel criava, no mesmo momento, a Psicopatologia; publicou em 1798 o *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou la manie*. O espírito do século XVIII animava ainda numerosas obras consagradas à ciência dos costumes ou à história das

idéias. Na esteira de Voltaire, que escrevera o *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations* (1756), Volney, que se fizera conhecer pela narrativa *Voyage en Egypte et en Syrie* (1787), publicou em 1791, quando tinha assento na Assembléia Constituinte, sua grande obra, *Les Ruines ou Méditations sur les révolutions des empires*, onde retomava toda a argumentação do século contra as religiões. Mme Staël contribuiu para o desenvolvimento da crítica literária com o livro *La Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* (1800): "Proponho-me examinar qual a influência da religião, dos costumes e das leis na literatura" — o que importava em introduzir a crítica histórica no estudo das obras literárias.

O testamento filosófico do século fora redigido entretanto por Condorcet. Ameaçado de prisão e proscrito com os Girondinos, escreveu em 1794 o *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humaine*, que manifestava certeza irreduzível no progresso indefinido e na perfectibilidade da humanidade. Progresso indefinido no terreno científico:

"À medida que se conhecem as relações maiores entre um grande número de objetos, é possível limitá-los a expressões mais simples, a apresentá-los sob formas que permitam a inclusão de um grande número".

Progresso indefinido também nas técnicas que dependem das Ciências, enfim, nas Ciências Morais — o mundo moral, como o mundo material, estando submetidos a leis cognoscíveis. Prestando a Descartes, renovador do pensamento e do método, a suprema homenagem, a Convenção, pelo decreto de 2 de outubro de 1793, admitiu-o no Panteão: "René Descartes merece as honras devidas aos grandes homens".

A reação anti-racionalista ligou-se à contra-revolução. Os que, por qualquer motivo, sofreram com a Revolução e com a ruptura da antiga sociedade não tardaram a responsabilizar a ideologia do século pelas suas mazelas. Esse desmentido aos Luminares acentuou-se entre os emigrados desde 1794, na obra significativa do obscuro Abade Sabatier de Castres, *Pensées et observations morales et politiques pour servir à la connaissance des vrais principes du gouvernement*: "Quanto mais os povos se esclarecem, tanto mais se tornam infelizes." A autoridade, a tradição, a religião revelada, proteção ou refúgio, voltaram à moda; os erros imputados aos Luminares e à

Revolução provinham da falsa crença de que os princípios são de instituição humana; na realidade, escapam à análise e transcendem o mesquinho poder da razão.

Se o movimento continuava ainda fraco na própria França, espalhou-se, contudo, entre os emigrados. Alguns se contentaram com uma exploração irracional dos acontecimentos. Assim o Abade Barruel, que em suas *Mémoires pour servir à l'histoire du Jacobinisme*, aparecidas em Hamburgo, de 1797 a 1799, devolve a Revolução a um sombrio complô maçônico:

“Nessa Revolução Francesa, tudo, até mesmo seus crimes mais espantosos, tudo foi previsto, meditado, combinado, resolvido, estatuído. Tudo resultou da mais profunda perversidade, uma vez que foi preparado e dirigido por homens que manejavam os cordéis das conspirações urdidas nas sociedades secretas e que souberam escolher e apressar os movimentos propícios aos complôs.”

Para outros, à fatalidade ou à *força das coisas* revertia a responsabilidade da catástrofe. Em seu *Essai historique, politique et moral sur les révolutions*, aparecido em Londres em 1797, Chateaubriand faz intervir sem cessar “a fatalidade dos acontecimentos”, “a fatalidade que rege os impérios”, “essa necessidade que se denomina a força das coisas”, para finalmente constatar sua incapacidade de compreender e explicar:

“Malgrado mil esforços para penetrar nas causas dos motins, sente-se que algo escapa: um não sei que, oculto não sei onde e que não sei porque parece ser a razão eficiente de todas as revoluções.”

O mesmo irracionalismo em Mallet du Pan, genebrês naturalizado inglês, que explica os fatos pelo “curso fatal dos acontecimentos”, “a natureza imperativa das coisas, isto é, a força independente dos homens e dos governos”. Da “força das coisas” ao “dedo da Providência”, o passo foi logo coberto.

O primeiro fundamento doutrinal da contra-revolução foi constituído, com diversas nuances, por duas obras que surgiram simultaneamente em 1796: a *Théorie du pouvoir politique et religieux dans la société civile*, do Visconde de Bonald, e as *Considérations sur la France*, de Joseph de Maistre.

Nas *Considérations*, Joseph de Maistre recorre deliberadamente à explicação providencial dos acontecimentos:

“Estamos todos ligados ao trono do Ser Supremo por uma corrente flexível que nos prende sem nos sujeitar... Nos tempos de revolução, a corrente que liga os homens é encurtada bruscamente, reduzindo-lhes a ação, iludindo-os... A Revolução Francesa dirige muito mais os homens do que os homens a dirigem... Os que estabeleceram a República o fizeram sem querer e sem saber o que faziam: foram guiados pelos acontecimentos, instrumentos de uma força mais consciente que eles próprios.”

A Providência “puniu para regenerar”; a França, tendo contrariado sua vocação cristã, necessitava de uma regeneração que sofria no sangue; a contra-revolução seria feita na hora prevista por Deus. Essas opiniões sistemáticas prefiguram a teoria das *Noitadas de São Petersburgo*, particularmente no que concerne à guerra, “divina em si mesma, pois que é uma lei do mundo”. A legitimidade encontrara seu teórico; o pretendente ao trono fez chegar a Joseph de Maistre uma gratificação de cinquenta luíses.

Na *Théorie du pouvoir politique et religieux*, de Bonald esboça uma teoria do corpo social acima do circunstancial e à margem das circunstâncias:

“O homem não pode dar mais uma constituição à sociedade religiosa ou política, da mesma forma que não pode dar o peso aos corpos, ou a duração à matéria.”

A realza, tipo acabado da “sociedade constituída”, tem por características a unidade de poder, as distinções sociais e as hierarquias necessárias, o vínculo à religião cristã. Os monarcas, como os reveses da monarquia francesa, dependeram sempre de fidelidade às suas leis constitutivas imanescentes. Caracterizada em particular por um real esforço de abstração, a *Théorie du pouvoir* constitui a primeira tentativa importante de reerguimento doutrinal entre os emigrantes.

Publicadas no estrangeiro, essas obras passaram a princípio despercebidas na França, onde a contra-revolução tirava partido sobretudo da persistência das correntes irracionais. As forças obscuras do sentimento e da intuição exaltadas por Rousseau constituíam um recurso contra as desgraças da época; assim também as doutrinas esotéricas derivadas do ocultismo

ou do iluminismo — e mais ainda a religião tradicional, malgrado suas divisões. Se o governo e a burguesia republicana, socialmente conservadores, continuavam hostis ao catolicismo, se a prática religiosa afigurava-se em nítida regressão nas massas populares, a religião tradicional constituía para muitos um refúgio e um consolo, para outros proteção e salvaguarda — atitudes que facilitaram a obra de restauração religiosa de Bonaparte.

O movimento literário traduzia as mesmas oposições. O choque revolucionário inspirara gêneros novos; entretanto, a paixão política revelou-se impotente na renovação dos velhos gêneros clássicos. A língua, contudo, sofria uma transformação profunda, as palavras carregavam-se de um novo poder de emoção e de sentimento: palavras queridas, *nação*, *pátria*, *lei*, *Constituição*... palavras execradas, *tiranía*, *aristocrata*... como transfiguradas por uma força interna.

Os gêneros tradicionais, teatro e poesia, à parte algumas obras inspiradas pela atualidade, acabaram de pericilitar no respeito esclerosado às forças e às regras, na imitação ultrapassada dos modelos antigos.

A poesia só conta nomes secundários, o Abade Delille (1758-1813), Ecouchard-Lebrun, dito Lebrun-Pindare (1729-1807), de quem se consegue recordar a *Ode à Nau "O Vingador"* (1794). Mas a exaltação patriótica ou a paixão política inspiraram algumas obras mais fortes e vibrantes. A pátria — nova divindade a quem foram dedicados os versos do *Canto de Guerra do Exército do Reno* (nossa *Marselhesa*), de Rouget de Lisle (25 de abril de 1792), ou o *Canto da Partida*, de Marie-Joseph Chénier (14 de julho de 1794). A liberdade e o patriotismo estimularam a inspiração de André Chénier (1762-1794), que escreveu *O Juramento do Jogo da Péla*, em 1791. Logo ultrapassado pela corrente revolucionária, suspeito, preso a 17 de ventoso do ano II (7 de março de 1794), André Chénier compôs *A Jovem Cativa* e sobretudo os *Iambos*, poemas de inspiração antiga pela forma, mas que pelo ardor do sentimento pessoal fazem pressentir o lirismo romântico.

O teatro também recebeu, numa certa medida, o choque da época: sempre clássico pela forma, fez-se nacional, depois republicano. A 13 de janeiro de 1791, a Assembléia Constituinte aboliu a censura real e qualquer privilégio em matéria teatral:

"todo cidadão poderá edificar um teatro público e nele representar peças de quaisquer gêneros". Perto de cinquenta teatros abriram-se em Paris; párias sob o antigo Regime, os artistas, agora cidadãos-comediantes, desempenhavam quase sempre papel importante no movimento revolucionário. Em 1793, o teatro tornou-se escola de civismo. A 2 de agosto, a Convenção ordenou a representação, três vezes por semana, nos teatros designados pela municipalidade,

"das tragédias de *Bruto*, *Guilherme Tell* e outras peças que acentuem os gloriosos acontecimentos da Revolução e as virtudes dos defensores da liberdade. Uma dessas representações será financiada toda semana pela República. O teatro que representar peças tendentes a depravar o espírito público e a despertar a vergonhosa superstição de realza será fechado."

A 20 de ventoso do ano II (10 de março de 1794), o Teatro Francês foi transformado em *Teatro do Povo*. Algumas peças se inspiravam na atualidade, na acepção precisa dessa palavra: assim, o *Jugement dernier des rois*, de Sylvain Maréchal, em 1793, profecia em prosa, em um ato, em que todos os monarcas eram deportados para uma ilha. O autor mais fecundo foi Marie-Joseph Chénier (1764-1811). Indo buscar sua temática na antiguidade (*Caïus Gracchus*, 1792; *Timoléon*, 1794), ou na história nacional (*Charles IX*, 1789; *Jean Calas*, 1791), ele animava suas tragédias com o espírito revolucionário e alusões contemporâneas. Nada porém subsiste dessa abundante produção de circunstância, cuja forma obsoleta pertencia a um passado findo.

Gêneros novos apareceram, diretamente ligados ao movimento político. A arte literária pôs-se a serviço da ação; necessário buscá-la nos jornais ou na tribuna das Assembléias e dos clubes; interessavam mais à história que à literatura.

A eloquência política, segundo o dizer de Chateaubriand, é "um fruto das revoluções; cresce espontaneamente e sem cultura, nas revoluções". Com efeito, a eloquência constituiu um dos gêneros literários da Revolução — eloquência alimentada com a filosofia dos Luminares, muitas vezes abstrata e cheia de reminiscências da antiguidade, não isenta de ênfase e de declamação, quase sempre ardente e repassada de paixão. Mi-

rabeau dominou a Assembléia Constituinte até à sua morte, a 2 de abril de 1791, pela oratória poderosa, sempre senhora de si, tirando partido de sua compleição atlética e de sua vigorosa fealdade; seu discurso *Sobre a contribuição do quarto* e contra a bancarrota (24 de setembro de 1789), sua resposta aos acusadores (22 de maio de 1790), continuam justamente célebres. A eloquência de Vergniaud era mais elegante e mais fácil; o orador girondino entregava-se aos vastos circunlóquios, aos lugares-comuns, recorrendo aos bordados ordinários da retórica, repetições, alegorias, reminiscências greco-latinas. Danton foi sobretudo um improvisador sem grande zelo artístico nem de composição; sua maneira fazia lembrar a de Mirabeau (daí o apelido de *Mirabeau do populacho*). Quanto à eloquência de Robespierre, se carecia quase sempre de espontaneidade (ele preparava os discursos cuidadosamente), obtinha convicção pela lógica, pela firmeza dos princípios, pela flama ardente e contida a um só tempo, que animava o orador. A arte de Saint-Just era mais nervosa, seu estilo mais abrupto, cheio de fórmulas de uma cunhagem exemplar (“Bronzeai a liberdade”). A eloquência política tornou-se mais acadêmica e terna na República burguesa, para afinal silenciar com o despotismo consular.

O jornalismo político cresceu consideravelmente desde 1789 graças à liberdade de imprensa, e malgrado as restrições de fato que se estabeleceram a partir de 1792. Aos periódicos sobretudo de caráter literário do Antigo Regime (*La Gazette de France* era hebdomadário, *Le Mercure*, mensal), sucedeu uma imprensa política que constitui sem dúvida o verdadeiro gênero literário do período da Revolução. Os jornais monarquistas desapareceram depressa: *Le Journal politique national*, onde Rivarol colaborou, extinguiu-se em 1790; *Les Actes des Apôtres*, em outubro de 1791; *L'Ami du roi*, do Abade Royou, em maio de 1792. Desde 1789 a imprensa patriota dominou, política e literariamente, com *Les Révolutions de Paris*, de Elysée Lous-talot, *Le Publiciste parisien*, de Marat, que se tornou *L'Ami du peuple* a partir do sexto número, *Les Révolutions de France et de Brabant*, de Camille Desmoulins. Devem-se citar ainda *Le Courrier de Provence* (1789-1791), de Mirabeau, *La Chronique de Paris* (1789-1793), onde escrevia Condorcet, *Le Patriote français*, de Brissot (1789-1793), *Le Défenseur de la Constitution*, que Robespierre lançou de maio a agosto de 1792. No frimário do ano II (dezembro de 1793), Camille Desmoulins

lançou *Le Vieux Cordelier*, que teve sete números. Encontramos nessa imprensa política muitas das características da eloquência revolucionária: a paixão pelas idéias, o ardor polêmico, um certo gosto da retórica, as referências freqüentes à história da Antiguidade; o número 3 de *Le Vieux Cordelier* trazia uma paráfrase de Tácito. A imprensa popular é representada pelo jornal de Marat e mais ainda por *Le Père Duchesne*, lançado em novembro de 1790 por Hébert, bom jornalista, pleno de verve e de imaginação, que, retomando num estilo ardente as aspirações do povo, dele se fez o porta-bandeira. Após o Termidor, a imprensa tornou-se antijacobina e algumas vezes monarquista. Dessa profusão de folhas políticas, bem poucas sobreviveram. Necessário assinalar três: *La Décade philosophique, littéraire et politique*, fundada no floreal do ano II, *La Gazette nationale, ou le Moniteur universel*, de Panckoucke, que apareceu a partir de 24 de novembro de 1789, e que se tornou em 1803 o jornal oficial, e *Le Journal des Débats et des Decrets*, cujo primeiro número data de 29 de agosto de 1789 e que estava fadado a longa sobrevivência.

Se a Revolução conheceu um inegável subordinação na produção literária, teve, no terreno das artes, de encontrar modos de expressão que correspondessem à grandeza do tempo bem como às exigências de um público multiplicado. Pela pintura, pela música, pela organização e esplendor de suas festas nacionais, atingiu os mais altos cumes da arte — aquelas em que se exalta o entusiasmo não mais de uma minoria de conhecedores, mas de um povo unânime.

A ameaça de vandalismo tem sido levantada muitas vezes contra a Revolução. Se é certo que houve destruições numerosas, os esforços das Assembléias revolucionárias não foram menos constantes para conservar o patrimônio artístico da nação. Na Constituinte, a Comissão dos Monumentos enviou delegados à França inteira, para investigar e classificar tudo o que merecesse ser conservado; na Convenção, o Comitê de Instrução Pública e a Comissão temporária das artes desempenharam a mesma tarefa. A 26 de maio de 1791, a Constituinte reservou o Louvre para todos os monumentos das ciências e das artes; a 27 de nivoso do ano II (16 de janeiro de 1794), a Convenção confiou a guarda desse Museu a um conservatório dividido em quatro seções (pintura, escultura, arquitetura, antiguidades). Alexandre Lenoir havia reunido, entretanto, no Convento dos

Pequenos Agostinhos, numerosas obras de arte, em particular as estátuas da abadia de Saint-Denis votadas à destruição pelo ódio à monarquia. Essa foi a origem do Museu dos Monumentos Franceses instituído pela Convenção a 15 de frutidor do ano II (1º de setembro de 1794).

A emancipação dos artistas desenvolvia-se paralelamente. Sob o impulso de David, eles contestaram vigorosamente, desde 1790, o monopólio da Academia sobre a Escola de Roma e o Salão, que em 1791 foi aberto a todos os artistas. A 8 de agosto de 1793, a Academia de Pintura e Escultura foi suprimida, ao mesmo tempo que todas as Academias e as Universidades. Nesse domínio também, o choque revolucionário renovava a inspiração dos criadores.

“Talvez pareça estranho a austeros republicanos — pode-se ler no *Livret* do Salão de 1793 — que nos ocupemos com as artes quando a Europa coligada cerca o território da liberdade... Mas não adotamos o conhecido adágio: *In armis silent artes*. Lembramo-nos mesmo de Protógenes traçando uma obra-prima em Rodas sitiada.”

Essas linhas, no mais forte da crise, trazem testemunho do espírito que animava a maioria dos artistas durante o período revolucionário: a arte não podia abstrair-se do combate geral pela liberdade. Ao oferecer à Convenção, a 19 de março de 1793, seu quadro representando Michel Lepeletier assassinado por haver votado a morte do rei, David declarou:

“Cada um de nós tem compromissos com a pátria pelos talentos que recebeu da Natureza; se a forma é diferente, o alvo deve ser igual para todos. O verdadeiro patriota deve buscar com avidez todos os meios de esclarecer os concidadãos, de apresentar-lhes sem cessar os atos sublimes do heroísmo e da virtude. Cidadãos, o céu que reparte seus donos entre todas as crianças, quis que eu exprimisse minha alma e meu pensamento através da pintura.”

David (1748-1825) domina a arte revolucionária, como pintor e como organizador das festas republicanas. Seguindo os ensinamentos de Winckelmann, cuja *Histoire de l'art chez les Anciens*, aparecida em 1764, foi três vezes traduzida em francês, de 1766 a 1793, David retorna ao modelo antigo,

afirma a superioridade do desenho e da forma inteligível sobre a cor, que só se dirige à sensibilidade. David rompeu com a tradição da arte francesa do século XVIII. Sua celebridade é devida, de início, à série antiga: *O Juramento dos Horácios* (1784), exposto novamente no Salão de 1791 com *A Morte de Sócrates* (1787) e *Bruto* (1789), as *Sabinas*, em 1799, o *Leônidas*, no qual trabalhou de 1800 a 1804. Mas abandonando um momento os modelos antigos, David pôs a arte a serviço da Revolução, elaborou o projeto do *Juramento do Jogo da Péla*, exposto no Salão de 1791, compôs a organização das festas nacionais, pintou *Lepeletier, Mártir da Liberdade*, o *Marat Assassinado*. Sentado de viés na banheira recoberta por um lençol, Marat expira, o peito furado; vê-se o busto nu e a ferida sangrenta; a cabeça, coberta com um pano branco, tomba sobre a espádua, e a boca como que exprime um sorriso desolado; a mão que toca o piso, descaída, segura ainda a pena com que escrevia; no chão, a faca... Quadro patético que ornava a sala da Convenção e que, exaltando a virtude cívica, lembrava aos representantes a necessidade urgente de salvação pública. Dos quadros antigos aos quadros revolucionários de David, a unidade provém do espírito de virtude e da tensão heróica.

A arte do século XVIII persistia, porém. O pintor "sensível" por excelência, Greuze (1725-1805), vivia ainda, e também Fragonard (1732-1806), mais leve, porém pintor incomparável; Hubert Robert (1733-1808), romântico já então pelo seu gosto das ruínas, e do qual alguns trabalhos denotam um senso preciso da vida moderna: Proudhon (1758-1823), influenciado pelos modelos antigos tanto quanto David, mas no qual se discernia também uma tonalidade pré-romântica. No terreno da escultura, por fim, Houdon (1741-1828), célebre pelas suas estatuas imitadas dos antigos, e mais ainda pelos seus retratos.

A música apresentava a mesma dualidade. Em Grétry (1741-1813) e Dalayrac (1753-1809), afirmava-se a continuidade do século XVIII. Ao mesmo tempo, porém, o impulso revolucionário renovava a inspiração e os métodos. Gossec (1733-1829) e Méhul (1763-1817), Grétry também, compuseram os hinos que foram cantados nas festas nacionais por milhares corais imponentes, exaltando o sentimento patriótico e o civismo republicano. O *Canto do 14 de Julho*, cuja música é de Gossec, sobre o *Hino para a Festa da Federação*, de Marie-Joseph

Chénier, continua um dos mais belos. *O Canto da Partida*, de Méhul, sobre palavras de Marie-Joseph Chénier, foi, com a *Marselhesa*, o hino dos republicanos, aos quais se opôs, durante a reação termidoriana e o Diretório, o *Despertar do Povo*, monarquista. Gossec tivera a primazia da idéia do Instituto Nacional de Música, criado pela Convenção a 18 de brumário do ano II (8 de novembro de 1793) e reorganizado a 16 de termidor do ano III (3 de agosto de 1795), sob a denominação de Conservatório, para “executar e ensinar a música”; a direção do mesmo foi confiada a cinco inspetores: Gossec, Grétry, Méhul, Lesueur e Cherubini. Enfim, bastaria dizer-se que nesse terreno, como em todos os demais, coexistiam os gêneros, sendo partilhadas a arte do século XVIII e as formas novas de expressão.

Ruptura e continuidade caracterizavam, portanto, a vida intelectual e artística, bem como a da própria sociedade. Racionalismo e tradição se defrontavam, inteligência e sentimento. As formas da arte clássica dominavam sempre — mas já o romantismo se acercava. Marie-Joseph Chénier traduzia Ossian; Mme de Staël afirmava em 1800 sua preferência pela literatura do Norte: “Os povos do Norte ocupam-se menos com os prazeres do que com a dor, e sua imaginação resulta mais fecunda.” Não admira, pois, que as desgraças da época, o mito do *bom tempo passado* aparecessem com seu cortejo de cavaleiros e de trovadores, logo reforçado pela evocação de um catolicismo sentimental que Chateaubriand soube explorar. Através dessa renovação da sensibilidade e do pensamento, a aristocracia e os emigrados buscavam confusamente os meios de uma adesão prática à nova ordem. O mesmo desejo de estabilização preocupava a burguesia nova. Pouco ciosa das idéias, indiferente aos princípios, só pensava em gozar ou em fazer carreira, cuidava sobretudo da manutenção de seus privilégios novos — isto é, o essencial da obra da Revolução. O zelo de conservação social prevalecia sobre o antagonismo das idéias. Burguesia garantida e aristocracia ressabiada estavam prontas a se ligarem ao poder forte que lhes garantisse a primazia em parte reencontrada ou novamente adquirida.

2

O ESTADO BURGUEÊS

Ao Estado absolutista do antigo regime, fundado na teoria do direito divino e garantia dos privilégios da aristocracia, a Revolução opôs um Estado liberal e laico, fundado nos princípios da soberania nacional e da igualdade civil. A aplicação censitária desses princípios pôs as novas instituições em harmonia com a estrutura social saída da Revolução: o Estado novo não poderia ser senão um Estado burguês, garantia das prerrogativas da nova classe dominante.

1. Soberania Nacional e Organização Censitária.

A destruição do Estado do antigo regime completou-se no plano jurídico por ocasião da noite de 4 de agosto. Assim como todos os cidadãos, sem distinção de nascimento, foram declarados iguais, assim "os privilégios particulares das províncias, principados, países, cantões, cidades e comunidades de habitantes" foram abolidos em definitivo. A venalidade dos officios foi suprimida; o decreto de 3 de novembro de 1789 concedeu férias indefinidas aos Parlamntos e aos Conselhos superiores. Tudo quanto limitava o poder do Estado desapareceu: os privilégios, os órgãos intermediários, os particularismos, os vestígios das antigas autonomias. O aparelho do Estado antigo

havendo desabado, o Estado nôvo surgiu transformado em sua própria essência.

A transformação do Estado e o enfraquecimento de seus poderes decorreram do princípio da soberania nacional. O Estado não constitui mais a propriedade pessoal do príncipe — e, sim, emana do povo soberano. Assim como a sociedade, conforme a teoria do direito natural, está fundada sobre o livre contrato de seus membros, assim o Estado está doravante fundado sobre um contrato entre governo e governados. O Estado é, portanto, concebido a serviço dos cidadãos, aos quais, segundo o afirma o artigo 2 da Declaração de 1789, deve garantir “a conservação dos direitos naturais” do homem. A Constituição de 1791 subordinou a monarquia à nação, o executivo ao legislativo; separa estritamente os poderes; pela eleição, coloca o aparelho do Estado entre as mãos dos cidadãos. Assim, o poder central foi enfraquecido pela nova organização de poderes públicos, enquanto, no plano local, a centralização cedia lugar à autonomia: a lei de 14 de dezembro de 1789, sobre a formação das municipalidades, e a de 22 de dezembro sobre a constituição das assembléias primárias e assembléias administrativas, instituem a descentralização mais ampla. O Estado foi desarmado: a percepção do imposto lhe escapou, bem como a manutenção da ordem, confiada às municipalidades. Estado liberal, sim, mas Estado burguês: a soberania nacional restringindo-se aos censitários, e os cidadãos ativos estando subordinados aos notáveis, o Estado tornou-se propriedade da burguesia. A resistência da aristocracia, a guerra civil e a guerra estrangeira puseram à prova essa nova estrutura. Ela não sobreviveu ao 10 de agosto de 1792.

O reforço do poder do Estado marchava a par com a instauração e a estabilização do Governo revolucionário. A eliminação da realza após o 10 de agosto de 1792 permitiu a organização do executivo em novas bases. A aplicação sem restrições do princípio de soberania nacional e o advento do sufrágio universal alargaram o Estado a todos os quadros da nação, enquanto o Terror eliminava os elementos hostis. Sobre essa base social nova, o Estado jacobino do ano II, se foi democrático, veio a tornar-se autoritário por necessidade: a salvação pública assim o exigia. Seu autoritarismo foi ainda fortalecido por dois aspectos que caracterizaram a obra dos

homens de 89, mas que não foram impulsionados em todas as suas conseqüências lógicas senão em 93: o racionalismo e o individualismo. Em nome do nacionalismo, as instituições foram submetidas a um pensamento rigorosamente lógico; o Estado é o instrumento da razão, ante cujas exigências os homens e os fatos devem ceder; sua autoridade nesse aspecto fortaleceu-se. Em nome do individualismo, os órgãos intermediários, os grupos e as comunidades foram suprimidos; o Estado novo não conhece senão indivíduos, e têm sobre eles poder direto. Face aos Estados, cujo poder já não é limitado por freio algum, o cidadão viu-se desarmado no dia em que lhe veio a faltar a garantia dos seus direitos e em que se instaurou "o despotismo da liberdade". Robespierre o explica em seu relatório *sobre os princípios do governo revolucionário*, a 5 de nivoso do ano II (25 de dezembro de 1793):

"O governo constitucional se ocupa principalmente da liberdade civil, e o governo revolucionário, da liberdade pública. Sob o regime constitucional, basta-lhe proteger os indivíduos contra o abuso do poder público; sob o regime revolucionário, é o poder público que se vê obrigado a se defender contra todas as facções que o atacam."

As circunstâncias legitimaram, portanto, aos olhos dos Jacobinos, a restauração da autoridade do Estado e da centralização; enquanto a lei do máximo de 29 de setembro de 1793 conferia ao Estado a direção da economia, o decreto de 14 de frimário do ano II (4 de dezembro de 1793) colocava todos os órgãos constituídos e os funcionários públicos sob a inspeção imediata do Comitê de Salvação Pública, e, quanto à polícia geral, sob a do Comitê de Segurança Geral. Uma dupla centralização minava, porém, o Estado autoritário jacobino do ano II. A direção da economia opunha proprietários e produtores, de um lado, assalariados e consumidores, de outro. A centralização jacobina chocava-se, por conseguinte, contra a tendência natural da *sans-culotterie* para a democracia direta. A ditadura de salvação pública sujeitou os militantes populares à mais rigorosa disciplina, destruiu os que se lhe opuseram. Não repousando sobre uma base social de classe, como a do Estado liberal burguês de 1791, o Estado jacobino do ano II perigava: após o 9 de termidor, o edifício desabou.

O Estado liberal burguês foi então restaurado. A economia, liberta do estatismo. A Constituição do ano III retornou ao sistema liberal da Assembléia Constituinte, o sufrágio censitário desviou as massas do poder. Mas a consciência de classe dos notáveis saiu endurecida da experiência democrática do ano II. Se a Constituição do ano III restabeleceu a separação dos poderes e privou o executivo de qualquer meio de ação em matéria financeira, fortaleceu, porém, os poderes do Estado e manteve uma certa centralização. O Diretório provia a segurança externa e interna da República, dispunha da força armada (artigo 144); podia dar ordem de prisão (artigo 145); fiscaliza e assegura a execução das leis nas administrações e nos tribunais por comissários de sua nomeação (artigo 147). A administração não foi totalmente descentralizada, as administrações municipais estando subordinadas às administrações departamentais e estas aos ministros. Os comissários do Diretório, de poderes amplos, em correspondência direta com o Ministro do Interior, asseguram a todos os escalões a presença e a autoridade governamental. Na prática, a conservação do poder do Estado caracteriza-se ainda pela nomeação direta de um grande número de administradores e de tribunais teoricamente eleitos, pela extensão do poder regulamentar, pelo desenvolvimento do aparelho e do arbítrio policiais. Excluído o povo pela organização censitária do sufrágio, a aristocracia ainda não incorporada e uma parte da burguesia permanecendo hostil, a base social do Estado diretorial se revelará por demais estreita: daí as violações da Constituição, as eleições cassadas no frutidor do ano V e no floreal do ano VI e, em certa medida, a subordinação do legislativo ao executivo. Nas Repúblicas irmãs, o poder executivo foi fortalecido: na Holanda, na Suíça, em Roma. As eleições anuais, se mantinham o caráter liberal do sistema, provocavam, contudo, a paralisia do executivo, sempre à mercê de uma mudança de maioria. Em 1799, a guerra estrangeira e a reação jacobina legitimaram aos olhos da burguesia o fortalecimento definitivo do executivo — esse, o golpe de Estado de brumário.

A Constituição do ano VIII substituiu a eleição pela cooptação, sujeitou definitivamente o legislativo e concentrou o executivo nas mãos do Primeiro Cônsul. O Estado liberal sonhado pelos homens de 89 havia vencido. Mas se lhes frustrou o poder político, a ditadura militar salvaguardou a preponderância social dos notáveis. O novo Estado autoritário,

ampliando logo sua base social com a incorporação da aristocracia, continuou burguês.

2. *Laicização e Separação da Igreja e do Estado.*

Ao Estado de direito divino e à união do trono e do altar, a Revolução impôs pouco a pouco, pela lógica das circunstâncias, um Estado laico separado da Igreja.

O regime do culto público privilegiado foi de início substituído pelo da religião do Estado. A Assembléia Constituinte contentou-se a princípio com a simples tolerância, proclamada pelo artigo 10 da Declaração dos Direitos — mas a 13 de abril de 1790, considerando que “ele não tem nem pode ter poder algum a exercer sobre as consciências e sobre as opiniões religiosas”, recusou-se a manter o catolicismo como religião do Estado. A Constituição Civil do Clero, adotada a 12 de julho de 1790, não reconheceu menos ao catolicismo o monopólio do culto público. O estado civil, o ensino, a assistência continuaram em mãos da Igreja. Mas o cisma que decorreu da Constituição Civil constituiu um pujante fator de evolução: a luta contra os padres refratários, a hostilidade progressiva contra os padres constitucionais, atingiram pouco a pouco a Igreja, depois a própria religião.

A laicização do Estado fez progressos decisivos após 10 de agosto de 1792. A 18 de agosto, considerando que “um Estado verdadeiramente livre não pode admitir corporação alguma”, a Assembléia Legislativa suprimiu as congregações religiosas votadas ao ensino e à assistência; os bens dos hospitais e dos hospícios, dos colégios e das Universidades foram postos à venda; o ensino e a assistência estavam laicizados. Esse mesmo decreto de 18 de agosto interditava o uso do hábito religioso, salvo aos ministros do culto durante o exercício de suas funções. A 26 de agosto, os refratários foram obrigados a sair do país em quinze dias, sob pena de deportação para a Guiana. Sobre tudo a 20 de setembro de 1792, a Assembléia Legislativa laicizou o estado civil, doravante confiado às municipalidades. Nesse mesmo dia, considerando que “o casamento não passa de um contrato civil” e que “a faculdade de divórcio... resulta da liberdade individual, de que uma ligação definitiva seria a perda”, a Assembléia instituiu o divórcio.

A separação da Igreja e do Estado decorreu das peripécias da guerra civil e da descristianização. Desde os seus primórdios a Convenção mostrou-se conciliante com a Igreja constitucional, demonstrando na moção de 30 de novembro de 1792 a intenção de privar os cidadãos “dos ministros que a Constituição Civil lhes deu”; a 27 de junho de 1793, declarava que os vencimentos dos eclesiásticos faziam parte da dívida pública. Porém mostrou-se mais rigorosa ainda que a Assembléia Legislativa contra os refratários, ordenando a 23 de abril de 1793 sua deportação sem demora para a Guiana. Logo o descrédito envolveu os padres constitucionais suspeitos de monarquismo ou moderantismo. Pouco a pouco as medidas hostis se afirmaram. A questão do casamento dos padres veio à baila desde julho de 1793. A 12 de agosto, a Convenção anulou “qualquer destituição de ministro do culto católico que tenha por motivo o casamento do mesmo”; os padres casados podiam retomar ou continuar suas funções. A adoção do calendário revolucionário e a instituição do *décadi*, a 5 de outubro de 1793, em seguida a descristianização, constituíram a etapa decisiva. Malgrado a afirmação solene da liberdade dos cultos, pelo decreto de 16 de frimário do ano II (6 de dezembro de 1793), as igrejas continuaram fechadas. Essa situação de fato foi sancionada após o 9 de termidor: por proposta de Cambon, no 2º *sans-culottide* do ano II (18 de setembro de 1794), a Convenção decretou que a República não pagava mais “as despesas nem os salários de culto algum” — o que equivalia a suprimir implicitamente a Constituição Civil e separar a Igreja do Estado.

O regime da separação da Igreja e do Estado foi estritamente regulamentado pelo decreto de 3 de ventoso do ano III (21 de fevereiro de 1795): a República não financia culto algum, a lei não reconhece ministro algum, toda manifestação pública, todo sinal exterior de culto, estão proibidos. A 11 de prairial seguinte (30 de maio de 1795), a Convenção autorizou, no entanto, o livre uso dos edificios religiosos não-alienados, mas concorrentemente para os diferentes cultos. O decreto de 7 de vendemiário do ano IV (29 de setembro de 1795) codificou todas essas medidas e impôs aos ministros do culto o juramento de “submissão e obediência às leis da República”. Contra os padres refratários, a Convenção manteve, pelo decreto de 3 de brumário do ano IV (25 de outubro de 1795), as leis de 1792 e 1793, que o Diretório confirmou ainda pelos artigos 24 e

seguintes da lei de 19 de frutidor do ano V (5 de setembro de 1797). O Diretório praticava ao mesmo tempo uma laicidade de combate, impondo o calendário republicano em todos os atos da vida pública, pelo decreto de 14 de germinal do ano VI (3 de abril de 1798), instituindo o feriado do *décadi*, a 17 de termidor (4 de agosto de 1798), regulamentando sua celebração a 13 de frutidor (30 de agosto de 1798). No fim do período, a baixa da influência e do prestígio da Igreja católica era inegável; acentuava-se pela miséria e desorganização de um clero dividido, pelo retrocesso da prática religiosa e os progressos da descrença nas classes populares. A Igreja e a Revolução, inconciliáveis no plano doutrinal, continuavam inimigas.

A necessidade de estabilização social, o vínculo da maior parte da nação à religião tradicional justificam a rapidez da restauração religiosa sob o Consulado. Mas, concebendo a religião como um meio de submissão social e a Igreja como um instrumento de governo, Bonaparte, se reconheceu o catolicismo como a religião da maioria dos franceses, lhe recusou o título de religião do Estado. Pelos Artigos orgânicos, subordinou estreitamente a Igreja ao Estado. A separação da Igreja e do Estado desapareceu por um século, mas o Estado continuou laico.

3. *Os Serviços do Estado.*

A Revolução refundiu totalmente o aparelho do Estado, introduzindo novas instituições administrativas, judiciárias e financeiras em harmonia com os princípios gerais da sociedade burguesa e do Estado liberal.

As instituições administrativas locais haviam sido recriadas pela Assembleia Constituinte segundo um plano racional, o princípio da soberania nacional lhes fora aplicado: os administradores eram eleitos. Daí, decorria a descentralização, o poder central não podendo agir autoritariamente sobre autoridades locais emanadas da soberania popular. Daí, também, um enfraquecimento do aparelho administrativo, as autoridades locais sendo originárias de eleição. A frequência das eleições provocava, de outro lado, a instabilidade. Segundo a Constituição de 1791, as administrações eram renováveis, na metade, de dois em dois anos para as administrações de departamento

e de distrito, e anualmente para as municipalidades. Segundo a Constituição do ano III, a renovação era anual para um quinto das administrações de departamento e para a metade das municipalidades. Nessas condições, a formação de um pessoal administrativo competente revelou-se difícil, sobretudo ao nível das municipalidades e nos campos. As administrações de departamento e de distrito foram recrutadas na burguesia, as municipalidades, em sua maioria, entre as camadas médias do artesanato, da loja e das profissões liberais. Em 1793 acentuou-se uma tendência nítida à democratização, ao nível dos distritos e mais ainda das municipalidades às quais a *sans-culotterie* tivera acesso. Nos campos, a formação das municipalidades tornou-se quase sempre difícil, à falta de pessoal habilitado; daí, as municipalidades cantonais da Constituição do ano III, formadas à razão de um agente municipal e de um adjunto por comuna, mas que tiveram pouco êxito.

A tendência à centralização jazia, embrionária, na racionalização das instituições. A crise da Revolução em 1793 acelerou a evolução. O governo revolucionário instituiu a permanência das administrações e, por via da depuração, substituiu de fato a eleição pela nomeação. O decreto de 14 de frimário do ano II (4 de dezembro de 1793) criou, junto às municipalidades e às administrações de distrito, *agentes nacionais* obrigados a prestar contas de seus atos, todos os dez dias, aos dois Comitês de governo. O aparelho burocrático foi reforçado e democratizado.

A Constituição do ano III restituiu à burguesia dos notáveis seu monopólio administrativo, pelo retorno ao sufrágio censitário. Mas tendia a reformar a armadura administrativa do Estado pela nomeação de comissários do poder executivo junto às administrações municipais e departamentais. O Diretório empreendeu, por outro lado, um esforço de reorganização administrativa em todos os terrenos, do que é testemunha, por exemplo, a obra quase sempre notável de François de Neufchâteau, no Ministério do Interior. É sobre o fundamento dessa reforma de ordem institucional que se edificou em parte a ditadura militar de Bonaparte. Mas a eleição subsistindo, a instabilidade continuava e, muitas vezes, a incompetência. Pela lei de 28 de pluvioso do ano VIII (7 de fevereiro de 1800), Bonaparte suprimiu a eleição e criou um quadro de altos funcionários de sua nomeação. Estabilizou, assim, o aparelho

administrativo fortaleceu sua competência a serviço do Estado autoritário.

As instituições judiciárias haviam sido reorganizadas pela Assembléia Constituinte segundo os mesmos princípios das instituições administrativas. Mas a eleição não provocava aqui as mesmas dificuldades. Após o decreto de 16 de agosto de 1790, os juizes eram eleitos por seis anos e reelegíveis, ninguém podendo ser eleito "se não tiver sido durante cinco anos juiz ou homem de lei exercendo publicamente a função num tribunal".

A Constituição do ano III reduziu a duração do mandato a cinco anos. Essas medidas não tendiam menos a salvaguardar a estabilidade e a competência da magistratura. Em matéria de processo criminal, a Assembléia Constituinte mostrou-se de um grande liberalismo. Nenhum organismo estava encarregado de investigar os crimes, o *parquet* tendo sido suprimido. O processo era público, salvo para os primeiros atos da instrução. A instituição do duplo júri de acusação e de julgamento constituía uma garantia para o inculpado.

A organização judiciária suportou naturalmente os contragolpes das circunstâncias, evoluiu no mesmo sentido que a estrutura do Estado. A Convenção suprimiu pela elegibilidade as condições de capacidade: bastava ter 25 anos; o processo, nessas condições, tendia à simplificação. O executivo sujeitava o poder judiciário; a separação desapareceu de fato com o governo revolucionário, que realizou a concentração e a unidade dos poderes. O sistema judiciário terrorista se caracteriza a uma vez pela criação de tribunais de exceção de processo expeditivo, e pela supressão das garantias de direito comum. Sob o Diretório, a organização judiciária não deixou de se remontar desse precedente. O Diretório recebeu da Constituição o direito de expedir mandados de prisão e detenção; jurisdições de exceção subsistiram sob a forma de comissões militares para julgar os oponentes políticos, *Chouans* ou Jacobinos.

Em matéria de codificação, enfim, a obra da Revolução continuou incabada. Destruiu o Direito Feudal e o Direito Canônico, voltou-se contra o Direito Romano, entendendo criar um Direito nacional uniforme. Em agosto de 1790, a Assembléia Constituinte decretou que seria compilado "um código geral de leis simples, claras e apropriadas à Constituição". Adotou um Código Penal a 25 de setembro de 1791, e a 28 um Código

Rural. Em agosto de 1793, durante o período mais forte da crise, a Convenção discutiu um projeto de código civil apresentado por Cambacérès em nome da Comissão de Legislação. Se as Assembléias revolucionárias não o completaram, nem por isso deixou de ser realizado um trabalho considerável, seus fundamentos levantados por leis orgânicas sobre questões essenciais: casamento e divórcio, sucessões de direito de testar, propriedade rural e hipotecas. Também nesse particular o período termidoriano e diretorial caracterizou-se por uma inegável regressão em relação à legislação montanhesa, cuja reatividade foi suprimida em matéria de sucessões.

Assim se anunciava a estabilização do direito na época consular, que traduziu a estabilização da sociedade, enquanto o retorno à nomeação dos juízes e a restauração progressiva do *parquet* fortaleciam os poderes do Estado.

As instituições financeiras criadas pela Assembléia Constituinte eram caracterizadas em particular pela igualdade fiscal e o estabelecimento de três grandes contribuições diretas (predial, mobiliária e patente). Os poderes do Estado na matéria estavam enfraquecidos pela supressão do imposto indireto que o privava de receitas importantes e regulares, pelo desaparecimento de qualquer administração financeira, o lançamento e a cobrança estando entregues às municipalidades. Aqui ainda a evolução levou ao reforço da autoridade do Estado um momento enfraquecida.

O sistema fiscal da Assembléia Constituinte foi reformado pela Convenção que, a 12 de março de 1793, suprimiu a patente e decidiu que os lucros da indústria e do comércio seriam levados em conta na contribuição mobiliária. Os recursos procurados pelo imposto decresceram em 1793 devido à guerra civil; por isso, a Convenção montanhesa teve de recorrer às taxas revolucionárias e ao empréstimo forçado: decretado a 20 de maio de 1793, foi organizado a 3 de setembro; fixado em um bilhão, incidia, segundo uma tarifa progressiva, sobre os cidadãos cujo lucro fosse superior a 1.500 francos (1.000 francos para os solteiros). Os Termidorianos retornaram ao sistema dos Constituintes, restabelecendo a patente, a 6 de frutidor do ano IV (23 de agosto de 1796). Para lutar contra a depreciação, a lei de 2 de termidor do ano III (20 de julho de 1795) instituiu o pagamento da contribuição predial, metade em *assignats* valor nominal, metade em cereais (valor de 1790). No ano VII, todo

o sistema fiscal foi refundido pelos Conselhos diretoriais: a contribuição predial pela lei de 3 de frimário (23 de novembro de 1798), que restabeleceu o pagamento obrigatório em dinheiro; a contribuição mobiliária, pela lei de 3 de nivoso (23 de dezembro de 1798), que elevou a tarifa em proporções fortes; a patente, pela lei de 1º de brumário (22 de outubro de 1798), que modificou as bases do lançamento; uma quarta contribuição direta foi criada pela lei de 4 de frimário (24 de novembro de 1798), a das portas e janelas. Ao mesmo tempo eram reorganizados os direitos de registro (lei de 22 de frimário — 12 de dezembro de 1798) e de selo (lei de 13 de brumário — 3 de novembro de 1798). Legislação fundamental que, em suas partes essenciais, continuou em vigor durante mais de um século. As receitas do Estado não baixaram menos, para satisfação dos proprietários. Mas os Conselhos se recusaram ao restabelecimento dos impostos indiretos, contentando-se com uma taxa sobre o fumo, uma taxa das estradas, dita direito de passe, e uma taxa sobre o preço dos lugares nos veículos públicos.

O sistema de percepção estabelecido pela Constituinte era em grande parte responsável pela má entrada do imposto, qualquer recurso ao constrangimento sendo impossível às autoridades municipais disso encarregadas. A lei de 22 de brumário do ano VI (12 de novembro de 1797) determinou a criação de uma Agência das Contribuições Diretas em cada departamento, formada de comissários que ajudariam as administrações municipais em todos “os trabalhos relativos ao lançamento, à percepção e ao contencioso das contribuições diretas”. Não se tratava ainda de uma administração especializada, mas de um simples controle.

O fortalecimento dos poderes financeiros do Estado fizera, por conseguinte, grandes progressos sob o Diretório. Bonaparte contentou-se, em muitos pontos, com a utilização dos instrumentos criados pelos seus predecessores. Mas tendo substituído o Estado liberal por um Estado autoritário, completou a obra diretorial pela criação de uma administração financeira eficaz, dependente do único poder central e, em breve, pela confecção de um cadastro, única base racional do imposto predial. Tranquilizando definitivamente os proprietários, ele pôde restaurar o crédito do Estado. O restabelecimento dos impostos indiretos, inclusive o do sal, marcou no Império o fim da evolução e salientou o poder do Estado autoritário.

3

UNIDADE NACIONAL E IGUALDADE DE DIREITOS

A REVOLUÇÃO FRANCESA pôs todo o sopro épico em certas palavras. Nação é uma delas. Quando, em Valmy, o canhoneio inimigo ameaçava desbaratar as linhas francesas, Kellermann lançou diante dos prussianos atônitos: Viva a Nação! A palavra de ordem repercutiu de fileira em fileira, entre os voluntários; o inimigo hesitou. “A partir de hoje e deste lugar — segundo Goethe — data uma era nova na história do mundo.”

Desde 1789, a palavra nação carregara-se de um significado novo, definido nos impulsos apaixonados do coração, nos movimentos coletivos espontâneos que animavam os sentimentos de fé e de esperança. A nação era o organismo inteiro, a massa de cidadãos fundidos em um só bloco. Já não havia ordens, já não havia classes; tudo o que fosse francês compunha a nação. A palavra-chave ressoara no mais íntimo da alma coletiva, libertara forças latentes, elevara os homens acima de si mesmos. Rapidamente, porém, sob a máscara da palavra, a realidade da ordem nova se afirmou. Nação: uma dessas “palavras-ilusões” de que fala Ferdinand Brunot em sua *Histoire de la langue française*. O conteúdo social da realidade nacional evoluiu ao ritmo da Revolução. Se a unidade nacional fez no

curso do período progressos incontestáveis, a desigualdade dos direitos introduziu, contudo, uma contradição fundamental na nação nova; concebida sobre a base da propriedade e nos quadros estreitos do sistema censitário, ela excluía, na realidade, as massas populares.

1. Os Progressos da Unificação.

A nação francesa deu um passo decisivo no caminho da unidade, durante a Revolução. As instituições novas formaram o quadro de um Estado administrativa e economicamente unificado; a consciência nacional reforçou-se igualmente nas lutas revolucionárias contra a aristocracia e a coalizão.

A racionalização das instituições pela Assembléia Constituinte, o retorno à centralização pelo Governo revolucionário, o esforço administrativo do Diretório completaram a obra da monarquia do antigo regime, pela destruição das autonomias e dos particularismos, pela organização da armadura institucional de um Estado unificado. Ao mesmo tempo, pela igualdade civil, pelo movimento das federações em 1790, pelo desenvolvimento da rede de sociedades filiadas aos Jacobinos, pelo antifederalismo e os congressos ou *reuniões centrais* de sociedades populares em 1793, era despertada e forjada a consciência de uma nação *una e indivisível*.

Laços econômicos novos fortaleciam a unidade nacional. Destruída a divisão feudal, abolidos os pedágios e as alfândegas internas, o "recolhimento das barreiras" até à fronteira política tendia a unificar o mercado nacional, defendido, ademais, da concorrência estrangeira por uma tarifa protecionista. A livre circulação interna despertou e consolidou a solidariedade econômica das diversas regiões, na medida, porém, em que o permitiam o desenvolvimento dos meios de comunicação. A unificação econômica exigia um sistema uniforme de pesos e medidas. Em maio de 1790, a Assembléia Constituinte criou a Comissão dos Pesos e Medidas. A 26 de março de 1791, adotava as bases do novo sistema, que seria fundado "sobre a medida do meridiano da Terra e a divisão decimal". Delambre e Méchain mediram em 1792 a extensão do meridiano entre Dunquerque e Barcelona; Haüy e Lavoisier determinaram os pesos de um volume de água destilada a 0° e pesada no vácuo. A 11 de julho de 1792, a Comissão fixava a nomenclatura de pesos e medidas, a partir de duas unidades fundamentais: o

metro e o grama. Os decretos decisivos chegaram a 1º de agosto de 1793 e a 18 de germinal do ano III (7 de abril de 1795). O artigo 5 desse último decreto definia o *metro*:

“a medida de comprimento igual à décima-milionésima parte do arco do meridiano terrestre compreendido entre o pólo boreal e o equador”,

e o *grama*:

“o peso absoluto de um volume de água pura igual ao cubo da centésima parte do metro e à temperatura do gelo fundente.”

Restava pôr o *sistema métrico* em uso; de adiamento em adiamento, a Revolução não o conseguiu. O governo consular prescreveu-lhe a aplicação a partir de 1º de vendemiário do ano X (23 de setembro de 1801). Mas as novas unidades de medida substituíram lentamente, na prática, as medidas do antigo regime.

*

*

*

O exército nacional constituiu um poderoso meio de unificação na medida em que fortaleceu a consciência nacional. A Assembléia Constituinte mostrara-se tímida a esse respeito: contentou-se com abolir a milícia e, a 28 de fevereiro de 1790, a venalidade das graduações, doravante acessíveis a todos; o decreto de 9 de março de 1791, sobre a organização do exército de linha, manteve o recrutamento mediante alistamentos voluntários. Mas a Constituinte legalizava, ao mesmo tempo, uma criação revolucionária, a *guarda nacional*, reservando-a, é bem verdade, unicamente aos cidadãos ativos: a lei de 6 de dezembro de 1790 determinou os princípios gerais que havia retomado e precisou a lei de 19 de setembro de 1791. A decomposição do exército de linha, a ameaça de guerra quando da fuga do rei, determinaram a Assembléia Constituinte a levantar, na guarda nacional, 100.000 voluntários organizados em batalhões (21 de junho de 1791). A esses voluntários de 1791 juntaram-se os recrutamentos ordenados pela Assembléia Legislativa. A queda do trono, o perigo nacional e a entrada da *sans-culotterie* no cenário político deram o impulso decisivo à formação de um exército unitário. Desde julho de 1792, os cidadãos passivos

entravam nos batalhões da guarda, que se tornou, assim, verdadeiramente nacional. A 24 de fevereiro de 1793, a Convenção ordenou um recrutamento de 300.000 homens; mas desde o dia 21, decretara a *amalgama* dos regimentos do antigo exército de linha e dos batalhões de voluntários.

Na realidade, a unificação se processou lentamente; o arrolamento de soldados por brigadas só foi regulado por um decreto de 19 de nivoso do ano II (8 de janeiro de 1794). De outro lado, malgrado o recrutamento em massa ordenado a 23 de agosto de 1793, nem todos os franceses foram chamados a servir no exército; apesar do caráter geral da requisição, foram convocados apenas os solteiros ou os viúvos sem filhos, de 18 a 25 anos. E o que é mais: no ano seguinte, a Convenção termidoriana não procedeu a nenhuma convocação. O serviço obrigatório continuou, portanto, excepcional. A Lei Jourdan a respeito da conscrição, votada a 19 de frutidor do ano VI (5 de setembro de 1798), tornou-a permanente:

“Todo francês é soldado” (artigo 1);

“A conscrição militar compreende todos os franceses a partir da idade de 20 anos incompletos e até à de 25 anos completos” (artigo 15).

Mas o Corpo Legislativo fixou, por uma lei particular, o contingente convocado: todos os conscritos não serviam mais. Sobretudo, a lei de 28 de germinal do ano VII (17 de abril de 1799) introduziu o princípio da substituição; suprimida a 14 de messidor seguinte (2 de julho de 1799), foi restabelecida por Bonaparte, para gáudio dos notáveis. Malgrado essas restrições, pela *amalgama*, pelo recrutamento em massa anual, a que revertia, na verdade, a conscrição, se todas as classes eram convocadas, como aconteceu no ano VII e sob o Império, o exército foi verdadeiramente unificado e nacionalizado. Sem dúvida, após o Termidor, a reação transformou lentamente o espírito cívico do exército — mas o princípio continuou o mesmo, isto é, o da nação armada. O escalonamento rápido é recompensa da coragem e permanece o símbolo popular da igualdade. Nesses aspectos, o incomparável instrumento de guerra herdado por Bonaparte continuou a ser um dos fatores essenciais da unidade nacional.

Os progressos da língua francesa desenvolviam-se no mesmo sentido. A maioria dos franceses não falavam em 1789 senão dialetos ou patuás — o que os punha à margem, em larga medida, das grandes correntes da vida intelectual ou política. Ciosa da autonomia local, a Assembléia Constituinte salvaguardou o particularismo lingüístico: a 14 de janeiro de 1790, ordenou a tradução de seus decretos em todos os dialetos empregados no país. A Convenção, tendo nacionalizado a guerra, empenhou-se, por conseguinte, em fazer do francês uma língua nacional; a uniformidade do idioma devia contribuir para soldar a unidade da nação. Nos clubes e nas sociedades populares desenvolveu-se grande esforço nesse sentido; exprimir-se em francês era dar prova de patriotismo. Os dialetos tornaram-se, sob o Terror, os cúmplices da contra-revolução e da coalizão; na Alsácia, por exemplo, falava-se em *terror lingüístico*, de que Saint-Just, em particular, foi o artífice, durante sua célebre missão. A 8 de pluvioso do ano II (27 de janeiro de 1794), em nome do Comitê de Salvação Pública, Barère denunciou “os idiomas antigos”:

“O federalismo e a superstição falam o baixo-bretão; a emigração e o ódio à República falam alemão... A monarquia tinha razões para manter a torre de Babel — mas, na democracia, deixar os cidadãos ignorantes da língua nacional, incapazes de controlar o poder, é trair a pátria... O francês, que teve a honra de servir à Declaração dos Direitos do Homem, deve tornar-se o idioma de todos os franceses. Devemos aos cidadãos o instrumento do pensamento público, o agente mais seguro da Revolução — a mesma língua.”

Em consequência, a Convenção tornou obrigatório o francês em todos os atos públicos e notariados, e decretou a nomeação, em dez dias, de um professor nos departamentos cujos habitantes falavam bretão, basco, italiano e alemão. Após o Termidor, voltou-se à tolerância e, logo, à tradução dos atos públicos nos dialetos locais. A mesma reação processou-se no ensino da língua: enquanto a lei de 27 de brumário do ano III (17 de novembro de 1794), sobre as escolas primárias, previa o ensino de “elementos da língua francesa”, a de 3 de brumário do ano IV (24 de outubro de 1795) não previa nem o ensino do francês nem sequer o ensino em francês. A língua nacional, destronando o latim, só exerceu domínio nas escolas

centrais e no ensino superior. A unidade nacional tingia-se, nesse domínio, de uma certa discriminação social.

*
* *

A formação cívica devia, em última análise, apressar a tomada de consciência nacional. Daí a atenção que as Assembléias revolucionárias deram à educação. Tratava-se de formar os cidadãos. Sob a Constituinte, os curas liam, do altar, os decretos e as proclamações da Assembléia. Nos projetos de instrução pública, a leitura e o comentário da Declaração dos Direitos e da Constituição são sempre prescritos. A lei de 29 de frimário do ano II (19 de novembro de 1793) determina que os primeiros dos livros elementares são "os direitos do homem, a Constituição, o quadro das ações heróicas ou virtuosas". As leis termidorianas sobre as escolas primárias prevêm o mesmo ensino (tratando-se naturalmente da Declaração e da Constituição do ano III) e o dos "elementos da moral republicana".

As grandes festas nacionais respondiam a essa meta. Se a primeira em data foi a da Federação de 14 de Julho de 1790, a de 11 de julho de 1791, em honra ao traslado das cinzas de Voltaire ao Panteão, constituiu verdadeiramente a primeira festa filosófica, concebida por David à maneira de uma pompa fúnebre antiga. Desde então, para cada grande acontecimento, elas desenrolam seus faustos, aos quais o pintor David, o poeta Marie-Joseph Chénier, os músicos Gossec ou Méhul prestaram quase sempre o prestígio de sua arte: festa da Liberdade, a 15 de abril de 1792, festa da Unidade e da Indivisibilidade da República, a 10 de agosto de 1793, festa do Ser Supremo, a 20 de prairial do ano II (8 de junho de 1794). O decreto de 18 de floreal do ano II (7 de maio de 1794), que instituiu o culto do Ser Supremo, estabelecia festas semanais e grandes festas nacionais para celebrar, seja os acontecimentos gloriosos da Revolução, seja "as virtudes mais caras e mais úteis ao homem". O decreto de 3 de brumário do ano III (24 de outubro de 1795), a respeito da organização da instrução pública, previa sete grandes festas nacionais. A Constituição do ano III adotou, em princípio, que o alvo das festas nacionais era "manter a fraternidade entre os cidadãos e uni-los à Constituição, à pátria e às leis". Sob o Diretório foram particularmente brilhantes as festas em honra à paz de

Campofórmio, de Hoche, de Jean-Jacques Rousseau; a 27 de julho de 1798, a Liberdade e as Artes foram festejadas em um cortejo grandioso.

A evolução das grandes festas cívicas sublinha, porém, o quanto os progressos da mentalidade nacional continuaram socialmente restritos.

Seu apogeu situa-se no ano II. Elas encerram, então, todo o seu sentido nacional. O povo não as assiste apenas: participa, é elemento essencial da festa que exalta seu papel na nação. David, criador dessa arte nova, foi buscar recursos nas artes plásticas, pintura e escultura; a música tem papel primordial pela presença de grandes massas corais ou instrumentais; a arte do guarda-roupa, a da decoração, aparecem; a organização do cortejo, enfim, utiliza todos esses recursos. A festa nacional leva, assim, ao mais alto ponto, o entusiasmo de um povo comungando da mesma fé patriótica e dos mesmos sentimentos de devotamento à República.

Com a reação, as grandes festas perderam o conteúdo político e social: o povo, antes ator, foi reduzido pouco a pouco ao papel de figurante, depois de espectador — e as manifestações perderam o caráter verdadeiramente nacional. As paradas militares e os divertimentos *oficiais* substituíram as festas *nacionais*. Com o povo excluído da vida política, a unidade nada mais era do que um simulacro a mascarar a desigualdade de direitos.

2. *Igualdade de Direitos e Realidades Sociais.*

A igualdade de direitos proclamada pelo artigo primeiro da Declaração de 1789 constituía, teoricamente, um poderoso fator de unidade nacional e ao mesmo tempo o princípio da soberania nacional afirmada pelo artigo 3. A proclamação teórica de igualdade, a supressão de privilégios de indivíduos e de *corpos* sobre que se fundava a hierarquia social do antigo regime, a concepção individualista das analogias sociais que presidiu a obra da Assembléia Constituinte, podiam formar os fundamentos de uma sociedade igualitária e de uma nação unificada. Mas, ao introduzir no seio dos direitos naturais o da propriedade, e fazendo da liberdade econômica o princípio mesmo da nova organização social, a burguesia constituinte colocava no coração da sociedade nova uma contradição que não podia ultrapassar. Igualmente eram contraditórios em sua obra política

o princípio da soberania nacional e a organização censitária do sufrágio. Sem dúvida o princípio da igualdade de direitos só foi levado adiante pela burguesia em 1789, para derrubar o privilégio aristocrático; no que toca ao povo, não se tratava senão de igualdade teórica quanto à lei. De democracia social ele nada tinha; quanto à democracia política, fora rejeitada. A nação ficou estreitamente circunscrita aos limites da burguesia censitária.

As massas populares tinham, porém, da igualdade de direitos uma concepção mais concreta, e tomaram à letra o que, para a burguesia, não passava de afirmação teórica: tratava-se de dar um conteúdo real à *grande esperança* de 1789. Da igualdade de direitos, os militantes populares deduziram o direito à existência: seu reconhecimento e sua organização permitiram às categorias populares integrar-se em parte igual na nação. A questão do abastecimento constituiu um poderoso fator de tomada de consciência: a liberdade da economia e do lucro, consequência do direito total de propriedade, apareceu em contradição com o princípio da igualdade de direitos, bem como com a constituição de uma nação unificada. As circunstâncias levantaram esse problema ao primeiro plano e obrigaram a burguesia a concessões.

A revolução de 10 de agosto de 1792, pelo sufrágio universal e pelo armamento dos cidadãos passivos, integrou o povo na nação e marcou o advento da democracia política. Ao mesmo tempo, as necessidades de luta contra a coalizão e a contra-revolução acentuavam o caráter social da nova realidade nacional. A Declaração dos Direitos de 24 de junho de 1793, se retoma a definição burguesa do direito de propriedade (artigo 16), afirma, porém, em seu artigo 1º:

“A meta da sociedade é a felicidade comum. O governo é instituído para garantir ao homem o gozo de seus direitos naturais e imprescritíveis.”

Os direitos à assistência e à instrução eram reconhecidos (artigos 21 e 22). Ao curso das lutas políticas e sociais do verão de 1793, os dirigentes do movimento popular foram mais longe: subordinando o direito de propriedade ao direito à existência, ergueram o fundamento teórico de uma nação unitária estendida às classes populares. Do direito à existência tiraram logo a *igualdade de satisfações*.

“Não basta que a República francesa seja fundada na igualdade — declarou à Convenção, a 20 de agosto de 1793, Félix Lepeletier, em nome dos comissários das assembleias primárias; — é preciso ainda que as leis, que os costumes, tendam, por um feliz acordo, a fazer desaparecer a desigualdade das satisfações.”

Daí as reivindicações populares tão tenazes no ano II, pela limitação do direito de propriedade, pela organização dos direitos de trabalho, pela assistência e instrução.

A tentativa de democracia social que caracterizou a República igualitária do ano II não era viável. Sobre o fundamento da propriedade privada, cujo princípio jamais foi debatido, o sistema da economia dirigida, caracterizado em particular pela limitação do lucro, tentava conciliar os interesses dos proprietários e dos não-proprietários, dos produtores e dos consumidores, dos empregadores e dos assalariados. A oposição não se afirmava somente entre partidários da liberdade econômica e partidários da regulamentação. No próprio seio da *sans-culotterie*, o princípio da propriedade privada, defendido pelos artífices e pelos lojistas, e a que os operários aspiravam, entrava em contradição não só com a regulamentação e a taxação que eles reivindicavam, mas ainda com sua concepção de uma propriedade limitada, fundada no trabalho pessoal. Essas múltiplas contradições provocaram a ruína inelutável do sistema social do ano II e do governo revolucionário. Rejeitada a democracia política e social, a nação, por um momento estendida às massas populares, restringiu-se novamente aos proprietários, no quadro estreito de uma república burguesa censitária.

A contradição entre a igualdade de direitos e a liberdade econômica, que tornava ilusória qualquer tentativa de democracia social e aquela *igualdade de satisfações* inutilmente reclamada pelos *sans-culottes*, foi levantada pelos teóricos da Conspiração dos Iguais, Babeuf e Buonarroti. Assentando sua crítica na apropriação privada dos meios de produção, eles alargaram o passo: o *Manifesto dos Plebeus* de 9 de frimário do ano IV (30 de novembro de 1795) repudia a lei agrária que não pode durar muito, suprime a herança e estipula expressamente a abolição da propriedade agrícola. A *comunidade dos bens e do trabalho* possibilita atingir-se a igualdade de satisfações e constitui a condição mesma da igualdade real de direitos e

de uma unidade nacional que não seja apenas formal. Direção de pensamento fecundo que devia orientar a reflexão dos teóricos socialistas.

A burguesia termidoriana rejeitara, porém, com pavor, não somente a idéia de democracia social, mas ainda qualquer sintoma de igualdade política. A Constituição do ano III retornou ao sistema censitário; a Declaração dos Direitos deu-se pressa em determinar que "a igualdade consiste em que a lei é a mesma para todos, seja a quem protege, seja a quem pune" (artigo 3); não se trata senão de igualdade civil. Assim era renegada a tradição de 89 e acentuava-se o quadro de uma nação de *notáveis*, isto é, de proprietários pelo menos abastados. O perigo nacional trouxe à terra, em junho-julho de 1799, o frágil equilíbrio da nação burguesa. Mas não havia dúvida de que a preponderância social e política da burguesia fora posta em equilíbrio pelas massas populares. A reação acentuou-se depressa, sendo este o sentido do 18 de brumário: a nação conservava os limites que os *notáveis* lhe haviam assinado no ano III, a igualdade continuava formal e a unidade restringia-se essencialmente ao quadro institucional, não ao conteúdo social da nação.

3. Os Direitos Sociais: Assistência e Ensino.

A igualdade de direitos, tal como a concebia a *sans-culotterie*, devia tender à supressão da desigualdade de condições de vida. O direito à assistência não constitui senão um aspecto dessa reivindicação geral. Trata-se de assegurar a cada cidadão sua subsistência. Entretanto, pela reivindicação do direito à instrução, os *sans-culottes* tinham a ambição, ao igualar-se aos *homens de talento*, de dominar seu destino. Dupla esperança decepcionada pela revolução burguesa.

A assistência foi laicizada e reconhecida como um serviço público pela Assembleia Constituinte, em seguida à confiscação dos bens do clero, que dela se encarregava sob o Antigo Regime. Em 1790, a Assembleia instituiu uma Comissão de Mendicância que determinou a doutrina: a sociedade tem um dever de assistência para com seus membros na miséria, e o Estado, a responsabilidade e o encargo da tarefa. O título primeiro da Constituição de 1791 (Disposições Fundamentais Garantidas pela Constituição) previa a criação de "um estabelecimento

geral de assistência pública, para educar as crianças abandonadas, ajudar os enfermos pobres e fornecer trabalho aos pobres válidos que não possam encontrá-lo”.

Na realidade, a Assembléia Constituinte mostrou-se incapaz, nesse terreno, de uma reforma total; deixou as coisas como estavam, e excetuou da venda dos bens nacionais os bens das fundações hospitalares. Como seus recursos diminuíssem, porém, com a supressão dos dízimos e dos direitos feudais, a Assembléia esforçou-se para compensá-los com subvenções governamentais. As duas únicas medidas orgânicas, que tomou, foram os decretos de 30 de maio e 31 de agosto de 1790, relativos ao estabelecimento de órgãos de caridade. A Assembléia Legislativa, cuja Comissão de Assistência Pública substituiu a Comissão de Mendicância, agravou consideravelmente a situação ao suprimir, a 19 de agosto de 1792, as congregações religiosas votadas à assistência. Na prática, o antigo sistema hospitalar estava destruído, mas nada se fizera para substituí-lo.

A Convenção deu um impulso novo à legislação sobre a assistência, sem poder, no entanto, aplicá-la. A 19 de março de 1793, o decreto sobre as bases da organização geral da assistência afirmava:

“1º — que todo homem tem direito à subsistência pelo trabalho, se é válido, pela assistência gratuita, se não está em condições de trabalhar;

2º — que o cuidado de prover a assistência do pobre é uma dívida nacional.”

A Declaração dos Direitos de 24 de junho de 1793 retomou os mesmos princípios em seu artigo 21: “Os socorros públicos constituem uma dívida sagrada. A sociedade deve a subsistência aos cidadãos infelizes, seja proporcionando-lhes trabalho, seja assegurando-lhes os meios de vida aos que não estão em condições de trabalhar.” A lei de 28 de junho-8 de julho de 1793 concedeu assistência às crianças pobres ou abandonadas, aos velhos e indigentes. A lei de 15 de outubro de 1793 previa, “para a extinção da mendicância”, “trabalhos de assistência”, mas também “casas de repressão” para os vagabundos — o que equivalia a retomar-se os processos caritativos do Antigo Regime, “reclusão dos pobres” e órgãos de caridade. As dificuldades financeiras freavam, porém, consideravelmente o esforço do governo e das municipalidades. Daí, durante todo o inverno

do ano II, incessantes reivindicações das organizações populares. O decreto de 22 de floreal do ano II (11 de maio de 1794), instituindo um *Livro da Beneficência Nacional*, esboçou finalmente o sistema de segurança social reivindicado confusamente pelos *sans-culottes*, mas limitando-o aos campos: devia ser prestada ajuda, em cada departamento, a um número limitado de camponeses e artífices enfermos ou velhos de mais de 60 anos, a mães e viúvas cheias de filhos. Após a supressão dos ministérios, uma Comissão de Assistência foi organizada, verdadeiro Ministério da Assistência, encarregado de assegurar a distribuição de auxílios militares tanto quanto de auxílios hospitalares. A lei de 23 de messidor do ano II (10 de julho de 1794) declarou nacionais "o ativo e o passivo dos hospitais e outros estabelecimentos de beneficência", o que significava a nacionalização da assistência. Sobreveio o Termidor. Dessa legislação montanhesa, nada restou senão uma grande esperança popular decepcionada.

A burguesia termidoriana e diretorial, mais realista ou mais egoísta, protegeu-se das declarações teóricas da Assembléia Constituinte e dos vastos planos da Convenção, limitando-se a medidas de ordem prática. Os Termidorianos restituíram os bens ainda não vendidos dos hospitais e dos hospícios. O Diretório, julgando impossível a nacionalização da assistência, municipalizou-a. A lei de 16 de vendemiário do ano V (7 de outubro de 1796) confiou às municipalidades a administração imediata dos hospitais e hospícios; sua gestão financeira foi assegurada por uma *comissão administrativa* nomeada e controlada pela municipalidade, e habilitada a recuperar o patrimônio hospitalar confiscado. Malgrado o trabalho considerável dessas comissões administrativas, a situação financeira dos estabelecimentos hospitalares continuou quase sempre desastrosa. A lei de 7 de frimário do ano V (27 de novembro de 1796), criando *departamentos de beneficência*, confiava ainda às municipalidades a organização dos auxílios aos indigentes, cujo financiamento era assegurado pelo direito dos pobres (dois *sous* por franco) sobre os espetáculos; quanto aos mendigos, seriam recolhidos. Enfim, pelas leis de 27 de frimário e 30 de ventoso do ano V (17 de dezembro de 1796 e 20 de março de 1797), as crianças abandonadas eram confiadas aos hospitais e hospícios, às custas do Estado, para ser alimentadas por amas nos campos, sob a fiscalização das comissões administrativas.

A assistência originava-se, portanto, da Revolução, laicizada. Em relação às ambições da Assembléia Constituinte e às grandes leis da Convenção montanhesa, a obra do Diretório constituiu, nesse terreno de princípios, uma nítida regressão. Sem dúvida, testemunha um real cuidado de ordenamento e adaptação prática às possibilidades financeiras; nesses limites, foi eficaz e durável. Mas, escapando a uma concepção tradicional da caridade e se inserindo na reorganização diretorial das instituições, essa legislação burguesa esteve longe de atender aos desejos das massas populares; remediar a *desigualdade das satisfações*, o que lhes permitiria integrar-se socialmente na nação.

*

* *

O ensino foi objeto de preocupação constante da parte das Assembléias revolucionárias; sua organização não trouxe menos decepções às massas populares.

A Constituinte anunciou em boa hora sua intenção de dotar o país de um novo sistema de ensino, e inscreveu entre “as disposições fundamentais garantidas pela Constituição”, o princípio de “uma *instrução pública* comum a todos os cidadãos, gratuita no que se refere à parte do ensino indispensável para todos os homens”. Na realidade, contentou-se em assegurar a sobrevivência dos estabelecimentos de ensino que existiam, adian-do, a 28 de outubro de 1790, a venda dos bens que lhes pertencia, e subvencionando os colégios. A 10 de setembro de 1791, somente, ouviu, sem debater, o relatório de Talleyrand. Mais preocupada em realizar, a Assembléia Legislativa criou uma Comissão de Instrução Pública, cuja obra essencial foi a elaboração do projeto sobre a *organização geral da instrução pública*, lido por Condorcet, da tribuna da Assembléia, a 20 e 21 de abril de 1792. Esse plano, o mais importante dos que foram submetidos às assembléias revolucionárias, leva a marca do século, pela largueza de vistas e pelo seu otimismo. Trata-se de desenvolver pelo ensino todas as faculdades e todos os talentos, “e, em decorrência, estabelecer entre os cidadãos uma igualdade de fato” que compensaria a desigualdade censitária; assim, a Revolução contribuiria

“ao aperfeiçoamento geral e gradual da espécie humana, meta suprema para a qual toda instituição social deve ser dirigida.”

A Assembléia Legislativa não teve tempo de iniciar a discussão do projeto de Condorcet. A Convenção montanhesa inscreveu a instrução entre os direitos do homem:

“A instrução é necessidade comum — segundo o artigo 22 da Declaração de 24 de junho de 1793. — A sociedade deve favorecer, no que lhe for possível, os progressos da razão pública e pôr a instrução ao alcance de todos os cidadãos.”

A 13 de julho de 1793, Robespierre leu na Convenção o *Plano de Educação Nacional*, de Lepeletier de Saint-Fargeau, fortemente inspirado em Rousseau, e que instituiu o monopólio do Estado. Os militantes populares reclamavam, porém, em particular nos requerimentos pela aceitação da Constituição, em julho de 1793, um sistema de ensino que desse às crianças ao mesmo tempo uma educação cívica e uma instrução técnica. Não se fez esperar o decreto de 29 de frimário do ano II (19 de dezembro de 1793), sobre as *primeiras escolas*; o decreto estabelecia um sistema de ensino gratuito e obrigatório, livre, mas controlado pelo Estado, descentralizado e adaptando-se bem à mentalidade popular. Faltava aplicá-lo: todo entregue à guerra, o governo revolucionário negligenciou a tarefa. A decepção dos *sans-culottes* foi ainda maior porque haviam depositado esperanças maiores na instrução, nela vendo um meio de consolidar o regime e realizar a igualdade dos direitos.

A burguesia termidoriana manteve, a princípio, a obra montanhesa; mas, pouco a pouco, dirigiu sua política no sentido dos interesses de classe, abandonando a gratuidade e a obrigação. A 10 de vendemiário do ano III (1º de outubro de 1794), a Convenção decretou a abertura da Escola Normal para formar, em quatro meses, 1.300 jovens, designados pelos distritos segundo seu civismo, e que, por sua vez, formariam professores. O decreto de 27 de brumário do ano III (17 de novembro de 1794) instituiu as *escolas primárias* (mas sem manter a obrigação escolar) à razão de uma escola por mil habitantes; o ensino era fundamentado na moral republicana, independente de qualquer religião revelada; os professores escolhidos por um júri designado pela administração de distrito eram pagos pelo Estado; entretanto, reconhecia-se a todos os

cidadãos o direito “de abrir escolas particulares e livres, sob a fiscalização das autoridades constituídas”.

O ensino secundário preocupava cada vez mais a burguesia termidoriana. Tratava-se de formar os quadros da sociedade e do Estado novos. Por proposição de Lakanal, o decreto de 7 de ventoso do ano III (25 de fevereiro de 1795) instituiu “para o ensino das ciências, das letras e das artes”, uma *escola central* por departamento. Os alunos seguiriam ali três ciclos de estudos: de doze a quatorze anos, Línguas Antigas e Vivas, História Natural, Desenho; de quatorze a dezesseis anos, Matemática, Física e Química; de dezesseis a dezoito anos, Gramática Geral, Belas-Letras, História e Legislação. Segundo a prioridade concedida às Ciências, bem como à Língua e à Literatura Francesas, o ensino estava modernizado; de uma maneira original, a pesquisa e a vulgarização eram associadas ao ensino. Os professores escolhidos por um júri de instrução eram nomeados pelos administradores de departamento. Se os programas e os métodos das escolas centrais correspondiam ao movimento ideológico do Século das Luzes, a reação conservadora se manifestou pela falta de gratuidade, temperada, porém, pela concessão de bolsas aos “alunos da pátria”.

O ensino superior mereceu mais ainda a atenção dos Termidorianos. As antigas Universidades haviam sido suprimidas, bem como as Academias. Já a 14 de junho de 1793, os Montanheses, transformando o Jardim do rei, haviam organizado o Museu, visando ao “ensino público da História Natural em toda a sua amplitude e aplicada particularmente ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e das artes”. A 7 de vendemiário do ano III (28 de setembro de 1794), a Convenção criou a Escola Central dos Trabalhos Públicos, que se tornou na Escola Politécnica, um ano mais tarde. A 19 de vendemiário (10 de outubro de 1794), segundo proposição de Grégoire, o Conservatório das Artes e Ofícios foi consagrado à ciência aplicada; depósito de máquinas e modelos, era também uma instituição de ensino para “o emprego de máquinas e utensílios úteis às artes e aos ofícios”. O decreto de 14 de frimário do ano III (4 de dezembro de 1794) criou três *escolas de saúde*, em Paris, Montpellier e Estrasburgo. Acrescentem-se a Escola de Línguas Orientais e o Departamento de Longitudes, fundados, respectivamente, a 10 de germinal (30 de março) e 7 de messidor do ano III (25 de junho de 1795). Para coroar o edifício, a Convenção organizou a 3 de brumário do ano IV (25 de outubro

de 1795), o Instituto Nacional das Ciências e das Artes. Dividido em três classes (Ciências Físicas e Matemáticas, Ciências Morais e Políticas, Literatura e Belas-Artes), era destinado "a aperfeiçoar as ciências e as artes mediante pesquisas interruptedas, publicação de descobertas e correspondência com as sociedades de sábios estrangeiras". O Instituto devia demonstrar e ilustrar a unidade e a solidariedade das ciências. "Não se pode calcular — declarara o relator da lei, Daunou — os felizes resultados de um sistema que tem a considerar as ciências e as artes numa perpétua inter-relação, e submetê-las a uma reação habitualmente recíproca de progresso e de utilidade."

A grande lei de 3 de brumário do ano IV (25 de outubro de 1795), sobre a organização da instrução pública, integrou essas diversas criações num grande conjunto: escolas primárias, escolas centrais, escolas especiais, Instituto Nacional. Mas a reação se acentuava: após a obrigação da escolaridade, a gratuitidade desapareceu; o Estado contenta-se em fornecer domicílio ao professor, que recebe uma retribuição de seus alunos. O Diretório herdou essa legislação e esforçou-se para desenvolver as escolas centrais, que conheceram real sucesso de 1796 a 1802, data em que foram suprimidas por Bonaparte, em plena florescência. Embora faltasse dinheiro para criar escolas primárias por toda parte e formar os mestres necessários, o ensino privado confessional desenvolveu-se, sob a inspeção das municipalidades, porém; segundo o decreto do Diretório, de 17 de pluvioso do ano VI (5 de fevereiro de 1798), "essa fiscalização torna-se mais necessária do que nunca a fim de deter os progressos dos princípios funestos que uma multidão de professores particulares se empenha em inspirar nos alunos".

No fim do período diretorial, se a obra da Revolução em matéria de ensino afigurava-se importante, continuava, porém, incompleta. O monopólio da Igreja fora suprimido. O ensino, laicizado e modernizado; socialmente, continua privilégio de uma minoria. No ventoso do ano II, a seção parisiense dos *sans-culottes* reclamara a organização urgente do ensino primário, "de maneira que cada indivíduo adquira os talentos e as virtudes necessários para gozar da plenitude de seus direitos naturais". Era apoiar a grande idéia de Condorcet: realizar pelo ensino uma *igualdade* de fato, e, dessa forma, tornar real a igualdade política reconhecida pela lei". Após dez anos de Revolução, estava-se longe de atingi-la.

4. *Adesão da Aristocracia à Nação Proprietária.*

A estrutura social da nação estava em via de estabilização na véspera do Brumário, pela integração, em seus quadros censitários, de todos os proprietários, burgueses ou antigos aristocratas. A guerra civil e o Terror haviam tido, por um momento, a suprimir da unidade nacional a importante minoria dos emigrados e dos refratários. Desde o fim do período diretorial, sua reintegração se anunciou.

A transformação da sensibilidade nas fileiras da emigração favoreceu a integração da aristocracia à nação nova. Tendo deixado a França devido à sua fidelidade aos valores tradicionais, por questão de honra ou por egoísmo de classe, tendo por longo tempo pronunciado com desprezo as palavras *nação* e *pátria*, os emigrados vieram, através dos rigores do exílio, a se reaproximar da França, a se unir a uma pátria nova que já não era “minha religião e meu rei”, e sim, “a terra e os mortos”. À medida que se prolongava o exílio, as lembranças e os pesares se cristalizavam em torno da terra natal. Despojados de suas propriedades imóveis pela confiscação, os emigrados descobriam agora o valor sentimental das mesmas. A questão da honra, o devotamento à pessoa do rei cederam lugar à nostalgia, às lembranças ternas e melancólicas que remontavam à infância. Integrados no cosmopolitismo, os emigrados descobriam a realidade sensível da pátria ausente. Esse tema novo se expandiu nas *Tristezas e nos Pesares* que se multiplicaram na emigração e que preludiaram a “saudade” de Chateaubriand: “Para pintar esse langor de alma que se experimenta fora da pátria — devia escrever, em 1802, o autor do *Génie du christianisme* — o povo diz: este homem tem o mal do país. É verdadeiramente um mal, que só se pode curar com o retorno.”

A adesão política preparava-se ao mesmo tempo com base na propriedade predial. Para o antigo constituinte Mounier, a propriedade deve ser o pivô da ordem nova. Desde 1795, observa que “a maioria dos franceses suspira agora, após o restabelecimento da ordem, pelo repouso, segurança pessoal e respeito às propriedades”. Numa carta de 4 de março de 1798, escreve: “Só vejo um meio de salvação, que é buscar apoio na propriedade”; modificada a estrutura da propriedade, Mounier se dá conta de que ela provoca uma nova estabilidade à qual é preciso integrar-se. Mallet du Pan, em *Le Mercure britannique*, de 25 de fevereiro de 1799, levantou a condição

essencial da integração: "adotar formas protetoras da liberdade individual e das propriedades".

Emigração aristocrática e burguesia proprietária se reuniam, portanto, após dez anos de revolução. Malgrado tudo o que as havia separado, concordavam agora, pelos desejos secretos do solo natal e da propriedade imóvel, em identificar a terra da França e a pátria francesa, sem preocupar-se com os que, não sendo proprietários, não podiam concretizar seu patriotismo numa noção territorial. Pela transformação da propriedade predial, a Revolução ligara mais estreitamente, com efeito, os proprietários ao solo. A abolição dos direitos feudais e dos dízimos eclesiásticos, a aquisição de bens nacionais haviam retirado dos camponeses proprietários todo o espírito revolucionário, alargado o abismo entre eles e a massa rural não-proprietária, reforçado sua solidariedade conservadora à burguesia urbana. A pátria, noção abstrata de 1789, mais rica de esperança que de realidade, torna-se para a burguesia e para os homens abastados do campo, graças à propriedade nova e fortalecida do solo, uma noção concreta, uma forma tangível: é a terra possuída em toda a plenitude. O patriotismo, esvaizado de seu conteúdo político e social de 89, se materializa na propriedade imóvel. Por um caminho todo diferente, por um retorno aos valores do instinto e do sentimento, mais fortes que seus preconceitos tradicionais, a emigração concretizava, ela também, a idéia de pátria e a identificava à terra, preparando sua integração na nação proprietária.

A obra de Bonaparte respondeu, nesse terreno, às aspirações de uns e de outros. Estabilizando a sociedade sobre a base da propriedade predial, integrou os emigrados que haviam retornado ao país na nova hierarquia social, e os adaptou, com o fortalecimento do princípio da autoridade, à nova ordem que fora a princípio erigida contra eles. Abrindo amplamente as fronteiras aos emigrados pelo *senatus consulto* de 6 de floreal do ano X (26 de abril de 1802), Bonaparte declarou desejar "cimentar a paz no interior mediante tudo quanto possa unir os franceses, tranquilizar as famílias". Nada, além da propriedade, era suscetível de tranquilizar as famílias e de unir a França burguesa tanto quanto a França aristocrática.

Assim, pela integração, na nação burguesa, da aristocracia, começou a operar-se a fusão dos elementos da nova classe dominante e foi atingida uma das metas que os homens de 89 haviam assinalado à Revolução.

4

A HERANÇA REVOLUCIONÁRIA

ESTA a significação social do 18 de brumário e que confere a essa jornada toda a sua importância. O reino dos notáveis começava: por muito tempo, não será mais contestado. Nação, pátria: noções tanto mais revolucionárias na aurora de 89 quanto pareciam fechar todas as possibilidades. Ei-las, agora, encolhidas e agravadas, reduzidas aos limites da propriedade. A estrutura do Estado se transforma, ao mesmo tempo que a da sociedade. Bonaparte, prosseguindo na obra do Diretório, aperfeiçoou as instituições, fortaleceu a autoridade do Estado. Ele não muda a natureza: os notáveis consideram o Estado constituído para fazer respeitar sua lei e manter sua ordem, uma muralha defensora de suas prerrogativas. Nesse sentido, o 18 de brumário os tranqüiliza definitivamente; a evolução já estava em curso depois do 9 de termidor e das jornadas do Prairial.

Sem dúvida, frustrando os cálculos dos Brumarianos, Bonaparte confiscou as liberdades, mesmo burguesas, e instaurou seu poder pessoal. Não há porque exagerar-se esse traço. Nesse domínio, também, a continuidade, malgrado o poder da personalidade de Bonaparte, só foi rompida na aparência: a evolução estava em germe depois que a Revolução se lançara na guerra. Robespierre o havia previsto desde janeiro de 1792. A guerra estrangeira e a guerra civil se perpetuando, e a burguesia rejeitando o apoio popular por temor da democracia social, uma

necessidade inelutável levou a República dos proprietários a fortalecer pouco a pouco, atrás de sua fachada liberal, os poderes do executivo. O Diretório empenhou-se nisso com obstinação, não hesitando nunca em violar a Constituição, utilizando métodos de uma violência hipócrita, recorrendo a uma cooptação mal disfarçada para corrigir os resultados da eleição, empreendendo ao mesmo tempo um verdadeiro esforço de reforma e de restabelecimento da ordem. Temperamento dominador, Bonaparte concentrou o poder para dar-lhe a eficácia desejada; acelerou uma evolução que não estava em seu poder o rompê-la. O esplendor legendário do Consulado não pode mascarar totalmente a importância da obra diretorial e o quanto os dois períodos são solidários.

A Revolução acabou, afirmou logo Bonaparte para se atribuir os méritos da estabilização. Findara após a primavera de 1795 e as dramáticas jornadas do Prairial. A burguesia, sob suas máscaras sucessivas, mas sempre idênticas, procurava, a partir de então, o ponto de equilíbrio. Termidoriana, diretorial ou brumariana, trata-se, para ela, de consagrar definitivamente suas conquistas sociais e políticas. Tranquilizando-as, de uma vez, contra uma restauração do Antigo Regime e contra um retorno ao sistema democrático do ano II, Bonaparte realizou os desejos dos notáveis. Reconciliando a aristocracia e a ordem burguesa, a Igreja e o Estado novo, cumpria as promessas de 89.

Dez anos de peripécias revolucionárias haviam transformado, porém, de maneira fundamental, a realidade francesa, essencialmente segundo os desejos da burguesia e dos proprietários. A aristocracia do velho regime destruíra em seus privilégios e sua preponderância os derradeiros vestígios do feudalismo abolidos. Fazendo tábua rasa de todas as sobrevivências feudais, libertando os camponeses dos direitos senhoriais e dos dízimos eclesiais — numa certa medida, também, dos constrangimentos comunitários —, destruindo os monopólios corporativos e unificando o mercado nacional, a Revolução Francesa acelerou a evolução e marcou uma etapa decisiva da transição do “feudalismo” ao capitalismo. Destruindo, por outra parte, os particularismos provinciais e os privilégios locais, quebrando a armadura estática do Antigo Regime, tornou possível a instauração, do Diretório ao Império, de um Estado moderno, correspondendo aos interesses econômicos e sociais da burguesia.

Revolução burguesa, porém a mais deslumbrante, eclipsando pelo caráter dramático de suas lutas de classe as revoluções que a precederam, a Revolução Francesa afigura-se, contudo, para retomar a expressão de Jaurès em sua *Histoire socialiste*, “largamente burguesa e democrática” em relação à dos Estados Unidos, bem como à da Inglaterra, “estritamente burguesas e conservadoras”. Ela o deve à obstinação da aristocracia, que tornou impossível qualquer compromisso político à maneira anglo-saxônica e que obrigou a burguesia a perseguir não menos obstinadamente a destruição total da ordem antiga — o que só pôde fazer com o apoio popular. Marx falou dos “terríveis golpes de martelo” do Terror e da “vassourada gigantesca” da Revolução Francesa. O instrumento social e político disso foi a ditadura jacobina da pequena e média burguesia, apoiada nas massas populares urbanas e rurais — categorias sociais cujo ideal era o de uma democracia de pequenos produtores autônomos, camponeses e artífices independentes que trabalhariam e comerciariam livremente.

A tentativa do ano II, malgrado o fracasso final, adquire valor de exemplo. Os homens de 93, os robespierristas em particular, tentaram ultrapassar a contradição fundamental entre as exigências da igualdade de direitos proclamada em princípio e as conseqüências da liberdade econômica, a fim de realizar no quadro de uma república democrática e social, a *igualdade das satisfações*. Tentativa grandiosa, dramática em sua própria impotência, e que permite medir-se o antagonismo irreduzível que pode haver entre as aspirações de um grupo social e o estado objetivo das necessidades históricas. De que forma, com efeito, afirmar o caráter imprescritível do direito de propriedade e, portanto, reconhecer as exigências dos interesses privados e da livre corrida ao lucro, e querer ao mesmo tempo anular para alguns as conseqüências desses direitos, a fim de talhar uma sociedade igualitária?

“Tempo das antecipações”, como Ernest Labrousse qualificou essa “revolução convencional”?... Sem dúvida. A tentativa do ano II nutriu o pensamento social do século XIX, sua recordação pesou com força em suas lutas políticas. Os esboços montanheses adquirem contornos lentamente; para começar, essa instrução pública acessível a todos, reclamada em vão pelos *sans-culottes* como uma das condições necessárias da democracia social. Mas ao mesmo tempo a liberdade econômica

e a concentração capitalista aumentavam os desvios sociais e fortaleciam os antagonismos, a *igualdade das satisfações* se colocava cada vez mais fora de alcance. Agarrados à sua condição, artífices e lojistas, descendentes dos *sans-culottes* de 93 sempre vinculados à pequena propriedade fundada no trabalho pessoal, oscilaram da utopia à revolta. A mesma contradição e a mesma impotência pesaram sempre nas tentativas de democracia social: a tragédia de junho de 1848 o testemunha. O ano II ("Não é preciso nem ricos nem pobres", segundo Saint-Just no quarto fragmento das *Institutions républicaines*, Saint-Just que anota, por outro lado, em sua agenda: "Não admitir a partilha das propriedades"), o quimérico ano II não reabilitaria o tempo das utopias?... A república igualitária permaneceu no terreno das antecipações, Ícaro jamais alcançado, mas sempre perseguido.

Desde o tempo da Revolução, porém, Babeuf havia desatado a contradição, ao apresentar a *comunidade dos bens e do trabalho* como a única capaz de instaurar a *igualdade das satisfações* e de realizar a *felicidade comum*: a abolição da propriedade privada e a coletivização dos meios de produção afiguram-se para o Tribuno do Povo, embora confusamente, como condições necessárias a uma autêntica democracia social. A ideologia babeuvista constituiu uma mutação em relação à do ano II: primeiro bosquejo da ideologia revolucionária da sociedade nova nascida da própria Revolução. Buonarroti a transmitiu à geração de 1830; ela se situa na origem do pensamento e da ação socialistas. Assim nasciam da Revolução Francesa idéias que levavam, segundo a expressão de Marx, "além das idéias do antigo estado de coisas" — as idéias de uma ordem social nova que não seria a ordem burguesa.

A Revolução Francesa se situa, portanto, no coração mesmo da história do mundo contemporâneo, na encruzilhada dos diversas correntes sociais e políticas que dividiram as nações e ainda as dividem. Filha do entusiasmo, inflama os homens pela recordação das lutas pela liberdade e pela independência, bem como pelo seu sonho de igualdade fraternal — ou suscita o ódio de muitos. Filha das luzes, concentra os ataques do privilégio e da tradição, ou seduz a inteligência pelo seu imenso esforço no sentido de organizar a sociedade sobre fundamentos racionais. Sempre admirada ou sempre temida, a Revolução permanece viva na consciência dos homens.

Faint, illegible text on the left page, possibly bleed-through from the reverse side.

Faint, illegible text on the right page, possibly bleed-through from the reverse side.

★

Este livro foi composto e
impresso pela EDIPE Artes
Gráficas, Rua Domingos
Paiva, 60 — São Paulo.